SIGPUB - Sistema Gerenciador de Publicações Legais

JORNAL OFICIAL
ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Mato Grosso , 10 de Fevereiro de 2014 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO IX | Nº 1908

ESTADO DE MATO GROSSO
CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL
PORTARIA Nº 002/2014

NOMEIA SERVIDOR PARA SER RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE CONTRATOS/CONVÊNIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL.

FÁBIO SCHROETER, Presidente da Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:

Artigo 1º - Nomeia o Sr **JOÃO SIRLEI DA SILVA**, para ser responsável pelo controle e acompanhamento dos contratos e convênios, em todas as suas fases, aos quais deverão ser encaminhados todos os documentos para atesto, ciência ou outras observações que julgar necessário para o cumprimento integral das cláusulas contratadas/conveniadas, conforme anexo.
Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrária.

Campo Verde – MT, em 03 de fevereiro de 2014.

FÁBIO SCHROETER
Presidente do Consórcio

Registre-se, Publique-se.

Publicado por:
Flávia Fonseca Gearola
Código Identificador:0A72D4F1

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 08.051.612/0001-15, com sede administrativa no município de Campo Verde, estado de Mato Grosso, para efeito de cumprimento do artigo 209 da Constituição Estadual/MT e 31 e 37 da Constituição Federal, torna público a quem possa interessar que as contas do exercício 2013 permanecerão, pelo prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 15 de fevereiro de 214, a disposição de qualquer contribuinte.

Campo Verde-MT, 31 de dezembro de 2013.

FÁBIO SCHROETER
Presidente do CIDESASUL

Publicado por:
Flávia Fonseca Gearola
Código Identificador:B953016B

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2013, DECORRENTE DO PREGÃO 022/2013, PROCESSO Nº 3650/2013

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul, através do seu Secretário Executivo, torna público a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 053/2013, e seus Aditivos, decorrente do Pregão 022/2013, realizado pela Prefeitura Municipal de Campo Verde, registro de preços para aquisição de combustíveis para abastecimento, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos.

Campo Verde-MT, 07 de fevereiro de 2014.

JOÃO SIRLEI DA SILVA
Secretário Executivo do CIDESASUL

Publicado por:
Flávia Fonseca Gearola
Código Identificador:86CFBABE

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL
EXTRATO DE ADITIVOS DE CONTRATO

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

Diretoria da AMM
biênio 2013/2014

Presidente de Honra: Meraldo Figueiredo Sá- PSD

Presidente: Valdecir Luiz Colle – Juscimeira -PSD
Primeiro Vice-Presidente: Milton José Toniazzo – Terra Nova do Norte – DEM
Segundo Vice-Presidente: Jamar da Silva Lima – Nova Brasilândia - PT
Terceiro Vice-Presidente: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu - PSB
Quarto Vice-Presidente: João Antônio da Silva Balbino – Rosário Oeste - PSB
Quinto Vice-Presidente: Leonardo Farias Zampa – Novo São Joaquim - PR
Secretário Geral: Carlos Roberto Bianchi – São José dos Quatro Marcos - PSB
Primeiro Secretário: Elias Leal-Mirassol D´Oeste - PSD
Segundo Secretário: Humberto Bortolini – Itiquira - PR
Tesoureiro Geral: Moacir Pinheiro Piovezan – Porto dos Gaúchos PSB
Primeiro Tesoureiro: Divina Maria da Silva Oda – Pontal do Araguaia - PSB
Segundo Tesoureiro: Ademir Gaspar de Lima – Jaciara – PT

CONSELHO FISCAL

1 – Magali Amorim Vilena Morais – General Carneiro - PSD
2 – Fábio Schroeter – Campo Verde - PTB
3 – Fausto Aquino de Azambuja Filho – Luciara (PSB)

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1 – Luiz Henrique do Amaral – Cocalinho - PT
2 – Daniel Gonzaga Correia – Vale de São Domingos - PP
3 – José Mauro Figueiredo – Arenápolis – PRB

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Encarregado Jornal
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123-1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

EXTRATO AO ADITIVO DE CONTRATO 01/2013

CONTRATANTE: CIDESASUL – CONSORCIO INTERM. DESENV. ECON. SOCIAL E AMB. DA REGIÃO SUL DO MT
DATA DO ADITIVO: 02/01/2014
MODALIDADE: DISPENSADA
VIGÊNCIA: 31/12/2014
CONTRATADO: MARCIANO OLIVEIRA MONTEIRO
OBJETO: Prestação de Serviços Profissionais Jurídicos de Consultoria na Especialidade de Direito Público.
VALOR DO CONTRATO: R$ 12.000,00
DOTAÇÃO: 01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.36

EXTRATO AO ADITIVO CONTRATO 04/2013

CONTRATANTE: CIDESASUL – CONSORCIO INTERM. DESENV. ECON. SOCIAL E AMB. DA REGIÃO SUL DO MT
DATA DO ADITIVO: 02/01/2014
MODALIDADE: DISPENSADA
VIGÊNCIA: 31/12/2014
CONTRATADO: SERPREL ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA
OBJETO: Prestação de Serviços no Fornecimento de Sistemas/Softwares, Através de Locação e ou Concessão de Direito de Uso de Programas de Computador, com Suporte ao Funcionamento e Assistência Permanente.
VALOR DO CONTRATO: R$ 9.600,00
DOTAÇÃO: 01.001.04.122.0001.2.001.3.3.90.39

Publicado por:
Flávia Fonseca Gearola
Código Identificador:29E4EA75

CONSÓRCIO INTER. DE DES. ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL
PORTARIA Nº 001/2014

EXONERA FLÁVIA FONSECA GEAROLA DO CARGO DE SECRETÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DA REGIÃO SUL.

Fábio Schroeter, Presidente da Diretoria Executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.
R ESO LVE:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, a Srª Flávia Fonseca Gearola, do cargo de Secretária do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental da Região Sul.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Campo Verde – MT, em 31 de Janeiro de 2014.

FÁBIO SCHROETER
Presidente do Consórcio

Registre-se, Publique-se.

Publicado por:
Flávia Fonseca Gearola
Código Identificador:DA12DA20

ESTADO DE MATO GROSSO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL "PORTAL DO ARAGUAIA"

GABINETE PRESIDENCIA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL PORTAL DO ARAGUAIA
CONTRATADO: DORALICE FERREIRA DE ABREU
OBJETO DO CONTRATO: Termo de adiantamento - a renovação contratual clausula 11ª que passa a viger com a seguinte redação.
Clausula: O aluguel mensal acordado entre as partes sera de 1.550,00 (Hum mil quinhentos e cinquenta reais).
VALOR: R$ 18.600,00 (Dezoito mil e seiscentos reais).
DATA DA VIGENCIA: 20/01/2014 a 20/01/2015.

ODONI MESQUITA COELHO
Presidente
Cidesapa

Publicado por:
Marcia Cristina Moraes
Código Identificador:1D7A0FEC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESNCIAL Nº 02/2014, REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2014, REGISTRO DE PREÇO

O Município de Acorizal/MT, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO**, **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2014, ÀS 09h00m (horário local)**, na Prefeitura Municipal de Acorizal/MT, localizado a Avenida Honorato Pedroso de Barros, s/n, em Acorizal/MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSUMO PARA O TRATAMENTO DA ÁGUA DO SAE DO MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT**. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), ou solicitar pelo e-mail licitação_acorizal@hotmail.com.

Acorizal/MT, 07 de Fevereiro de 2014.

SHELMA TAQUES DA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Soniel Ribeiro Taques
Código Identificador:B4DFFB65

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO 002/2014

CONTRATO 146/2013
CREDOR: VALMOR ANTONIO BERNIERI & CIA LTDA
OBJETO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E VIGENCIA DO CONTRATO.
DATA: 27/01/2014
VENCIMENTO OBRA: 26/02/2014
VIGENCIA DO CONTRATO: 15/03/2014

LIRIO MAGGIONI
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:72012661

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 005/2014

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2607/2014 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 005/2014.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de
segurança privada não armada para o carnaval de Água Boa-MT.
REALIZAÇÃO: 21/02/2014.
INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 14h00min.
O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www. aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.
Água Boa, 07 de fevereiro de 2014.

IVANIA CEZIRA VOLPI
Pregoeira

Publicado por:
Ivania Cezira Volpi
Código Identificador:06E7135B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2014

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta, através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, torna público que estará realizando licitação na Modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2014,** regida pela Lei Federal nº 8.666/1993. **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE AÇÕES REALIZADAS PELO PROJETO OLHOS D' ÁGUA DA AMAZÔNIA. **Inicio da Sessão:** Dia 26/02/2014. **Horário:** 08:00 horas (Horário Oficial de Mato Grosso). **Local:** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Alta Floresta – Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro – Alta Floresta – MT. CEP 78.580-000. Retirada do edital na Prefeitura de Alta Floresta – MT ou através do site www.altafloresta.mt.gov.br. Informações pelo telefone (66) 3512-3112 ou Prefeitura Municipal de Alta Floresta – Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro – Alta Floresta – MT.

ALTA FLORESTA-MT, 06 DE FEVEREIRO DE 2014

CELÇO FERREIRA DOS SANTOS
Presidente C.P.L.

Publicado por:
Miraldo Gomes de Souza
Código Identificador:5AD33C74

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2013

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta, através de seu Pregoeiro Oficial torna público para conhecimento dos interessados que o procedimento licitatório de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014,** tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GPS, GRAVADOR DE VOZ DIGITAL, NOTEBOOKS E COMPUTADORES PARA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DO PROJETO OLHOS D' AGUA DA AMAZONIA, teve como resultado final LICITAÇÃO DESERTA. Maiores informações na Prefeitura Municipal de Alta Floresta – Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro – Alta Floresta – MT. CEP 78.580-000.
ALTA FLORESTA-MT, 28 DE JANEIRO DE 2014

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Miraldo Gomes de Souza
Código Identificador:3886F098

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014

A Prefeitura Municipal de Alta Floresta, através de seu Pregoeiro Oficial torna público que estará realizando licitação na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014,** regido pela Lei nº 10.520/2002 subsidiada pela Lei nº 8.666/1993. **Objeto:** Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados para Planejamento, Organização e Execução de Concurso Público para provimento dos cargos vagos da Prefeitura Municipal Alta Floresta – MT. **Julgamento:** MENOR PREÇO GLOBAL. **Inicio da Sessão:** Dia 20/02/2014. **Horário:** 10:00 horas (Horário Oficial de Mato Grosso). **Local:** Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Alta Floresta – Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro – Alta Floresta – MT, CEP 78.580-000. Retirada do edital na Prefeitura de Alta Floresta ou através do site *www.altafloresta.mt.gov.br*, informações pelo telefone (66) 3512-3112 ou na Prefeitura Situada à Avenida Ariosto da Riva, 3391, Centro, Alta Floresta – MT, durante o horário de atendimento das 07 às 11 horas e das 13 às 15 horas.

ALTA FLORESTA-MT, 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

MIRALDO GOMES DE SOUZA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Miraldo Gomes de Souza
Código Identificador:4EE9127B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 002-2014

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º552, centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que por necessidade de adequação ao Projeto e Planilha, resolve CANCELAR o processo licitatório supracitado, o qual tem como objeto a execução de obras e serviços visando a CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO SEDE da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia na Av. Carlos Hugueney, nº 572, Centro, Alto Araguaia – MT. Em breve será publicado novo processo, com as devidas alterações refeitas. Informação mais detalhada poderão ser solicitadas no endereço supracitado, de Segunda a Sexta–feira, das 13:00 às 18:00 horas, com a Comissão Permanente de Licitação, pelo tel. (66) 3481-2885.
Alto Araguaia – MT, 07 de Fevereiro de 2014.

ANTONIO BARCELOS CESARIO
Presidente da CPL

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:206EBEBD

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO
PREGÃO 014-2014 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia – Estado de Mato Grosso, situada na Av. Carlos Hugueney, n.º572 centro, Alto Araguaia–MT, CEP 78.780-000 através da sua Comissão Permanente de Pregão, torna público, para quem possa interessar, que em razão de motivos administrativos, resolve PRORROGAR o prazo para abertura e marcar uma nova data, que será às 14:00 horas (Brasília), do dia 20/02/2014. Esta licitação é na modalidade supracitada, com objeto de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS DIVERSOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. Informação mais detalhada e edital completo poderá ser solicitada no endereço supracitado, de Segunda a Sexta–feira, das 13h00min às 18h00min, com a Pregoeira pelo tel. (66) 3481-2885 e pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.br
Alto Araguaia – MT, 06 de Fevereiro de 2014.

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
João Batista Pereira de Rezende
Código Identificador:FA55B676

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO.002/2014

Av. Carlos Hugueney, 570, Centro, ALTO ARAGUAIA/MT 23/01/2014
Entidades Selecionadas: PMAIA / CAMARA
Decreto Orçamentário nº 2 / 2014
Abre Crédito Especial na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA, por Crédito Especial por Superávit Financeiro, e dá outras providências
O(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 3306 de 20/12/2013,
DECRETA:
Artigo 1º - Abre Crédito Especial por Superávit Financeiro nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA
MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA discriminadas abaixo:

06.003 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	
18.541.0043.1276 - Reforma do Parque Ecológico	10.000,00
4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	10.000,00

Artigo 2º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Valor: 10.000,00 (Dez Mil Reais.).

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , 2 de Janeiro de 2014.

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:65614FBC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO.003/2014

Exercício: 2014
Av. Carlos Hugueney, 570, Centro, ALTO ARAGUAIA/MT 23/01/2014 - 16:34:39
Entidades Selecionadas: PMAIA / CAMARA
Decreto Orçamentário nº 3 / 2014

Abre Crédito Especial na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA, por Crédito Especial por Superávit Financeiro, e dá outras providências

O(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 3230 de 02/01/2014, DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Especial por Superávit Financeiro nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA discriminadas abaixo:

07.001 - ESCOLAS	
12.365.0011.1272 - Aquisição de Área de Terras para Construção de Creche	
4.5.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis	170.000,00
	170.000,00

Artigo 2º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Valor: 170.000,00 (Cento e Setenta Mil Reais.).

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , 2 de Janeiro de 2014.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:192A46B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO.004/2014

Exercício: 2014
Entidades Selecionadas: PMAIA / CAMARA
Decreto Orçamentário nº 4 / 2014

Abre Crédito Especial na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA, por Crédito Especial por Superávit Financeiro, e dá outras providências

O(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 3233 de 02/01/2014, DECRETA:
Artigo 1º - Abre Crédito Especial por Superávit Financeiro nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA discriminadas abaixo:

08.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.302.0017.1273 - Aquisição de Área de Terras para Construção de PSF	
4.5.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis	80.000,00
	80.000,00

Artigo 2º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Valor:	80.000,00 (Oitenta Mil Reais.).

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , 2 de Janeiro de 2014.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:093B1C25

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO.005/2014

Exercício: 2014

Decreto Orçamentário nº 5 / 2014

Abre Crédito Especial na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA, por Crédito Especial por Superávit Financeiro, e dá outras providências

O(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , República Federativa do Brasil, usando das

atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 3310 de 14/01/2014,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Especial por Superávit Financeiro nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA discriminadas abaixo:

08.001 -	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.302.0008.1123 -	Aquisição de Ônibus para a Secretaria de Saúde	
4.4.90.52.00.00 -	Equipamentos e Material Permanente	272.000,00
		272.000,00

Artigo 2º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Valor:	272.000,00 (Duzentos e Setenta e Dois Mil Reais.).

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , 14 de Janeiro de 2014.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:195C3D02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO.006/2014

Exercício: 2014
Av. Carlos Hugueney, 570, Centro, ALTO ARAGUAIA/MT 23/01/2014 - 16:36:11
Entidades Selecionadas: PMAIA / CAMARA
Decreto Orçamentário nº 6 / 2014

Abre Crédito Especial na Unidade Orçamentária da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO

ARAGUAIA, por Crédito Especial por Superávit Financeiro, e dá outras providências O(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , República Federativa do Brasil, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e pela Lei nº 3286 de 10/12/2013,

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Especial por Superávit Financeiro nas Unidades Orçamentárias do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA discriminadas abaixo:

09.001 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.243.0034.1279 - Reforma do Prédio do PETI	
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	35.000,00
	35.000,00

Artigo 2º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Valor: 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais.).

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de ALTO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO , 14 de Janeiro de 2014.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:BE0FE31B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.324, DE 27 DE JANEIRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para pagamento de Profissionais Pedagógicos da Educação Básica".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal pagar Profissionais na prestação de serviços pedagógicos da Educação Básica, no período de 03 a 28 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A seleção dos profissionais serão feitas através de analise de currículo Vitae.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 27 de janeiro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:1ABA1596

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.325, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para custear despesas com contratação de ônibus para transporte da Seleção Araguaiense de Futebol de Campo nas categorias Livre e Máster".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 54 da Lei Orgânica do Município;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal custear despesas com contratação de ônibus, no valor de até R$ 2.000,00 (dois mil reais), para transportar a Seleção Araguaiense de Futebol de Campo nas categorias Livre e Máster, até a cidade de Jaciara – MT, no dia 02 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A despesa citada no Artigo 1º desta Lei será coberta com a seguinte Dotação Orçamentária:

11	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO
001	Esporte
27	Desporto e Lazer
812	Desporto Comunitário
0028	Desenvolvimento, Produção e Difusão Cultural.
2064	Manutenção e Encargos com o Esporte Amador
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 02 de fevere0iro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:FB7494D5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.326, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

"Dispõe sobre homologação de Processo de Desapropriação de imóveis".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica homologado o Processo de Desapropriação de Imóveis, constante no Decreto nº 133/2013, proposto em face da RARIO CIDADE DE ALTO ARAGUAIA, no valor da indenização prévio de R$ 152.606,57 (cento e cinquenta e dois mil seiscentos e seis reais e cinquenta e sete centavos), contemporâneo a Declaração de Utilidade Pública, para construção de uma Creche, efetivado nos termos da Lei Federal nº 3.365/1941.

§ 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a liquidar os valores da respectiva desapropriação, já empenhado ou empenhar com observância à avaliação realizada pela Comissão competente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 03 de fevereiro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:73F10FC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.327, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

"Dispõe sobre homologação de Processo de Desapropriação de imóveis".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica homologado o Processo de Desapropriação de Imóveis, constante no Decreto nº 132/2013, proposto em face do TRR DIESEL LTDA, no valor da indenização prévio de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), contemporâneo a Declaração de Utilidade Pública, para construção de PSF Central, efetivado nos termos da Lei Federal nº 3.365/1941.

§ 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a liquidar os valores da respectiva desapropriação, já empenhado ou empenhar com observância à avaliação realizada pela Comissão competente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 03 de fevereiro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:5AC9192E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.328, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

"Dispõe sobre homologação de Processo de Desapropriação de imóveis".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica homologado o Processo de Desapropriação de Imóveis, constante no Decreto nº 131/2013, proposto em face do TRR DIESEL LTDA, no valor da indenização prévio de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), contemporâneo a Declaração de Utilidade Pública, para construção de PSF Central, efetivado nos termos da Lei Federal nº 3.365/1941.

§ 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a liquidar os valores da respectiva desapropriação, já empenhado ou empenhar com observância à avaliação realizada pela Comissão competente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 03 de fevereiro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:EB994F6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.329, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

"Dispõe sobre homologação de Processo de Desapropriação de imóveis".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica homologado o Processo de Desapropriação de Imóveis, constante no Decreto nº 123/2013, proposto em face do ESP. IZOLDINA DE CASTRO MAIA, no valor da indenização prévio de R$ 166.090,00 (cento e sessenta mil noventa reais), contemporâneo a Declaração de Utilidade Pública, para loteamento popular, efetivado nos termos da Lei Federal nº 3.365/1941.

§ 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a liquidar os valores da respectiva desapropriação, já empenhado ou empenhar com observância à avaliação realizada pela Comissão competente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 03 de fevereiro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:1C5D9863

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.330, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

"Dispõe sobre homologação de Processo de Desapropriação de imóveis".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica homologado o Processo de Desapropriação de Imóveis, constante no Decreto nº 122/2013, proposto em face de JOAQUIM SALGUEIRO FILHO, no valor da indenização liquidado de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil), contemporâneo a Declaração de Utilidade Pública, para loteamento popular, efetivado nos termos da Lei Federal nº 3.365/1941.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 03 de fevereiro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:A38D88B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.332, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

"Dispõe sobre homologação de Processo de Desapropriação de imóveis".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica homologado o Processo de Desapropriação de Imóveis, constante no Decreto nº 134/2013, proposto em face de Sr. ARTHUR HENRIQUE DA FONCECA, no valor da indenização prévio de R$ 40.190,00 (quarenta mil cento e noventa reais), contemporâneo a Declaração de Utilidade Pública, para construção de PSF do Bairro Aeroporto, efetivado nos termos da Lei Federal nº 3.365/1941.

§ 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo a liquidar os valores da respectiva desapropriação, já empenhado ou empenhar com observância à avaliação realizada pela Comissão competente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Alto Araguaia, 03 de fevereiro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:8B7801F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 013, DE 27 DE JANEIRO DE 2014

Regulamenta a Lei Municipal nº 2.619/2009, que dispõe sobre a Proteção contra a Poluição sonora, visando ao bem estar e sossego publico no município de Alto Araguaia, (Lei do Silêncio), e outros condicionantes ambientais.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais...

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 23, VI, da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteger o meio ambiente e combater a poluição, em qualquer de suas formas;

Considerando que, no âmbito do Município de Alto Araguaia, a Lei Municipal nº 2.619/2009, dispõe sobre o controle e a fiscalização das atividades que gerem poluição sonora, impondo inclusive penalidades aos infratores,

DECRETA:

Art. 1° Fica instituído no Município de Alto Araguaia - MT, as condições básicas de proteção à coletividade contra a poluição sonora, denominado Programa Silêncio Urbano – PSIU, de acordo com a Lei Municipal nº 2.619/2009.

Art. 2º A emissão de ruídos de quaisquer espécies, produzidos por quaisquer meios, deverão obedecer o disposto nas legislações federal, estadual e municipal, prevalecendo a mais restritiva.

Art. 3º As medições relativas ao controle da poluição sonora serão efetuadas nos termos da legislação em vigor, registrado o seu resultado, pela fiscalização ou a vista de denúncia da ocorrência infracionária.

Art. 4º É vedado perturbar o sossego e o bem estar público com sons automotivos e de publicidades ou de qualquer outra natureza, excessivos e evitáveis, produzidos em residência, no comércio, pelas ruas da cidade, na porta de estabelecimento comercial, tais como, bares, Pit-dogs, lanchonetes, restaurantes e outros congêneres.

Art. 5º Cabe a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alto Araguaia, órgão de prevenção e controle da poluição do meio ambiente, impedir a poluição.

Art. 6º Para os efeitos do presente decreto, a teor do que dispõe a Lei Municipal nº 2.619/2009, consideram-se aplicáveis as seguintes definições:

I - Poluição Sonora: toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas nesta lei;

II - Meio Ambiente: conjunto formado pelo espaço físico e os elementos naturais nele contidos, até o limite do território do município, passível de ser alterado pela atividade humana;

III - Som: fenômeno físico provocado pela propagação de vibrações mecânicas em um meio elástico, dentro da faixa de freqüência de 16 Hz a 20 Hz e passível de excitar o aparelho auditivo humano;

IV - Ruído: qualquer som que cause ou tenda causar perturbações ao sossego público ou produzir efeitos psicológicos e/ou fisiológicos negativos em seres humanos e animais;

V - Som impulsivo: de curta duração, com o início abrupto e parada rápida, caracterizado por um pico de pressão de duração menor que um segundo;

VI - Ruído de Fundo: todo e qualquer som que esteja sendo emitido durante o período de medições, que não aquele objeto das medições;

VII - Distúrbio por ruído ou Distúrbio Sonoro significa qualquer som que:

a) - ponha em perigo ou prejudique a saúde de seres humanos ou animais;
b) - cause danos de qualquer natureza à propriedade pública ou privada;
c) - possa ser considerado incômodo ou que ultrapasse os níveis máximos fixados nesta lei.

VIII - Nível equivalente ao Nível médio de energia do ruído, encontrado integrando-se aos níveis individuais de energia ao longo de determinado período de tempo e dividindo-se pelo período medido em dB-A.

IX - Decibel - dB: unidade de intensidade física relativa do som;

X - Decibelímetro - Aparelho criado para medir o nível do som;

XI - Nível de Som dB-A: intensidade do som, medida na curva de ponderação A, definida na norma NBR-7731 da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

XII - Ruído Intermitente: aquele cujo nível de pressão acústica cai bruscamente ao nível do ambiente, várias vezes, durante o período de observação, desde que o tempo em que o nível se mantém com o valor constante, diferente daquele do ambiente, seja da ordem de grandeza de um segundo ou mais;

XIII - Zona Sensível a Ruído ou Zona de Silêncio: (ZR) é aquela que, para atingir seus propósitos, necessita que lhe seja assegurado um silêncio excepcional;

XIV - Limite Real da propriedade: um plano imaginário, que separa a propriedade real de uma pessoa física ou jurídica de outra;

XV - Serviços de Construção Civil: qualquer operação em canteiro de obras, montagem, elevação, reparo substancial, alteração ou ação similar, demolição ou remoção no local, de qualquer estrutura, instalação ou adição a estas, incluindo todas as atividades relacionadas, mas não restritas à limpeza de terreno, movimentação e paisagismo;

XVI - Vibração Movimento oscilatório: transmitido pelo solo ou uma estrutura qualquer;

XVII - Horário:

a) - diurno: é aquele compreendido entre as sete horas e dezenove horas, dias úteis;
b) - vespertino: das dezenove horas às vinte e duas horas;
c) - noturno: das vinte e duas horas às sete horas.

Art. 7º São permitidos os sons:

I - De sinos de Igrejas ou Templos e, bem assim de instrumentos Litúrgicos utilizados no exercício de culto ou cerimônia religiosa, celebrados no recinto das respectivas sedes das associações religiosas.

II - De sirenes ou aparelhos semelhantes quando usados por batedores oficiais, ambulâncias, policiamento ou veículo de serviço urgente ou quando empregado para alarme ou advertência, limitando o uso ao mínimo necessário.

III - De máquinas e equipamentos necessários à reparação ou construção de logradouro público, no período entre 07h00 e 18h00.

IV - De alto falantes utilizados para propaganda eleitoral, durante a época própria em horário eleitoral determinado e estabelecido pela Justiça Eleitoral, desde que em movimento por via pública.
V - De manifestações em comemorações oficiais e esportivas.

VI - Publicidade sonora volante ou fixa, nas ruas, praças e comércio de segunda-feira a sexta-feira, das 07h00 às 18h00.

VII - Aos sábados só será permitido no horário das 09h00 às 16h00, para melhor descanso e repouso semanal da comunidade.

VIII - As lojas ou estabelecimentos comerciais que tenham publicidades sonoras em sua frente deverão respeitar os limites de 70 (setenta) decibéis, vedada à utilização conjugada entre o som do estabelecimento comercial e o automotivo.

Art. 8º - Fica o proprietário obrigado a afixar em seu comércio placa informativa “proibido som automotivo”, no recinto de seu estabelecimento comercial, conforme estabelecido no presente decreto.

Art. 9º Qualquer infração às disposições da presente lei, a critério da autoridade competente, os infratores terão seus veículos, aparelhos ou equipamentos de sons apreendidos e removidos, sem prejuízos da aplicação de multas previstas na Lei Municipal nº 2.619/2009.

Parágrafo único. O uso abusivo de ruídos sonoros em veículos, equipamentos de som, descarga de motor, buzina excessivo ou alarme, sujeita o infrator as penalidades previstas nos artigos 227, 228 e 229 do Código de Trânsito Brasileiro, podendo acarretar conforme o caso, apreensão do veículo, multa e perda de pontos na carteira de habilitação.

Art. 10 Na aplicação das normas estabelecidas por na Lei Municipal nº 2.619/2009, compete à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alto Araguaia, em conjunto com a Polícia Militar:

I - estabelecer o programa de controle dos ruídos urbanos, exercer, diretamente ou através de delegação, o poder de controle e fiscalização das fontes de poluição sonora;

II - exigir das pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis por qualquer fonte de poluição sonora, apresentação dos resultados de medições e relatórios, podendo, para a consecução dos mesmos, serem utilizados recursos próprios ou de terceiros;

III - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas, oficinas ou outros que produzam ou possam vir a produzir distúrbios sonoros em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos;

IV - Organizar programas de educação e conscientização a respeito de:

a) - causas, efeitos e métodos gerais de atenuação e controle de ruídos e vibrações;
b) - esclarecimentos das ações proibidas pela Lei Municipal nº 2.619/2009 e os procedimentos para relatamentos das violações.

Art. 11 A fiscalização dar-se-á por intermédio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente em conjunto com a autoridade policial militar, através de convênio com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, que identificando o infrator será lavrado competente auto de infração, aplicando-lhe a multa e demais penalidades da lei.

§ 1º O convênio de que trata o caput deste artigo, será celebrado no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, para o cabal cumprimento da Lei Municipal nº 2.619/2009.

§ 2º A autoridade competente encaminhará cópia do auto de infração ao ilustre Representante do Órgão do Ministério Público da Comarca de Alto Araguaia, para conhecimento e eventuais providências.

Art. 12 Fica proibido perturbar o sossego e o bem-estar público através de distúrbios sonoros ou distúrbios por vibrações.

Art. 13 Depende de prévia autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a utilização ou detonação de explosivos ou similares, no município de Alto Araguaia.

Art. 14 Depende de prévia autorização da Secretaria Municipal Meio Ambiente de Alto Araguaia, a utilização de serviços de alto-falante, festas e outras fontes de emissão sonora, no horário diurno, vespertino e noturno como meio de propaganda, publicidade e diversão.

Art. 15 Fica proibido carregar e descarregar, abrir, fechar e outros manuseios de caixas, engradados, recipientes, materiais de construção ou similares no período noturno de modo que cause distúrbio sonoro em unidades territoriais residenciais ou em zonas sensíveis a ruídos.

Art. 16 Os serviços de construção civil da responsabilidade de entidades públicas ou privadas, dependem de autorização prévia da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de alto Araguaia, quando executados nos seguintes horários:

I - domingos e feriados, em qualquer horário;

II - dias úteis, em horário noturno e, em horário vespertino, no caso de atividades de centrais de serviços.

Art. 17 A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, prestação de serviços, inclusive de propaganda, bem como sociais e recreativas, obedecerá aos padrões e critérios estabelecidos neste Regulamento.

Art. 18 Ficam estabelecidos os seguintes limites máximos permissíveis de ruídos:

I - independentemente do ruído de fundo, o nível do som proveniente da fonte poluidora, medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, não poderá exceder os níveis de 85 decibéis.

II - o nível de som proveniente da fonte poluidora, medindo dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, não poderá exceder 10 decibéis-dB-A o nível do ruído de fundo existente no local.

Parágrafo único. Quando a propriedade onde se dá o suposto incômodo tratar-se de escola, creche, biblioteca pública, cemitério, hospital, ambulatório, casa de saúde ou similar, deverão ser atendidos os limites estabelecidos para a ZR, independentemente da efetiva zona de uso.

Art. 19 Quando o nível de som proveniente de tráfego vir medido dentro dos limites reais da propriedade onde se dá o suposto incômodo, ultrapassar os níveis fixados na Resolução CONAMA 01 e 02/93, e recomendações da ABNT norma NBR 10151, caberá a Secretaria Municipal Meio Ambiente de Alto Araguaia, articular-se com órgãos competentes, visando a adoção de medidas para a eliminação ou minimização do distúrbio sonoro.

Art. 20 A medição do nível de som será feita utilizando a curva de ponderação "A" com circuito de resposta rápida, e o microfone deverá estar afastado no mínimo de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) do solo.

Art. 21 As vibrações serão consideradas prejudiciais quando ocasionarem ou puderem ocasionar danos materiais a saúde e ao bem estar público.

Art. 22 Os equipamentos e o método utilizado para medição e avaliação dos níveis de som e ruído obedecerão às recomendações da EB 386/74 - ABNT ou as que lhe sucederem.

Art. 23 A emissão de som ou ruído por veículos automotores e motocicletas deverão atender os limites estabelecidos na Resolução CONAMA 001 e 002/93, som de buzinas aeroplanos e aeródromos, e os produzidos no interior dos ambientes de trabalho, obedecerão as normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e pelos órgãos competentes no Ministério da Aeronáutica e Ministério do Trabalho.

Art. 24 Aos infratores dos dispositivos do presente decreto serão aplicadas as penalidades previstas na Lei Municipal nº 2.619/2009, sem prejuízos das combinações cíveis e penais cabíveis:

I - Advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta lei;

II - Multa;

III - Suspensão das atividades até correção das irregularidades;

IV - Cassação de alvará e licença concedida, a ser executada pelos órgãos competentes do executivo municipal em especial a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alto Araguaia.

Parágrafo único. Nos casos de infração a mais de um dispositivo legal serão aplicadas tantas penalidades quantas forem às infrações.

Art. 25 Para efeito da aplicação de penalidades, as infrações aos dispositivos deste regulamento serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas conforme disposto na Lei Municipal nº 2.619/2009.

Art. 26 A penalidade de advertência poderá ser aplicada quando se tratar de infração de natureza leve ou grave, fixando, se for o caso, prazo para que sejam sanadas as irregularidades apontadas.

Parágrafo único. A penalidade de advertência não poderá ser aplicada mais de uma vez, para a mesma infração cometida por um único infrator.

Art. 27 A finalidade de suspensão de atividades poderá ser aplicada a critério da autoridade competente, a partir da Segunda reincidência em infração penalizada com multa.

Parágrafo único. Em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais, o Prefeito Municipal poderá determinar em processo sumário, suspensão das atividades de fonte poluidora, durante o tempo que se fizer necessário para correção da irregularidade.

Art. 28 Fica a Secretaria Municipal de Meio Ambiente fazer o gerenciamento dos recursos arrecadados provenientes das sanções impostas.

Art. 29 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Araguaia, 27 de janeiro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:782A524C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA N°. 001/2014 DO CONCURSO PÚBLICO 001/2011

Certificamos para os devidos fins, que referente ao Edital de Convocação nº. 01/2014 válido no período compreendido entre 07 de janeiro de 2014 e término em 06 de fevereiro de 2014;
Não compareceu para assumir sua vaga a seguinte candidata com o respectivo cargo:

PROFESSOR DE PEDAGOGIA

Classificação	Inscrição	Nome
23	1075	MARIA MADALENA DA MATA SOUSA
30	1350	JACILENE BERNARDES LUSTOSA FERREIRA

Por não terem comparecido dentro do prazo estipulado, foram automaticamente considerados como desistentes, ficando a Administração livre para chamar o próximo candidato seguindo a ordem de classificação.
Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Alto Araguaia-MT, 07 de fevereiro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:B897CCA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2013 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 07 - DIVULGAÇÃO DO GABARITO OFICIAL, RECURSOS E TÍTULOS

O Prefeito Municipal e o Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013 do Município de Alto Araguaia - MT, no uso de suas atribuições, tornam público o que segue:

Divulgação do Gabarito Oficial Pós Recursos, das provas realizadas no dia 02/02/2014;
Divulgação do Julgamento dos Recursos, relativos ao gabarito da prova escrita;
Divulgação Pontuação dos Títulos Deferidos e Indeferidos;

A íntegra deste Edital e seus Anexos encontra-se a disposição dos interessados, no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, bem como no endereço eletrônico: www.grupoatame.com.br/concurso

Desta forma, inicia-se da contagem de prazo recursal nos termos doItem 13.1 do Edital, exclusivamente para o item da Divulgação da Pontuação dos Títulos Deferidos e Indeferidos.

Alto Araguaia, 07 de fevereiro de 2014.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

HELTON NASCIMENTO DA SILVA
Presidente Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:9C7CAD67

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N º 018/2014
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014
A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço Global, no dia 20 de fevereiro de 2014, às 08:00 horas, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA, CONTÁBIL, DE PLANEJAMENTO, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail compras.altogarcasmt@gmail.com e telefone (0XX66) 3471-2450. Alto Garças - MT, 07 de fevereiro de 2014.

EDI BATISTA RIBEIRO DE MIRANDA
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Ellen Betania Correia Dourado
Código Identificador:04FA1D0B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO TAQUARI
AVISO DE EDITAL. CONVITE 01/2014

CONVITE N° 001/2014 – EDITAL RESUMIDO
A CPL comunica aos interessados que realizará processo licitatório na modalidade CONVITE Nº. 001/2014.
Objeto: Contratação de Micro Empresa e/ou Empresa de Pequeno Porte especializada na prestação de serviços gráficos para atender à Fundação Municipal de Alto Taquari. Abertura às 09:00 horas do dia 14/02/2014. O edital e anexos poderão ser adquiridos na Sede da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari, das 07h30min. às 11h30min. ou solicitado pelo e-mail: funsat.altotaquari@gmail.com.
Informações complementares poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, no horário acima mencionado, de Segunda a Sexta através do fone 066-3496-1976, bem como na sede da Fundação Municipal de Saúde de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 06 de fevereiro de 2014.

CARLOS CUNHA JUNIOR.
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Roadam Jhonei de Paula Leal
Código Identificador:21ED9459

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO DE PUBLICAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

COMUNIDADO

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, localizada à Av. Brasil 1059, Bairro Bom Jesus, Apiacás MT, em cumprimento à seguinte legislação: Artigo 31, §3º da Constituição Federal; Artigo 209 da Constituição do Estado de Mato Grosso; Artigo 147 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso; Artigos 48 e 49 da Lei Complementar 101/2000 e Artigo 76 da Lei Orgânica do Município de Apiacás, ***comunica*** que as contas anuais da Prefeitura Municipal referente ao exercício de 2013 encontra-se a disposição dos contribuintes, nos termos da citada legislação.

Apiacás MT, 06 de fevereiro de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:1C201EE7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 037/2014

PORTARIA Nº. 037/2014

SUMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder Afastamento para Tratar de Assuntos Particulares ao Servidor Público Municipal Sr. **ONIVAR DE MOURA PAZ,** efetivo no cargo de Motorista – Portaria de Posse n° 118/2001, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se
Cumpra-se
Pública-se

Apiacás-MT, 10 de Fevereiro de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:DE07D437

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 371/2014

DECRETO Nº. 371/2014

SÚMULA: EXONERA A SERVIDORA JOSEANE SOARES DE OLIVEIRA ROCHENBAK DE

EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA DO PREVIAP.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica exonerada a servidora Srª. **JOSEANE SOARES DE OLIVEIRA ROCHENBAK**, de exercer a função de Secretária Executiva do PREVIAP.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 03 de fevereiro de 2014

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:73E3D8A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 372/2014

DECRETO Nº. 372/2014

SÚMULA: DESIGNA A SERVIDORA KATIUCIA SILVA MATOS PARA EXERCER A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA DO PREVIAP.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

-
Artigo 1º - Fica designada a servidora Srª. **KATIUCIA SILVA MATOS**, para exercer a função de Secretária Executiva do PREVIAP, por força da Lei Municipal nº 776/2012.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 03 de fevereiro de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:D9C69594

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 373/2014

DECRETO Nº. 373/2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica Nomeada a Srtª. **FERNANDA ALMEIDA PIZOLLI**, no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO DE PROJETOS ESPECIAIS**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 04 de fevereiro de 2014

ADALTO JOSÉ ZAGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:347A463E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 375/2014

DECRETO Nº. 375/2014

SÚMULA: DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

DECRETA

Artigo 1º - Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, da Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo:

CARGO: PROFESSOR – NÍVEL SUPERIOR

Nº INSC	Nome	Pontuação	Resultado
006	**Ariane Rodrigues Bachiega**	**10,75**	**Aprovada**
011	**Marcelene Ferreira da Silva**	**7,0**	**Aprovada**
010	**Ana Tiele do Nascimento Costa Brito**	**4,0**	**Aprovada**
009	**Janair da Silva**	**4,0**	**Aprovada**

CARGO: PROFESSOR – NÍVEL MÉDIO

Nº INSC	Nome	Pontuação	Resultado
003	**Maria Aparecida de Oliveira**	**7,0**	**Aprovada**
005	**Jovino Martins Neto**	**7,0**	**Aprovado**
001	Marilza de Oliveira	3,75	Classificada
002	Franciele Lucilene de Oliveira	3,0	Classificada
007	Tatiane da Silva Oliveira	2,7	Classificada
008	Ellen Alves Ferreira	1,5	Classificada
004	Talita Fernandes Marcossi	1,5	Classificada

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.
Artigo 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 10 de Fevereiro de 2014.

ADALTO JOSÉ ZAGO
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:68D02982

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

PREGOEIRO
EXTRATO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2014

Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA
AVISO DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 04/2014

A Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT comunica que realizará licitação: Modalidade – Pregão Presencial de Registro de Preço nº 04/2014. Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PSF DO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA – MT, Data/horário: 19/02/2014 às 13:00hs. Local: Sede da Prefeitura – Av. Presidente Vargas, 643. Informações: 66 3499-1108/1250.

Araguaiana, 07/02/2014.

MÁRCIA CRISTINA FERNANDES CORREA
Pregoeira de Licitação.

Publicado por:
Marcia Cristina Fernandes Correa
Código Identificador:ADFF3ECD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO 7/2013

Contrato nº 7/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana
Contratado: Morais & Rezende Ltda
Objeto: Aquisição de combustíveis
Data: 27/12/2013

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:71606B3F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 6º ADITIVO DO CONTRATO 9/2011

Contrato nº 9/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana
Contratado: INVIOLÁVEL SISTEMAS E ALARMES LTDA
Objeto: Sistema de Alarme
Data: 27/12/2013

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:4524025F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 8º ADITIVO DO CONTRATO 20/2011

Contrato nº 20/2011
Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana
Contratado: Valdivino Barbosa Peres
Objeto: Serviços Médicos
Data: 27/12/2013

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:8BBC13B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 8/2014 ARAGUAIANA, 07 DE FEVEREIRO DE 2014

"Dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade do concurso público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT, correspondente ao Edital nº 001/2011.

O Sr. JOSÉ MARRA NERY - Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Edital nº 01/2011.

Considerando o disposto na no Art. 37, III da Constituição Federal/88;

Considerando os princípios constitucionais de transparência, legalidade e impessoalidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT, correspondente ao Edital nº 001/2011, homologado em 13 de fevereiro de 2012.

Art. 2º - O presente Decreto passará a vigorar em 13 de fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana – MT, aos 07 de fevereiro de 2014.

JOSÉ MARRA NERY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:E80AE05E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO 9/2013

Contrato nº 9/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana
Contratado: H. M. CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
Objeto: Serviços técnicos profissionais de assessoria, consultoria na gestão pública
Data: 27/12/2013

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:F1FC9D42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO 37/2013

Contrato nº 37/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana
Contratado: Getonio Dias Guirra
Objeto: Serviços de Engenharia
Data: 27/12/2013

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:AD42915A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO 40

Contrato nº 40/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana
Contratado: Valdivino Santos Pádua - MT
Objeto: Aquisição de Gas de Cozinha
Data: 27/12/2013

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:233C3C30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO 50

Contrato nº 50/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Araguaiana
Contratado: Aurea Soares de Campos
Objeto: Serviços de Engenharia Sanitarista
Data: 27/12/2013

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:55796EC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 5/2014

Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 5/2014, Menor Preço por item, no dia 20/02/2014 às 13:00hs para Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR AUTOMOTIVO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO (TRANSPORTE ESCOLAR RURAL), A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA - MT, cfe Lei 10.520/2002 e 8.666/1993. O Edital está à disposição no setor de licitações no horário das 13:00hs às 17:00hs (Presencial) ou pelo e-mail: pmaraguaianalicita@hotmail.com. ou fone 66 3499-1108/1250.

MÁRCIA CRISTINA FERNANDES CORREA
Pregoeira

Publicado por:
Jose Marques da Silva
Código Identificador:B2C0FB46

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA N.º 001/2014 SEMEC

PORTARIA N.º 001/2014

O Secretário Municipal de Educação e Cultura de Araputanga no uso de suas atribuições legais, e:
Considerando a Lei Municipal Nº 852 de 19 de dezembro de 2008, Artigo 16 Parágrafo Primeiro;
Considerando o Anexo da Lei Municipal Nº 852/2008, Tabelas de Cargos e Salários;

RESOLVE:
Art. 1.º - Promover a Elevação de Classe da Profissional da Educação Municipal, conforme Tabelas de Cargos e Salários do Anexo da Lei Municipal nº 852/2008.
Art. 2.º - Comunique-se ao Departamento de Recursos Humanos, para as devidas anotações e registros.
Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,
Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos cinco (05) dias do mês de fevereiro de 2014.

ANEXO I
Elevação de Classe da Profissional da Educação Municipal, conforme Dispõe a Lei Nº 852/2008.

NOME	CARGO	DATA ADMISSÃO	CLASS/NÍVEL	VALOR
Luzia do Carmo	Apoio Adm. Educacional	17/02/2003	C/1.135	R$ 1.034,64

Araputanga-MT, 05 de Fevereiro de 2014.

HEMERSON CARVALHO BENVENUTI
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Jaqueline Cristina Fraga
Código Identificador:1C8848A3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL RESUMIDO DO PREGAO 006-2014-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
AVENIDA PREFEITO CAIO, 642- VILA NOVA-ARENÁPOLIS – MT.
CNPJ-24.977.654/0001-38 - CEP: 78.420-000 – Fone: 65 -3343-1105
EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO Nº 006/2014
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 (UM) MÉDICO (CLINICO GERAL) PARA O ATENDIMENTO NO PSF I – BELA VISTA DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT.
Dia: 20/02/2014.**Entrega dos Envelopes:** Até as **09:00 horas, do dia 20/02/2014**.
Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.arenapolis.mt.gov.br.
Abertura do envelope Nº 01: Às 09: 30 horas, do dia 20 de fevereiro de 2014, no endereço acima.
Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8.883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Arenápolis- MT, 07 de fevereiro de 2014.

REGINA LUCIA DE SOUZA
Pregoeira

Publicado por:
Luciana de Souza Barreto
Código Identificador:2FE37849

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.333/2014

SÚMULA: "AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 5.800,00 (CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1090/2013 de 17 de dezembro de 2013 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 5.800,00 (CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS) Ppara reforço das seguintes dotações orçamentárias:

07.002.12.361.0013.2032 - Formação e Capacitação de Professores			
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica	01.01	R$	2.800,00
11.001.23.695.0028.2078 - Manutenção e Encargos da SEMTUR			
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	01.00	R$	3.000,00
TOTAL		**R$**	**5.800,00**

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado das seguintes dotações orçamentárias:

07.002.12.361.0013.1032 – Implantação de Laboratório de Ciências			
3390.3000 - Material de Consumo	01.01	R$	2.800,00
11.002.27.812.0029.2082 - Manutenção das Atividade do Esporte e Lazer			
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	01.00	R$	3.000,00
TOTAL		**R$**	**5.800,00**

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 05 de fevereiro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE
Secretária Mun. de Finanças

Publicado por:
Tania Andreia Neves
Código Identificador:B3D11A4D

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº. 003/2014

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA Nº 003/2013, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 961/2012, DE ACORDO COM AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 001/99 E 002/99 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

EDNILSON LUIZ FAITTA, Prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº 961/2012;

RESOLVE:

ARTIGO 1º Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados aprovados no Processo Seletivo Simplificado para Professores da Educação Básica nº 003/2013, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura –SEMEC, no dia 10/02/2014, às 8:00 horas para atribuição de classes e/ou aulas e posterior contratação.
ARTIGO 2º No ato da convocação o candidato deverá apresentar fotocópia e os originais dos documentos exigidos no Edital, e demais REQUISITOS constante no quadro de nº de vagas, do Edital de Seleção nº 001/2013do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2013.
ARTIGO 3º As despesas decorrentes do presente Ato correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.
ARTIGO 4º Este **ATO** entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias do mês de fevereiro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

SEDE DO MUNICÍPIO –PEDAGOGIA

Nº DA INSCRIÇÃO	NOME	CPF	REGISTRO GERAL	HABILITAÇÃO
033/2014	Marinett Rufino Batista	809.625.641-68	1057635-5 SJ/MT	Pedagogia
039/2014	RosimarliYukikoTeshima	568.315.791-91	73558-1 SSP/MT	Pedagogia
036/2014	Marcia Oliveira Nogueira Biehl	033.385.389-01	395027-6 SSP/MT	Pedagogia
001/2014	Renata Pereira Carvalho	009.345.441-40	1507099-9 SSP/MT	Pedagogia
007/2014	Marlene Alves de Carvalho	248.798.002-87	265337 SESP/RO	Pedagogia
045/2014	Sonia Maria Ferreira de Souza	893.604.002-20	531542-1 SSP/PA	Pedagogia
057/2014	SidineiaForlan Barbosa Lacerda	033.449.941-07	2138245-0 SSP/MT	Pedagogia
012/2014	Elizabete Cavalcante Pereira	838.666.551-34	0863576-5 SSP/MT	Pedagogia
061/2014	Ana do Carmo Alves	326.785.842-91	2050255-9 SSP/MT	Pedagogia
023/2014	Jacy de Carvalho Xavier	013.462.551-05	1760840-6 SSP/MT	Pedagogia

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:BEE691AB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 7.112/2014

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e nas Leis Complementares nº. 001/99 e 003/99;
RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Srª. **MARIA DO CARMO FERREIRA VIEIRA,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1497814-8 SSP/MT e do CPF nº. 008.323.801-80, do cargo de Carreira de **COZINHEIRA,** lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, a partir do dia 07/02/2014, tornando sem efeito a Portaria n° 3.847/2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de fevereiro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:03017D3D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 7.113/2014

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e nas Leis Complementares nº. 001/99 e 003/99;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido do Sr **ADILSON ALVES DE SOUZA**, portador da Cédula de Identidade RG nº.000693722 SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº. 710.952.172-91, do cargo de Carreira de **PROFESSOR II CLASSE A, com licenciatura em Letras/ LONTRA,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura,* lotada na *Secretaria Municipal de Educação e Cultura*, a partir do dia 06/02/2014, tornando sem efeito a Portaria n° 4.873/2011.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 07 dias de fevereiro de 2014.

EDNILSON LUIZ FAITTA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO
Secretário Mun. de Administração

Publicado por:
Claudia Maria Tscha
Código Identificador:B56E2A6D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 013 29 DE JANEIRO DE 2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E

Art. *1º - Exonerar o Sr° MICHAEL CESAR BARBOSA COSTA, da função de CONTROLADOR INTERNO.*
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Barão de Melgaço, 29 de Janeiro de 2014

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:5C1EE6B8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 006/2014

"Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Barão de Melgaço – BARÃO PREVI, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Barão de Melgaço/ MT, Antônio Ribeiro Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando o disposto no § 8º do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no § 12 do art. 40 da Constituição Federal com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 20/1998;

Considerando o disposto na Portaria Interministerial MPS/MF n.° 19, de 10 de janeiro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º. Os benefícios mantidos pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Barão de Melgaço – BARÃO-PREVI, concedidos ou que tenham cumpridos todos os requisitos para obtenção com base na legislação vigente a partir de 01.01.2004 serão reajustados, de acordo com o índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, em 1o de janeiro de 2014, em 5,56% (cinco inteiros e cinqüenta e seis décimos por cento).

§ 1º. Para os benefícios concedidos pelo BARÃO-PREVI a partir de 1º de fevereiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, o reajuste nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no anexo deste Decreto.

§ 2º. Para os benefícios que tenham sofrido majoração devido à elevação do salário mínimo para R$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), o referido aumento deverá ser descontado quando da aplicação do reajuste de que trata o caput e o § 1°.

Art. 2º. Para os benefícios concedidos pelo BARÃO-PREVI anterior a data estabelecida no *caput* do artigo anterior e com base na regra de transição prevista no art. 8° da Emenda Constitucional n.° 20/1998, art. 6° da Emenda Constitucional n.° 41/2003 e art. 3° da Emenda Constitucional n.° 47/2005, o reajuste dar-se-á de acordo com a regra aplicável a cada caso.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Barão de Melgaço/MT, 07 de fevereiro de 2014

ANTONIO RIBEIRO TORRES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gonçalo Brandão de Arruda
Código Identificador:8FCCEC87

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – CONVITE Nº.: 026/2013

O município de Barra do Bugres – MT, torna público, que tendo em vista o equivoco na publicação do Resultado do procedimento licitatório na modalidade de CONVITE nº.:26/2013, que circulou no dia 23/12/2013 no jornal oficial eletrônico dos municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, Edição 1875, página 25, retifica-se da seguinte forma: ONDE SE LÊ: valor total de R$149.793,73(Cento e quarenta e nove mil e setecentos e noventa e três reais e setenta e três centavos), LEIA – SE: valor de R$147.351,65(cento e quarenta e sete mil trezentos e cinqüenta e um reais e sessenta e cinco centavos).
Barra do Bugres, 10 de janeiro de 2014.

EDIRLEI SOARES DA COSTA
Comissão permanente de Licitação

Publicado por:
Edirlei Soares da Costa
Código Identificador:57FD6AA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/SMEC/2013 – EDITAL 009/2013

A Srª **BERNADETE FERNANDES GREGOLIN OLIVEIRA**, Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, e a Presidenta da Comissão do teste Seletivo Simplificado, para contratação temporária de professores da Rede Municipal de Ensino, Srª Ivone da Rocha no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 004/2013, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, no Departamento Pessoal, sito à Praça Ângelo Masson, 1.000 - Centro, **no prazo de 10 (dez) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga:

PROFESSOR MATEMÁTICA – ANOS FINAIS

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
MARCELA CRISTINA LINHARES PEREIRA	097
MARIA INEZ FERRARESSO	150

PROFESSOR GEOGRAFIA – ANOS FINAIS

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
RAFAEL VICENTE DE MOURA	103

PROFESSOR PEDAGOGIA – SEDE

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
ANDRA SANTANA DA SILVA	035
MARIA DEVAIR DE OLIVEIRA BOAVENTURA	024
OSVALDO RIBEIRO FILHO	164
MARIA CECILIA SALVADEGO SCUDELER	075
MARIA CRISTINA DE ANDRADE SILVA	004
CRISTIANE BORGES MALAQUIAS	156
ROSELI GOMES DA CRUZ	048
MARIA ALVES WOLF	026
ROSANA ALVES	013
TUANE MELO DO NASCIMENTO	044
VERONICA DA SILVA	123
TATIANI APARECIDA NASCIMENTO DE SOUZA	058
ZENI SCOLARI	162

PROFESSOR INDÍGENA ALDEIA UMUTINA

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
LAELCIO AMAJUNEPA	124

PROFESSOR PORTUGUÊS – ANOS FINAIS

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
ELIZIANE FERNANDA NAVARRO	089
MARCOS ANTONIO DE MEDEIROS	100
GLAUCIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	133

PROFESSOR INGLÊS – ANOS FINAIS

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
RUTHE DE CAMPOS NASCIMENTO	174

PROFESSOR CIÊNCIAS BIOLOGICAS – ANOS FINAIS

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
EDSLLA KARINA BARROS VIEIRA LEAL DOS SANTOS	009
AMANDA FERREIRA GOMES	012
ANA MARIA XAVIER BORGES	043

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ANOS FINAIS

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
TIAGO CAMARGO ALVES DA ROCHA	074
OSMAR SANTANA DA SILVA	126
CLEITON DE SOUZA DIAS	176

Barra do Bugres, 07 de fevereiro de 2014.

BERNADETE FERNANDES GREGOLIN OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação

IVONE DA ROCHA
Presidente da Comissão de Teste Seletivo da SMEC

Portaria nº 015/SMEC/2013

Publicado por:
Izaquiel da Silva
Código Identificador:0FC238BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/SMEC/2013 – EDITAL 009/2013

A Srª **BERNADETE FERNANDES GREGOLIN OLIVEIRA**, Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, e a Presidenta da Comissão do Teste Seletivo Simplificado para contratação temporária de excepcional interesse público e formação de cadastro de reserva da Rede Municipal de Ensino, Srª Ivone da Rocha no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 005/2013, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, no Departamento Pessoal, sito à Praça Ângelo Masson, 1.000 - Centro, **no prazo de 10 (dez) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga:

TÉCNICO EM INFORMÁTICA/MONITOR DE INFORMÁTICA

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
HELUIZA ORMELEZ DE ALMEIDA	449
MANOEL DA SILVA JUNIOR	192
SAMUEL BEZERRA DE LIMA	667
AGNALDO ROMÃO DE SENE	441
SILVIO ALMEIDA DA SILVA	050
WANDERSON SANTANDER DE ARAUJO	316

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - SEDE

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
JURACI RODRIGUES FALANQUI	162

NUTRIÇÃO ESCOLAR – SEDE

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
DEBORA RODRIGUES DE MATOS	118
EDNA ALVES LIMA	217
LEIA RODRIGUES DE MATOS	115

AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO - SEDE

NOME	NUMERO DE INSCRIÇÃO
MIQUEIAS RODRIGUES DE MATOS	117

Barra do Bugres, 07 de fevereiro de 2014.

BERNADETE FERNANDES GREGOLIN OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação

IVONE DA ROCHA
Presidente da Comissão de Teste Seletivo da SMEC

Portaria nº 015/SMEC/2013

Publicado por:
Izaquiel da Silva
Código Identificador:C861918D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2014

O Município de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados, que fará realizar Procedimento Licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO**, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei 10.520/2002 e demais regulamentos pertinentes e suas alterações posteriores, á Realizar-se no dia **21 de Fevereiro de 2.014**, às **14h00min (horário de Cuiabá)** no Endereço, Avenida Jose Humárcio Carlos Ferreira, s/nº, centro, Bom Jesus do Araguaia-MT; a Reunião de Recebimento e Abertura das Propostas e Documentações, Conforme Especificado no **Processo de Licitação Nº. 008/2014 na Modalidade Pregão Presencial - RP 06/2014**, **Tipo Menor Preço,** Julgamento **Menor Preço Por Item do Quilometro Rodado** com a seguinte finalidade: O PRESENTE PREGÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM TRANSPORTE ESCOLAR, ESTRADAS DE CHÃO, PARA LINHAS INFANTIL E FUNDAMENTAL A SEREM PERCORRIDAS NO CALENDARIO LETIVO DE 2014. CONFORME TERMO DE REFERENCIA. Os interessados poderão retirar o Edital completo na sede da Prefeitura Municipal, sito à Avenida Jose Humárcio Carlos Ferreira, s/nº, centro, Município de Bom Jesus do Araguaia – MT, mais informações pelo telefone 66-3538-1201 das 13:30 as 17:00 horas.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 10 de Fevereiro de 2.014.

RONIELY GOMES DE O. MESQUITA
Pregoeira

Publicado por:
Célio José de Olveira
Código Identificador:1366CD6F

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA
LEI N.º 293/2014 - AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

LEI N.º 293/2014, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE CARATER DE URGENCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOEL FERREIRA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Orgânica do Município; Considerando o excepcional interesse público e necessidade em caráter de urgência; Considerando ainda o que dispõe o art. 37, IX da Constituição Federal. **FAÇO SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Parta atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratações de pessoas por tempo determinado.
Art. 2º Para efeito desta Lei considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:
I – preenchimento temporário de função de cargo público por carência de servidores concursados:
II – preenchimento temporário de cargo público de servidor efetivo por motivos de
Admissão de professor substituto;
Suprimento de servidores nos demais casos.
II – preenchimento temporário de cargo público de servidor efetivo por motivos de:
Por afastamento de problemas de saúde;
Por licença premio;
Por licença não remunerada por motivos particulares;
E demais licenças necessárias.
Art. 3º - A contratação a que se refere esta Lei é a constante do Anexo.
Art. 4º - O prazo de duração do contrato administrativo que se refere esta Lei, referido no art. 1º, ficará adstrito à vigência de um ano.

Art. 5º - A contratação autorizada por esta Lei, não constitui vinculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no Inciso II, artigo 37 da Constituição Federal.
Art. 6º - O Servidor contratado por esta Resolução perceberá o valor previsto pelo Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal.
Art. 7º - O Regime jurídico do contratado temporário permitido por esta Lei será o Estatutário, adotando para todos os efeitos o Regime Geral da Previdência Social.
Art. 8º - Esta Lei retroage a data de 04 de fevereiro de 2014.
Art. 9º - Revogam-se as disposições e, contrário.

JOEL FERREIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS N.º VAGAS

MOTORISTA	10
COVEIRO	01
TÉCNICA DE ENFERMAGEM	03
MECANICO VEICULO PESADO	01
AGENTE FISCAL DE POSTURA	02
FISCAL TRIBUTÁRIO	03
ENFERMEIRO	01
TECNICO DE INFORMATICA	01
GARI	10
VIGIA	10
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	10
DENTISTA	01
FISIOTERAPEUTA	01
PROFESSOR	30
TRATORISTA	02
CONTROLADOR INTERNO	01
RECEPCIONISTA	05
MERENDEIRA	06
PEDREIRO	01
OPERADOR DE MAQUINA PESADA	02
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	05
PSICOLOGO	01
FARMACEUTICA	01

Bom Jesus do Araguaia, 04 de fevereiro de 2014.

JOEL FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Fernando Ferreira
Código Identificador:6F3E8160

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA
LEI COMPLEMENTAR N.º 028/2014 - ALTERA A REDAÇÃO O INCISO II, III E DO ARTIGO 8º DA LEI COMPLEMENTAR N.º 04/2011

Lei Complementar n° 028/2014
Data: 04 de fevereiro de 2014.

ALTERA A REDAÇÃO O INCISO II, IIIE DO ARTIGO 8º DA LEI COMPLEMENTAR N° 04 DE 20 DE MAIO DE 2011, CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL FERREIRA, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º - O art. 8º da Lei Complementar n. 04/2011 de 20 de maio de 2011, Criação e Implantação do Conselho Municipal de Meio Ambiente, passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 8º - O COMAN será composto por 08 (oito) membros, indicados para um mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, e deverá ter representação partidária de membros do Poder Executivo e da Sociedade Civil, bem como ter a seguinte composição:
I – quatro representantes do Poder Executivo Municipal, cujos membros e seus suplentes, serão indicados pelos titulares de cada órgão, respectivo;
II – dois representantes , pertencentes ao segmento de Associações Rurais e Sindicato Rural do Município;
III – dois representantes não – governamentais, do segmento comunitário e empresarial, com seus membros titulares, e suplentes, indicados pelos próprios segmentos.
.....
.....

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei Municipal n.04/2011, ficam inalterados.
Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Em, 04 de fevereiro de 2014

JOEL FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Fernando Ferreira
Código Identificador:3977F15B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2012

CONTRATADO: SOLUTIONS CORP. ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA – EPP.
OBJETO: Prorroga prazo de vigência e de execução da obra, devido a não conclusão no período esperado.
VIGÊNCIA: 07/05/2014
DATA: 07/02/2014

Publicado por:
Jeanne Folador
Código Identificador:93F2BF93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N05/2014 - ERRATA - LISTA DE INSCRITOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 005/2014 - ERRATA

LISTA DE INSCRITOS
A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Processo Seletivo Simplificado 002/2014, representada pela senhora Mara Andressa Kunst Kempa, Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais, e de Acordo com a Lei Autorizativa nº 1591/2014 e Lei Complementar 051/2014, divulga a Lista de Inscritos aos Cargos do Processo Seletivo Simplificado 002/2014.

LISTA DE INSCRITOS

Inscrição	Nome	CPF	Cargo
016	Lorindo Marques da Silva	543.484.391-68	Eletricista de Refe Elétrica

Brasnorte – MT 07 de Fevereiro de 2014.

MARA ANDRESSA KUNST KEMPA
Presidente da Comissão
Processo Seletivo Simplificado
N° 002/2014

TATIANA CRISTINA DA SILVA
Secretária da Comissão

ALESSANDRA APª. M. L. FERNANDES
Membro

LAISA ANGÉLICA MELO SILVA
Membro

EDMILSON DOS SANTOS
Membro

GLAUCIA HELFER
Membro

CRISTIANE GEMMI
Membro

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:F61C142D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 01 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a formação das Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para o ano de 2013 e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 06 de Fevereiro de 2013, com registro em Ata nº. 145 e,

Considerando que as Comissões Temáticas, de natureza permanente, tem por finalidade subsidiar o Colegiado no cumprimento de sua competência;

Considerando que as Comissões Temáticas são constituídas de forma paritária e segundo suas afinidades com os temas a serem tratados;

Considerando que a qualquer conselheiro é facultado participar das reuniões de qualquer Comissão, com direito à voz;

Considerando ainda que as Comissões contarão com o apoio técnico e operacional da Secretaria Executiva, para realização de suas reuniões e elaboração dos relatórios e pareceres;

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir as Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social, ficando assim definido:
I – Comissão de Política e Normas da Assistência Social
Izabel Cristina da Costa Amedi
Johannes Kornelis Van Zwieten
Camila Rangel Ortiz Santos
Zilda Teixeira de Almeida Martins (Coordenadora)
II – Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social
Izabel Cristina da Costa Amedi
Patrícia Aparecida Lima Gomes
Simone Aparecida Garcia Paesano (Coordenadora)
Vânia da Costa Sacramento
III – Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Entidades de Assistência Social registradas no CMAS
Camila Rangel Ortiz Santos (Coordenadora)
Zilda Teixeira de Almeida Martins
Carlos Alberto Santos
Sebastião de Paula Carvalho
IV – Comissão de Fiscalização e Acompanhamento das Unidades Públicas de Assistência Social
Divina Aparecida Santos Cochev
Roseli do Nascimento Moreira
Johannes Kornelis Van Zwieten
Patrícia Aparecida Lima Gomes

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 06 de Fevereiro de 2013.

ZILDA TEIXEIRA DE ALMEIDA MARTINS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:C84C8514

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 02 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre a eleição dos conselheiros nas funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 06 de Fevereiro de 2013, com registro em Ata nº. 145, resolve:

Art. 1º - Eleger o conselheiro **Carlos Alberto Santos**, representante do Centro de Direitos Humanos "Dom Máximo Biennés", para exercer a função de Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, com mandato de 10 (dez) meses, tendo início em 06/02/2013 e término em 30/11/2013.

Art. 2º - Eleger a conselheira **Camila Rangel Ortiz Santos**, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, para exercer a função de Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, com mandato de dois anos.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 06 de Fevereiro de 2013.

ZILDA TEIXEIRA DE ALMEIDA MARTINS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:F5BBBE58

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 22 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas do 2º trimestre de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 14 de Novembro de 2013, com registro em Ata nº. 162, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, após apreciação das contas pela Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e, por unanimidade pela Plenária, a Prestação de Contas referente ao 2º trimestre do ano de 2013 dos recursos financeiros destinados à execução dos serviços socioassistenciais executados pela Secretaria Municipal de Ação Social e pelas entidades Lar Servas de Maria, Fundação Casa de Maria e José e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 14 de Novembro de 2013.

CARLOS ALBERTO SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:159FF2DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 23 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeiro do Sistema Único de Assistência Social – SUAS ano: 2012.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da Deliberação do Colegiado em Reunião Extraordinária do dia 14 de Novembro de 2013, com registro em Ata nº. 162 e,

Considerando que os serviços foram executados de acordo com as normas estabelecidas;
Considerando que os recursos destinados foram utilizados para a finalidade aos quais foram disponibilizados, no entanto foi verificado que o saldo à reprogramar ocorreu devido a falta de orçamento, diante disso sugere-se a gestão uma melhor avaliação quanto a utilização do recurso de acordo com o orçamento;
Considerando a qualidade dos serviços, verificou-se que manteve a mesma qualidade do ano anterior, havendo ainda a necessidade da criação de uma nova central para cadastramento do programa e uma nova unidade do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;
Considerando que a análise dos documentos/relatórios apresentados é de fácil compreensão, pois a Comissão responsável dispõe de conselheiros técnicos.
Considerando que o CMAS acompanha parcialmente a elaboração e execução do orçamento, somente através das prestações de contas;
Considerando que a aplicação dos recursos próprios do município são efetivados onde não há cofinanciamento federal,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, após apreciação da plenária, por unanimidade, o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeiro do SUAS/2012, referente aos recursos repassados pelo Governo Federal e das ações executadas pela Secretaria Municipal de Ação Social.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Cáceres-MT, 14 de Novembro de 2013.

CARLOS ALBERTO SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:0CFAB85D

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 24 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a aprovação da Minuta de Projeto de Lei Municipal que dispõe sobre os Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da Deliberação do Colegiado em Reunião Extraordinária do dia 29 de Novembro de 2013, com registro em Ata nº. 164 e,

Considerando que de acordo com a Lei Federal nº. 8.742 de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, os municípios e o Distrito Federal são responsáveis pela prestação de Benefícios Eventuais (BE), o que significa que devem para tanto, estruturar um conjunto de ações, tais como: - Regulamentar a prestação dos BE; - Destinar recursos e realizar o seu pagamento, assegurando, em lei orçamentária, os recursos necessários para a oferta destes benefícios, e; - Organizar o atendimento aos beneficiários;
Considerando as alterações promovidas na LOAS pela Lei nº. 12.435 de 2011, que normatiza a concessão e o valor dos Benefícios Eventuais, que devem ser definidos pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, com base em critérios e prazos estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social;
Considerando a Resolução nº. 212 de 19/10/06 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política de assistência social;
Considerando o Decreto Federal nº. 6.307 de 14/12/2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais;
Considerando que os benefícios eventuais compõe a proteção social básica;
Considerando que os benefícios eventuais devem ser regulados no município por resolução do Conselho Municipal de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, após apreciação da Comissão de Políticas e Normas, a Minuta de Projeto de Lei Municipal que dispõe sobre os Benefícios Eventuais.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Cáceres-MT, 29 de Novembro de 2013.

CARLOS ALBERTO SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:01CB5F25

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 25 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a retificação da redação da Resolução CMAS nº. 32 de 06/09/12.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da Deliberação do Colegiado em Reunião Extraordinária do dia 29 de Novembro de 2013, com registro em Ata nº. 164, RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a redação da Resolução CMAS nº. 32 de 06/09/12 onde se lê: "*Dispõe sobre a aprovação do Plano de Providências*", lê-se: "*Dispõe sobre o relatório de atendimento ao Plano de Providências*".

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Cáceres-MT, 29 de Novembro de 2013.

CARLOS ALBERTO SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:97996F51

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 09 DE 20 DE JUNHO DE 2013

Dispõe sobre aprovação do Termo de Aceite sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião

Extraordinária do dia 20 de Junho de 2013, com registro em Ata nº. 154, faz saber que:

Considerando a Resolução nº. 01, de 21 de Fevereiro de 2013, da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), com a respectiva deliberação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário;

Considerando que o processo de reordenamento do SCFV visa unificar, qualificar e equalizar a oferta do serviço para crianças, adolescentes e pessoas idosas, tendo como base as orientações definidas pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº. 109/2009);

Considerando o Ofício Circular nº. 04/2013/DPSB/SNAS/MDS, de 26 de abril de 2013 em que orienta sobre o reordenamento do SCFV,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar ao Termo de Aceite que pactua o reordenamento do SCFV que será ofertado através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em funcionamento no município de Cáceres/MT.

Parágrafo 1º - O reordenamento proporcionará maior flexibilidade na execução dos recursos, na organização do trabalho e formação dos grupos, identificando dentre os usuários aqueles que se encontram nas situações prioritárias e que devem ser incluídos em sua oferta. Trata-se de uma ação integrada à realidade do território de atuação, considerando as redes socioassistenciais e intersetoriais.
Parágrafo 2º - O cofinanciamento do SCFV se dará por meio do Piso Básico Variável e deverá respeitar a capacidade de atendimento do município.

Parágrafo 3º - A capacidade máxima de atendimento é de 660, no entanto a meta de atendimento do público prioritário é de 330 não sendo possível revisão.

Art. 2º - A realização do Termo de Aceite é condição para o repasse do cofinanciamento federal do SCFV. A não realização do aceite representará a desistência formal do órgão Gestor.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Cáceres-MT, 20 de Junho de 2013.

CARLOS ALBERTO SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:96E4A27F

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 10 DE 26 DE JUNHO DE 2013

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS ano: 2013

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 26 de Junho de 2013, com registro em Ata nº. 155 e,

Considerando que as informações contidas no Plano de Ação 2013 estão coerentes com o Plano de Assistência Social do município;

Considerando o Plano de Ação 2012, verifica-se que houve melhoria da quantidade dos serviços ofertados em relação a previsão de atendimento;

Considerando a previsão de financiamento, verifica-se a evidente necessidade de uma atualização de valor dos recursos transferidos pela esfera estadual, assim como em anos anteriores já mencionados por esse conselho, além de uma revisão para atualização quanto a divisão da lei orçamentária municipal, referente aos valores destinados/repassados à Assistência Social;

Considerando satisfatória a qualidade e a quantidade do serviço co-financiado, no entanto verifica-se que é necessário maior investimento financeiro, comprometimento do gestor público para que esse serviço seja de fato melhor efetivado, além da necessidade de recursos humanos específico para determinadas áreas da Assistência Social que são de caráter contínuo afim de não comprometer a continuidade dos serviços, possibilitando um melhor atendimento aos usuários;

Considerando que se manteve a articulação da política da assistência social com as demais políticas sociais (Saúde, Educação e Habitação), através de ações conjuntas, buscando a melhoria da qualidade dos atendimentos, observa-se porém um não comprometimento maior de articulação com as demais políticas setoriais (Legislativo e Judiciário) sendo necessário e preciso;

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar, após apreciação da plenária, por unanimidade e sem ressalvas, o Plano de Ação 2013, para co-financiamento do Governo Federal dos serviços socioassistenciais do município.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 26 de Junho de 2013.

CARLOS ALBERTO SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:4843A33B

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 11 DE 26 DE JUNHO DE 2013

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para realização da IX Conferência Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 26 de Junho de 2013, com registro em Ata nº. 155 e,

Considerando que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Conselho Nacional de Assistência Social, convocaram a IX Conferência Nacional de Assistência Social, com o tema Gestão e Financiamento para a efetivação do SUAS,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, após apreciação da plenária, por unanimidade e sem ressalvas, o Plano de Ação para realização da IX Conferência Municipal de Assistência Social do município.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 26 de Junho de 2013.

CARLOS ALBERTO SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:9FFE82C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 12 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre aprovação da Prestação de Contas do 1º trimestre de 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 07 de Agosto de 2013, com registro em Ata nº. 157, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, após apreciação das contas pela Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social e, por unanimidade pela Plenária, a Prestação de Contas referente ao 1º trimestre do ano de 2013 dos recursos financeiros destinados à execução dos serviços socioassistenciais executados pela Secretaria Municipal de Ação Social e pelas entidades Lar Servas de Maria, Fundação Casa de Maria e José e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 07 de Agosto de 2013.

CARLOS ALBERTO SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:A20A9895

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 13 DE 07 DE AGOSTO DE 2013

Dispõe sobre inscrição da entidade Remanso Fraterno João Gabriel no Conselho Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 07 de Agosto de 2013, com registro em Ata nº. 157 e,

Considerando o artigo 3º da Lei Federal 8.742, de 07/12/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), e o Decreto Federal nº 6.308, de 14/12/2007, que caracterizam as entidades e organizações de assistência social;

Considerando a Resolução nº 109/CNAS, de 11/11/2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução nº 16/CNAS, de 05/05/2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social nos Conselhos de Assistência Social;

Considerando a Resolução Normativa nº 08/CMAS, de 22/03/2011, que define os parâmetros municipais para inscrição de entidades e organizações que atuam na Assistência Social;

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a inscrição da entidade **REMANSO FRATERNO JOÃO GABRIEL**, CNPJ Nº 03.755.279/0001-01, com sede em Cáceres/MT, neste Conselho, sob número 005, de acordo com as normativas vigentes, dentre elas, a Resolução CNAS nº 16/2010.

Art. 2º - A entidade executará o seguinte serviço socioassistencial:
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoa idosa.

Art. 3º - A inscrição tem validade por tempo indeterminado.

Art. 4º - A entidade deverá apresentar anualmente, até 30 de abril, ao CMAS, o plano de ação do corrente ano, bem como o relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, sob pena da inscrição ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento deste requisito.

Art. 5 º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação.

Cáceres-MT, 07 de Agosto de 2013.

CARLOS ALBERTO SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:C7BEB0AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 14 DE 24 DE SETEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a constituição da Comissão Organizadora da Eleição das entidades não governamentais para compor o Conselho Municipal de Assistência Social Biênio 2013/2015 e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Ordinária do dia 24 de Setembro de 2013, com registro em Ata nº. 158, resolve:

Art. 1º - Constituir a Comissão Organizadora da Eleição das entidades não governamentais para compor o Conselho Municipal de Assistência Social no Município de Cáceres, para o biênio 2013/2015.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos conselheiros representantes da Sociedade Civil:
Carlos Alberto Santos - Presidente da Comissão (CDH "Dom Máximo Biennés")
Johannes Kornelis Van Zwieten (Movimento Nac. de Meninos e Meninas de Rua)
Sebastião de Paula Carvalho (Fundação Casa de Maria e José)

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 14 de Setembro de 2013.

CARLOS ALBERTO SANTOS
Presidente do CMAS

Publicado por:
Odilei Gomes de Campos
Código Identificador:22F76ED2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 039 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo

74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e o **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Lei nº 2.388 de 07 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO o Decreto nº 537 de 18 de dezembro de 2013;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 3432 de 03 de fevereiro de 2014,
RESOLVEM:

Art. 1º Remanejar 02(duas) vagas de ponto de táxi da Praça João Figueiredo – Frente Posto Carretão para:
01(uma) vaga acrescentar no Terminal Rodoviário José Palmiro;
01(uma) vaga com a criação do Ponto de Táxi na Perimetral da BR – 070 – Frente Hotel AKI.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de fevereiro de 2014.

FRANCIS MARIS CRUZ
Prefeito Municipal de Cáceres

CLAUDIO LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 04.02.14

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:81504EF6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 040 DE 31 DE JANEIRO 2014.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO as Portarias nº 070, de 23.02.2012, 337 de 14.08.2012, 478 de 17.09.2012, 558 de 15.10.2013 e 570 de 22.10.2013 que designou membros da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa,

CONSIDERANDO o que consta no despacho do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 26.208 de 16 de outubro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 31 de janeiro de 2014.

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 31.01.14.

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:BC1D4543

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 041 DE 03 DE FEVEREIRO 2014.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO as Portarias nº 070, de 23.02.2012, 337 de 14.08.2012, 478 de 17.09.2012, 558 de 15.10.2013 e 570 de 22.10.2013 que designou membros da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa,

CONSIDERANDO o que consta no despacho do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 25.753 de 09 de outubro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de fevereiro de 2014.

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 03.02.14.

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:73BCA6EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 042 DE 03 DE FEVEREIRO 2014.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO as Portarias nº 070, de 23.02.2012, 337 de 14.08.2012, 478 de 17.09.2012, 558 de 15.10.2013 e 570 de 22.10.2013 que designou membros da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa,

CONSIDERANDO o que consta no despacho do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 27.933 de 06 de novembro de 2013,
RESOLVE:

Art.1º Determinar o encaminhamento do processo acima mencionado e documentos que o instruem, à Comissão Permanente de Sindicância Administrativa Disciplinar, a fim de apurar os fatos narrados.

Art.2º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos imediatamente, a partir da publicação da presente Portaria e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal solicitante, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

§ 2º A prorrogação será efetivada por meio de Portaria específica.

Art.3º Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deve consultar a PGM para orientação quanto ao procedimento legal a ser adotado.

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de fevereiro de 2014.

NELCI ELIETE LONGHI
Secretária Municipal de Educação

Afixado em: 03.02.14.

Publicado por:
Estela da Silva Lopes
Código Identificador:5DBA6DAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇAO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2014-MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias de Saúde deste Município.
Objeto: Pregão Presencial referente à **aquisição de medicamentos e materiais para atender o pronto atendimento medico, desta Prefeitura de Cáceres-MT, conforme relação constante do edital.**
Credenciamento: 19 de fevereiro de 2014, horário conforme edital.
Realização: dia **20 de fevereiro de 2014** às **08:00hs ,** horário de Cuiabá –MT.
Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200-000 - Cáceres-MT, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/.

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, **07 de fevereiro de 2014.**

KATIA FARIA DA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Luciene Etiene de Souza
Código Identificador:BED2D2B1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 005-2014

O Município de Campinápolis via da Secretaria M. de Administração, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelos Decretos nº 2.156/2013 e 2.271/2014, torna público aos interessados que às **08h: 30min do dia 21 de fevereiro de 2014**, em sua sede, sito à Av. Benônico José Lourenço, nº 2.170 – Centro, nesta cidade, em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para **contratação de empresas do ramo de comercio de veículos**; para o fornecimento de **uma Caminhonete Cabine Duplo Flex 0k**, na forma da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002; Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Cópia completa do Edital, retirar no **site: www.campinapolis.mt.gov.br** fone: (066)3437.1992.

Sala da Comissão Permanente de Licitações, Prefeitura da cidade de Campinápolis - MT, aos 07 dias de fevereiro de 2014.

EULENIMAR MENDES MORAIS
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Eulenimar Mendes Morais
Código Identificador:B9161F4B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 015/2014

ABERTURA: 20 de fevereiro de 2014.
CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**
INÍCIO DA SESSÃO: 20 de fevereiro de 2014 às 08:00 horas.
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de banheiros químicos, palco, tenda e projeção em telão, para atender a Prefeitura Municipal**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 7 de fevereiro de 2014**.**

LEANDRO NERY VARASCHIN
Pregoeiro

Publicado por:
Dalila Pamela Gonçalves Nunes
Código Identificador:DA0D33A7

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 010.2014

DA ESPÉCIE: Locação de imóvel.
DO OBJETO: Locação de piscina com medidas de 25 x 15 x 1,20 x 1,40m para fins terapêuticos.
DO VALOR: Valor mensal de R$ 4.600,00. Valor Global de R$ 50.600,00.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06 - Secretaria Municipal de Saúde; 01 - Fundo Municipal de Saúde; 2.064 - Manutenção do Centro de Reabilitação; 06.01.2.021.3.3.90.36.99.00.00.00, Despesa: 289/2014.
DA VIGÊNCIA: 06/02/2014 à 31/12/2014.
ASSINAM: DIRCEU MARTINS COMIRAN – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS NOVA QUERÊNCIA, CNPJ/MF n° 26.562.553/0001-21 / CONTRATADA.

Publicado por:
Rosimeire Conceição Favero
Código Identificador:3E699EDC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.945/2014 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014

AUTORIA: PREFEITO FÁBIO SCHROETER

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESAFETAR ÁREA A SER A DESMEMBRADA EM LOTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar as Reservas Públicas I e II localizadas no Distrito Industrial II – Ampliação I, nesta urbe, as quais estão registradas, respectivamente, sob as matrículas de números 9.522 e 9.523 perante o Cartório de Registro Geral de Imóveis de Campo Verde – 1º Ofício, perfazendo, conjuntamente, uma área total de 5.367,21 m2.

Parágrafo único - A área tratada no *caput* deste artigo será desmembrada em lotes urbanos, além de parte dela ser destinada ao prolongamento da Rua Arcelino Manoel de Assis, de acordo com o constante no mapa e no croqui que fazem parte integrante da presente lei.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2014.

FÁBIO SCHROETER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelson Ricardo Kleim
Código Identificador:3A5BF669

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.946/2014 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014

AUTORIA: PREFEITO FÁBIO SCHROETER

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE CAMPO VERDE – AUCV E ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE CAMPO VERDE – ASOCAD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a **ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE CAMPO VERDE - AUCV**, unidade de Campo Verde e **ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE CAMPO VERDE – ASOCAD.**

Art. 2º - O presente instrumento tem por finalidade repassar recursos financeiros destinados a cobertura de parte das despesas com o transporte dos universitários, que se deslocam deste Município para as instituições de ensino superior localizadas em Cuiabá, Várzea Grande, Jaciara e Primavera do Leste.

Parágrafo Primeiro – O valor do repasse anual será de até R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), divididos em parcelas mensais, mediante a devida prestação de contas.

Parágrafo Segundo – O valor será dividido entre as Associações de acordo com o número de estudantes associados.

Art. 3º - O convênio abrangerá o exercícios financeiro de 2014.

Art. 4º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2014.

FÁBIO SCHROETER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelson Ricardo Kleim
Código Identificador:54F33E01

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 1.947/2014 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014

AUTORIA: PREFEITO FÁBIO SCHROETER

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO – ASSEDOM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO – ASSEDOM.

Art. 2º - O presente instrumento tem por finalidade repassar recursos financeiros destinados a cobertura de parte das despesas com o transporte dos universitários residentes no Assentamento Dom Osório que se deslocam deste Município para as instituições de ensino superior localizadas em Primavera do Leste.

Parágrafo Primeiro – O valor do repasse será de R$ 210,00 (duzentos e dez reais) mensais por estudante, mediante comprovação de presença do aluno na instituição de ensino e prestação de contas.

Parágrafo Segundo – O valor será repassado a ASSEDOM de acordo com o número de estudantes associados, até o valor máximo de R$ 30.240,00 (trinta mil duzentos e quarenta reais) por ano.

Art. 3º - O convênio abrangerá o exercício financeiro de 2014.

Art. 4º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2014.

FÁBIO SCHROETER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelson Ricardo Kleim
Código Identificador:ABD692BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel(is):
SEBASTIANA INÊS BRAVIN SOARES requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 16 da QUADRA 03, LOCALIZADO NA RUA BELO HORIZONTE, LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.
Secretaria Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Jeane Antonia Abade
Código Identificador:857696C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO Nº 003/2013

Concedente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE
Proponente: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE
Objeto: Alterar as dotações orçamentárias, de acordo com a CLÁUSULA SEXTA – Da Dotação Orçamentária e prorrogar o prazo de vigência do Convênio até 19 de fevereiro de 2015, de acordo com a CLÁUSULA SÉTIMA – Da Vigência.
Valor: R$ 1.453.200,00
Vigência: 21/02/2014 a 19/02/2015
Assinatura: 03/02/2014

Publicado por:
Suzanne Panerai Schmidt
Código Identificador:F232C5BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 003/2014

Concedente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE
Proponente: APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPECIONAIS DE CAMPO VERDE
Objeto: Cedência de servidores municipais, materiais de consumo, manutenção e repasse financeiro para custear despesas da entidade, conforme descrição abaixo:
a) Uma diretora do quadro dos servidores municipais para atender a Escola Castelinho;
b) Um professor da rede municipal com carga horária de 24 horas;
c) Um motorista da rede municipal para o transporte dos alunos;
d) Um auxiliar administrativo da rede municipal;
e) Abastecer os veículos da APAE utilizados no transporte de alunos com até 2.000 litros de combustível para a Kombi e 4.000 litros de combustível ano para o microônibus;
f) Realizar a manutenção dos veículos da APAE utilizados no transporte de alunos, com serviços diversos;
g) Fornecer material pedagógico necessário a APAE;
h) Fornecer merenda escolar para alunos da APAE;
i) Custear despesas com energia elétrica do prédio da APAE;
j) Repassar o valor anual de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a fim de custear despesas da referida entidade, dividido em 10 parcelas mensais.
Valor: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
Vigência: 05/02/2014 a 31/12/2014
Assinatura: 05/01/2014

Publicado por:
Suzanne Panerai Schmidt
Código Identificador:7200AAB3

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 103/2014

PORTARIA Nº 103/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA, SEM REMUNERAÇÃO, AO SERVIDOR MUNICIPAL ANDRE PALMEIRA PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:A38F7580

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 104/2014

PORTARIA Nº 104/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL CRISTIANE BASTIANI PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:10CAAA78

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 105/2014

PORTARIA Nº 105/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL SIMONE ALVES DELGADO AYRES PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:DEAA1B85

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 106/2014

PORTARIA Nº 106/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL NILDETE MORO MARGHETI PELO PERÍODO DE DOIS ANOS

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:9F96B9CD

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 107/2014

PORTARIA Nº 107/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.
NOMEIA O SENHOR JOAO CAMPOS PEREIRA PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR DE MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:F511C640

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 109/2014

PORTARIA Nº 109/2014, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL JAQUELINE DA SILVA CRUZ PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:82FDDD88

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 110/2014

PORTARIA Nº 110/2014, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.
TRANSFERE O SERVIDOR MUNICIPAL EDVALDO ANSELMO DOS SANTOS DE LOTAÇÃO.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:2A585559

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 111/2014

PORTARIA Nº 111/2014, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL À INTEGRANTES DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, CONFORME DISPÕE A LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2006.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:336E6C3F

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 112/2014

PORTARIA Nº 112/2014, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
EXONERA A SENHORA ALESSANDRA VALESKA RODRIGUES ALVES DO CARGO EFETIVO DE FONOAUDIÓLOGA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:6D0EBE0F

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 113/2014

PORTARIA Nº 113/2014, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
EXONERA A SENHORA CLARISSA AMANDA HOLETZ BACKES DO CARGO EFETIVO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:A7FD2E1D

SMA/RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA PORTARIA Nº 115/2014

PORTARIA Nº 115/2014, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
CONCEDE LICENÇA, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL ELOECIL MARIA GUERRIZE CONTE, POR PRAZO INDETERMINADO.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:478A28C3

SMA/RECURSOS HUMANOS
CONTRATO TEMPORÁRIO N.° 025/2014

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.**
CONTRATADO: **CLERYSTON TAVARES DE ARAÚJO**
OBJETO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE **MOTORISTA**
VALOR: **R$ 1.222,07 (HUM MIL, DUZENTOS E VINTE E DOIS REAIS COM SETE CENTAVOS.) MENSAIS**.
VIGÊNCIA: INICIANDO EM **01 DE JANEIRO DE 2014** E COM TÉRMINO EM **30 DE JUNHO DE 2014.**

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:01102B62

SMA/RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 154/2013

DISTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE**.
DISTRATADO**: MARIANA SANTOS DE OLIVEIRA FIGUEREDO**
MOTIVO:A CONTRATADA, POR RAZÕES INTERNAS E PRÓPRIAS, DECIDIU DESISTIR DA CONTINUIDADE DO CONTRATO ATÉ AGORA VIGENTE, RESOLVENDO AS PARTES RESCINDIREM O CONTRATO.
DATA DO DISTRATO: 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

Publicado por:
Neuza do Amarante de Oliveira
Código Identificador:5FE2406E

SUPERVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 011/2014 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÕES E CARRETAS.

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através de sua Pregoeira oficial, torna público o resultado do Pregão 011/2014, em que sagrou-se vencedora a empresa **SILVA PORTO E CIA LTDA-ME, CNPJ 13.075.641/0001-57**, com o valores: lote 01-R$ 158.000,00; lote 03-R$ 69.900,00; lote 06-R$ 76.800,00 e lote 07-R$ 49.000,00, sendo o total de R$ 353.700,000 (trezentos cinqüenta e três mil e setecentos reais). Resultaram em desertos os lotes 01, 04, 05 e 08. Campo Verde, 07 de fevereiro de 2014.

ANA CAROLINA S. BRAGA BLUME
Pregoeira

Publicado por:
Gislene Jesus Lopes
Código Identificador:4B898E38

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

SETOR DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 045/2014

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.
Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.
RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor **ELIZEU DIAS PINHEIRO**, servidor no cargo de Assessor de Planejamento para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 15/2014** que tem por objeto a contratação de empresa para construção de quadras poliesportivas em escolas municipais, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Canarana-MT.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.
Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 07 de Fevereiro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:35C82BF4

SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002-2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2014.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 004/2014
PROCESSO Nº. 004/2014
VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Rua Miraguai nº 228, Centro,

Canarana - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 15.023.922/0001-91, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **EVALDO OSVALDO DIEHL**, brasileiro, casado, agro-empresário, residente e domiciliado na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade Cédula de Identidade RG nº 221.566 SSI/SC e do CPF nº. - 132.773.839-20, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA – ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 11.601.924/0001-60 estabelecida na cidade de Cuiabá – MT à Rua Martin Pescador nº 14, CPA IV, CEP 78.058-078, neste ato representada por **MARCIO DE FREITAS CORREA**, Carteira de Identidade nº. 2048018-0 SSP/SP e CPF nº 094.915.058-40**,** nas quantidades estimadas no **Item 1** desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de **Pregão Presencial nº. 004/2014** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação da empresa **TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS E TURISMO LTDA – ME**, inscrita no CNPJ/MF nº 11.601.924/0001-60, estabelecida na cidade de Cuiabá – MT à Rua Martin Pescador nº 14, CPA IV, CEP 78.058-078**,** para o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de rede e privada wireless criptografada, para atender a demanda das secretarias municipais de Canarana-MT, conforme especificações abaixo:**

LOTE 01 – MANUTENÇÃO DE REDE

Item	Quant	unid	Especificação detalhada do objeto
01	12	Serv	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, ACOMPANHAMENTO, GERENCIAMENTO E GESTÃO DE TODA A REDE DE INTERLIGAÇÃO FÍSICA E LÓGICA, FIREWALL DE SEGUNRAÇA DA INFORMAÇÃO E GERENCIAMENTO DO APLICATIVO MÓVEL DE CHAMADOS TÉCNICOS

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 004/2014**, com fundamento nas Leis n. 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. Evaldo Osvaldo Dihel, disposta no **Processo nº 004/2014**.

CLAUSULA TERCEIRA - DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Empresa Vencedora:
Nome: TWI EMPREENDIMENTOS TEC. E TURISMO LTDA – ME
CNPJ: 11.601.924/0001-60
Endereço: Rua Martin Pescador nº 14
CEP: 78.058-078 **Cidade/Estado:** Cuiabá – MT
Representante Legal: MARCIO DE FREITAS CORREA
RG: 2048018-0 SSP/SP e **CPF** nº 094.915.058-40

Item	Especificação detalhada do objeto	Unid.	Quant.	Valor Unit	Valor Total
01	SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, ACOMPANHAMENTO, GERENCIAMENTO E GESTÃO DE TODA A REDE DE INTERLIGAÇÃO FÍSICA E LÓGICA, FIREWALL DE SEGUNRAÇA DA INFORMAÇÃO E GERENCIAMENTO DO APLICATIVO MÓVEL DE CHAMADOS TÉCNICOS	**SERV**	**12**	**3.000,00**	**36.000,00**

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: Secretaria Municipal de Finanças.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Canarana-MT, 07 de Fevereiro de 2014.

EVALDO OSVALDO DIEHL
Prefeitura Municipal de Canarana-MT
Prefeito Municipal

MARCIO DE FREITAS CORREA
Twi Empreendimentos Tec. E Turismo Ltda – Me
RG: 2048018-0 SSP/SP e **CPF** nº 094.915.058-40

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:1CA6C968

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT
Contrato: 38/02/2014
Data: 07/02/2014
Contratado: ACPI ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA
Objeto: Elaboração de concurso público e processo seletivo
Valor: 125.000,00 (Cento e Vinte e Cinco Mil Reais)
Vigência: 09/05/2014

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:09C84A45

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT
Contrato: 39/02/2014
Data: 07/02/2014
Contratado: TWI EMPREENDIMENTOS TEC. E TURISMO LTDA – ME
Objeto: Manutenção de rede e privada wireless criptografada
Valor: 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Vigência: 07/02/2015

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:19DD3C51

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT
Contrato: 40/2014
Data: 07/02/2014
Contratado: Liderança UTI Móvel
Objeto: Locação de Ambulância
Valor: 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
Vigência: 10/04/2014

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:5B11C970

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001-2014

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 001/2013.
OBJETO: Contratação de empresa para Construção de Quadra Poliesportiva coberta com Vestiários Padrão FNDE e Construção de Cobertura para Quadra Poliesportiva Padrão FNDE, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, conforme anexos do Edital.
REALIZAÇÃO: 05/03/2014.
HORAS: 13:30 hs (Brasilia).

Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completo na Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) 3478-1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br** até o terceiro dia útil anteceder o recebimento dos envelopes.

Canarana - MT, 07 de Fevereiro de 2014.

IRACI SALETE DE VARGAS
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:AB43BF34

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PUBLICA Nº 001/2014

O **MUNICÍPIO DE CANARANA/MT**, através da **Comissão Permanente de Licitação - CPL**, vem realizar Chamada Pública para Aquisição de Alimentação Escolar, em cumprimento do estabelecido pela Lei n°. 11.947/2010 e Resolução nº. 38/2010 do Ministério da Educação, **para o ano letivo de 2014**.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta de preço, no **DIA 06 DE MARÇO DE 2014, ÀS 08:30 HORAS**, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Miraguai nº 228 – centro.

O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**, por DAP por ano, conforme disciplinado no art. 32 da Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.

Canarana - MT, 07 de Fevereiro de 2014.

IRACI SALETE DE VARGAS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Publicado por:
Iraci Salette de Vargas
Código Identificador:8477F123

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE
FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei Federal nº. 10.520, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações; torna publico que realizara a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2014 – SRP
REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 685/2014
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO DA LICITAÇÃO: **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL TIPO, GASOLINA COMUM, ETANOL HIDRATADO E ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL B S50, PARA ABASTECIMENTO DOS VEICULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CARLINDA – MT"**.

Tipo de Pregão Presencial: Menor preço por Item
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 13/02/2014
HORÁRIO: 08:00 HORAS
LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA/MT.
ENDEREÇO: AV. TANCREDO A. NEVES S/N.º - CENTRO - CARLINDA/MT.

O edital completo poderá ser obtido pelos interessados no mesmo endereço da Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves, s/nº. Cx. Postal 45, Centro, CEP: 78.587-000, Carlinda - MT, das 07:00 horas às 11:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas ou pelo endereço eletrônico http://www.carlinda.mt.gov.brou maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 07 de Fevereiro de 2014.

ELAINE JUVINIANO DE LIMA
Pregoeira Oficial

Publique-se

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:6B98C8C8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 16/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 16/2014**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR** para atender a necessidade das diversas Secretarias do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 19/02/2014 às 14:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, ou pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com
Castanheira - MT, 10 de fevereiro de **2014**.

JOÃO MANÇANO BRUSCAGIN
Pregoeiro

Publicado por:
João Mançano Bruscagin
Código Identificador:31F92EFA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PP 07-2014

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO

O Pregoeiro torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2014**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, O objeto do presente é o registro de preço para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS** para atender a necessidades dos diversos setores das Secretarias do Município de Castanheira - MT e sagraram-se vencedores as empresas: **POSTO DE SERVIÇOS CASTANHEIRA LTDA - EPP** com valor total de **R$ 923.300,00 (novecentos e vinte e três mil e trezentos reais)** e a empresa **POSTO DE SERVIÇOS PLANETA LTDA - ME** com valor total de **R$ 1.024.800,00 (um milhão vinte e quatro mil e oitocentos reais).**
Castanheira - MT, 10 de fevereiro de 2**014**.

JOÃO MANÇANO BRUSCAGIN
Pregoeiro

Publicado por:
João Mançano Bruscagin
Código Identificador:5083DD21

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PP 17/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
O Pregoeiro torna público que fará licitação **PREGÃO PRESENCIAL n.º 17/2014**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE CARGA DE GAS P13 E CASCO DE GÁS P13** para atender a necessidade das diversas Secretarias do Município de Castanheira - M**T**. Com sessão no dia 19/02/2014 às 15:00 horas. Maiores informações pelo fone 66 3581 1521, ou pelo e-mail:prefeituracastanheira@gmail.com

Castanheira - MT, 10 de fevereiro de **2014**.

JOÃO MANÇANO BRUSCAGIN
Pregoeiro

Publicado por:
João Mançano Bruscagin
Código Identificador:55B3F692

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE DO PREFEITO
CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT - EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 001/2014

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2014
PROCESSO Nº 001/2014

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa, segundo os critérios estabelecidos neste Edital, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de sistemas integrados de gestão pública, incluindo conversão de dados, implantação e treinamento, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência - Anexo I.
A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado do Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará certame licitatório, para a contratação dos serviços acima referenciados, no próximo dia 17/02/2014, as10:00 horas, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, sito a Avenida Fernando Correa da Costa, nº 763, Centro Chapada dos Guimarães.
Retirada do Edital, no período das 12:00 as 18:00 horas.

Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, 03 de fevereiro de 2014.

BENEDITA SIBÉLI DE CAMPOS
Presidente da Comissão de Licitações

Publicado por:
Luciano Português
Código Identificador:4BBEE436

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DA CARTA CONVITE 001/2014

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães, torna público o resultado do julgamento, classificação das propostas da presente licitação para VIVIANE MODESTO RIBEIRO LORENZ, CPF: 023.544.249-65.

Chapada dos Guimarães - MT, 06 de fevereiro de 2014.

TATIANE SOUZA VASCONCELOS
Presidente Cpl

Publicado por:
Tatiane Souza Vasconcelos
Código Identificador:0AF7BECE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DE JANEIRO DE 2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADA: CRISTIANO PALHÃO
OBJETO: Prestação de serviços na Pintura Interna e Externa dos PSF'S I e III. Nº: 001/2014 DATA: 10/01/2014 VIGÊNCIA: 10/03/2014 VALOR: R$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:30C92CBD

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DE JANEIRO DE 2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADA: Jose Caetano Amaral ME
OBJETO: Prestação de serviços profissionais da CONTRATADA, na Manutenção da Torre Repetidora de Sinais de TV do Município. Nº: 002/2014 DATA: 13/01/2014 VIGÊNCIA: 31/12/2014 VALOR: R$ 4.080,00 (Quatro Mil e Oitenta Reais).

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:9528CB3F

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DE JANEIRO DE 2014

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 055/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA
CONTRATADA: RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS - ME.
OBJETO: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 30 (trinta) dias. DATA: 06/01/2014 VIGÊNCIA: 09/02/2014 VALOR: R$ 7.470,00 (sete mil quatrocentos e setenta reais).

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:EDE67641

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 010/2014

DECRETO Nº: 010/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA AREA DA SAÚDE.

JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a necessidade de regularização das contratações dos servidores a serem lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

Considerando que o excepcional interesse público na solução do problema da contratação temporária de servidores para atender esta secretaria, justifica-se em face da necessidade de se garantir uma saúde de qualidade a população do município.

Considerando as Leis Municipais nº 012/2013 e 013/2013 de 11 de dezembro de 2013 que divulga e estabelece normas para contratação de Servidores Públicos do Município de Claudia- MT, através da realização um Processo Seletivo Simplificado;

DECRETA:

Art. 1° - A seleção de candidatos para o serviço público para atender as necessidades de contratação na Secretaria Municipal de Saúde de Claúdia - MT será realizado dia 09 de março de 2014 e reger-se-á pelas normas contidas no presente Decreto.

Art. 2º – O prazo de validade desta seleção será de até 1 (um) ano, prorrogável por mais 1 (um) ano podendo, todavia, encerrar-se antes, constatando-se a inexistência de interesse público ou concurso público homologado;

Art. 3º - A convocação será feita a partir do dia 12 de Março de 2014, através de edital afixado no local de costume na sede da Prefeitura Municipal de Claudia MT,

Art. 4º - O edital deverá conter:

I) Os cargos a prover com as respectivas vagas;
I) Os vencimentos dos cargos;
II) Os prazos e as exigências para inscrição dos candidatos;
III) Os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição;
IV) As matérias sobre as quais versará a seleção;
V) A data de realização da seleção, observando o Art. 5 do presente;
VI) Os pesos e as notas mínimas de aprovação em cada matéria e de aprovação no conjunto;
VII) Outras disposições julgadas necessárias.
Art. 5º - Os prazos do edital poderão ser prorrogados a juízo da Comissão através de Publicação nos mesmos meios em que se divulgou o respectivo Edital.

Art. 6º - Poderão candidatar-se, todos os cidadãos que atendam aos seguintes requisitos:

I) Ser Brasileiro nato ou naturalizado artigo 12 da CF.
II) Ser maior de 18 (dezoito) anos até a data da inscrição;
III) Estar em gozo dos direitos públicos;
IV) Estar quites com as obrigações eleitorais,
V) Estar quites com as obrigações militares;
VI) Satisfazer os requisitos especiais para o provimento do cargo.

Art. 7º - As inscrições dos candidatos serão efetuadas no local, horário e prazos fixados no Edital da Seleção.

Art. 8° – No ato da inscrição o candidato receberá o respectivo comprovante de inscrição, que comprova e identifica a inscrição para o cargo para realização das provas.

Art. 9° – A Comissão de Processo Seletivo prestará todas as informações necessárias e orientará os interessados na obtenção dos elementos indispensáveis a inscrição.

Art. 10 – A declaração falsa ou inexata de dados constantes de ficha de inscrição, bem como as apresentações de documentos falsos determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

Art. 11 – O pedido da inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste Decreto e do respectivo edital.

Art. 12 – O Prefeito Municipal designará a Comissão do Processo Seletivo Simplificado, composta por 03 (três) membros, para acompanhar e coordenar a aplicação dos testes durante o ato da seleção.

· Dentre os 03 (três) membros o Prefeito escolherá o Presidente da Comissão.
· A escolha dos Membros a Comissão do Processo Seletivo Simplificado recairá em pessoas de reconhecida idoneidade moral.

Art. 13 – A Comissão do Processo Seletivo Simplificado será auxiliada por pessoas, na qualidade de fiscais. Os mesmos receberão instruções um dia antes da realização dos testes, em reunião com a Coordenação.

Art. 14 – Os testes serão preparados com questões objetivas, e após classificação do mesmo, todos os candidatos classificados na prova escrita objetiva, que obtiveram nota maior ou igual a 50 (cinquenta) pontos.
Art. 15 – O candidato que se recusar a fazer os testes ou que se retirar do recinto durante a realização de qualquer delas, sem autorização da Comissão do Processo Seletivo Simplificado, ficará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

Art. 16 – Expirando o prazo para solução das questões, os testes serão recolhidos pelos fiscais e Comissão do Processo Seletivo que terá prazo de até 10 (dez) dias para a divulgação dos resultados.
Art. 17 – Será considerado aprovado o candidato que:

I) Tiver atingido 50% (cinqüenta por cento) da pontuação total no conjunto das provas;
II) Não obtiver zero em nenhuma das provas.

Art. 18 – A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente.

Art. 19 – A homologação do Processo Seletivo Simplificado será feita por ato do Prefeito, mediante relatório sobre todas as fases do mesmo, preparado pela Comissão de Seleção e constará dele:

I) Histórico dos preparativos da seleção;
II) Cópia do Edital;
III) Cópia dos atos designativos da Comissão examinadora e dos fiscais;
IV) Lista de aprovação por ordem decrescente da média do conjunto das provas;
V) Ocorrência havida durante a realização da seleção;
VI) Parecer final da Comissão de Seleção.

Art. 20 – A administração poderá a seu critério, antes da homologação, suspender, alterar, anular ou cancelar, não assistindo ao candidato direito à reclamação.

Art. 21 – Os casos omissos no regulamento serão resolvidos pela comissão encarregada da seleção

Art. 22 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLAUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO EM 03 DE FEVEIREO DE 2014

JOAO BATISTA M. DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:AE7D3C08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº. 009/2014

DECRETO Nº: 009/2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS PARA CONTRATAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTE COMBATE A ENDEMIAS

JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Claudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a necessidade de regularização das contratações dos servidores sem concurso a serem lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

Considerando que o excepcional interesse público na solução do problema da contratação de servidores para atender esta secretaria, justifica-se em face da necessidade de se garantir saúde de qualidade a população do município.

Considerando a Lei federal n° 11.350/2006, que divulga e estabelece normas para contratação de agente comunitários de saúde e agente combate a endemias e as Leis Municipais nº 012/2013 e 013/2013 de 11 de dezembro de 2013 que divulga e estabelece normas para contratação de Servidores Públicos do Município de Claudia- MT, através do Processo Seletivo Público;

DECRETA:

Art. 1° - A seleção de candidatos para o serviço público para atender as necessidades de contratação na Secretaria Municipal de Saúde de Claudia - MT será realizado dia 09 de Março de 2014 e reger-se-á pelas normas contidas no presente Decreto.

Art. 2º – O prazo de validade desta seleção será de até 2 (dois) anos, prorrogável por mais por igual período a critério da Secretaria Municipal de Cláudia, se houver candidatos aprovados e ainda não nomeados;

Art. 3º - A convocação será feita a partir de 12 de Março de 2014, através de edital afixado no local de costume na sede da Prefeitura Municipal de Claudia MT,

Art. 4º - O edital deverá conter:
I) Os cargos a prover com as respectivas vagas;
I) Os vencimentos dos cargos;
II) Os prazos e as exigências para inscrição dos candidatos;
III) Os documentos que o interessado deverá apresentar no ato da inscrição;
IV) As matérias sobre as quais versará a seleção;
V) A data de realização da seleção, observando o Art. 5 do presente;
VI) Os pesos e as notas mínimas de aprovação em cada matéria e de aprovação no conjunto;
VII) Outras disposições julgadas necessárias.
Art. 5º - Os prazos do edital poderão ser prorrogados a juízo da Comissão através de Publicação nos mesmos meios em que se divulgou o respectivo Edital.

Art. 6º - Poderão candidatar-se, todos os cidadãos que atendam aos seguintes requisitos:

I) Ser Brasileiro nato ou naturalizado artigo 12 da CF.
II) Ser maior de 18 (dezoito) anos até a data da inscrição;
III) Estar em gozo dos direitos públicos;
IV) Estar quites com as obrigações eleitorais,
V) Estar quites com as obrigações militares;
VI) Satisfazer os requisitos especiais para o provimento do cargo.

Art. 7º - As inscrições dos candidatos serão efetuadas no local, horário e prazos fixados no Edital da Seleção.

Art. 8° – No ato da inscrição o candidato receberá o respectivo cartão de identificação, sem a apresentação do qual não será permitido fazer as provas.

Art. 9° – A Comissão de Processo Seletivo prestará todas as informações necessárias e orientará os interessados na obtenção dos elementos indispensáveis a inscrição.

Art. 10 – A declaração falsa ou inexata de dados constantes de ficha de inscrição, bem como as apresentações de documentos falsos determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

Art. 11 – O pedido da inscrição implicará no conhecimento e na aceitação de todas as disposições deste Decreto e do respectivo edital.

Art. 12 – O Prefeito Municipal designará a Comissão do Processo Seletivo Público, composta por pelo menos 03 (três) membros, para acompanhar e coordenar a aplicação dos testes durante o ato da seleção.

· Dentre os 03 (três) membros o Prefeito escolherá o Presidente da Comissão.
· A escolha dos Membros a Comissão do Processo Seletivo Público recairá em pessoas de reconhecida idoneidade moral.

Art. 13 – A Comissão do Processo Seletivo Público será auxiliada por pessoas, na qualidade de fiscais. Os mesmos receberão instruções um dia antes da realização dos testes, em reunião com a Coordenação.

Art. 14 – Os testes serão preparados com questões objetivas, e após classificação do mesmo, todos os candidatos classificados na prova escrita objetiva, que obtiveram nota maior ou igual a 50 (cinquenta) pontos.
Art. 15 – O candidato que se recusar a fazer os testes ou que se retirar do recinto durante a realização de qualquer delas, sem autorização da Comissão do Processo Seletivo Público, ficará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

Art. 16 – Expirando o prazo para solução das questões, os testes serão recolhidos pelos fiscais e Comissão do Processo Seletivo que terá prazo de até 10 (dez) dias para a divulgação dos resultados.
Art. 17 – Será considerado aprovado o candidato que:

I) Tiver atingido 50% (cinqüenta por cento) da pontuação total no conjunto das provas;
II) Não obtiver zero em nenhuma das provas.

Art. 18 – A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente.

Art. 19 – A homologação do Processo Seletivo Público será feita por ato do Prefeito, mediante relatório sobre todas as fases do mesmo, preparado pela Comissão de Seleção e constará dele:

I) Histórico dos preparativos da seleção;
II) Cópia do Edital;
III) Cópia dos atos designativos da Comissão examinadora e dos fiscais;
IV) Lista de aprovação por ordem decrescente da média do conjunto das provas;
V) Ocorrência havida durante a realização da seleção;
VI) Parecer final da Comissão de Seleção.

Art. 20 – A administração poderá a seu critério, antes da homologação, suspender, alterar, anular ou cancelar, não assistindo ao candidato direito à reclamação.

Art. 21 –Os casos omissos no regulamento serão resolvidos pela comissão encarregada da seleção

Art. 22 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLAUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO EM 03 DE FEVEREIRO DE 2014

JOAO BATISTA M. DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:20B9474C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº: 008/2014.

DECRETO Nº: 008/2014.
DATA: 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor **JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. **FICA INSTITUIDA,** a partir desta data, a **COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO,** destinada ao planejamento, organização, julgamento e demais atos necessários à realização de Processo Seletivo Públicio e do Processo Seletivo Simplificado na Prefeitura Municipal previsto para o mês de Fevereiro a Março de 2014.
Art. 2º. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Publico e Simplificado terá a seguinte composição:

I – **Presidente:** Everson Ceser Konzen – **CPF N.º:** 945.010.251-15, **Cargo:** Auxiliar Administrativo;
II – **Membro:** Aurea Manardo de Oliveira – **CPF N.º:** 535.460.161-49, **Cargo:** Técnico em Enfermagem;
III – **Membro:** Solange Antunes de Souza – **CPF N.º:** 154.116.888-76, **Cargo:** Enfermeira.

Art. 3º. A Comissão ora instituída terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Orgânica Municipal e o respectivo Edital do Processo Seletivo Público 001/2014 e do Processo Seletivo Simplificado 002/2014.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláudia-MT, 03 de Fevereiro de 2014

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

Publicado por:
Aline Mass Serafim
Código Identificador:F7BDED75

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL

ESPÉCIE: NOMEAÇÃO REFERENTE À CARGO COMISSIONADO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO: 028/2014
DATA: 14/01/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT.
CONTRATADO: TEREZA MATIAS DOS SANTOS
CARGO: CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E PROGRAMAS ESPECIAIS
GRUPO FUNCIONAL: COMISSIONADO

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:D67C29A3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL

ESPÉCIE: NOMEAÇÃO REFERENTE À CARGO COMISSIONADO
PORTARIA DE NOMEAÇÃO: 039/2014
DATA: 20/01/2013
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER – MT.
CONTRATADO: THARIELLI BLUNA CORRREA PITON
CARGO: CHEFE DE DIVISÃO DE ESTRUTURAÇÃO FISICA E PATRIMONIO.
GRUPO FUNCIONAL: COMISSIONADO

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:A3FFAD68

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2012

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 071/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: KASSIA THATIELLI PAIVA ARAUJO
MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. 071/2013, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do empregado.
VALOR RESCISÓRIO: 1.272,20 (um mil duzentos e setenta e dois reais e vinte centavos)
DATA: 09/01/2014
SECRETARIA: Educação, Esporte e Lazer.

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:A5DA1E1E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2012

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 101/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: CRISTIANI SAYURI LIRA
MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. 101/2013, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do empregado.
VALOR RESCISÓRIO: 24.133,88 (vinte e quatro mil cento e trinta e três reais e oitenta e oito centavos)
DATA: 22/01/2014
SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:39281317

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2012

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 100/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: CRISTHIAN YUKIO MACIEL TERUYA
MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. 100/2013, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do empregado.
VALOR RESCISÓRIO: 12.357,72 (doze mil trezentos e cinqüenta e sete reais e setenta e dois centavos)
DATA: 22/01/2014
SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:E152E4F0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2012

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 097/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: ELIANA BARBOZA DA SILVA
MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. 097/2013, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do empregado.
VALOR RESCISÓRIO: 1.470,81 (um mil quatrocentos e setenta reais e oitenta e um centavo)
DATA: 22/01/2014
SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:C656B96B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2012

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 096/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: NEIDE DA SILVA
MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. 096/2013, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do empregado.
VALOR RESCISÓRIO: 2.160,08 (dois mil cento e sessenta reais e oito centavos)
DATA: 22/01/2014
SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:F94F79B2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2011

RESCISÃO AO CONTRATO Nº.: 201/2011
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT
CONTRATADO: NILDA APARECIDA OLIVEIRA DOS SANTOS
MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. 201/2011, com fundamento na Clausula Oitava, por iniciativa do empregador.
VALOR RESCISÓRIO: 895,75 (oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos)
DATA: 22/01/2014
SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:5981C44B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2010

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 143/2012
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT
CONTRATADO: MARIA APARECIDA DA SILVA
MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº 143/2012, com fundamento na Clausula Oitava, por iniciativa do contratado.
VALOR RESCISÓRIO: 641,85 (seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco)
DATA: 03/01/2014
SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:A3CC87CB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2010

RESCISÃO AO CONTRATO Nº.: 381/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colider - MT
CONTRATADO: ALESSANDRA APARECIDA DAMASCENO
MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº. 381/2010, com fundamento na Clausula Oitava, por iniciativa do contratado.
VALOR RESCISÓRIO: 529,60 (quinhentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)
DATA: 14/01/2014
SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:11C979B4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2013

CONTRATO Nº.: 001/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: MONICA CRISTINA MARTINS RODRIGUES
OBJETO: O contratado prestará serviços na função de Médico Clinico Geral 40 horas junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.
VALOR R$: 842,14 (oitocentos e quarenta e dois reais e quatorze centavos) mensais
VIGÊNCIA: 28/01/2014 a 07/04/2014

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:8835E24F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 124/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: MORISON GRECO MENEZES
MOTIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de 18 de janeiro de 2014 a 16 de julho de 2014, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.
VALOR: R$ 12.254,62
DATA: 17/01/2014
SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:A4675F3B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 125/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: ULISSES ANTONIO LEMES DO PRADO
MOTIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de 18 de janeiro de 2014 a 16 de julho de 2014, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.
VALOR: R$ 12.254,62
DATA: 17/01/2014
SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:FA39D4A8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 132/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT
CONTRATADO: ANTONIO APARECIDO DA SILVA
MOTIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato celebrado entre as partes acima mencionadas, pelo período de 18 de janeiro de 2014 a 16 de julho de 2014, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.
VALOR: R$ 6.127,32
DATA: 17/01/2014

SECRETARIA: Saúde e Saneamento Básico.

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:D52D2F24

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 002/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, o servidor Municipal ROBERSON SILVA DE OLIVEIRA, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Contabilidade, DAI II, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:BCF2DC68

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 003/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR ROBERSON SILVA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Cadastro Imobiliário, DAI II, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:66A1ACF7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 004/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, DEVANIL OLIVEIRA SILVA, Agente Administrativo, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Contabilidade, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, DAI III, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:A49661CC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 005/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, SONIA APARECIDA SANTANA MOREIRA, do Departamento Fundeb 60% Fundamental para o Departamento Manutenção e Encargos com a Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de dezembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:6C66E5EC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 006/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MARIA DO CARMO DOS SANTOS, do Departamento Fundeb 60% Infantil para o Departamento Manutenção e Encargos com a Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de dezembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:81E08DD6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 007/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,
RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, APARECIDA PAULIQUI DE NOVAIS, do Departamento Fundeb 60% Infantil para o Departamento Manutenção e Encargos com a Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se,
Publique-se e

Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de dezembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:3B5138C5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 008/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, ADOLFO FERREIRA MOURA, para Apoio Administrativo Educacional, classe A, nível 05, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:2007657B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 009/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, CLEIDE ALVES DOS SANTOS, para Técnico Administrativo Educacional, classe B, nível 08, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:534472EA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 010/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, LUIZ MANOEL DA SILVA, para Apoio Administrativo Educacional, classe A, nível 05, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:27402B79

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 011/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, TEREZINHA SOLEDADE DO NASCIMENTO, para Professora, classe A, nível 08, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:74C3E39B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 012/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, SERGIO JACINTO DA SILVA, Agente Administrativo, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Serviços Clínicos, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, DAI III, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:F7B24CCB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 013/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, Afastamento para exercício de mandato eletivo, conforme Artigo 122, inciso III, letra b, da Lei 2.408 de 28 de dezembro de 2010, a pedido, ao Servidor EDSON RODRIGUES LOPES CAVALHEIRO, Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, durante o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de maio de 2014.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:6C307B84

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 014/2014.

"Dispõe sobre a continuação do Benefício de Auxilio Doença INSS em favor da Sr DUILIO FLAVIO ALVES DE ALENCAR".

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a prorrogação do Benefício de Auxilio Doença INSS em favor do servidor Sr. DUILIO FLAVIO ALVES DE ALENCAR, funcionário público, no cargo comissionado de Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e turismo, durante o período de 01/01/2014 a 15/01/2014, conforme beneficio INSS nº 6034758568.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 02 de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:84771E76

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 015/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MARIA JOSÉ DA SILVA LIMA, do Departamento Manutenção e Encargos com a Educação para o Departamento Fundeb 40% Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de dezembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:32B6F1C0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 016/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, o servidor Municipal, ADOLFO FERREIRA MOURA, do Departamento Fundeb 40% Fundamental para o Departamento Manutenção e Encargos com a Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de dezembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:EDF13549

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 017/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

ENQUADRAR, EDIVALDO MOREIRA DA SILVA, para Agente Administrativo, nível 06, classe A II- E, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:55A8B46E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 018/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, MAISA PEREIRA NEVES, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer para a Secretaria Municipal de Gestão Pública, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de dezembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:96B3CEE8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 020/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, JOAO JESUS DE SOUZA, Vigia, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Proteção Patrimonial, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Pública, DAI III, desta

Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:C54B7222

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 021/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, o servidor Municipal, GABRIEL DOS SANTOS, do Departamento Fundeb 40% Fundamental para o Departamento Manutenção e Encargos com a Educação, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de dezembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:D973AB52

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 022/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ELIZANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA, do Departamento Fundeb 60% Fundamental para o Departamento Manutenção e Encargos com a Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de dezembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:6C6273BF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 023/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ERICA DE MELO DA SILVA, do Departamento Fundeb 60% Fundamental para o Departamento Manutenção e Encargos com a Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 01 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 02 de dezembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:D8F1B4C7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 024/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

PRORROGAR, o período da Licença para Tratamento de Interesse Particular, a pedido, do Servidor JOSE APARECIDO OLIVEIRA ALONSO, Auxiliar de Serviços
Gerais, nível 04, classe A, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, durante o período de 06 de janeiro de 2014 a 05 de janeiro de 2016.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 06 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:469B6E55

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 025/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o servidor Municipal SAMUEL FERNANDES DE MORAIS, do cargo de Apoio Administrativo Educacional, classe A, nível 04, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 07 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 07 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:C705A1E6

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 026/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, NORMA APARECIDA DE OLIVEIRA NOBRE, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente para a Secretaria

Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 09 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 09 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:CFCCA44E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 027/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora Municipal, TEREZA MATIAS DOS SANTOS, do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Expediente, DAI II, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 13 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 13 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:088E0EBE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 028/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR TEREZA MATIAS DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Departamento de Acompanhamento e Programas Especiais, DAI III, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 14 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 14 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:83FDCAE3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 029/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR VAGNO MONTEIRO DE ALMEIDA LISBOA, para exercer o cargo de Apoio Administrativo Educacional - Motorista, classe B, nível 01, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 14 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 14 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:663EB5F8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 030/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Para Tratamento de Interesse Particular, conforme Artigo 93, Inciso VII da Lei 2.408/2010, sem remuneração, a pedido, ao servidor, VINICIUS BLOCK CAMERINI, Agente Administrativo, nível 03, classe A, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, durante o período de 14 de janeiro de 2014 a 12 de janeiro de 2017.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 14 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:E2B274E3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 031/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, o servidor Municipal, THALLES DIOGO SIEBERT, do cargo em comissão de Encarregado de Setor, DAI I, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura, Obras e Urbanismo, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 14 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 14 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:49751B6E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 032/2013

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº. 726 /2013, que designou a servidora ERICA DE MELO DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Educação Especial, DAI II, lotada

na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 15 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 15 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:697B42C3

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 033/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora Municipal, MAISA PEREIRA NEVES, do cargo de Cozinheira, nível 01, classe A, lotada na Secretaria Municipal de Gestão Pública, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 15 de janeiro de 2014.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 15 de dezembro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:160B0922

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 034/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, ERICA DE MELO DA SILVA, Professora, classe C, nível 05, para exercer o cargo em comissão de Coordenação de Educação Fundamental, lotada Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-Mt., em 16 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:294AB3EE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 035/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Transferir, a servidora Municipal, ROSIMEIRE DE CASTRO RODRIGUES DO NASCIMENTO GROSBELLI, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente para a Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 17 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 17 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:65C77FEA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 036/2013

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº. 564 /2013, que designou a servidora ROSIMEIRE DE CASTRO RODRIGUES DO NASCIMENTO GROSSBELLI, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão Rural, DAI II, da na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 17 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 17 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:947C5986

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 037/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora ROSIMEIRE DE CASTRO RODRIGUES DO NASCIMENTO GROSSBELLI, Continuo, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Contabilidade, DAI II, da na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente, desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, a partir de 17 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-Mt., em 01 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:C3BE8EAD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 038/2014

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de AUXILIO DOENÇA através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor do servidor Jesse Cassiano Borges Ornelos".

O Prefeito Municipal de Colider Senhor NILSON JOSÉ DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais.

Resolve,

Art. 1º Conceder o Benefício de Auxilio doença através do Instituo Nacional do Seguro Social (INSS) em favor do servidor Sr. JESSE CASSIANO BORGES ORNELOS, durante o período de 20 de janeiro de 2014 a 28 de fevereiro de 2014, contratada por prazo determinado no cargo Agente Comunitário de Saúde, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Colider/MT, 20 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:8EFBC1BE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 039/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR THARIELLI BLUNA CORREA PITON, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de estruturação física e patrimônio, DAI II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 20 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 20 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:0A60D948

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 040/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora Municipal EULA BARROS TEIXEIRA, do cargo de Técnico Administrativo Educacional, classe A, nível 01, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 22 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 22 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:75E8D2A4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 041/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a servidora Municipal LUCIANA APARECIDA DE SOUZA, do cargo de Técnico em Desenvolvimento Infantil, classe A, nível 03, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 23 de janeiro de 2014.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 23 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:29C579DE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 042/2014

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de AUXILIO DOENÇA através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor do servidor Marinaldo Gomes Aragão".

O Prefeito Municipal de Colider Senhor NILSON JOSÉ DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais.

Resolve,

Art. 1º Conceder o Benefício de Auxilio doença através do Instituo Nacional do Seguro Social (INSS) em favor do servidor Sr. MARINALDO GOMES ARAGAO, durante o período de 01 de janeiro de 2014 a 28 de fevereiro de 2014, nomeado no cargo em comissão de Chefe de Divisão de Atendimento ao Público, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Colider/MT, 23 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:61096CD4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 043/2014

"Dispõe sobre a concessão do Benefício de AUXILIO DOENÇA através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor do servidor Mauro de Matos".

O Prefeito Municipal de Colider Senhor NILSON JOSÉ DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais.

Resolve,

Art. 1º Conceder o Benefício de Auxilio doença através do Instituo Nacional do Seguro Social (INSS) em favor do servidor Sr. MAURO DE MATOS, durante o período de 30 de janeiro de 2014 a 28 de

fevereiro de 2014, nomeado no cargo em comissão de Chefe de Divisão de Garagem, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTURUTRA, OBRAS E URBANISMO.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpre-se.

Colider/MT, 30 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:798372D9

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 044/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

AUTORIZA o retorno, ao servidor, DUILIO FLAVIO ALVES DE ALENCAR, Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de janeiro de 2014, em virtude do término de seu afastamento concedido por força do deferimento de Auxílio Doença através da Portaria nº. 014/2014 de 02 de janeiro de 2014.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 30 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:71AF836C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 045/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER afastamento de suas atividades normais, ao servidor, DUILIO FLAVIO ALVES DE ALENCAR, Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Emprego e Renda, Cultura e Turismo, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 16 de janeiro de 2014, em virtude de atestado médico datado de 30 de dezembro de 2013, sob Cid F31, foi submetido a pericia médica junto ao INSS e na data de 15 de janeiro de 2014 recebeu o indeferimento do pedido, em 22 de janeiro de 2014 protocolou junto ao INSS recurso beneficio por incapacidade e aguarda o resultado.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 30 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:FB75495C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 046/2014

O EXMº Sr. Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, o servidor Municipal, ELIEL KUSS, do cargo em comissão de Assessor de Gabinete, AEST I, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, desta Prefeitura Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, a partir de 31 de janeiro de 2014.

Registra-se,
Publique-se e
Cumpra-se

Prefeitura Municipal de Colíder-MT., em 31 de janeiro de 2014.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jean Wagner Borro
Código Identificador:86705FE0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 096/GP/2014

DECRETO Nº. 096/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

SÚMULA: Nomeia na função de confiança a Sr.ª SILVIA RENATA MARTINOVSKI DA CONCEIÇÃO servidora efetiva, e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;

Considerando que o artigo 37 da Lei Municipal nº. 500/2011 autoriza ao Poder Executivo Municipal nomear e exonerar através de Decreto, Funções de Confiança, as quais deverão ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, que receberão o vencimento correspondente ao cargo de carreira, classe e nível em que se encontram posicionados, acrescidos de percentual de até 50% (cinquenta por cento) a ser definido pelo Prefeito Municipal, assim;

Decreta:

Art. 1º – Nomeia a Servidora Pública Municipal Senhora **SILVIA RENATA MARTINOVSKI DA CONCEIÇÃO,** ocupante do Cargo de Carreira de Auxiliar Administrativo**,** para exercer a função de confiança como **responsável pelo APLIC do Departamento de Recursos Humanos** que receberá sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **40 % (quarenta por Cento),** vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza/MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:4CF50CAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 097/GP/2014

DECRETO Nº. 097/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **LOURDES ALVES DOS SANTOS SCHRAM**, portadora do RG n.º 2722612-3 SSP/MT e CPF n° 722.676.232-34, para exercer o cargo de **CHEFE DE SEÇÃO**, vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
SECRETÁRIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/2014 03/02/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:C0C5CAA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 098/GP/2014

DECRETO Nº. 098/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia o Senhor **LUTERIO DOS SANTOS LEOPOLDINO**, portador do RG n.° 2299952-3 SSP/MT e CPF n° 753.644.762-00, para exercer o cargo de **CHEFE DE DIVISÃO,** vinculado a Secretaria Municipal de Desporto.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:8A4E9F0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 103/GP/2014

DECRETO Nº. 103/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **TANIA CHEIBEL SIMÕES**, portadora do RG n.° 9.484.244-1 SSP/PR e CPF n° 029.853.131-39, para exercer o cargo de **ASSESSORA DE DEPARTAMENTO,** vinculado a Secretaria Municipal de Administração**.**

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado Por Afixação em Local Público de Costume, Conforme Autorização Lei Municipal N.º 012/2001 de 26/01/2001.
O Período de Publicação Será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:4755B796

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 104/GP/2014

DECRETO Nº. 104/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

SÚMULA: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia o Senhor **JEFERSON BRAION DE OLIVEIRA**, portador do RG Nº. 2159830-49 SSP/MT E CPF nº. 044.878.481-56 para exercer o Cargo Comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO,** vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:493E10A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 108/GP/2014

DECRETO Nº. 108/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a Senhora. **CLARINES GIACOBBO DE CASTILHOS**, portadora do RG n.° 1802842-0 SSP/MT e CPF n° 016.345.811-13, do cargo de **ASSESSOR ADJUNTO,** nomeada através do Decreto nº. 152/GP/2013, vinculado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 152GP/2014 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:3D264213

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 109/GP/2014

DECRETO Nº. 109/GP/2014 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

Súmula: "Dispõe sobre Exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a Senhora **NAIR SOARES PEREIRA**, portadora do RG nº. 502096 SSP/RO e CPF n° 798 693 272 - 49, do cargo comissionado de **ASSESSOR ADJUNTO,** nomeada através do Decreto nº. 274/GP/2014, vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 274/GP/2014 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

Decreto Nº. 002/gp/2014
Registrado e Publicado Por Afixação em Local Público de Costume, Conforme Autorização Lei Municipal N.º 012/2001 de 26/01/2001.
O Período de Publicação Será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:5E40DA7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 110/GP/2014

DECRETO Nº. 110/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a Senhora **MARIA LUZIA BENEDITA DOS SANTOS DE JESUS** , portadora do RG nº 1839968-0 SSP/MT e CPF n° 017 336 791 - 70, do cargo comissionado de **ASSESSOR ADJUNTO,** nomeada através do Decreto nº. 278/GP/2013, vinculado

a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 278/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:71A95655

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 111/GP/2014

DECRETO Nº. 111/GP/2014 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Exoneração e dá outras providências"**.**

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a Senhora **SIRLEI DAS GRAÇAS SILVA**, portadora do RG nº. 2830045 SSP/RO e CPF n°. 849.570.932-53, do cargo comissionado de **ASSESSOR ADJUNTO,** nomeada através do Decreto nº. 326/GP/2013, vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 326/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:F5FF716B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 112/GP/2014

DECRETO Nº. 112/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a Senhora **ALZIRA DA CUNHA PEREIRA**, portadora do RG nº. 344520 SSP/MG e CPF n° 325 993 742 - 00, do cargo comissionado de **ASSESSOR ADJUNTO,** nomeada através do Decreto nº. 327/GP/2013, vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 327/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001. período de publicação será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:CEF167C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 113/GP/2014

DECRETO Nº. 113/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "dispõe Sobre Nomeação e Dá Outras Providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia o Senhor **DOUGLAS FERREIRA DA SILVA**, portador do RG nº. 1980716-3 SSP/MT e CPF n° 021.340.081-21, para exercer o Cargo de comissionado de **COORDENADOR DE DEPARTAMENTO,** vinculado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.**

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:D5CE4A0B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 114/GP/2014

DECRETO Nº. 114/GP/2014, DE 03 FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: Exonera da Função de Confiança o Sr.º Edson Da Silva Barbosa, e Dá Outras Providencias.

João Assis Ramos, Prefeito Municipal de Colniza – Mt, no Uso de Suas Atribuições Legais, Consciente de Seus Deveres e Com Amparo no Inciso Iii do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal Deste Município de Colniza/mt;
Considerando Que o Artigo 37 da Lei Municipal Nº. 500/2011 Autoriza ao Poder Executivo Municipal Nomear Através de Decreto, Funções de Confiança, as Quais Deverão Ser Exercidas Exclusivamente Por Servidores Ocupantes de Cargos Efetivos, Que Receberão o Vencimento Correspondente ao Cargo de Carreira, Classe e Nível em Que se Encontram Posicionados, Acrescidos de Percentual de Até 50% (cinquenta Por Cento) a Ser Definido Pelo Prefeito Municipal, Assim;
Decreta:
Art. 1º – Fica Exonerado da Função de Confiança Como Responsável Pelo Departamento de Combate a Dengue, o Senhor Edson da Silva Barbosa, Que Recebeu Sobre Seus Vencimentos Normais o Acréscimo de 30% (trinta Por Cento), o Servidor Público Municipal é Efetivo e Ocupante do Cargo de Carreira de Agente de Saúde Ambiental.

Art. 2° - Este Decreto Entrará em Vigor a Partir Desta Data, Ficando Revogadas as Disposições em Contrário.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-mt, em 03 de Fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

Registrado e Publicado Por Afixação em Local Público de Costume, Conforme Autorização Lei Municipal N.º 012/2001 de 26/01/2001.
O Período de Publicação Será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:04C4B34C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 115/GP/2014

DECRETO Nº. 115/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Exonera a Senhora **GLEICIELE MARA FERNANDES**, portadora do RG n.° 1850131-1 SSP/MT e CPF n° 036.688.541-30, do cargo de **ASSESSOR ADJUNTO,** nomeada através do Decreto nº. 169/GP/2013, vinculado a Secretaria Municipal de **ADMINISTRAÇÃO.**

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 169/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/14/2014 A 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:2F782C2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 116/GP/2014

DECRETO Nº. 116/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Exoneração e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Exoneração o Senhor **JOSE APARECIDO LEITE DA SILVA**, portador do RG n.º 425801 SSP/RO e CPF n° 349.424.752-87, do cargo de **ASSESSOR ADJUNTO,** nomeado através do Decreto nº. 388/GP/2013, vinculado a Secretaria de Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogado o Decreto nº. 388/GP/2013 e demais disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/2014 A 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:58BB26AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 117/GP/2014

DECRETO Nº. 117/GP/2014, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia o Senhor **CARLOS ANTONIO FURLANI**, portador do RG nº. 000516044 SSP/RO e CPF n° 469.597.772-91, para exercer o cargo comissionado de **COORDENADOR DE DEPARTAMENTO,** vinculado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA.**

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:55373689

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 129/GP/2014

DECRETO Nº. 129/GP/2014, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeasção e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora. **CLARINES GIACOBBO DE CASTILHOS**, portadora do RG n.° 1802842-0 SSP/MT e CPF n° 016.345.811-13, para exercer o cargo de **CHEFE DE SEÇÃO,** vinculado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 03 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito MunIcipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado Por Afixação em Local Público de Costume, Conforme Autorização Lei Municipal N.º 012/2001 de 26/01/2001.
O Período de Publicação Será de 03/02/2014 a 03/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:2CB170A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 130/GP/2014

DECRETO Nº. 130/GP/2014 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **NAIR SOARES PEREIRA**, portadora do RG nº. 502096 SSP/RO e CPF n° 798 693 272 - 49, para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE SEÇÃO,** vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 04 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2014
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 04/02/2014 a 04/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:C2FEF498

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.131/GP/2014

DECRETO Nº. 131/GP/2014, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **MARIA LUZIA BENEDITA DOS SANTOS DE JESUS** , portadora do RG nº 1839968-0 SSP/MT e CPF n° 017 336 791 - 70, para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE SEÇÃO,** vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 04 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 04/02/2014 a 04/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:CFDD09CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 132/GP/2014

DECRETO Nº. 132/GP/2014 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **SIRLEI DAS GRAÇAS SILVA**, portadora do RG nº. 2830045 SSP/RO e CPF n°. 849.570.932-53, para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE SEÇÃO,** vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 04 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 04/02/2014 a 04/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:9A975DD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 133/GP/2014

DECRETO Nº. 133/GP/2014, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeação a Senhora **ALZIRA DA CUNHA PEREIRA**, portadora do RG nº. 344520 SSP/MG e CPF n° 325 993 742 - 00, para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE SEÇÃO**, vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 04 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 04/02/2014 a 04/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:0EE0596C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 134/GP/2014

DECRETO Nº. 134/GP/2014, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia a Senhora **GLEICIELE MARA FERNANDES**, portadora do RG n.° 1850131-1 SSP/MT e CPF n° 036.688.541-30, para exercer o cargo de **CHEFE DE SEÇÃO,** vinculado a Secretaria Municipal de **ADMINISTRAÇÃO.**

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 04 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 04/02/2014 a 04/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:56F6895C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 135/GP/2014

DECRETO Nº. 135/GP/2014, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: "Dispõe sobre Nomeação e dá outras providências".

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1° - Nomeia o Senhor **JOSE APARECIDO LEITE DA SILVA**, portador do RG n.º 425801 SSP/RO e CPF n° 349.424.752-87, para exercer o cargo de **CHEFE DE SEÇÃO,** vinculado a Secretaria de Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2° - Este decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se;
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 04 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.
O período de publicação será de 04/02/2014 a 04/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:D57B3A1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.145/GP/2014

DECRETO Nº. 145/GP/2014, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

Súmula: nomeia na função de confiança o Senhor EDSON DA SILVA BARBOSA e dá outras providencias.

JOÃO ASSIS RAMOS, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal deste Município de Colniza/MT;
Considerando que o artigo 37 da Lei Municipal nº. 500/2011 autoriza ao Poder Executivo Municipal nomear através de Decreto, Funções de Confiança, as quais deverão ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, que receberão o vencimento correspondente ao cargo de carreira, classe e nível em que se encontram posicionados, acrescidos de percentual de até 50% (cinqüenta por cento) a ser definido pelo Prefeito Municipal, assim;
Decreta:
Art. 1º – Fica nomeado o servidor público municipal efetivo **Srº. EDSON DA SILVA BARBOSA,** ocupante do cargo de carreira de Agente de Saúde Ambiental desta municipalidade, para exercer a função de confiança como **COORDENADOR DE ENDEMIAS,** Vinculado a Secretaria Municipal de Saúde**,** que receberá sobre os seus vencimentos normais o acréscimo de **50% (cinquenta por Cento).**

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se; Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colniza-MT, em 05 de fevereiro de 2014.

JOÃO ASSIS RAMOS
Prefeito Municipal

SILVIO VAHL
Secretário Mun. de Administração

DECRETO Nº. 002/GP/2013
Registrado e Publicado Por Afixação em Local Público de Costume, Conforme Autorização Lei Municipal N.º 012/2001 de 26/01/2001.
O Período de Publicação Será de 05/02/2014 a 05/03/2014

Publicado por:
Silvio Vahl
Código Identificador:6A54A40A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 001/2014

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

Considerando o reajuste de 6,78% do salário mínimo nacional, onde elevou o mesmo de R$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) para R$ 724,00 (setecentos e vinte quatro reais), a partir de 1º de janeiro de 2014.

R E S O L V E

Art. 1º Adequar a remuneração dos cargos de Agente Legislativo de Copa e Limpeza deste Poder Legislativo Municipal, para o valor de R$ 724,00 (setecentos e vinte quatro reais) de acordo com o reajuste do Salário Mínimo Nacional, vigente a partir do dia 01/01/2014.
Art. 2º O índice a ser aplicado para a adequação do vencimento dos cargos de Agente Legislativo de Copa e Limpeza, será de 6,78% (nove inteiro por cento) incidente sobre o valor do padrão inicial da carreira, conforme anexo II da Lei Municipal nº 1.257/2010 e suas alterações.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a 01/01/2013, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos seis oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e
Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:9AAA3CAE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 004/2014

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Exonerar a apedido ***PATRICIA DAIANI FELSTROWICH*** do cargo de Assessora Parlamentar desta Casa Legislativa, a partir desta data, 06/02/2014.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente
Registre-se e Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:9C1DB7D8

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 002/2014

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder **20 (vinte) dias de gozo de férias** a servidora **ROSELAINE BELUSSI,** Assessora Contábil, no período de 01 a 20 de fevereiro de 2014 e **10 (dez) dias de abono pecuniário** no período de 21/02/2014 a 02/03/2014, conforme estabelece o artigo 40 da Lei Municipal nº 1.328/2011 de 29/07/2011, referente período **aquisitivo de 12/01/2013 a 12/01/2014.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente
Registre-se e Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:674AFE72

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 003/2014

JEFERSON FERREIRA GOMES, Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Biênio 2013/2014, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei,

R E S O L V E

Art. 1º. Definir o **CALENDÁRIO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS** da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, para o **1º Semestre do 2º Período Legislativo (ano de 2014) –** Legislatura 2013/2016, nas seguintes datas:

SESSÕES	DATAS
1ª	03 de fevereiro de 2014
2ª	**17 de fevereiro de 2014**
3ª	10 de março de 2014
4ª	**24 de março de 2014**
5ª	07 de abril de 2014
6ª	**28 de abril de 2014**
7ª	05 de maio de 2014
8ª	**19 de maio de 2014**
9ª	02 de junho de 2014
10ª	**16 de junho de 2014**

Art. 2º. Por decorrência das festividades carnavalescas, na primeira segunda-feira do mês de março não haverá sessão, sendo que a mesma fica transferida para o dia 10/03/2014. E, para estabelecer o interstício de 15 dias entre as sessões, a segunda sessão desse mês acontecerá no dia 24/03/2014.
Art. 3º. Fica transferida para o dia 28/04/2014 a Sessão que deveria acontecer no dia 21, em razão do feriado nacional de Tiradentes.
Art. 4º. Todas as Sessões Ordinárias definidas no artigo 1º da presente Portaria, se realizarão no Plenário Comendador *Luiz Grandi*, no período noturno.
Art. 4º. No horário de verão as Sessões acontecerão as 20 (vinte) horas.
Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos vinte oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze.

JEFERSON FERREIRA GOMES
Presidente

Registre-se e
Publique-se:

JAIR JOSÉ TEODORO
1º Secretário

Publicado por:
Adriana Guimarães Rosa Perroni
Código Identificador:48216AA2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO 035/2014

2º TERMO ADITIVO Nº 035/2014 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 126/2013 e Aditivos
DATA: 02/01/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Comodoro.
CONTRATADO: ACPI - ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMÁTICA LTDA
OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços de Locação de Softwares nº 126/2012 e aditivos
DOTAÇÃO: 03.05.2.103.33.90.39-03.06.2.104.33.90.39-03.07.2.105.33.90.39-03.08.2.104.33.90.39-04.04.2.109.33.90.39

Publicado por:
Maria Aparecida Cavalcanti da Silva
Código Identificador:6CAA7162

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESCISÃO CONTRATO CPL 002/2013

Ref.: Rescisão amigável do contrato de locação de Imóvel para a Secretária Municipal de Obras/Departamento de Água. Contratado: Edimar Ferreira dos Santos.

Data: 03/02/2014.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:217A9045

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO TP 02/2014

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público o resultado do Processo Licitatório nº. 006/2014, Tomada de Preços nº. 002/2014, do tipo Menor preço Global, objetivando a contratação de empresa para execução de obra de Cobertura de Quadra Escolar, sendo vencedora do Certame a empresa Almir Romualdo da Silva - ME com o valor Global de R$ 244.558,72.
Confresa, 07 de Fevereiro de 2.014.

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Presidente C.P.L.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:F6CFBA88

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2014

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro, comunica que será aberta licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço por item 006/2014 no dia 20/02/2014 às 09:00 para o Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Materiais de Construção, conforme Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93. O Edital está a disposição no setor de licitações no horário das 07:30 as 11:30.

Confresa, 07 de Fevereiro de 2014

JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Iranizo Matos Rodrigues
Código Identificador:82391EE4

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2014

COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O PREVI COTRI E A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU.

Aos 06 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze , na cidade de Cotriguaçu MT, de um lado o PREVI- COTRI, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à AV.Henrique Xavier Rodovalho_, Centro, Cidade de Cotriguaçu , inscrito no CNPJ sob nº 05.070.835/0001-31, representado neste ato pelo Diretor Presidente, Sr. Cleumar Betega qualificar e de outro lado a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, inscrita no CNPJ sob nº37.465.309/0001-67, com sede na Av. 20 de dezembro , em Cotriguaçu-MT,pela Sra. Prefeita, Rosangela Aparecida Nervis qualificar, firma o presente termo de cooperação técnica sobre as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: Objeto
O presente termo de Acordo te por objetivo a prestação de serviços técnicos de Controle Interno, comissão de licitação, Contador, fiscal de contrato para o PREVI-COTRI.

Cláusula Segunda: Das Obrigações

Obrigam-se as partes, da seguinte forma

I - Do Previ- Cotri
Ceder espaço para realização dos trabalhos da Controladoria, realização de licitação, contabilidade e envio do APLIC.
Disponibilizar os equipamentos necessários para a realização dos trabalhos;
Publicar o Presente termo no Mural do órgão;
Publicar o Presente termo em um

II- Da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT

Ceder servidor efetivo para o exercício das funções para o Previ, conforme a necessidade do previ.
Cláusula terceira- Do Valor

Não haverá repasse de valores para a realização do presente termo de cooperação.

Cláusula Quinta – Da Vigência

O Presente Instrumento tem inicio no dia 01 de janeiro de 2014, e encerra se em 31 de dezembro de 2014.

Clausula Sexta- Da rescisão
O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo consentimento, pelo inadimplemento das obrigações assumidas pelas partes, ou pela iniciativa unilateral de qualquer delas, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de sessenta dias, de uma à outra, restando a cada qual, tão-somente, a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.
Cláusula Sétima – Da Remuneração

Não será devida nenhuma remuneração para o servidor exercer os cargos de Controlador Interno do Previ Cotri, comissão de licitação, contador, responsável pelo aplic, fiscal de contrato.

Cláusula Oitava- Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelas partes.

E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Cotriguaçu-MT, 06 de janeiro de 2014.

CLEUMAR BETEGA ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Diretor do PREVI- COTRI Prefeita Municipal De Cotriguaçu

Testemunhas:

_____
RG nº
CPF

_____
RG nº
CPF

Publicado por:
Noeli Maria Lorandi
Código Identificador:84180C52

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 002/2014

COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO VALE DO JURUENA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU.

Aos 06 dias do mês de janeiro do ano de dois mil quatorze , na cidade de Cotriguaçu MT, de um lado o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO VALE DO JURUENA, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à AV. Henrique Xaiver Rodovalho Centro, Cidade de Cotriguaçu , inscrito no CNPJ sob nº 08.962.660/00001-65,

representado neste ato pela Presidente, Sra. Rosangela Aparecida Nervis, qualificar e de outro lado a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, inscrita no CNPJ sob nº37.465.309/0001-67, com sede na Av. 20 de dezembro , em Cotriguaçu-MT,pela Sra. Prefeita, Rosangela Aparecida Nervis qualificar, firma o presente termo de cooperação técnica sobre as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: Objeto

O presente termo de Acordo te por objetivo a prestação de serviços técnicos de Controle Interno, comissão de licitação, contador, fiscal de contrato para o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO VALE DO JURUENA.

Cláusula Segunda: Das Obrigações

Obrigam-se as partes, da seguinte forma

I - Do CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO VALE DO JURUENA:

Ceder espaço para realização dos trabalhos da Controladoria, realização de licitação, contabilidade e envio do APLIC.
Disponibilizar os equipamentos necessários para a realização dos trabalhos;
Publicar o Presente termo no Mural do órgão;

Publicar o Presente termo em um

II- Da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT.

Ceder servidor efetivo para o exercício das funções de Contador, Contrador Interno, e Envio de APLIC para o CONSORCIO

INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO VALE DO JURUENA , conforme a necessidade.
Ceder Comissão de Licitação para realização de Licitação.

Cláusula terceira- Do Valor

Não haverá repasse de valores para a realização do presente termo de cooperação.

Cláusula Quinta – Da Vigência

O Prazo deste instrumento será de 12(onze) meses, a contar do dia 06 de fevereiro de 2014, encerrando-se em 31 de dezembro de 2014.

Clausula Sexta- Da rescisão

O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo, por mútuo consentimento, pelo inadimplemento das obrigações assumidas pelas partes, ou pela iniciativa unilateral de qualquer delas, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de sessenta dias, de uma à outra, restando a cada qual, tão-somente, a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

Cláusula Sétima – Da Remuneração

Não será devida nenhuma remuneração para os servidores que exercer os cargos de Controlador Interno, comissão de licitação, contador, responsável pelo aplic, fiscal de contrato.

Cláusula Oitava- Dos Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelas partes.
E, por estarem em pleno acordo, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Cotriguaçu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS ROSANGELA APARECIDA NERVIS
Presidente do Consorcio Prefeita Municipal de Cotriguaçu

Testemunhas:

_____
RG nº
CPF

_____
RG nº
CPF

Publicado por:
Noeli Maria Lorandi
Código Identificador:963379A6

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATO N° 018/2014

DATA: 07/02/2014 – OBJETO: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS EM ATENÇÃO A SAÚDE DA MULHER(parto e nascimento) E EM ATENÇÃO A SAÚDE DO HOMEM(Prevenção do Câncer de Próstata)"** Empresa: **MOACYR MANDADORI-ME, CNPJ Nº 14.974.505/0001-61**. PRAZO: 31/12/2014. Valor: R$ 163.844,00.

Publicado por:
Elaine Castanha Bonavigo
Código Identificador:E26CE482

PREVI-COTRI
RATIFICAÇÃO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2014

DATA: 04/02/2014

OBJETO: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS ESPECIALIZADOS EM ÁREAS PREVIDENCIARIA, NA CONCESSÃO DE BENEFICIOS E ASSESSORIA JURIDICA"

CONTRATANTE**: PREVI-COTRI – Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu/MT – CNPJ: 05.070.835/0001-31**

CONTRATADO: **P.H.DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA**
CNPJ: 09.517.508/0001-36
ONDE SE LÊ PRAZO: 31/12/2013, **LER SE-A** PRAZO: **31/12/2014**

Publicado por:
Cleumar Bettega
Código Identificador:BD4C602C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE SUSPENSÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL/ REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° PG962069-1 /2013
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde- SMS
Objeto: Aquisição de materiais Permanentes/Hospitalares (Equipamentos, Moveis Hospitalares, Materiais Médicos Hospitalares, Materiais Hospitalares Diversos, Eletrodomésticos e Eletroeletrônicos), para melhor estruturação do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá – HPSMC, oriundo da Proposta de Projeto - Rede de Atenção as Urgências e Emergências, Ampliação do acesso por demanda reprimida/ Porta de entrada do HPSMC (Proposta de Aquisição de Equipamento/Material Permanente Nº: 12063.872000/1120-07 do Ministério da Saúde.

Informações/Contato: Tal suspensão se dá para readequações no edital. Diretoria de Compra e Licitações /Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF - Fone: 6345-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2014

VALDIR PEREIRA SILVA
Pregoeiro Oficial

Visto:

JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA
Diretor Compra e Licitações

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Cuiabá/MT, 06 de fevereiro 2014.

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:F6EDEE36

PREFEITURA MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2013
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG957780-9/2013)

Adjudicamos Homologamos a licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2013,** cujo objeto é a Contratação de serviços técnicos especializados em processamento e análise de dados dos sistemas informatizados e dados não informatizados para captação, digitação, digitalização, validação, geração de arquivos e envio das informações exigidas pelo sistema APLIC do TCE/MT, conforme leiaute das tabelas, formato, tipo de arquivo, cronograma, das cargas exigidas pelo TCE/MT, ou seja, atenda os moldes definidos pelo TCE/MT, conforme especificações do Edital e demais anexos**.**

Empresa Vencedora: WP DE BARROS ME

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$) MENSAL	VALOR (R$) ANUAL
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. PREFEITURA	R$ 21.624,91	R$ 259.498,92
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. FUNED	R$ 6.000,00	R$ 72.000,00
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. FUNEC	R$ 6.000,00	R$ 72.000,00

VALOR TOTAL R$ 403.498,92

Adjudico e Homologo:
Cuiabá/MT, 07 de fevereiro 2014.

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:F7C272EA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2013
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG957780-9/2013)

O Município de Cuiabá, através do Pregoeiro Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, que na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2013,** cujo objeto é a Contratação de serviços técnicos especializados em processamento e análise de dados dos sistemas informatizados e dados não informatizados para captação, digitação, digitalização, validação, geração de arquivos e envio das informações exigidas pelo sistema APLIC do TCE/MT, conforme leiaute das tabelas, formato, tipo de arquivo, cronograma, das cargas exigidas pelo TCE/MT, ou seja, atenda os moldes definidos pelo TCE/MT, conforme especificações do Edital e demais anexos**.**

Empresa Vencedora: WP DE BARROS ME

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R$) MENSAL	VALOR (R$) ANUAL
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. PREFEITURA	R$ 21.624,91	R$ 259.498,92
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. FUNED	R$ 6.000,00	R$ 72.000,00
SERVIÇO DE ENVIO DO ORÇAMENTO, MENSAL, TEMPESTIVAS E ESPECIAIS POR COMPETÊNCIA MENSAL, SENDO QUE NESTE CONTRATO SERÃO CONSIDERADAS 14 COMPETÊNCIAS SENDO 01 CARGA INICIAL, 01 ORÇAMENTO E 12 CARGAS MENSAIS. FUNEC	R$ 6.000,00	R$ 72.000,00

VALOR TOTAL R$ 403.498,92

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Cuiabá/MT, 07 de fevereiro 2014.

MAGDA ROSSI
Pregoeira Oficial

Visto:
JOSÉ DIAS DE OLIVEIRA

Diretor Compra e Licitações

FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:97E44FD2

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°. 10521/2013
PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS: N° 016/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. PG958585-1/2013

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SMSU,** neste ato representado por seu Secretário(a)**, Sr(ª)**. **José Roberto Estopa**, portador da Carteira de Identidade RG nº.2189785 SSP/MT e do CPF nº. 040.845.928-03 neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **ATACADÃO DA CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 08.937.190/0001-80, com sede na Avenida Alzira Santana, Bairro Nova Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Anselmo José de Oliveira, portador(a) da Carteira de Identidade n.º M-5.202.015 SSP/MG, CPF/MF n.º 667.284.286-15, doravante denominada **FORNECEDORA**, considerando o resultado da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 016/2013 do Processo Administrativo Nº. 958585-1/2013, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por

ela alcançada **do LOTE**, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta **Ata de Registro de Preços**, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decreto 5.011/2011, 4.336/2005, de 23 de setembro de 2005, e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente **Ata** tem por objeto o ***Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais TUBOS DRENOS (PEAD), BENTONITA, GEOTÊXTIS para serem usados na execução da nova célula de sistema de tratamento de resíduo sólido urbano, na obra do Aterro Sanitário de Cuiabá estabelecido à estrada do Balneário Letícia – Bairro Várzea do Quilombo – Coxipó do Ouro***.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, sendo que durante este período a FORNECEDORA deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.2. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados/publicado no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/. e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá - http://www.cuiaba.mt.gov.br no link Licitação;

2.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Municipal poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente **comprovada à vantagem**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSU,** através da **Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças - SMPF/DCL** no seu aspecto operacional e à **Procuradoria Geral do Município**, nas questões legais.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1. Os preços registrados, a especificação, quantitativos, marcas, empresas fornecedora do objeto e representantes legais, encontram-se relacionados na presente ata, a seguir:

LOTE 02				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**EMPRESAS FORNECEDORA**	**VALOR UNITÁRIO**
01	BENTONITA/ARGILA – IMPERMEABILIZANTE.	300 TON	900,00	270.000,00

LOTE 03				
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QUANTIDADE**	**EMPRESAS FORNECEDORA**	**VALOR UNITÁRIO**
01	**GEOTÊXTEIS** - GEOTÊXTEIS NÃO TECIDO AGULHADO DE FILAMENTOS CONTÍNUOS 100 POLIÉSTER, COM RESISTÊNCIA LONGITUDINAL A TRAÇÃO DE 16 KN/M E RESISTÊNCIA TRANSVERSAL A TRAÇÃO DE 14KN/M (BOBINAS 4,60 X 10 M)	460 M²	4,85	2.231,00

4.2. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1. Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a **Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários** no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data sua assinatura.

5.2.1. A ata de Registro de Preços deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-grossense dos Municípios AMM-MT, no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/;

5.3. Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02, Decreto 4.336/2005, de 23 de setembro de 2005 e demais disposições vigentes;

5.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a **Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF,** se reserva no direito de convocar outra licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor;

5.5. Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos nesta Ata, no edital e seus anexos;

5.6. É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, salvo às disposições contidas no art. 14 do Decreto n° 4.336 de 23 de setembro de 2005.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO, DO LOCAL E DOS PRAZOS

6.1. Fornecimento dos materiais de TUBOS DRENOS (PEAD), BENTONITA, GEOTÊXTIS para serem usados na execução da nova célula de sistema de tratamento de resíduo sólido urbano, na obra do Aterro Sanitário de Cuiabá estabelecido à estrada do Balneário Letícia – Bairro Várzea do Quilombo – Coxipó do Ouro, conforme especificações no Termo de Referência, anexo I, serão entregues SOB DEMANDA, mediante solicitação da DIRETORIA DE RESIDUOS SÓLIDOS, através da Nota de Empenho, ou Ordem de Fornecimento;

6.2. As entregas dos materiais deverão ser efetuadas na Avenida Dante Martins de Oliveira, nº 2273 - Bairro: Bosque da Saúde (Carumbé), Cuiabá/MT, no período das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00hs; diretamente com o Gestor da Contrato, o servidor **Elzio Velasco**; no Almoxarifado Central da SMSU, **ou** sendo levado ao Aterro Sanitário de Cuiabá para ser aplicado na nova célula, **ou em outro local indicado pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos**;

6.3. O prazo de entrega dos materiais será de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho/Fornecimento expedida pelo Diretor Resíduos Sólidos, ou pelo Coordenador Administrativo e Financeiro - CAF;

6.4. A licitante deverá se responsabilizar pela entrega do objeto licitado de acordo com as especificações e quantidades exigidas pela secretaria solicitante, após o recebimento Nota de Empenho/Fornecimento, ficando ciente de que em caso de problemas o objeto licitado deverá ser substituído;

6.5. Fica assegurado à SMSU o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com as especificações exigidas no Edital e seus anexos, ficando a empresa licitante vencedora obrigada a substituir e/ou reparar os itens irregulares no prazo estipulado abaixo;

6.6. Em caso de recusa do material o mesmo será substituído pela Contratada, no prazo máximo de 02 (dois) dias uteis da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a **FORNECEDORA** se obriga, nos termos deste Edital, a assinar o contrato no período de vigência da ATA, onde passará a ser **CONTRATADA** e posteriormente retirar a Nota de Empenho para o fornecimento no prazo não superior a **05 (cinco) dias uteis**, contados do recebimento da convocação formal;

7.2. A **FORNECEDORA** obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

7.3. A **FORNECEDORA é obrigada** a prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Fiscalização do **Município de Cuiabá** e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações;

7.4. São ainda obrigações da **FORNECEDORA:**

a) Fornecer produto de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos pela ABNT. Prestar todos os esclarecimentos concernentes ao objeto desta licitação, quando solicitados pela CONTRATANTE;
b) Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, emolumentos e demais tributos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação;
c) Permitir e assegurar a CONTRATANTE o direito de fiscalizar a Entrega do produto objeto desta licitação em meio digital;
d) Responder por danos materiais ou físicos, causados, diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;
e) Em nenhuma hipótese veicular dar publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
f) Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
g) Os produtos serão entregues SOB DEMANDA, mediante solicitação da DIRETORIA DA DIRETORIA DE RESIDUOS SÓLIDOS, através da Nota de Empenho, ou Ordem de Fornecimento.
h) A Proponente vencedora deverá permitir a visita de técnicos da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos às suas instalações, caso necessário, bem como permitir a inspeção do objeto deste edital.
i) O Prazo para que a FORNECEDORA disponibilize a SMSU, os itens serão de até 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO – OF, emitida pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos através do Diretor Resíduos Sólidos, ou pelo Coordenador Administrativo e Financeiro.
j) Durante o prazo de validade do contrato de fornecimento, a Proponente vencedora fica obrigada a disponibilizar o Material com as quantidades indicadas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, em cada "Ordem de Serviço/ Fornecimento".
k) Toda Nota Fiscal emitida para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos deverá conter o número do contrato ou acompanhar uma cópia do mesmo.
l) Assumir a responsabilidade de recolher e quitar, todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
m) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a entrega do produto ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
n) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à entrega do produto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
o) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste certame.
p) A inadimplência da FORNECEDORA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a CONTRATANTE.
q) Em caso de recusa do material será o mesmo substituído pela FORNECEDORA, no prazo máximo de 02 (dois) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe a Lei nº 8.666/93.
r) Caso a substituição do material recusado não ocorra no prazo determinado estará o Contratado incorrendo em atraso na entrega e sujeito à aplicação das sanções previstas na legislação.
s) Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contratado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizados.

16.5. Caso a FORNECEDORA tencione a entrega do objeto do presente edital através de filial, esta deverá apresentar, quando da entrega, a sua inscrição no CNPJ, a correspondente alteração do contrato social que criou a prova de sua inscrição no cadastro de contribuintes estadual e a prova de sua regularidade perante as fazendas federal, estadual e municipal.

16.5.1. O não atendimento implicará o não pagamento da Nota Fiscal/Fatura, até que seja apresentada essa documentação.

16.6. A **FORNECEDORA** é obrigada a prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

16.7. A **FORNECEDORA** é obrigada a responsabilizar por todos os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, na forma do art. 70, da lei 8.666/93.

16.8. A **FORNECEDORA é obrigada** a responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do contrato;

16.9. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela **FORNECEDORA**;

16.10. A **FORNECEDORA é obrigada** a manter durante toda e execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.11. A **FORNECEDORA é obrigada** a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho do fornecimento do objeto desta licitação;

16.12. A **FORNECEDORA é obrigada** a comunicar imediatamente ao **Município de Cuiabá/Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSU,** qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessários para recebimento de correspondências;

16.13. Se a **FORNECEDORA** não cumprir com a meta definida pela CONTRATANTE, esta terá liberdade de convocado outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, para que possam efetuar a Entrega dos Materiais;

16.14. A **FORNECEDORA** compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato em observância com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação em plena validade, conforme exigidas à época da contratação, conforme determina o art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da **CONTRATANTE**, após a nomeação da vencedora do certame:

a) Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do objeto contratado, relatando se for o caso, irregularidades/má qualidade do produto fornecido.
b) Atestar as notas fiscais e faturas e acompanhar o efetivo fornecimento do produto, por meio de representante GESTOR/FISCAL designado, e também efetuar os pagamentos à **FORNECEDORA** mediante a apresentação das respectivas faturas, devidamente discriminadas e atestadas pela **CONTRATANTE**;
c) Proporcionar à **FORNECEDORA** todas as facilidades necessárias para que possa entregar efetivamente o objeto do contrato de forma satisfatória;
d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **FORNECEDORA**;
e) Comunicar oficialmente à **FORNECEDORA** quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do contrato.
f) Permitir acesso dos funcionários da **FORNECEDORA** às suas dependências para entrega referente ao objeto, quando necessário.
g) A Nota de Empenho, ou Ordem de Fornecimento dos Materiais deverá ser expedida pela Contratante, imediato contados da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado.
h) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom cumprimento do contrato;
i) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **FORNECEDORA** com relação ao objeto desta licitação;
j) Solicitar à **FORNECEDORA** e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução desta licitação e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
k) Controlar os pedidos e atestar o recebimento mensal do objeto desta licitação;
l) Efetuar o pagamento à **FORNECEDORA** nas datas estipuladas no instrumento contratual;
m) Fiscalizar o controle do fornecimentos do objeto deste certame, com poderes para verificar se estão sendo realizados de acordo com este edital.

8.2. A **CONTRATANTE** designará como **GESTOR/FISCAL DO CONTRATO** o servidor **Elzio Velasco,** dentro dos padrões determinados pela Lei de Licitações, onde será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aquisição, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providencias necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos neste processo licitatório.

8.2.1. Caberá ao **GESTOR/FISCAL DO CONTRATO**, nomeado pela **CONTRATANTE** as seguintes atribuições:

a) Conferência dos produtos/materiais que foram entregues;
b) Se a quantidade e especificação dos produtos/materiais são compatíveis com a proposta de preços ofertada pela empresa licitante;
c) Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos/materiais entregues, tendo condições de sugerir ao superior hierárquico a aplicação de penalidades, nos casos de inadimplemento contratual, parcial ou total;
d) Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os seguintes documentos, mês a mês:

· Nota fiscal/fatura;
· Adimplemento do cronograma;
· Guia de recolhimento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN referente ao mês anterior, exceto se o órgão ou entidade efetivar a devida retenção ou se for isento;
· Certidão negativa de débito estadual, da sede da licitante;
· Certidão negativa de débito municipal, da sede da licitante;
· Certidão negativa da dívida ativa da União;
· Certidão Negativa de Débitos Federais;
· Certidão Negativa de Débitos do INSS;
· Certidão de Regularidade com o FGTS.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** mediante a entrega dos produtos devidamente conferidos, aceitos e acompanhados da respectiva Nota Fiscal. O prazo para liquidação será de até 20 (vinte) dias contados do recebimento da Nota Fiscal;

9.2. A FORNECEDORA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número do Contrato, os dados bancários (nome e número do banco, número da agência e da conta corrente) aonde deverão ser efetuados o pagamento, por meio de ordem bancária (OB);

9.3. Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

9.4. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal/Fatura só efetivará mediante entrega dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal como certidão do INSS, do FGTS, de Débitos Trabalhistas e Débitos Municipais, conforme listado na alínea "d" do subitem 8.2.1 da Cláusula Oitava, devidamente atualizadas;

9.5. Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento do objeto;

9.6. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

9.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, salvo no caso de reequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão deverá ser comprovado a diferença ao cotados no mercado, não deverá ultrapassar aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

10.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSU** comunicará por escrito a **Diretoria de Compras e Licitações-DCL/Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-SMPF**, que imediatamente solicitará a **FORNECEDORA**, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo;

10.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a **Diretoria de Compras e Licitações-DCL/Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-SMPF** convocará as demais empresas com preços registrados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores

classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderão ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço registrado;

10.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSU.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

11.1.1. Quando a **FORNECEDORA** não cumprir as obrigações constantes nesta Ata, no Edital e seus Anexos;

11.1.2. Quando a **FORNECEDORA** não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

11.1.3. Quando a **FORNECEDORA** der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

11.1.4. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

11.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a **FORNECEDORA** será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **FORNECEDORA**, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso e/ou no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

11.4. A solicitação da **FORNECEDORA** para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSU**, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da **FORNECEDORA**, relativas à execução do lote.

11.6. Caso a **Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSU e/ou a Diretoria de Compras e Licitações/Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças - DCL/SMPF** não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a **FORNECEDORA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC;

12.1. Correrão por conta exclusivas da **FORNECEDORA**:

12.1.1. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

12.1.2. As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta Ata, do edital, sujeita à FORNECEDORA a multas, consoante o *caput* e § 1º do art. 86 da Lei no 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

13.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao **ÓRGÃO/ENTIDADE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **FORNECEDORA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o(s) lote(s) registrado(s);

13.3. Se a **FORNECEDORA** recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

13.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado;

13.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

13.4. A **FORNECEDORA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de **até 05 (cinco) anos**, conforme art. 7º da Lei 10.520/2002, art. 23 do Decreto n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011;

12.5. As multas previstas nesta seção não eximem a FORNECEDORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSU;

13.6. Se a **FORNECEDORA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte do **Município de Cuiabá**, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela **Procuradoria Geral do Município**;

12.6.1. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SMSU**, a seguir:

· **Unidade Gestora: 270101 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;**
· **Projeto/ Atividade: 2023**
· **Natureza de Despesa: 44.90.51**
· **Fonte: 100 – Recursos do Tesouro Municipal.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

15.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

15.1.2. Integram a esta Ata, o **Edital de Pregão Eletrônico/Registro de Preços nº. 016/2013** e seus anexos e as propostas das empresas classificadas para cada LOTE;

15.1.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SMSU.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual da **Comarca de Cuiabá/Estado de Mato Grosso** para dirimir qualquer dúvida decorrente da presente Ata, com renúncia de qualquer outro;

E assim, por estarem às partes justas e concordadas, foi lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas **PARTES**, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Cuiabá - MT, 30 de janeiro de 2014

CONTRATANTE:
JOSÉ ROBERTO ESTOPA
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – Smsu

CONTRATADA:

ANSELMO JOSÉ DE OLIVEIRA
Atacadão da Construção Ltda Cnpj Nº 08.937.190/0001-80

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG
CPF/MF
2) _____
RG
CPF/MF

Publicado por:
Magda Rossi
Código Identificador:CE4C3ED0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 002/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DENISE/MT, torna público que em Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial n.º **002/2014**, que tem como objetivo o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL "GASOLINA, ALCOOL E DIESEL", PARA ABASTECER A FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE/MT**, a presente licitação foi julgada **FRACASSADA** pelo motivo de desabilitação de todos os participantes.

Denise/MT, 06 de Fevereiro de 2014.

JOÃO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
Pregoeiro Oficial do Município

Publicado por:
João Carlos Carneiro da Silva
Código Identificador:8ED4960D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 016/2014

"Institui os formulários modelos para a licença ambiental urbana".

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. JUVIANO LINCOLN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,
DECRETA:
Art. 1º - Ficam instituídos os formulários anexos como modelos para a licença ambiental urbana, prévia e de instalação.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as do Decreto nº 011/2014.

Palácio Parecis, Diamantino, 03 de fevereiro de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, IND., COM., E MEIO AMBIENTE		
Licença Prévia		
LI N.º:	*VÁLIDA ATÉ:*	
PROCESSO Nº:	*DATA PROTOCOLO:*	
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO no uso de suas		
atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 016/1.991 de 13 de Novembro de 1.991, e alterada		
pela Lei Complementar nº 932/2.013 de 14 de Outubro de 2.013, que dispõe sobre o Código		
Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.		
NOME/RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO:		
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO		
ENDEREÇO:		
Av. Desembargador J.P.F. Mendes, 2.341 - Bairro Jd. Eldorado		
MUNICÍPIO:	*CEP: INSC. ESTADUAL*	*CNPJ:*
Diamantino-MT	*78.400-000*	*03.648.540/0001-74*
ATIVIDADE PRINCIPAL:		
Administração pública em geral		
ATIVIDADE LICENCIADA:		
LOCALIZAÇÃO:		
RESTRIÇÕES:		
As contidas no processo de licenciamento e na legislação em vigor.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:		
LOCAL E DATA *Diamantino-MT / /*	*Secretário Municipal* *Stoessel Santos Filho*	*Prefeito Municipal* *Juviano Lincoln*
Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização		

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, IND., COM., E MEIO AMBIENTE		
Licença de Instalação		
LI N.º:	*VÁLIDA ATÉ:*	
PROCESSO Nº:	*DATA PROTOCOLO:*	
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 016/1.991 de 13 de Novembro de 1.991, e alterada pela Lei Complementar nº 932/2.013 de 14 de Outubro de 2.013, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.		
NOME/RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO:		
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO		
ENDEREÇO:		
Av. Desembargador J.P.F. Mendes, 2.341 - Bairro Jd. Eldorado		
MUNICÍPIO:	*CEP: INSC. ESTADUAL*	*CNPJ:*
Diamantino-MT	*78.400-000*	*03.648.540/0001- 74*
ATIVIDADE PRINCIPAL:		
Administração pública em geral		
ATIVIDADE LICENCIADA:		
LOCALIZAÇÃO:		
RESTRIÇÕES:		
As contidas no processo de licenciamento e na legislação em vigor.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:		
LOCAL E DATA *Diamantino-MT / /*	*Secretário Municipal* *Stoessel Santos Filho*	*Prefeito Municipal* *Juviano Lincoln*
Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização		

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, IND., COM., E MEIO AMBIENTE	
Licença de Operação	
LI N.º:	*VÁLIDA ATÉ:*
PROCESSO Nº:	*DATA PROTOCOLO:*

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 016/1.991 de 13 de Novembro de 1.991, e alterada pela Lei Complementar nº 932/2.013 de 14 de Outubro de 2.013, que dispõe sobre o Código Ambiental de Mato Grosso, concede a presente licença.		
NOME/RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO:		
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO		
ENDEREÇO:		
Av. Desembargador J.P.F. Mendes, 2.341 - Bairro Jd. Eldorado		
MUNICÍPIO:	*CEP: INSC. ESTADUAL*	*CNPJ:*
Diamantino-MT	*78.400-000*	*03.648.540/0001- 74*
ATIVIDADE PRINCIPAL:		
Administração pública em geral		
ATIVIDADE LICENCIADA:		
LOCALIZAÇÃO:		
RESTRIÇÕES:		
As contidas no processo de licenciamento e na legislação em vigor.		
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA:		
LOCAL E DATA *Diamantino-MT / /*	*Secretário Municipal* *Stoessel Santos Filho*	*Prefeito Municipal* *Juviano Lincoln*
Obs: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização		

Publicado por:
Juçara Ramos Magalhães
Código Identificador:D2658D35

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº. 003/2014

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por Lei, torna público que as contas relativas ao exercício financeiro de 2013, do Poder Executivo do município de Diamantino-MT, encontra - se à disposição de quaisquer contribuintes na sede do Poder Executivo de Diamantino-MT, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do dia 15 de fevereiro de 2014.

Diamantino, 07 de fevereiro de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juçara Ramos Magalhães
Código Identificador:C0D00075

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 022/2014

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Senhor **STOESSEL SANTOS FILHO** como Fiscal do Contrato nº 436/2013, cujo objeto: contratação de Empresa para implantação de rede de iluminação pública no Loteamento Porto Seguro.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 03 de fevereiro de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juçara Ramos Magalhães
Código Identificador:62E08B51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO **I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 429/2013** – Publicado no dia 28 de janeiro de 2014, Edição nº 1899, Folha 30. **Onde se lê**: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 449/2013, **leia-se**: I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 429/2013. Ratificam-se os demais termos da publicação.
DIAMANTINO /MT em 07 de janeiro de 2014.

JUVIANO LINCOLN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sandra Berenice Wagner da Silva
Código Identificador:803EDCFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 001/2014

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL 001/2014, cujo objeto é: **Registro de preço para futura e eventual aQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA ATENDer As DEMANDAs DAs SECRETARIAs DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT,** onde se sagrou vencedora a empresa **MARIA JOSE DOS REIS NETO ME,** CNPJ: 10.226.944/0001-57, totalizando **R$ 449.000,00** (Quatrocentos e quarenta e nove mil Reais).

Diamantino - MT, 07 de Fevereiro de 2014.

LAURO JOSNEY CORREA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lauro Josney Correa
Código Identificador:93CDBFBE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO
Nº DO CONTRATO ORIGINAL: 148/2013
OBJETO: Acréscimo de R$ 29.076,77 (Vinte e nove mil setenta e seis reais e setenta e sete centavos) do valor global constante da Cláusula Quinta do Contrato de Prestação de Serviços nº 148/2013, conforme planilha em anexo.
DATA DO TERMO: 04/01/2014

DOM AQUINO – MT; 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laudiceia Gomes da Silva
Código Identificador:361FF8FB

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2014
CONTRATADO (A): ABIMAEL DOS SANTOS
OBJETO: prestação de serviços de cerimonial nos eventos a ser realizados por esta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT.
DATA: 07/01/2014
VIGÊNCIA: 07 (sete) meses
VALOR R$ 7.899,50

DOM AQUINO – MT; 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laudiceia Gomes da Silva
Código Identificador:72C0ED2B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2014
CONTRATADO (A): VILMAR BORDIGNON
OBJETO: locação de CAR/CAMINHAO – Marca Modelo VW/23.220 – PLACA MDD – 4777 – ANO 2004, para coleta de lixo urbano em substituição ao veiculo próprio que se encontra em conserto na oficina.
DATA: 07/01/2014
VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias
VALOR R$ 2.900,00

DOM AQUINO – MT; 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laudiceia Gomes da Silva
Código Identificador:9B0B95A2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2014
CONTRATADO (A): EURINDO SANTANA BISPO DE MATOS
OBJETO: prestação de serviços no Desenvolvimento do Site desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT.
DATA: 07/01/2014
VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias
VALOR R$ 3.500,00

DOM AQUINO – MT; 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laudiceia Gomes da Silva
Código Identificador:D42A5141

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2014

Retifico a publicação do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso do dia 07/02/2014, pagina 102 Dispensa de Licitação 001/2014.

ONDE SE LÊ:

Valor Global: R$ 37.028,05 (trinta e sete mil, vinte e oito reais e cinco centavos).

LEIA-SE:

Valor Global: R$ 40.388,05 (quarenta mil, trezentos e trinta e oito reais e cinco centavos)

Dom Aquino – MT, 07 de fevereiro de 2014.

MARIA DE LOURDES OLIVEIRA
Presidente

JOSAIR JEREMIAS LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Lucia Vieira de Jesus
Código Identificador:F86029B1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2014

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 07 de fevereiro de 2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2014, REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2014 objetivando a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS OFICIAIS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO E JORNAIS REGIONAIS.** Tendo o seguinte resultado: A empresa JOAO DIAS RAMOS – EPP, vencedora do presente certame, sendo o valor global de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

MARCOS PAGNO
Pregoeiro

Publicado por:
Marcos Pagno
Código Identificador:4F285921

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE RATIFCAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2014

OBJETO: Aquisição de Medicamento em caráter emergencial, visando a manutenção de serviços de saúde essenciais - CONTRATADO: ARAGUAIA MÉDICA PRODUTOS-MÉDICOS HOSPITALAR LTDA.- VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 25.557,75 (vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos) - Prazo do contrato: 15 dias. Fundamento legal: lei 8.666/93, Art. 24, Inciso IV. Tendo em vista a justificativa e parecer jurídico apresentados, resolvo, com fulcro no art. 26 da lei 8.666/93, ratificar a dispensa de licitação em tela, dando cumprimento ao que exige a lei. Figueirópolis D'Oeste - MT, 03 de Fevereiro de 2014.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Dandra Renata Souza Lima
Código Identificador:7A560AEB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
ERRATA EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 001/14

Na publicação realizado dia 05 de Fevereiro de 2014, **onde se lê:**

(...) fará realizar no dia 14/02/14, às 13:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Glória D'Oeste – MT, Licitação Modalidade Tomada de Preço (...).

Leia-se:

(...) fará realizar no dia 21/02/14, às 13:00 horas, na sede da Câmara Municipal de Glória D'Oeste – MT, Licitação Modalidade Tomada de Preço (...).

Glória D'Oeste, 07 de Fevereiro de 2014.

NILTON DOS SANTOS
Presidente da C.P.L.

Publicado por:
Angela Aparecida da Silva Toloi
Código Identificador:E5C9FEDA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmácia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 016/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA**, visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA**
CNPJ nº 59.309.302/0001-99 I.E. nº 495.044.013-118
Endereço: Avenida Comendador José Zillo n° 160, Bairro Distrito Industrial
Cidade: Ourinhos/SP CEP: 19908-170 Telefone: (65) 3661-1669/5953 / 9982-3366
e-mail: verafaccin@vilelafaccin.com.br
Representante legal: Vera Lucia Faccin
Item(ns) 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 201, 202, 214, 215, 216, 217, 461, 462, 463, 464, 479, 700, 788, 789, 790, 794 e 795

MATERIAL PARA INSULINOS DEPENDENTES

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA Valor Unitário
191	30.000	Unidades	Lancetas para Glicoteste. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,30
192	1.200	Unidades	Seringa descartável em polipropeno, sem espaço morto, com agulha fixa em aço inox, bisel trifacetado, siliconizada, 29G x 1/2 CC (13 x 3,3 ou 12,7 mm x 0,33mm) para aplicação de insulina. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,79
193	100.000	Unidades	Seringas de 1ml para insulina c/ agulha 13 x 4,5. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,48
194	2.000	Caixas	Tiras para medição de Glicemia - caixas com 50 unidades. Obs: A empresa ganhadora terá que fornecer os aparelhos da mesma marca da fita que pretende fornecer. Sendo a cada 20 caixas adquiridas = 1 aparelho doado.	INJEX	16,80

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA Valor Unitário
195	500	Unidades	Cateter periferico n. º 14 de uso unico, descartavel confeccionado em polimeroradiopaco. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	1,27
196	1.000	Unidades	Cateter periferico n.º 16 de uso unico, descartavel confeccionado em polimeroradiopaco. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	1,27
198	8.400	Unidades	Cateter periferico n º 18 de uso unico, descartavel confeccionado em polimeroradiopaco. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	1,27
199	11.200	Unidades	Cateter periferico n º 20 de uso unico, descartavel confeccionado em polimeroradiopaco. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	1,27
201	11.200	Unidades	Cateter periferico n º 22 de uso unico, descartavel confeccionado em polimeroradiopaco. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	1,27
202	8.400	Unidades	Cateter periferico n º 24de uso unico, descartavel confeccionado em polimeroradiopaco. Com dispositivo de segurança atendendo	INJEX	1,27

			a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego		
214	9.600	Unidades	Agulha desc 13 X 4,5 - Agulha hipodérmica descartável, corpo de aço inoxidável biselado, canhão em plástico, provida de protetor, esterilizada a óxido de etileno, embalada individualmente, constando externamente os dados de identificação e procedência, resistentes aos processos de manuseio, fechado adequadamente, capaz de manter sua integridade. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,32
215	9.200	Unidades	Agulha desc 25 X 0,7 - Agulha hipodérmica descartável, corpo de aço inoxidável biselado, canhão em plástico, provida de protetor, esterilizada a óxido de etileno, embalada individualmente, constando externamente os dados de identificação e procedência, resistentes aos processos de manuseio, fechado adequadamente, capaz de manter sua integridade. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,32
216	8.700	Unidades	Agulha desc 25 X 0,8 - Agulha hipodérmica descartável, corpo de aço inoxidável biselado, canhão em plástico, provida de protetor, esterilizada a óxido de etileno, embalada individualmente, constando externamente os dados de identificação e procedência, resistentes aos processos de manuseio, fechado adequadamente, capaz de manter sua integridade. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,32
217	8.700	Unidades	Agulha desc 40 x 12 -Agulha hipodérmica descartável, corpo de aço inoxidável biselado, canhão em plástico, provida de protetor, esterilizada a óxido de etileno, embalada individualmente, constando externamente os dados de identificação e procedência , resistentes aos processos de manuseio, fechado adequadamente, capaz de manter sua integridade. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,35
461	13.200	Unidades	Seringa de 03 ml c/ agulha 25x7. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,48
462	16.200	Unidades	Seringa de 05 ml c/ agulha 25x7. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,51
463	30.000	Unidades	Seringa de 10 ml c/ agulha 25x7. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,67
464	13.200	Unidades	Seringa de 20 ml c/ agulha 25x7. Com dispositivo de segurança atendendo a Norma Regulamentadora nº 32 e Portaria 1748/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego	INJEX	0,87
479	300	Unidades	Torneira descartavel em 3 vias confeccionado em pvc transparente conector luer lok universal com tampa e ventilados de fluxo direcionado esteril, descartavel	INJEX	0,52

MATERIAL QUÍMICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA Valor Unitário
700	7	Caixas	Agulha múltipla para coleta de sangue a vácuo 25 x 08mm caixa com 100 unidade	INJEX	27,00
788	10	Caixas	Tubo de vácuo plástico com citrato de sódio 3,2% de 4,5 ml. Caixa com 100 unidades	INJEX	31,00
789	70	Caixas	Tubo com EDTA K2 de 4,5 ml. Caixa com 100 unidades (tampa roxa)	INJEX	31,00
790	15	Cx	Tubo de vácuo plástico com ativador de coágulo + gel 8,5ml. Caixa c/100 unidades	INJEX	31,00
794	20	Cx	Tubo de vácuo plástico sem aditivo 10 ml. Caixa com 100 unidades	INJEX	29,00
795	15	Caixas	Tubos de vácuo plástico com fluoreto de sódio + EDTA K3 de 4 ml. Caixa com 100 unidades	INJEX	29,00

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando

sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço

em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é

vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA
Vera Lucia Faccin

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:AABB1110

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmácia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 017/2014, Ata de julgamento de

Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **MB TÊXTIL LTDA**, visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **MB TÊXTIL LTDA**
CNPJ nº 00.894.372/0001-09 I.E. nº 10277103-0
Endereço: Rua Barão de Montezuma n° 260, Bairro Capuava
Cidade: Goiânia/GO CEP: 74450-040 Telefone: (65) 3661-1669 e-mail: henriquevilela@vilelafaccin.com.br
Representante legal: Henrique César Marcelino Vilela
Item(ns) 233, 234, 235, 261, 262 e 337

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: MB TÊXTIL LTDA Valor Unitário
233	1.440	Pacotes	Atadura Crepe 10cm X 1,8 m em repouso c/ 12 Unidades – tipo mista (crochet), fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fioscm², possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Unidade pesando no mínimo 21,8 g	MB TEXTIL	8,75
234	1.440	Pacotes	Atadura Crepe 15cm X 1,8m em repouso c/ 12 Unidades - tipo mista (crochet), fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fioscm², possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Unidade pesando no mínimo 32,7 g	MB TEXTIL	12,99
235	1.440	Pacotes	Atadura Crepe 20cm X 1,8m em repouso c/ 12 Unidades - tipo mista (crochet), fios de alta torção, que confere alta resistência, com densidade de 13 fioscm², possuindo bastante elasticidade no sentido longitudinal. Unidade pesando no mínimo 42,8 g	MB TEXTIL	17,00
261	150	Pacotes	Compressa Cirúrgica Campo Operatório 45CMX50CM, mínimo 35g, não estéril confeccionada com fios 100% algodão em tecido quádruplo A compressa possui entrelaçamento das quatro camadas do tecido que a compõem para evitar o deslizamento entre as mesmas	MB TEXTIL	90,68
262	1.800	Pacotes	Compressas de Gaze Hidrófila confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com oito camadas e cinco dobras, com dimensão de 7,5 x 7,5cm, quando fechadas e 15 x 30cm, quando aberta Alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos, alvejantes ópticos Dobradas para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento DE 13 FIOS DE 7,5 X 7,5 CM. Pacote c/ 500 unidades, pesando 500g	MB TEXTIL	21,33
337	1.600	Rolos	GAZE HIDRÓFILA TIPO QUEIJO- Produzida em tecido 100% algodão, livres de alvejantes ópticos ou corretivos; - Isentas de amido; - produzidas com 3 dobras e 8 camadas; DE 13 fios p/cm²; - em rolos com 91 cm largura e 91 m de comprimento c/ 04 camadas. Pacote pesando no mínimo 840g.	MB TEXTIL	35,75

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade

credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o

período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

MB TÊXTIL LTDA
Henrique César Marcelino Vilela

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:CD1CAD02

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmácia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2014, Ata de julgamento de

Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **SHALON FIOS CIRURGICOS LTDA** visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA**
CNPJ nº 33.348.467/0004-29 I.E. nº 10300978-7
Endereço: Avenida C -255 n° 270, salas 606 à 611, Centro Empresarial Sebba, Setor Nova Suíça
Cidade: Goiânia/GO CEP: 74280-010 Telefone: (65) 3661-1669 e-mail: henriquevilela@vilelafaccin.com.br
representante legal: Henrique César Marcelino Vilela
Item(ns) 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327 e 329

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: SHALON FIOS CIRURGICOS LTDA Valor Unitário
309	20	Caixas	Fio Algodão 0 c/ agulha cortante 2,0 cm cx c/ 24 (com certificado do ISSO 9001 - CERTIFIED N 183504	SHALON C/ 24	28,00
310	5	Caixas	Fio algodao 0 com agulha 2 cm	SHALON C/ 24	28,00
311	20	Caixas	Fio Algodão 0 s/ agulha cx c/ 24 (com certificado do ISSO 9001 - CERTIFIED N 183504	SHALON C/ 24	27,50
312	5	Caixas	Fio algodao 0 sem agulha	SHALON C/ 24	27,50
313	10	Caixas	Fio Algodão n° 0 com agulha cilíndrica 30 cm	SHALON C/ 24	28,00
314	10	Caixas	Fio Algodão n° 1.0 com agulha 40 cm	SHALON C/ 24	28,00
315	30	Caixas	Fio Cat gut cromado 0 c/ agulha 4,0 cm cx c/ 24 (com certificado do ISO 9001 – CERTIFIED Nº 183504)	SHALON C/ 24	68,00
316	30	Caixas	Fio Cat gut cromado 1 c/ agulha de 4,0 cm cx c/ 24 (com certificado do ISO 9001 – CERTIFIED N º 183504)	SHALON C/ 24	73,00
317	5	Caixas	Fio cat gut cromado 2.0 aparelho digestório, agulha circular cilíndrica 3 cm	SHALON C/ 24	66,50
318	30	Caixas	Fio Cat gut cromado 2-0 c/ agulha 4,0 cm cx c/ 24 (com certificado do ISO 9001 – CERTIFIED N º 183504)	SHALON C/ 24	66,50
319	20	Caixas	Fio Cat gut cromado 3-0 c/ agulha4,0 cm cx c/ 24 (com certificado do ISO 9001 – CERTIFIED Nº 183504)	SHALON C/ 24	66,50
320	5	Caixas	Fio cat gut cromado 4.0 vascular, 75 cm, absorvível 1/2 circular cilíndrica 2 cm	SHALON C/ 24	73,00
321	20	Caixas	Fio Cat gut cromado 4-0 c/ agulha 4,0 cm cx c/ 24 (com certificado do ISO 9001 – CERTIFIED Nº 183504)	SHALON C/ 24	66,50
322	5	Caixas	Fio cat gut cromado 5.0, 75 cm, absorvível 1/2 circular cilíndrica 2 cm	SHALON C/ 24	79,50
323	30	Caixas	Fio Cat gut simples 0 c/ agulha 4,0 cm cx c/ 24 (com certificado do ISO 9001 – CERTIFIED N º 183504)	SHALON C/ 24	66,50
324	60	Caixas	Fio Cat gut simples 20 c/ agulha 4,0 cm cx c/ 24 (com certificado do ISO 9001 – CERTIFIED N º 183504)	SHALON C/ 24	66,50
325	20	Caixas	Fio Cat gut simples 30 c/ agulha 4,0cm cx c/ 24 (com certificado do ISO 9001 – CERTIFIED N º 183504)	SHALON C/ 24	66,50
326	20	Caixas	Fio Cat gut simples 40 c/ agulha 4,0 cm cx c/ 24 (com certificado do ISO 9001 – CERTIFIED N º 183504)	SHALON C/ 24	66,50
327	30	Caixas	Fio catgut cromado 2,0 c/agulha cilíndrica de 2,0 cm cx c/ 24(com certificado do ISO 9001 - CERTIFIED Nº 183504)	SHALON C/ 24	73,00
329	5	Caixas	Fio Prolene n°4.0 para aparelho digestório com agulha ½ cilíndrica de 2,5 cm	SHALON C/ 24	44,70

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas

classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a

comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o

Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
Henrique César Marcelino Vilela

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:B8292D27

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmacia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das

Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 019/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **DENTAL CENTRO OESTE LTDA** visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **DENTAL CENTRO OESTE LTDA**
CNPJ nº 36.909.926/0001-80 I.E nº 13.182.033-8
Endereço: Rua Professor João Felix n°635 Bairro: Lixeira
Cidade: Cuiabá/MT CEP: 78008-135 Telefone: (65) 3611-7200 / (66) 9646-1360 e-mail: monteirocl@hotmail.com
Representante legal: Carlos Luciano Monteiro
Item(ns) 12, 34, 35, 37, 50, 58, 61, 71, 84, 106, 115, 122, 132, 133, 141, 148, 205, 237, 246, 247, 260, 263, 264, 339, 395, 396, 406, 407, 418, 419, 429, 438, 439, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 458, 459, 467, 468, 469, 470, 473, 474, 477, 490, 491, 500, 512, 513, 561, 600, 603, 635, 636, 637, 720, 730, 735, 736, 742, 749, 799, 800 e 818

MATERIAL FARMACOLÓGICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DENTAL CENTRO OESTE LTDA Valor Unitário
12	5.000	Capsulas	Ampicilina 500mg	PRATI	0,08
34	2.000	Ampolas	Cedilanide (deslanosídeo)0,2 mg/mL ampola de 2 mL	U.QUIMICA	1,20
35	15.000	Ampolas	Cefalotina sódica, pó pata solinjet 1 G	ARISTON	1,39
37	600	Ampolas	Cefepima 1 G injetavel	NOVAFARMA	4,00
50	1.200	Ampolas	Cloranfenicol 1G injetavel	ARISTON	1,55
58	750	Comp.	Cloridrato de DILTIAZEN 30 MG	E.M.S	0,30
61	1.000	Ampolas	Clorpromazina 25mg/5mL injetavel	U.QUIMICA	1,05
71	30.000	Ampolas	Dipirona sódica 500mg/ml injetavel	FARMACE	0,59
84	600	Frascos	Fleet Enema 130 mL	CRISTALIA	4,25
106	1.500	Ampolas	Hidrocortisona 100 mg injetável	U.QUIMICA	2,79
115	50	Bolsas	Levoflaxino 500mg/ml	ISOFARMA	7,29
122	1.500	Ampolas	Midazolam 5mg/ml	U.QUIMICA	1,99
132	1.200	Ampolas	Neocaina 0,5% Pesada -ampola de 4 ml	CRISTALIA	9,50
133	30	Ampolas	Neocaina 0,5% sem vaso frasco-ampola de 20 ml	CRISTALIA	27,00
141	120	Frascos	Nitrofurazona pomada 2 mg/g frasco de 500g	PRATI	6,80
148	3.000	Ampolas	Ondansetrona 2mg/mL	NOVAFARMA	0,50

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DENTAL CENTRO OESTE LTDA Valor Unitário
205	5	Unidades	Afastador com 03 garras rombas 16 cm	ABC	55,60
237	10	Unidades	Bacia com 42 cm de circunferencia em aço inox	FORTINOX	95,50
246	60	Unidades	Bolsa para colostomia 32 mm - Bolsa drenável para estoma intestinal com barreira de resina sintética opaca, pré-cortada adesivo micropore **com placa**	CASEX	26,50
247	120	Unidades	Bolsa para colostomia 57 mm - Bolsa drenável para estoma intestinal com barreira de resina sintética opaca, pré-cortada adesivo micropore **com placa**	CASEX	32,50
260	20	Unidades	Comadre em aço inox de 2,5 litros	FORTINOX	110,00
263	20	Unidades	Cuba inox redonda pequena	FAMITA	8,30
264	10	Unidades	Cuba Rim inox 26x12cm 700ML	FAMITA	31,00
339	3	Und	Histerometro Colin	ABC	34,80
395	2	Unidades	Pinça c/ cremalheira 14 cm	ABC	22,63
396	2	Unidades	Pinça c/ cremalheira 28 cm	ABC	67,00
406	10	Unidades	Pinça de dissecçao Histologica 14 cm	ABC	7,20
407	10	Unidades	Pinça de dissecçao Histologica 16 cm	ABC	8,80
418	1	Unidades	Pinça Dissecçao serilhada 12 cm	ABC	7,00
419	1	Unidades	Pinça dissecçao serilhada 14 cm	ABC	7,20
429	10	Unidades	Pinça foerster ballenger nº 16 cm confeccionada em aco inoxidavel de 1a qualidade, embalada individualmente em plastico,constando externamente os dados de identificacao e procedencia, Garantia de fabrica: 10 anos contra defeitos de fabricacaoRegistro MS	ABC	31,50
438	5	Unidades	Pinça Kocher inatraumatica CV 22 cm	ABC	44,30
439	5	Unidades	Pinça Kocher inatraumatica RT 25 cm	ABC	67,00
449	5	Unidades	Pinça Wethein Culien 20 cm	ABC	247,00
450	2	Unidades	Pinça winter curva nº21	ABC	66,80
451	2	Unidades	Pinça winter reta nº21	ABC	66,80
452	25	Unidades	Porta agulha mayo regar 14 cm	ABC	15,50
453	10	Unidades	Porta agulha mayo regar 16 cm	ABC	20,20
454	5	Unidades	Porta agulha mayo regar 20 cm	ABC	27,20
458	2	Unidades	Rugina Lambotte reta 25 mm x 20 cm	ABC	100,90
459	2	Unidades	Saca Filioma de doyen	ABC	31,30
467	120	Unidades	Sonda uretral nº 08, siliconizada, confeccionada em polivinil atoxica, transparente, com 02 orificios central e lateral, esterilizada a raio gama cobalto 60, embalada individualmente constando externamente os dados de identificacao, proceden-cia, data de fabricacao e validade, nr de lote, calibre e Registro no MS	MARKMED	0,51
468	16.000	Unidades	Sonda uretral nº 10, siliconizada, confeccionada em polivinil atoxica, transparente, com 02 orificios central e lateral, esterilizada a raio gama cobalto 60, embalada individualmente em filme de polietileno, constando externamente os dados de identificacao, proceden-cia, data de fabricacao e validade, nr de lote, calibre e Registro no MS	MARKMED	0,55
469	40.000	Unidades	Sonda uretral nº 12 , siliconizada, confeccionada em polivinil atoxica, transparente, com 02 orificios central e lateral, esterilizada a raio gama cobalto 60, embalada individualmente em filme de polietileno, constando externamente os dados de identificacao, proceden-cia, data de fabricacao e validade, nr de lote, calibre e Registro no MS	MARKMED	0,60
470	300	Unidades	Sonda uretral nº 16 , siliconizada, confeccionada em polivinil atoxica, transparente, com 02 orificios central e lateral, esterilizada a raio gama cobalto 60, embalada individualmente constando externamente os dados	MARKMED	0,65

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DENTAL CENTRO OESTE LTDA Valor Unitário
			de identificacao, proceden-cia, data de fabricacao e validade, nr de lote, calibre e Registro no MS		
473	240	Unidades	Termômetros Digital clinico c/ Indicador de bateria, memória e temperatura em ºC, Indicador sonoro tipo "bip" Erro máximo: 0,2ºC	BIOLAND	11,90
474	1	Unidades	Tesoura Esmarch p/ gesso 20 cm unidade peca	ABC	68,00
477	5	Unidades	Tesoura Metzembaum curva 18 cm	ABC	27,00
490	3	Unidades	Valvula de doyen 45x90	ABC	109,00
491	2	Unidades	VALVULA DOYEN SUB-PUBIANA 28cm, p/ cesaria, em aço inox, embalagem individual, constando os dados de identificação,	ABC	148,00

MATERIAL FARMACOLÓGICO PARA FARMÁCIA BÁSICA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DENTAL CENTRO OESTE LTDA Valor Unitário
500	2.000	Frascos	Albendazol suspensão oral 40 mg/mL	TEUTO	0,70
512	15.000	Frascos	Amoxicilina 50mg/mL – suspensão	PRATI	1,10
513	1.500	Capsulas	Ampicilina 500mg	PRATI	0,08
561	10.000	Comp.	Espiramicina 500 mg	SANOFI	2,73
600	1.200	Comp.	Isossorbida, dinitrato de,sublingual 5 mg	E.M.S	0,08
603	10.000	Capsulas	Itraconazol 100 mg	PRATI	0,40
635	9.960	Comp.	Metoprolol, succinato de - 25 mg	ASTRAZENECA	0,60
636	10.000	Bisnagas	Metronidazol 10 %– gel vaginal	PRATI	3,40
637	10.000	Comp.	Metronidazol (comprimido 400 mg)	TEUTO	0,40

MATERIAL QUÍMICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DENTAL CENTRO OESTE LTDA Valor Unitário
720	50	Unidades	Canhão para coleta de sangue a vácuo	CRAL	0,60
730	5	Unidades	Estante de plastico para tubo de ensaio 12x75 capacidade p/ 36 tubos	CRAL	15,00
735	10	Unidades	Frasco de amotolia de plástico ambar 250 ml	J.PROLAB	1,90
736	10	Unidades	Frasco de amotolia de plástico transparente 250 ml	J.PROLAB	1,80
742	10	Unidades	Grades de metal para tubo de ensaio 12,5 x 77 mm com capacidade para 36 tubos	RICILAB	19,90
749	50	Caixas	Laminulas 24x24mm com 1000 unidades	EXACTA	2,10

MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DENTAL CENTRO OESTE LTDA Valor Unitário
799	440	Frascos	Almotolia plastica desc 250 ml ambar	J.PROLAB	1,90
800	560	Frascos	Almotolia plastica desc 250 ml Transparente	J.PROLAB	1,80
818	840	Frascos	Solução de pvpi (polivinil pirrolidona) degermante fr 1000ml	VICPHARMA	14,00

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e

comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.

23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

DENTAL CENTRO OESTE LTDA
Carlos Luciano Monteiro

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:4F0C70A5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmácia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 020/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **DENTAL REZENDE LTDA - ME** visando o

FORNECIMENTO DOS MATERIAIS constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **DENTAL REZENDE LTDA - ME**
CNPJ nº 08.593.452/0001-36 I.E 10408690-4
Endereço : Avenida Assis Chateaubriand n°1555 Bairro: Setor Oeste
Cidade: Goiânia/GO CEP:74130-012 Telefone: (62) 4008-8300 / (66) 3531-4286 / 9661-2160
e-mail: thiago@dentalrezende.com.br / lindafistarol@hotmail.com / ivetefistarol@gmail.com
Representante legal: Ivete Fistarol
Item(ns) 207, 208, 209, 210, 212, 213, 218, 219, 220, 238, 248, 249, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 328, 387, 388, 389, 392, 393, 394, 397, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 408, 409, 410, 411, 413, 414, 415, 416, 417, 420, 421, 422, 428, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 475 e 476

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DENTAL REZENDE LTDA - ME Valor Unitário
207	5	Unidades	Afastador Desmarres Produto Confeccionado em Aço Inoxidável Tamanho: 16 CM Embalagem: Plástica individual, constando os dados de identificação, procedência e rastreabilidade Garantia: 10 anos Fabricado de acordo com Padrões Internacionais de Qualidade, Normas da ABNT, CE REG MS	ABC	39,47
208	10	Unidades	Afastador Farabeuf 12 cm	ABC	7,03
209	5	Unidades	Afastador Farabeuf 14 cm	ABC	7,03
210	5	Unidades	Afastador Israel 23 cm e 4 dentes confeccionado em aco inoxidavel de 1a qualidade, embalada individualmente em plastico,constando externamente os dados de identificacao e procedencia,Garantia de fabrica: 10 anos contra defeitos de fabricacaoRegistro MS	ABC	106,40
212	5	Unidades	Afastador sem-muller agudo 18 cm	ABC	32,61
213	5	Unidades	Afastador Weitlaner aguda 14 cm	ABC	134,00
218	250	Unidades	Agulha p/ Raqui 22 G x 3 1/2" - Agulha de ponta Quincke com design que proporciona velocidade no retorno do líquor e melhor fluxo do agente anestésico • Encaixe canhão/ estilete orienta posicionamento adequado do bisel e fixa o estilete evitando deslocamento durante a punção • Canhão translúcido que proporciona rápida visualização do líquor Estilete ajustado à agulha reduz possibilidade de remoção de tecidos durante a punção Com dispositivo de segurança	BD	14,76
219	1.250	Unidades	Agulha p/ Raqui 25 G x 3 1/2" - Agulha de ponta Quincke com design que proporciona velocidade no retorno do líquor e melhor fluxo do agente anestésico • Encaixe canhão/ estilete orienta posicionamento adequado do bisel e fixa o estilete evitando deslocamento durante a punção • Canhão translúcido que proporciona rápida visualização do líquor, Estilete ajustado à agulha reduz possibilidade de remoção de tecidos durante a punção	BD	14,60
220	1.000	Unidades	Agulha p/ Raqui 27 G x 3 1/2" Agulha de ponta Quincke com design que proporciona velocidade no retorno do líquor e melhor fluxo do agente anestésico • Encaixe canhão/ estilete orienta posicionamento adequado do bisel e fixa o estilete evitando deslocamento durante a punção • Canhão translúcido que proporciona rápida visualização do líquor • Estilete ajustado à agulha reduz possibilidade de remoção de tecidos durante a punção comp 90 mm.		
238	10	Unidades	Balde em aço inox 10 litros	ABC	214,50
248	20	Unidades	Cabo de bisturi nº3	ABC	5,65
249	20	Unidades	Cabo de bisturi nº4	ABC	5,65
269	2	Unidades	Cureta recamier nº1	ABC	42,90
270	2	Unidades	Cureta recamier nº2	ABC	42,90
271	2	Unidades	Cureta recamier nº3	ABC	42,90
272	2	Unidades	Cureta recamier nº4	ABC	42,90
273	2	Unidades	Cureta recamier nº5	ABC	42,90
274	2	Unidades	Cureta recamier nº6	ABC	42,90
275	2	Unidades	Cureta schroeder nº 1	ABC	42,90
276	2	Unidades	Cureta schroeder nº 2	ABC	42,90
277	2	Unidades	Cureta schroeder nº 3	ABC	42,90
278	2	Unidades	Cureta schroeder nº 4	ABC	42,90
279	2	Unidades	Cureta schroeder nº 5	ABC	42,90
280	2	Unidades	Cureta schroeder nº 6	ABC	42,90
328	20	Caixas	Fio de algodão 1 c/ 24 sem agulha(com certificado do ISO 9001 – CERTIFIED Nº 183504)	SOMERVILLE	29,70
387	5	Unidades	Pinça Adson curva 18 cm	ABC	25,74
388	25	Unidades	Pinça Allis 15 cm	ABC	17,16
389	20	Unidades	Pinça Allis 19 cm	ABC	35,00
392	10	Unidades	Pinça Allis 25 cm - confeccionada em aco inox de 1a qualidade, embalada individualmente em plastico, constando exter-namente os dados de identificacao e procedencia, procedencia nacionalGarantia de fabrica: 10 anos contra defeitos de fabricacaoRegistro MS	ABC	42,85
393	20	Unidades	Pinça anatomica 14 cm	ABC	6,80
394	10	Unidades	Pinça anatômica dissecção com serrilha normal 20 cm	ABC	12,00
397	5	Unidades	Pinça Cheron 25 cm	ABC	30,80
399	1	Unidades	Pinça collin coraçao 16 cm	ABC	42,85
400	2	Unidades	Pinça Collin reta 25 cm	ABC	37,70
401	12	Unidades	Pinça crelle curva 14 cm	ABC	15,40
402	5	Unidades	Pinça crelle curva 16 cm	ABC	17,15
403	12	Unidades	Pinça crelle reta 14 cm	ABC	15,40
404	5	Unidades	Pinça crelle reta16 cm	ABC	17,15
408	20	Unidades	Pinça dente de rato 14 cm	ABC	6,90
409	10	Unidades	Pinça Dente de Rato 20 cm confeccionada em aco inoxidavel de 1a qualidade, embalada individualmente em plastico,constando externamente os dados de identificacao e procedencia de fabrica: 10 anos contra defeitos de fabricacaoRegistro MS	ABC	12,00
410	10	Unidades	Pinça Dente de Rato 28 cm confeccionada em aco inoxidavel de 1a qualidade, embalada individualmente em plastico,constando externamente os dados de identificacao e procedencia 10 anos contra defeitos de fabricacaoRegistro MS	ABC	29,15
411	10	Unidades	Pinça dissecçao Adson dente 12 cm	ABC	7,70
413	1	Unidades	Pinça dissecçao c/ dente 12 cm	ABC	6,85
414	1	Unidades	Pinça dissecçao c/ dente 14 cm	ABC	7,70
415	1	Unidades	Pinça dissecçao c/ dente 18 cm	ABC	10,35
416	2	Unidades	Pinça dissecçao c/ dente 20 cm	ABC	12,00
417	3	Unidades	Pinça dissecçao reta 20 cm	ABC	12,00
420	1	Unidades	Pinça dissecçao serilhada 16 cm	ABC	7,70
421	1	Unidades	Pinça dissecçao serilhada 18 cm	ABC	10,25
422	2	Unidades	Pinça dissecçao serilhada 20 cm	ABC	12,00
428	2	Unidades	Pinça Faure curva 20 cm	ABC	44,60
431	2	Unidades	Pinça Foester serrilhada curva 25 cm	ABC	37,75
432	2	Unidades	Pinça Foester serrilhada reta 25 cm	ABC	37,75
433	15	Unidades	Pinça Kelly curva 14 cm	ABC	14,40
434	15	Unidades	Pinça Kelly curva 16 cm	ABC	17,00
435	5	Unidades	Pinça Kelly reta 14 cm	ABC	14,40
436	10	Unidades	Pinça Kelly reta 16 cm	ABC	17,00
437	5	Unidades	Pinça Kocher curva 16 cm	ABC	20,45
440	5	Unidades	Pinça Kocher reta 14 cm	ABC	19,20
441	10	Unidades	Pinça Mixter 23 cm	ABC	60,00
442	25	Unidades	Pinça Mosquito curva 12 cm	ABC	12,60
443	5	Unidades	Pinça Mosquito curva 18 cm	ABC	32,60
444	10	Unidades	Pinça mosquito reta 12 cm	ABC	12,60
445	5	Unidades	Pinça Mosquito reta 18 cm	ABC	32,60
446	2	Unidades	Pinça museaux reta 24 cm	ABC	51,45
447	10	Unidades	Pinça pean reforçada	ABC	20,50
448	5	Unidades	Pinça Pozzi reta 25 cm	ABC	30,80

475	5	Unidades	Tesoura Mayo reta 17 cm	GOLGRAN	25,00
476	5	Unidades	Tesoura Metzembaum 14 cm	GOLGRAN	22,00

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a **ADQUIRIR** os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata,

devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

DENTAL REZENDE LTDA
Ivete Fistarol

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:E577E9B7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmacia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 021/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **ALL MEDICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA** visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **ALL MEDICA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ nº 07.095.969/0001-32 I.E 10.384.662-0
Endereço: Avenida Cristo Rei, esquina com J-63 Quadra 115, Lote 01/02, nº 568 Bairro Setor Jaó
Cidade: Goiânia/GO CEP: 74673-030 Telefone: (62) 3204-7200 e-mail: lindafistarol@hotmail.com
Representante legal: Margarete Fistarol
Item(ns) 14, 18, 108, 151, 160, 182, 298, 304, 330, 340, 375, 376, 377, 546, 599, 625, 661, 670, 688, 698, 751 e 786

MATERIAL FARMACOLÓGICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSP. LTDA Valor Unitário
14	200	Frascos	Ampicilina suspensão 50 mg/ml 60 ml	TEUTO	1,52
18	2.000	Comprimidos	Baclofeno 10 mg	TEUTO	0,04
108	100	Frascos	Hipromelose colirio 0,3 % de 10 ml	UNIAO QUIMICA	48,14
151	10	Frascos	Pilocarpina, cloridrato de (colirio 2%)	ALLERGAN	30,85
160	1.500	Comp.	Selokem 100mg	ASTRAZENECA	1,35
182	250	Comp.	Teofilina 200 mg	ABBOT	1,05

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSP. LTDA Valor Unitário
298	120	Unidades	Espatula de Ayre	THEOTO	0,07
304	2	Metros	Extensão de latex nº 200 (m)	GOIANIA	1,39
330	6	Caixas	Fio Vicryl n° 1.0 com agulha 40 cm	SHALON	264,00
340	1	Pacotes	Integrador quimico para vapor de autoclave c/ 500 unidades	3M DO BRASIL	1.140,00
375	3	Unidades	Ostéotomos Stille Fino	ABC	81,10
376	3	Unidades	Ostéotomos Stille Grande	ABC	81,10
377	3	Unidades	Ostéotomos Stille Medio	ABC	81,10

MATERIAL FARMACOLÓGICO PARA FARMÁCIA BÁSICA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSP. LTDA Valor Unitário
546	2.000	Comp.	Dexametasona 4 mg	TEUTO	0,18
599	360	Comp.	Isordil (dinitrato de issosorbida)10mg	SANVAL	0,09
625	140	Comp.	Medroxiprogesterona, acetato de -	PFIZER	0,33

			2,5 mg		
661	50	Frascos	Pilocarpina, cloridrato de (colirio 2%)	ALLERGAN	30,85
670	20.000	Comp.	Ranitidina 150mg	TEUTO	0,05
688	2.000	Comp.	Tiabendazol 500mg	EMS	2,75
698	1.000	Frascos	Prednisolona, fostato sódico de solução oral 1,34 mg/mL (equivalente a 1mg de prednisolona base) de 100 ml	HIPOLABOR	3,61

MATERIAL QUIMICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: ALL MEDICA DIST. DE MATERIAIS HOSP. LTDA Valor Unitário
751	20	Unidades	Lampada para microscópio 6v x 30w	XELUS	19,00
786	30	Frascos	Tubo capilar para determinação de micro-hematócrito com heparina c/ 500 unidades	PERFECTA	17,93

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a **ADQUIRIR** os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

MARGARETE FISTAROL
All Medica Distribuidora de Materiais Hospitalares Ltda

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:AA3940F6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmacia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 022/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ nº 02.520.829/0001-40 I.E. nº 170/0004112
Endereço: Rodovia BR 480 n°180, Bairro Centro
Cidade: Barão de Cotegipe/RS CEP: 99740-000 Telefone: (54) 3523-2600 e-mail: contratos@dimaster.com.br
Representante legal: Odair José Balestrin
Item(ns) 38, 88, 103, 116, 137, 147, 150, 180, 188, 495, 504, 505, 508, 509, 511, 517, 528, 529, 531, 533, 534, 535, 536, 537, 540, 541, 543, 544, 549, 557, 558, 562, 563, 568, 571, 572, 584, 586, 610, 619, 620, 623, 627, 629, 630, 632, 639, 650, 653, 673, 677, 678, 679, 682, 686, 692, 693 e 697

MATERIAL FARMACOLÓGICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DIMASTER - COM. DE PROD. HOSPIT. LTDA Valor Unitário
38	10.000	Ampolas	Ceftriaxona sódica, pó para solinjet1 G	TEUTO	1,15
88	3.000	Ampolas	Furosemida 10 mg/ml injetavel	TEUTO	0,44
103	600	Ampolas	Heparina Sódica anticoagulante injetável com 5 ml com 5000 UI/ml - INTRAVENOSA	CRISTALIA	9,78
116	5.000	Ampolas	Lidocaina 2% s/ vaso constritor 20 mL injetável	HIPOLABOR	1,44
137	2.000	Frascos	Nimesulida 50mg/mL gotas de 15 ml	PRATI	0,65
147	2.500	Ampolas	Omeprazol 40 mg/mL	ARISTON	4,70
150	3.000	Ampolas	Oxitocina 5 UI/ml	U.QUIMICA	1,26
180	10.000	Ampolas	Tenoxicam 20 mg	U.QUIMICA	4,29
188	3.000	Ampolas	Vitamina C (Acido	TEUTO	0,68

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DIMASTER - COM. DE PROD. HOSPIT. LTDA Valor Unitário
			ascórbico)100mg/mL de 5ml		

MATERIAL FARMACOLÓGICO PARA FARMÁCIA BÁSICA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DIMASTER - COM. DE PROD. HOSPIT. LTDA Valor Unitário
495	400.000	Comp.	Acido Acetilsalicílico 100mg	IMEC	0,01
504	15.000	Comp.	Alendronato de sódio 70 mg,	DELTA	0,38
505	5.000	Comp.	Alopurinol 100 mg	PRATI	0,04
508	300.000	Comp.	Amitriptilina 25mg	TEUTO	0,07
509	240	Comp.	Amoxicilina + clavulanato de potássio 500 mg + 125 mg	GLAXO	0,69
511	100.000	Capsulas	Amoxicilina 500mg	PRATI	0,08
517	120.000	Comp.	Atenolol 50mg –	PRATI	0,03
528	600.000	Comp.	Captopril 25mg	PHARLAB	0,02
529	100.000	Comp.	Carbamazepina 200mg	SANVAL	0,09
531	20.000	Comp.	Carbonato de cálcio + co-lecalciferol 500 mg CaCO3 + 400 UI	NATULAB	0,55
533	15.000	Comp.	Carbonato de lítio comprimido 300 mg	HIPOLABOR	0,12
534	15.000	Comp.	Carvedilol 12,5 mg	E M S	0,15
535	10.000	Comp.	Carvedilol 25 mg	E M S	0,22
536	10.000	Comp.	Carvedilol 3,125 mg	E M S	0,14
537	15.000	Comp.	Carvedilol 6,25 mg	E M S	0,14
540	6.000	Frascos	Cefalexina 50mg/mL de 60 ml– suspensão oral	BERGAMO	2,49
541	6.000	Frascos	Clonazepan solução oral 2,5 mg/mL	HIPOLABOR	1,54
543	30.000	Comp.	Cloridrato de clorpromazina 100 mg	U.QUIMICA	0,19
544	10.000	Comp.	Cloridrato de clorpromazina 25 mg	CRISTALIA	0,19
549	2.500	Frascos	Dexclorfeniramina (maleado) xarope de 0,4 Mg/mL de 100ml	NATULAB	0,91
557	10.000	Capsulas	Eritromicina 500mg	PRATI	0,38
558	2.000	Frascos	Eritromicina suspensão oral 50 mg/ml	PRATI	3,19
562	10.000	Comp.	Espironolactona 100 mg	ASPEN	0,26
563	16.000	Comp.	Espironolactona 25 mg	ASPEN	0,10
568	500	Frascos	Fenobarbital solução oral 40 mg/mL	SANVAL	2,20
571	200.000	Capsulas	Fluoxetina, cloridrato de 20mg	TEUTO	0,06
572	50.000	Comp.	Furosemida 40mg	HIPOLABOR	0,03
584	500.000	Comp.	Hidroclorotiazida 25mg	PHARLAB	0,02
586	5.000	Frascos	Hidróxido de magnésio + Hidróxido de alumínio – suspensão oral 35,6 mg + 37mg	NATULAB	1,13
610	25.000	Comp.	Levodopa + carbidopa 250 mg + 25 mg	TEUTO	0,28
619	25.000	Comp.	Loratadina 10 mg	GEOLAB	0,05
620	500.000	Comp.	Losartana potássica 50 mg	GEOLAB	0,06
623	3.500	Frascos	Mebendazol 20 mg/ml suspensão	NATULAB	0,68
627	250.000	Comp.	Metformina 850mg	PRATI	0,05
629	7.000	Frascos	Metoclopramida 10mg/2ml	ISOFARMA	0,26
630	10.000	Comp.	Metoclopramida (cloridrato) 10mg	HIPOLABOR	0,04
632	2.000	Frascos	Metoclopramida 4 mg /ml de 10 ml	HIPOLABOR	0,48
639	10.000	Bisnagas	Miconazol, nitrato de (creme vaginal 2 %)	PRATI	3,89
650	1.000	Frascos	Óleo mineral 100mL	NATULAB	1,91
653	15.000	Frascos	Paracetamol 200mg/mL – solução oral	NATULAB	0,50
673	2.000	Frascos	Salbutamol 100 µg/dose aerosol inalatório	GLENMARK	3,78
677	30.000	Comp.	Sinvastatina 10 mg	SANVAL	0,04
678	90.000	Comp.	Sinvastatina 20 mg	SANVAL	0,06
679	35.000	Comp.	Sinvastatina 40 mg	SANVAL	0,10
682	10.000	Frascos	Sulfametoxazol + Trimetoprima 40/8 mg/ml suspensão	SOBRAL	0,78
686	120.000	Comp.	Sulfato Ferroso 40mg/Fe++	NATULAB	0,04
692	8.000	Capsulas	Valproato de Sódio 250mg	BIOLAB	0,24
693	30.000	Comp.	Valproato de Sódio 500mg	BIOLAB	0,64
697	20.000	Ampolas	Omeprazol 40 mg/mL	ARISTON	4,70

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria

Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

ODAIR JOSÉ BALESTRIN
Dimaster – Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:59793043

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmacia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 023/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **M. S. DIAGNÓSTICA LTDA** visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **M. S. DIAGNÓSTICA LTDA**
CNPJ nº 00.970.175/0003-93 I.E. 28.293.484
Endereço: Rua Alegria n°129, Bairro Vila Maciel
Cidade: Campo Grande/MS CEP: 79070-305 Telefone: (67) 3342-4430 / (65) 3634-5170 / (65) 9637-6131
e-mail: msdiag@msdiagnostica.com.br / licitacao@msdiagnostica.com.br / rodrigomt@msdiagnostica.com.br
Representante legal: Valter Bruno
Item(ns) 702, 703, 704, 707, 708, 709, 712, 714, 715, 716, 723, 724, 725, 727, 728, 731, 737, 739, 745, 747, 752, 754, 755, 756, 763, 765, 774, 777, 785, 791, 796, 802, 803 e 804

MATERIAL QUÍMICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: M. S. DIAGNÓSTICA LTDA Valor Unitário
702	35	Frascos	Alcool acetona 500 ml	NEWPROV	14,95
703	30	Frascos	Alcool ácido 1% 500 ml	QEEL	20,49
704	20	Frascos	Alcool ácido 3 % 500 ml	NEWPROV	20,49
707	50	Frascos	Anticoagulante edta 20 ml	QUIBASA	7,50
708	30	Frascos	Anticoagulante fluoreto 20 ml	QUIBASA	7,50
709	10	Frascos	Anticoagulante protrombina 20 ml	QUIBASA	7,50
712	25	Frascos	Anticorpo anti-rh	DIAMED	32,40
714	20	Frascos	Azul de metileno 500 ml	NEWPROV	26,20
715	15	Kit	Bilirubina 276 testes metodo colorimétrico **(iso 9001)**	GOLD ANALISA	34,99
716	10	Frascos	Bioclean plus 50 ml (solução específica para limpeza de cubetas de fluxo)	BIOPLUS	33,99
723	50	Kit	Colesterol pp 200 testes metodo enzimatico colorimetrico **(iso 9001)**	GOLD ANALISA	57,00
724	2	Unidades	Coluna sobressalente de dionizador de água (modelo de 1800/ cs1800 de 3500/ cs 3500) dimensões (cm) diâm20 x h 77	VEXER	291,00
725	2	Unidades	Contador diferencial de células sanguioneas digital modelo ccs-01	KACIL	489,00
727	10	Unidades	Cronometro digital	HERWEG	37,40
728	10	Unidades	Cronômetro regressivo	HERWEG	33,89
731	5	Unidades	Estante plástico para tubo de 10 ml capacidade p/ 40 tubos	JPROLAB	11,00
737	20	Frascos	Fucsina de gram 500 ml	NEWPROV	18,00
739	15	Kit	Gama gt **cinética**	GOLD ANALISA	70,00
745	2	Frascos	Hidróxido de potassio (koh) 40%	NEWPROV	14,00
747	50	Frascos	Instant – prov (conjunto de corantes para coloração diferencial em hematologia)	NEWPROV	29,69
752	10	Caixas	Lanceta para sangue com 200 unidades	L.IMPORT	15,00
754	10	Kit	Lipase	GOLD ANALISA	100,00
755	50	Frascos	Liquido de tuerk 500 ml	NEWPROV	13,40
756	20	Frascos	Lugol para gram 500 ml	NEWPROV	10,00
763	10	Unidades	Óculos protetor	DANNY	8,49
765	7	Kit	Padrao de bilirubina (5/30) testes **(iso 9001)**	GOLD ANALISA	16,90
774	15	Kit	Potassio 100 testes metodo tubidimetria fotométrica **(iso 9001)**	DOLES	160,00
777	70	Frascos	Reagente para vdrl	WAMA	22,19
785	50	Kit	Triglicerídios pp 200 testes metodo enzimatico colorimetrico **(iso 9001)**	GOLD ANALISA	120,00
791	10	Unidades	Tubo de ensaio de plástico com tampa 4,5 ml. Caixa c/ 1.000 unidades	CRAL	65,98
796	20	Kit	Uréia 250 testes metodo enzimatico **cinética(iso 9001)**	GOLD ANALISA	62,00

MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: M. S. DIAGNÓSTICA LTDA Valor Unitário
802	12	Frascos	Coombs control igg (1 x 10 ml) controcell	DIAMED	55,00
803	12	Frascos	Diacell abo (a1 - b) 2 x 10 ml revercell	DIAMED	66,00
804	12	Frascos	Diacell I- II 92 x 10 ml) triacell	DIAMED	90,00

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS*

exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas

classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a

comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o

Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

M. S. DIAGNÓSTICA LTDA
Valter Bruno

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:1E842342

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmácia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das

Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 024/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **PMH - PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA** visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **PMH - PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ nº 00.740.696/0001-92 I.E. nº 07.332.093/001-25
Endereço: Setor de Indústria e Abastecimento Sul, Trecho 17, Rua 08, Lote 170, Bairro Guará
Cidade: Brasília/DF CEP: 71200-222. Telefone: (61) 3403-1300
e-mail: monica.magalhaes@pmh.com.br / andre.cosme@pmh.com.br
Representante legal: Adriana da Silva Almeida Xavier
Item(ns) 55, 93, 97, 231, 294, 299, 300, 301, 331, 333, 706, 710, 711, 713, 718, 732, 733, 741, 746, 775 e 780

MATERIAL FARMACOLÓGICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: PMH - PROD. MEDICOS HOSPIT. LTDA Valor Unitário
55	3.000	Ampolas	Cloreto de Sódio 20% ampola 10 mL	SAMTEC	0,16
93	250	Frascos	Glicerol enema 120 mg/ml frasco de 500 ml	JP	3,75
97	3.000	Ampolas	Glicose 25 % ampola 10 mL	ISOFARMA	0,16

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: PMH - PROD. MEDICOS HOSPIT. LTDA Valor Unitário
231	72	Unidades	Aparelho de Pressão Infantil verificado e aprovado pelo INMETRO, com manguito e pêra em Latex, braçadeira em nylon ou algodão além do fecho em metal ou velcro Com estojo	PREMIUM	41,00
294	600	Unidades	Equipo para transfusão de sangue com câmaras flexíveis, cuja finalidade é permitir o perfeito ajuste do gotejamento, corrigir eventuais alterações no fluxo de transfusão e a remoção de possíveis coágulos	MEDGOLDMAN	2,70
299	500	Unidades	Especulos de plastico descartaveis em poliestireno cristal TAM G com formato anatômico	ADLIN	1,10
300	10.000	Unidades	Especulos de plastico descartaveis em poliestireno cristal TAM M com formato anatômico	ADLIN	0,98
301	6.000	Unidades	Especulos de plastico descartaveis em poliestireno cristal TAM P com formato anatômico	ADLIN	0,74
331	420	Unidades	Fita Adesiva Autoclave confeccionada com dorso de papel crepado à base de celulose Com massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resinas em uma das faces e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resina acrílica Com listras diagonais de tinta termoreativa que, quando submetidas à esterilização, mudam sua coloração de branco para preto DE 19MM X 30M.	MASTERFIX	2,95
333	840	Unidades	Fita Hipoalérgica Microporosa confeccionada c/ substrato de não-tecido à base de fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva à base de poliacrilato hipoalergênico De finíssima espessura e excelente fixação, q não machuca a pele ao ser removida DE 2,5CMX10M	CRAL	1,90

MATERIAL QUÍMICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: PMH - PROD. MEDICOS HOSPIT. LTDA Valor Unitário
706	10	Kit	Amilase 100 teste método colorimétrico **(iso 9001)**	LABTEST	30,90
710	20	Frascos	Anticorpo anti-a	LORNE	17,00
711	20	Frascos	Anticorpo anti-b	LORNE	17,00
713	15	Kit	Aslo 2,5 ml **(iso 9001)**	WAMA	26,00
718	15	Kit	Calcio pp 100 testes metodo colorimétrico azul de metiltimol **(iso 9001)**	LABTEST	48,00
732	100	Frascos	Fita uroanálise c/ 10 àreas c/100 tiras	WAMA	22,00
733	10	Kit	Fosfatase alcalina 100 testes metodo enzimatico colorimetrico pf **(iso 9001)**	LABTEST	48,50
741	50	Kit	Glicose pp 500 testes metodo enzimatico colorimetrico **(iso 9001)**	LABTEST	52,00
746	180	Caixa	Hiv (teste rápido) com 20 tiras(sendo 140 caixas para gestantes da rede cegonha)	WAMA	59,00
775	15	Kit	Proteinas totais 250 testes metodo colorimetrico de biureto **(iso 9001)**	LABTEST	22,00
780	30	Caixas	Teste de gravidez (b-hcg) caixa com 50 und	EBRAM	29,30

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa

com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE

GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

ADRIANA DA SILVA ALMEIDA XAVIER
Pmh Produtos Medicos Hospitalares Ltda

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:0989D73D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmácia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ nº 03.652.030/0001-70 I.E. 170/0004449
Endereço: BR 480 n° 795, Saída para Erechim, Bairro Centro
Cidade: Barão de Cotegipe/RS CEP: 99740-000 Telefone: (54) 3523-2700 / (65) 9959-6110 / 8403-2163
e-mail: medicamentos@centermedi.com.br / reginaldo2512@hotmail.com
Representante legal: Reginaldo Araújo Costa
Item(ns) 05, 06, 21, 27, 28, 41, 63, 67, 68, 69, 70, 117, 118, 124, 136, 138, 139, 145, 155, 178, 181, 493, 496, 497, 506, 510, 515, 516, 518, 519, 524, 527, 532, 539, 548, 551, 554, 555, 565, 567, 570, 575, 580, 585, 592, 594, 596, 597, 606, 612, 613, 614, 616, 617, 621, 622, 626, 642, 643, 644, 649, 652, 654, 655, 657, 658, 663, 664, 668, 672, 694, 695 e 823

MATERIAL FARMACOLÓGICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Valor Unitário
5	200	Frascos	Ambroxol 15mg/5ml Pediátrico	HIPOLABOR	1,00
6	200	Frascos	Ambroxol 30mg/5ml Adulto	HIPOLABOR	1,10
21	1.000	Ampolas	Benzilpenicilina Procaína + Potassica 300000 UI – pó p/ suspensão injetavel	NOVAFARMA	0,85
27	750	Comprimidos	Buscopam (butilbrometo de escopolamina +dipirona sodica) 10 mg + 250 mg	PRATI D.	0,16
28	300	Comprimidos	Buscopam (butilbrometo de escopolamina) 10 mg	BELFAR	0,17
41	1.500	Comp.	Cimetidina comprimido 200mg	PRATI D.	0,05
63	4.000	Ampolas	Complexo B injetável 2mL	HYPOFARMA	0,60
67	1.500	Ampolas	Diazepam 5 mg /mL de 2 mL inj	SANTISA	0,55
68	6.000	Ampolas	Diclofenaco de Sódio 75 mg/3 mL	UNIAO QUIMICA	0,69
69	500	Comp.	Diclofenaco de Sódio 50 mg	VITAMED	0,02
70	100	Frascos	Diclofenaco resinato 15 mg/ml 20ml gotas	VITAPAN	1,82
117	1.360	Comp.	Loperamida 2 mg	PHARMASCIENCE	0,08
118	1.200	Comp.	Lopigrel (Cloridogrel) 75mg	SANDOZ	0,46
124	600	Comp.	Monocordil 20mg	ZYDUS	0,10
136	1500	Comp.	Nimesulida 100mg	VITAPAN	0,05
138	400	Comp.	Nimodipino 30mg	VITAPAN	0,15
139	2.800	Capsulas	Nitrofurantoína 100 mg	TEUTO	0,11
145	1.200	Comp.	Norfloxacino 400 mg	MEDQUIMICA	0,13
155	5.000	Ampolas	Prometazina 25 mg/ml injetavel	SANVAL	0,92
178	1.200	Comp.	Sustrate (propatinitrato)10mg	FARMOQUIMICA	0,32
181	5.000	Ampolas	Tenoxicam 40 mg	UNIAO QUIMICA	6,42

MATERIAL FARMACOLÓGICO PARA FARMÁCIA BÁSICA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Valor Unitário
493	500	Comp.	Acetazolamida 250 mg	UNIAO QUIMICA	0,39
496	2.000	Comp.	Acido acetilsalicílico 500mg	SOBRAL	0,03
497	80.000	Comp.	Acido Fólico 5mg	HIPOLABOR	0,02
506	5.000	Comp.	Alopurinol 300 mg	SANDOZ	0,11
510	240	Frascos	Amoxicilina + clavulanato de potássio suspensão oral 50 mg + 12,5 mg/mL	SANDOZ	4,88
515	50.000	Comp.	Anlodipino 5mg –	GEOLAB	0,03
516	80.000	Comp.	Atenolol 100mg –	PRATI D.	0,03
518	30.000	Comp.	Azitromicina 500mg	PRATI D.	0,36
519	10.000	Frascos	Azitromicina suspensão oral 40 mg/ml	PHARLAB	2,08
524	1.000	Ampolas	Benzilpenicilina Procaína + Potassica 300000 UI – pó p/ suspensão injetavel	NOVAFARMA	0,85

527	15.000	Comp.	Biperideno, cloridrato de, 2 mg	UNIAO QUIMICA	0,17
532	80.000	Comp.	Carbonato de Cálcio 500mg	VITAMED	0,03
539	150.000	Capsulas	Cefalexina 500mg	TEUTO	0,15
548	6.000	Bisnagas	Dexametasona creme 0,1% - (bisnaga de 10 g)	MULTILAB	0,55
551	75.000	Comp.	Diazepam 5 mg	SANTISA	0,04
554	60.000	Comp.	Enalapril 10mg	BELFAR	0,05
555	300.000	Comp.	Enalapril 20mg	BELFAR	0,06
565	40.000	Comp.	Fenitoina 100 mg	TEUTO	0,05
567	40.000	Comp.	Fenobarbital 100mg	TEUTO	0,06
570	10.000	Capsulas	Fluconazol 150 mg	VITAPAN	0,19
575	200.000	Comp.	Glibenclamida 05mg	GEOLAB	0,02
580	30.000	Comp.	Haloperidol 5mg	UNIAO QUIMICA	0,08
585	15.000	Comp.	Hidróxido de Magnésio + Hidróx de Alumínio commastigável 200 mg + 200 mg	MEDQUIMICA	0,15
592	120.000	Comp.	Ibuprofeno 600mg	PRATI D.	0,07
594	200	Comp.	Imipramina 25 mg	CRISTALIA	0,14
596	200	Frascos	Ipratrópio, brometo de - solução inalante 0,25/dose de 20 ml	TEUTO	0,60
597	1.000	Capsulas	Isoflavona da soja	VITAMED	0,33
606	5.000	Comp.	Levodopa + benzerazida 200 mg + 50 mg	ACHE	1,56
612	10.000	Comp.	Levotiroxina sódica 100 µg	MERCK	0,13
613	1.500	Comp.	Levotiroxina sódica 25 µg	MERCK	0,13
614	5.000	Comp.	Levotiroxina sódica 50 µg	MERCK	0,14
616	3.000	Bisnagas	Lidocaína, cloridrato de (gel 2%) de 30 g	PHARLAB	1,58
617	360	Comp.	Loperamida 2 mg	PHARMASCIENCE	0,08
621	500	Comp.	Losartana+Hidroclorotiazida 50+12,5mg	LABORIS	0,23
622	15.000	Comp.	Mebendazol 100mg	SOBRAL	0,03
626	10.000	Comp.	Metformina 500mg	PRATI D.	0,06
642	5.000	Frascos	Mikania glomerata - GUACO xarope	NATULAB	1,87
643	1.500	Frascos	Nistatina 100000 UI /ml suspensao oral	PRATI D.	1,39
644	2.800	Capsulas	Nitrofurantoína 100 mg	TEUTO	0,11
649	1.980	Comp.	Nortriptilina, cloridrato de (capsula 75 mg)	HIPOLABOR	0,18
652	300.000	Capsulas	Omeprazol 20mg	PRATI D.	0,04
654	150.000	Comp.	Paracetamol 500mg	PRATI D.	0,04
655	600	Frascos	Pasta d' água (pasta FN) bisnagas de 80 g	SANTA TEREZINHA1,88	1,88
657	2.000	Frascos	Permitrina loção 1% de 60 ml	IFAL	1,00
658	1.500	Frascos	Permitrina loção 5% 60 ml	IFAL	2,19
663	60.000	Comp.	Prednisona 20 mg	PRATI D,	0,10
664	30.000	Comp.	Prednisona 5 mg	PRATI D.	0,06
668	100.000	Comp.	Propanolol 40 mg	GEOLAB	0,02
672	44.000	Sache	Sais para reidratação oral 27,9 g	IFAL	0,39
694	500	Frascos	Valproato de sódio ou áci-do valpróico solução oral ou xarope 57,624 mg/mL(equivalente a 50 mg ácido valpról-co/mL) de 100 ml	HIPOLABOR	2,19
695	1.200	Comp.	Varfarina Sódica 5 mg	TEUTO	0,09

MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Valor Unitário
823	800	Frascos	Protetor solar com fator de proteção 50 com filtros uva e uvb	MOPH	10,10

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão

gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).

a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da

agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:
a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

REGINALDO ARAÚJO COSTA
Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:8FEA5993

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmacia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 026/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas,

podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ nº 08.835.955/0001-70 I.E. nº 10.487.976-9
Endereço: Rua 34, Quadra 35 Lote 01, nº 209, Bairro Santos Dumont
Cidade: Goiânia/GO CEP: 74463-730 Telefone: (62) 3945-8050 e-mail: comercial@deltamedhosp.com.br / comercial02@deltamedhosp.com.br / agnaldo@deltamedhosp.com.br
Representante legal: Agnaldo do Carmo Chagas
Item(ns) 02, 04, 10, 13, 19, 22, 29, 31, 40, 53, 56, 62, 65, 77, 82, 87, 95, 98, 100, 111, 120, 127, 130, 134, 135, 144, 161, 168, 185, 240, 256, 288, 292, 338, 348, 349, 350, 351, 357, 362, 364, 365, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 381, 382, 383, 390, 391, 405, 412, 455, 456, 471, 482, 507, 522, 525, 550, 576, 577, 589, 595, 618, 631, 647, 648, 665, 666, 667, 675, 685, 689, 690, 701, 729, 743, 750, 768, 776, 801, 811, 812, 813, 819, 820 e 821

MATERIAL FARMACOLÓGICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSP. LTDA Valor Unitário
2	600	Ampolas	Adrenalina 1mg/mL injetável	HIPOLABOR	1,18
4	72.000	Frasco	Água Destilada 10 mL	EQUIPLEX	0,12
10	3.000	Ampolas	Aminofilina 24mg/mL – Solinjetável	TEUTO	0,62
13	3.000	Ampolas	Ampicilina sódica, pó para solução injet 1 G	NOVAFARMA	1,01
19	3.000	Ampolas	Benzilpenicilina Benzatina 1200000 UI – pó p/ suspensão injetavel	TEUTO	0,47
22	200	Frascos	Berotec (Bromidrato de Fenoterol Sol Oral 0,5% de 20mL)	PRATI DONADUZZI	1,45
29	2.000	Ampolas	Buscopam (butilbrometo de escopolamina) 20 mg/mL sol-inj	HIPOLABOR	0,67
31	100	Comprimidos	Caltren (nitrendipino) 10mg	LIBBS	1,34
40	10.000	Ampolas	Cimetidina 300 mg /de 2 mL injetável	TEUTO	0,31
53	3.000	Ampolas	Cloreto de Potássio 19,1% ampola 10 mL	ISOFARMA	0,19
56	1.000	Frascos	Cloreto de sódio solução nasal 0,9%	MEDQUIMICA	0,59
62	100	Comp.	Clorpropamida 250 mg	SANVAL	0,12
65	5.000	Ampolas	Dexametasona 4mg/mL	HIPOLABOR	0,67
77	2.000	Ampolas	Efortil(cloridrato de etilefrina) 10 mg/mL 1mL injetável	UNIAO QUIMICA	1,00
82	500	Ampolas	Fenobarbital 200 mg/ml injetavel	TEUTO	1,05
87	1.200	Ampolas	Flumazenil 0,1 mg/ml injetavel	UNIAO QUIMICA	26,04
95	1.500	Comp.	Gliclazida 30 mg	SERVIER	0,87
98	5.000	Ampolas	Glicose 50 % ampola 10 mL	EQUIPLEX	0,18
100	600	Ampolas	Haloperidol 5mg/mL injetável	TEUTO	0,54
111	200	Frascos	Ipratrópio, brometo de - aerosol 0,02 /dose de 15 ml	GSK	29,30
120	20.000	Ampolas	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/mL - 30mg solução injetável	ISOFARMA	0,23
127	300	Ampolas	Naloxona 0,4 mg/ml	HIPOLABOR	4,96
130	600	Ampolas	Neocaina 0,5% com vaso frasco-ampola de 20 ml	UNIAO QUIMICA	9,92
134	1.500	Bisnagas	Neomicina pomada, bisnaga 10g c/3,5mg/g	PRATI DONADUZI	0,96
135	1.500	Comp.	Nifedipino 20 mg - cx com 200 comprimidos	GEOLAB	0,05
144	200	Ampolas	Noradrenalina 1 mg/ml	HIPOLABOR	1,26
161	2.000	Frascos	Simeticona gotas 75 mg 15 mL	PRATI DONADUZZI	1,20
168	3.000	Frascos	Soro Manitol 250mL	HALEX ISTAR	3,90
185	2.500	Ampolas	Tramadol 50 mg/ml inj De 1 ml	TEUTO	0,86

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSP. LTDA Valor Unitário
240	10	Unidades	Bandeja, confeccionada em aco inoxidavel, medindo 30 x 20 x 04 cm	FORTINOX	35,96
256	30	Unidades	Colar cervical Tamanho 4X1 (PP,P,M,G) com fechamento lateral de modo que ao prestar socorro a vitima não cause danos a coluna	MARIMAR	18,26
288	100	Pacotes	Dreno de Penrose n° 4	MEDEITEX	19,70
292	20.300	Unidades	EQUIPO MACRO GOTAS-Dispositivo para infusão de uso único, estéril, atóxico e apirogênico Elaborado de forma a garantir uma perfeita adaptação e funcionalidade em recipientes de solução parenteral em todas as variações (frasco e bolsa) Perfurador tipo lanceta Ponta (pinça) perfurante com tampa protetora, fabricada em poliestireno Tubo de PVC, atóxico, transparente, flexível, não perfurante Com 1,50m de comprimento de sua extensão, facilitando manuseio INJETOR LATERAL: Injetor lateral em forma de "Y", com área para rápida assepsia Com látex auto-cicatrizante e vedante, resistente a múltiplas punções com agulha CÂMARA DE Câmara de gotejamento flexível, sem filtro de partículas Com entrada de ar filtrado (4my)Esterilizado em óxido de etileno Garantia de 05 anos se a embalagem não for violada EMBALAGEM: Embalado individualmente em blister de filme plástico termoformável e papel grau cirúrgico	DESCARPACK	1,01
338	240	Frascos	Gel cremoso de 1000 grs - especialmente recomendado para uso como meio de contato para transmissão ultra-sônica, em aparelhos de ultra-sonografia, ecógrafos e dopplers Que não ataque o Transdutor; pH neutro Torna o gel totalmente inofensivo à pele do paciente; Que Não tenha cor, mantendo o transdutor sempre limpo e sem manchas; De boa consistência, que não escorre, facilitando o exame e economizando gel; Não tenha cheiro desagradável que costuma impregnar a pele dos pacientes; Não seja gorduroso o que o torna facilmente absorvível por guardanapos de papel, algodão ou qualquer outro tecido, favorecendo sua remoção após o exame	REYMER	5,10
348	1.240	Pares	Luva estéril 7,0 Levemente talcada, Hipoalergênica, Esterilizada por raio gama, Bainha reforçada, Embalagem em papel grau cirúrgico	EMBRAMAC	0,95
349	2.500	Pares	Luva estéril 7,5 Levemente talcada, Hipoalergênica, Esterilizada por raio gama, Bainha reforçada, Embalagem em papel grau cirúrgico	EMBRAMAC	0,95
350	1.000	Pares	Luva estéril 8,0 Levemente talcada, Hipoalergênica, Esterilizada por raio gama, Bainha reforçada, Embalagem em papel grau cirúrgico	EMBRAMAC	0,95
351	1.200	Pares	Luva estéril 8,5 Levemente talcada, Hipoalergênica, Esterilizada por raio gama, Bainha reforçada, Embalagem em papel grau cirúrgico	EMBRAMAC	0,95
357	30	Unidades	Mandril (FIO GUIA) p/ entubação endotraqueal flexivel sem botão tamanho ADULTO	PROTEC	40,51
362	12	Kit	Mascara de inalação adulto completo, em material flexivel e transparente	NS	8,39
364	12	Kit	Mascara de inalação infantil completo em material flexivel e transparente	NS	8,39
365	20	Unidades	Mascara de venturi com reservatorio	PROTEC	25,43
367	20	Unidades	Mascara Laringea endotraqueal n° 1	AURAONCE AMBU	39,85
368	20	Unidades	Mascara Laringea endotraqueal	AURAONCE	41,48

			nº 1,5	AMBU	
369	20	Unidades	Mascara Laringea endotraqueal nº 2	AURAONCE AMBU	41,48
370	20	Unidades	Mascara Laringea endotraqueal nº 2,5	AURAONCE AMBU	41,48
371	20	Unidades	Mascara Laringea endotraqueal nº 3	AURAONCE AMBU	41,48
372	20	Unidades	Mascara Laringea endotraqueal nº 4	AURAONCE AMBU	41,48
373	30	Unidades	Mascara Laringea endotraqueal nº 5	AURAONCE AMBU	41,48
374	240	Unidades	Oculos de proteção incolor, com proteção lateral e apoio nasal na mesma peça	DANNY	3,06
381	20	Bobinas	Papel Grau Cirurgico 25 cm x 100 mm	PROSAFE	89,80
382	20	Bobinas	Papel Grau Cirurgico 30CMx 100 mm	PROSAFE	107,70
383	30	Bobinas	Papel Grau Cirurgico 50CM x 100 m	PROSAFE	151,50
390	10	Unidades	Pinça Allis 20 cm - confeccionada em aco inox de 1a qualidade, embalada individualmente em plastico, constando exter-namente os dados de identificacao e procedencia, Garantia de fabrica: 10 anos contra defeitos de fabricacaoRegistro MS	GOLFRAN	35,05
391	5	Unidades	Pinça Allis 23 cm	GOLGRAN	38,73
405	10	Unidades	Pinça de Backaus 13cm confeccionada em aco inoxidavel de 1a qualidade, embalada individualmente em plastico,constando externamente os dados de identificacao e procedencia, Garantia de fabrica: 10 anos contra defeitos de fabricacaoRegistro MS	GOLGRAN	17,25
412	10	Unidades	Pinça dissecçao Adson serilhada 12 cm	GOLGRAN	7,74
455	10	Unidades	Ressussitador manual (AMBU), com bolsa de reserva silicone adulto	PROTEC	161,37
456	10	Unidades	Ressussitador manual (AMBU), com bolsa de reserva silicone infantil	PROTEC	161,37
471	5	Unidades	tela prolene 30x30cm	VENKURI	129,06
482	270	Pacotes	Touca cirurgica descartavel gramatura 30 em pacote c/ 100 unidades	EMBRAMAC	5,54

MATERIAL FARMACOLÓGICO PARA FARMÁCIA BÁSICA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSP. LTDA Valor Unitário
507	10.000	Comp.	Amiodarona 200mg	GEOLAB	0,18
522	3.000	Ampolas	Benzilpenicilina Benzatina 1200000 UI – pó p/ suspensão injetavel	TEUTO	0,47
525	250	Frascos	Berotec (Bromidrato de Fenoterol Sol Oral 0,5% de 20mL)	PRATI DONADUZZI	1,45
550	80.000	Comp.	Dexclorfeniramina (maleado) 2 mg	GEOLAB	0,03
576	250	Frascos	Glicerol enema 120 mg/ml frasco de 500 ml	JP	3,79
577	1.500	Comp.	Gliclazida 30 mg	SERVIER	0,87
589	2.500	Bisnagas	Hidrocortisona creme 1 % de 30 g	UNIAO QUIMICA	5,43
595	300	Frascos	Ipratrópio, brometo de - aerosol 0,02 /dose de 15 ml	GSK	29,30
618	5.000	Frascos	Loratadina xarope 1 mg/ml de 100 ml	PRATI DONADUZZI	1,42
631	15.000	Ampolas	Metoclopramida (cloridrato) 5mg/mL solução injetável	ISOFARMA	0,23
647	2.500	Comp.	Nortriptilina, cloridrato de (capsula 25 mg)	SANDOZ	0,21
648	2.500	Comp.	Nortriptilina, cloridrato de (capsula 50 mg)	SANDOZ	0,21
665	70.000	Comp.	Prometazina 25 mg	PRATI DONADUZZI	0,07
666	1.500	Comp.	Propafenona, cloridrato de (comprimido 300 mg)	ABBOTT	3,05
667	20.000	Comp.	Propanolol 10 mg	UNIAO QUIMICA	0,05
675	200	Frascos	Salbutamol 2 mg/5ml suspensão de 120 ml	PRATI DONADUZZI	0,96
685	5.000	Frascos	Sulfato Ferroso 25 mg/mL Fe++ – solução oral/gotas	HIPOLABOR	0,57
689	300	Comp.	Tiamina, cloridrato de - 300 mg	HIPOLABOR	0,11
690	200	Frascos	Timolol, maleato de (colirio 0,25 %)	BIOSINTETICA	2,33

MATERIAL QUIMICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSP. LTDA Valor Unitário
701	12	Kit	Albumina pp 500 teste **(iso 9001)**	DOLES	30,95
729	80	Unidades	Escova para lavagem de tubo de ensaio- 10 ml	REIS	2,49
743	50	Kit	Hbsag (teste rapido para hepatite b) com 40 testes	DOLES	164,63
750	10	Unidades	Lãmpada para microscópio 6v 20 w	XELUX	15,90
768	10	Unidades	Pipeta de vidro para vhs	PERFECTA	2,59
776	15	Kit	Proteinuria 100 testes metodo vermelho de pirogalol (iso 9001)	DOLES	32,60

MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSP. LTDA Valor Unitário
801	200	Frascos	Clorexedina (digluconato) soldegermante,diluída a 2%, fr 1000ml	RIOQUIMICA	10,90
811	24	Frascos	Lugol 2% schiller - iodo + iodeto de potassio 1000 ml	NEWPROV	79,54
812	240	Potes	Nitrofurazona pomada 2 mg/g frasco de 500g	PRATI DONADUZZI	7,90
813	2.200	Frascos	Oleo de girassol 200 ml	NUTRIEX	4,24
819	840	Frascos	Solução de pvpi tópico de 1000 ml	VIC PHARMA	13,98
820	1.800	Pacotes	Toalha de papel interfolhas 22,5 x 26 de 3 dobras cor branca, pacote com 1000 folhas feitos com fibras de boa qualidade e com aparas e acabamento que possibilitem evitar desperdícios e resultando em economia (de boa qualidade)	TOPPEL	7,20
821	1.080	Frascos	Vaselina líquida, 1000 ml	VIC PHARMA	14,54

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando

nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do

MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

AGNALDO DO CARMO CHAGAS
Delta Med Comercio de Produtos Hospitalares Ltda

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:84624C4B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de

proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmácia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 027/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa. **DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA**, visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA**
CNPJ nº 07.640.617/0001-10 I.E. 10395880-0
Endereço: Avenida Rio Verde, Quadra 78 Lote 09, Bairro Vila Rosa
Cidade: Aparecida de Goiânia/GO CEP:74935-851 Telefone: (62) 3097-3404 e-mail: licitacao@distbrasil.net / licitacao2@distbrasil.net
Representante legal: Anderson Filgueira de Oliveira
Item(ns) 01, 03, 07, 08, 09, 16, 17, 20, 25, 26, 30, 32, 36, 39, 43, 44, 45, 48, 49, 54, 57, 60, 64, 72, 73, 75, 78, 81, 83, 85, 89, 90, 92, 96, 101, 104, 105, 109, 110, 112, 114, 119, 125, 126, 131, 142, 149, 153, 158, 159, 170, 173, 175, 177, 183, 184, 186, 187, 189, 259, 332, 335, 494, 499, 503, 520, 521, 523, 545, 552, 553, 573, 579, 582, 590, 591, 593, 633, 634, 638, 640, 646, 656, 680 e 683

MATERIAL FARMACOLÓGICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DIST. BRASIL COML. DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA Valor Unitário
1	200	Ampolas	Ácido tranexâmico 250 mg/5mL - solInjet	NIKKHO	2,55
3	60	Frascos	Agarol gts 240 ml	NYCOMED	20,18
7	500	Ampolas	Amicacina 100mg – injetavel	TEUTO	0,39
8	500	Ampolas	Amicacina 500mg – injetavel	TEUTO	1,10
9	500	Comprimidos	AmInofilina 100 mg	HIPOLABOR	0,05
16	200	Comprimidos	Atensina 0,20 mg	BOEHRINGER	0,29
17	600	Ampolas	Atropina inj 0,5mg de 1ml injetável	HYPOFARMA	0,39
20	1.200	Ampolas	Benzilpenicilina Benzatina 600000 UI – pó p/ suspensão injetável	TEUTO	0,36
25	600	Ampolas	Bicarbonato de sódio 8,4 % injetavel de 10 ml	HYPOFARMA	0,44
26	300	Ampolas	Bromoprida 5 mg/ml injetavel	WASSER	0,54
30	6.000	Ampolas	Butilbrometo de escopolamina 20mg/5mL+ dipirona sódica 2,5g/5mL inj	HIPOLABOR	0,68
32	100	Comprimidos	Caltren (nitrendipino) 20mg	BIOSINTETICA	2,42
36	1.000	Ampolas	Cefazolina pó para solinjet 1G	NOVAFARMA	1,14
39	700	Ampolas	Cetoprofeno EV 100mg	U. QUIMICA	3,56
43	1.000	Ampolaas	Citrato de fentanila 0,0785 mg/ml sol injetável frasco 10 ml	U. QUIMICA	1,57
44	500	Ampolas	Citrato de fentanila 50mcg sol-injet 2 mL	U. QUIMICA	0,86
45	3.000	Capsulas	Claritromicina 250 mg	MEDLEY	5,89
48	500	Ampolas	Clindamicina Sol Injetável 300 mg/2mL	HIPOLABOR	1,14
49	4.000	Capsulas	Clindamicina, cloridrato de 300 mg	TEUTO	0,43
54	120	Frascos	Cloreto de potassio suspensão 60 mg/ml de 150 ml	PRATTI	1,60
57	200	Ampolas	Cloreto de succinilcolina 100 mg	U. QUIMICA	8,30
60	50	Ampolas	Cloridrato de Verapamil 2,5 mg/ml Inj	ARISTON	1,96
64	2.000	Comp.	Dactil OB	SANOFI	0,49
72	600	Ampolas	Dobutamina injetavel 250 mg/ml de 20ml	U. QUIMICA	2,00
73	500	Ampolas	Dopamina 5 mg/ml injetavel	HIPOLABOR	0,63
75	1.200	Ampolas	Dramin B6 injetável (dimenidrinato + clorpiridoxina)	CIFARMA	1,30
78	2.000	Ampolas	Ergotrate (maleato de ergometrina) 0,2 mg/1 mL injetável	U. QUIMICA	1,36
81	500	Ampolas	Etomidato 2mg sol inj de 10ml	CRISTALIA	9,77
83	1.500	Ampolas	Fitomenadiona 10 mg/ml sol Injetável IM/SC	HIPOLABOR	0,70
85	1.200	Flaconetes	Florax suspensão adulto	HEBRON	5,85
89	1.000	Ampolas	Gentamicina 20 mg injetavel	NOVAFARMA	0,39
90	1.000	Ampolas	Gentamicina 40 mg injetavel	NOVAFARMA	0,39
92	1.200	Ampolas	Gentamicina 80 mg 2 mL injetável	NOVAFARMA	0,53
96	800	Ampolas	Gliconato de Cálcio 10% 100mg/mL	ISOFARMA	0,50
101	20	Frascos	Halotano solução inalatória fr 100 ml	CRISTALIA	95,59
104	2.000	Comp.	Hidralazina 25 mg	NOVARTIS	0,24
105	700	Ampolas	Hidralazina injetável 20mg/ml ampola de 1mL	CRISTALIA	4,11
109	600	Comp.	Inibina (isoxsuprina) 10 mg	APSEN	3,23
110	1.200	Ampolas	Inibina (isoxsuprina) 10 mg/2ml sol inj	ASPEN	12,32
112	30	Frascos	Isoflurano inalatorio 100 mg/ml de 100 ml Anestesico	CRISTALIA	38,18
114	400	Ampolas	Ketamim 50 mg/ml injetavel -Cloridrato de Cetamina	BIOCHIMICO	27,13
119	80	Ampolas	Matergan (imunoglobulina)sol 300 mcg-solinj amp 2mL	KAMADA	185,70
125	2.500	Ampolas	Morfina 0,2 mg/ml injetável sem conservante para raque anestesia 1 ml	CRISTALIA	4,66
126	4.000	Ampolas	Morfina 10mg/1ml	HIPOLABOR	0,84
131	600	Ampolas	Neocaina 0,5% Isobárica frasco-ampola de 4 ml	CRISTALIA	7,52
142	1.600	Comp.	Nootropil 800 mg	SANOFI	0,86
149	5.000	Ampolas	Oxacilina sódica 500 mg	NOVAFARMA	1,14
153	200	Frascos	Polisocel(solução de gelatina) 3,5% de 500mL	HALEX ISTAR	17,14

158	120	Ampolas	Propofol 10 mg/ml 20mL	CRISTALIA	5,00
159	1.000	Ampolas	Prostigmine 0,5mg/1mL – injetavel	BIOLAB	0,86
170	600	Comp.	Sulfadiazina 500 mg	SOBRAL	0,15
173	500	Unidades	Sulfato de Bario 100% geleia de 150 ml	CRISTALIA	11,69
175	700	Ampolas	Sulfato de magnesio inj 50 %	ISOFARMA	0,50
177	2.000	Ampolas	Sulfato de Terbutalina 0,5mg de 1ml) Injetável	HIPOLABOR	1,91
183	250	Capsulas	Tetraciclina 500 mg	PRATTI	0,14
184	36	Frascos	Tintura de Benjoim frasco 1000 ml	VIC PHARMA	28,50
186	600	Ampolas	Trental (pentoxifilina)20 mg/mL -Injet	U. QUIMICA	1,64
187	1.200	Ampolas	Vancomicina 500mg/ml	TEUTO	2,99
189	20	Unidades	Vitelinato de prata colirio de 5 ml	ALLERGAN	8,95

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DIST. BRASIL COML. DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA Valor Unitário
259	16.000	Unidades	Coletor Universal de Urina 50mL	J. PROLAB	0,27
332	960	Unidades	Fita Adesiva Hospitalar confeccionada com dorso de papel crepado tratado com látices de estireno butadieno Com massa adesiva à base de borracha natural e resina em uma face e, na outra face, uma fina camada impermeabilizante de resinas acrílicas que proporcionam uma excelente adesividade DE 19MM X 50 M .	MISSNER	2,03
335	120	Frascos	Fixador celular de 100 ml de peso liquido 70 g aerosol Composição: Alcool etilico extra fino (95%), Carbowax (2,5%) e Propelente butano (35%) sem CFC e inofensivo a camada de ozonio	DOLES	5,07

MATERIAL FARMACOLÓGICO PARA FARMÁCIA BÁSICA

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: DIST. BRASIL COML. DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA Valor Unitário
494	6.000	Comp.	Aciclovir 200 mg	PRATTI	0,11
499	6.000	Comp.	Albendazol comprimido mastigável 400 mg	PRATTI	0,34
503	10.000	Comp.	Alendronato de sódio 10 mg	BIOLAB	0,13
520	800	Frascos	Beclometasona 250mcg	CHIESI	55,10
521	600	Frascos	Beclometasona 50mcg	CHIESI	35,70
523	1.200	Ampolas	Benzilpenicilina Benzatina 600000 UI – pó p/ suspensão injetável	TEUTO	0,36
545	100	Frascos	Clorpromazina, cloridrato de solução oral 40 mg/mL	CRISTALIA	5,71
552	20.000	Comp.	Digoxina 0,25 mg	TEUTO	0,05
553	100	Comp.	Digoxina elixir 0,05 mg/ml	PRATTI	5,00
573	200	Frascos	Gentamicina, sulfato de (pomada oftalmica 5 mg/g)	ALLERGAN	8,45
579	500	Frascos	Haloperidol 2 mg/ml	TEUTO	0,48
582	2.000	Comp.	Hidralazina 25 mg	NOVARTIS	0,24
590	100.000	Comp.	Ibuprofeno 200mg	MULTILAB	0,07
591	100.000	Comp.	Ibuprofeno 300 mg	MULTILAB	0,06
593	5.000	Frascos	Ibuprofeno suspensão oral 20 mg/mL	MULTILAB	1,14
633	9.960	Comp.	Metoprolol, succinato de - 100 mg	ASTRAZENECA	2,18
634	9.960	Comp.	Metoprolol, succinato de - 50 mg	ASTRAZENECA	1,31
638	80.000	Comp.	Metronidazol 250mg	PRATTI	0,07
640	1.000	Frascos	Miconazol, nitrato de (loção 2%)	PRATTI	1,25
646	2.500	Comp.	Nortriptilina, cloridrato de (capsula 10 mg)	EUROFARMA	0,18
656	5.000	Comp.	Permanganato de potássio 100mg	EUROFARMA	0,04
680	600	Comp.	Sulfadiazina 500 mg	PRATTI	0,14
683	80.000	Comp.	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400+80 mg	PRATTI	0,06

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria

Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.

8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

ANDERSON FILGUEIRA DE OLIVEIRA
Distribuidora Brasil Coml de Produtos Médicos Hospitalares Ltda

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:53A38959

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmacia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 028/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA**, visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA**
CNPJ nº 01.571.702/0001-98 I.E. nº 10001621-9
Endereço: Rodovia BR 153 km 03, Chácara Retiro, s/n
Cidade: Goiânia/GO CEP: 74775-027 Telefone: (62) 3265-6500 / (65) 8115-2000 / (65) 8111-6182
e-mail: antoniovbarbosa@uol.com.br / m.zabotte@uol.com.br
Representante legal: Antonio Virgínio Barbosa
Item(ns) 121, 162, 163, 164, 165, 166, 167 e 169

MATERIAL FARMACOLÓGICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMAC. LTDA Valor Unitário
121	5.000	Frascos	Metronidazol 0,5 % 100 mL solução injetavel	HALEX ISTAR	1,90
162	25.000	Frascos	Soro Fisiológico 0,9 % 100 mL	HALEX ISTAR	1,65
163	15.000	Frascos	Soro Fisiológico 0,9 % 250 mL	HALEX ISTAR	1,90
164	40.000	Frascos	Soro Fisiológico 0,9% de 500mL	HALEX ISTAR	2,04
165	5.000	Frascos	Soro glicofisiologico de 250 ml	HALEX ISTAR	2,07
166	6.000	Frascos	Soro Glicosado 0,5 % 250 mL	HALEX ISTAR	1,89
167	15.000	Frascos	Soro Glicosado 0,5% de 500mL	HALEX ISTAR	2,13
169	5.000	Frascos	Soro Ringer c/ Lactato 500mL	HALEX ISTAR	2,30

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos

a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

ANTONIO VIRGÍNIO BARBOSA
Halex Istar Industria Farmaceutica Ltda

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:784DD989

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmácia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 029/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA EPP**, visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **MAXLAB PRODUTOS PARA DIAGNOSTICOS E PESQUISAS LTDA EPP**
CNPJ nº 04.724.729/0001-61 I.E. nº10344769-5
Endereço: Rua Presidente Rodrigues Alves nº 435, Quadra 14, Lote 20, Setor Faiçalville II
Cidade: Goiânia/GO CEP:74350-115 Telefone: (62) 3945-0350 e-mail: maxlab@terra.com.br
Representante legal: Cleuber Acerly de Oliveira
Item(ns) 203, 223, 224, 225, 226, 236, 239, 242, 244, 245, 253, 254, 255, 257, 258, 265, 266, 267, 268, 281, 282, 285, 286, 290, 295, 296, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 352, 353, 354, 355, 356, 378, 379, 380, 398, 423, 426, 427, 430, 460, 465, 472, 478, 480, 481, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 699, 717, 719, 721, 722, 726, 738, 740, 748, 753, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 764, 766, 767, 769, 770, 771, 772, 773, 779, 781, 782, 783, 787, 792, 793, 797, 798, 814 e 815

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: MAXLAB PRO. PARA DIAG. E PESQ. LTDA EPP Valor Unitário
203	20	Unidades	Afastador Backaus 13 cm	ABC	15,33
223	840	Rolos	Algodão Hidrófilo rolo de 500g de Fibras 100% algodao cru CARACTERISTICAS: Nao esteril Pode ser esterelizado por autoclave a vapor COR: Branco	POLAR	9,25
224	300	Pacotes	Algodao ortopedico, medindo 10 cm de largura x 1,80m de comprimento, confeccionada com fibras de puro algodao cru transformadas em rolos de mantas uniformes, cor na-tural, constando externamente os dados de identificacao, procedencia, validade, dimensoes, marca comercial e Re-gistro no Ministerio da Saude, procedência.	POLAR	0,60
225	300	Pacotes	Algodao ortopedico, medindo 15 cm de largura x 1,80m de comprimento, confeccionada com fibras de puro algodao cru transformadas em rolos de mantas uniformes, cor na-tural, constando externamente os dados de identificacao, procedencia, validade, dimensoes, marca comercial e Re-gistro no Ministerio da Saude.	POLAR	0,88
226	1.200	Pacotes	Algodao ortopedico, medindo 20 cm de largura x 1,80m de comprimento, confeccionada com fibras de puro algodao cru transformadas em rolos de mantas uniformes, cor na-tural, constando externamente os dados de identificacao, procedencia, validade, dimensoes, marca comercial e Re-gistro no Ministerio da Saude.	POLAR	1,17
236	600	Rolos	Atadura Gessada 20cm X 4m - com o gesso impregnado uniformemente sobre a tela de tecido 100 % algodão e na lateral corte sinuoso para evitar desfiamento Proprias para trabalhar com grande economia de material e tempo, proporcionando maior rentabilidade	POLAR	3,10
239	30	Unidades	Baldes em aço Inox c/ alça para Banho no leito	FAMI	140,00
242	7.200	Unidades	Bolsa Coletora de Urina Sistema aberta 2000mL	MEDSONDA	0,37
244	2	Unidades	Bolsa de silicone para carrinho anestesia capacidade 0,5 ltro	UNITEC	200,00
245	2	Unidades	Bolsa de silicone para carrinho anestesia capacidade 1 ltro	UNITEC	272,36
253	2	Unidades	Chassi radiográfico tamanho 18x24 cm, fabricado em alumínio, com cantos em nylon alto impacto, travas plásticas com sistema push, espuma flexível especial garantindo perfeito contato entre filme e ecrans, janela para identificação compatível com vários modelos de câmaras de identificação e acabamento em pintura eletrostática, montado com ecran base verde	KIRAN	580,00
254	2	Unidades	Chassi radiográfico tamanho 24x30 cm, fabricado em alumínio, com cantos em nylon alto impacto, travas plásticas com sistema push, espuma flexível especial garantindo perfeito contato entre filme e ecrans, janela para identificação compatível com vários modelos de câmaras de identificação e acabamento em pintura eletrostática, montado com ecran base verde	KIRAN	790,00
255	2	Unidades	Chassi radiográfico tamanho 35x35 cm, fabricado em alumínio, com cantos em nylon alto impacto, travas plásticas com sistema push, espuma flexível especial garantindo perfeito contato entre filme e ecrans, janela para identificação compatível com vários modelos de câmaras de identificação e acabamento em pintura eletrostática, montado com ecran base verde	KIRAN	1.200,00
257	2.160	Pacotes	Coletor de Urina infantil feminino esteril, 100 mL	LABOR	0,44
258	2.160	Pacotes	Coletor de Urina infantil masculino esteril, 100 mL	LABOR	0,44
265	3	Unidades	Cureta para Osso n° 0	ABC	40,44
266	3	Unidades	Cureta para Osso n° 02	ABC	40,44
267	3	Unidades	Cureta para Osso n° 04	ABC	40,44
268	3	Unidades	Cureta para Osso n° 06	ABC	40,44
281	900	Unidades	Dispositivo p/ incontinencia urinario M, fabricado com latex natural modelo tipo preservativo, formato anatomico, adapta-se a qual-quer coletor de urina sistema fechado, aberto ou de perna, com exten-sao e conector	URO CONTROL	1,46
282	1.020	Unidades	Dispositivo p/ incontinencia urinario P, fabricado com latex natural modelo tipo preservativo, formato anatomico, adapta-se a qual-quer coletor de urina sistema fechado, aberto ou de perna, com exten-sao e conector .	URO CONTROL	1,46
285	100	Pacotes	Dreno de Penrose n° 1	WALTEX	11,00
286	100	Pacotes	Dreno de Penrose n° 2	WALTEX	17,99
290	700	Pacotes	Eletrodo descartavel para exame de eletrocardiograma em pacotes com 50 unidades.	MAXICOR	13,10
295	2.000	Unidades	Escovinha para centro cirurgico c/degermante	VIC PHARMA	1,50
296	600	Unidades	Escova cervical para colpocitologia embaladas individualmente em polietileno	ADLIN	0,20
342	50	Caixas	Lâmina de Bisturi n º 15 c/ 100 unidades - Acondicionadas em invólucros individuais Afiação e polimento em processo automatizado Grande resistência contra fraturas, corrosão e perda de afiação Excepcional sensibilidade ao toque Atende à ampla gama de procedimentos cirúrgicos Mantém-se estéreis e perfeitamente afiadas enquanto permanecerem assim protegidas Em Aço especial	MAXICOR	17,01
343	50	Caixas	Lâmina de Bisturi n º 21 c/ 100 unidades - Acondicionadas em invólucros individuais Afiação e polimento em processo automatizado Grande resistência contra fraturas, corrosão e perda de afiação Excepcional sensibilidade ao toque Atende à ampla gama de procedimentos cirúrgicos Mantém-se estéreis e perfeitamente afiadas enquanto permanecerem assim protegidas MATERIAL: Aço especial	MAXICOR	17,01
344	212	Caixas	Lâmina de Bisturi n º 24 c/ 100 unidades - Acondicionadas em invólucros individuais Afiação e polimento em processo automatizado Grande resistência contra fraturas, corrosão e perda de afiação Excepcional sensibilidade ao toque Atende à ampla gama de procedimentos cirúrgicos Mantém-se estéreis e perfeitamente afiadas enquanto permanecerem assim protegidasem Aço especial	MAXICOR	17,01
345	1.200	Caixas	Luva de Procedimento Textura uniforme, ambidestra, talcada Pó bioabsorvível atóxico, bainha ultra-resistente e hipoalérgica M caixa com 100 unidades cada	NUGARD	12,90
346	2.240	Caixas	Luva de Procedimento Textura uniforme, ambidestra, talcada Pó bioabsorvível atóxico, bainha ultra-resistente e hipoalérgica P caixa com 100 unidades cada	NUGARD	12,90
347	180	Caixas	Luva de Procedimento Textura uniforme, ambidestra, talcada Pó bioabsorvível atóxico, bainha ultra-resistente e hipoalérgica G c/ 100 unidades cada	NUGARD	13,45
352	10	Rolos	Malha tubular 12 cm x 22,8 m - C/ Tecido tubular elástico Em duplo fio sintético Padrão internacional Anatômica MaciaAntialérgica Cor Branco	POLAR	9,65
353	20	Rolos	Malha tubular 15 cmx22,8 m C/ Tecido tubular elástico Em duplo fio	POLAR	11,20

			sintético Padrão internacional Anatômica MaciaAntialérgica Cor Branco		
354	10	Rolos	Malha tubular 20 cm x 22,8 m - C/ Tecido tubular elástico Em duplo fio sintético Padrão internacional Anatômica MaciaAntialérgica Cor Branco	POLAR	17,15
355	10	Rolos	Malha tubular 5 cm x 22,8 m - C/ Tecido tubular elástico Em duplo fio sintético Padrão internacional Anatômica MaciaAntialérgica Cor Branco	POLAR	7,44
356	10	Rolos	Malha tubular 7,5 cm x 22,8 m - C/ Tecido tubular elástico Em duplo fio sintético Padrão internacional Anatômica MaciaAntialérgica Cor Branco	POLAR	8,50
378	10	Unidades	Papagaio em aço inox de 1 litro	FAMI	60,40
379	100	Unidades	Papel crepado 60 g/m² 100x de celulose com controle de porosidade resistente a umidade e a processo de esterilazaçao em auto clave e a oxido de etileno 75 cm x 75 cm	POLAR	72,00
380	100	Unidades	Papel crepado 60 g/m² 100x de celulose com controle de porosidade resistente a umidade e a processo de esterilazaçao em auto clave e a oxido de etileno 50cm x 50 cm	POLAR	40,00
398	1	Unidades	Pinça Collin anel	ABC	26,18
423	10	Unidades	Pinça Doyen 18 cm confeccionada em aco inoxidavel de 1a qualidade, embalada individualmente em plastico,constando externamente os dados de identificacao e procedencia, Garantia de fabrica: 10 anos contra defeitos de fabricacaoRegistro MS	ABC	70,10
426	3	Unidades	Pinça Espanhola para fixaçao Ossea - 16 cm	ABC	197,00
427	3	Unidades	Pinça Espanhola para fixaçao Ossea - 22 cm	ABC	294,46
430	3	Unidades	Pinça Foerster serilhada 18 cm	ABC	15,52
460	100	Unidades	Saco para autoclave 75x105 cm de 100 litros	CRAL	0,96
465	600	Unidades	Sonda de aspiração traqueal n º 08 toda confeccionada em PVC atoxico e flexivel, dispoem de orificios cuidadosamente elaborados para nao ferir o paciente Embalada individual em papel grau cirurgico e esterilizada a oxido de etileno	MEDSONDA	0,51
472	22	Unidades	Termometro digital interno e externo c/ função maxima E minima - para verficaçao de temperatura de geladeira	INCOTERM	49,30
478	20	Unidades	Tesoura reta 15 cm	ABC	14,30
480	42	Unidades	Torniquete em tecido elástico, exclusivo com auto-trava e regulagem de tensão, adulto	CRAL	17,56
481	32	Unidades	Torniquete em tecido elástico, exclusivo com auto-trava e regulagem de tensão, infantil	CRAL	21,06
483	50	Unidades	Tubo endotraqueal 7,0 com balão em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm,Válvula de segurança em PVC com conexão Luer, Atóxico, apirogênico e descartável Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúgico	RUSCH	5,96
484	100	Unidades	Tubo endotraqueal 7,5 com balão em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm,Válvula de segurança em PVC com conexão Luer, Atóxico, apirogênico e descartável Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúgico	RUSCH	5,96
485	100	Unidades	Tubo endotraqueal 8,0 com balão em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm,Válvula de segurança em PVC com conexão Luer, Atóxico, apirogênico e descartável Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúgico	RUSCH	5,96
486	100	Unidades	Tubo endotraqueal 8,5 com balão em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm,Válvula de segurança em PVC com conexão Luer, Atóxico, apirogênico e descartável Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúgico	RUSCH	5,96
487	50	Unidades	Tubo endotraqueal 9,0 com balão em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm,Válvula de segurança em PVC com conexão Luer, Atóxico, apirogênico e descartável Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúgico	RUSCH	5,96
488	50	Unidades	Tubo endotraqueal 9,5 com balão em PVC e silicone com curvatura anatômica, translúcido e radiopaco, demarcado a cada 2cm,Válvula de segurança em PVC com conexão Luer, Atóxico, apirogênico e descartável Embalagem individual tipo Blister, de fácil abertura em Papel grau Cirúgico	RUSCH	5,96

MATERIAL QUÍMICO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: MAXLAB PRO. PARA DIAG. E PESQ. LTDA EPP Valor Unitário
699	15	Kit	Acido urico enzimático colorimétrico PF200 testes	GOLD ANALISA	34,00
717	1	Unidades	Cabo de metal para lamina de bisturi	ABC	11,90
719	10	Unidades	Camara de newbauer espelhada	NEW OPTICS	207,60
721	15	Kit	Ck mb	GOLD ANALISA	164,00
722	15	Kit	Ck nac cinético	GOLD ANALISA	74,00
726	25	Kit	Creatinina pp 100 testes metodo picrato alcalino **(iso 9001)**	GOLD ANALISA	34,20
738	20	Frascos	Fucsina de zielh neelsen 500 ml	LABORCLIN	24,54
740	10	Frascos	Giensa 500 ml	LABORCLIN	28,00
748	600	Caixas	Laminas ponta fosca 26x76mm com 50 unidades	PRECISION	2,69
753	15	Kit	Latex 2,5 ml (iso 9001)	EBRAM	28,90
757	12	Kit	Magnésio colorimétrico	GOLD ANALISA	22,00
758	10	Unidades	Micropipeta monocanal de volume fixo 10 µl com descarte de ponteiras	BIOPET	57,00
759	10	Unidades	Micropipeta monocanal de volume fixo 1000 µl com descarte de ponteiras	BIOPET	57,00
760	20	Cx	Microtubo para coleta de sangue com edta k2 tampa roxa vol 0,5 ml caixa com 50 undade	LABORVACUM	30,94
761	20	Frascos	Mif (solução de mercúrio-cromo, iodo,formol)	NEWPROV	20,90
762	15	Kit	Mucoproteina (25/50 testes) metodo colorimetrico (iso 9001)	GOLD ANALISA	32,30
764	20	Frascos	Óleo de imerson 100 ml	LABORCLIN	11,70
766	5	Kit	Padrão de hemoglobina	DOLES	21,42
767	30	Kit	Pcr 2,5 ml	EBRAM	28,50
769	15	Unidades	Placa de kiler com 12 escavação 6 x 8 cm	GLASCYTO	28,56
770	20.000	Unidades	Ponteiras descartavel 10 a 200 µl (microlitros)	CRAL	0,01
771	50.000	Unidades	Ponteiras descartavel 10 a 200 µl (microlitros) amarela	CRAL	0,01
772	20.000	Unidades	Ponteiras descartável 300 a 1000 µl(microlitros) azul	CRAL	0,02
773	50	Unidades	Ponteiras estéreis 1000 µl(microlitros) de 100 a 1000µl – rack com 100 unidades	BIOPOINTE	22,00
779	15	Kit	Tap (tempo de protombina) 2 ml	GOLD ANALISA	60,00
781	20	Kit	Teste rapido para dengue-antígeno ns1 caixa com 25 tiras	ORANGE	600,00
782	20	Kit	Tgo 200 testes metodo cinético (iso 9001)	GOLD ANALISA	66,00
783	20	Kit	Tgp 200 testes metodo cinético (iso 9001)	GOLD ANALISA	66,00
787	80	Frascos	Tubo capilar para determinação de micro-hematócrito sem heparina c/ 500 unidades	PERFECTA	9,50
792	5	Caixas	Tubo de ensaio de vidro 10 ml com tampa com 100 unidades	PRECISION	18,00
793	5	Caixas	Tubo de ensaio de vidro 5 ml com tampa com 100 unidades	PRECISION	10,00
797	20	Frascos	Violeta de genciana gram 500 ml	LABORCLIN	16,94

MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: MAXLAB PRO. PARA DIAG. E PESQ. LTDA EPP Valor Unitário
798	440	Frascos	Água oxigenada, 10 volumes FR 1000 ml	VIC PHARMA	7,00
814	1.200	Frascos	Sabonete anti-séptico com triclosan FR 1000ml	RIOQUIMICA	10,60
815	72	Frascos	Sabonete anti-séptico com triclosan FR 5 litros	RIOQUIMICA	46,80

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.

5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata,

devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

CLEUBER ACERLY DE OLIVEIRA
Maxlab Produtos Para Diagnosticos e Pesquisas Ltda Epp

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:02EFCB97

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram o Município de Guarantã do Norte/MT, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 073/2013, tendo por OBJETO Registro de Preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica habilitada para fornecimento de material farmacológico, material hospitalar, material químico, material de limpeza e produção de higienização, material de proteção e segurança, e outros materiais de distribuição gratuita - Farmácia Básica para atender necessidades operacionais da Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Vigilância Sanitária, Unidades de Saúde da Família, Hospital Municipal Nossa Senhora do Rosário, e Usuários Insulinos Dependentes do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, o Município de Guarantã do Norte/MT por intermédio do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL inscrita no CNPJ nº 03.239.019/0001-83, situado na Rua das Oliveiras, 135 Jardim Vitória – Guarantã do Norte/MT – CEP 78.520-000 neste ato representado pela Prefeita Sra Sandra Martins, brasileira, divorciada, portadora do RG n. 0805741-9 SSP/MT e do CPF nº 482.430.0001-00 residente e domiciliado na Rua das Amendoeiras nº 308, Centro, Guarantã do Norte/MT, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelos Decretos nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 030/2014, Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas deste MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora (s) que incidirá no valor dos **MATERIAIS**, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preços, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é de registrar o preço UNITÁRIO obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2013; enquanto o objeto MEDIATO será a contratação futura da empresa **TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, visando o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** constantes do aludido Termo de Referência que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA –DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, marca, especificação, fornecedor e o preço unitário estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Fornecedor Registrado
Empresa **TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA**
CNPJ nº 01.536.135/0005-62 I.E. nº 13.217.835-4
Endereço: Rua Vila Maria n° 343 Bairro Baú
Cidade: Cuiabá/MT CEP: 78008-060 Telefone: (65) 3621-4030 / 9288-4351 e-mail: cba@tiradentesnet.com.br
Representante legal: Ricardo Roner Santana dos Santos
Item(ns) 232, 305, 306, 307, 308, 334 e 457

MATERIAL HOSPITALAR

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	1ª classificada: TIRADENTES MÉDICO HOSPITALAR LTDA Valor Unitário
232	3	Unidades	Aspirador cirurgico vde alta potencia com carinho para transporte	OLIDEF	1.987,00
305	120	Caixas	Filme de Raio - X 35x43 cm c/ 100 peliculas cada - de primeira linha	KODAK	235,00
306	60	Caixas	Filme de raios-X 18X24cm de 100 peliculas cada De 1° linha	KODAK	71,50
307	120	Caixas	Filme de raios-X 24X30cm de 100 peliculas cada De 1°linha	KODAK	117,50
308	120	Caixas	Filme de raios-X 35X35cm de 100 peliculas cada De 1°linha	KODAK	206,50
334	30	Kit	Fixador p/ processadora automatica kit de 38L de 1ª linha	KODAK	139,90
457	30	Kit	Revelador para processadora automatica kit de 38L de 1ª linha	KODAK	195,50

2.3. O(s) item(ns), unidade, especificação, fornecedor, MARCA, e o preço unitário dos licitantes que aceitaram cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante classificado em 1º lugar (primeiro lugar) estão registrados nessa Ata de Registro de Preço e encontram-se indicados na tabela acima, em 2ª classificação:

2.4. Na hipótese de cancelamento parcial de registro desta ata nos casos especificados na **cláusula décima segunda**, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e nos Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 e 3.555/00, bem como as alterações.

3.2. Regularmente convocado para retirar a ordem de fornecimento, o fornecedor cumprirá fazê-lo no prazo máximo de 03(três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pelo MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela **Prefeitura Municipal**, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.
3.4. A assinatura de recebimento no verso da solicitação de empenho ou a assinatura na Ata de Registro de Preço supre a necessidade de convocação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O registro de preço constante desta Ata firmada entre o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura da referida Ata de Registro de Preços.

4.2. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações devidamente justificado e somente se quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993

4.3. *Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a* ***ADQUIRIR*** *os MATERIAIS exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.*

4.4. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal, através de um fiscal de registro de preços, devidamente nomeado e designado para esse fim, nos termos das normas que regem a matéria e normatizações internas.
5.2. A Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, durante sua vigência, poderá a critério da licitadora, ser utilizada por órgãos e entidades interessadas, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.
5.3. Os órgãos ou entidades interessados na utilização da Ata de Registro de Preços deverão encaminhar solicitação prévia à Secretaria Municipal de Administração e Finanças do MUNICÍPIO DE GUARANTA DO NORTE representado pela Prefeitura Municipal.
5.4. A utilização desta Ata por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:
a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;
b) Anuência expressa do fornecedor.

5.5 - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.6- O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

5.7-Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.
6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja dos **MATERIAIS.**
6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.
6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, o órgão gerenciador cancelará total ou parcialmente esta Ata adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.
6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador ordenará a realização de nova Pesquisa de preços.
6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Fiscal do Contrato que verificará e confrontará a
qualidade do **MATERIAL** entregue com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a entrega do **MATERIAL**.

7.3. Em se verificando vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios no **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS** será realizada pelo Fiscal do Contrato, devidamente designado pela licitadora.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, §2º, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, podendo os órgãos adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O fornecedor deverá entregar o objeto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

8.2. A cada fornecimento ou período, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da ordem de fornecimento e notificará a empresa para proceder a retirada do mesmo.
8.2.1. A notificação poderá ser feita diretamente na sede da empresa, por fac-símile ou e-mail, conforme informações constantes na proposta.
8.2.2. Caso a notificação ocorra diretamente na sede da empresa, a mesma poderá ser acompanhada da ordem de fornecimento.

8.3. Recebida a notificação, a empresa terá 03 (três) dias úteis para retirada da ordem de fornecimento.

8.4. A retirada da ordem de fornecimento somente poderá ser efetuada por preposto ou representante da empresa acompanhado de documento idôneo que comprove essa situação, bem como, do respectivo documento de identificação.

8.5. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não retirar ou se recusar a receber a ordem de fornecimento, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará a empresa

com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.6. **O objeto solicitado** deverá ser entregue no local e horário indicado pela secretaria requisitante MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, ou onde o Fiscal do Contrato determinar.

8.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade;

8.8. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência;
8.8.1. Em se verificando problemas na entrega dos materiais, a empresa será informada para substituí-los imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais, a cada solicitação, deverão ser entregues no local indicado no Item 8.6 desta Ata, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente à data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega dos **MATERIAIS** poderão ser fracionada e/ou prorrogada.

8.10. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial dos **MATERIAIS**, o esgotamento dos **MATERIAIS** será o limite máximo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.11. Na hipótese do Item 8.10, o órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá o restante dos **MATERIAIS** das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para o item interessado, que estão na ordem da última proposta da etapa competitiva conforme demonstrado no quadro comparativo e ata de lances constantes nos autos do processo.

8.12. Nos termos de art. 3˚ combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO);

8.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) se obriga(m) a entregar dos MEDICAMENTOS objeto desta licitação é de forma parcelada, mediante a emissão de ordem de fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, a partir da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

8.14. A entrega dos MEDICAMENTOS de que trata o caput deverá ocorrer em **até 05 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.15. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá (ão) apresentar, no momento da entrega, **cópia da documentação seguinte, todos autenticados em cartório, ou por servidor se apresentado o original, com exceção das cópias de diário oficial**, que deverá ser conferido pelo **fiscal do contrato.**

a) Certificado de Registro do(s) Produto(s) ofertado(s) no Ministério da Saúde, ou cópia da publicação no D.O.U., devendo este ser identificado com o n.º do item a que se refere, (Artigo 5º da Portaria Ministerial 2814 de 29 de maio de 1998, alterada pela Portaria Ministerial 3716 de 08 de outubro de 1998).
a.1) Estando o Registro vencido, a licitante deverá apresentar cópia de sua revalidação conforme do Decreto Federal n.º 79.094, de 05/01/1977, acompanhada de cópia do Registro vencido.
a.2) A não apresentação do Registro e do pedido de revalidação do produto (protocolo) implicará na desclassificação do item cotado.
a.3) Os produtos sob regime de Vigilância Sanitária que não são registrados e sim, *cadastrados*; as proponentes deverão apresentar cópia da publicação no Diário Oficial da União a dispensa de registro destes produtos
a.4) para produtos que não são submetidos a regime de Vigilância Sanitária, portanto que não são nem registrados e nem cadastrados as proponentes apresentarão uma declaração constando o nome do produto e que não são submetidos a regime de vigilância sanitária.

b) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF e C) por linha de produção/produtos, emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. No caso do proponente ser importadora ou distribuidora, deverá apresentar também o Certificado do BPF e C do fabricante do produto por ele comercializado, conforme RDC 59/2000 de 27 de Junho de 2000".

8.16 O prazo mínimo exigido para a validade dos medicamentos objeto desta licitação, deve ser de 06 (seis) meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

8.17. A licitante vencedora deverá fornecer medicamentos provenientes de fabricantes registrados e licenciados pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.
9.2. Executar fielmente o objeto desta Ata, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.
9.3. Responder às notificações no prazo estabelecido.
9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.
9.5. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referência.
9.6. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP-Ata de Registro de Preço.
10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgãos aderentes (em casos de adesão).
10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.
10.4. Conduzir o procedimento de penalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.
10.4.1. Caberá ao órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ata, devendo ser encaminhada cópia para conhecimento da decisão de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.
10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.
10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.
11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.
11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
V- O fornecedor não dispuser a substituir os MATERIAIS que vierem a apresentar defeitos de qualidade;
VI- O fornecedor não cumprir com as obrigações constantes deste instrumento;

VII- Demais sanções previstas no Edital e termo de referência.

12.1.1- O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2- O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor.

12.3. O cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1.O MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL efetuará a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta - corrente onde deseja receber seu crédito.
14.2. A cada pagamento será verificada pela Diretoria de Finanças a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.
14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado pela Diretoria de Finanças para regularizar.
14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá o prazo de 15 (quinze) dias para proceder à regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças para as providências cabíveis.
14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixá-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.
14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, assim, como, se disponível, o número do fac-símile.
14.7. Em caso de eventuais atrasos no pagamento, desde que o órgão comprador não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores poderão ser corrigidos pela variação do IPCA ou outro índice que vier a sucedê-lo, havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, "a" da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.
15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da ordem de fornecimento e contendo todos os dados da mesma.
15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da ordem de fornecimento.
15.3. Todos os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável à espécie.
15.4. No documento de cobrança deverão constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o depósito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.
15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.
15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A recusa injustificada da empresa em retirar a ordem de fornecimento dentro do prazo estabelecido no Item 3.2 configurará falta grave e ensejará, a critério do órgão gerenciador, a aplicação de uma das seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, de conformidade com o Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº 067/2007 ou com o art. 78 da Lei nº 8.666/93 e dos dispositivos neste instrumento.

a) Descredenciamento e impedimento de licitar ou contratar com a Administração por até 05 (cinco) anos; ou
b) Declaração de inidôneo do fornecedor, impedindo-o de licitar ou ser contratado pela Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos, quando então poderá solicitar a sua reabilitação.

16.2. O atraso injustificado na entrega do objeto deste certame sujeitará a empresa, à multa moratória, conforme estabelece o art. 86, da Lei nº 8.666/93, com aplicação do percentual de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), a juízo da Administração.

16.3. A multa prevista neste item será recolhida em guia própria ao MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 16.4, b.

16.4. Em ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo 87, da Lei nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;
b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parte inadimplida;
c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração do MUNICIPIO DE

GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade que é de 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 14 do Decreto nº 3.555/00.

16.5. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE representado pela PREFEITURA MUNICIPAL, o respectivo valor será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal.
16.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
16.7. Serão publicadas na imprensa oficial as sanções administrativas previstas no item 16.4, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
16.8. O Possível órgão aderente à ARP será o responsável pelas sanções administrativas aplicáveis ao fornecedor, inclusive aplicação da pena prevista nesta ARP, de acordo com o que preceitua a Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007 e o Decreto Municipal 068/2007, 3.555/2000 e regimento interno correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1. Considerando o prazo de validade estabelecido na **CLÁUSULA QUARTA** da ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º § 1º, da Medida Provisória 1488-16, de 2/10/1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2013**, o qual integra a presente ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.
17.2. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1. Esta Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:
a) Edital de **Pregão Presencial nº 073/2013** e Termo de Referência;
b) Ata da Sessão Pública;
c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:
a) Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, nos termos da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, 8.666/1993 e pelo Decreto nº 7.892/13 publicado no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2013 regulamentado por este município através do Decreto Municipal nº017/2013 que altera o Decreto Municipal nº067/2007, 3.555/2000, respeitados os direitos do Fornecedor;
b) Cancelá-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;
c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;
d) Fiscalizar o **FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**.
e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

19.2-É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.
20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas ao:
MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL
Rua das Oliveiras, 135-Bairro Jardim Vitória
- Guarantã do Norte/MT
Secretaria Municipal de Administração e Finanças

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, § 2º, do Código Civil.
21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Cláusulas ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei n. 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhado-a a Prefeita para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará seu extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado, em conformidade com o disposto no art. 20 do Decreto nº 3.555/2000.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Guarantã do Norte/MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta Ata de Registro de Preços.
23.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, as partes firmam a presente ARP em 02(duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Gerência Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

SANDRA MARTINS
Prefeita Municipal

TATIANE ELLER DOS SANTOS
Pregoeira Oficial

RICARDO RONER SANTANA DOS SANTOS
Tiradentes Médico Hospitalar Ltda

Publicado por:
Tatiane Eller dos Santos
Código Identificador:C85A2796

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 003/2014 ALTERAÇÃO NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO

PORTARIA Nº. 003/2014 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

ALTERA A PORTARIA Nº 01/2014 DE 02 DE JANEIRO DE 2.014 QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO E DO RESPECTIVO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ - MT, VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO alteração dos membros do Comitê Executivo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico conforme disposto no Decreto nº 01/2014 de 02 de janeiro de 2.014;
RESOLVE:
Art. 1º - Alterar a composição do Comitê Executivo responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, Artigo 2º da Portaria nº 01/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - Nomear os membros relacionados a baixo para compor o **Comitê Executivo**, responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB:
PAULO CESAR MOURA – Engenheiro da Prefeitura Municipal;
RAQUELLY MEZANINI MODESTO – Técnica da Secretaria Municipal de Saúde;
NIVANILDO ALMEIDA TABOA – Técnico da Secretaria Municipal de Educação;
WALDEMIR APARECIDO SZUBRIS – Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças;
GEZIEL SANTOS MOREIA – Técnico do Sistema de Água;
VERA LUCIA MARTINS PEREIRA – Assistente Social;
Equipe Técnica contratada pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal:
Luciana Nascimento da Silva – Engenheira Sanitarista – CONFEA – CREA 120016061-4;
LUZINEY HELENA DA FONSECA MAGALHÃES – Engenheira Sanitarista
Silvio Tavares Monteiro – Graduado em Planejamento e em Sociologia.
Sandro Nunes Vieira – Biólogo.
Outros profissionais contratados pela Consultoria;
§ 1º A Coordenação do comitê executivo será exercida pela Engenheira Sanitarista LUCIANA NASCIMENTO SILVA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de fevereiro de 2.014.

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Douglas Ribeiro Machado
Código Identificador:D4E53DA2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 009, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.

Homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 e dá outras providências

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, Pedro Ferronatto, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, constante no Edital Complementar nº 004 ao Edital de Abertura do PSS Nº 001/2014.

Art. 2º. Os candidatos deverão ser convocados para tomarem posse no prazo de 30 (trinta) dias, devendo apresentar a documentação necessária até 10 (dez) dias antes do fim do prazo para a posse.

Art. 3º. O presente Decreto deverá ser publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na qualidade de Imprensa Oficial do Município de Ipiranga do Norte, disponível no site da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM **(www.amm.org.br)**, nos termos da Lei nº 282/2010, no site da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte **(www.ipirangadonorte.mt.gov.br)** e no mural da Prefeitura, para os fins previstos no Edital de Abertura do PSS nº 001/2014.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 06 de fevereiro de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:C939DCF9

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA 030/2014

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;
Considerando o disposto nos Incisos de I a IV do Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;
Considerando o resultado do Concurso Público homologado através do Decreto nº. 046/2012 de 04 de Outubro de 2012;
Considerando ainda, o preenchimento de todos os requisitos legais para sua posse no cargo para qual foi aprovada, constante no Edital do Concurso Público 001/2012 e no Edital de convocação nº. 029 de 21 de Agosto de 2013.
RESOLVE
Artigo Primeiro - Fica nomeado para o Cargo de **Apoio Adm Educacional (Serviços Gerais),** a senhora **Eulenice Bezerra Chaves**, portadora do RG 17965462001-5 SSP/MA, e inscrito no CPF 984.750.023-15, aprovado no Concurso Público 01/2012.
Artigo Segundo – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos legais para o dia 06 de fevereiro de 2014.
Ipiranga do Norte MT, em 07 de Fevereiro de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:F850C6E7

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR N° 002 AO EDITAL PSS ° 002/2014

O Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **considerando** o teor da Declaração n° 001/2014, emitida pela Comissão Especial para o PSS n° 002/2014, faz saber a todos os interessados que **NÃO HOUVE QUALQUER CANDIDATO INSCRITO PARA A VAGA OFERTADA NO PRESENTE PROCESSO SELETIVO**.

Por esta razão, determina o arquivamento do presente processo.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 07 dias do mês de fevereiro de 2014.

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:1446EA48

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 031/2014, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

Interrompe a pedido, licença para tratar de interesses particulares.

Pedro Ferronatto, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 157 da Lei nº. 008, de 05 de Janeiro de 2005 (Estatuto do Servidor Publico), e demais dispositivos legais pertinentes;
RESOLVE:

Art. 1º. Interromper a partir de 10 de fevereiro de 2014, **a pedido** da servidora **Cristiane Paula Papini**, Fisioterapeuta, efetiva, **a LICENÇA PARA TRATAR DE INTERRESSES PARTICULARES**, concedida pela Portaria 197/2013 de 04 de Abril de 2013.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 07 de fevereiro de 2014 .

PEDRO FERRONATTO
Prefeito Municipal

REGISTRA-SE, **PUBLIQUE-SE** E **CUMPRA-SE**

Publicado por:
Annye Crhistine Leimann
Código Identificador:F03C7957

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato **001/2014** firmado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ** e a empresa **REGINALDO DUARTE 03747238181**, Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática, servidores, serviços de instalação e configuração de software, suporte a rede, desenvolvimento e suporte técnico as rotinas diárias das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá-MT. Valor Contrato: R$ **36.000,00** (trinta e seis mil reais). Prazo de Vigência: até a data de 31/12/2014.
Assinatura: 27 de Janeiro de 2014.

JOÃO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Tereza Vieira
Código Identificador:38F1B111

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato **002/2014** firmado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ** e a empresa **KCINCO CAMINHÕES E ONIBUS LTDA**, Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo Microônibus, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, Itanhangá-MT. Valor Contrato: R$ **185.000,00** (cento e oitenta mil reais). Prazo de Vigência: até a data de 31/03/2014.
Assinatura: 31 de Janeiro de 2014.

JOÃO ANTONIO VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beatriz Tereza Vieira
Código Identificador:46CD912C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 018/2014

SÚMULA: "NOMEIA A SERVIDORA ABAIXO RELACIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

RESOLVE:

Artigo 1° - Nomear o servidora abaixo relacionado, em conformidade com o Termo de Posse respectivo, cumprindo a convocação e posse alcançados através de Concurso Público, para o cargo relacionado, a partir de **07/02/2014**, nesta Prefeitura Municipal de Itaúba-MT:

NOME : SANDRA NEIDI KELLER
CARGO: TÉCNICA EM HIGIENE DENTAL

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaúba- MT, 07 de Fevereiro de 2014

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 07/02/2014 a 22/02/2014.

Publicado por:
Keitty Suelly Oliveira Gonçalves
Código Identificador:747B3E93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008-DO CONCURSO Nº 001/2013

A Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, tendo em vista homologação do **Concurso Público 001/2013** realizado em 08 de Setembro de 2013, CONVOCA pelo presente edital os aprovados abaixo relacionados, para comparecerem no prazo de 30(trinta) dias, contados a partir da publicação deste, no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, para apresentar documentos de habilitação necessários para tomar posse em seus respectivos cargos:

CLASSIF.	NOME	CARGO
2º	CLAUDIA AKEMY P. MATSUMOTO	TÉC. EM DESEN. INFANTIL (MAG. PROINF)

Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:
a) Exame de Aptidão Mental e de Saúde Física previsto no edital do concurso;
b) Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original) e cópia;
c) Certidão negativa da justiça estadual e federal de 1º e 2º grau, distribuidor (civil e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos;
d) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar, e que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal;
e) 01 fotos 3x4 recente;
f) Título eleitoral (original) e cópia;
g) Certidão de nascimento ou casamento (original) e cópia;
h) Certidão de nascimento dos filhos (original) e cópia;
i) Certificado de reservista (original) e cópia (se masculino);
j) CPF (original) e cópia;
k) Documento de identidade (original) e cópia;
l) PIS ou PASEP (original) e cópia, no caso de já ter sido empregado;
m) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;
n) Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública;
o) Comprovação que estar quite com as obrigações eleitorais;
p) Documentação do Registro no Conselho da Respectiva Categoria quando se tratar de Profissão Regulamentada, incluindo comprovante de anuidade e Certidão de Regularidade;
q) Conta Salário Banco do Brasil;
r) Comprovante de residência;
s) Declaração de freqüência dos filhos na escola e Carteira de Vacinação dos filhos (menores de 14 anos)

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de classificação.

Itaúba/MT, em 06 de Fevereiro de 2014.

RAIMUNDO ZANON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Keitty Suelly Oliveira Gonçalves
Código Identificador:B6C5E53D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
PORTARIA Nº 042 /2014

PORTARIA Nº 042 /2014

DISPOE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADEMIR DAL BERTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe confere a Lei, especialmente a Lei Municipal 379/99 e alterações,
RESOLVE:

Artigo 1º - **CONCEDER,** 10(dez) dias de Férias Regulamentares a servidora **ÉRICA OLIVEIRA BRANDÃO**, Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência, matrícula funcional 18, relativo ao período aquisitivo 01/01/2013 a 31/12/2013, a partir do dia 05/02/2014.

Artigo 2º - Conforme Art. 76, § 3º da Lei 379/99 (Regime jurídico dos servidores públicos do Município de Itiquira-MT, as férias serão parceladas em 3 três etapas, conforme requerida pela servidora.

Artigo 3º - A presente portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Itiquira – MT, 04 de fevereiro de 2014.

ADEMIR DAL BERTI
Presidente

Publicado por:
Alessandro Ferreira Gonzaga
Código Identificador:8D8AF17D

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
PORTARIA Nº 043/2014.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR DAL BERTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT.**,** no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente a Lei nº 379/1999, em consonância com a Lei Municipal nº 624/2008, e;

Considerando o requerimento da servidora, emitido em 04 de fevereiro de 2014,
RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora **MARINEY OLIVEIRA RORIZ DE ALMEIDA SOUZA,** matrícula funcional 39, efetiva no cargo de técnico em contabilidade, portadora do **CPF:** 365.484.991-15, **LICENÇA** para gozo de **PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, relativo ao período aquisitivo: 01 de abril de 2002 a 01 de abril de 2007, Período de gozo, 90 (noventa) dias, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro , conforme solicitado, a pedido da mesma, sem prejuízo da remuneração. Retorno previsto para 05 de maio de 2014.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data prevista no art. 01 desta portaria, revogada as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se

Itiquira-MT, 05 de fevereiro de 2014.

ADEMIR DAL BERTI
Presidente

Publicado por:
Alessandro Ferreira Gonzaga
Código Identificador:9F797199

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
PORTARIA Nº044/2014

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO ASSESSOR DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO DE ITIQUIRA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ADEMIR DAL BERTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei e;

Considerando as Leis Municipais 647/2009, 738/2012 e 379/99, e 771/2013,
RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR ANDREIA MIRANDA VELASCO, brasileira, convivente, filha de: Nelson Teodoro Velasco e Ana Maria Miranda, natural de: Itiquira - MT, nascida em 17 de junho de 1978, portadora do CPF: 949.788.161-49 e do RG 1184694-1- SSP/MT. Expedição em 14/11/2013, para o cargo de: **ASSESSORA DA SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO/CIDADANIA,** a partir do dia 05 de fevereiro de 2014.

Art.2º - A servidora ora nomeada terá sua remuneração em conformidade com o artigo 19 da Lei Municipal nº 647/2009 em consonância com a Lei Municipal nº 738/2012, de 23 de fevereiro de 2012, bem como obediências as demais legislações posteriores.

Parágrafo Único: sobre o valor da remuneração haverá descontos para o INSS e Imposto de renda e outros estipulados em Lei.
Art.3º - O Assessor da Secretaria de Administração tem como responsabilidade as atribuições previstas na Lei Municipal 647/2009, com as alterações feitas pela Lei nº 771/2013 de 08 de abril de 2013, em seu art. 21, Inciso IV, Alínea D, conforme abaixo descrito:

Assessoria da Secretaria de Administração/cidadania: atribuições: Executar todas as atividades inerentes a Lei de Acesso a Informação ao Cidadão, no tocante a atendimento na sala de cidadania, organização, arquivamento, registros, banco de dados, divulgação, orientação de acesso a serviços públicos , atuar subsidiariamente como a Ouvidora da Câmara Municipal, Assessorar em outras atividades da Secretaria de Administração, conforme determinação do respectivo Secretário. Hierarquicamente o cargo está subordinado a secretaria de Administração.

Art. 4º - Conforme previsto no artigo 20 da Lei Municipal 647/2009 em consonância com o Art. 2º da Lei Municipal 738/2012, sendo: A carga horária para dos cargos em comissão, quando necessário, poderá ser cumprida em local diverso da sede da Câmara Municipal de Itiquira.

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se

Itiquira-MT., 05 de fevereiro de 2014.

ADEMIR DAL BERTI
Presidente

Publicado por:
Alessandro Ferreira Gonzaga
Código Identificador:CB99DA55

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
PORTARIA Nº45 /2014

DISPOE SOBRE A NOMEÇÃO DE RESPONSÁVEIS PELA SALA DE BALANCETES, NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. ADEMIR DAL BERTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições Legais que lhe confere a Lei; e

Considerando o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), firmado com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso – Promotoria de Itiquira-MT.; e
Considerando as determinações da Portaria 42/2010; e

Considerando a Lei Federal nº 12.527/2011 e Lei Municipal nº 764/2013 de 07 de março de 2013,
RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os servidores abaixo citados como responsáveis pelo Atendimento e Organização da **NA SALA DE BALANCETES,** no âmbito do Poder Legislativo Municipal de Itiquira, a partir de 06 de fevereiro 2014.

GILSON BATISTA VIDOTTI, Secretário de Administração, matrícula funcional 22, inscrito no CPF nº 828.265.448-53.

MARIA CRISTINA PEREIRA VIEIRA, recepcionista, matrícula funcional 036, portadora do CPF 934.966.301-9 e do RG nº2695220-3 - SSP/MT,

Parágrafo Primeiro: O atendimento será realizado mediante condições abaixo especificadas, bem como, instruções normativas e legislação vigente:

1. A sala de balancete será destinada a arquivamento de toda a documentação do pertinente a movimentação contábil e de outras naturezas, pertencentes ao Poder Legislativo Municipal;

2. Será obrigatório o registro dos visitantes, o qual dar-se-á em livro apropriado, destinado a este fim;

3. Em razão do espaço físico mais apropriado, será utilizada a sala da Cidadania para o atendimento aos cidadãos;
4. Havendo necessidade de explicações, poderão ser feitas, verbalmente pelo servidor responsável pela emissão do documento, por escrito mediante Certidão emitida pelo órgão competente, no prazo de 15(quinze) dias, mediante requerimento por escrito do solicitante ao presidente da Câmara Municipal;

5. O atendimento será feito no horário de expediente da Câmara Municipal de Itiquira, de segunda a sexta-feira.

Parágrafo Segundo: Na ausência dos servidores responsáveis será definido um servidor substituto.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº 652013.

Itiquira – MT., 06 de fevereiro 2014.

ADEMIR DAL BERTI
Presidente

Publicado por:
Alessandro Ferreira Gonzaga
Código Identificador:02C278DE

CÂMARA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
PORTARIA Nº46 /2014

DISPOE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA RECEPÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. ADEMIR DAL BERTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT, no uso de suas atribuições Legais que lhe confere a Lei; e

Considerando que a servidora efetiva do cargo de recepcionista recebeu treinamento e encontra-se apta para desenvolver os trabalhos necessários junto a Ouvidoria e a Sala de Balancetes.
RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, a servidora **ANDREIA MIRANDA VELASCO,** brasileira, convivente, filha de: Nelson Teodoro Velasco e Ana Maria Miranda, natural de: Itiquira - MT, nascida em 17 de junho de 1978, portadora do CPF: 949.788.161-49 e do RG 1184694-1- SSP/MT, para exercer a função de Auxiliar Administrativo (recepcionista) do Poder Legislativo.

Atribuições: as atribuições do cargo são: a) gerais e b) específicas; sendo a) gerais: digitar, operacionalizar aparelho de fac-símiles; datilografar; arquivar e registrar; ordenar correspondências, inclusive eletrônicas (e-mails); auxiliar na elaboração e execução de serviços

administrativos internos; redigir documentos adequadamente; entregar os serviços solicitados no tempo solicitado; primar pela qualidade e eficiência no serviço público; zelar por todos os equipamentos e móveis, atender ao público com presteza e bom relacionamento social; b) específica: atender as ligações telefônicas, transmitindo adequadamente aos seus destinatários; anotar os recados e transmiti-los aos interessados sempre que necessário, observando em todo caso a tempo hábil da transmissão da informação e os casos de urgências; realizar as chamadas telefônicas solicitadas exclusivamente para atender o interesse público; receber e expedir os fac-símiles; atuar subsidiariamente como ouvidora da Câmara Municipal, anotando e informando a Presidência da Mesa Diretora a respeito das denúncias, reclamações, sugestões e/ou críticas da população sobre os serviços públicos e atos da Administração; atender as determinações de serviço realizadas pela Presidência da Câmara Municipal e demais Secretarias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº 652013.

Itiquira – MT., 06 de fevereiro 2014.

ADEMIR DAL BERTI
Presidente

Publicado por:
Alessandro Ferreira Gonzaga
Código Identificador:34E08F69

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Balanço Financeiro - Anexo 13 - Administração Direta		Período: Janeiro à Dezembro	
RECEITAS		DESPESAS	
Títulos	R$	Títulos	R$
ORÇAMENTÁRIAS	43.120.064,62	ORÇAMENTÁRIAS	36.915.471,33
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	43.120.064,62	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	36.915.471,33
RECEITAS CORRENTES	42.880.864,62	Judiciária	4.950,00
Receitas Tributárias	4.991.011,54	Administração	7.037.164,02
Receitas de Contribuições	321.173,13	Assistência Social	1.496.322,72
Receitas Patrimoniais	229.154,92	Saúde	9.518.015,55
Receitas de Serviços	212.042,76	Educação	11.640.097,10
Transferências Correntes	42.372.060,86	Cultura	428.088,72
Outras Receitas Correntes	591.292,28	Urbanismo	5.053.822,66
Dedução da Receita Corrente	-5.835.870,87	Saneamento	290.049,33
RECEITAS DE CAPITAL	239.200,00	Agricultura	416.778,91
Transferências de Capital	239.200,00	Comércio e Serviços	147.657,44
		Energia	322.941,63
		Transporte	146.198,42
		Desporto e Lazer	413.384,83
		TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.178.340,32
		Repasse Concedido	2.178.340,32
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.115.186,14	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.272.593,05
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	3.258.422,07	Consignações Pagas no Exercício	3.526.439,45
RESTOS A PAGAR - INSCRIÇÃO DO EXERCÍCIO	780.856,24	RESTOS A PAGAR - PAGOS NO EXERCÍCIO	2.643.450,77
Restos a Pagar Processados	210.333,82	Restos a Pagar Processados	2.025.999,58
Restos a Pagar não Processados	568.369,91	Restos a Pagar não Processados	617.451,19
Consignações a Pagar	2.152,51	OUTROS VALORES FINANCEIROS	102.702,83
OUTROS VALORES FINANCEIROS	75.907,83	Créditos Diversos a Receber	102.702,83
Créditos Diversos a Receber	75.907,83		
SALDO DISPONÍVEL DO EXERCÍCIOANTERIOR	2.329.004,70	SALDO DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	4.197.850,76
Bancos Conta Movimento	2.329.004,70	Bancos Conta Movimento	4.197.850,76
TOTAL	49.564.255,46	TOTAL	49.564.255,46
Itiquira, 30/01/2014			

Itiquira, 30/01/2014

ALEXALVES DA SILVA
Secretário de Finanças

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

NELY FRANCISCA DA SILVA
Téc. em Contabilidade

Publicado por:
Sergio Weber Silva Laet
Código Identificador:57ECBB04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
ANEXO 17 - DIVIDA FLUTUANTE

Exercício de 2013					
ANEXO 17					
Demonstração da Dívida Flutuante do Período de Janeiro à Dezembro					Período: Janeiro à Dezembro
Administração Direta					
Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento no exercício			Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Pagamentos	Cancelamentos	
RESTOS A PAGAR	7.590.295,70 C	778.703,73	2.643.450,77	810.368,10	4.915.180,56 C
Restos a pagar processados	5.703.450,12 C	210.333,82	2.025.999,58	254.839,47	3.632.944,89 C
Restos a pagar não processados	1.886.845,58 C	568.369,91	617.451,19	555.528,63	1.282.235,67 C
DEPÓSITOS	939.400,40 C	3.260.574,58	3.526.439,45	320.536,75	352.998,78 C
Consignações	939.400,40 C	3.260.574,58	3.526.439,45	320.536,75	352.998,78 C
Total :	8.529.696,10 C	4.039.278,31	6.169.890,22	1.130.904,85	5.268.179,34 C

Itiquira, 30/01/2014

HUMBERTO BORTOLINI ALEXALVES DA SILVA
Prefeito Municipal Secretário de Finanças

NELYFRANCISCA DA SILVA
Téc. em Contabilidade

Publicado por:
Sergio Weber Silva Laet
Código Identificador:FFD36183

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO PREGAO N. 15/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:
MODALIDADE: PREGÃO Nº. 15/2014 – SRP
TIPO: ELETRONICO
JULGAMENTO: MENOR VALOR ITEM
O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 05/2014, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 15/2014, cuja abertura ocorreu as 10h00 - DF, do dia 07/02/2014, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURO E EVENTUAL AQUISICAO DE LEITORA DE PLACA ELISA EM ATENDIMENTO AO PAM**, sagrou-se **FRACASSADO.**
Juara-MT, 07 de fevereiro de 2014.

JOSÉ ROBERTO PEREIRA ALVES
Pregoeiro Oficial

EDSON MIGUEL PIOVESAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Pereira Alves
Código Identificador:E6380CAA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DO CONVITE 002/2014

A Comissão Permanente de Licitação, regido pela portaria n. 001/2014 da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o CONVITE Nº. 002/2014, cujo certame se deu às 9;00 hs do dia 05/02/2014; objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CARRO DE SOM NAS DIVULGAÇÕES DE PROGRAMAS ASSISTÊNCIAIS DE INTERESSE DA POPULAÇÃO, AUDIÊNCIAS PUBLICAS E DEMAIS ATOS QUE SE FIZEREM NECESSÁRIO, foi **HOMOLOGADO** o objeto em favor do Srº: **JANSEN GOMES DE ARAUJO**, CPF sob o nº. 026.009.404-80e RG: 1.406.553 SSP/AL com valor de R$: 28.050,00 (vinte e oito mil cinquenta reais).

Lambari D'Oeste/MT. 10 de Fevereiro de 2014.

DUILHO RABELO BOASCIVIS
Presidente da CPL

Publicado por:
Rubens Ventura
Código Identificador:65657E58

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL N . 001/2014, 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO
CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO.

O Presidente do Poder Legislativo do Município de Lucas do Rio Verde/MT**,** através da Comissão Examinadora do Concurso Público, nomeados pela Portaria n. 16, de 04 de fevereiro de 20014, em cumprimento ao que determina o artigo 37, incisos I, II e VIII da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988; Emenda nº 19, de 11 de Junho de 1998, e as disposições da Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais vigentes referentes ao assunto, especialmente a Lei Complementar n. 109/2012 alterada pela Lei Complementar n. 127/2013, resolve divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e define normas ao Concurso Público, destinado a prover vagas no nível inicial de cada cargo, destinando a selecionar candidatos para o ingresso e efetivação pelo Regime Estatutário no Quadro Permanente da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, com a execução técnico-administrativa da empresa contratada mediante as condições estabelecidas neste edital.

1. DO CRONOGRAMA DO CONCURSO
1.1 Inscrições: De 20 de fevereiro 2014 a 14 de março de 2014, das 07:30 h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h de segunda a sexta-feira, excluídos os dias de feriados, para os candidatos que não tem acesso a internet, as mesmas ocorrerão na sede da Câmara Municipal, Avenida Pará, 359-E, Cidade Nova, Lucas do Rio Verde/MT 78.455.000 – **Fone (65) 3548 1000** ou no sistema On Line pelo Site: 137.117.68.179/concursos/2014_005 Poderão ser efetuadas até o dia 14 de março de 2014, até às 23.59 horas.
1.2 O candidato que usufruir da lei da isenção para fazer jus à isenção do pagamento da taxa de inscrição, deverá obrigatoriamente, requerer sua inscrição apresentando os documentos exigidos, do dia 20 de fevereiro até 05 de março de 2014.
1.2.1 O pedido de isenção das inscrições será deferido ou indeferido no dia 07 de março de 2014;
1.3 Prazo final para o pagamento das inscrições: 14 de março de 2014, até às 23.59 horas
1.4 Publicação das inscrições deferidas, nulas ou indeferidas: 21 de março 2014;
1.5 Prazo final para recursos sobre as inscrições indeferidas: 24 de março de 2014;
1.6 Publicação das inscrições deferidas após recursos (**Homologação das Inscrições),** 27 de março 2014.
1.7 Realização das Provas Teóricas: 06 de abril de 2014, às 08 horas;
1.8 Entrega de títulos para os candidatos: serão entregues no dia 06 de abril de 2014, com início às 7:00h e término as 13:00h, no local de realização das provas, na forma do item 13 deste edital.
"**A pontuação referente aos títulos será somente para os candidatos aprovados ou classificados na 1ª etapa do concurso, ou seja, na prova escrita (objetiva) – para os cargos previstos no anexo I deste edital".**

1.9 Publicação dos gabaritos das Provas Teóricas: 07 de abril de 2014, no Mural da Câmara Municipal e no site da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde: www.camara lucasdorioverde.mt.gov.br.
1.10 Prazo para recursos sobre o gabarito e a prova escrita (objetiva): 08 e 09 de abril de 2014;
1.11 Divulgação do julgamento de recursos referentes a gabaritos e retificação pós-recursos, se houver alterações: 15 de abril de 2014.
1.12 Publicação do gabarito definitivo após julgamento dos recursos, 17 de abril de 2014;
1.13 Previsão para publicação do resultado extra-oficial do concurso: 28 de abril de 2014;
1.14 Prazo para recursos sobre resultado extra-oficial do concurso: 29 e 30 de abril de 2014;
1.15 Previsão para divulgação do julgamento de recursos referentes ao resultado extra-oficial do concurso: 07 de maio de 2014;
1.16 Previsão publicação do resultado Final do Concurso: 14 de maio de 2014;
1.17 Previsão homologação do resultado Final: 21 de maio 2014;
1.18 O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos e posteriores retificações, caso necessário; e sua execução será de responsabilidade da Empresa Contratada.
1.19 Toda menção referente a horário estabelecido neste Edital terá como referência o horário oficial do Estado de Mato Grosso.
2. DOS CARGOS
2.1 Do Quadro de Cargos: Os cargos oferecidos estão especificados de forma detalhada no Anexo I deste Edital, sendo o provimento pelo regime estatutário.
2.2. O Concurso Público consistirá de duas etapas distintas.
2.2.1 A primeira Etapa é composta de uma fase com prova escrita (objetiva) e segunda a Pontuação de Títulos que serão divulgados juntamente com os demais resultados.
2.2.1.1 Serão considerados classificados os candidatos que atingirem, pelo menos, 50% (cinqüenta por cento), no conjunto da Prova, desde que não tenham zerado em nenhum tipo de prova (disciplina). A classificação será realizada pela ordem decrescente da pontuação atribuída a cada um dos candidatos e o critério de desempate será a observação da maior nota em conhecimentos específicos e persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato mais idoso.
2.2.2 As vagas oferecidas no concurso público estão de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde-MT e compatíveis com os quadros de cargos.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA DO CARGO
3.1 Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;
3.2 Ter, no ato da posse, idade mínima compatível com o cargo;
3.3 Dispensa do Serviço Militar (para pessoas do sexo masculino);
3.4 Comprovar, por ocasião da posse, o nível de escolaridade e os requisitos específicos exigidos para o cargo, conforme especificado no **ANEXO I** deste Edital e no plano de cargos;
3.5 Título de eleitor e quitação eleitoral;
3.6. Ter aptidão física e mental, **comprovada através de exame admissional expedido por médico do trabalho,** para o exercício das atribuições do cargo.
3.7 Apresentar Declaração se exerce ou não outro cargo ou função pública remunerada, inclusive, emprego em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

3.8 Apresentar Declaração de bens e direitos do servidor, e a atualização desta, nos termos da legislação específica.
3.8.1 Para cargos públicos em cuja especialidade o servidor atue como fiscal, declarará se tem participação em sociedade mista ou individual que possa ser objeto de sua fiscalização, devendo, neste caso, solicitar seu desligamento da sociedade no prazo de 60 (sessenta) dias.
3.9 Apresentar certidão de tempo de contribuição previdenciária ou declarar sua inexistência.
3.10 Apresentar Cadastro de Pessoa Física (CPF).

4. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS
4.1. O local de aplicação da Prova Escrita (Objetiva) será divulgado em edital complementar, no mural da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde/MT, além do site: e na imprensa local após a homologação das inscrições.
4.3 A relação com os nomes dos candidatos inscritos no concurso conforme Edital nº 001/2014, encontrar-se-á à disposição no Mural da Câmara de Vereadores de Lucas do Rio Verde/MT e no Site: www.camaralucasdorioverde.mt.gov.br.

5. DAS INSCRIÇÕES
5.1. Inscrições: De 20 de fevereiro 2014 a 14 de março de 2014, das 07:30 h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h de segunda a sexta-feira, excluídos os dias de feriados, para os candidatos que não tem acesso a internet, as mesmas ocorrerão na sede da Câmara Municipal, Avenida Pará, 359-E, Cidade Nova, Lucas do Rio Verde/MT 78.455.000 – Fone (65) 3548 1000, além da via ON LINE, no site: 137.117.68.179/concursos/2014_005. Poderão ser efetuadas até o dia 14 de março de 2014, até às 23.59 horas.
5.2 Dos Requisitos Básicos para Inscrição:
5.2.1 A inscrição do candidato somente será efetivada mediante:
5.2.1.1 O preenchimento da ficha de inscrição, o candidato estará declarando o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições de realização do concurso, estabelecidas neste edital e seus anexos, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
5.2.1.2. Para fins deste Concurso Público, são considerados documentos de identidade: as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; cédulas de identidade fornecidas por Ordens ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal valem como documento de identidade, como, por exemplo, as do CREA, CRC etc.; a Carteira de Trabalho e Previdência Social; e a Carteira Nacional de Habilitação com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97. Quando o candidato apresentar, como documento de identidade a Carteira de Trabalho (CTPS), deverá ser tirada cópia da página onde consta a foto do candidato e o número de série do documento, bem como, da página onde constam seus dados pessoais.
5.2.1.5. Em hipótese alguma haverá alteração de cargo após o pagamento da taxa de inscrição. O candidato que desejar trocar de cargo poderá fazê-lo somente mediante preenchimento e pagamento de nova inscrição.
5.2.1.6. Será admitida somente uma inscrição por participante. No caso de inscrição realizada pelo mesmo candidato para mais de um cargo e observados todos os procedimentos, valerá somente a inscrição de data mais recente.
5.4 O candidato, poderá usufruir do benefício da isenção de pagamento da taxa de inscrição, conforme legislações pertinentes, observando o prazo no ítem 1.2 do presente Edital.
6 DA TAXA DE INSCRIÇÃO:
6.1. Para recolhimento da taxa de inscrição referente ao cargo pretendido, o candidato receberá o boleto bancário para pagamente que será emitido no momento da realização da inscrição, exceto aqueles candidatos agraciados com a isenção de taxa de inscrição**.**
6.1.1. O valor da taxa de inscrição será, de **R$ 120,00** (cento e vinte reais);
7.0 DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
7.1 O candidato poderá usufruir do benefício da isenção de pagamento da taxa de inscrição, amparado nas seguintes condições:
A) Lei Municipal n° 1724/2009, devendo possuir comprovante que recebe benefício social do governo federal conforme decreto nº 6.593, de 02 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 03 de outubro de 2008, poderá ser concedida isenção da taxa de inscrição ao candidato que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal Cadúnico, de que trata o Decreto nº6.135 de 02 de julho de 2007, e que seja membro de família de baixa renda nos termos da Lei, dentre outras possibilidades.
A) Lei Municipal 1723/2009, isenção de pagamento de taxa ao candidato que é doador de sangue, devendo apresentar a carteira de doador de sangue e que tenha feito doação nos últimos 12 (doze) meses.
B) Lei Municipal 1728/2009, Candidatos que comprovem a condição de estudante, nos exatos termos desta Lei
7.1.1 Os documentos exigidos são de responsabilidade exclusiva do candidato a entregar no posto de inscrição, pessoalmente ou por intermédio de procurador, no ato da inscrição.
7.2. Será indeferida a inscrição do candidato que não entregar a documentação completa:
a)Apresentação de requerimento conforme modelo anexo a este edital, requerendo a isenção;
b) Estar enquadrado em Lei pertinente.
7.3 Qualquer inverdade constatada nos documentos comprobatórios de isenção de pagamento da taxa de inscrição, será fato para o indeferimento da inscrição, tornando-se nulo todos os atos decorrentes, além de sujeitar o candidato às penalidades previstas em lei.
7.4 Todas as informações prestadas são de inteira responsabilidade do candidato, assim como a idoneidade dos documentos apresentados, respondendo o mesmo por qualquer irregularidade constatada.
7.5 Não será aceita a solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição encaminhada por via postal, fax e/ou correio eletrônico.
7.6 Não será concedida isenção do pagamento da taxa de inscrição ao candidato que:
a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
b) fraudar e/ou falsificar documentação;
c) não protocolar sua inscrição ou protocolá-la com documentação incompleta, não atendendo ao disposto no subitem 7.3.
d) não observar o local, prazo e os horários estabelecidos neste Edital.

8. DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE, NÃO HÁ VAGAS PARA ESTE CERTAME.
8.1. Em cumprimento ao disposto no artigo 37, inciso VII da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, Lei Federal Nº 7.583 de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº. 5.296, de 04 de dezembro de 2004, e nos termos da Lei, ficam reservados 5% (cinco por cento) das vagas de que trata este Edital aos Portadores de Necessidades Especiais, conforme discriminado no Anexo I – Quadro de vagas oferecidas.
8.2. Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá, no ato da inscrição, declarar ser Portador de Necessidades Especiais.
I O candidato portador de necessidades especiais deverá apresentar, obrigatoriamente, no ato da inscrição, laudo médico ou atestado (original) atestando a espécie, grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da classificação Internacional de Doenças (CID) vigente, bem como a provável causa da deficiência;
II. O candidato que se declarar Portador de Necessidades Especiais participará do concurso público e concorrerá às vagas definidas no Anexo I deste Edital em igualdade condições com os demais candidatos no que concerne a:
a) conteúdo das provas;
b) avaliação e critérios de aprovação;
c) horário e locais de aplicação das provas.
III. A nota mínima exigida será igual a todos os demais candidatos na prova objetiva e de títulos, atendendo os requisitos básicos exigidos para cada cargo conforme Anexo I deste Edital.
8.3. Não serão considerados resultados de exames e/ou documentos diferentes dos descritos no item 8.2. subitem I.
8.4. O candidato que, no ato da inscrição, não se declarar Portador de Necessidades Especiais, não será desta forma considerado para efeito de concorrer às vagas definidas.
8.5. A apresentação de laudo médico ou atestado (original), de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital é de responsabilidade exclusiva do candidato.
8.6. A Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde/MT, não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a

apresentação do laudo médico ou atestado no período das inscrições estabelecido neste Edital.

8.7. O laudo médico (original) terá validade somente para este concurso público e não será devolvido, bem como não serão fornecidos cópias desse laudo.

8.8. A relação dos candidatos que tiveram a inscrição indeferida para concorrer na condição de Portadores de Necessidades Especiais será afixada cópia no mural da Câmara Municipal de Vereadores de Lucas do Rio Verde - MT e no endereço eletrônico: www.camaralucasdorioverde.mt.gov.br.

8.9. Somente será considerado Portador de necessidades Especiais o candidato que se enquadrar nas categorias constantes na legislação vigente.

8.10. As deficiências dos candidatos Portadores de Necessidades Especiais, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.

8.11. O candidato que optar por concorrer às vagas destinadas aos Portadores de Necessidades Especiais, caso aprovado no Concurso Público, deverá submeter-se à perícia médica realizada por Junta Médica Oficial vinculada ao Município que verificará sua qualidade como portador de necessidades especiais, bem como sua aptidão física e mental.

8.12. Os candidatos inscritos na condição de Portadores de Necessidades Especiais e aprovados no Concurso Público, além de figurarem na lista de classificação para o cargo, terão os nomes publicados em lista de classificação específica.

8.13. Os candidatos inscritos como Portadores de Necessidades Especiais concorrerão às vagas oferecidas no Anexo I deste Edital.

8.13.1. Caso seja constatado que o candidato Portador de Necessidades Especiais possui além da deficiência que o habilita como PNE, patologia(s) que o torne inapto ao exercício das atribuições do cargo, será reprovado na perícia médica, considerando o disposto neste Edital.

8.14. A não observância do disposto no Item 8 e seus subitens ou a reprovação do candidato na perícia médica acarretará perda do direito às vagas reservadas aos candidatos Portadores de Necessidades Especiais**.**

8.15. As vagas definidas no subitem 8.1 que não forem providas por falta de candidatos Portadores de Necessidades Especiais no Concurso Público ou desqualificação na perícia médica serão preenchidas pelos demais candidatos ao respectivo cargo, observada a ordem de classificação**.**

8.16. O candidato Portador de Necessidades Especiais poderá solicitar condição especial para realização das provas, conforme previsto no artigo 24, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº. 114, de 25 de novembro de 2002, devendo, quando do preenchimento da ficha de inscrição, indicar sua necessidade no campo apropriado, complementando na observação as informações necessárias para este fim. O candidato com deficiência visual deverá identificar sua condição, indicando no formulário de inscrição a necessidade de realizar a prova com o auxílio de um ledor. Neste caso, o candidato será acompanhado por um ledor da Comissão de Concurso, para o qual o candidato deverá ditar a alternativa que deverá ser preenchida no cartão de respostas.

8.17 A Comissão Examinadora do Concurso não poderá ser responsabilizada posteriormente pelo candidato, sob qualquer alegação por eventuais erros de transcrição cometidos pelo ledor para o cartão de respostas.

8.18. O candidato portador de necessidades especiais que impossibilite a transcrição das respostas para o cartão de respostas, se requerido, terá auxílio de um fiscal para fazê-lo, não podendo a Comissão Examinadora do Concurso ser responsabilizada posteriormente pelo candidato, sob qualquer alegação por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.

8.19. A candidata que tiver de amamentar no dia de aplicação das provas objetivas deverá levar um acompanhante que ficará com a guarda da criança em local reservado. A amamentação dar-se-á nos momentos que se fizer necessário não sendo dado nenhum tipo de compensação em relação ao tempo da prova despendido com a amamentação. A falta de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

8.20. O acompanhante de que trata o item anterior deverá também observar o que determina este Edital.

8.21. O candidato que, por motivo de saúde, necessitar de condições especiais para realização das provas deverá protocolar Requerimento solicitando atendimento especial à Comissão Examinadora do Concurso da Câmara em, no mínimo, 03 (três) dias úteis de antecedência da data de realização das provas, acompanhado de Atestado Médico contendo o CID (Código Internacional de Doenças).

8.22. O documento referido no subitem anterior, além de ser assinado pelo candidato terá de conter: o nome do candidato, número do protocolo de inscrição ao concurso, cargo, número do documento de identidade, telefone para contato, endereço completo para correspondência e tipo de atendimento especial necessário.

8.23. A solicitação de condições especiais será atendida segundo critérios de viabilidade e razoabilidade, tais condições não incluem atendimento domiciliar.

9 - DAS OBRIGAÇÕES DO CANDIDATO

9.1. Compete ao candidato:

9.1.1 Acompanhar todas as publicações feitas no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, no Mural da Câmara Municipal, -MT e no site: www.camaralucasdorioverde.mt.gov.br.

9.1.2 Conferir nas listas a serem divulgadas, os seguintes dados pessoais: nome, número do documento de identidade, cargo ao qual se inscreveu. Caso haja inexatidão nas informações, o candidato deverá entrar em contato com a Comissão Examinadora do Concurso.

9.2. O candidato não poderá alegar o desconhecimento do local de realização das provas como justificativa de sua ausência. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação do concurso.

10. DAS MODALIDADES DE PROVAS

10.1 O Concurso Público, objeto deste Edital, constituir-se-á de PROVAS e TÍTULOS para os cargos de nível superior de provimento efetivo da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde-MT, conforme anexo I deste edital.

11. DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

11.1. Do tempo de duração:

11.1.1 Prova escrita: 04 (quatro) horas ininterruptas.

11.2. Os candidatos se submeterão às provas do concurso nos locais determinados através de editais complementares, após a homologação das inscrições.

11.3. Para a realização da prova escrita o candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 01 (UMA) hora do horário determinado, munido, obrigatoriamente, do documento de identidade original com foto, do protocolo de inscrição e caneta esferográfica azul ou preta.

11.4. Ao chegar ao local de provas, o candidato deverá procurar nas listagens afixadas, o número da sala na qual está lotado, para então dirigir-se até ela.

11.5. Não será admitida a entrada do candidato que se apresentar após a hora determinada para o início das provas.

11.6. Em hipótese alguma as provas serão realizadas fora dos locais e horários determinados.

11.7. A ausência do candidato implicará em sua eliminação do concurso, não havendo, em hipótese alguma, outra oportunidade.

11.8. Será sumariamente eliminado do concurso, o candidato que utilizar meios ilícitos para a execução das provas; perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido ou descortês para com qualquer um dos aplicadores, seus auxiliares ou autoridades; afastar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, antes de ter concluído as mesmas; for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outra pessoa, ou utilizando máquinas de calcular ou similar, telefone celular, relógio, livros, códigos, manuais, impressos, anotações; mesmo, após as provas, se constatado por perícia, procedimento ilícito o candidato poderá ser eliminado, garantido o pleno direito de defesa.

11.9. Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido 60 (sessenta) minutos do seu início por motivo de segurança.

11.10. Os 03 (três) últimos candidatos deverão permanecer na sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído as provas e deverão acompanhar os fiscais até a sala da comissão organizadora para a entrega do material.

12 - DAS PROVAS

12.1. As provas escritas de múltipla escolha, serão classificatórias e eliminatórias e, conterão questões objetivas. Cada questão objetiva conterá 04 (quatro) alternativas de resposta, sendo que apenas uma poderá ser marcada como certa, obedecendo ao quadro de pontuação disposto no ANEXO I.

12.2. Os pontos correspondentes às questões, porventura anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente da formulação de recursos.

13. DA PONTUAÇÃO E ANÁLISE DOS TÍTULOS - 2ª ETAPA DO CONCURSO (AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS ENTREGUES NO DIA 06 DE ABRIL DE 2014, COM INÍCIO AS 7:00 HORAS, MEDIANTE REQUERIMENTO PREVISTO NESTE EDITAL ENTREGUE EM ENVELOPE FECHADO COM TODA A IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO.

TÍTULOS	PONTOS	DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
1. Especialização	**1,5**	**Diploma,** expedido por instituição oficial de ensino, autenticado. Será considerado apenas um único certificado, dentre os que forem apresentados.
• Mestrado	**2,0**	**Diploma**, expedido por instituição oficial de ensino, autenticado. Será considerado apenas um único certificado, dentre os que forem apresentados.
3.Doutorado	**3,0**	**Diploma,** expedido por instituição oficial de ensino, autenticado. Será considerado apenas um único certificado, dentre os que forem apresentados.

Obs.: **Os títulos não são cumulativos**, **nem mesmo na pontuação dos números "1", "2", e "3". Apenas será considerado o título de maior pontuação.**

13.1. Os títulos não serão cumulativos. Na pontuação dos números "1", "2", e "3". do item 13, só será computado ponto a um único título, sendo considerado o de maior pontuação. **Só será considerado o título que tiver correlação com a respectiva área de atuação do cargo pretendido**, mediante requerimento conforme modelo anexo ao presente Edital.

13.2. Os certificados de Especialização, Mestrado e Doutorado expedidos por universidades estrangeiras deverão estar convalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação (Art. 48, § 2.º e 3º, da Lei Federal n.º 9.394/96).

13.3 Serão recusados, administrativamente, os títulos que não atenderem às exigências deste edital.

13.4. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, o candidato terá anulada a respectiva pontuação atribuída.

14. DOS CRITÉRIOS DE

14.1. Classificação: Será considerado classificado o candidato que obtiver no mínimo 50% (cinquenta por cento) da pontuação total no conjunto das provas estabelecido no item 12 deste Edital, e ainda não ter zerado em nenhuma disciplina.

14.2. Classificação Final: A classificação final dos candidatos será feita pelo somatório da pontuação total obtida do conjunto das provas estabelecida no item 12 deste edital bem como a pontuação de título e será realizada pela ordem decrescente da pontuação final atribuída a cada um dos candidatos. Ocorrendo igualdade na pontuação final, serão observados, sucessivamente, os critérios de desempate.

14.2.1. A classificação final no concurso público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no cargo, mas apenas a expectativa de nomeação segundo a rigorosa ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada ao interesse, às necessidades e possibilidade financeira do Poder Legislativo; os candidatos classificados excedentes às vagas atualmente existentes serão mantidos em cadastro de reserva, conforme ANEXO I deste edital, durante o prazo de validade do concurso; e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações no Jornal Oficial dos Municípios - AMM, ocorridas durante o prazo de validade do concurso público.

14.3. Desempate: Ocorrendo empate quanto ao total de pontos obtidos, o critério de desempate a observação da maior nota na prova de conhecimentos específicos, persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato mais idoso.

14.4. Reprovação:

Será considerado reprovado o candidato que não alcançar 50% (cinquenta por cento) do total de pontos das provas, conforme o critério já estabelecido no item 14.1 ou que tenha zerado em algum tipo de prova (disciplina).

15. DOS RECURSOS

15.1. Qualquer recurso deverá ser protocolado junto a Comissão Examinadora do Concurso no mesmo endereço das inscrições, nos prazos estabelecidos neste Edital, após divulgação do resultado: publicação de gabaritos de provas; resultado da análise e julgamentos de títulos; e resultado final do concurso; mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão Examinadora de Concurso, o qual deverá protocolar o recebimento do mesmo. O recurso versará unicamente acerca da formulação das questões, a opção considerada como certa nas provas escritas, e análise dos títulos apresentados.

15.2. O parecer emitido pela Comissão Examinadora de Concurso, referente ao recurso interposto, deverá ser publicados nos prazos previstos no presente Edital.

15.3. Não serão aceitos os recursos interpostos fora do prazo aqui estabelecido, sendo considerada para tanto, a data em que foi protocolado, bem como, àqueles que não estiverem fundamentados e sem os dados necessários à identificação do candidato.

15.4. O recurso deverá ser endereçado ao Presidente da Comissão Examinadora de Concurso.

15.5. Se do julgamento dos recursos resultar anulação de questão(ões), a pontuação correspondente a essa(s) questão(ões) será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido ou não.

16. DO CARTÃO DE RESPOSTA - (folha óptica personalizado com código de barra)

16.1. O Cartão Resposta - (folha óptica) do candidato deverá ser preenchida com caneta esferográfica azul ou preta, no campo da alternativa julgada correta, obedecendo às instruções descritas no verso da prova.

16.2. Não serão atribuídos pontos às questões da prova escrita que se encontrarem emendadas ou rasuradas e/ou que contiverem mais de uma ou nenhuma resposta assinalada no cartão resposta (folha óptica) do candidato.

17. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO: A divulgação dos gabaritos das Provas Teóricas será: 07 de abril de 2014. No Mural da Câmara Municipal de Vereadores, e no site da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde – www.camaralucasdorioverde.mt.gov.br e facultativamente em outros órgãos da imprensa.

18. DO REGIME JURÍDICO: Os candidatos aprovados no Concurso Público serão nomeados sob o Regime Jurídico Estatutário e Previdência Própria Municipal.

19. DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO: Após a divulgação do resultado final, o concurso será homologado pelo Presidente da Câmara Municipal, mediante publicação de edital no Jornal Oficial dos Municípios - AMM.

20. DA NOMEAÇÃO E POSSE

20.1. O processo de nomeação e posse de candidatos aprovados no concurso público será efetivado, observando-se os dispositivos da legislação vigente.

20.1.1 A posse ocorrerá de acordo com a necessidade administrativa da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde-MT, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

20.2. Os candidatos aprovados no concurso de provas e títulos serão convocados através de edital, publicado no Mural da Câmara Municipal, e outros meios de comunicações, para a entrega dos comprovantes dos requisitos exigidos para provimento do cargo pleiteado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação.

20.3. A convocação dos candidatos aprovados processar-se-á de acordo com a legislação vigente.

20.4. A nomeação de candidatos que comprovarem os requisitos exigidos ocorrerá por ato do Presidente da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde-MT.

20.5. Para efeito de posse, o candidato aprovado, classificado e convocado, ficará sujeito à aprovação em exame médico pericial, devendo apresentar atestado de aptidão física e mental (expedido por médico perito do trabalho), atestado de saúde física e resultado dos exames adicionais solicitados no momento da convocação do

candidato. Só poderá ser empossado o candidato que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.
20.5.1. Poderá não tomar posse, o candidato com deficiência aprovado, classificado e convocado, que for comprovado via perícia médica a incompatibilidade entre a deficiência e o exercício do cargo.
20.6. Será considerado desistente perdendo a vaga respectiva, o candidato aprovado que não se apresentar no prazo fixado pelo edital de convocação; não se apresentar para tomar posse no prazo fixado; não comprovar os requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo.
20.7. Não obstante todas as disposições deste edital sobre a posse do aprovado, os órgãos competentes aplicarão, no que couberem, as disposições Municipais do Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Sistema Público e do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lucas do Rio Verde/ MT

21. DA COMISSÃO EXAMINADORA DE CONCURSO (C.E.C.)
21.1 A mesma ficará sediada nas dependências da Câmara Municipal, Avenida Pará, 359-E, Cidade Nova, Lucas do Rio Verde/MT 78.455.000 – Fone (65) 3548 1000.
22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
22.1. O período de validade do concurso público de provas e provas e títulos será de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do seu resultado, prorrogável, 1 (uma) vez, por igual período, a critério da autoridade competente.
22.2. Durante a vigência do concurso, na hipótese de abertura de novas vagas por vacância ou necessidade da Câmara Municipal poderão ser aproveitados os candidatos aprovados, obedecida rigorosamente à ordem de classificação e o quantitativo de vagas estabelecidas em lei.
22.3. A impugnação administrativa e/ou judicial a este edital, que ensejar a anulação de qualquer um de seus itens, respeitada a sua abrangência, somente afetará os atos insuscetíveis de aproveitamento, e em nada afetará o normal andamento dos demais atos.
22.4. O candidato será responsável pela exatidão e atualização de seus dados cadastrais, durante a validade do concurso, em especial o endereço residencial.
22.5. Não será fornecido documento comprobatório de participação ou classificação no concurso.
22.6. Os aprovados no Concurso terão assegurado o direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes e do exclusivo interesse e conveniência da administração da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde-MT.
22.7. A verificação, em qualquer época, de declaração ou de apresentação de documentos falsos ou a prática de ato doloso pelo candidato, importará na anulação de sua inscrição e de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de outros procedimentos legais.
22.8. Não será efetivada a posse do candidato aprovado quando condenado em processo criminal com sentença transitada em julgado.
22.9. A Câmara Municipal, através da Comissão Examinadora de Concurso, fará divulgar, sempre que necessário, editais complementares e/ou avisos oficiais, referentes ao presente edital, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar tais publicações.
22.10. Não haverá Segunda chamada para as provas, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.
22.11. A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação tácita das condições do Concurso Público, que se acham estabelecidas neste Edital.
22.12. Em hipótese alguma, haverá na via administrativa, vista ou revisão de provas.
22.13. Não será permitida a entrada nos locais de aplicação das provas, de candidato que não estiver em condições para realização das mesmas tais como: Candidato alcoolizado, com trajes inadequados e outros fatores que possam vir a perturbar o perfeito andamento das provas.
22.14. Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Concurso nas dependências do local onde forem aplicadas as provas.
22.15. Fazem parte do presente Edital os seguintes anexos:
ANEXO I - com quadro de cargos com as especificações detalhadas;
ANEXO II – com conteúdos programáticos específicos a serem aplicados nas provas;
ANEXO III – descrição detalhada dos cargos e suas atribuições básicas;
ANEXO IV – modelo do requerimento de pontuação de títulos para os cargos;
ANEXO V – modelo de pedido de recursos;
ANEXO VI – modelo de pedido de taxa de isenção;
22.16. Quaisquer informações sobre o concurso público poderão ser obtidas no seguinte endereço: Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde/MT, Avenida Pará, 359-E, Cidade Nova, Lucas do Rio Verde/MT 78.455.000 – Fone (65) 3548 1000, das 07:30 h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, de segunda a sexta-feira.

22.17. Por meio do site: www.camaralucasdorioverde.mt.gov.br, o candidato poderá obter a íntegra do edital e demais editais complementares, consultar os locais de realização das provas escritas e de Títulos, entre outras informações necessárias ao conhecimento do andamento do concurso.
22.18. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão Examinadora de Concurso.

AIRTON CALLAI
Presidente da Câmara Municipal

RONALDO MARCOS DA SILVA
Presidente da Comissão Examinadora

GRACIELE ALVES DE SOUZA
Membro

VICENTE DOMINGUES PEREIRA
Membro

ANEXO I - QUADRO DE CARGOS

QUADRO DE CARGOS
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ÍItem	Cargos	Escolaridade e Requisitos Exigidos	Nº de Vagas	Remuneração Inicial	Carga Horária Semanal	Tipos de Provas	Nº de questões	Peso	Total de Pontos
01	Contador	Nível Superior com Registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC)	01	R$ 3.180,27	40	L.Portuguesa Conh.Gerais Conh.Específicos	10 10 15	2.0=20.0 2.0=20.0 4.0=60.0	100
02	Controlador Interno	Diploma de curso superior na área de Ciências Contábeis, ou Ciências Jurídicas e Sociais, ou Administração, ou Economia	01	R$ 3.180,27	40	L.Portuguesa Conh.Gerais Conh.Específicos	10 10 15	2.0=20.0 2.0=20.0 4.0=60.0	100

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E ESPECÍFICOS (PROVA ESCRITAS –OBJETIVAS)

NÍVEL: SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Ortografia oficial. 2 Acentuação gráfica. 3 Flexão nominal e verbal. 4 Concordância nominal e verbal. 5 Regência nominal e verbal. 6 Pronomes: emprego, colocação e formas de tratamento. 7 Emprego de tempos e modos verbais. 8 Vozes do verbo. 9 Emprego do sinal indicativo de crase. 10 Pontuação. 11 Sintaxe da oração e do período. 12 Redação. 13 Compreensão e interpretação de textos, Reconhecimento do Gênero e da estrutura textual: narração, dissertação e descrição. 14. Relações entre as palavras na Frase: aspectos semânticos e morfológicos. 15 . Funções da linguagem: referencial conativa, emotiva, metalinguistica, poética e fática. 16. A articulação das frases no texto: coesão e coerência;

CONHECIMENTOS GERAIS (História e Geografia): Conhecimentos sobre atualidades mundiais, fatos atuais do país, do estado de Mato Grosso e do Município; história, geografia e economia de Mato Grosso; fuso horário brasileiro; fatores de crescimento da população mundial e teorias demográficas; problemas ambientais globais e urbanos; fontes de energia; sistemas agrícolas; blocos econômicos de países; globalização; geografia e história do continente americano; sistemas econômicos: capitalismo, comunismo, socialismo, anarquismo e mercantilismo; Primeira e Segunda Guerra Mundial; guerra fria; revolução Industrial; conflitos internacionais; organizações internacionais; aspectos históricos, geográficos, econômicos, políticos e sociais do Município, Mercado Exterior, Balança Comercial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
CARGO: CONTADOR

1. **Orçamento Público**: 1. Visão geral do processo de alocação de recursos no Brasil. 2. Evolução histórica do orçamento e sua correlação com o planejamento e os modelos de administração pública. 3. Princípios orçamentários. 4. Classificação do orçamento: orçamento tradicional, orçamento-programa e orçamento base zero; características do orçamento tradicional, do orçamento base-zero e do orçamento-programa; Tipos de orçamento, princípios orçamentários e aspectos do orçamento. 5. Conteúdo e forma dos instrumentos orçamentários. O processo de elaboração da proposta orçamentária. 6. Recursos para execução dos programas: exercício financeiro, créditos orçamentários e adicionais, remanejamento, transposições e transferências, endividamento e operações de crédito, reserva de contingência e passivos contingentes. 7. Conta Única do Tesouro Nacional: conceito e previsão legal. 8. Execução do orçamento-programa: programação financeira de desembolso e ciclo orçamentário; programação e controle de recursos orçamentários e financeiros; empenho, liquidação e pagamento da despesa; controle e pagamento de Restos e Pagar e de Despesas de Exercícios Anteriores. 9. Receitas públicas: definição, classificação, classificação legal e estágios da receita; registros contábeis da previsão e arrecadação de Receitas Orçamentárias. 10. Registro de Receitas Extra-orçamentárias. 11. Despesas públicas: definição, geração de despesas e sua continuidade, classificação, classificação legal e estágios da despesa. 12. Licitações: lei n° 8.666/93 e suas alterações. 13. Despesas não submetidas ao processo normal de realização: conceitos, adiantamentos e suprimento de fundos. 14. O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual: prazos e competências para elaboração, aprovação e execução. 15. Tópicos da lei de Responsabilidade Fiscal - (LC nº101/2000) - princípios, objetivos e efeitos no planejamento e no processo orçamentário, regra de ouro, limites para despesa de pessoal; limites para a dívida pública e mecanismos de transparência fiscal. 16. Créditos Adicionais: finalidades, espécies, abertura, fontes de recursos para cobertura; registros contábeis.

2. **Contabilidade Pública**: 1. Conceito, divisão e campo de aplicação. 2. Gestão organizacional da Contabilidade Pública no Brasil. Papeis da Secretaria do Tesouro Nacional- STN e dos Órgãos Setoriais de Contabilidade (lei nº 10.180/2001). 3. Estrutura da contabilidade pública: estrutura do plano de contas e tabela de eventos, natureza das contas patrimoniais, natureza das contas de resultado modelo do plano de contas e codificação do plano de contas, sistemas de contas (orçamentário, financeiro, patrimonial e compensação). Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI): conceito, objetivos, histórico, visão geral do sistema e macrofunções. 4. Escrituração contábil no setor público: registro das principais operações típicas. 5. Patrimônio na administração pública. 6. Variações patrimoniais: interferências, mutações, superveniências e insubsistências patrimoniais. 7. Inventário: material permanente e de consumo. Dívida Ativa: inscrição, cobrança e baixas. Restos a pagar: inscrição, condições gerais, pagamentos, cancelamentos e relação dos restos a pagar com a dívida pública. 8. Dívida pública: classificação, escrituração da constituição, ajustamento e resgate da dívida pública. Registro contábil das operações de crédito e respectivos resgates. 9. Demonstrações contábeis e Levantamento de Contas: Balancetes, características, conteúdo e forma; Balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais de acordo com a lei nº 4.320/64; Análise dos balanços públicos. 10. Prestação de contas e Tomada de contas: responsáveis, processos, tipos, prazos e tomada de contas especial. 11. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público - NBC T 16 ou NBCT SP. 12. Procedimentos contábeis patrimoniais aplicadas ao Setor Público. 13. Demonstrações contábeis aplicadas ao Setor Público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
CARGO: CONTROLADOR INTERNO

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA: 1. Princípios Básicos da Administração Pública; Instrumentos Básicos de Planejamento; Conceitos Básicos: controle - Controle Interno-Sistema de Controle Interno – Auditoria Interna; Fundamentação Legal do Controle na Administração Pública; Controle Interno e Externo; Controle pelos Tribunais de Contas; Enfoque Sistêmico do Controle Interno; Estruturação do Sistema de Controle Interno nos Municípios; Operacionalização das Atividades do Sistema de Controle Interno. CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece Normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração, Normas do Tribunal de Contas do Estado. Plano Plurianual, Leis de Diretrizes Orçamentária, Orçamento, Noções de Direito Administrativo. Princípios de Direito Administrativo. Da Administração Pública: direta e indireta. Atos Administrativos: elementos; atributos; classificações; espécies; anulação, revogação e convalidação: pressupostos, competência e efeitos. Contratos Administrativos: formalização; espécies; licitação e suas modalidades; Lei n° 8.666/93 e suas atualizações. Pregão. Convênios e termos similares. Recursos Administrativos: espécies; prazos; processos administrativos; espécies; prescrição Administrativa. Agentes Públicos – Regimes Jurídicos. Serviços Públicos. Controle da Administração Pública. Noções de Direito Constitucional: A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988. Noções de administração financeira. Noções de contabilidade pública: sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Inventário: material permanente e de consumo. Receita pública: categorias, fontes, estágios; dívida ativa. Despesa pública: categorias, estágios. Conceitos e ferramentas de gestão de recursos humanos. Funções básicas de recursos humanos, provimento, capacitação, avaliação, benefícios, gratificações, pagamento e controle.

ANEXO III

DESCRIÇÃO DETALHADA DOS CARGOS E SUAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS

CARGO: – *CONTADOR 40 HS/SEM*
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
Provimento: *Efetivo*
Vencimento: R$ 3.180,27

ATRIBUIÇÕES:

Organizar e dirigir os serviços de contabilidade da instituição, planejando, supervisionando, orientando sua execução e participando dos mesmos, de acordo com as exigências legais e administrativas;
Proceder à análise de contas;
Assessorar sobre problemas contábeis especializados da instituição, dando pareceres sobre a ciência às práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação dos setores;
Realizar trabalhos de auditoria contábil;
Elaborar balancetes e balanços, aplicando às normas contábeis e organizado demonstrativos e relatórios de comportamento das dotações orçamentárias;
Participar de projetos multidisciplinares que visem o aperfeiçoamento da gestão econômico-financeiro da Instituição;
Sugerir mudanças com base em seus conhecimentos profissionais;
Ordenar demonstrativos e relatórios de comportamento das dotações orçamentárias, preparando a documentação comprobatória, obtendo aprovações e enviá-las aos órgãos competentes para apreciação;

Emitir Parecer Técnico Contábil sobre matérias encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo e que estejam relacionadas com as Leis Orçamentárias (PPA, LDO e LOA);
Assinar em conjunto com o Presidente, balancetes mensais e balanço geral anual do Poder Legislativo, devendo para tanto, estar cadastrado devidamente junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Horário: 40 horas semanais;
Deverá o servidor participar integralmente das sessões da Câmara, independente de dia, horário e local.

REQUISITOS PARA O RECRUTAMENTO:

Escolaridade: curso superior completo; e
Habilitação funcional: Concurso público com estágio probatório, diploma de curso superior de Ciências Contábeis com registro no respectivo Conselho Profissional; prova de estar regularmente habilitado para o exercício da profissão.

LOTAÇÃO: Sede da Câmara Municipal de Vereadores de Lucas do Rio Verde – MT.

CARGO: – CONTROLADOR INTERNO 40 HS/SEM
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS
Provimento: *Efetivo*
Vencimento: R$ 3.180,27

ATRIBUIÇÕES:

Despachar com o Presidente da Câmara Municipal e assessorá-lo nos assuntos que venha a ser incumbido, além das atribuições natas do cargo;
Propor ao Presidente da Câmara Municipal a adoção de medidas necessárias e dinâmicas, que aprimorem os mecanismos de Controle Interno do Poder Legislativo Municipal;
Requisitar, quando entender necessário ao desenvolvimento de sua atividade, procedimentos e processos administrativos já arquivados por autoridade da Câmara Municipal;
Efetivar e/ou promover diligências, caso sejam necessárias, com vista para a declaração da nulidade de procedimento ou processo administrativo da Câmara Municipal, bem como, se for o caso, a imediata e regular apuração de fatos ocorridos e possíveis envolvidos, decorrentes da nulidade declarada;
Avocar ou realizar inspeções, fiscalizações e auditorias sobre fatos denunciados ou sobre os quais haja iminente risco de agressão presente ou previsível ao erário ou ao patrimônio público da Câmara Municipal;
Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;
Requisitar, a órgão ou entidade da Câmara Municipal, ou ainda a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, para que se manifestem ou apresentem documentos ou informações necessárias a elucidações de fato em exame no âmbito da Controladoria Interna;
Propor ao Presidente da Câmara Municipal, medidas legislativas ou administrativas e sugerir ações necessárias a evitar a repetição de irregularidades e ilegalidades que afetem o erário ou o patrimônio público da Câmara Municipal;
Divulgar as ações do Controle Interno;
Disciplinar as ações de correição interna e externa, ouvidoria, auditoria e fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial no âmbito da Câmara Municipal;
Exercer e desenvolver outras atividades correlatas destinadas à consecução de seus objetivos.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Horário: 40 horas semanais.

REQUISITOS PARA O RECRUTAMENTO:
Escolaridade: curso superior completo;
Habilitação funcional: diploma de curso superior na área de Ciências Jurídicas e Sociais ou Administração ou Ciências Contábeis ou Economia.

LOTAÇÃO: Sede da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

Requerente:_____
_____
_____-
_____
Cargo:_____
_____
N.ºRG:_____
_____
CPF:_____
_____
Requeiro a atribuição da pontuação referente ao título abaixo relacionado para fins de classificação no Concurso Público da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde - MT.
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Nestes termos peço deferimento.

_____/MT, _____ de _____ de 2014.

_____
Assinatura do Requerente

PARA USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO EXAMINADORA DE CONCURSO
Em cumprimento ao item 13 do Edital do Concurso Público n.º 001/2014 da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde/MT.
Deferimos o requerimento, atribuindo-lhe (_____) pontos;
Indeferimos o requerimento ( )

_____
Presidente da Comissão Membro Comissão Membro Comissão

_____
Membros Comissão

_____
Membros Comissão

ANEXO V

MODELO PEDIDO DE RECURSOS

Estado de Mato Grosso Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde - Concurso Municipal 01/2014
Nome do (a) Candidato (a)
_____
_____
_____

_____ Cargo para o qual se inscreveu:
_____
_____
_____

SOLICITAÇÃO:
( ) Revisão do gabarito
( ) Conteúdo de questão da prova

_____, _____ de _____ 2014.

_____
Assinatura do (a) Candidato (a)

Número da questão objeto de recurso _____

Gabarito Divulgado pela Empresa_____

Gabarito do Candidato _____

JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

OBSERVAÇÕES:

O recurso deverá ser preenchido de forma legível e conter:

• Nome do candidato, indicação do cargo a que está concorrendo;
• Indicação do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da divulgada no gabarito, que tratar contra gabarito ou conteúdo de questão;
• Argumentação lógica e consistente, com fundamentação teórica.

ANEXO VI

PEDIDO DE ISENÇÃO DA TAXA DO PAGAMENTO DA INSCRIÇÃO

Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde - Concurso Público 01/2014

CARGO:
_____
_____
NOME COMPLETO:
_____

REQUERIMENTO

À Comissão Examinadora de concursos

Como candidato ao cargo de _____ do Concurso Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, conforme Edital 01/2014, solicito através do presente com base na legislação pertinente a ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO para o certame.

N.termos
E.Deferimentos

Câmara Municipal de Vereadores-MT_____/_____2014

OBS: Mencionar a Lei de Enquadramento e juntar os documentos exigidos para fins de comprovação do pedido de isenção.

Publicado por:
Wander Rodrigo Bortolassi
Código Identificador:1022A9C0

CÂMARA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
ESTADO DE MATO GROSSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública, desenvolvido para trabalhar em ambiente multiusuário em plataforma Windows, serviços técnicos especializados para a Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde - MT, inclusive com a prestação dos serviços de instalação, configuração, conversão da base de dados e treinamento dos servidores públicos, e manutenção mensal.

Dia: 26/02/2014
Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas, do dia 26/02/2014.
Edital Completo: Disponível no endereço: Av. Pará, Nº 359 E, B: Cidade Nova, Lucas do Rio Verde MT, CEP: 78455-000 – Fone: 65 3548 - 1000 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Abertura do envelope Nº 01: Às 08h30min do dia 26 de fevereiro de 2014, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Lucas do Rio Verde - MT, 07 de fevereiro de 2014.

GUIOMAR KÁTIA DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Wander Rodrigo Bortolassi
Código Identificador:B71A5D21

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 004/2014
DATA: 03.02.2014
OBJETO: Serviços técnicos especializados de assessoria nas áreas previdenciárias e jurídica.
LOCATARIO: Agenda Assessoria Planejamento e Informática LTDA.
VALOR: R$ 7.700,00 (sete mil, setecentos reais)
VIGENCIA: 31/12/2014

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva

ADÉRCIO NOGUEIRA NEPONOCENO
Contabilista CRC MT 007113/O-9

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:C4B6E02E

PREFEITURA MUNICIPAL
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05

DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS E HORÁRIOS DAS PROVAS ESCRITAS

O Prefeito Municipal e o Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2013 do Município de Lucas do Rio Verde - MT, no uso de suas atribuições, tornam público a Relação dos **Locais e Horários das Provas Escritas**, que serão realizadas no dia 16/02/2014 à partir das 08h00 para os cargos do período **Matutino** e à partir da 14h00 para os Cargos do período **Vespertino**, assim estabelecidos:

ANEXO I - RELAÇÃO DE CARGO, PERÍODO E ESCOLA;

ANEXO II – RELAÇÃO DAS ESCOLAS E RESPECTIVOS ENDEREÇOS.

Lembramos que os Candidatos deverão comparecer à sua respectiva Escola com antecedência de 01 (uma) hora, para evitar quaisquer contratempo ou tumulto.

Os portões das Escolas no **período matutino** serão abertos às 07h00 e fechados às 08h00 e no **período vespertino** serão aberto às 13h00 e fechados às 14h00, impreterivelmente.

Informamos ainda que o Candidato poderá consultar seu local de Prova através do portal www.grupoatame.com.br/conscurso, com seu Login e Senha, acessando a *Área do Candidato*, *Inscrição*, onde está disponível a Escola e a Sala onde fará a Prova.

A íntegra deste Edital Complementar com a Relação dos **Locais de Prova**, encontram-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura, bem como nos endereços eletrônicos: www.grupoatame.com.br/concurso e www.lucasdorioverde.mt.gov.br

Lucas do Rio Verde-MT, 07 de fevereiro de 2014.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA
Prefeito
Lucas do Rio Verde – MT.

IVANILDE ALVES BORBA RIGO
Presidente Comissão Examinadora do Concurso

Publicado por:
Aline Hartmann
Código Identificador:14388935

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2014

Objeto do Pregão: Contratação de empresa especializada para aquisição de Óculos de Grau, para uso desta secretaria do Município de Lucas do Rio Verde- MT.
Data: 06 de fevereiro de 2014
Empresa Vencedora: Item 0001 a empresa: KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME, com o valor total de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais); Item 0002 a empresa: KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME, com o valor total de R$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais); Item 0003 a empresa: KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME, com o valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais); Item 0004 a empresa: KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME, com o valor total de R$ 9.750,00 (nove mil e setecentos e cinquenta reais); Item 0005 a empresa: KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME, com o valor total de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais); Item 0006 a empresa: KOVALESKI ASSISTENCIA TECNICA LTDA - ME, com o valor total de R$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais).
Lucas do Rio Verde MT, 06 de fevereiro de 2014.

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:9941AE1E

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014

Objeto do Pregão: Aquisição de materiais de consumo e locação de equipamentos para desenvolver o Projeto Galera Ecociente, visando conscientizar sobre a importância da preservação do Meio Ambiente, conforme **Convênio FUNASA Nº 0244/2012**.
Data: 07 de fevereiro de 2014
Empresa Vencedora: Item 0001 a empresa: E DRESSEL BRINDES ME, com o valor total de R$ 5.380,00 (cinco mil e trezentos e oitenta reais);
Lucas do Rio Verde MT, 07 de fevereiro de 2014

JÉSSICA REGINA WOHLEMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Jéssica Regina Wohlemberg
Código Identificador:2AEBD4B8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 018/2014
DATA: 06/02/2014
CREDOR: PAVILUCAS PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DO MENOR INFRATOR A SER CONSTRUÍDO NO ANEL VIÁRIO, QUADRA 73 BAIRRO TESSELE JUNIOR NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT,
VIGENCIA: 03/11/2014
Nº NE/ANO: 0181000/2014
VALOR: R$ 219.091,84 (DUZENTOS E DEZENOVE MIL, NOVENTA E UM REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 025/2013

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:C2396748

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 010/2014
DATA: 30/01/2014
CREDOR: PEREIRA GOMES PRESTADORA DE SERVIÇIS LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL CECILIA MEIRELES, DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT.
VIGENCIA: 30/03/2014
Nº NE/ANO: 0155300/2014
VALOR: R$ 25.400,00 (VINTE E CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 003/2014

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:1DA50045

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 011/2014
DATA: 30/01/2014
CREDOR: BACANA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA ME
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PINTURA DO PRÉDIO DA ESCOLA MUNICIPAL CECILIA MEIRELES, DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT
VIGENCIA: 30/03/2014
Nº NE/ANO: 0155100/2014
VALOR: R$ 33.597,45 (TRINTA E TRÊS MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 003/2014

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:40DAEEE8

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 012/2014

DATA: 03/02/2014
CREDOR: CLINICA MEDICA METAMORFOSE K M G SOCIEDADE SIMPLES LTDA - ME
OBJETO: CREDENCIAR PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS NA ÁREA DE PEDIATRIA, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A PACIENTES ENCAMIN
VIGENCIA: 02/02/2015
PROC. LICITATÁRIO: INEXIGIBILIDADE – CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 012/2013

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:612D4D1D

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 013/2014
DATA: 05/02/2014
CREDOR: CONCRELUCAS CONCRETOS USINADOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO NA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE FISIOTERAPIA – ETAPA III, DE LUCAS DO RIO VERDE, LOCALIZADA NA AV. RIO DE JANEIRO, QUADRA 67, LOTE 01, BAIRRO RIO VERDE, NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT
VIGENCIA: 06/04/2014
Nº NE/ANO: 0172300/2014
VALOR: R$ 12.750,00 (DOZE MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 005/2014

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:8F56E0A4

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 014/2014
DATA: 05/02/2014
CREDOR: DÂNICA TERMOINDUSTRIAL CENTRO-OESTE LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO NA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE FISIOTERAPIA – ETAPA III, DE LUCAS DO RIO VERDE, LOCALIZADA NA AV. RIO DE JANEIRO, QUADRA 67, LOTE 01, BAIRRO RIO VERDE, NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT
VIGENCIA: 06/04/2014
Nº NE/ANO: 0172600/2014
VALOR: R$ 14.994,90 (QUATORZE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 005/2014

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:5A467B73

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 015/2014
DATA: 05/02/2014
CREDOR: GABIATTI E GABIATTI LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA USO NA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE MUNICIPAL DE FISIOTERAPIA – ETAPA III, DE LUCAS DO RIO VERDE, LOCALIZADA NA AV. RIO DE JANEIRO, QUADRA 67, LOTE 01, BAIRRO RIO VERDE, NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT
VIGENCIA: 06/04/2014
Nº NE/ANO: 0172700/2014
VALOR: R$ 555,66 (QUINHENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E SEIS CENTAVOS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 005/2014

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:EAC4FCDE

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 016/2014
DATA: 05/02/2014
CREDOR: INDUMED COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DA EQUIPE TÉCNICA DE TRANSLADO DE PACIENTES, NA ASSISTÊNCIA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA COM A UTILIZAÇÃO DAS AMBULÂNCIAS, DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT
VIGENCIA: 06/05/2014
Nº NE/ANO: 0172500/2014
VALOR: R$ 99.360,00 (NOVENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO ELETRONICO Nº 001/2014

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:8049BC76

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 017/2014
DATA: 05/02/2014
CREDOR: JOSE CARLOS SILVEIRA DA ROSA & CIA LTDA-ME
OBJETO: CREDENCIAR PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E PROCEDIMENTOS NA ÁREA DE NEUROLOGIA E EXAMES DE ELETROENCEFALOGRAMA - EEG, DE FORMA COMPLEMENTAR AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE/SISTEMA ÚNICO DE SAÚD
VIGENCIA: 04/02/2015
PROC. LICITATÁRIO: INEXIGIBILIDADE – CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 012/2013

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:2595601F

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 019/2014
DATA: 07/02/2014
CREDOR: VAGNER APARECIDO GOUVEIA LUIS E CIA LTDA ME
OBJETO: AQUISIÇÃO DE HERBICIDA SELETIVO PARA TIRIRICA NO CONTROLE DE PLANTAS INVASORAS EM TERRENOS BALDIOS NO PERÍMETRO URBANO NO PERÍMETRO DE EXPANSÃO DO SETOR INDUSTRIAL DISTANTE 5 KM DE PERÍMETRO URBANO RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT
VIGENCIA: 06/04/2014
Nº NE/ANO: 0188700/2014
VALOR: R$ 44.400,00 (QUARENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2014

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:C90C0A45

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES - FEVEREIRO 2014

Nº DO CONTRATO: 020/2014
DATA: 07/02/2014
CREDOR: ARAUJO & ALBERT ARAUJO LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE HERBICIDAS DESSECANTE NÃO SELETIVO PARA CONTROLE DE INVASORAS NO PERÍMETRO DE EXPANSÃO DO SETOR INDUSTRIAL DISTANTE 5 KM DE PERÍMETRO URBANO RESIDENCIAL NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT
VIGENCIA: 06/04/2014
Nº NE/ANO: 0188500/2014; 0188600/2014
VALOR: R$ 32.850,00 (TRINTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS)
PROC. LICITATÁRIO: PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2014

Publicado por:
Raquel Amne Schwebel
Código Identificador:C905274F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 05

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14					
RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	1.624.000,00	1.624.000,00	275.258,41	1.173.016,54	2.180.133,68
RECEITAS CORRENTES	1.624.000,00	1.624.000,00	275.258,41	1.173.016,54	2.180.133,68
Receita de Contribuições	787.000,00	787.000,00	158.916,93	697.910,95	618.251,96
Pessoal Civil	787.000,00	787.000,00	158.916,93	697.910,95	618.251,96
Contribuição de Servidor Ativo Civil	765.500,00	765.500,00	157.196,31	690.485,37	610.800,41
Contribuição de Servidor Inativo Civil	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	20.000,00	20.000,00	1.720,62	7.425,58	7.451,55
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	820.000,00	820.000,00	116.341,48	474.025,37	1.506.701,77
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	820.000,00	820.000,00	116.341,48	474.025,37	1.506.701,77
Outras Receitas Correntes	17.000,00	17.000,00	0,00	1.080,22	55.179,95
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	1.165.000,00	1.165.000,00	308.950,35	1.271.234,61	1.172.542,86
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	2.789.000,00	2.789.000,00	584.208,76	2.444.251,15	3.352.676,54
DESPESAPREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZAD	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez	Jan a Dez
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	1.360.000,00	1.360.000,00	210.570,00	953.673,77	865.721,14
ADMINISTRAÇÃO	270.000,00	279.000,00	27.955,68	137.440,94	143.728,81
Despesas Correntes	250.000,00	259.000,00	27.955,68	137.440,94	139.028,33
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	4.700,48
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.090.000,00	1.081.000,00	182.614,32	816.232,83	721.992,33
Pessoal Civil	1.090.000,00	1.081.000,00	182.614,32	816.232,83	721.992,33
Aposentadorias	350.000,00	388.000,00	97.442,56	376.308,28	281.647,55
Pensões	320.000,00	320.000,00	0,00	199.269,51	242.754,95
Outros Benefícios Previdenciários	420.000,00	373.000,00	85.171,76	240.655,04	197.589,83
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	1.530.000,00	1.530.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	2.900.000,00	2.900.000,00	210.570,00	953.673,77	865.721,14
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	-111.000,00	-111.000,00	373.638,76	1.490.577,38	2.486.955,40

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	5º BIM/2013	PERÍODO REFERÊNCIA	
		2012	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	11.813,13	14.773,30	10.201,38
Investimentos	9.229.916,52	10.305.495,56	10.931.278,76

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
RECEITAS CORRENTES	1.276.000,00	1.276.000,00	319.501,10	1.336.880,47	1.184.093,34
Receita de Contribuições	1.165.000,00	1.165.000,00	308.950,35	1.271.234,61	1.172.542,86
Pessoal Civil	1.095.000,00	1.095.000,00	288.361,33	1.149.377,02	941.964,06
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	1.095.000,00	1.095.000,00	288.361,33	1.149.377,02	941.964,06
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	70.000,00	70.000,00	20.589,02	121.857,59	230.578,80
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	111.000,00	111.000,00	10.550,75	65.645,86	11.550,48
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	1.276.000,00	1.276.000,00	319.501,10	1.336.880,47	1.184.093,34
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:					

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:51FEDD7F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 06

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14			
RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 31 Out 2013 (b)	Em 31 Dez 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.075.638,53	1.008.289,94	973.110,00
DEDUÇÕES (II)	9.989.190,80	13.518.015,95	13.014.713,87
Ativo Disponivel	10.995.451,14	13.751.235,30	13.204.811,92
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.006.260,34	233.219,35	190.098,05
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-8.913.552,27	- 12.509.726,01	- 12.041.603,87
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	882.053,12	887.659,13	867.070,11
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDA(VI) = (III + IV - V)	-9.795.605,39	- 13.397.385,14	- 12.908.673,98
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c - b)		Jan a Dez 2013 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	488.711,16		-3.113.068,59
DISCRIMINAÇÃO DAMETAFISCAL			VALOR
METADE RESULTADO NOMINAL FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARAO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 31 Out 2013 (b)	Em 31 Dez 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	10.320.258,78	10.767.948,59	10.941.480,14
Ativo Disponivel	10.320.268,86	10.767.958,67	10.941.480,14
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	10,08	10,08	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDAPREVIDENCIÁRIA(XI) = (VIII - IX)	0,00	0,00	0,00
FONTE:			

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:06614EDD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 07

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14				
RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)				
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.799.800,00	4.513.684,93	23.992.715,30	25.244.130,37
Receita Tributária	980.000,00	297.415,93	1.981.921,61	1.212.168,50
IPTU	200.000,00	11.657,94	349.299,70	205.208,95
ISS	350.000,00	70.662,88	639.503,74	428.151,45
ITBI	50.000,00	160.415,21	479.842,29	81.007,89
IRRF	220.000,00	42.572,59	209.609,52	262.480,70
Taxas	150.000,00	11.045,93	282.167,99	212.856,20
Contribuição de Melhoria	10.000,00	1.061,38	21.498,37	22.463,31
Receitas de Contribuições	2.392.000,00	526.073,65	2.357.708,29	2.371.045,66
Receita Previdenciária	1.952.000,00	467.867,28	1.969.145,56	1.790.794,82
Outras Contribuições	440.000,00	58.206,37	388.562,73	580.250,84
Receita Patrimonial Líquida	820.000,00	116.341,48	474.025,37	1.506.701,77
Receita Patrimonial	899.000,00	139.063,40	568.931,72	1.578.053,54
(-) Aplicações Financeiras	79.000,00	22.721,92	94.906,35	71.351,77
Transferências Correntes	17.246.300,00	3.513.562,06	18.711.010,63	19.715.119,94
FPM	5.280.000,00	1.293.975,24	5.588.101,16	5.196.011,05
ICMS	3.840.000,00	720.567,22	4.316.549,03	3.922.378,66
Outras Transferências Correntes	8.126.300,00	1.499.019,60	8.806.360,44	10.596.730,23
Demais Receitas Correntes	361.500,00	60.291,81	468.049,40	439.094,50
Dívida Ativa	215.000,00	26.124,63	288.514,95	186.013,10
Receitas Correntes Diversas	146.500,00	34.167,18	179.534,45	253.081,40
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	23.969,86	178.129,68	147.181,08
Alienação de Bens (V)	10.000,00	0,00	0,00	125.738,16
Transferências de Capital	2.961.200,00	0,00	1.661.336,64	1.448.751,86
Convênios	2.961.200,00	0,00	1.661.336,64	1.448.751,86
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.961.200,00	0,00	1.661.336,64	1.448.751,86
RECEITAPRIMÁRIATOTAL (VII) = (I + VI)	24.761.000,00	4.513.684,93	25.654.051,94	26.692.882,23
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.943.759,56	3.780.968,73	19.637.196,25	19.260.757,20
Pessoal e Encargos Sociais	11.748.631,53	2.130.142,82	11.455.246,48	10.302.813,73
Juros e Encargos da Dívida (IX)	77.328,13	11.390,21	72.605,03	154.883,97
Outras Despesas Correntes	9.117.799,90	1.639.435,70	8.109.344,74	8.803.059,50
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	20.866.431,43	3.769.578,52	19.564.591,22	19.105.873,23
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.286.240,44	399.635,54	2.169.670,13	2.374.957,20
Investimentos	2.058.694,92	364.455,60	1.971.949,82	2.099.587,12
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	227.545,52	35.179,94	197.720,31	275.370,08
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	2.058.694,92	364.455,60	1.971.949,82	2.099.587,12
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	20.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.530.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAPRIMÁRIATOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	24.475.126,35	4.134.034,12	21.536.541,04	21.205.460,35
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	285.873,65	379.650,81	4.117.510,90	5.487.421,88
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	-
DISCRIMINAÇÃO DAMETAFISCAL				VALOR
METADE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARAO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00
FONTE:				

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:B9BFE2A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 10

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS COM MANUTENÇÃO EDESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)					
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	12.921.500,00	12.921.500,00	2.947.025,41	15.137.814,49	117,15
Receitas de Impostos	801.500,00	801.500,00	270.162,13	1.723.447,86	215,03
Impostos	600.000,00	600.000,00	242.736,03	1.468.645,73	244,77
Dívida Ativa dos Impostos	190.000,00	190.000,00	18.074,74	200.762,94	105,66
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	11.500,00	11.500,00	9.351,36	54.039,19	469,91
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	12.120.000,00	12.120.000,00	2.676.863,28	13.414.366,63	110,68
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.280.000,00	5.280.000,00	1.293.975,24	5.588.101,16	105,84
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	-8.000,00	-8.000,00	-1.079,68	-6.478,09	80,98
Cota-Parte ICMS	3.840.000,00	3.840.000,00	720.567,22	4.316.549,03	112,41
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	23.735,75	40.345,95	0
Cota-Parte ITR	160.000,00	160.000,00	141.815,74	354.505,44	221,57
Cota-Parte IPVA	416.000,00	416.000,00	24.885,57	498.848,34	119,92
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	2.432.000,00	2.432.000,00	472.963,44	2.622.494,80	107,83
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	4.378.300,00	4.734.800,00	868.973,95	5.329.594,82	112,56
Transferências	4.000.000,00	4.000.000,00	711.638,91	4.167.538,73	104,19

Multigovernamentais do FUNDEB (IV)					
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	4.000.000,00	4.000.000,00	711.638,91	4.167.538,73	104,19
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	358.300,00	358.300,00	64.643,71	514.446,58	143,58
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	20.000,00	376.500,00	92.691,33	647.609,51	172,01
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	14.867.800,00	15.224.300,00	3.343.035,92	17.844.914,51	117,21

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (C)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	2.268.000,00	1.752.410,16	517.114,88	1.710.035,57	97,58
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	2.087.000,00	1.722.677,44	515.686,88	1.684.159,67	97,76
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas (VIII)	160.000,00	24.722,72	1.428,00	24.722,00	100
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	21.000,00	5.010,00	0,00	1.153,90	23,03
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB- ENSINO BÁSICO (X)	4.000.000,00	4.968.286,35	879.769,84	4.939.773,54	99,43
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico (XI)	2.400.000,00	2.984.408,36	510.982,08	2.983.970,60	99,99
Outras Despesas no Ensino Básico	1.600.000,00	1.983.877,99	368.787,76	1.955.802,94	98,58
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	6.268.000,00	6.720.696,51	1.396.884,72	6.649.809,11	98,95
[se II > IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)					-
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					1.545.043,93

DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	1.545.043,93
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	1.545.043,93

CONTROLE DE RESTOS APAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRADE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	16.620,87	1.756,92
RP de despesas com Ensino Básico	0,00	45.920,96
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)		5.104.765,18

TABELADE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS		%
MÍNIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88		33,72
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT		71,60
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2012 0.00	Jan a Dez 2013 1.999,44

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	% (f/e)
POR SUBFUNÇÃO					(f)
ENSINO FUNDAMENTAL	5.330.000,00	5.786.419,99	1.229.140,06	5.720.868,95	98,87
ENSINO PROFISSIONAL	8.000,00	2.000,00	0,00	1.153,90	57,7
ENSINO SUPERIOR	10.000,00	10,00	0,00	0,00	0
EDUCAÇÃO INFANTIL	890.000,00	929.266,52	167.744,66	927.786,26	99,84
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0
EDUCAÇÃO ESPECIAL	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS	6.268.000,00	6.720.696,51	1.396.884,72	6.649.809,11	98,95
FONTE:					

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:E0F63860

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 11

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				. LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Jan a Dez 2013 (b)		SALDO A REALIZAR c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Jan a Dez 2013		SALDO A EXECUTAR (g) = (d-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.286.240,44	2.169.670,13	0,00	116.570,31
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	-	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	-	0,00
DESPESADE CAPITAL LÍQUIDA(II)	2.286.240,44	2.169.670,13	0,00	116.570,31
	VIII = (a - d)	IX = (b- (e + f))		X = (c - g)
RESULTADO PARAAPURAÇÃO DAREGRADE OURO (III) = (I - II)	-2.286.240,44	-2.169.670,13		-116.570,31
FONTE:				

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:276DD5D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 13

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EDESPESAS DE CAPITAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Jan a Dez 2013 (b)		SALDO A REALIZAR c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Jan a Dez 2013		SALDO A EXECUTAR (g) = (d-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
DESPESAS DE CAPITAL	2.286.240,44	2.169.670,13	0,00	116.570,31
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	-	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	-	0,00
DESPESADE CAPITAL LÍQUIDA(II)	2.286.240,44	2.169.670,13	0,00	116.570,31

	VIII = (a - d)	IX = (b - (e + f))	X = (c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DAREGRADE OURO (III) = (I - II)	-2.286.240,44	-2.169.670,13	-116.570,31
FONTE:			

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:30EA4816

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 14

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DEALIENAÇÃO DEATIVOS EAPLICAÇÃO DERECURSOS
ORÇAMENTOS DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14			
LRF, art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAREALIZADAS (b)	SALDO AREALIZAR (a - b)
RECEITADE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESALIQUIDADAS (d)	SALDO AREALIZAR (c-d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/ Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes Próprios de Previdência	1.350.000,00	369.176,21	980.823,79
TOTAL	1.350.000,00	369.176,21	980.823,79
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	DO EXERCÍCIO (f) = (b - d)	SALDO ATUAL (e + f)
	0,00	-369.176,21	-369.176,21
FONTE:			

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:E9585EA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 16

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITADEIMPOSTOS EDAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO2013/SEMESTRE JANEIRO ADEZEMBRO.

ADCT, art 77 - Anexo XVI			LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14	
RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Jan a Dez 2013 (b)	% ((bb/a)
RECEITADE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	12.921.500,00	12.921.500,00	15.137.814,49	117,15
Impostos	600.000,00	600.000,00	1.468.645,73	244,77
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	201.500,00	201.500,00	254.802,13	126,45
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	12.120.000,00	12.120.000,00	13.414.366,63	110,68
Da União	6.800.000,00	6.800.000,00	7.354.730,09	108,16
Do Estado	5.320.000,00	5.320.000,00	6.059.636,54	113,90
TRANSFERÊNCIADE RECURSOS DO SISTEMAÚNICO DE SAÚDE - SUS(II)	2.485.500,00	2.485.500,00	2.314.078,61	93,10
Da União para o Município	1.980.500,00	1.980.500,00	1.901.227,73	96,00
Do Estado para o Município	505.000,00	505.000,00	412.850,88	81,75
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE(III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	10.529.000,00	10.529.000,00	9.425.322,51	89,52
(-) DEDUÇÃO PARAO FUNDEF	2.288.000,00	2.288.000,00	2.408.865,70	105,28
TOTAL	23.648.000,00	23.648.000,00	24.468.349,91	103,47
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Jan a Dez 2013 (d)	% ((db/ca)
DESPESAS CORRENTES	5.086.500,00	5.972.243,86	5.858.861,28	98,10
Pessoal e Encargos Sociais	2.737.000,00	2.500.536,21	2.498.272,20	99,91
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.349.500,00	3.471.707,65	3.360.589,08	96,80
DESPESAS DE CAPITAL	31.000,00	364.449,39	364.404,23	99,99
Investimentos	31.000,00	364.449,39	364.404,23	99,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	5.117.500,00	6.336.693,25	6.223.265,51	98,21

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2013 (e)	% (e)/desp.saúde
DESPESAS COM SAÚDE	5.117.500,00	6.336.693,25	6.223.265,51	98,21
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	2.485.500,00	417.308,17	6,71
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	2.485.500,00	417.308,17	6,71
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADADE RECURSOS PRÓPRIOS[1]	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(V)	5.117.500,00	3.851.193,25	5.805.957,34	93,29

CONTROLE DE RESTOS APAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelado em 2013 (f)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	8.588,47	25.702,50
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NARECEITADE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <15,00>[2] [(V-VI)/I]		38,30

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Dez 2013 (g)	% (g/t(obt/al) g)
Atenção Básica	2.805.000,00	3.332.904,50	3.247.692,16	52,19
Assitência Hospitalar e Ambulatorial	2.098.000,00	2.786.101,74	2.765.388,83	44,44
Suporte Profilático e Terapêutico	5.000,00	12.109,00	12.107,84	0,19
Vigilância Sanitária	52.000,00	42.347,37	37.264,70	0,60
Vigilância Epidemiológica	157.500,00	163.230,64	160.811,98	2,58
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.117.500,00	6.336.693,25	6.223.265,51	100,00
FONTE:				

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:21365397

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RGF 3º QUADRIMESTRE PUBLICAÇÃO - ANEXO 01

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a DEZ/2013
LRF Cidadão 9.31 - 05/02/14

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	
DESPESACOMPESSOAL	DESPESALIQUIDADA
	Últimos 12 meses
DESPESABRUTACOMPESSOAL (I)	10.688.895,30
Pessoal Ativo	10.113.317,51
Pessoal Inativo e Pensionista	575.577,79

Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	579.645,79
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	4.068,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	575.577,79
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DADESPESA COM PESSOAL PARA FINS DEAPURAÇÃO DO LIMITE- TDP(IV) = (I-II+III)	10.109.249,51
RECEITACORRENTELÍQUIDA- RCL (V)	21.717.343,54
% do TOTAL DADESPESACOM PESSOAL PARAFINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	46,55
LIMITEMÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.727.365,51
LIMITEPRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	11.140.997,24
[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:CD3DA335

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RGF 3º QUADRIMESTRE PUBLICAÇÃO - ANEXO 02

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013

LRF Cidadão 9.31 - 05/02/14				
LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	1.075.638,53	1.119.671,16	1.043.469,88	973.110,00
Dívida Mobiliária	0,00	102.298,45	0,00	0,00
Dívida Contratual	62.105,12	0,00	135.221,73	106.039,89
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	882.053,12	955.267,59	908.248,15	867.070,11
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	882.053,12	955.267,59	908.248,15	867.070,11
Previdenciárias	882.053,12	955.267,59	908.248,15	867.070,11
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	131.480,29	62.105,12	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	10.926.126,27	13.412.806,00	13.061.890,88	13.014.713,87
Ativo Disponível	10.995.451,14	13.412.806,00	13.061.890,88	13.204.811,92
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	69.324,87	0,00	0,00	190.098,05
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA(DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	20.908.570,81	21.197.196,27	21.467.609,26	21.717.343,54
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,14	5,28	4,86	4,48
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:56FD4BA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RGF 3º QUADRIMESTRE PUBLICAÇÃO - ANEXO 04

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DECRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL 2013

LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/1	
LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:3DA981ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RGF 3º QUADRIMESTRE PUBLICAÇÃO - ANEXO 06

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013
LRF Cidadão 9.31 - 05/02/14

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI					
ÓRGÃO	RESTOS APAGAR				
	Processados		Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Processados	
	Inscritos			Inscritos Do Exercício	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Exercícios Anteriores	Do Exercício			
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	190.087,97	243.598,00	1.636.047,59	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	10,08	4.000,00	10.937.480,14	0,00	0,00
TOTAL	190.098,05	247.598,00	12.573.527,73	0,00	0,00

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:3D7F50EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RGF 3º QUADRIMESTRE PUBLICAÇÃO - ANEXO 05

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013
LRF Cidadão 9.31 - 05/02/14

LRF, art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo V			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADEFINANCEIRA	2.263.331,78	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	627.284,19
Caixa	0,00	Depósitos	193.588,14
Bancos	2.263.331,78	Restos a Pagar Processados	433.696,05
Conta Movimento	476.154,21	Do Exercício	243.598,00
Contas Vinculada	1.787.177,57	De Exercícios Anteriores	190.098,05
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	2.263.331,78	SUBTOTAL	627.284,19
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	1.636.047,59
TOTAL	2.263.331,78	TOTAL	2.263.331,78
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(III)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS AINSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			1.636.047,59
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADEFINANCEIRA	10.941.480,14	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	4.000,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	10.201,38	Restos a Pagar Processados	4.000,00

Conta Movimento	10.201,38	Do Exercício	4.000,00
Contas Vinculada	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	10.931.278,76	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	10.937.480,14
TOTAL	10.941.480,14	TOTAL	10.941.480,14
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIMEPREVIDENCIÁRIO(VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS AINSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			10.937.480,14
FONTE:			
Nota:			

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:F35AC122

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RGF 3º QUADRIMESTRE PUBLICAÇÃO - ANEXO 06 PG 02

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013

LRF Cidadão 9.31 - 05/02/14					
LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS APAGAR				
	Processados		Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Processados	
	Inscritos			Inscritos	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Exercícios Anteriores	Do Exercício		Do Exercício	
Amortização da Dívida	0,00	0,00		0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00		0,00	0,00
Investimentos	37.282,15	243.598,00		0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	257.581,61	0,00		0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	711.386,50	0,00		0,00	0,00
TOTAL	1.006.250,26	243.598,00	12.573.527,73	0,00	0,00

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:04D489CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RGF 3º QUADRIMESTRE ANEXO 01 - CAMARA 2013

PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a DEZ/2013
LRF Cidadão 9.31 - 05/02/14

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	
DESPESA COMPESSOAL	DESPESALIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	525.696,14
Pessoal Ativo	525.696,14
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	599,84
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	599,84
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DADESPESA COM PESSOAL PARA FINS DEAPURAÇÃO DO LIMITE- TDP(IV) = (I-II+III)	525.096,30
RECEITACORRENTELÍQUIDA- RCL (V)	21.717.343,54
% do TOTAL DADESPESACOM PESSOAL PARAFINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	2,42
LIMITEMÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.303.040,61
LIMITEPRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	1.237.888,58
[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:6A65CA46

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002_ DIVULGA LISTA DOS ISENTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

O Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Matupá – MT, nos termos dos itens 9.7, 9.9 e 9.10 do Edital de Abertura nº 001/2014, visando atender os princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

RESOLVE:

I – Divulgar a listagem dos candidatos com pedidos de isenção de pagamento de taxa de inscrição deferidos, conforme o item 2.9 do Edital Abertura Nº 001/2014.

II – Divulgar a listagem dos candidatos com pedidos de isenção de pagamento de taxa de inscrição indeferidos.

Matupá – MT, 06 de fevereiro de 2014.

JOSÉ LUIZ MARTINS FIDELIS

Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público nº 001/2014
INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Motivo
599	SALETE NORO	ASSISTENTE SOCIAL	DESEMPREGADO
700	MARIA DE NAZARE DA SILVA CRUZ	ASSISTENTE SOCIAL	MENOS DE 3 SALÁRIOS
152	JOSIANE MARQUES DE AMORIM SOUZA	ANALISTA ADMINISTRATIVO	DOADOR DE SANGUE
424	GRAZIELA DA ROCHA RIBEIRO	ANALISTA ADMINISTRATIVO	DESEMPREGADO
569	TATIANE TEIXEIRA FERREIRA	ANALISTA ADMINISTRATIVO	DESEMPREGADO
747	CLEUNICE MARTINS BALBINO	ANALISTA ADMINISTRATIVO	DOADOR DE SANGUE
695	EDERSON SCHAEDLER	PROFESSOR CIÊNCIAS(Z.RURAL)-SEC.E	DESEMPREGADO
813	MARIA DE LOURDES BARBOSA BALDAIA	PROFESSOR SÉRIES INICIAIS(Z.RURAL)	DESEMPREGADO
427	EDINEIA CARLA DA SILVA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL-SEC	DESEMPREGADO
516	ROSILENE DA SILVA OLIVEIRA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL-SEC	DESEMPREGADO
582	LISIANE VERGUES	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL-SEC	DESEMPREGADO
583	MARIA JOSE FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL-SEC	DESEMPREGADO
610	TIAGO PIRES SOUSA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL-SEC	DOADOR DE SANGUE
673	KAMILA ALEXANDRA DA SILVA APOLINARIO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL-SEC	DESEMPREGADO
767	GENY RIBEIRO DE SOUZA	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL-SEC	DESEMPREGADO
284	ANA TAVILA SANTOS LOPES	PROFESSOR EDUC.FÍSICA-SEC.EDUCAÇ	DESEMPREGADO
103	JOILTON ALVES DE SOUZA	AGENTE ADMINISTRATIVO	DESEMPREGADO
315	ANDREIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA	AGENTE ADMINISTRATIVO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
423	MARIA JOSÉ RODRIGUES DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
605	TATIANA SANTOS DA	AGENTE	MENOS DE 3

	SILVA	ADMINISTRATIVO	SALÁRIOS
815	THONDIONY SUNAQUI SILVA	AGENTE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
251	NÚBIA APARECIDA COSTA SOUSA	EDUCADOR DO CREAS	DESEMPREGADO
434	LIDIANE RODRIGUES DE SOUSA	EDUCADOR DO CREAS	MENOS DE 3 SALÁRIOS
690	GECIRA GONÇALVES TORRES DELPHIN	EDUCADOR DO CREAS	DESEMPREGADO
751	MARIA DO AMPARO DOS SANTOS SILVA	EDUCADOR DO CREAS	DOADOR DE SANGUE
108	FLAVIA KATIANE BIGUELINI	FISCAL DE TRIBUTOS	DESEMPREGADO
268	VERA LUCIA RODRIGUES	FISCAL DE TRIBUTOS	MENOS DE 3 SALÁRIOS
520	CRISTIANO SCHULER	FISCAL DE TRIBUTOS	DESEMPREGADO
619	KARINE PEREIRA SUNAQUI	FISCAL DE TRIBUTOS	DESEMPREGADO
683	IVANILDA GONÇALVES DA SILVA CARLETTO	FISCAL DE TRIBUTOS	DOADOR DE SANGUE
749	JUSSARA XAVIER SOUZA	FISCAL DE TRIBUTOS	DOADOR DE SANGUE
279	FRANCESCA FATIMA SOBRINHO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DOADOR DE SANGUE
600	KEILA CARDOSO LIMA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MENOS DE 3 SALÁRIOS
670	ELENICE FERREIRA DE JESUS	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DOADOR DE SANGUE
709	FABIANE EING LEWIEN	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DOADOR DE SANGUE
757	RINALDA SANTOS LOPES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DESEMPREGADO
759	FRANCISCO VIEIRA DA CRUZ	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DOADOR DE SANGUE
795	MILENI APARECIDA LOPES MUNHOZ	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	DOADOR DE SANGUE
802	MARINALVA RODRIGUES DA LUZ	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	MENOS DE 3 SALÁRIOS
875	MAZANGELA NUNES RODRIGUES	AGENTE DE ATIVIDADES ESPORTIVAS -S	DESEMPREGADO
568	SOLANGE CAROLINA DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR -SE	DOADOR DE SANGUE
707	CLEIDIANE DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR -SE	DESEMPREGADO
754	MARCIANE SILVA DE SOUSA	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR -SE	DESEMPREGADO
766	DALVINA FERREIRA DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR -SE	DESEMPREGADO
774	MELINA DE LURDES MELLER	AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR -SE	DESEMPREGADO
697	BETANIA RODRIGUES LIMA	CUIDADOR SOCIAL	DESEMPREGADO
408	CARLOS ALVES DOS SANTOS	MOTORISTA VEICULOS LEVES CNH "D"	DOADOR DE SANGUE
798	DANILO DE ARAGAO	MOTORISTA VEICULOS PESADOS CNH "	DESEMPREGADO
809	GENILSON MARQUES JARDIM	MOTORISTA VEICULOS PESADOS CNH "	DESEMPREGADO
229	JOSIVALDO ALVES DE SOUSA	OP.MAQUINAS PESAD.II(ESCAV.HIDR.EM	DESEMPREGADO
642	EMERSON PARRIÃO DA CRUZ	OP.MAQUINAS PESAD.II(ESCAV.HIDR.EM	DESEMPREGADO
691	JOSE QUEIROZ DELPHIN	OP.MAQUINAS PESAD.II(ESCAV.HIDR.EM	DOADOR DE SANGUE
274	CRISTIANE SILVA LIMA	RECEPCIONISTA	DOADOR DE SANGUE
416	MARIZETE RAUBER	RECEPCIONISTA	DESEMPREGADO
817	VERONICA PEREIRA DE CARVALHO	RECEPCIONISTA	DESEMPREGADO
12	MARLENE GASPAR DE MIRANDA	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	DOADOR DE SANGUE
155	ROSELI SUNAQUI DA SILVA	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
198	ANDREIA FELIX DOS SANTOS	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
316	MARCIA RIBEIRO DA SILVA	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
579	NELMA DOS SANTOS SILVA	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	DESEMPREGADO
580	EDILAMAR DA SILVA SANTOS	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
698	SHEILA PATRICIA DOS SANTOS SILVA	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	DESEMPREGADO
712	JANNILCE DE BRITO LIMA	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	DESEMPREGADO
765	ELIANE MARIA DOS SANTOS	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	DESEMPREGADO
777	JANETE APARECIDA TERUEL	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
789	HILDA RODRIGUES DA SILVA FRANÇA	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	DESEMPREGADO
800	CLEIDI DA SIVA	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	DESEMPREGADO
811	MARIA HELENA SILVA OLIVEIRA	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
812	SIMONI CRISTINA CASMIESCKI	AUXILIAR DE CRECHE - SEC.EDUCAÇÃO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
318	CLEIDE MARIA RODRIGUES BRANDÃO	NUTRIÇÃO ESCOLAR - SEC.EDUCAÇÃO	MENOS DE 3 SALÁRIOS
435	ACIRA JOSEFA DE MOURA LIMA	NUTRIÇÃO ESCOLAR - SEC.EDUCAÇÃO	DESEMPREGADO
801	JANE DIAS MAGALHAES	MANUTENÇÃO E LIMPEZA(Z.RURAL)-SEC	MENOS DE 3 SALÁRIOS
308	MARIA JANETE DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	MENOS DE 3 SALÁRIOS
406	ALINE APARECIDA BORGES CARVALHO	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	MENOS DE 3 SALÁRIOS
596	FERNANDO RODRIGUES BARRETO	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	DESEMPREGADO
814	TAISA GOVEIA PAIXÃO	MULTIMEIOS DIDÁTICOS - SEC.EDUCAÇ	DESEMPREGADO

INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CARGO
439	LEANDRO MOURA DE LIMA	PSICÓLOGO
806	MARIA ELISIA DE MEDEIROS	TECNICO EM ENFERMAGEM
603	LIDIA DA SILVA MACEDO	AUXILIAR DE CRECHE – SEC. DE EDUCAÇÃO
611	JEFFERSON QUERINO DE AMORIM	MOTORISTA VEICULOS PESADOS CNH
602	EVA FERREIRA DE FRANÇA	PROFESSOR PORTUGUES SEC. EDUCAÇÃO
797	RODRIGO FERMINO FLOR DE OLIVEIRA	FISCAL DE TRIBUTOS
18	VERGINIA APARECIDA DE CASTRO	PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - SEC
729	ELIANE DOS SANTOS GIEHEL	ANALISTA ADMINISTRATIVO
570	LUCIANE BARBOZA SANTANA	ANALISTA ADMINISTRATIVO
609	MARLETE SOARES DE MELLO NASCIMENTO	PROFESSOR SÉRIES INICIAIS – SEC. EDUCAÇÃO
785	ANA PAULA FERREIRA DE SOUSA	EDUCADOR DO CREAS
781	POLYANA FERREIRA DA SILVA	EDUCADOR DO CREAS
684	GENECI PEREIRA DA SILVA	NUTRIÇÃO ESCOLAR – SEC. EDUCAÇÃO
706	GABRIELA DOS SANTOS CIRQUEIRA FRANCO	AUXILIAR DE CRECHE – SEC. EDUCAÇÃO
46	ALDALGISA JANUÁRIA TORRES JARDIM	AGENTE ADMINISTRATIVO
271	LUCIMAR DE OLIVEIRA	CUIDADOR SOCIAL
307	LUANA DA SILVA SCHAVETOCK	INSTRUTOR PROFISSIONAL DE DANÇA
311	LEONICE MARIA DE SOUZA LIMA	AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
763	TATIANE MARIA DA CRUZ	RECEPCIONISTA

Publicado por:
Lelia Laura da Silva
Código Identificador:968F0D54

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 01/2014

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 28 de JANEIRO de 2014 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL - SRP PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedores os Licitantes: UTILISSIMA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.419.120/0002-10, com um valor total de R$ 335.507,97 - LUCIA PALMA TOMBINI TURCATTO, inscrita no CNPJ sob o nº 11.570.055/0001-53, com um valor total de R$ 70.967,10; SANGALETTI SANGALETTI CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.777.276/0008-40, com valor total de R$ 2.241.310,75 e EDE NOELY WINTER 92108245120 inscrita no CNPJ sob o nº 19.442.343/0001-34, com valor total de R$ 49.665,35. Maiores informações, junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 07 de Fevereiro de 2014.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Alexsandra Tosta Batista
Código Identificador:460EAEDB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA N. 091 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014
NOMEIA PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas no inciso IX do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 11, inciso II da Lei Complementar nº 008, bem como os Artigos 29 e 31 da Lei Complementar 010 de 16.12.99 e com alterações posteriores; resolve baixar a seguinte,
PORTARIA
Artigo 1º - Fica nomeado, o Sr. ***EMERSON RODRIGUES DA SILVA,*** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Curvelândia-MT, portador do CPF nº 814.280.491-34 e RG nº 1137077-7 SSP/MT, para exercer o cargo em comissão de ***PROCURADOR GERAL***– CC-I, do município de Mirassol D'Oeste, constante do Anexo I-B da Lei Complementar nº 010/99 e alterações posteriores, percebendo o valor do cargo ora nomeado.
Artigo 2º- Compete ao Procurador Geral dentre outras atribuições:
Representar e defender os interesses do município e dos munícipes, observando sempre o interesse público;
Coordenar a execução da dívida ativa de natureza tributária ou quaisquer outras dívidas que não forem liquidadas dentro do prazo legal, pelas vias administrativas e judiciais;
Atender aos processos judiciais e administrativos que versam sobre questões relativas aos servidores públicos, licitações, contratos administrativos e outros de natureza administrativa;
Acompanhar juridicamente os editais de licitação, e acompanhar os processos licitatórios e os contratos que os envolvem, bem como elaborar pareceres acerca de tais procedimentos;
Elaborar pareceres sobre a viabilidade de contratações diretas, com exceção daquelas previstas no art. 24, I e II da Lei Federal nº 8.666/93, aprovando as minutas dos contratos decorrentes de contratações diretas;
Formular as consultas a serem encaminhadas ao Tribunal de Contas;
Opinar e elaborar projetos de lei, justificativas de vetos, decretos, regulamentos e demais atos de natureza jurídica;
Prestar consultoria jurídica com emissão de pareceres, a pedido dos órgãos municipais interessados;
Acompanhar, supervisionar e coordenar as comissões de sindicância e de processo administrativo contra o servidor público do município, que tenha praticado infrações contra as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
Analisar, emitir pareceres ou minutar termos de acordo, contratos e convênios de cooperação técnica e financeira e outros, tendo como partes o Estado, outros entes públicos, entidades privadas e particulares;
Assessorar os órgãos da Administração nos assuntos relativos a desapropriação, doação, reversão, venda, locação e permuta de imóveis;
Terceirização, concessão, bem como, elaborar os termos de permissão e autorização de uso de bens municipais e/ou congêneres;
Proceder a edição de normas legais, regulamentares e outras medidas jurídicas recomendadas pelo interesse público, ou para a aplicação da Constituição Federal e leis vigentes;
Defender o Município perante o Tribunal de Contas, cumulativamente com o Procurador Geral;
Instruir os processos de infração de trânsito para a aplicação ou cancelamento de multas, em decorrência de convênio firmado com o DETRAN – MT;
Assistir as autoridades municipais impetradas em Mandado de Segurança;
Manifestar sobre a interpretação acerca de leis e atos administrativos;
Desempenhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico no âmbito da Administração Pública e os órgãos a ela vinculados.
Promover a arrecadação judicial e extrajudicial da dívida ativa do Município, de qualquer natureza tributária ou não;
Ajuizar todas as ações de cobrança executiva da dívida ativa do Município;
Representar o Município em juízo ou fora dele, em processos ou ações que versem sobre matéria financeira, relacionada com a arrecadação tributária e afins;
Prestar informações sobre os serviços que são afetos e sobre direito e legislação tributária e fiscal;
Emitir pronunciamento sobre assuntos pertinentes e vinculados à área fiscal e tributária;
Decidir sobre parcelamento do crédito tributário, não tributário, inclusive os decorrentes da ação judicial em curso ou a ser proposta, nos termos e limites fixados em lei;
Desempenhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico no âmbito da Fazenda Pública Municipal e os órgãos à ela vinculados.Redação dada pela emenda Modificativa 008/07.
Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE
Gabinete do Prefeito do Município de Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 05 de fevereiro de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito Municipal. EMLF/acqb

Publicado por:
Rodrigo Donizete Terradas
Código Identificador:537C67AD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 090 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
NOMEIA SECRETÁRIO DE FAZENDA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, resolve baixar à seguinte,
PORTARIA
Artigo 1º - Fica nomeado o Sr. ***CARLOS ROBERTO GREVE,*** brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 065.124.961-91 e RG nº 104776 SSP/MT, para o cargo de ***SECRETÁRIO DE FAZENDA – CCE*** do Município de Mirassol D'Oeste, percebendo as vantagens do referido cargo, conforme ANEXO I-B do Quadro Demonstrativo dos Cargos de Provimento Comissionado – CC's da LC 010/99 e suas alterações.
Artigo 2º- Compete ao Secretário Municipal de Fazenda dentre outras atribuições:
Formulação da política econômico-tributária do Município;
Estudo, regulamentação, fiscalização e controle da aplicação da legislação tributária;
Orientação dos contribuintes para a correta observância da legislação tributária;
Arrecadação e fiscalização de tributos;
Controle da Dívida Ativa do Município;
Formulação da política financeira e orçamentária do Governo Municipal;
Execução de atividades centrais referentes aos sistemas orçamentários, financeiros e patrimoniais;
Planejamento financeiro;
Processamento central de despesas públicas;
Planejar e controlar os serviços de tesouraria;
Administração da dívida pública;
Contabilidade geral do município;
Controle interno e prestação geral de contas;
Formulação e execução do controle do Poder Executivo;
Incremento do Castro Imobiliário;
Opinar, conclusivamente, sobre todas as questões em matérias no âmbito de sua secretaria e decidir, motivadamente aquelas de sua competência;

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE
Gabinete do Prefeito Municipal da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 05 de fevereiro de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito Municipal. EMLF/acqb

Publicado por:
Rodrigo Donizete Terradas
Código Identificador:5E3D1BC8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PORTARIA DE NOMEAÇÃO

PORTARIA Nº 089 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
NOMEIA SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, resolve baixar à seguinte,
PORTARIA
Artigo 1º - Fica nomeado o servidor efetivo ***MÁRCIO LUIZ PEREIRA,*** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 629.415.181.34 e RG nº 1006263-7 SSP/MT, ocupante de cargo de Auxiliar Administrativo para o cargo de ***SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – CCE*** do Município de Mirassol D'Oeste, percebendo as vantagens do referido cargo, conforme ANEXO I-B do Quadro Demonstrativo dos Cargos de Provimento Comissionado – CC's da LC 010/99 e suas alterações.
Artigo 2º- Compete ao Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral, dentre outras atribuições:
I) Definir políticas para a Administração Direta, relativas a suprimentos de materiais; normatizar os procedimentos de controle e gestão na área de suprimentos; administrar o Paço Municipal; desenvolver a política de vigilância dos próprios municipais; controlar o patrimônio mobiliário e imobiliário bem como a sua conservação; promover auditoria interna e a realização de processos licitatórios, bem como dos contratos deles decorrentes, em consonância com as normas legais em vigor; instruir os processos de compras com controle e custos das aquisições de materiais e contratação dos serviços dos órgãos da Administração Municipal; manter e atualizar o cadastro de fornecedores; atender às solicitações do Tribunal de Contas do Estado.
II) Formular as políticas de recursos humanos; promover e administrar políticas de benefícios; desenvolver e aprimorar a estrutura organizacional da Administração Direta; estabelecer e implementar políticas de desenvolvimento gerencial e capacitação profissional de servidores municipais; aperfeiçoar as relações de trabalho e coordenar as relações sindicais; exigir o cumprimento dos dispositivos constantes do Estatuto dos Servidores;
III) Organizar e coordenar a fiscalização ambiental em conjunto com outros órgãos de fiscalização da Administração Municipal, Estadual e Federal; promover estudos, normas e padrões de planejamento ambiental; coordenar as diretrizes ambientais e executar programas de educação ambiental;
IV) Executar planos e programas de fomento e atendimento ao turismo no município, promovendo em conjunto com os demais organismos correlatos do Estado e da União, planos, atividades, tarefas e obras destinadas a incentivar a melhoria e implementação dos pontos turísticos locais;
V) Gerenciar e executar a elaboração de projetos, orçamentos, especificações técnicas e cronogramas de obras; orientar e fiscalizar obras públicas executadas por terceiros; gerenciar contratos de obras por meio de controle dos cronogramas físico-financeiros; efetuar vistoria e emitir laudo técnico que envolve obras públicas;
VI) Coordenar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, dos Orçamentos Anuais e Cronograma Mensal de Desembolso; acompanhar a execução orçamentária;
VII) Elaborar e gerenciar o plano de metas de informatização do serviço público municipal, coordenar as ações do Poder Executivo com os prestadores de serviço na área de informática;
Controlar o expediente e o Protocolo Geral;
Elaborar atos normativos do Poder Executivo; analisar processos submetidos ao Gabinete do Prefeito; acompanhar o processo legislativo em todas as suas fases, em relação a projetos de iniciativa tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo; auxiliar a Procuradoria Geral do Município na elaboração de projetos de lei e respectivas mensagens, decretos, razões de vetos totais ou parciais, e exercer funções correlatas;
X) Acompanhar e auxiliar as demais secretarias no cumprimento das normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000, que trata da Responsabilidade Fiscal;
XI) Opinar, conclusivamente, sobre todas as questões em matérias no âmbito de sua secretaria e decidir, motivadamente aquelas de sua competência;
XII) Executar outras atividades correlatas e afins.
Artigo 3º - Considerando a necessidade do cumprimento das peculiaridades da Lei de Responsabilidade Fiscal e legislações correlatas, fica o ora nomeado, a partir do presente ato co-responsável no que se refere aos atos de gestão orçamentária da secretaria para o qual fora nomeado.
Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 5º- Revogam-se as disposições em contrário.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE
Gabinete do Prefeito do Município de Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 05 de fevereiro de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito Municipal. EMLF/acqb.

Publicado por:
Rodrigo Donizete Terradas
Código Identificador:3FADD802

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 088 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
EXONERA DA FUNÇÃO GRATIFICADA FG-I SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, resolve baixar à seguinte,
PORTARIA
Artigo 1º - Fica exonerado, a partir desta data, da função de ***DE COORDENADOR DE GESTÃO DO FMAS*** servidor ***MÁRCIO LUIZ PEREIRA***, nomeado pela portaria nº 003 de 03 de janeiro de 2011, deixando de perceber as vantagens da função.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE
Gabinete do Prefeito do Município de Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 05 de fevereiro de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito Municipal. EMLF/acqb

Publicado por:
Rodrigo Donizete Terradas
Código Identificador:2855F71F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 087 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
EXONERA DA FUNÇÃO GRATIFICADA FG-I SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, resolve baixar à seguinte,

PORTARIA

Artigo 1º - Fica exonerado, a partir desta data, da função de ***COORDENADOR DE TRÂNSITO FG-I*** o servidor ***CARLOS ROBERTO GREVE***, nomeado pela portaria nº 317 de 10 de setembro de 2009, deixando de perceber as vantagens da função.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 05 de fevereiro de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito Municipal. EMLF/acqb

Publicado por:
Rodrigo Donizete Terradas
Código Identificador:2DEA5A02

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
PORTARIA DE EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 086 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.
EXONERA DO CARGO COMISSIONADO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, resolve baixar à seguinte,

PORTARIA

Artigo 1º - Fica exonerado a partir desta data, o Sr. ***VALDINEI RODRIGUES SALGUEIRO***, dos cargos de ***SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL E SECRETÁRIO DE FAZENDA,*** desta municipalidade, nomeado respectivamente pelas portarias nº 001 de 02 de janeiro de 2013 e portaria nº 106 de 05 de março de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 05 de fevereiro de 2014.

ELIAS MENDES LEAL FILHO
Prefeito Municipal. EMLF/acqb

Publicado por:
Rodrigo Donizete Terradas
Código Identificador:33706378

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 1

SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D' OESTE
ANEXO 1 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
EXERCICÍO DE 2013
Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Adendo II à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985					R$ 1,00
RECEITA	R$	R$	DESPESA	R$	R$
RECEITAS CORRENTES		1.910.053,43	DESPESAS CORRENTES		1.817.611,64
RECEITA PATRIMONIAL	581,04		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	722.144,25	
RECEITA DE SERVICOS	1.642.084,17		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.095.467,39	
RECEITA DE SERVICOS	53.353,40				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	214.034,82				
			Superávit		92.441,79
Total		1.910.053,43	Total		1.910.053,43
Superávit do Orçamento Corrente		92.441,79			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		147.340,30
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL			INVESTIMENTOS	147.340,30	
Déficit		54.898,51			
Total		1.964.951,94	Total		1.964.951,94
RESUMO - COM TRANSFERÊNCIAS					
Receitas Correntes	1.910.053,43		Despesas Correntes	1.817.611,64	
Receitas de Capital			Despesas de Capital	147.340,30	
Déficit	54.898,51				
TOTAL	1.964.951,94		TOTAL	1.964.951,94	

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:B14E4382

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 6

SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D' OESTE
CNPJ: 07.745.657/0001-27
ANEXO 6 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2013

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985)					em R$
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO POR ÓRGÃO					
ÓRGÃO : 01 SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE					
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		426.023,21		426.023,21
04 122	ADMINISTRACAO GERAL		426.023,21		426.023,21
04 122 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		426.023,21		426.023,21
04 122 0002 1150	REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO				
04 122 0002 2074	MANUT. E ENC. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		426.023,21		426.023,21
11	TRABALHO		18.567,00		18.567,00
11 331	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR		18.567,00		18.567,00
11 331 0024	CONT. P/ PROG. FORMACAO DE PAT. SERVIDOR PUBLICO		18.567,00		18.567,00
11 331 0024 2073	CONT. PROGRAMA P/FORMACAO PATRIMONIO DO SERV. PU		18.567,00		18.567,00
17	SANEAMENTO	143.243,22	1.377.118,51		1.520.361,73
17 512	SANEAMENTO BASICO URBANO	143.243,22	1.377.118,51		1.520.361,73
17 512 0015	SANEAMENTO BASICO	143.243,22	1.377.118,51		1.520.361,73
17 512 0015 1035	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO	117.000,00			117.000,00
17 512 0015 1036	AMPLIACAO DA REDE DE DISTRIBUICAO DE AGUA	8.000,00			8.000,00
17 512 0015 1049	AQUISICAO DE BOMBAS, EQUIP. E MOTORES	18.243,22			18.243,22
17 512 0015 1050	AQUICAO DE HIDROMETROS				
17 512 0015 2075	MANUT. E ENC. DOS SERVICOS OPERACIONAIS		1.377.118,51		1.377.118,51
TOTAL		143.243,22	1.821.708,72		1.964.951,94
TOTAL					1.964.951,94
TOTAL INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSO)					
TOTAL GERAL					1.964.951,94

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:C6274B17

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 7

ANEXO 7 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2013

(Adendo VI, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985)					em R$
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO E ATIVIDADE					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		426.023,21		426.023,21
04 122	ADMINISTRACAO GERAL		426.023,21		426.023,21
04 122 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO		426.023,21		426.023,21

04 122 0002 1150	REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO				
04 122 0002 2074	MANUT. E ENC. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS		426.023,21		426.023,21
11	TRABALHO		18.567,00		18.567,00
11 331	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR		18.567,00		18.567,00
11 331 0024	CONT. P/ PROG. FORMACAO DE PAT. SERVIDOR PUBLICO		18.567,00		18.567,00
11 331 0024 2073	CONT. PROGRAMA P/FORMACAO PATRIMONIO DO SERV. PU		18.567,00		18.567,00
17	SANEAMENTO	143.243,22	1.377.118,51		1.520.361,73
17 512	SANEAMENTO BASICO URBANO	143.243,22	1.377.118,51		1.520.361,73
17 512 0015	SANEAMENTO BASICO	143.243,22	1.377.118,51		1.520.361,73
17 512 0015 1035	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITARIO	117.000,00			117.000,00
17 512 0015 1036	AMPLIACAO DA REDE DE DISTRIBUICAO DE AGUA	8.000,00			8.000,00
17 512 0015 1049	AQUISICAO DE BOMBAS, EQUIP. E MOTORES	18.243,22			18.243,22
17 512 0015 1050	AQUICAO DE HIDROMETROS				
17 512 0015 2075	MANUT. E ENC. DOS SERVICOS OPERACIONAIS		1.377.118,51		1.377.118,51
TOTAL					1.964.951,94
TOTAL INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSO)		143.243,22	1.821.708,72	0,00	0,00
TOTAL GERAL					1.964.951,94

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:809A10A8

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 8

SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D' OESTE
CNPJ: 07.745.657/0001-27
ANEXO 8 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2013

(Adendo VI, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985)				em R$
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBFUNÇÕES CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
04	ADMINISTRACAO	426.023,21		426.023,21
04 122	ADMINISTRACAO GERAL	426.023,21		426.023,21
04 122 0002	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO	426.023,21		426.023,21
11	TRABALHO	18.567,00		18.567,00
11 331	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	18.567,00		18.567,00
11 331 0024	CONT. P/ PROG. FORMACAO DE PAT. SERVIDOR PUBLICO	18.567,00		18.567,00
17	SANEAMENTO	1.520.361,73		1.520.361,73
17 512	SANEAMENTO BASICO URBANO	1.520.361,73		1.520.361,73
17 512 0015	SANEAMENTO BASICO	1.520.361,73		1.520.361,73
TOTAL		1.964.951,94	0,00	1.964.951,94
TOTAL INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSO)				0,00
TOTAL GERAL				1.964.951,94

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:0D08F591

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO

Extrato dos Contratos do mês de Janeiro de 2014

CONTRATO Nº 001/2014- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e **JONAS FELIPE DE FRANÇA DE ANDRADE**, inscrita no CPF sob o nº 033.477.871-96. **Objeto**: a prestação de serviços de entrega de correspondências e Malotes na Instalação dos Correios no distrito de Coqueiral, no município de Nobres - MT. **Valor:** R$ 8.000,00 (oito mil reais). **Data**: 02 de Janeiro de 2014. **Prazo**: 08 (oito) meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e **JONAS FELIPE DE FRANÇA DE ANDRADE** - Contratado.

CONTRATO Nº 002/2014- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e **Sr ALTAMIRO JOSÉ DE SOUZA**, inscrita no CPF sob o nº 298.758.971-91. **Objeto**: Prestação de Serviços de Transporte de Malotes dos Correios, procedentes da Agência Central deste município, com destino aos Distritos de Coqueiral e Bom Jardim. **Valor:** R$ 8.000,00 (Oito mil reais). **Data**: 02 de Janeiro de 2014. **Prazo**: 08 (oito) meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e **Sr ALTAMIRO JOSÉ DE SOUZA**, - Contratado.

CONTRATO Nº 003/2014- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e Sra **JUCIMARA DE NORONHA**. **Objeto**: a prestação de serviços de entrega de correspondências e Malotes na Instalação dos Correios no distrito de Bom Jardim, no município de Nobres - MT. **Valor:** R$ 8.000,00 (oito mil reais). **Data**: 16 de dezembro de 2013. **Prazo**: 08 (oito) meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Sra **JUCIMARA DE NORONHA** - Contratado.

CONTRATO Nº 004/2014- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e **ANTONIO CARLOS PINTO DA SILVA**, devidamente inscrita no CPF sob o n.º 298.635.701-68. **Objeto**: **Contratação de pessoa especializada no sistema APLIC, para lançamento e envio de informações do Município de Nobres - MT**. **Valor:** R$ 7.000,00 (sete mil reais). **Data**: 02 de Janeiro de 2014. **Prazo**: 02 (dois) meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e **ANTONIO CARLOS PINTO DA SILVA**- Contratado.

CONTRATO Nº 005/2014- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e **NILSON DIAS PEDROZO**, portador do CPF n.º 929.183.101-82. **Objeto**: **Prestação de Serviço de Cerimonialista,** com a finalidade de coordenar a organização e a execução dos eventos institucionais da Prefeitura Municipal de Nobres. **Valor:** R$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais. **Data**: 27 de Janeiro de 2014. **Prazo**: 03(três) meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e **NILSON DIAS PEDROZO** - Contratado.

CONTRATO Nº 006/2014- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e Sra. **KELY CRISTINA SILVA DE SOUZA**, devidamente inscrita no CPF sob o n° 698.804.921-53. **Objeto**: execução de serviços especialistas de Geóloga na regulamentação junto ao D.N.P.M de Registro de Extração de Cascalho e na Licença de Operação da SEMA (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. **Valor: R$ 4.500,00 (Quatro mil e quinhentos reais)**. **Data**: 27 de janeiro de 2014. **Prazo**: 60 dias. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e Sra. **KELY CRISTINA SILVA DE SOUZA** - Contratado.

CONTRATO Nº 007/2014- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **ANAIDE COSTA PEDROZO**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 15.039.213/0001-02. **Objeto**: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO EM EVENTOS NOS DISTRITOS DE COQUEIRAL E BOM JARDIM**. **Valor:** R$ 7.000,00 (sete mil reais) **Data**: 27 de Janeiro de 2014. **Prazo**: 07(sete) meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a empresa **ANAIDE COSTA PEDROZO** - Contratado.

CONTRATO Nº 008/2014- Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **ANTONIO SOUZA PEDROSO 90046692134**, inscrito no CNPJ nº 19.608.539/0001-56. **Objeto**: prestação de serviços de limpeza da Ponte Cuiabazinho. **Valor:** R$ 8.000,00 (oito mil reais). **Data**: 04 de Fevereiro de 2014. **Prazo**: 08 meses. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a empresa **ANTONIO SOUZA PEDROSO 90046692134** - Contratado.

CONTRATO Nº 009/2014 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **SANDRA APARECIDA HUGNEY NONATO 59320710104**, devidamente inscrita no CNPJ nº 15.798.343/0001-10. **Objeto**: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE PONTE DE MADEIRA SOBRE O RIO QUEBÓ, ACESSO AO CÓRREGO FUNDO, MUNICIPIO DE NOBRES**. **Valor: R$ 10.000,00 (Dez mil reais). Data**: 05 de

fevereiro de 2014. **Prazo**: 30 dias. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres e a empresa **SANDRA APARECIDA HUGNEY NONATO 59320710104** - Contratado.

Extrato dos Aditivos do mês de Janeiro de 2014

1º Aditivo a Ata RP nº 37/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **NOEMERSON REAL DE BRITO**, inscrita no CNPJ: 17.843.821/0001-92. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– NOEMERSON REAL DE BRITO** – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 38/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **BR PAVING CONSTRUÇÔES E SERVIÇOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 15.264.721/0001-86. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– BR PAVING CONSTRUÇÔES E SERVIÇOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob nº 15.264.721/0001-86 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 41/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **ADM CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ: 06.182.082/0001-19. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– ADM CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ: 06.182.082/0001-19 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 45/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa ODAIR DA ROSA-ME, inscrita no CNPJ: 13.475.342/0001-00. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** ODAIR DA ROSA-ME, inscrita no CNPJ: 13.475.342/0001-00 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 48/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa MODESTO & ROCHA MODESTO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.734.596/0001-16. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** MODESTO & ROCHA MODESTO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.734.596/0001-16 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 50/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa MARIA DE FÁTIMA SILVA NASCIMENTO , inscrita no CNPJ sob o n.º 11.928.287/0001-30. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** MARIA DE FÁTIMA SILVA NASCIMENTO , inscrita no CNPJ sob o n.º 11.928.287/0001-30 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 51/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa EUNICE BORGES FERREIRA PRATES TOMAZ , inscrita no CNPJ sob o n.º 17.204.471/0001-14. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** EUNICE BORGES FERREIRA PRATES TOMAZ , inscrita no CNPJ sob o n.º 17.204.471/0001-14 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 52/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa LUCINDA FERREIRA FRANÇA, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.089.360/0001-04. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** LUCINDA FERREIRA FRANÇA, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.089.360/0001-04– contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 54/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **ADEILDO DOMINGOS – ME**, inscrita no CNPJ: 17.786.009/0001-72. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– ADEILDO DOMINGOS – ME**, inscrita no CNPJ: 17.786.009/0001-72 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 55/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **ANDERSON MENDES 96459786100**, inscrita no CNPJ: 17.882.062/0001-77. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– ANDERSON MENDES 96459786100**, inscrita no CNPJ: 17.882.062/0001-77 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 56/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO JP LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º01.895.101/0001-30. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO JP LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º01.895.101/0001-30 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 59/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **WANDERLEY JEFFERSON DE OLIVEIRA,** inscrita no CNPJ: 17.684.650/0001-04. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– WANDERLEY JEFFERSON DE OLIVEIRA,** inscrita no CNPJ: 17.684.650/0001-04 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 61/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa JANETE DE BELÉM ALMEIDA – ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.244.805/0001-92. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** JANETE DE BELÉM ALMEIDA – ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.244.805/0001-92– contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 69/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa empresa **AKDD ELETRONICOS E PAPELARIA COM. E REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º13.472.885/0001-73. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** empresa **AKDD ELETRONICOS E PAPELARIA COM. E REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º13.472.885/0001-73 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 70/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **GAZIN IND. E COM. DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 77.941.490/0015-50. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– GAZIN IND. E COM. DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 77.941.490/0015-50 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 71/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa empresa **ARAÚJO & ALBERT ARAÚJO**, inscrita no CNPJ sob o n.º.04.334.289/0001-36. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** empresa **ARAÚJO & ALBERT ARAÚJO**, inscrita no CNPJ sob o n.º.04.334.289/0001-36 – contratado.

1º Aditivo a Ata RP nº 72/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **DIRCEU GOMES EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.367.897/0001-84. **Objeto** Atualização da

Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– DIRCEU GOMES EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.367.897/0001-84 – contratado.

1º Aditivo a Contrato nº 18/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a **Sra. ZELIA FERREIRA DA SILVA**, inscrita no CPF sob o n.º 383.402.591-72. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014 e a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 018/2013. **Data** 10 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– Sra. ZELIA FERREIRA DA SILVA** – contratado.

1º Aditivo a Contrato nº 35/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.286.917/0001-05. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014 e a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 018/2013. **Data** 1 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL LTDA ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 17.286.917/0001-05– contratado

1º Aditivo a Contrato nº 60/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **GERSON DA SILVA CAMPOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.919.974/0001-88. **Objeto** prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 060/2013 por mais 08(oito) meses e Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014 . **Data** 21 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– GERSON DA SILVA CAMPOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.919.974/0001-88 – contratado.

1º Aditivo a Contrato nº 87/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **RIRON ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕE LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.476.602/0001-69. **Objeto** Prorrogação do prazo de vigência do contrato n° 87/2013, por mais 06(seis) meses e Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 22 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– RIRON ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕE LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.476.602/0001-69– contratado.

1º Aditivo a Contrato RP nº 91/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa BALENA ENGENHARIA LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.540.424/0001-90. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** BALENA ENGENHARIA LTDA - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.540.424/0001-90– contratado.

1º Aditivo a Contrato nº 104/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **ROBERTO DORNELLES COSTA**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 444.857.940-91. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– ROBERTO DORNELLES COSTA**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 444.857.940-91 – contratado.

1º Aditivo a Contrato nº 112/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e Sr **ELENIL NOBRES DA SILVA**, inscrito no CPF n.º 631.244.591-72. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014 e atualização do valor mensal, devido ao reajuste do salário mínimo. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** Sr **ELENIL NOBRES DA SILVA** – contratado

1º Aditivo a Contrato nº 114/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa I.B.F. DE ALMEIDA, devidamente inscrita no CNPJ n° 10.653.536/0001-60. **Objeto** a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 114/2013, por mais 06(seis) meses e Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 06 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** I.B.F. DE ALMEIDA, devidamente inscrita no CNPJ n° 10.653.536/0001-60 – contratado

1º Aditivo a Contrato 117/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa Sra **ANÉZIA FERREIRA DE PINHO**, inscrita no CPF sob o n.º 486.869.211-91. **Objeto** a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 117/2013 por mais 03(três) e Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 16 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** Sra **ANÉZIA FERREIRA DE PINHO**, inscrita no CPF sob o n.º 486.869.211-91 – contratado

1º Aditivo a Contrato 128/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e Sra. **DEUZINHA DIAS FERREIRA**, brasileira, casada, devidamente inscrita no CPF sob o n.º 429.171.071-20. **Objeto** prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 128/2013 por mais 02(dois) meses e Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 12 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** Sra. **DEUZINHA DIAS FERREIRA**, brasileira, casada, devidamente inscrita no CPF sob o n.º 429.171.071-20 – contratado

1º Aditivo a Ata RP nº 100/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **CLEYBER LENNOR DA SILVA**, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 18.363.099/0001-51. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– CLEYBER LENNOR DA SILVA**, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 18.363.099/0001-51 – contratado

2º Aditivo a Ata RP nº 40/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES BUSSOLARO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.961.837/0001-44. **Objeto** o Reequilíbrio Econômico Financeiro, readequando em 1.39% o valor do diesel, referente ao valor do 1° Aditivo e a Atualização da Dotação Orçamentária. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES BUSSOLARO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.961.837/0001-44 – contratado

2º Aditivo a Ata RP nº 46/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES BUSSOLARO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.961.837/0001-44. **Objeto** o Reequilíbrio Econômico Financeiro, readequando em 1.39% o valor do diesel, referente ao valor do 1° Aditivo e a Atualização da Dotação Orçamentária. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES BUSSOLARO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.961.837/0001-44 – contratado

2º Aditivo ao Contrato 13/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e **Sr MÁRIO CESAR ANTONIACOMI**, inscrito no CPF n.º 478.310.909-59. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– Sr MÁRIO CESAR ANTONIACOMI**,– contratado

2º Aditivo ao Contrato 68/2013 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e **Sr. VINICIUS ANTONIACOMI,** inscrito no CPF sob o n.º 951.507.491-68. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– Sr. VINICIUS ANTONIACOMI,** inscrito no CPF sob o n.º 951.507.491-68 – contratado

3º Aditivo ao Contrato 86/2010 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 40.432.544/0001-47. **Objeto** Prorrogagação da vigência do Contrato

86/2010, por mais 12(doze) meses e Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 40.432.544/0001-47– contratado

4º Aditivo ao Contrato 59/2012 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e Sra **JOANITA MENDES DE SOUZA,** brasileira, casada, nutricionista, inscrita no CPF n.º 003.467.011-47. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–** Sra **JOANITA MENDES DE SOUZA,** brasileira, casada, nutricionista, inscrita no CPF n.º 003.467.011-47 – contratado

4º Aditivo ao Contrato 007/2011 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e **ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regulamente inscrita no CNPJ sob o n. º 26.804.377/0004-30. **Objeto** Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 02 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **– ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regulamente inscrita no CNPJ sob o n. º 26.804.377/0004-30– contratado

7º Aditivo ao Contrato 69/2009 - Celebrado entre a Prefeitura Municipal de Nobres e a empresa **REGINA SANTANA DE OLIVEIRA - MT**, devidamente inscrita no CNPJ nº 08.534.507/0001-37. **Objeto** Prorrogação do da vigência do contrato 69/2009 por mais 12(doze) meses e Atualização da Dotação Orçamentária para o exercício de 2014. **Data** 29 de janeiro de 2014. **Assinam** – Sebastião Gilmar Luiz da Silva – Prefeito Municipal de Nobres **–REGINA SANTANA DE OLIVEIRA - MT**, devidamente inscrita no CNPJ nº 08.534.507/0001-37 – contratado

Publicado por:
Quézia da Rosa
Código Identificador:DF79CFF3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO DE RATEIO Nº 001/ 2014

CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NORTELANDIA - MT E O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI (CIDES ARP), PARA O FIM QUE SE ESPECIFICA:

Pelo presente Contrato de Rateio **O MUNICIPIO DE NORTELANDIA MT.** pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.425.170/0001-06 com sede administrativa situada na Avenida Prefeito João Macaúba,82. no Município e Comarca de Norlelandia MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Exmo. Sr**. NEURILAN FRAGA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Centro de Norlelândia na cidade de Nortelândia MT, portador da Cédula de Identidade nº.042.840 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº063.907.651-34 de ora em diante denominado simplesmente de **MUNICIPIO,** e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI (CIDES ARP)**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa situada na praça da Bíblia S/N, Vila Nova, Arenápolis - MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.898.631.0001-19, neste ato representado pelo seu Presidente Senhor WENER KLESLEY DOS SANTOS brasileiro, solteiro, atualmente exercendo o cargo de Prefeito Municipal do Município de Nova Marilandia - MT, residente e domiciliado na Rua Das Azaléias s/nº, na cidade de Nova Marilandia MT, portador da Cédula de Identidade RG-096.7036-0-SSP-MT. e inscrito no CPF sob nº 953.137,881-91 neste ato chamado simplesmente de **CONSÓRCIO,** com fulcro no artigo 8º da Lei 11.107/2005.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o repasse do **MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO**, conforme expressa autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 898/2005 e Lei-Municipal nº-907/2006 a título de repasse financeiro que possibilite sua aplicação nas ações administrativas e operacionais do **CONSÓRCIO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Para o presente instrumento, institui o valor de R$ - 20.735,09-(Vinte mil e setecentos e trinta e cinco reais e nove centavos) equivalente a 0,4% sobre a receita do FPM com base no valor arrecadado do exercício de 2013, referente ao ano de 2014 a serem pago em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$ -1.727,92-(Hum mil e setecentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos) liquidáveis no 10º dia útil de cada mês subsequente, tendo como base a data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS SALDOS

O saldo em conta corrente em favor do **CONSÓRCIO** decorrente deste presente Termo será destinado exclusivamente para atender objeto deste termo.

Caso não seja utilizado os recursos liberados no mês em sua totalidade, o Conselho Diretor do Consórcio poderá utilizá-lo no mês seguinte desde que seja para o mesmo fim, objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

I – Ao **MUNICÍPIO** compete:

a) Repassar o equivalente a 0,4% sobre a receita do FPM fundo de Participação dos Municípios, com base no valor arrecadado do exercício de 2013 equivalente a R$ - 20.735,09-(Vinte mil e setecentos e trinta e cinco reais e nove centavos) em 12 parcelas de R$--1.727,92-(Hum mil e setecentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos) para o ano de 2014.

b) Repassar até o 10º dia útil de cada mês, o valor correspondente a 01 parcela, através de crédito em conta corrente do Consórcio nº 11.606-8 Agencia 1318-8 do banco do Brasil, e débito em conta do MUNICÍPIO Agência 4103-3, Conta corrente n°4211-0 do **BANCO DO BRASIL S/A** regulado por autorização de debito em conta corrente assinado pelo Chefe do Poder Executivo e Tesoureiro do Município, nos termos do Anexo I deste instrumento.

c) Acompanhar a realização deste Contrato de Rateio, através da Secretaria Municipal de Finanças, por intermédio do Conselho Fiscal, a realização das despesas e utilização dos referidos recursos pelo **CONSÓRCIO**;

d) Analisar e aprovar os balancetes mensais enviados ao Conselho Fiscal do CONSÓRCIO.
e) Não alterar a autorização de débito, cancelar ou interromper unilateralmente sem aquiescência expressa do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, e não atrasar ou deixar de repassar os recursos estipulados na Cláusula Segunda deste Contrato, sem notificar oficialmente o Consórcio previamente.
II – Ao **CONSÓRCIO** compete:
a) Criar política integrada para melhoria da qualidade de vida de seus munícipes e do desenvolvimento econômico, social, ambiental e turístico, no âmbito regional que se representa.
b) Aplicar os recursos financeiros dentro dos objetivos propostos, e em estrita obediência a este termo.
C) Prestar Contas dos recursos arrecadados, através de balancetes mensais ao Conselho Fiscal, representado pelos membros do conselho Deliberativo do Consórcio, deixando a disposição aos demais membros, para sua aprovação.
d) Manter Regularidade de prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O presente contrato de Rateio terá sua vigência, a partir de sua assinatura e finalizado no dia 31 de dezembro de 2014, podendo o mesmo ser alterado ou aditado.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes deste ato correrá á conta do orçamento vigente programado para o corrente exercício, em Dotação Orçamentária própria sob nº 525, devendo ser consignado para o próximo exercício financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EMISSÃO DOS DOCUMENTOS E DESPESAS
Os documentos de despesas tais como, nota fiscal, fatura, ordens bancárias ou recibos deverão ser emitidos em favor do **CONSÓRCIO**.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
I – O Consórcio ficará sujeito a apresentar ao Conselho Fiscal e ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a prestação de contas mensal dos recursos recebidos, em conjunto com os repasses dos demais municípios consorciados.
II – A referida Prestação de Contas será realizada através de Balancetes Mensais em conformidade com as normas de direito financeiro instituídas pela Lei Federal 4320/64, além de: realizados no período;
a) Relação de empenhos liquidados no período;
b) Relação de empenhos pagos e pagar no período;
c) Conciliação bancárias e extratos bancários;
III – Que os documentos fiscais referente a execução orçamentária referente aos recursos do presente termo serão arquivadas em boa ordem por um período de 05 anos, à disposição para análise dos municípios consorciados e demais interessados.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO
Como condição de eficácia o extrato resumido deste contrato será publicado em imprensa oficial por responsabilidade do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FÓRUM
Fica eleita o foro da Comarca de Arenápolis - MT, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.
E assim, por estarem de acordo e contratados assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

Nortelândia/MT, 22 de Janeiro de 2014.

_____

NEURILAN FRAGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA - MT

_____

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Presidente
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento
Econômico, Social, Ambiental e Turístico
Do Alto do Rio Paraguai

TESTEMUNHAS:

_____

Nome:
CPF:

_____

Nome:
CPF:

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO EM CONTA CORRENTE

I. Através do presente instrumento, o **SR. . NEURILAN FRAGA**- Prefeito Municipal de **NORTELANDIA - MT** Estado de Mato Grosso, nos termos da Lei Municipal n.º 898/2005 e Lei-Municipal nº-907/2006 AUTORIZA o Banco do Brasil, a efetuar débitos no valor fixo, igual e sucessivos de R$ -1.727,92-(Hum mil e setecentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos) mensalmente, no 10° dia de cada mês, a favor do **CIDES-ARP** - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.898.631/0001-19, com sede na praça da bíblia, s/n centro em Arenápolis-MT, neste ato representado por seu Presidente Sr.**WENER KLESLEY DOS SANTOS**. Brasileiro, solteiro, portador da Cédula de identidade nº 0967036-0 SSP/MT, inscrito no CPF/MF de nº 953.137.881-91, domiciliado em NOVA MARILANDIA- MT, proveniente de compromisso assumido em decorrência do Termo Contrato de Rateio n° 001/2014 firmado entre o Município de **NORTELANDIA-MT**/**CONSÓRCIO**, que serão posteriormente repassados a Conta Corrente do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI**, conforme cláusula Quarta do presente contrato e o presente Anexo I, que será devidamente assinado entre as partes em 22/01/2014.

II. Os valores a serem debitados são fixos e autorizados pelo Município **de NORTELANDIA-MT** integrante do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENOVLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI**, providos mensalmente no 10° dia de cada mês da Agência 4103-3, Conta corrente n°4211-0 do BANCO DO BRASIL 001, e creditados na Conta Corrente n.º 11.606-8, Agência 1318-8 – **CIDES DO ALTO DO RIO PARAGUAI.**
III. Por se tratar de acordo bilateral, não poderá esta autorização ser alterada, cancelada ou interrompida unilateralmente sem aquiescência expressa do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI**.

Nortelândia/MT, em 22 de Janeiro de 2014.

NEURILAN FRAGA
Prefeito de Nortelandia – Mt

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES
Secretário de Finanças, Fiscalização e Contabilidade
Município de Nortelandia – Mt

WENER KLESLEY DOS SANTOS
Presidente
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento
Econômico, Social, Ambiental e Turístico
Do Alto do Rio Paraguai

Publicado por:
Ellen Cristina Desiderio de Oliveira Almeida
Código Identificador:6DBBA976

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 243/2014

O Sr. **NEURILAN FRAGA**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1° Nomear o Senhor **DIÓGENES SOUZA AMARAL** portador do RG nº 2314524 SSP/RJ e CPF nº 289.467.317-53, para a função de "**Coordenador do PSF II (Dr. Adilson Lins Ferreira)**" da Secretaria de Saúde, da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publica-se, Registra-se, Cumpra-se:

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 7° dia do mês de Fevereiro de 2014, 61º da Emancipação Político-Administrativa. 07.02.2014

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

EDIVALDO DE SÁ TEIXEIRA
Secretário de Administração, Planej. e Gestão

NORMA FIRMIANO RODRIGUES BARRADAS
Secretária de Saúde.

Publicado por:
Ellen Cristina Desiderio de Oliveira Almeida
Código Identificador:4746EFC5

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 007/2014
O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a Licitação abaixo especificada:
PROCESSO Nº.: 013/2014
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2014
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOVEIS DE ESCRITÓRIO QUE SERÃO UTILIZADOS NAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 20 (Vinte) de fevereiro de 2014, às 9:00 horas.
LOCAL: Sala de Licitações, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT.
INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de licitações - das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira,na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº. 62, Centro, Nova Bandeirantes/MT, Tel.: 66-3572-1951/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: **licitacaonovabanderantes2013@hotmail.com.br**
.Nova Bandeirantes/MT, 07 fevereiro de 2014

ANDRESSA CRISTINE FERREIRA MOREIRA
Pregoeira Oficial
Decreto 103/2013

Publicado por:
Andressa Cristine Ferreira Moreira
Código Identificador:4282CD37

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte – MT, cumprindo os dispositivos legais estabelecidos pelo art. 37 da Constituição Federal, art.209 da Constituição Estadual e art.89 e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal, **COMUNICA** que a partir do dia 15/02/2014, as **CONTAS/BALANÇO GERAL** da Câmara Municipal referente ao exercício financeiro de 2013, estão a disposição para exame e apreciação dos interessados, na sede da Câmara Municipal, nos termos da Legislação pertinente vigente.

Nova Canaã do Norte, 07 de Fevereiro de 2014.

LAIR GEROTTO DE MEDEIROS MESSIAS
Presidente

Publicado por:
Maria Andrea Bezerra de Souza
Código Identificador:EE9414B2

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 989, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

Autor do Projeto de Lei: Poder Legislativo Municipal. Projeto 305/2014

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso aprovou e eu, Vicente Gerotto de Medeiros, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de locação de imóvel urbano para um imóvel para a biblioteca municipal da secretaria municipal de esporte, lazer e cultura do Município de Nova Canaã do Norte - MT.

Parágrafo único: O imóvel a ser contratado deverá ter área mínima de 60,00 m² (sessenta metros quadrados); cujo valor não poderá exceder R$ 1.000,00 mensais.

Art. 2º - O preço da contratação deverá se dar por ajuste entre os interessados, levando em conta avaliação prévia, de acordo com a procura e oferta, respeitando a necessidade administrativa, e a disponibilidade financeira dos cofres públicos.

§1º - A contratação deverá ser efetivada em cumprimento da Lei n. 8.666/93, consoante as alterações que lhe foram dadas, respeitados os princípios gerais de direito público;

§2º - A contratação de locação do imóvel que trata a presente Lei se dará pelo exercício de 2014, e poderá ser prorrogado e ter seu preço reajustado anualmente em base no índice IGP-M (FGV) Índice Geral de Preços Médios da Fundação Getúlio Vargas;

§3º - O prazo de vigência do contrato que trata a presente Lei será até 31 de dezembro do presente ano, prorrogável, anualmente, enquanto houver a necessidade indispensável do funcionamento da biblioteca municipal naquele local.

Art. 3º - O Contrato celebrado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações ou reparações:

I - Pelo término do prazo contratual;

II - Por interesse da Administração;

Parágrafo único - A extinção do contrato, nos termos da Lei de Licitações, da Lei do Inquilinato, do novo Código Civil Brasileiro e na forma desta Lei, será consumada mediante comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitados os direitos de cada uma das partes, nos casos de rescisão antecipada, exceto em casos de interesse público.

Art. 4º - Além das condições estabelecidas nesta Lei, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

Art.5º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento geral do município, suplementadas se necessário.

Parágrafo único - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que

trata do PPA/2014/2017 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2014 e exercícios subsequentes.

Art. 6º - Ficam igualmente autorizadas ao Poder Executivo Municipal a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, patrimoniais, previdenciárias, fiscais e contábeis, para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei 702/2009.

Gabinete do Prefeito, em 07 de Fevereiro de 2014.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

ELISANDRO DE SOUZA NASCIMENTO
Secretário de Gabinete

Publicado por:
Sandra Machado Matos Rodrigues
Código Identificador:07935C6D

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº. 990, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

Autor do Projeto de Lei: Poder Legislativo Municipal.
Projeto 306/2014

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DE TRÊS SALAS DE AULA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Nova Canaã do Norte, Estado de Mato Grosso aprovou e eu, Vicente Gerotto de Medeiros, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato de locação de imóvel urbano para instalação temporária de três salas de aulas para Secretaria Municipal de Educação do Município de Nova Canaã do Norte - MT.

Parágrafo único: Cada sala deverá ter uma área mínima de 36,00 m² (trinta e seis metros quadrados).

Art. 2º - O preço da contratação deverá se dar por ajuste entre os interessados, levando em conta avaliação prévia, de acordo com a procura e oferta, respeitando a necessidade administrativa, e a disponibilidade financeira dos cofres públicos.

§1º - A contratação deverá ser efetivada em cumprimento da Lei n. 8.666/93, consoante as alterações que lhe foram dadas, respeitados os princípios gerais de direito público;

§2º - A contratação de locação do imóvel que trata a presente Lei, se dará pelo exercício de 2014, e poderá ser prorrogado e ter seu preço reajustado anualmente em base no índice IGP-M (FGV) – Índice Geral de Preços Médios da Fundação Getúlio Vargas;

§3º - O prazo de vigência do contrato que trata a presente Lei será até 31 de dezembro do presente ano, prorrogável, anualmente, enquanto houver a necessidade indispensável do funcionamento das salas de aula naquele local.

Art. 3º - O Contrato celebrado de acordo com esta Lei extinguir-se-à, sem direito a indenizações ou reparações:

I - Pelo término do prazo contratual;

II - Por interesse da Administração;

Parágrafo único - A extinção do contrato, nos termos da Lei de Licitações, da Lei do Inquilinato, do novo Código Civil Brasileiro e na forma desta Lei, será consumada mediante comunicação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, respeitados os direitos de cada uma das partes, nos casos de rescisão antecipada, exceto em casos de interesse público.

Art. 4º - Além das condições estabelecidas nesta Lei, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

Art.5º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento geral do município, suplementadas se necessário.

Parágrafo único - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2014/2017 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2014 e exercícios subsequentes.

Art. 6º - Fica igualmente autorizado ao Poder Executivo Municipal a tomar todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, patrimoniais, previdenciárias, fiscais e contábeis, para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 7º - O valor da locação do referido imóvel não poderá exceder o valor de R$ 2500,00

Art. 8° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de Fevereiro de 2014.

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Gabinete do Prefeito e publicada por afixação nos locais de costume, na data supra.

ELISANDRO DE SOUZA NASCIMENTO
Secretário de Gabinete

Publicado por:
Sandra Machado Matos Rodrigues
Código Identificador:32D0C6EA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATO
RESULTADO DO JULGAMENTO DO PREGAO 001-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILANDIA
AVENIDA TIRADENTES, 211N- CENTRO- NOVA MARILANDIA – MT -CNPJ-37.464.989/0001-02 - CEP: 78415-000 – Fone: 65 -3352-1122
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO Nº 001/2014
OBJETO DO PREGÃO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (OLEO DIESEL COMUM, OLEO DIESEL S 10, GASOLINA COMUM E ALCOOL COMUM)
Data da realização: 07/02/2014
Licitante Vencedor: **AUTO POSTO MARTINS LTDA -ME**, inscrito no CNPJ: **11.212.448/0001-95, lote 001** com o valor por litro de R$-2,83 (dois reais e oitenta e três centavos) e o valor total de **R$-598.545,00 (quinhentos e noventa e oito mil quinhentos e quarenta e cinco reais). lote 002** com o valor por litro de R$-2,90 (dois reais e noventa centavos) e o valor total de **R$-319.000,00 (trezentos e dezenove mil reais). lote 003** com o valor por litro de R$-3,15 (três reais e quinze centavos) e o valor total de **R$-197.190,00 (cento e noventa e sete mil cento e noventa reais). lote 004** com o valor por litro de R$-2,19 (dois reais e dezenove centavos) e o valor total de

R$-73.584,00 (setenta e três mil quinhentos e oitenta e quatro reais).

NOVA MARILANDIA MT, 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

JOSE CLEITON SOUTO DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Jefferson Nogueira Souto
Código Identificador:48736A54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 020/2014

EMENTA: EXONERA O Srº. **PEDRO HENRIQUE SOUZA REGIS** DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR ESPECIAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT.

VILMA MARIA DO NASCIMENTO FERNANDES,
PREFEITA INTERINA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 635/2013 DE 01/02/2013 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O
Art. 1º - Fica exonerado a partir do dia 31 de Janeiro de 2014 o servidor Srº **PEDRO HENRIQUE SOUZA REGIS**, portador da Carteira de Identidade N.º **16433164** - SSP/MT e CPF/MF n.º **017.584.611-10**, Funcionário Público Municipal em cargo **"Comissionado",** admitido em **01 de Novembro de 2013**, através da Portaria Municipal nº 221/2013 do dia 01 de Novembro de 2013, lotado na Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito.
Art. 2° Os direitos decorrentes da exoneração, serão pagos a cargo dos cofres públicos deste Município.
Art. 3º - O exonerado deixará o cargo mediante a assinatura na presente Portaria, fazendo entrega de todos os documentos que estão sobre sua responsabilidade.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE 31/01/2014.

VILMA MARIA DO NASCIMENTO FERNANDES
Prefeita Interina Municipal

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:2EFCE4F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 021/2014

EMENTA: *CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL A Srª* ***"WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO"***

VILMA MARIA DO NASCIMENTO FERNANDES,
PREFEITA INTERINA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 635/2013 DE 01/02/2013 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.
RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder férias a *Servidora Pública Municipal a Srª* ***WIZERNAMORE RIBEIRO FRANCISCO,*** ocupante do cargo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, atendendo a requerimento de ***FÉRIAS*** que têm direito, em conformidade com o Art. 171 da Lei Nº 635/2013, de 01 de fevereiro de 2013.

Art. 2º - O período concedido terá inicio em 02/01/2014 e término em 31/01/2014, retornando as suas atividades no dia 01/02/2014.
Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato, deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE 31/01/2014.

VILMA MARIA DO NASCIMENTO FERNANDES
Prefeita Interina Municipal

Publicado por:
"fabiany Roberta Gomes Merlin Gallo"
Código Identificador:4CE3DAE8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 003/2014
REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Pregão, instituída pela Portaria nº 411/2013 de 08 de Outubro de 2013, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar em sua sede, no dia 21/02/2014, às 08h00min, situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1310, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO por item, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TEMPEROS, HORTIFRUTIGRANJEIROS, ALIMENTOS PERECÍVEIS, ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS, GÁS DE COZINHA, PÃES ENTRE OUTROS PRODUTOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E MERENDA ESCOLAR,** com entrega dos envelopes de documentação e propostas e subsequente abertura dos envelopes, a ser regida pela Lei n.º 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e alterações, Lei Complementar 123/2006 e Decreto Municipal 22/2013.

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação, no endereço supra citado e site www.novamaringa.mt.gov.br

Nova Maringá – MT, 07 de Fevereiro de 2014.

CLAUDIO MACIEL DA SILVA
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Claudio Maciel da Silva
Código Identificador:DE8D0594

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 045, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

PORTARIA Nº 045, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

"Dispõe sobre nomeação de Servidor Público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de contratos de aquisição e prestação de serviços da Secretaria Municipal de Administração e dá outras providências".

O Sr., **Adriano Xavier Pivetta,** Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e;

· Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos e zelar pela qualidade das compras e serviços;

· Considerando o cumprimento do Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Servidora Pública Sra. **Aline Duarte Dutra**, matricula nº 356 como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos vigentes celebrados com o Município de assessoria e consultoria de programas de informática e dos convênios que atendem a Secretaria Municipal de Administração, durante o exercício de 2014.

Art. 2º. A Servidora deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá mensalmente relatório contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo Único - O relatório mensal deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 07 de fevereiro de 2014.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:0E6E9991

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 046, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

PORTARIA Nº 046, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

"Dispõe sobre nomeação de Servidor Público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de contratos de aquisição e prestação de serviços da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências".

O Sr., **Adriano Xavier Pivetta,** Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e;

· Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos e zelar pela qualidade das compras e serviços;

· Considerando o cumprimento do Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Servidora Pública Sra. **Jussara da Aparecida Crinxenowisck**, matricula nº 5244, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos vigentes celebrados com o Município de aquisição de materiais, prestação de serviços e locação de imóveis que atendem a Secretaria Municipal de Educação e Cultura- Manutenção da Secretaria, durante o exercício de 2014.

Art. 2º. A Servidora deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá mensalmente relatório contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo Único - O relatório mensal deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 07 de fevereiro de 2014.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:CA49FE82

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 047, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

PORTARIA Nº 047, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

"Dispõe sobre nomeação de Servidor Público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de contratos de aquisição e prestação de serviços da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências".

O Sr., **Adriano Xavier Pivetta,** Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e;

· Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos e zelar pela qualidade das compras e serviços;

· Considerando o cumprimento do Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Servidora Pública Sra. **Angelina de Oliveira Curbani**, matricula nº 435, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos vigentes celebrados com o Município de aquisição de materiais e prestação de serviços que atendem a Secretaria Municipal de Educação e Cultura- Programa Alimentação Escolar, durante o exercício de 2014.

Art. 2º. A Servidora deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá mensalmente relatório contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo Único - O relatório mensal deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 07 de fevereiro de 2014.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:DB21B471

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 048, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

PORTARIA Nº 048, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

"Dispõe sobre nomeação de Servidor Público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de contratos de aquisição e prestação de serviços da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências".

O Sr., **Adriano Xavier Pivetta,** Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e;

· Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos e zelar pela qualidade das compras e serviços;

· Considerando o cumprimento do Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Servidor Público Sr. **Sérgio da Silva Pires**, matricula nº 1991, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos vigentes celebrados com o Município de aquisição de materiais e prestação de serviços que atendem a Secretaria Municipal de Educação e Cultura- Manutenção de Transporte Escolar, durante o exercício de 2014.

Art. 2º. O Servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá mensalmente relatório contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo Único - O relatório mensal deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 07 de fevereiro de 2014.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:5BEFE865

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 049, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

PORTARIA Nº 049, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014.

"Dispõe sobre nomeação de Servidor Público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de contratos de aquisição e prestação de serviços da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providências".

O Sr., **Adriano Xavier Pivetta,** Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e;

· Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos e zelar pela qualidade das compras e serviços;

· Considerando o cumprimento do Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Servidora Pública Sra. **Dedmar Marques de Albuquerque**, matricula nº 7522, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos vigentes celebrados com o Município de aquisição de materiais, prestação de serviços e locação de imóveis que atendem a Secretaria Municipal de Educação e Cultura- Manutenção do Departamento de Cultura, durante o exercício de 2014.

Art. 2º. A Servidora deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá mensalmente relatório contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo Único - O relatório mensal deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 07 de fevereiro de 2014.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Duarte Dutra
Código Identificador:4FF0A278

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do Julgamento do Pregão 012/2014, o qual foi julgado deserto.

Nova Mutum/MT, 06 de fevereiro de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:4A8E257B

PREFEITURA MUNICIPAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO N º 013/2014.

RATIFICAÇÃO

O Município de Nova Mutum - MT, através do Prefeito Municipal, ratifica o processo de dispensa n º 013/2014 e Processo Adm. 041/2014, o qual tem por objeto Aquisição de 01 (uma) Bomba Industrial de abastecimento de combustível 230/380 V no valor de total R$ 7.495,00 (sete mil, quatrocentos e noventa e cinco reais) com base no Art. 24, inciso V da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores.

Nova Mutum – MT, 07 de fevereiro de 2014.

MAURO ANTÔNIO MANJABOSCO
Chefe de Gabinete
Ordenador de Despesa – Port. n. 066/2013.

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:28FD22CA

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014

O Município de Nova Mutum, torna público o resultado do julgamento,objeto: aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar para merenda escolar, data de abertura: 29.01.2014 às 14:00 horas, do qual foram vencedores: Itens : 01,02,03 do lote I - Ailton Meira, CPF – 014.685.671-60, valor total R$ 17.805,00 (dezessete mil, oitocentos e cinco reais). Itens – 01, 02, 03 e 04 do lote II – Edson Meira, CPF - 332.104.058-16, valor total R$ 19.598,00 (dezenove mil, quinhentos e noventa e oito reais). Itens – 01, 02 e 03 do lote III – Cristiano de Oliveira Meira, CPF - 353.971.478-40, valor total R$ 18.595,00 (dezoito mil, quinhentos e noventa e cinco reais). Itens – 01, 02 e 03 do lote IV – Edivandro Pereira, CPF - 102.480.938-27, valor total R$ 16.533,00 (dezesseis mil, quinhentos e trinta e três reais). Itens – 01, 02 e 03 do lote V – Arlei Casagrande, CPF - 452.885.349-34, valor total R$ 14.250,00 (quatorze mil, duzentos e cinquenta reais). Itens – 01 e 02 do lote VI – Anderson Fenske, CPF - 026.006.961-21, valor total R$ 3.220,00 (três mil, duzentos e vinte reais). Itens – 01, 02, 03 e 04 do lote VII – Anderson Fenske, CPF - 026.006.961-21, valor total R$ 2.560,00 (dois mil, quinhentos e sessenta reais). Item – 01 do lote VIII – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA TERRA NOVA LTDA, CNPJ – 24.702.037/0001-20, valor total R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais). Item – 01 do lote IX – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA TERRA NOVA LTDA, CNPJ – 24.702.037/0001-20, valor total R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).
Nova Mutum/MT, 07 de fevereiro de 2014.
SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Cristiano da Silva Lino
Código Identificador:3D0740B6

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE PUBLICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014

Objeto: **aquisição de utensílios de cozinha para utilizar na Escola " CORA CORALINA " e creches municipais**. Tipo: Menor preço por item **–** Data de abertura: 20 de fevereiro de 2014. Horário: 08h00min horas - Local: Av. Mutum, nº 1.250 N, Centro, N. Mutum – MT. Edital e anexos: Deverá ser retirado junto ao departamento de Licitação pelo e – mail licitacao@novamutum.mt.gov.br, ou telefone ** 65 3308 5400 – Horário de atendimento: Das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.Nova Mutum – MT, 07 de fevereiro de 2014.

SÉRGIO VÍTOR ALVES RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Vitor Alves Rodrigues
Código Identificador:2E125A0C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ERRATA: PREGÃO PRESENCIAL 003/2014

ENCONTRA-SE ABERTA, NO SETOR DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, SITUADO À AVENIDA MATO GROSSO, 175, CENTRO, CEP: 78.370-000, NOVA OLÍMPIA-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, COM FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTAS PARA **"CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA A REALIZAÇÃO DE SONORIZAÇÃO DURANTE O CARNAVAL POPULAR/2014 DE NOVA OLIMPIA - MT."** CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE EM ANEXO ACOMPANHANDO O EDITAL DA LICITAÇÃO.
LEIA-SE
ENCONTRA-SE ABERTA, NO SETOR DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMPIA, SITUADO À AVENIDA MATO GROSSO, 175, CENTRO, CEP: 78.370-000, NOVA OLÍMPIA-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, COM FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTAS PARA **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO DURANTE O CARNAVAL POPULAR/2014 DE NOVA OLIMPIA - MT."** CUJAS ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ENCONTRAM-SE EM ANEXO ACOMPANHANDO O EDITAL DA LICITAÇÃO.

NOVA OLIMPIA-MT 07 DE FEVEREIRO 2014

SONIA SENHORINHA RIBEIRO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Sonia Senhorinha Ribeiro
Código Identificador:ADDF6E8D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 019/2014

EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido a Senhora **ELAINE BRUNETTI DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 10.169.893-9 SSP/MT e do CPF nº. 062.919.219-79 do Cargo de Chefe do Departamento de serviços de Saúde, a partir desta data.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 31 de janeiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.
Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 31/01/2014 à 28/02/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:1FDFA95D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 020/2014

XCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido o Senhor **IRINEU BASSO DE MORAES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.358.403-0 SSP/MT e do CPF nº. 266.198.301.53 do Cargo de Secretária Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, a partir desta data.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 31 de janeiro de 2014.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 31/01/2014 à 28/02/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:503E0B5E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 021/2014

EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido a Senhora **EDINALVA NUNES TENÓRIO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.755.300-8 SSP/MT e do CPF nº. 014.329.461-02 do Cargo de Agente de Administrativo I, a partir desta data.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:82A4DFE2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 023/2014

EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido a Senhora **VIVIANE BEATRIZ MORAIS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.359.244-0 SSP/MT e do CPF nº. 919.011.891-04 do Cargo de Coordenadora de Programas Sociais, a partir desta data.
Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:4DEB3241

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 024/2014

EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido a Senhora **VIVIANE BEATRIZ MORAIS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.359.244-0 SSP/MT e do CPF nº. 919.011.891-04 do Cargo de Agente Administrativo II, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:09E44EC4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 025/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, a candidata Srª. **VIVIANE BEATRIZ MORAIS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.359.244-0 SSP/MT e do CPF nº. 919.011.891-04, para exercer o cargo de **ANALISTA TÉCNICO ADMINSTRATIVO,** aprovada pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2013, homologado em 20 de agosto de 2.013, a qual será lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:89C8DAE3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 026/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, o candidato Sr. **DOUGLAS LORCA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.662.947-7 SSP/MT e do CPF nº. 028.325.031-36, para exercer o cargo de **MOTORISTA,** aprovado pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2013, homologado em 20 de agosto de 2.013, a qual será lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:820B0774

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 027/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, a candidata Srtª. **LUANA VUOLLO BOTAN**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.922.575-0 SSP/MT e do CPF nº. 035.698.971-25, para exercer o cargo de **FARMACÊUTICA,** aprovada pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2013, homologado em 20 de agosto de 2.013, a qual será lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:96E3F2F0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 028/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, o candidato Sr. **WESLEY JUNIOR FERNANDES**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.046.618-8 SSP/MT e do CPF nº. 039.318.121-97, para exercer o cargo de **FISCAL DE TRIBUTOS,** aprovado pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2013, homologado em 20 de agosto de 2.013, a qual será lotado na Secretaria Municipal de Finanças, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:026E3D10

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 029/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, a candidata Srª. **EDINALVA NUNES TENÓRIO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.755.300-8 SSP/MT e do CPF nº. 014.329.461-02, para exercer o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO II,** aprovado pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2013, homologado em 20 de agosto de 2.013, a qual será lotado na Secretaria Municipal de Finanças, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:EBA87513

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 030/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, o candidato Sr. JOHNNY LUIZ SUR, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1.549.454-3 SSP/MT e do CPF nº. 025.896.841-93, para exercer o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO II, aprovado pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2013, homologado em 20 de agosto de 2.013, a qual será lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:1EE4591F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 031/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, o candidato Sr. **MARCOS CÉSAR GOMES**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.241.239-5 SSP/MT e do CPF nº. 040.946.211-05, para exercer o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO I,** aprovado pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2013, homologado em 20 de agosto de 2.013, a qual será lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:E77C2F98

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 032/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em conformidade com a ordem de classificação, a candidata Srtª. **CAMILA CARRARA ZANETI**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.474.600-2 SSP/MT e do CPF nº. 054.428.131-41, para exercer o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO I,** aprovada pelo Concurso Público Municipal nº. 001/2013, homologado em 20 de agosto de 2.013, a qual será lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:B8DA97CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 033/2014

O EXMO. PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para exercer o Cargo de Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, o Sr. **RAUL BATISTELLO,** portador da C/I RG. nº 12R 1.270.230 SSP/SC e do CPF nº. 425.477.179-72, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:76A5EFDD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 022/2014

EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. DORIVAL LORCA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:
Considerando que a Servidora Edinalva Nunes Tenório foi exonerada do cargo que a mesma ocupava, Agente Administrativo I.

Artigo 1º - Revogar a Portaria que nomeou a Senhora **EDINALVA NUNES TENÓRIO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.755.300-8 SSP/MT e do CPF nº. 014.329.461-02, para proceder a liquidação das despesas desta Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, .

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 03 de fevereiro de 2014.

DORIVAL LORCA
- Prefeito Municipal -

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.
Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 03/02/2014 à 03/03/2014.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:914231FB

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº. 001/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA – MT

Súmula: "Aprova a reprogramação dos Recursos Financeiro dos Programas Sociais do ano de 2013, para execução no ano de 2014".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais de acordo com o disposto na NOB SUAS/05, na reunião ordinária realizada no dia 06 de fevereiro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º - "Aprovar a reprogramação dos Recursos Financeiros dos Programas Sociais por piso de proteção, tendo em vista que os serviços foram prestados com qualidade e continuidade no ano 2013".

Art. 2º - Os recursos reprogramados, saldos do ano de 2013 serão executados conforme a aprovação deste conselho nas seguintes atividades e valores:
Programa de Atenção Integral a Família – PAIF - conta corrente 30994-x agência 1779-5 Banco do Brasil - saldo R$ 6.003,87 (seis mil, três reais e oitenta e sete centavos) – atividades com o grupo de gestantes – lanche e material (tecidos, fraldas, toalha fralda, e aviamentos) para as gestantes confeccionar seu próprio enxoval no grupo.
Projovem – conta corrente 30989-3 agência 1779-5 Banco do Brasil – saldo R$ 3.966,80 (três mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) - aquisição de material de limpeza e consumo, gêneros alimentícios, lanche e material de expediente para desenvolvimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo –SCFV.

Índice de Gestão Descentralizado – IGD/SUAS – conta 30.987-7 agência 1779-5 Banco do Brasil – saldo R$ 1.447,07 (um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e sete centavos) – aquisição de material de expediente, material de limpeza e consumo, gêneros alimentícios e lanche para manutenção e desenvolvimentos das atividades do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo –SCFV – conta corrente 33031-0 agência 1779-5 Banco do Brasil – saldo R$ 16.224,63 (dezesseis mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos) pagamento do Profissional de Nível Superior "Orientador Social", aquisição de material de limpeza e consumo, gênero alimentícios, lanches, material de expediente e materiais socioeducativos: materiais pedagógicos, cultural e esportivo.
Índice de Gestão Descentralizado – IGD/PBF - conta corrente 30.986-9 agencia 1779-5 Banco do Brasil – saldo R$ 21.673,34 (vinte e um mil, seiscentos e setenta e três reais e trinta e quatro centavos) – aquisição de moveis e equipamentos para a sala do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, aquisição de materiais necessários para desenvolvimento de cursos geração de renda com as famílias dos Programas Sociais desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.
BPC na Escola – conta 33531-2 agencia 1779-5 Banco do Brasil – saldo 600,00 (seiscentos reais) – aquisição de material de expediente para acompanhamento das famílias do BPC.

Art.3º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.
Registra-se, Cumpra-se e Publica-se.

Nova Santa Helena – MT, 06 de fevereiro de 2014.

CLEUSA MARIA DIAS PEREIRA MARCONDES
Presidente do Conselho
Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:88E15025

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2014

TIPO DE LICITAÇÃO MENOR PREÇO GLOBAL
INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT
AUTORA: Comissão de Apoio
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA CRECHE E DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº. 002/2014, cujo objeto acima identificado, foi HOMOLOGADO em favor da empresa: L CARRARA & CIA LTDA EPP inscrita no CNPJ nº 01.883.709/0001-30 no valor de R$ 115.079,00 (Cento e quinze mil e setenta e nove reais). Nova Santa Helena – MT, 07 de fevereiro de 2014,

FRANCIANE PAULATTI
Pregoeira.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:922577EA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 003/2014

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e M.P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB

OBJETO: A CONTRATADA PRESTARÁ PARA O CONTRATANTE SERVIÇO CONSISTENTE NA HOSPEDAGEM, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE SISTEMA ADMINISTRADOR DO WEBSITE: WWW.NOVASANTAHELANA.MT.GOV.BR, DO PORTAL DA TRANSPARENCIA E OUVIDORIA MUNICIPAL
DA VIGÊNCIA: 03 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.
DO PREÇO: O VALOR DO PRESENTE CONTRATO ESTÁ ESTIMADO EM R$ 5.500,00 (CINCO MIL E QUINHENTOS REAIS), OU SEJA 11 X 500,00, A PARTIR DE FEVEREIRO DE 2014.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD
DOTAÇÃO (0067) 06.001.04.122.0010.2011.339030.000000.
ASSINAM:
CONTRATANTE: DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.
CONTRATADO: MARCOS PAULO DE OLIVEIRA - Contratado

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:7A8D70BC

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 004/2014

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e L CARRARA & CIA LTDA EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA CRECHE E DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
DA VIGÊNCIA: 07 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.
DO PREÇO: R$ 115.079,00 (Cento e quinze mil e setenta e nove reais)
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL
DOTAÇÃO (0088) 07.001.12.361.0022.2015.339030.000000.
ASSINAM:
CONTRATANTE: DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.
CONTRATADO: LULAINE CARRARA - Contratada

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:5A96E233

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2014

TIPO DE LICITAÇÃO MENOR PREÇO POR ITEM
INTERESSADA: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT
AUTORA: Comissão de Apoio
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DESENVOLVA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER ESSE TIPO DE NECESSIDADE DOS ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL DESTE MUNICIPIO DURANTE O ANO LETIVO DE 2014, CONFORME LINHAS ESPECIFICADAS NO EDITAL. A Comissão de Apoio da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº. 003/2013, cujo objeto acima identificado, foi HOMOLOGADO em favor da empresa: VICTOR INACIO DE GODOY inscrita no CNPJ/MF nº 11.736.991/0001-91 no valor de R$ 26.768,40 (vinte e seis mil setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos). Nova Santa Helena – MT, 07 de fevereiro de 2014,

FRANCIANE PAULATTI
Pregoeira.

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:7C3AD586

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005/2014

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA e VICTOR INACIO DE GODOY
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DESENVOLVA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER ESSE TIPO DE NECESSIDADE DOS ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL DESTE MUNICIPIO DURANTE O ANO LETIVO DE 2014, CONFORME LINHAS ESPECIFICADAS NO EDITAL.
DA VIGÊNCIA: 07 de fevereiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014.
DO PREÇO: R$ 26.768,40 (vinte e seis mil setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SECDL
DOTAÇÃO (0096) 07.001.12.361.0025.2016.339030.000000.
ASSINAM:
CONTRATANTE: DORIVAL LORCA - Prefeito Municipal de Nova Santa Helena.
CONTRATADO: VICTOR INACIO DE GODOY - Contratado

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:68B1D2A8

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 056/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.
Contratada: RELETRON NORTE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA – ME
Data Assinatura: 06 de fevereiro de 2014
Objeto: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar e ajustar o contrato original e Primeiro e Segundo aditivo mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.
CLÁUSULA PRIMEIRA A CLÁUSULA SEXTA ao Segundo Termo Aditivo celebrado entre as partes, passará a ter a seguinte redação: *"CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO TERMO ADITIVO O presente Termo Aditivo tem o valor global de* R$ 25.653,41 (Vinte e cinco mil, seiscentos e cinqüenta e três reais e quarenta e um reais)*, a serem pagos nas condições especificadas no Contrato 056/2013.*
PARÁGRAFO ÚNICO – "A supressão de R$2.100,00 (dois mil e cem reais) do valor original do contrato se deve a exclusão do item 17, do VRPL, qual seja, Freezer H-50 110 v, pelo Parecer Técnico n 1124/2013 – ENGENHARIA, da GIDUR/CB – Gerência de Filial de Desenvolvimento Urbano."

Publicado por:
Gilson Parron
Código Identificador:F5147F10

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSAO DE LICITACAO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2013. A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado de habilitação, julgamento, homologação e adjudicação, referente ao PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) PATRULHAS MECANIZADAS, SENDO 02 (DOIS) CONJUNTOS EQUIPADOS COM: TRATOR DE PNEUS, CARRETA AGRÍCOLA, GRADE ARADORA E COLHEDORA DE FORRAGENS, ANO DE FABRICAÇÃO/MODELO 2013/2013. A licitação foi declarada como FRACASSADA, em decorrência de inabilitação da empresa Licitante presente ao Certame.
Nova Xavantina – MT, 06 de fevereiro de 2.014.

PAULO PARREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial.

Publicado por:
Paulo Parreira da Silva
Código Identificador:24DD6E9F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: CARTA CONVITE 001/2014 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT, através da comissão permanente de licitação, torna público aos interessados que o processo licitatório Carta Convite 001/2014, com o objeto de **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para Levantamento de Demanda Habitacional, Divulgação, Identificação e Seleção de Beneficiários, bem como a Elaboração do PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social, para participarem do Programa Minha Casa Minha Vida**, em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social, onde se sagrou vencedora a empresa **Federação Matogrossense de Associações de Moradores de Bairros - FEMAB**, inscrita no **CNPJ: 14.971.816/0001-77,** com proposta no valor global de **R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, conforme especificado no anexo I – Termo de Referencia do Edital. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada a Rua Augusto de Souza, 171 centro - Novo Horizonte do Norte - MT.

Novo Horizonte do Norte-MT, 07 de fevereiro de 2014.

JULIANO GAMBA
Presidente Comissão de Licitação

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:E87FE021

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N. 003/2014 PROCESSO N. 004/2014

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de merenda escolar, produtos de higiene e limpeza, copa e cozinha, conforme especificado no anexo I – Termo de referencia do edital**.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, torna público à vista do resultado conclusivo emitido pelo pregoeiro e equipe de apoio que fez a adjudicação do processo como vencedora a empresa **TANIA CRISTINA VIEIRA - ME,** inscrita no **CNPJ n.: 05.939.308/0001-10,** com proposta no valor global de **R$ 199.074,61 (cento e noventa e nove mil setenta e quatro reais e sessenta e um centavos),** para os **Lotes de 01 a 11** todos conforme especificado no anexo I – Termo de referencia do edital. Diante do exposto, **RATIFICO** a adjudicação proferida pelo pregoeiro e equipe de apoio e **HOMOLOGO** a presente licitação, nos termos da licitante vencedora, que fica obrigada a fornecer o objeto licitado ao Município de Novo Horizonte do Norte – MT, conforme consta no Edital e referido processo.

Novo Horizonte do Norte – MT, em 07 de Fevereiro de 2014.

JOÂO ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:68D9E72C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 048/2014

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º - Nomear a Sra. **JHESICA DE OLIVEIRA DOS SANTOS,** brasileira, maior, portadora do RG. Nº.38.282.338-2 SSP/SP e do CPF Nº. 038.812.711-20, para exercer o Cargo de **ESPECIALISTA DE SAÚDE FARMACEUTICA**, na Secretaria Municipal de Saude conforme Aprovação e Classificação em Concurso Público Municipal realizado no dia 08 de setembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 06 de fevereiro de 2014.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:24FD1D55

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 049/2014

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º - Nomear a Sra. **ROSE MARY ROZENO DOS SANTOS,** brasileira, maior, portadora do RG. Nº.1217781-4 SSP/MT e do CPF Nº. 535.795.771-15, para exercer o Cargo de **Apoio Administrativo Educacional (Zeladora)**, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer conforme Aprovação e Classificação em Concurso Público Municipal realizado no dia 08 de setembro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 07 de fevereiro de 2014.

JOÃO ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Queila Lisot
Código Identificador:407268EE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 14h00min do dia 06 de fevereiro de 2014, objetivando a **FUTURA E EVENTUAL Aquisição de Material de Consumo – Gêneros Alimentícios, Limpeza e Outros – Para uso das Secretarias de Administração, Finanças, Educação, Saúde, Ação Social, Agricultura e Obras**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:
Sagrou-se vencedora do citado certame as seguintes licitantes: **BOM JESUS SUPERMERCADO LTDA EPP** com o valor de R$ 471.972,87 (Quatrocentos e Setenta e Um Mil Novecentos e Setenta e Dois Reais e Oitenta e Sete Centavos)**, DILIMAS COMERCIO DE**

GENEROS ALIMENTICIOS LTDA com o valor de R$ 574.376,88 (Quinhentos e Setenta e Quatro Mil Trezentos e Setenta e Seis Reais e Oitenta e Oito Centavos) e **UTILISSIMA COM. DE VARIEDADES LTDA ME** com o valor de R$ 63.694,93 (Sessenta e Três Mil Seiscentos e Noventa e Quatro Reais e Noventa e Três Centavos). Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.
O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 07 de fevereiro de 2014.

ROBERTA MEZALIRA VENTUROSO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Maria de Fatima Dias dos Santos
Código Identificador:5D7CCC2B

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO I RGF 3º QUADR_2013

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a DEZ/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	LRF Cidadão 9.31 - 04/02/14
DESPESACOMPESSOAL	DESPESALIQUIDADA
	Últimos 12 meses
DESPESABRUTACOMPESSOAL (I)	7.586.493,73
Pessoal Ativo	7.443.102,66
Pessoal Inativo e Pensionista	143.391,07
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	143.391,07
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	143.391,07
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DADESPESA COM PESSOAL PARA FINS DEAPURAÇÃO DO LIMITE- TDP(IV) = (I-II+III)	7.443.102,66
RECEITACORRENTELÍQUIDA- RCL (V)	16.349.458,58
% do TOTAL DADESPESACOM PESSOAL PARAFINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	45,53
LIMITEMÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	8.828.707,63
LIMITEPRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	8.387.272,25
[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:B7EBB982

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO II RGF 3º QUADR_2013

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013
LRF Cidadão 9.31 - 04/02/14

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	5.296.180,70	6.723.812,17	6.788.128,78	6.377.525,80
Ativo Disponível	5.747.627,54	6.723.812,17	6.788.128,78	6.835.570,94
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	451.446,84	0,00	0,00	458.045,14
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA(DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	15.898.684,84	16.016.127,43	16.074.844,80	16.349.458,58
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:AC98250B

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO III RGF 3º QUADR_2013

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III				LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14
GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	15.898.684,84	16.016.127,43	16.074.844,80	16.349.458,58
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00
CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:55697AEE

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO IV RGF 3º QUADR_2013

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2013

LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14	
LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES

	REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:400BCDFA

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO VI RREO 6º BIM_2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)			
ESPECIFICAÇÃO	Em 31 Dez 2012 (a)	SALDO Em 31 Out 2013 (b)	Em 31 Dez 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	5.669.615,47	6.273.874,30	6.377.525,80
Ativo Disponivel	5.747.627,54	6.805.982,84	6.835.570,94
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	78.012,07	532.108,54	458.045,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.669.615,47	-6.273.874,30	-6.377.525,80
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDA(VI) = (III + IV - V)	-5.669.615,47	-6.273.874,30	-6.377.525,80
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c - b)	Jan a Dez 2013 (c - a)	
RESULTADO NOMINAL		-103.651,50	-707.910,33
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR	
METADE RESULTADO NOMINAL FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	Em 31 Dez 2012 (a)	SALDO Em 31 Out 2013 (b)	Em 31 Dez 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponivel	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI) = (VIII - IX)	0,00	0,00	0,00
FONTE:			

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:1AFC100D

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO VII RREO 6º BIM_2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)		LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.377.612,24	3.337.425,13	17.459.899,05	19.751.838,42
Receita Tributária	426.205,81	107.195,53	644.428,41	661.234,53
IPTU	64.395,67	10.443,19	93.091,63	72.662,48
ISS	78.706,23	36.762,42	213.821,14	280.616,74
ITBI	45.911,97	11.192,13	50.738,92	60.251,65
IRRF	136.662,63	37.887,32	184.877,56	157.157,58
Taxas	87.411,61	10.910,47	101.899,16	88.366,90
Contribuição de Melhoria	13.117,70	0,00	0,00	2.179,18
Receitas de Contribuições	785.478,26	297.913,35	1.046.259,57	1.785.871,77
Receita Previdenciária	785.478,26	297.913,35	1.046.259,57	1.785.871,77
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	209.110,37	21.065,24	124.236,80	891.592,71
Receita Patrimonial	209.110,37	21.065,24	124.236,80	891.592,71
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	12.807.156,72	2.873.098,58	15.444.365,48	15.937.404,27
FPM	3.052.847,62	970.481,47	4.191.075,98	3.897.008,41
ICMS	2.606.194,54	829.317,86	4.965.690,91	4.405.534,04
Outras Transferências Correntes	7.148.114,56	1.073.299,25	6.287.598,59	7.634.861,82
Demais Receitas Correntes	149.661,08	38.152,43	200.608,79	475.735,14
Dívida Ativa	56.048,37	21.757,14	97.461,63	99.186,53
Receitas Correntes Diversas	93.612,71	16.395,29	103.147,16	376.548,61
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	26.235,41	0,00	0,00	95.000,00
Transferências de Capital	5.027.829,98	224.289,00	2.469.888,91	3.553.077,38
Convênios	5.027.829,98	224.289,00	2.469.888,91	3.553.077,38
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	23.850,37	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.051.680,35	224.289,00	2.469.888,91	3.553.077,38
RECEITAPRIMÁRIATOTAL (VII) = (I + VI)	19.429.292,59	3.561.714,13	19.929.787,96	23.304.915,80
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.808.506,29	2.737.431,55	15.415.828,69	14.235.313,24
Pessoal e Encargos Sociais	8.448.286,06	1.479.242,39	8.085.437,28	7.461.715,13
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	8.360.220,23	1.258.189,16	7.330.391,41	6.773.598,11
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.808.506,29	2.737.431,55	15.415.828,69	14.235.313,24
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.713.929,74	64.519,39	761.314,45	1.774.242,11
Investimentos	2.697.549,36	64.519,39	761.314,45	1.758.684,81
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	16.380,38	0,00	0,00	15.557,30
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	2.697.549,36	64.519,39	761.314,45	1.758.684,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-68.750,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	838.074,59	0,00	0,00	0,00
DESPESAPRIMÁRIATOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.275.380,24	2.801.950,94	16.177.143,14	15.993.998,05
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	-846.087,65	759.763,19	3.752.644,82	7.310.917,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	-
DISCRIMINAÇÃO DAMETAFISCAL			VALOR	
METADE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARAO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00
FONTE:				

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:797CFF39

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO XI RREO 6º BIM_2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DEOPERAÇÕES DECRÉDITO EDESPESAS DECAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Jan a Dez 2013 (b)	SALDO A REALIZAR c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Jan a Dez 2013		SALDO A EXECUTAR (g) = (d-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS APAGAR NÃO PROCESSADO (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.713.929,74	761.314,45	0,00	1.952.615,29
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	-	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	-	0,00
DESPESADE CAPITAL LÍQUIDA(II)	2.713.929,74	761.314,45	0,00	1.952.615,29
	VIII = (a - d)	IX = (b - (e + f))		X = (c - g)
RESULTADO PARAAPURAÇÃO DAREGRADE OURO (III) = (I - II)	-2.713.929,74	-761.314,45		-1.952.615,29
FONTE:				

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:999B3606

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO XIV RREO 6º BIM_2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DEALIENAÇÃO DEATIVOS EAPLICAÇÃO DERECURSOS ORÇAMENTOS DASEGURIDADE SOCIAL JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF, art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV			LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAREALIZADAS (b)	SALDO AREALIZAR (a - b)
RECEITADE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	26.235,41	0,00	26.235,41
Alienação de Bens Móveis	26.235,41	0,00	26.235,41
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	26.235,41	0,00	26.235,41
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESALIQUIDADAS (d)	SALDO AREALIZAR (c-d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/ Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes Próprios de Previdência	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	DO EXERCÍCIO (f) = (b - d)	SALDO ATUAL (e + f)
	0,00	0,00	0,00
FONTE:			

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:EFE845EE

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO XVI RREO 6º BIM_2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITADEIMPOSTOS EDAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL JANEIRO ADEZEMBRO2013/SEMESTRE JANEIRO ADEZEMBRO.

ADCT, art 77 - Anexo XVI				LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	RECEITAS REALIZADAS		
		ATUALIZADA (a)	Jan a Dez 2013 (b)	% (b/a)
RECEITADE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	7.445.868,17	7.445.868,17	12.249.612,23	164,52
Impostos	189.013,87	189.013,87	357.651,69	189,22
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	41.738,15	41.738,15	96.907,23	232,18
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	7.215.116,15	7.215.116,15	11.795.053,31	163,48
Da União	3.866.741,56	3.866.741,56	5.305.184,43	137,20
Do Estado	3.348.374,59	3.348.374,59	6.489.868,88	193,82
TRANSFERÊNCIADE RECURSOS DO SISTEMAÚNICO DE SAÚDE - SUS(II)	7.095.060,98	7.095.060,98	3.057.497,72	43,09
Da União para o Município	2.602.671,86	2.602.671,86	2.402.224,68	92,30
Do Estado para o Município	4.164.446,50	4.164.446,50	655.273,04	15,73
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	327.942,62	327.942,62	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE(III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	5.970.732,95	5.970.732,95	6.274.105,58	105,08
(-) DEDUÇÃO PARAO FUNDEF	1.421.557,90	1.421.557,90	2.241.185,87	157,66
TOTAL	19.090.104,20	19.090.104,20	19.340.029,66	101,31

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Jan a Dez 2013 (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	3.545.805,25	3.571.633,41	3.858.084,17	108,02
Pessoal e Encargos Sociais	1.552.859,57	1.642.306,57	1.902.969,12	115,87
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.992.945,68	1.929.326,84	1.955.115,05	101,34
DESPESAS DE CAPITAL	666.135,25	666.135,25	20.584,08	3,09
Investimentos	666.135,25	666.135,25	20.584,08	3,09
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	4.211.940,50	4.237.768,66	3.878.668,25	91,53

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2013 (e)	% (e)/desp.saúde
DESPESAS COM SAÚDE	4.211.940,50	4.237.768,66	3.878.668,25	91,53
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	-	0,00	0,00
VINCULADADE RECURSOS PRÓPRIOS[1]				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(V)	4.211.940,50	4.237.768,66	3.878.668,25	100,00

CONTROLE DE RESTOS APAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS APAGAR	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelado em 2013(f)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	33.114,68	0,00
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NARECEITADE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <15,00>[2] [(V-VI)/I]		31,39

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Dez 2013 (g)	% (g/total g)
Atenção Básica	2.214.626,73	2.197.422,69	1.893.641,29	48,82
Assitência Hospitalar e Ambulatorial	1.277.669,26	1.040.957,26	1.229.788,77	31,71
Suporte Profilático e Terapêutico	98.282,25	98.282,25	46.057,78	1,19
Vigilância Sanitária	76.441,76	76.441,76	22.127,86	0,57
Vigilância Epidemiológica	76.441,75	76.441,75	63.515,74	1,64
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	468.478,75	748.222,95	623.536,81	16,08
TOTAL	4.211.940,50	4.237.768,66	3.878.668,25	100,00
FONTE:				

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:19245387

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade “Pregão Presencial” nos termos da Lei 8.666/93 e Lei

10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 14h00min do dia 04 de fevereiro de 2014, objetivando a FUTURA E EVENTUAL Aquisição de Combustíveis para Atendimento Ao Gabinete do Prefeito e as Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura e Obras, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:
Sagrou-se vencedora do citado certame as seguintes licitantes: ROSALINA DE LIMA EPP, com valor de R$ 1.644.874,00 (Um Milhão Seiscentos e Quarenta e Quatro Mil Oitocentos e Setenta e Quatro Reais) e REIS COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA R$ 327.450,00 (Trezentos e Vinte e Sete Mil Quatrocentos e Cinquenta Reais). Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.
O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 04 de fevereiro de 2014.

ROBERTA MEZALIRA VENTUROSO
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Roberta Mezalira Venturoso
Código Identificador:AB106827

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 003/2014, de 06/01/2014, torna público aos interessados que realizará licitação no dia 21/02/2014, às 14H00, para Contratação de empresa para prestação de serviços de Transporte Escolar para os alunos do Ensino Fundamental e Pré-escola da Rede Municipal, durante todo Ano Letivo de 2014, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 13H00min às 17H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.
Novo Mundo, MT, 07 de fevereiro de 2014.

ROBERTA MEZALIRA VENTUROSO
Pregoeira Oficial

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberta Mezalira Venturoso
Código Identificador:1681E931

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 01/2013.

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 01/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADO: ACPI ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMATICA
VALOR GLOBAL R$ 17.170,29 (dezessete mil cento e setenta reais e vinte e nove centavos).
OBJETO: **Primeiro Aditivo a Prorrogação do Contrato de** Locação de Softwares de Administração Pública, **pelo período de 01/02/2014 a 31/04/2014.**
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio–MT. 24 de Janeiro de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:D34A08EA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 02/2013.

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 02/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTONIO – MT.
CONTRATADO: ACPI ASSESSORIA CONSULTORIA PLANEJAMENTO & INFORMATICA
VALOR GLOBAL R$ 29.551,20 (vinte e nove mil quinhentos cinqüenta e um reais e vinte centavos).
OBJETO: **Primeiro Aditivo a Prorrogação do Contrato de** Consultoria Administrativa, Contábil, Planejamento, Financeira e Patrimonial, **pelo período de 01/02/2014 a 31/08/2014.**
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio–MT. 24 de Janeiro de 2014.

EDUARDO PENNO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:0690C748

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2014

INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
CHISLEY S. CARDOSO	2079029-5 SSP/MT	AGENTE ADMINISTRATIVO
JANAINA PEREIRA DE MOURA ELIAS	22537708 SSP/MT	AGENTE ADMINISTRATIVO

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
MARIO DIONATA COSTA ALVES	2255739-3	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
QUEILA GAMA DA SILVA	2130611-7-SSP/MT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
GESSICA TEIXEIRA DE SOUSA	2437594-2 SSP/MT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JUSSARA DA COSTA GOMES	3287013-2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JOANA TAVARES DA COSTA	1182231-7 SSP/MT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
DORALICE RIBEIRO DA SILVA	2112626-7 SSP/MT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
VILIAN-MEIRE PEREIRA FEITOSA	2287645-6	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
MARIA DE JESUS LUZ RIBEIRO	114263-5	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
JANAINA FERREIRA DOS SANTOS	1998487-1 SSP/MT	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
EVA GOMES DA SILVA	2025868-2	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
RAIMUNDA DE S. LOPES	158765 SSP/TO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
VERONILHA DA SILVA COSTA	1805078-6	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
RICLEIA PEREIRA DA COSTA	2253679-5	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
DENISE DA SILVA	1596240-7	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
MARIA DO AMPARO BELEM MARINHO	460543-5	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
EVA FERNANDES COSTA	2253574-8	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
GERALDINA FERREIRA DOS SANTOS	1722315-6	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
MARCIO OLIVEIRA DE SOUZA	580496-5	MOTORISTA
ARIALMI PEREIRA VANDERLEI	14528762 SSP/MT	MOTORISTA
JONATAN SILVA LUZ	16037014 SSP/MT	MOTORISTA
ERION FERNANDES DA SILVA	18050999	MOTORISTA

SECRETARIA DE OBRAS

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
DIONE ELIAS PARENTE	2248606-2 SSP/MT	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
WALFRIDO F DA SILVA	921780	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
DALMIRO NUNES COSTA	313709	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
AGUIASIO BEZERRA AGUIAR	2302822-0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
WANDERSON BARBOSA PIMENTEL	2287496-8	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
OTAVIANO FERREIRA NUNES	369573 2ª VIA TO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
ISMAEL JESUS DA SILVA	1692232-8	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
LEANDRO PEREIRA RODRIGUES	1839324-1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
REGUNALDO ALVES DE FREITAS	362259-3 GO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
GIVALDO JUNIOR V. MARIANO	2188105-7	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
CLEITON NUNES SILVA	2302832-7	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
SOLINEIS VIEIRA LUZ	1805170-7	VIGIA
BEMERCIANO PEREIRA CARLOS	25087006-1	VIGIA
ROGERIO FERREIRA COSTA	2437668-0	VIGIA
AMADEUS SOARES DA SILVA	1078351-2	VIGIA
EGNO SILVA COSTA	1805016-6	VIGIA
DEOCLECIANO PEREIRA CARLOS	214090-5	VIGIA
JEFERSON NUNES PEREIRA	1558261-2	VIGIA
LESLEY GOMES REIS	2055442-7	VIGIA
CASSIO FERREIRA COSTA	2508683-9	VIGIA
MILTON BARBOSA DA COSTA	0437635-8	VIGIA
ELIJO PAIXAO COSTA DOS SANTOS	923718	VIGIA
ELIZEU DOS SANTOS	2116488-6	VIGIA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
LUIZ CARLOS ROCHA	10687041 SSP/MT	ELETRICISTA
MOACIR VIEIRA DE AMORIM	841814 SSP/GO	ELETRICISTA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
CLAUDIO A. DECKMANN	4509867	MOTORISTA
FELIX CIRQUEIRA BARBOSA	441380	MOTORISTA
JOSE RICARDO GUIMARÃES CANDIDO	10585940 SSP/MT	MOTORISTA
PABLO JOSE DE SOUSA CARDOSO	18011837	MOTORISTA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
JOSIMAR CRISOSTOMO DE SOUZA	033686-7	MECANICO DE VEICULOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
IRANETE R. DOS SANTOS	1102713-4	PROFESSORA DE PEDAGOGIA
NEUZI FRANCISCA DA SILVA MALTA	2437588-8	PROFESSORA DE PEDAGOGIA
LINDALVA LOPES DE OLIVEIRA	701505	PROFESSORA DE PEDAGOGIA
DIOLAINE COSTA ALVES MARQUES	1584505-2	PROFESSORA DE PEDAGOGIA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
GESSE FERREIRA	05579976-1	PROFESSOR DE MATEMÁTICA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
ROMARIO RIBEIRO DOS SANTOS	**2209531-4**	PROFESSOR DE INFORMATICA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
CELSO GARCIA DE OLIVEIRA	00103938-5	PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
CLAYTON GONÇALVES OLIVA	1889576-SSP/DF	PROFESSOR DE GEOGRAFIA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
CLERES NUNES SILVA	1606620-0	A.D.I.
EDINALVA OLIVEIRA REGO	313524SSPMT	A.D.I.
MARILENE FERREIRA DOS SANTOS	1804911-7	A.D.I.
SANDRA NUNES PEREIRA	1805053-0	A.D.I.
CERISA COSTA DOS SANTOS	1584450-5	A.D.I.

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
ANGELA SOUZA RIBEIRO	1804952-4	AAE – NUTRIÇÃO ESCOLAR/LIMPEZA
MARIA DOS REIS CARVALHO SILVA	4718456	AAE – NUTRIÇÃO ESCOLAR/LIMPEZA
IZALENE OLIVEIRA DA SILVA	20370432002	AAE – NUTRIÇÃO ESCOLAR/LIMPEZA
ROSENILDES BATISTA DA SILVA	1805209-6	AAE – NUTRIÇÃO ESCOLAR/LIMPEZA
DAIANE DA SILVA COSTA	1805245-2	AAE – NUTRIÇÃO ESCOLAR/LIMPEZA
JUCILENE ARAUJO RIBEIRO	2253789-9	AAE – NUTRIÇÃO ESCOLAR/LIMPEZA
JOISSE KAROLINE MARQUES	2302664-2	AAE – NUTRIÇÃO ESCOLAR/LIMPEZA
SIRLENE RODRIGUES DOS SANTOS	2302904-8	AAE – NUTRIÇÃO ESCOLAR/LIMPEZA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
LENISMAR GUIMARÃES DA SILVA	2437662-0	A.A. INFRA ESTRUTURA (MASCULINO) ANTONIO DE FREITAS
JOAQUIM DOS SANTOS SILVA	1115653-8	A.A. INFRA ESTRUTURA (MASCULINO) ANTONIO DE FREITAS
MANOEL RIBEIRO LOPES	2508635-9	A.A. INFRA ESTRUTURA (MASCULINO) ANTONIO DE FREITAS

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
WESLANE BARROS SOBRINHO	223866-0	A.A. ALMOXARIFE ESCOLAR
ALINE ROCHA DE ABREU	1546898-9 SSP/MT	A.A. ALMOXARIFE ESCOLAR

SECRETARIA DE SAÚDE

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
BRYAN BILL ROSA DE ARAUJO	14313545 SSP/MT	ENFERMEIRO
JANAIRA BARBOSA LIMA COIMBRA	18011080	ENFERMEIRO
WANESSA SOUSA BARBOSA	1811252-8	ENFERMEIRO
JEFERSON DIEGO SANTOS BARBOSA	2310936-0 SSP/MT	ENFERMEIRO
VIVIENE DE SOUSA GONÇALVES	1519460-4	ENFERMEIRO

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
NATALIA BIANCHIN DE OLIVEIRA	1962625-8 SSP/MT	FISIOTERAPEUTA
AMANDA LINO SILVANO	5590227	FISIOTERAPEUTA
WESLAINE ALESSANDRA MONTEIRO DA SILVA	448082093	FISIOTERAPEUTA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
GEMILA PERAUTA JASER	001532601 SSP/MS	PSICOLOGA
CLAUDINEI APARECIDO DA SILVA	34172550 SSP/MT	PSICOLOGO

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
MATHEUS SOUSA ALENCAR	2167181-8	NUTRICIONISTA
CYNTHIA FERREIRA MARTINS	2240389-2 SSP/MT	NUTRICIONISTA
JACKELYNE ALAIR DE MOURA DA COSTA	5498333	NUTRICIONISTA
NATALIA DUARTE GARCIA	5208952	NUTRICIONISTA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
GAUDIANUBIA RIBEIRO	3276371-2	ASSISTENTE SOCIAL
MANOEL MESSIAS TORRES	1752006-1 SSP/MT	ASSISTENTE SOCIAL

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
RODRIGO SOUSA MARTINS	1603719-7 SSP/MT	FARMACEUTICO
NAIRA YOUKO YAMASHITA	001357627	FARMACEUTICA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
IZELMA DE ALMEIDA XAVIER	2253443-1	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA – ZONA URBANA
DIVINO ARAUJO DE ABREU	0796885-0	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA – ZONA URBANA
JHON LENNO TAVARES DE SOUZA	2437543-9	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA – ZONA URBANA
RENATA VILELA FARIA RODRIGUES	1747459-0	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA – ZONA URBANA

ANGELICA PEREIRA LEAL	001320457	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA – ZONA URBANA
VANDERLEIA PEREIRA DE SOUSA	1343361-0 SSP/MT	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA – ZONA URBANA
DEVANI RODRIGUES DOS SANTOS	1556054-6	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA – ZONA URBANA
EBETANIA PEREIRA DOS SANTOS	1804939-7	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA – ZONA URBANA
ANA FLAVIA LUZSOUSA	2287393-7	FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA – ZONA URBANA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
LESLIANE BISPO DE ALMEIDA	2165430-1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
RONALDO DA SILVA CARDOSO	18049176	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
VERONICE PEREIRA DA SILVA	780978	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
ROSANA GOMES COSTA	2287637-5	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
MARLI BEZERRA DA SILVA	1805212-6	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
EDISSELMA GOMES PEREIRA	2071078-0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
MARIA DIVINA PEREIRA DE OLIVEIRA	437736	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
ANTONIO NETO BELEM MARINHO	2255777-6 SSP/MT	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ZONA RURAL
LINDALVA PUTENCIO BEZERRA	1501576-9	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ZONA RURAL
ADRIANA BEZERRA NOLETO	3431268-6216510	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ZONA RURAL
ROSIRENE M. SILVA	9343603 MG	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ZONA RURAL
ITANAENDES FERREIRA PARENTE	1155733-8	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ZONA RURAL
MARIA AMELIA COSTA S. CAMPOS	1527050-5	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ZONA RURAL
OSMAR DA SILVA ROCHA	1430798-7	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ZONA RURAL
ELISMAR SILVA DA COSTA	1805205-3	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ZONA RURAL

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
JANAINA BELEM MARINHO	5951218 SSP/GO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
GILVAN VIEIRA LUZ	1805070-0	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
ROSILEIDE F. SOUSA	970272	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JOAQUIM ANTONIO DE PAULA	444879727-SSP/PR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
TAMIRES AMORIM RODRIGUES	2297380-0	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
WAINES LAIRA LIMA DOS SANTOS	2479427-9	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
PATRICIA BISPO DA COSTA	2165434-4 SSP/MT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
ADRIELLE BEZERRA GUIMARÃES	2158724-8	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
JAQUELINE PEREIRA DE MOURA ALMEIDA	2253548-9 SSP/MT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
ALINE BELEM MARINHO	CTPSNº 79550 SERIE 00025-MT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
MAICON COUTO DOS SANTOS	2145380-2 SSP/MT	AUXILIAR ADMINISTRATIVO

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
THELMA SALES ABREU	2287643-0	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
LUCIANA DOS SANTOS ABREU	1524714-7	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
FABIULA FERNANDES CONCEIÇÃO	5205150	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
EVANDRO PEREIRA RODRIGUES	1839334-9	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
GLAUBIANE MELO VASCONCELOS	1768014-0	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
DINALDI COSTA ARAUJO	2240536-4	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
BALBO SOUSA MARQUES	2287633-2	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
ADEVANIR PEREIRA DOS SANTOS	126039432913-16	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
JULIANA PEREIRA DE MOURA	1804955-9	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
ANA CRISTINA BEZERRA DA SILVA RAMOS	5105867	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
GLENDA LORRANE DANIEL SILVA	2287821-1	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
FERNANDA SOUSA CARLOS	22538356	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
FERNANDA FERREIA DA SILVA	1874870-8	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
EMIVALDO COSTA BISPO	1805096-4	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
DOUGLAS AIRES DE CASTRO	4541360 SSP/GO	TECNICO DE ENFERMAGEM
LUZIA DOSSANTOS ABREU	1487943-3	TECNICO DE ENFERMAGEM
ZELDA DE SOUSA OLIVEIRA	4328224	TECNICO DE ENFERMAGEM

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
NILTON RODRIGUES DA SILVA	1457488-8	MOTORISTA
RODRIGO ABREU DA SILVA	2165465-4	MOTORISTA
FRANCISCO DE CASTRO	43425683-3	MOTORISTA
ALCIDINEIS PEREIRA SILVA	2049020-8 SSP/MT	MOTORISTA
ANDRE LUIZ SCHNIDER	1269737-0	MOTORISTA
JORDAN DA SILVA MALTA	708554	MOTORISTA
ROBERIO FLORIANO DE FREITAS	191398292 SSP/MT	MOTORISTA

SECRETARIA DE AGRIICULTURA

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
CLAUDIA FRANÇA DE SOUZA	1779717-9	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
DEUCIMARA COELHO LUZ	1918694-0	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
WELISON COSTA DOS SANTOS	14037432	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MASCULINO
DOMINGOS CRUZ SALES	1419999	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – MASCULINO

NOME DO CANDIDATO	N° RG	CARGO PRETENDIDO
ANA CARLA DOS SANTOS SOARES SILVA	24620211	AGENTE AMBIENTAL
RAQUEL SOUSA REGO	2302648-0	AGENTE AMBIENTAL
DEUZELIA LOPES DA SILVA	5612147	AGENTE AMBIENTAL
MAIKON JHON FEITOSA DA SILVA	2437561-6	AGENTE AMBIENTAL
LORRANE COSTA DA SILVA	2098938-5	AGENTE AMBIENTAL
ADI RODRIGUES DA SILVA	923733 MT	AGENTE AMBIENTAL

ADRIANA GRANDINI HUNNICUTT
Presidetnte

Publicado por:
Marcos da Silva
Código Identificador:C9AC33EB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DE CT Nº. 12/2014

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 12/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 8/2014.
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 3/2014

Objeto**:** OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM VEÍCULO CAMIONETE CARROCERIA, MARCA FORD, MODELO F1000, ANO DE FABRICAÇÃO – 1.982, PLACA JYZ2028, RENAVAN 126705518, PARA ATENDIMENTO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso
Contratada: OSMAR RODRIGUES REZENDE 56813503120.

Valor: R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Período de vigência: 05/02/2014 à 05/02/2015.
Prazo de Entrega: 360 dias.
Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 05 de Fevereiro de 2014.

LEONARDO FARIA ZAMPA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:0F6FF408

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS
EXTRATO DE CT Nº. 13/2014

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 13/2014
PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 9/2014.
PREGÃO PRESENCIAL: Nº 4/2014

Objeto**:** OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA APURAÇÃO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM NA ARRECADAÇÃO DO ICMS A VIGORAR NO ANO SUBSEQUENTE AO ATUAL EXERCÍCIO.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso
Contratada: META CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA-ME.

Valor: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Período de vigência: 10/02/2014 à 10/02/2015.
Prazo de Entrega: 360 dias.
Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 10 de Fevereiro de 2014.

LEONARDO FARIA ZAMPA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Lorrani Cardoso da Silva
Código Identificador:EF6BE78D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 034/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT
CONTRATADA: ROSALINA NISSOLA SARTORI - ME
DO ADITIVO: Fica acrescida nas Cláusulas Primeira e Quarta do Contrato Primitivo, o valor de R$ 135.795,00 (Cento e trinta e cinco mil setecentos e noventa e cinco reais).
PARANAÍTA/MT, 07/01/2014

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:AD3B7609

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 069/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT
CONTRATADA: ROSALINA NISSOLA SARTORI - ME
DO ADITIVO: Fica acrescida nas Cláusulas Primeira e Quarta do Contrato Primitivo, o valor de R$15.840,00 (Quinze mil e oitocentos e quarenta reais).
PARANAÍTA/MT, 07/01/2014

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:89C0ED99

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

A Prefeitura Municipal de Paranaíta comunica que, em despacho proferido no Processo de Dispensa de Licitação Nº. 001/2014, o Sr. Antonio Domingo Rufatto, Prefeito Municipal, reconheceu ser dispensável a licitação objetivando a Locação de Prédio a ser utilizado pelos entrepostos da SEFAZ, JUNTA MILITAR E POSTO DO CARTÓRIO ELEITORAL, do Sr. Felício José de Brito, no valor mensal de R$ 1.000,00 (Um mil reais) para um período de 10 (dez) meses e 22 (vinte e dois) dias, fundamentado na Lei 8.666/93 art. 24, X.
Paranaíta – MT, 07 de Fevereiro de 2014.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:D161E5A3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2014

A Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT, através da sua Pregoeira nomeada pelo Decreto Municipal nº. 007/2014, torna público que estará realizando Licitação na Modalidade de Pregão Presencial nº. 007/2014, regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 153/2009, subsidiada pela Lei nº. 8.666/1993. Objeto: Contratação de uma empresa especializada em agenciamento de publicidade para serviços de veiculação e publicação de atos oficiais, para atender as necessidades do Município de Paranaíta/MT. Início da Sessão: dia 24/02/2014 Horário: 08:00 horas. Credenciamento: das 07:30 às 08:00 horas. Retirada do Edital na Prefeitura e no site: www.paranaita.mt.gov.br, informações pelo telefone: (66) 3563-2700, Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Paranaíta, situada a Rua Alceu Rossi, s/ nº. Centro, Paranaíta/MT, CEP: 78.590-000.
Paranaíta/MT, 07 de Fevereiro de 2014.

LUCIANE RAQUEL BRAUWERS
Pregoeira

Publicado por:
Luciane Raquel Brauwers
Código Identificador:30A64099

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO V - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIMEPRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14					
RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	875.010,00	875.010,00	223.403,63	1.704.863,70	1.955.200,99
RECEITAS CORRENTES	875.010,00	875.010,00	223.403,63	1.704.863,70	1.955.200,99
Receita de Contribuições	651.420,00	651.420,00	110.223,38	1.098.482,55	941.694,61
Pessoal Civil	651.420,00	651.420,00	110.223,38	1.098.482,55	941.694,61
Contribuição de Servidor Ativo Civil	648.587,00	648.587,00	110.223,38	1.098.482,55	941.694,61
Contribuição de Servidor Inativo Civil	83,00	83,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista	2.750,00	2.750,00	0,00	0,00	0,00

Civil					
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	220.730,00	220.730,00	113.180,25	543.123,37	945.045,96
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	220.730,00	220.730,00	113.180,25	606.381,15	1.008.303,74
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	-63.257,78	-63.257,78
Outras Receitas Correntes	2.860,00	2.860,00	0,00	63.257,78	68.460,42
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	641.774,00	641.774,00	94.351,52	1.024.467,28	903.964,20
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	1.516.784,00	1.516.784,00	317.755,15	2.729.330,98	2.859.165,19

DESPESAPREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	362.178,00	514.178,00	233.963,98	1.055.890,35	733.879,06
ADMINISTRAÇÃO	225.290,00	302.290,00	148.724,61	676.710,80	454.741,77
Despesas Correntes	218.280,00	295.280,00	148.724,61	676.650,80	451.614,77
Despesas de Capital	7.010,00	7.010,00	0,00	60,00	3.127,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	136.888,00	211.888,00	85.239,37	379.179,55	279.137,29
Pessoal Civil	136.888,00	211.888,00	85.239,37	379.179,55	279.137,29
Aposentadorias	54.888,00	74.888,00	54.551,25	263.435,37	141.644,49
Pensões	47.000,00	102.000,00	28.095,16	79.442,42	96.929,66
Outros Benefícios Previdenciários	35.000,00	35.000,00	2.592,96	36.301,76	40.563,14
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	1.154.606,00	1.002.606,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	1.516.784,00	1.516.784,00	233.963,98	1.055.890,35	733.879,06
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	0,00	0,00	83.791,17	1.673.440,63	2.125.286,13

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	5º BIM/2013	PERÍODO REFERÊNCIA	
		2012	2013
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	69.006,24	41.081,83	39.806,54
Investimentos	7.624.198,66	8.155.348,80	9.599.597,40

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
RECEITAS CORRENTES	641.774,00	641.774,00	94.351,52	1.024.467,28	903.964,20
Receita de Contribuições	641.774,00	641.774,00	94.351,52	1.024.467,28	903.964,20
Pessoal Civil	641.774,00	641.774,00	94.351,52	1.024.467,28	903.964,20
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	641.774,00	641.774,00	94.351,52	1.024.467,28	903.964,20
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	641.774,00	641.774,00	94.351,52	1.024.467,28	903.964,20

DESPESAS	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS		
PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	INICIAL	ATUALIZADA	No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:					

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:0904A5CF

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO VI - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)			LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 31 Out 2013 (b)	Em 31 Dez 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	10.791.873,47	3.866.244,11	3.575.472,39
Ativo Disponivel	12.484.089,01	14.877.574,49	13.609.552,97
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.692.215,54	11.011.330,38	10.034.080,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.791.873,47	-3.866.244,11	-3.575.472,39
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDA(VI) = (III + IV - V)	-10.791.873,47	-3.866.244,11	-3.575.472,39

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan a Dez 2013 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	290.771,72	7.216.401,08

DISCRIMINAÇÃO DAMETAFISCAL	VALOR
METADE RESULTADO NOMINAL FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARAO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 31 Out 2013 (b)	Em 31 Dez 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	9.002.584,13	10.479.507,13	10.445.838,14
Ativo Disponivel	9.002.864,83	10.479.507,13	10.445.838,14
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	280,70	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDAFISCAL LÍQUIDAPREVIDENCIÁRIA(XI) = (VIII - IX)	0,00	0,00	0,00
FONTE:			

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:91319D6C

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO VII - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)				LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	35.909.906,00	7.583.928,99	43.666.930,11	45.125.720,25
Receita Tributária	2.986.680,00	1.061.341,82	7.895.169,73	6.503.230,66
IPTU	502.210,00	1.549,08	353.482,61	255.336,06
ISS	1.010.940,00	400.870,58	2.424.384,23	2.254.510,07

ITBI	604.510,00	455.183,81	4.093.767,76	2.683.836,66
IRRF	592.600,00	178.849,28	847.756,78	836.351,31
Taxas	175.950,00	24.889,07	175.778,35	473.196,56
Contribuição de Melhoria	100.470,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	1.778.224,00	274.290,32	2.517.762,88	2.245.235,08
Receita Previdenciária	1.293.194,00	204.574,90	2.122.949,83	1.845.658,81
Outras Contribuições	485.030,00	69.715,42	394.813,05	399.576,27
Receita Patrimonial Líquida	18.486,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	472.580,00	135.278,79	740.659,94	1.134.795,90
(-) Aplicações Financeiras	454.094,00	135.278,79	740.659,94	1.134.795,90
Transferências Correntes	28.166.603,00	5.791.210,36	30.865.012,75	34.013.817,38
FPM	7.220.872,00	1.940.962,87	8.138.998,96	7.794.015,34
ICMS	8.184.520,00	1.410.723,13	8.474.331,27	8.763.746,24
Outras Transferências Correntes	12.761.211,00	2.439.524,36	14.251.682,52	17.456.055,80
Demais Receitas Correntes	2.959.913,00	457.086,49	2.388.984,75	2.363.437,13
Dívida Ativa	909.193,00	25.981,54	234.007,85	157.140,14
Receitas Correntes Diversas	2.050.720,00	431.104,95	2.154.976,90	2.206.296,99
Operações de Crédito (III)	2.550,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	2.540,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.922.165,00	45.853,17	1.280.595,66	4.745.434,31
Convênios	4.822.195,00	45.853,17	1.280.595,66	4.745.434,31
Outras Transferências de Capital	99.970,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	1.787,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.923.952,00	45.853,17	1.280.595,66	4.745.434,31
RECEITAPRIMÁRIATOTAL (VII) = (I + VI)	40.833.858,00	7.629.782,16	44.947.525,77	49.871.154,56

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	41.627.569,01	6.796.193,95	40.809.407,97	39.761.754,01
Pessoal e Encargos Sociais	24.293.521,56	4.288.757,25	24.118.926,44	21.546.628,34
Juros e Encargos da Dívida (IX)	89.780,48	9.649,99	82.749,46	91.865,69
Outras Despesas Correntes	17.244.266,97	2.497.786,71	16.607.732,07	18.123.259,98
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	41.537.788,53	6.786.543,96	40.726.658,51	39.669.888,32
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.544.365,05	598.690,56	1.424.688,28	1.686.926,70
Investimentos	4.196.197,53	530.966,84	1.077.544,15	1.132.919,94
Inversões Financeiras	0,63	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,63	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	348.166,89	67.723,72	347.144,13	554.006,76
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	4.196.198,16	530.966,84	1.077.544,15	1.132.919,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-9.278,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	373.606,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAPRIMÁRIATOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	46.098.314,69	7.317.510,80	41.804.202,66	40.802.808,26
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	-5.264.456,69	312.271,36	3.143.323,11	9.068.346,30
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	-

DISCRIMINAÇÃO DAMETAFISCAL	VALOR
METADE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADANO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARAO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00
FONTE:	

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:D42D0ACA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO VI - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS COM MANUTENÇÃO EDESENVOLVIMENTO DO ENSINO ORÇAMENTO DASEGURIDADE SOCIAL JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)					LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	23.780.625,00	23.780.625,00	5.353.110,30	30.335.021,84	127,56
Receitas de Impostos	3.261.051,00	3.261.051,00	890.987,99	7.153.800,14	219,37
Impostos	2.117.660,00	2.117.660,00	857.603,47	6.871.634,60	324,49
Dívida Ativa dos Impostos	570.003,00	570.003,00	24.206,18	212.113,02	37,21
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	573.388,00	573.388,00	9.178,34	70.052,52	12,22
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	20.519.574,00	20.519.574,00	4.462.122,31	23.181.221,70	112,97
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.220.872,00	7.220.872,00	1.940.962,87	8.138.998,96	112,71
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	71.912,00	71.912,00	8.455,22	42.283,23	58,8
Cota-Parte ICMS	8.184.520,00	8.184.520,00	1.410.723,13	8.474.331,27	103,54
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	114.520,00	114.520,00	47.219,68	82.872,78	72,37
Cota-Parte ITR	415.552,00	415.552,00	219.256,54	1.135.515,30	273,25
Cota-Parte IPVA	412.864,00	412.864,00	40.636,91	726.681,88	176,01
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	4.099.334,00	4.099.334,00	794.867,96	4.580.538,28	111,74
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	6.662.845,00	6.662.845,00	1.240.426,93	7.502.598,92	112,6
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	4.104.764,00	4.104.764,00	972.841,78	5.787.502,79	140,99
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	4.104.764,00	4.104.764,00	972.841,78	5.787.502,79	140,99
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	618.550,00	618.550,00	116.982,24	700.196,00	113,2
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	1.848.861,00	1.848.861,00	150.602,91	1.014.900,13	54,89
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	90.670,00	90.670,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	26.344.136,00	26.344.136,00	5.798.669,27	33.257.082,48	126,24

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Jun 2012 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	3.473.834,00	7.005.058,36	1.262.402,78	4.729.435,75	67,51
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	2.910.068,91	6.542.743,27	1.161.386,98	4.348.394,14	66,46
Despesas com Educação IInfantil em Creches e Pré-Escolas (VIII)	563.765,09	462.315,09	101.015,80	381.041,61	82,42
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	4.104.764,00	6.085.594,00	1.168.546,82	6.064.684,86	99,66
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	2.462.858,00	3.836.708,00	763.797,67	3.814.230,35	99,41
Outras Despesas no Ensino Básico	1.641.906,00	2.248.886,00	404.749,15	2.250.454,51	100,07
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	184.537,00	398.797,00	289.990,59	398.761,29	99,99
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	7.763.135,00	13.489.449,36	2.720.940,19524.906,04	11.192.881,90	82,98

[se II>IV]= PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)	- -
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.206.964,51
DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	1.206.964,51
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas Com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas Com Educação Infantil em Creches e Pré Escolas	0,00 0
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	1.206.964,51

CONTROLE DE RESTOS APAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS APAGARINSCRITOSCOM DISPONIBILIDADE FINANCEIRADE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	524.906,04	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	86.921,24	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	9.587.156,10
TABELADE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	31,6
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	65,90

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2012	Jan a Dez 2013
	0.00	134.692,17

LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (f)	% (f/e)
ENSINO FUNDAMENTAL	5.852.064,00	11.657.881,27	2.350.707,09	9.460.969,13	81,16
ENSINO SUPERIOR	32.400,00	217.100,00	47.376,00	216.600,00	99,77
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.284.818,00	1.277.027,09	265.715,36	1.190.555,25	93,23
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	59.277,00	1.168,50	0,00	0,00	0
EDUCAÇÃO ESPECIAL	33.757,00	732,50	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS	7.262.316,00	13.153.909,36	2.663.798,45	10.868.124,38	82,62
FONTE:					

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:3294A1EE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO X - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS COM MANUTENÇÃO EDESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72) — LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	23.780.625,00	23.780.625,00	5.353.110,30	30.335.021,84	127,56
Receitas de Impostos	3.261.051,00	3.261.051,00	890.987,99	7.153.800,14	219,37
Impostos	2.117.660,00	2.117.660,00	857.603,47	6.871.634,60	324,49
Dívida Ativa dos Impostos	570.003,00	570.003,00	24.206,18	212.113,02	37,21
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	573.388,00	573.388,00	9.178,34	70.052,52	12,22
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	20.519.574,00	20.519.574,00	4.462.122,31	23.181.221,70	112,97
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.220.872,00	7.220.872,00	1.940.962,87	8.138.998,96	112,71
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	71.912,00	71.912,00	8.455,22	42.283,23	58,8
Cota-Parte ICMS	8.184.520,00	8.184.520,00	1.410.723,13	8.474.331,27	103,54
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	114.520,00	114.520,00	47.219,68	82.872,78	72,37
Cota-Parte ITR	415.552,00	415.552,00	219.256,54	1.135.515,30	273,25
Cota-Parte IPVA	412.864,00	412.864,00	40.636,91	726.681,88	176,01
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	4.099.334,00	4.099.334,00	794.867,96	4.580.538,28	111,74
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	6.662.845,00	6.662.845,00	1.240.426,93	7.502.598,92	112,6
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	4.104.764,00	4.104.764,00	972.841,78	5.787.502,79	140,99
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	4.104.764,00	4.104.764,00	972.841,78	5.787.502,79	140,99
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	618.550,00	618.550,00	116.982,24	700.196,00	113,2
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	1.848.861,00	1.848.861,00	150.602,91	1.014.900,13	54,89
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	90.670,00	90.670,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	26.344.136,00	26.344.136,00	5.798.669,27	33.257.082,48	126,24

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Jun 2012 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	3.473.834,00	7.005.058,36	1.262.402,78	4.729.435,75	67,51
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	2.910.068,91	6.542.743,27	1.161.386,98	4.348.394,14	66,46
Despesas com Educação IInfantil em Creches e Pré-Escolas (VIII)	563.765,09	462.315,09	101.015,80	381.041,61	82,42
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	4.104.764,00	6.085.594,00	1.168.546,82	6.064.684,86	99,66
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	2.462.858,00	3.836.708,00	763.797,67	3.814.230,35	99,41
Outras Despesas no Ensino Básico	1.641.906,00	2.248.886,00	404.749,15	2.250.454,51	100,07
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	184.537,00	398.797,00	289.990,59	398.761,29	99,99
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	7.763.135,00	13.489.449,36	2.720.940,19	524.906,04	82,98

[se II>IV]= PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)	- -
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	1.206.964,51
DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	1.206.964,51
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas Com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas Com Educação Infantil em Creches e Pré Escolas	0,00 0
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	1.206.964,51

CONTROLE DE RESTOS APAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS APAGARINSCRITOSCOM DISPONIBILIDADE FINANCEIRADE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	524.906,04	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	86.921,24	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	9.587.156,10
TABELADE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	31,6
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	65,90

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2012	Jan a Dez 2013
	0.00	134.692,17

LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (f)	% (f/e)
ENSINO FUNDAMENTAL	5.852.064,00	11.657.881,27	2.350.707,09	9.460.969,13	81,16
ENSINO SUPERIOR	32.400,00	217.100,00	47.376,00	216.600,00	99,77
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.284.818,00	1.277.027,09	265.715,36	1.190.555,25	93,23
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	59.277,00	1.168,50	0,00	0,00	0
EDUCAÇÃO ESPECIAL	33.757,00	732,50	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS	7.262.316,00	13.153.909,36	2.663.798,45	10.868.124,38	82,62
FONTE:					

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:4F5CCFC6

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO XI - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DEOPERAÇÕES DECRÉDITO EDESPESAS DECAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Jan a Dez 2013 (b)		SALDO A REALIZAR c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (I)	2.550,00	0,00		2.550,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Jan a Dez 2013		SALDO A EXECUTAR (g) = (d-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS APAGAR NÃO PROCESSADO (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.544.365,05	1.424.688,28	2.840.195,90	3.119.676,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	-	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	-	0,00
DESPESADE CAPITAL LÍQUIDA(II)	4.544.365,05	1.424.688,28	2.840.195,90	3.119.676,77
	VIII = (a - d)	IX = (b - (e + f))		X = (c - g)
RESULTADO PARAAPURAÇÃO DAREGRADE OURO (III) = (I - II)	-4.541.815,05	-4.264.884,18		-3.117.126,77
FONTE:				

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:2DF1E99B

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO XIV - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DEALIENAÇÃO DEATIVOS EAPLICAÇÃO DERECURSOS
ORÇAMENTOS DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14			
LRF, art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAREALIZADAS (b)	SALDO AREALIZAR (a - b)
RECEITADE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.270,00	0,00	1.270,00
Alienação de Bens Móveis	1.270,00	0,00	1.270,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.270,00	0,00	1.270,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESALIQUIDADAS (d)	SALDO AREALIZAR (c-d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	78,30	77,43	0,87
Investimentos	78,30	77,43	0,87
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/ Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes Próprios de Previdência	355.168,00	419.546,32	-64.378,32
TOTAL	355.246,30	419.623,75	-64.377,45
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	DO EXERCÍCIO (f) = (b - d)	SALDO ATUAL (e + f)
	0,00	-419.623,75	-419.623,75
FONTE:			

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:457E77A9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO XVI - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITADEIMPOSTOS EDAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO2013/SEMESTRE JANEIROm ADEZEMBRO.

ADCT, art 77 - Anexo XVI			LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14	
RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Jan a Dez 2013 (b)	% (b/a)
RECEITADE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	23.757.721,00	23.757.721,00	30.335.021,84	127,68
Impostos	2.117.660,00	2.117.660,00	6.871.634,60	324,49
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.143.391,00	1.143.391,00	282.165,54	24,68
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	20.496.670,00	20.496.670,00	23.181.221,70	113,10
Da União	9.635.420,00	9.635.420,00	11.597.083,44	120,36
Do Estado	10.861.250,00	10.861.250,00	11.584.138,26	106,66
TRANSFERÊNCIADE RECURSOS DO SISTEMAÚNICO DE SAÚDE - SUS(II)	4.813.820,00	4.813.820,00	3.989.456,96	82,88
Da União para o Município	3.984.465,00	3.984.465,00	3.452.042,00	86,64
Do Estado para o Município	828.205,00	828.205,00	537.414,96	64,89
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	1.150,00	1.150,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE(III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	16.179.061,00	16.179.061,00	14.464.350,16	89,40
(-) DEDUÇÃO PARAO FUNDEF	3.869.326,00	3.869.326,00	4.125.110,53	106,61
TOTAL	40.881.276,00	40.881.276,00	44.663.718,43	109,25
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Jan a Dez 2013 (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.175.960,00	11.878.670,00	11.708.352,53	98,57
Pessoal e Encargos Sociais	5.474.302,00	8.349.462,00	8.370.834,74	100,26
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.701.658,00	3.529.208,00	3.337.517,79	94,57
DESPESAS DE CAPITAL	343.458,00	591.360,72	91.997,33	15,56
Investimentos	338.458,00	591.360,72	91.997,33	15,56
Inversões Financeiras	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	8.519.418,00	12.470.030,72	11.800.349,86	94,63
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2013 (e)	% (e)/desp.saúde
DESPESAS COM SAÚDE	8.519.418,00	12.470.030,72	11.800.349,86	94,63
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	-	189.349,48	1,60
VINCULADADE RECURSOS PRÓPRIOS[1]				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(V)	8.519.418,00	12.470.030,72	11.611.000,38	98,40
CONTROLE DE RESTOS APAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			RESTOS APAGAR	
			Inscritosem Exercícios Anteriores	Cancelado em 2013(f)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			55.359,37	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NARECEITADE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <15,00>[2] [(V-VI)/I]				38,09
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Dez 2013 (g)	% (g/total g)
Atenção Básica	6.153.632,00	5.517.142,72	5.001.669,39	42,39
Assitência Hospitalar e Ambulatorial	1.570.193,00	5.835.713,00	5.727.445,33	48,54
Suporte Profilático e Terapêutico	142.252,00	171.452,00	171.266,47	1,45
Vigilância Sanitária	75.505,00	4.730,00	4.575,24	0,04
Vigilância Epidemiológica	141.408,00	192.320,00	192.246,67	1,63
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	567.096,00	748.673,00	703.146,76	5,96

TOTAL	8.650.086,00	12.470.030,72	11.800.349,86	100,00
FONTE:				

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:DA4C390F

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO I - LRF CIDADAO 3º QUADRIMESTRE
LEGISLATIVO

PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a DEZ/2013

LRF Cidadão 9.31 - 07/02/14	
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	
DESPESACOMPESSOAL	DESPESALIQUIDADA
	Últimos 12 meses
DESPESABRUTACOMPESSOAL (I)	1.395.807,74
Pessoal Ativo	1.395.807,74
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DADESPESA COM PESSOAL PARA FINS DEAPURAÇÃO DO LIMITE- TDP(IV) = (I-II+III)	1.395.807,74
RECEITACORRENTELÍQUIDA- RCL (V)	41.829.212,47
% do TOTAL DADESPESACOM PESSOAL PARAFINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	3,34
LIMITEMÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	2.509.752,75
LIMITEPRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	2.384.265,11
[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:6F7464F9

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO I - LRF CIDADAO 3º QUADRIMESTRE

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a DEZ/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	LRF Cidadão 9.31 - 07/02/14
DESPESACOMPESSOAL	DESPESALIQUIDADA
	Últimos 12 meses
DESPESABRUTACOMPESSOAL (I)	22.249.354,09
Pessoal Ativo	21.906.476,30
Pessoal Inativo e Pensionista	342.877,79
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	403.729,23
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	24.549,68
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	379.179,55
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DADESPESA COM PESSOAL PARA FINS DEAPURAÇÃO DO LIMITE- TDP(IV) = (I-II+III)	21.845.624,86
RECEITACORRENTELÍQUIDA- RCL (V)	41.829.212,47
% do TOTAL DADESPESACOM PESSOAL PARAFINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	52,23
LIMITEMÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	22.587.774,73
LIMITEPRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	21.458.386,00
[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:AEE5234A

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO II - LRF CIDADAO 3º QUADRIMESTRE

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013

LRF Cidadão 9.31 - 07/02/14				
LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II				
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	1.692.984,64	14.065.009,03	14.951.032,23	3.575.472,39
Ativo Disponível	12.484.089,01	14.065.009,03	14.951.032,23	13.609.552,97
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	10.791.104,37	0,00	0,00	10.034.080,58
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA(DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	39.967.611,99	40.852.644,97	41.941.333,52	41.829.212,47
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITEDEFINIDO PORRESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:B7F0E233

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO III - LRF CIDADAO 3º QUADRIMESTRE

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III				LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14
GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	39.967.611,99	40.852.644,97	41.941.333,52	41.829.212,47

% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00
CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:50D92F60

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO IV - LRF CIDADAO 3º QUADRIMESTRE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DECRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
2013

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV	LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:E3398C31

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 003/2014

Contrato nº. 003/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **Douglas Dala Vechia.** Objeto: Locação de um imóvel, situado na MT 130 na saída para Sorriso na Cidade de Paranatinga, para a instalação e funcionamento da garagem municipal. Valor: **R$61.032,95 (Sessenta e um mil e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos).** Período: 03/02/2014 a 31/12/2014.

Departamento de Licitação e Contratos

Paranatinga, 03 de Fevereiro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:E6D2317D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 004/2014

Contrato nº. 004/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **Antônio Vicente de Almeida.** Objeto: Locação de um imóvel para ampliar a Escola Municipal Chapeuzinho Vermelho com 02 (duas) salas com 01 (uma) varanda e 01 (um) banheiro, localizada na Vila Concórdia. Valor: **R$5.225,00 (cinco mil duzentos e vinte e cinco reais).** Período: 03/02/2014 a 31/12/2014.

Departamento de Licitação e Contratos

Paranatinga, 03 de Fevereiro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:053488DE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 005/2014

Contrato nº. 005/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **Antônio Vicente de Almeida.** Objeto: Locação de um imóvel que abrigará a sala de articulação da Escola Municipal Chapeuzinho Vermelho, localizada na Vila Concórdia lote 08 na quadra 110 (frente). Valor: **R$3.643,75 (três mil seiscentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).** Período: 03/02/2014 a 31/12/2014.

Departamento de Licitação e Contratos

Paranatinga, 03 de Fevereiro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:57E0087B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 006/2014

Contrato nº. 006/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **Alzira Fagundes.** Objeto: Locação de um imóvel, situado na rua 29 de Junho, nº 576, centro, na cidade de Paranatinga – MT, para o funcionamento de uma unidade do PSF III. Valor: **R$11.000,00 (onze mil reais).** Período: 03/02/2014 a 31/12/2014.

Departamento de Licitação e Contratos

Paranatinga, 03 de Fevereiro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:0928602C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 007/2014

Contrato nº. 007/2014 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado **Júlio Cesar Tiriba- ME.** Objeto: Locação de um Caminhão Truck caçamba para prestação de serviços, atendendo as necessidades da secretaria municipal de Obras e Infraestrutura. Valor: **R$ R$7.000,00 (Sete mil reais).** Período: 03/02/2014 a 05/03/2014.

Departamento de Licitação e Contratos

Paranatinga, 03 de Fevereiro de 2014.

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:9A0B301F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 005/2014

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através de sua pregoeira nomeada pela portaria 021 de 22 Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2014**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°481/2009, subsidiada pela

Lei 8.666/93. Objeto: Prestação de Serviços de Locação Carreta Prancha, Caminhão Coletador e Compactador de Resíduo Sólidos, Caminhão Caçamba e Pega Entulho para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Data de abertura: 19/02/2014, quarta–feira às 08h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Informações pelo telefone 66-3573-1329 e e-mail: licitacoesptga@bol.com.br.

Paranatinga-MT, 07 de Fevereiro de 2014.

LÚCIA APARECIDA DE FRANÇA CORRÊA
Pregoeira

Publicado por:
Sabta Taylla Biazin da Silva
Código Identificador:23F6B298

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CÂMARA MUNICIPAL
ATA DE JULGAMENTO - CONVITE 001-2014

Processo n° 003 de 16 de janeiro de 2014
Setor Interessado: **01 002 – SECRETARIA DA CÂMARA**
Licitação Modalidade **Convite n°. 001/2014**
Tipo: **Menor Preço por Lote**

Objeto: Terceirização dos serviços de Limpeza e Recepcionista neste Poder Legislativo, conforme descrito no Termo de Referencia, Anexo I do Edital.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

Ata da Reunião da Comissão de Licitação Pública da Câmara Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, realizada aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze. Com início as quatorze horas, na sala das sessões da Câmara Municipal, sito a Avenida Noda Guenko, nº 338. Sob a Presidência da Senhora Maria Aparecida Mendes de Freitas, contando com a presença dos demais membros da Comissão: Senhor Adalto José Soares e Senhora Valéria Pereira da Silva Gazotto, conforme Portaria nº 003/2014, expedida pela Presidência deste Poder Legislativo. Os membros da Comissão reuniram-se para dar cumprimento ao Edital de Licitação na modalidade de Convite nº 001/2014, datado de vinte e nove de janeiro de dois mil e quatorze, o qual através do Departamento de Licitação convidou os interessados a apresentar propostas de preços para **Terceirização dos serviços de Limpeza e Recepcionista neste Poder Legislativo,** mediante licitação na modalidade CONVITE, pelo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com o que determina a Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, devidamente atualizada e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, mediante as condições estabelecidas no Edital supra citado e seus anexos. Para recebimento dos envelopes ficou determinado como data máxima o dia sete de fevereiro de dois mil e quatorze até às treze horas e trinta minutos; para abertura dos envelopes ficou fixado o mesmo dia as quatorze horas. Foram convidadas quatro Empresas do ramo, sendo: **Brasforte Serviços Essenciais Ltda-ME, CNPJ 13.965.516/0001-12,** localizada na Rua João Pedro da Silva, nº 1929, quadra 88, lote 5, Jardim Tropical, Cep. 78.715-110 – Rondonópolis – MT; **Janaine de Matos Silva – ME, CNPJ 18.426.463/0001-85,** localizada na Rua Dr. Arnaldo Estevan, s/n, centro, Cep. 78.795-00 – Pedra Preta – MT; **Letícia Maria de Oliveira – ME, CNPJ 08.569.230/0001-88,** localizada a Rua 14 de julho, nº 672, centro, Cep. 78.795-00 – Pedra Preta – MT; **e Oniel Nazaro Martins – Me, CNPJ 11.357.657/0001-27,** localizada a Av. Fernando Correa da Costa, nº 658, centro, Cep. 78.795-000 – Pedra Preta – MT. A Comissão cumprindo todas as determinações do Edital da Licitação na modalidade de Convite nº 001/2014, dando início aos trabalhos, constatou o recebimento dos envelopes amarelos, 01 - Habilitação e 02 - Proposta Comercial, protocolados sob nº 0388/2014 efetuado às 13 horas e 11 minutos, na presente data, estando os envelopes lacrados, carimbados e rubricados da licitante convidada **Janaine de Matos Silva – ME;** envelopes pardos, 01 - Habilitação 02 - Proposta de Preços protocolizados sob nº 00389/2014 efetuado às 13 horas e 24 minutos, na presente data, estando os envelopes lacrados, identificados e assinados da licitante convidada **Brasforte Serviços Essenciais Ltda-ME;** envelopes amarelos, 01 - Habilitação e 02 - Proposta de Preços, protocolados sob nº 0390/2014 efetuado às 13 horas e 27 minutos, na presente data, estando os envelopes lacrados, identificados e assinados, da licitante convidada **Oniel Nazaro Martins – ME;** envelopes amarelos, 01 - Habilitação 02 - Proposta de Preços protocolizados sob nº 0391/2014 efetuado às 13 horas e 33 minutos, na presente data, estando os envelopes lacrados, identificados e assinados da licitante convidada **Letícia Maria de Oliveira – ME**. Considerando o interesse do Poder Legislativo em realizar a Terceirização dos serviços de Limpeza e Recepcionista, considerando que as licitantes presentes decidiram por unanimidade conceder a empresa Leticia Maria de Oliveira- ME o direito de participar do presente certame com tolerância de três minutos de atraso, uma vez que de acordo com o relógio do representante da referida empresa ainda estava dentro do horário estabelecido no edital. Em concordancia, a Comissão de Licitação Pública decidiu dar andamento no processo. Sendo assim, a Presidente da Comissão esclareceu que até a presente data nenhum recurso havia sido impetrado para impugnar o Edital nº 001/2014 que regulamenta a Licitação, estando, portanto, o mesmo validado em todos os seus itens e quesitos e qualquer impugnação a ele não terá efeito de recurso. Lembrou, também, aos participantes quanto ao disposto nos Itens 2.5 a 2.8 do Edital, quanto ao número legal de participante; nos Itens 8.1 a 8.5 do Edital, quanto ao representante legal; e nos Itens 5.2 e 5.7 do Edital, quanto aos benefícios da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Momento em que ficou decidido, em comum acordo, que seria seguido o Edital, sendo que a empresa que não apresentar a Declaração de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não terá direito aos benefícios disposto na Lei Complementar n. 123/2006. Na sequência, respeitando os preceitos estabelecidos no Artigo 22, § 3º da Lei 8.666/93 e do Edital da Licitação na modalidade Convite nº 001/2014, havendo participantes interessados em número suficiente para cumprir as exigências legais, mediante a necessidade e o interesse do Poder Legislativo, ora representado, para Terceirização dos serviços de Limpeza e Recepcionista na Câmara Municipal de Pedra Preta, situado a Avenida Noda Guenko, 338, conforme Termo de Referência – Anexo I do referido edital, os membros da Comissão Permanente de Licitação decidiram, por unanimidade, dar continuidade ao processo, passando para a abertura dos envelopes nº 01 – Documentos de Habilitação, pela ordem de protocolo, sendo: **Janaine de Matos Silva - ME**, sob n.0388/2014 as 13hs e 11 min. da presente data, representada na presente sessão pela proprietária senhora Janaine de Matos Silva portadora do RG 10481877 SJ MT E CPF 630565931-15 declarada habilitada a participar do certame, apresentou a Declaração de ME, enquadrada como Microempresa usufruindo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.; **Brasforte Servicos Essenciais Ltda- ME**, sob protocolo n 0389/2014 as 13h24min. da presente data representada na presente sessão pelo sócio proprietário Senhor Joelcio Nunes Rochete portador do RG 542.466 SSP-MS e CPF 489.327.441-49 declarada habilitada a participar do certame, apresentou a Declaração de ME, usufruindo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006; **Oniel Nazaro Martins – ME, sob protocolo n 0390/2014 as 13h27min da presente data** representada por seu proprietário, Oniel Nazaro Martins portador do RG 1293112-8 e CPF 903.037.411-04 declarada habilitada a participar do certame, apresentou a Declaração de ME usufruindo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006; **Leticia Maria de Oliveira -ME, sob protocolo n 0391/2014 as 13h33min da presente data,** representada pelo Sr. Josenil Tobias de Barros portador do RG 989614 SSP MT e CPF 797.743.501-20 conforme Carta de Credenciamento em anexo, declarada habilitada a participar do certame, enquadrada como Microempresa usufruindo dos benefícios da Lei Complementar 123/2006. Sendo habilitadas para participarem da continuidade do certame todas as empresas anteriormente qualificadas. As empresas licitantes presentes declararam por escrito à desistência de recurso referente à fase de habilitação. Cumprindo as exigências legais, a Comissão destinou o momento para abertura dos envelopes nº 2 – Proposta de Preços, pela ordem, sendo: Janaine de Matos Silva- ME, que atendeu as especificações contidas no Anexo I do Edital, ofertando o preço mensal, conforme segue: Lote 1Servico de limpeza **no valor mensal de R$ 1.553,00** (hum mil quinhentos e cinquenta e

três reais) mensal**, Lote 2 Servico de Recepcionista no valor mensal de R$ 1.553,00** (hum mil quinhentos e cinquenta e três reais) A empresa **Oniel Nazaro Martins – ME**, que também atendeu as especificações contidas no Anexo I do Edital, ofertando o preço mensal conforme segue: Lote 1 Servico de Limpeza **no valor mensal de R$ 1.608,44** (hum mil seiscentos e oito reais e quarenta e quatro centavos) mensal**, Lote 2 Servico de Recepcionista no valor mensal de R$ 1.642,93** (hum mil seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e três centavos) A empresa **Brasforte Servicos Essenciais Ltda- ME,** que também atendeu as especificações contidas no Anexo I do Edital, ofertando o preço mensal conforme segue: Lote 1 Servico de Limpeza **no valor mensal de R$ 1.600,00** (hum mil seiscentos reais) mensal**, Lote 2 Servico de Recepcionista no valor mensal de R$ 1.600,00** (hum mil seiscentos reais). **A empresa Leticia Maria de Oliveira** que também atendeu as especificações contidas no Anexo I do Edital, ofertando o preço mensal conforme segue: Lote 1 Servico de Limpeza **no valor mensal de R$ 1.499,00** (hum mil quatrocentos e noventa e nove reais) mensal**, Lote 2 Servico de Recepcionista no valor mensal de R$ 1.510,00** (hum mil quinhentos e dez reais)**.** Sendo assim, respeitando os preceitos estabelecidos na Lei 8.666/93 e no Edital de Licitação na modalidade de Convite nº 001/2014, os membros da Comissão, por tudo ora exposto, por unanimidade declararam como classificadas as empresas participantes e como vencedora a proposta da empresa **Leticia Maria de Oliveira,** Lote 1 Servico de Limpeza **no valor mensal de R$ 1.499,00** (hum mil quatrocentos e noventa e nove reais) mensal**, Lote 2 Servico de Recepcionista no valor mensal de R$ 1.510,00** (hum mil quinhentos e dez reais). Os Licitantes presentes declararam por escrito à desistência de recursos em relação ao julgamento da Comissão. A Comissão esclareceu a participante ganhadora que cabe ao Presidente desta Casa a Adjudicação, Homologação do processo e emissão de Ordem de Serviço para a contratação do objeto licitado. E sendo assim, entre os presentes puderam constatar a lisura do processo, não havendo, portanto, nenhum questionamento devido à transparência com que o mesmo foi realizado. Nada mais havendo a ser tratado o Presidente da Comissão declarou encerrados os trabalhos, e eu, lavrei a presente Ata que, de acordo, segue assinada por mim membro da comissão, Valéria Pereira da Silva Gazotto, pela Presidente Maria Aparecida Mendes de Freitas e pelo membro Adalto José Soares, e demais presentes. Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, Sala das Sessões, aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e quatorze.

MARIA APARECIDA MENDES DE FREITAS
Presidente

ADALTO JOSÉ SOARES
Membro

VALÉRIA PEREIRA DA SILVA GAZOTTO
Membro

Publicado por:
Luiz Andre dos Santos
Código Identificador:A8D32905

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 042-2014 - FÉRIAS REGULARES - VAGMAR PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 042/2014.

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Secretaria Municipal de Finanças e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **01/04/2012 à 01/04/2013.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, lotado junto a Secretaria Municipal de Finanças, a serem usufruídas no período de **03/02/2014 à 22/02/2014**, sendo 10(dez) dias em abono pecuniário.

Coordenador

Vagmar Pereira da Costa

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:CB90C411

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 044-2014 - FÉRIAS REGULARES - RICARDO LUIZ PEREIRA

PORTARIA Nº 044/2014.

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **01/06/2012 à 01/06/2013.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, lotado junto a Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, a serem usufruídas no período de **03/02/2014 à 04/03/2014**

Contínuo

Ricardo Luiz Pereira

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:E3337C42

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 047-2014 - FÉRIAS REGULARES - ALAIDE SOUZA SANTOS

PORTARIA Nº 047/2014.

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora da Secretaria Municipal de Limpeza Pública e Serviços Urbanos e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **16/08/2012 à 16/08/2013.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada junto a Secretaria Municipal de Limpeza Pública e Serviços Urbanos, a serem usufruídas no período de **03/02/2014 à 04/03/2014.**

Gari

Alaíde Souza Santos

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:879CA5EF

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 050- 2014 LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO- ROBSTÂNIA LOURENÇO BARBOSA

PORTARIA Nº 050/2014. DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.014.

Dispõe sobre LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO da Servidora Municipal, a Senhora Robstânia Lourenço Barbosa e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder **LICENÇA** para tratar de interesse particular, sem Remuneração, preceitua o art. 102 da lei Municipal nº 075/1998, a Senhora **Robstânia Lourenço Barbosa**, ocupante do cargo de **professora**, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação. A referida Licença será usufruída no período de **03/02/2014 à 03/02/2016.**

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:3E2AC8EA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 051- 2014 NOMEAÇÃO DE JOSÉ FELIPE HORTA

PORTARIA Nº 051/2014. DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.014.

Dispõe sobre **NOMEAÇÃO** do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI,* PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADO** o Servidor Público Municipal o Senhor **José Felipe Horta**, ocupante do Cargo Comissionado de **Ginecologista Obstetra** para atendimento no Hospital Municipal "Luciana Martins Amorim" lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

ART.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:1E9AD979

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 052- 2014 NOMEAÇÃO DE RICARDO DE SOUZA MOREIRA

PORTARIA Nº 052/2014. DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.014.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADO** o Servidor Público Municipal o Senhor **Ricardo de Souza Moreira**, ocupante do Cargo de Técnico em Raio X lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

ART.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:358E6DAA

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 056- 2014 NOMEAÇÃO DE ROSANA FORTUNATO BATISTA

PORTARIA Nº 056/2014.
DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.014.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADA** a Servidora Pública Municipal a Senhora **Rosana Fortunato Batista**, ocupante do Cargo Comissionado de **Enfermeira Plantonista** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

ART.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:EFB01365

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 056- 2014 NOMEAÇÃO DE ROSANA FORTUNATO BATISTA

PORTARIA Nº 056/2014. DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.014.

Dispõe sobre NOMEAÇÃO da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADA** a Servidora Pública Municipal a Senhora **Rosana Fortunato Batista**, ocupante do Cargo Comissionado de **Enfermeira Plantonista** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

ART.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:AA71DBB4

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 057- 2014 NOMEAÇÃO DE FABIO GONÇALVES DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 057/2014.DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.014.

Dispõe sobre **NOMEAÇÃO** do Servidor Público Municipal e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI,* PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADO** o Servidor Público Municipal o Senhor **Fábio Gonçalves do Nascimento**, ocupante do Cargo Comissionado de **Instrutor** lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

ART.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:E730C964

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 059-2014- LICENÇA PRÊMIO - MARLI BUENO DE ARAUJO

PORTARIA Nº 059/2014. DE 04 DE FEVEREIRO DE 2.014.

Dispõe sobre licença Prêmio a Funcionária Pública Municipal, senhora MARLI BUENO DE ARAUJO e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73, inciso VIII e art. 98 *caput* da Lei nº. 075/98;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de **01/04/2008 à 01/04/2013;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a senhora **Marli Bueno de Araújo**, ocupante do cargo de **Auxiliar de Enfermagem**, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **04/02/2014 à 04/05/2014.**

ART. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:C5FAB8D5

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 045-2014 - FÉRIAS REGULARES - LEIDY REGINA PEREIRA

PORTARIA Nº 045/2014.

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede **FÉRIAS REGULAMENTARES** a Servidora da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **01/11/2011 à 01/11/2012.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **03/02/2014 à 04/03/2014**

LEIDY REGINA PEREIRA
Técnica de Enfermagem do PSF IV

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:E1582ABF

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 046-2014 - FÉRIAS REGULARES - GEOVANI DE SOUZA SANTOS

PORTARIA Nº 046/2014.

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **17/01/2013 à 17/01/2014.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **03/02/2014 à 04/03/2014.**

GEOVANI DE SOUZA SANTOS
Enfermeiro da Família PSF I

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:8238C793

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 048-2014 - FÉRIAS REGULARES - LINDALVA DOS SANTOS FERREIRA

PORTARIA Nº 048/2014.

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **01/02/2012 à 01/02/2013.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **03/02/2014 à 04/03/2014.**

Agente Comunitária de Saúde

Lindalva dos Santos Ferreira

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:648E25D1

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 049-2014 - FÉRIAS REGULARES - ODETE PEREIRA DA SILVA

PORTARIA Nº 049/2014.

DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **01/02/2009 à 01/02/2010.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **03/02/2014 à 04/03/2014.**

Agente Comunitária de Saúde

Odete Pereira da Silva

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:F2D9E77F

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 058- 2014 NOMEAÇÃO DE ANA LUZIA SAAD MURAD

PORTARIA Nº 058/2014.DE 03 DE FEVEREIRO DE 2.014.

Dispõe sobre **NOMEAÇÃO** da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI,* PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica **NOMEADA** a Servidora Pública Municipal a Senhora **Ana Luzia Saad Murad**, ocupante do Cargo Comissionado de **Médica do PSF Rural** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Pedra Preta - MT.

ART. 2º - A remuneração pelo efetivo exercício do cargo será aquela estabelecida em lei.

ART.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.
AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.014.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI
Prefeita

Registrada nesta Secretaria e
publicada por afixação no lugar
público de costume na data supra

MARIA ELISABETE PICOLO
Sec. Geral de Coord. Administrativa

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:824E9E48

PREFEITURA MUNICIPAL
LISTA GERAL DE CONTAGEM DE PONTOS.- POR AREA

LISTA GERAL DE CONTAGEM DE PONTOS – SELETIVO 2014
PROFESSOR POR ÁREA ESPECÍFICA.
LETRAS

NUMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CPF	PONTUAÇÃO	ÁREA
01	JOELI LOPES	PROFESSOR	29979545844	15.5	LETRAS
02	DEBORA JOELMA G. DE SOUZA		00145945140	15.0	LETRAS

MATEMATICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CPF	PONTUAÇÃO	ÁREA
01	GENICLEIA GONÇALVES SALDANHA	PROFESSOR	98438050115	19.0	MATEMÁTICA
02	ANICEIA DIAS GUEDES	PROFESSOR	98649363168	13.5	MATEMATICA
03	IVONE RODRIGUES BUDNY	PROFESSOR	92852157187	6.5	MATEMATICA

GEOGRAFIA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CPF	PONTUAÇÃO	ÁREA
01	NEUZA APARECIDA R. F. DE SOUZA	PROFESSOR	63131293187	23.0	GEOGRAFIA
02	SIMONE RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR	94615420110	16.5	GEOGRAFIA
03	MARIA EDNA SANTOS COUTINHO	PROFESSOR	00316125121	15.0	GEOGRAFIA
04	JOSE HELIO FIGUEIREDO	PROFESSOR	07927339168	10.0	GEOGRAFIA

BIOLOGIA/CIENCIAS

NUMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CPF	PONTUAÇÃO	ÁREA
01	ROSANGELA NUNES BARBOSA	PROFESSOR	85674885168	20.5	CIENCIAS
02	MARIA NIELY DE FREITAS SILVA	PROFESSOR	96070021134	20.0	CIENCIAS
03	IVANI LOPES DA SILVA	PROFESSOR	01625775164	14.5	CIENCIAS
04	SILVANA GONÇALVES DA FONSECA	PROFESSOR	03174815177	11.0	CIENCIAS
05	ESDRA RIBEIRO DE ALMEIDA	PROFESSOR	96620781268	8.0	CIENCIAS
06	IVETE SEQUINI	PROFESSOR	65468365191	24.0	CIENCIAS

HISTORIA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CPF	PONTUAÇÃO	ÁREA
01	MARIA CLAUDIA FREIRE DA SILVA	PROFESSOR	03675271978	20.5	HISTORIA
02	MARILEIA DA SILVA OLIVEIRA	PROFESSOR	52287190163	17.0	HISTORIA
03	MAIZA CARITA DE SILVA	PROFESSOR	44460334115	8.0	HISTORIA

FILOSOFIA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CPF	PONTUAÇÃO	ÁREA
01	MOACIR ARIMATHEA DA COSTA	PROFESSOR	69316384168	14.5	FILOSOFIA

EDUCAÇÃO FÍSICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CPF	PONTUAÇÃO	ÁREA
01	NAIARA NEPONICENA FELIX	PROFESSOR	04444031166	13.0	ED. FISICA
02	FERNANDO HENRIQUE DIAS GONÇALVES	PROFESSOR	02098084110	8.85	ED. FISICA

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:B605C924

PREFEITURA MUNICIPAL
LISTA GERAL DE CONTAGEM DE PONTOS - MONITOR

LISTA GERAL DE CONTAGEM DE PONTOS - SELETIVO 2014
MONITOR

NUMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CPF	PONTUAÇÃO

1	Elizabete Rosa Pereira	Monitor	903.005.301-10	13,50
2	Simone Corrêa da Cruz	Monitor	632.620.531-04	4,50
3	Luana R. de Souza	Monitor	032.178.051-51	0,50
4	Adair da Silva	Monitor	001.381.221-13	0,50
5	Percília Maria de Souza Marciel	Monitor	823.406.331-68	5,00
6	Marcia de Oliveira	Monitor	017.561.891-70	10,50
7	Simone de Lima	Monitor	001.035.801-31	1,50
8	Rithielli Araújo de Souza	Monitor	043.752.671-27	0,50
9	Cintia Aparecida Bezerra de Souza	Monitor	017.225.671-20	16,50
10	Andreia Bocoli Soares	Monitor	627.867.761-04	11,00
11	Márcia Maria Sassamoto Barbosa	Monitor	019.673.021-03	16,50
12	Marilza Gonçalves Paulino	Monitor	019.614.841-37	16,80
13	Aldenir Dias de Souza	Monitor	411.625.601-34	0,50
14	Patrícia Cristina da Silva Almeida	Monitor	339.383.388-06	5,65
15	Jacqueline Apª da Silva Souza	Monitor	038.462.781-14	7,00
16	Marinalva Gonçalves Paulino Estevão	Monitor	029.766.441-79	5,50
17	Laudia Borges Mendonça	Monitor	886.606.131-04	16,50
18	Ana Paula dos Santos Miranda	Monitor	046.882.711-07	7,50
19	Andréia Cláudia Martins	Monitor	692.904.821-68	10,50
20	Eva Maria de Alencar Moura	Monitor	004.376.511-42	7,00
21	Francielle Mayara Auxiliadora Ferreira Alves	Monitor	033.889.311-35	10,50
22	Vania Maria dos Santos Lima da Silva	Monitor	026.014.341-39	10,50
23	Richely Rosa de Souza	Monitor	033.268.921-28	0,50
24	Aparecida das Graças Cabral M. Moura	Monitor	014.743.461-03	7,00
25	Flávia Almeida de Jesus	Monitor	002.982.971-24	16,75
26	Vera Lúcia dos Santos Vieira	Monitor	014.303.101-54	6,00
27	Renata Lopes Valério	Monitor	050.166.511-08	10,50
28	Silvania Vilela de Carvalho	Monitor	592.954.491-34	9,00
29	Nair Pereira	Monitor	522.551.901-68	0,50
30	Sirley Moreira de Oliveira	Monitor	919.759.921-53	17,00
31	Rosenilda Rodrigues Fernandes O. Silva	Monitor	019.064.081-22	16,50
32	Mariângela Rangel Santos	Monitor	020.191.431-00	5,50
33	Zilda Ribeiro de Carvalho	Monitor	032.341.111-89	9,00
34	Gleide Alves de Moura Dias	Monitor	932.020.161-72	7,00
35	Francielle Fonseca de Souza	Monitor	031.289.331-25	7,50
36	Silaine Vilela de Carvalho	Monitor	998.612.161-20	10,00
37	Neide Ester S. da Silva	Monitor	006.379.781-02	7,00
38	Elisangela Rodrigues Vieira	Monitor	869.985.361-00	16,50
39	Célio Limeira dos Santos	Monitor	007.666.731-62	16,60
40	Talita Barbosa Salomão	Monitor	048.075.161-75	1,00
41	Maria Jaqueline Silva Ramos	Monitor	026.422.811-16	16,50
42	Renata Apª. Pereira da Silva	Monitor	046.527.391-25	16,50
43	Kátia Mariana dos Santos Pereira	Monitor	020.477.491-82	6,85
44	Cineide da Silva Lima	Monitor	550.076.271-00	10,50
45	Andréia da Silva Pereira	Monitor	019.753.501-11	4,90
46	Elisângela Venâncio Ferreira da Cunha	Monitor	023.245.881-29	11,50
47	Vilma Rodrigues de Oliveira	Monitor	841.856.781-34	19,00
48	Ana Carina Effting	Monitor	025.171.841-78	0,50
49	Jussara Alves Jaime	Monitor	890.362.801-25	0,50
50	Maria do Socorro Santos Silva	Monitor	692.162.236-34	16,50
51	Marineide Nogueira Ferreira	Monitor	012.793.421-96	5,50
52	Tatiana Campos	Monitor	007.633.231-44	0,50
53	Larisse Borges Vieira	Monitor	044.108.091-05	5,50
54	Keilani Fontes de Moraes	Monitor	055.987.541-00	0,50
55	Verônica Valéria Oliveira Guimarães	Monitor	929.656.791-20	6,25
56	Crigina Cristina Mohr	Monitor	994.705.271-00	18,00
57	Ully Géssica Rodrigues Oliveira	Monitor	044.123.411-94	9,00
58	Daiane Cristina da Silva Martins	Monitor	028.693.791-37	10,00
59	Hosélia Francisca de Oliveira	Monitor	001.580.211-69	3,50
60	Elis Renata Batista Ferreira	Monitor	013.811.841-89	0,50
61	Maria Laura Batista Gobbi	Monitor	077.362.189-00	5,50
62	Geisa Lopes	Monitor	019.645.925-77	13,00
63	Luzane Francisca Gomes	Monitor	630.362.231-34	12,80
64	Juraide Maria dos Santos	Monitor	604.315.631-87	8,00
65	Rosângela Apª. Pereira	Monitor	172.511.268-00	16,50
66	Eliane Cândida de Oliveira	Monitor	895.439.711-53	0,50
67	Karine Freitas Proto	Monitor	857.449.601-20	0,50
68	Dalvanez Rodrigues da Silva	Monitor	353.367.061-91	8,00
69	Elissandra Ferreira de Queiroz	Monitor	001.262.471-37	0,50
70	Rosangela Fernandes de O. Rocha	Monitor	029.809.631-51	16,50
71	Simone Melania da Silva	Monitor	994.238.711-00	17,50
72	Ana Viavia Heck Campos	Monitor	020.215.611-78	10,72
73	Joelma Ferreira S. Souza	Monitor	021.206.001-55	2,75
74	Anny Kelly Anastácio Santana da Silva	Monitor	045.296.751-14	5,50
75	Rosineide Rosa Miranda	Monitor	885.346.421-68	13,00
76	Vera Lucia Rosa A. da Silva	Monitor	839.220.831-53	14,00
77	Daniela Chaves Freitas de Assis	Monitor	018.537.151-58	0,50
78	Simone Chaves da Silva Engel	Monitor	022.422.511-12	5,50
79	Rosilene Calabrese da Silva	Monitor	666.973.521-91	16,00
80	Marly Marques Ramil de Oliveira	Monitor	205.131.941-34	11,50
81	Gisélia da Silva Fonseca	Monitor	009.938.191-50	7,00
82	Alline Cristine Ramil de Oliveira	Monitor	020.746.331-06	6,00
83	Lauricéia da Silva	Monitor	856.856.661-87	0,50
84	Valéria Cristina Lemes	Monitor	886.484.111-04	9,00
85	Bruna do Nascimento Conceição	Monitor	045.843.081-10	3,50
86	Marilene Givanni dos Santos	Monitor	513.228.201-63	8,00
87	Rithielly Lohainy	Monitor	048.905.361-08	5,50
88	Fernanda Malva Buso	Monitor	035.961.536-89	10,87
89	Elisângela Souza Bertolino	Monitor	027.550.321-62	0,50
90	Elaine Borges Rodrigues	Monitor	059.203.161-60	10,00
91	Sirlene Teresa dos Reis	Monitor	650.690.991-91	2,75
92	Dhessika Fabiana Gomes Dias	Monitor	051.589.191-60	2,45
93	Juceni Maria Lobo	Monitor	847.746.811-72	0,85
94	Karen Roberta Alves de C. Pereira	Monitor	960.887.881-00	1,25
95	Loizete Maria Dal Cortivo da Silva	Monitor	827.357.191-20	0,50
96	Kátia dos Santos Rocha	Monitor	035.168.101-90	0,50
97	Rithyene Gomes da Silva	Monitor	024.413.921-07	0,50
98	Elizangia dos Santos Moreno Silva	Monitor	036.986.841-28	3,75
99	Zilda Lúcia Duarte	Monitor	384.691.031-73	11,50
100	Maria Regina Quirino Alves	Monitor	008.310.281-73	9,50
101	Viviane Belo Ferreira	Monitor	029.506.061-13	10,00
102	Marina Vera da Silva	Monitor	054.634.601-40	0,50
103	Silvia Muniz da Silva	Monitor	487.094.331-04	3,50
104	Danúbia Apª. do Nascimento	Monitor	006.338.031-54	10,00

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:2AB9DCAD

PREFEITURA MUNICIPAL
LISTA GERAL DE CONTAGEM DE PONTOS - PEDAGOGOS

LISTA GERAL DE CONTAGEM DE PONTOS - SELETIVO 2014
PEDAGOGO

NUMERO DE INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CPF	PONTUAÇÃO
1	Liliane Estrozi Correia	PROFESSORA	2755029102	20,25
2	Jucicléia Duarte de Souza Silva	PROFESSORA	1671791100	19,00
3	Aline Marielle Locatte	PROFESSORA	73987735104	19,00
4	Patricia Aparecida G. Silva	PROFESSORA	301816158	19,00
5	Elisâgela Vicente Corrêa	PROFESSORA	2169810188	17,00
6	Deuzalina Rodrigues Tiburcio	PROFESSORA	788922106	13,00
7	Cristiana Pereira Alves	PROFESSORA	2378538170	16,50
8	Maria José Bento Freitas	PROFESSORA	70622957449	18,00
9	Tatiane Apª. Arjona Konno	PROFESSORA	98659502191	15,00
10	Rosângela Moreira de Carvalho	PROFESSORA	41162994134	19,00
11	Leonir Jacinto de Freitas	PROFESSORA	1854575848	31,00
12	Vanessa Apª. Barbosa da Costa	PROFESSORA	72000384153	21,00
13	Maria Apª. da Silva	PROFESSORA	25333966800	21,50
14	Elizabete Gaspar de Oliveira Limeira	PROFESSORA	3035748950	21,50
15	Marlene Burati Souza	PROFESSORA	53185498100	17,00
16	Alaide Pereira Rodrigues	PROFESSORA	1438376138	17,00
17	Ana Cláudia S. Fabrício dos Santos	PROFESSORA	20443190901	19,50
18	Marlin de Souza Ferreira	PROFESSORA	2482267110	19,50
19	Tania Regina dos Santos	PROFESSORA	255098103	17,50
20	Weslayne Nayara de S. Tavares	PROFESSORA	2994991110	8,75
21	Maria Luciana de Góis	PROFESSORA	56873808172	15,00
22	Rosely Rodrigues de Lima	PROFESSORA	823471152	19,00
23	Antonia Cristina Ciola	PROFESSORA	81403011915	8,90
24	Silvania Aves de Souza Santos	PROFESSORA	53160886115	5,85
25	Fatima Nara Assunção	PROFESSORA	1190303655	4,00
26	Maria Aparecida Borges Furtado	PROFESSORA	57152357153	15,00
27	Daiane Cristina da Silva	PROFESSORA	2462968105	17,00
28	Rosenilda de Souza Lima	PROFESSORA	97210480110	8,00
29	Vanessa Cristina Rodrigues Ribeiro	PROFESSORA	2005981125	19,00
30	Nildina Rodrigues Xavier	PROFESSORA	43240445115	14,00
31	Regina Martins	PROFESSORA	1654384100	20,00
32	Valeria Guimaraes Bezerra	PROFESSORA	23577126	16,50

	Boff			
33	Claudemira de Souza	PROFESSORA	26611635149	33,50

Publicado por:
Rejane Oliveira Horta Santos
Código Identificador:96D54B21

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 01/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 01/2014
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal. n.º 058, de 14 de janeiro de 2014, torna público a retificação de publicação do aviso da **TOMADA DE PREÇO 001/2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM) – Edição 1907 e Pagina 155 do dia 07 de Fevereiro de 2014. Onde lê-se** que será realizado ás 13:30 horas do dia 21 de Janeiro de 2014, leia-se que será realizado ás 13:30 horas do dia 28 de Fevereiro de 2014. O Edital completo poderá ser adquirido e maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta – feira, no horário das 12h as 18h, ou pelo fone (66) 3575-5100. Peixoto de Azevedo 07 de Fevereiro de 2014.

ACIOMAR MARQUES CARVALHO
Presidente da CPL

Publicado por:
Aline Gleyss dos Santos Mascarenhas
Código Identificador:3100C8B9

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXPEDIENTE N.º -015/2014

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA
Expediente n.º -015/2014
Processo nº. PAD 01/2013
Ao Senhor
Salvador Massami Miyasaki

Planalto da Serra -MT
Senhor **Salvador Massami Miyasaki**
Assunto: **Intimação para prestar depoimento.**
Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pela Portaria n.º 0130, de 2013, da Senhora Prefeita de Planalto da Serra, e tendo em vista o disposto o Estatuto dos Servidores do Município e aplicado a norma correlata do artigo 157, da Lei nº 8.112/90, **INTIMO** V. Sa. a comparecer perante esta Comissão, às 15:00 horas do dia 10/02/2014, a fim de prestar declarações sobre as irregularidades descritas na portaria Nº 0132/2013 (cópia anexa), contidas no processo protocolizado sob o número 001/2014.
Outrossim, informamos-lhe que esta Comissão está instalada na ***Rua Serra Azul,sala 03, nas dependências da EMEB. Plínio José de Siqueira, Centro, Planalto da Serra-MT.***

Atenciosamente.
Planalto da Serra -MT, 04 de fevereiro de 2014.

ROSANGELA MARLIZETE RECH PINHEIRO
Presidente da Comissão do PAD

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:E26642B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 008/2014

PORTARIA Nº 008/2014

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Comissão Avaliação de ITBI, para o Exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Leis.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a Comissão de Avaliação do ITBI para o Exercício de 2013.
Artigo 2º - Esta Comissão será constituida com os seguintes membros:
PRESIDENTE: CLENILSON MARQUES DE SOUZA
SECRETARIO: JARBAS DE SOUSA PEREIRA
MEMBRO: CLEIDE PEREIRA DOS SANTOS
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.
Artigo 4º - Revogam as disposições em contrário.
Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.
Prefeitura Municipal, em 02 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:1BCD243A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N0 009/2014

PORTARIA N0 009/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE *AIR ANTONIO DO CARMO* PARA OCUPAR O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, *Prefeita Municipal de Planalto da Serra*, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei.

Considerando a necessidade dos serviços profissionais do servidor, com a permuta e ônus para o município de Planalto da Serra;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **AIR ANTONIO DO CARMO** para ocupar o cargo de Secretário Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
Art. 2º - A cessão do servidor será feita mediante termo a ser celebrado entre os Poderes Estadual através da SEDUC e o Município de Planalto da Serra através da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer, e toda a despesa correspondente ao servidor cedido, como vencimento, adicionais e vantagens para o município de Planalto da Serra, como verba indenizatória recolhido através de DARF a SEDUC.
Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 02 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:A6A33D64

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 014/SMS/2014

PORTARIA Nº 014/SMS/2014

DISPÕE SOBRE FÉRIAS COLETIVAS DE 30 (TRINTA) DIAS REFERENTE AO EXERCICIO DE 2013,PARA OS PROFISSIONAIS DA SAÚDE SEGUNDO A PORTARIA DE Nº 129/2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando a Lei 398/2012, e fundamentando no § 5 do artigo 64 desta mesma lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(trinta) dias de férias coletivas referente o exercício de 2013 aos profissionais da saúde,no período de 06/01/2014 à 04/02/2014 devendo retornar as atividades normais no dia 05/02/2014 conforme a relação a seguir:
1- Tarcísio Ferreira Cabral (Bíoquimico)
2- Walkiria Reis Borges (tecnica em higiene bucal)
3- Magda Genaina Alves Berto (Mensageiro Arquivista)
4- Waltermy Ribeiro da Silva (Dentista)
5- Ivanilda Alves Freitas Assunção (Tecnica em enfermagem)
6- Kezia Pereira Rodrigues (Agente Administrativo)

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 06 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:11E7550B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 015/2014

PORTARIA Nº 015/2014

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA ENIRDES PEREIRA DE SIQUEIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias para a servidora, **ENIRDES PEREIRA DE SIQUEIRA** Servidora Publica Municipal, lotado no cargo de RECEPCIONISTA no período de 06/01/2014 a 04/02/2014, referente ao exercício de 2012, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 05/02/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 06 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:729E7A50

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 016/2014

PORTARIA Nº 016/2014

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA ROSILENE LOPES DE ANDRADE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias para a servidora, **ROSILENE LOPES DE ANDRADE** Servidora Publica Municipal, lotado no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS no período de 06/01/2014 a 04/02/2014, referente ao exercício de 2012, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 05/02/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se,
Registra-se e
Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 06 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:7A793D06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 017/2014

PORTARIA Nº 017/2014

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA MARIA DIVINA SILVÉRIO DE ARAUJO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias para a servidora, **MARIA DIVINA SILVERIO DE ARAUJO** Servidora Publica Municipal, lotado no cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM no período de 09/12/2013 a 07/01/2014, referente ao exercício de 2012, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 08/01/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor retroativa na data de 09/12/2013.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 06 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:D1FC1435

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 018/2014

PORTARIA Nº 018/2014

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA ROSANGELA GONÇALVES DE AGUIAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias para a servidora, **ROSANGELA GONÇALVES DE AGUIAR** Servidora Publica Municipal, lotado no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS no período de 06/01/2014 a 04/02/2014, referente ao exercício de 2012, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 05/02/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 06 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:8A01D3DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 019/2014

PORTARIA Nº 019/2014

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDOR JOSE CARLOS LEOCADIO DA ROSA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias para a servidora, **JOSE CARLOS LEOCADIO DA ROSA** Servidor Publico Municipal, lotado no cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO no período de 06/01/2014 a 04/02/2014, referente ao exercício de 2012, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 05/02/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 06 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:658BF151

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 020/2014

PORTARIA Nº 020/2014

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA ZENAIDE MARQUES BASTOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias para a servidora, **ZENAIDE MARQUES BASTOS** Servidora Publica Municipal, lotado no cargo de ASSISTENTE SOCIAL no período de 06/01/2014 a 04/02/2014, referente ao exercício de 28/12/2012/ à 28/12/2013, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 05/02/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se,
Registra-se e
Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 06 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:943AB24E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N0 021/2014

PORTARIA N0 021/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE *CICENIR DE SOUZA MIRANDA* PARA OCUPAR O CARGO DE ENCARREGADO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E OBRAS PUBLICAS.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, *Prefeita Municipal de Planalto da Serra*, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **CICENIR DE SOUZA MIRANDA** para ocupar o cargo de Encarregado do Departamento de Transportes e Obras Publicas.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 07 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:201B7D07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 022/2014

PORTARIA Nº 022/2014

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA IVANILDA ALVES DE FREITAS ASSUNÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias para a servidora, **IVANILDA ALVES DE FREITAS ASSUNÇÃO** Servidora Publica Municipal, lotado no cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM no período de 08/01/2014 a 06/02/2014, referente ao exercício de 2012, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 07/02/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se,
Registra-se e
Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 08 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:5CC679B3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 023 /2014.

PORTARIA N° 023 /2014.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO À PEDIDO DO SENHOR RONIVALDO FERREIRA MARTINS, DO CARGO DE MOTORISTA, NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra - MT**,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° - EXONERAR a pedido do senhor **Ronivaldo Ferreira Martins,** brasileiro, portador do RG n° 12086525 SSP/MT e do CPF nº 858.936.761-49, do cargo de Motorista, no Município de Planalto da Serra - MT, a partir de 09/01/2014.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 09 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:A080594A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 024 /2014.

PORTARIA N° 024 /2014.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO À PEDIDO DO SENHOR OZIEL SANTOS BARBOZA, DO CARGO DE MOTORISTA, NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra - MT**,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1° - EXONERAR a pedido do senhor **OZIEL SANTOS BARBOZA,** brasileiro, portador do RG n° 11540621 SSP/MT e do CPF nº 456.874.122-04, do cargo de Motorista, no Município de Planalto da Serra - MT, a partir de 09/01/2014.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 09 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:CF6812A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N0 025/2014

PORTARIA N0 025/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE *LUCIENE DA SILVA LARANJEIRA FERNANDES* PARA OCUPAR O CARGO DE ACESSOR DE GABINETE.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, *Prefeita Municipal de Planalto da Serra*, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Senhora **LUCIENE DA SILVA LARANJEIRA FERNANDES** para ocupar o cargo de Acessor de Gabinete.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 10 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:7E9C3710

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 026/2014

PORTARIA Nº 026/2014
DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA
LUCIANA RIBEIRO DA SILVA E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias para a servidora, **LUCIANA RIBEIRO DA SILVA** Servidora Publica Municipal, lotado no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS no período

de 13/01/2014 a 11/02/2014, referente ao exercício de 2012, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 12/02/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 13 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:9D142CCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N0 027/2014

PORTARIA N0 027/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE *RONY CARLOS DOS SANTOS* PARA OCUPAR O CARGO DE ENCARREGADO DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, *Prefeita Municipal de Planalto da Serra*, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **RONY CARLOS DOS SANTOS** para ocupar o cargo de Encarregado do Departamento de Pessoal.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 15 de Janeiro de 2014.

A***NGELINA BENEDITA PEREIRA***
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:C62ECE4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA NO28./2014

PORTARIA no28./2014

Determina o Engenheiro Civil pela Fiscalização das Obras exercício 2014 .

A Prefeita "ANGELINA BENEDITA PEREIRA", no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 51, e seus parágrafos da Lei 8.666/93
RESOLVE:
Art.1º - NOMEAR, partir da publicação desta portaria fica designado para acompanhar o objetos dos contratos de obras ou reforma, **CONFORME ENCAMINHAMENTO DA ART DE FISCALIZAÇÃO DE CADA OBRA** o senhor **CLEUDSON LUIZ FERNANDES** – CREA nº 1200034813, **ENGENHEIRO CIVIL** , responsável técnico da empresa BRP CONSTRUTORA LTDA, " Empresa contratada para Consultoria Técnica e Prestação de serviços de Responsabilidade Técnica, Fiscalização e Elaboração de Projetos Básicos – Engenharia Plena"
Art. 2º - Será atribuição do fiscal das obras
· 1º Anotação das ocorrências relacionadas com a execução em registro próprio.
· 2º Decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal do contrato solicitação aos superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
·**Art. 3º** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT, 15 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal
End: Rua Bandeirante, S/N.
CPF Nº 314.219.381-20
Fone: (0XX66) 6328-6101/6308
PLANALTO DA SERRA – MT

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:D97BC2B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 029/2014

PORTARIA Nº 029/2014

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDOR JOSE IVAN DIAS DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 30(Trinta) dias de férias para o servidor, **JOSE IVAN DA SILVA DIAS** Servidor Publico Municipal, lotado no cargo de Operador de Maquinas Pesadas no período de 15/01/2014 a 13/02/2014, referente ao exercício de 2012, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 14/02/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 15 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:A0B48127

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N0 30/2014

PORTARIA N0 30/2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE *MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA* PARA O CARGO DE ENCARREGADO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, *Prefeita Municipal de Planalto da Serra*, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **MARCOS ROGERIO DE SOUZA** para ocupar o cargo de Encarregado do Departamento de Transportes e Obras Publicas.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor retroativa no dia 13/01/2014.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 13 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:F0E53961

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 031/2014

PORTARIA Nº 031/2014

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDORA FLAVIA DE SOUZA PEREIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 10(dez) dias de férias para a servidora, **FLAVIA DE SOUZA PEREIRA** Servidora Publica Municipal, lotada no cargo de TECNICO EM CONTABILIDADE no período de 20/01/2014 a 29/01/2014, referente ao exercício de 2012, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 30/01/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 20 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:B27C54EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 032/2014

PORTARIA Nº 032/2014

DISPÕE SOBRE AS FÉRIAS DA SERVIDOR EMILSON APARECIDO DE CAMPOS MIRANDA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Artigo 64 da Lei 398/2012, de 27 de Novembro de 2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 20(vinte) dias de férias para o servidor, **EMILSON APARECIDO DE CAMPOS MIRANDA** Servidor Publico Municipal, lotado no cargo de MOTORISTA no período de 20/01/2014 a 18/02/2014, referente ao exercício de 2012, devendo apresentar-se para o retorno das atividades normais no dia 19/02/2014.
Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam as disposições em contrário.

Determina-se, Registra-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal, em 20 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:C830AA66

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 034/2014

PORTARIA Nº. 034/2014

Dispõe sobre a concessão do benefício Salário – Maternidade em favor da servidora Sra. Suzimari Rosa De Siqueira.

A Secretária de Administração do Município de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e nos termos do art. 26 da lei nº. 210/2004, de 05 de maio de 2004, que rege a previdência municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder o benefício **Salário-Maternidade,** á Sra. **Suzimari Rosa de Siqueira,** portadora do RG nº. 1873753-6 e do CPF nº. 027.017.591-10, residente e domiciliada neste município, servidora Efetiva, no cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculado sob o nº 466, com vencimentos integrais, a partir de 10 de Dezembro de 2013 e término em 08 de Abril de 2014, conforme processo administrativo do IMPAS, n° **2014.08.0001P** e segundo a lei 398/2012 do município de planalto da serra mais dois meses totalizando 6 meses de licença maternidade, portanto com o termino na data de 07 de Junho de 2014.

Art. 2º - A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpre-se.

PLANALTO DA SERRA – MT, 29 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:146DBBDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 035/2014.

PORTARIA N.º 035/2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFICÍO AUXILIO – DOENÇA AO SERVIDOR JOSE CARLOS ALBERNAZ.

A Srª. CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO do Município de PLANALTO DA SERRA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº 210/2004 de 05 de maio de 2004, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao servidor Sr. **JOSE CARLOS ALBERNAZ** portador do RG n.º 10314392 SSP/MT e do CPF n.º 880.441.301-87, servidor efetivo no cargo de **OPERARIO**, lotado na Secretaria Municipal de Transportes e Obras Publicas, a partir de 28 de Dezembro de 2013 e término em 28 de Março de 2014, conforme processo administrativo do IMPAS, **n.º 2014.05.00012R3**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,
Cumpre-se.

PLANALTO DA SERRA-MT, 29 de Janeiro de 2014.

CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA,
Secret. Munic. de Adm. Economia e Finanças

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:69D13CF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 036/2014.

PORTARIA N.º 036/2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFICÍO AUXILIO – DOENÇA A SERVIDORA SIMONE APARECIDA BATISTA CARDOSO.

A Srª. CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO do Município de PLANALTO DA SERRA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº 210/2004 de 05 de maio de 2004, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. **SIMONE APARECIDA BATISTA CARDOSO** portadora do RG n.º 856648 SSP/MT e do CPF n.º 771.032.701-04, servidora efetiva no cargo de **TECNICO EM ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento com vencimentos integrais, a partir de 02 de Janeiro de 2014 e término em 01 de Abril de 2014, conforme processo administrativo do IMPAS, **n.º 2014.09.0009R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpre-se.

PLANALTO DA SERRA-MT, 29 de Janeiro de 2014.

CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA,
Secretaria Munic. de Adm. Economia e Finanças

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:9C6C4792

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 037/2014

PORTARIA N.º 037/2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFICÍO AUXILIO – DOENÇA A SERVIDORA VALDIRENE MARIA GONÇALVES.

A Srª. CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO do Município de PLANALTO DA SERRA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº 210/2004 de 05 de maio de 2004, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra. **VALDIRENE MARIA GONLÇAVES** portadora do RG n.º 469300 SSP/MT e do CPF n.º 802.086.141-68, servidora efetiva no cargo de **AGENTE DE SAUDE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento com vencimentos integrais, a partir de 20 de Janeiro de 2014 e término em 19 de Abril de 2014, conforme processo administrativo do IMPAS, **n.º 2014.05.00014R1**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpre-se.

PLANALTO DA SERRA-MT, 29 de Janeiro de 2014.

CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA,
Secretaria Munic. de Adm. Economia e Finanças

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:57A0FD73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 038/2014.

PORTARIA N.º 038/2014.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFICÍO SALARIO- FAMILÍA EM FAVOR DO SERVIDOR UENDER ALVES BATISTA .

O Srª. CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO do Município de PLANALTO DA SERRA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº 210/2004 de 05 de maio de 2004, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º - Conceder o benefício Salário-Família, ao servidor Sr. **UENDER ALVES BATISTA** portador do RG nº 15192636, SSP/MT e do CPF nº 000.517.341-84, residente e domiciliado neste município, servidor EFETIVO, no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE ENDEMIAS, na SECRETARIA DE SAUDE E SANEAMENTO, referente a **GUSTAVO AIKIARY BATISTA**, seu filho menor de 14(quatorze) anos, a partir de 20 de Janeiro de 2014 e termino 30/11/2026 ,conforme o processo administrativo 2014.09.00002P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PLANALTO DA SERRA-MT, 29 de Janeiro de 2014.

CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA,
Secretaria Munic. de Adm. Economia e Finanças

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:EECB9BCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N0 039/2014

PORTARIA N0 039/2014

DISPÕE SOBRE AS NOMEAÇÕES DOS FUNCIONARIOS DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO NO MUNICIPIO DE PLANALTO DA SERRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os seguintes servidores para ocuparem os cargos da Agência Municipal de Trânsito no município de Planalto da Serra-MT, conforme a relação a seguir:
CLEUDO ROCHA SILVA MOREIRA: CHEFE DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO.
BENEDITO PAULA DE OLIVEIRA: VISTORIADOR DA AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 29 de Janeiro de 2014.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jarbas de Sousa Pereira
Código Identificador:B2E34707

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL
LICITAÇÃO FRACASSADA - CONVITE 003/2014

Tendo em vista que as empresas licitantes não apresentaram comprovação de regularidade fiscal no prazo devidamente concedido por lei, a Administração, por sua discricionariedade, resolve por REVOGAR a presente Licitação, tudo nos termos do Art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

Pontes e Lacerda, MT., 07 de fevereiro de 2014.

WELLINGTON DE CARVALHO BATISTA
Presidente da Comissão de Licitação

TONY HAY-NIER CARLOS ALMEIDA
Secretário CPL

MARIA AP. E. FERREIRA SOUZA
Membro CPL

JAMES ROGÉRIO BAPTISTA
Assessor Jurídico
OAB-MT – 9.992-B

Publicado por:
Tony-Hay-Nier Carlos Almeida
Código Identificador:C0152D47

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO

EM VIRTUDE DE FALHAS FORMAIS, RETIFICA-SE O CONTRATO ABAIXO RELACIONADO

RETIFICA O CONTRATO 004/2014 DA SRª. MARILENE MARIA MEURER, ONDE-SE LÊ O DE VALOR DE R$ 25.606,64, PASSA A CONSTAR O VALOR DE R$ 13.800,00. E DA VIGENCIA DE 31/12/2014, PASSA A CONSTAR 15/08/2014, PUBLICADO NO DIA 05-02-14, EDIÇÃO 1905, PAG. 191

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:DAF04347

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO

EM VIRTUDE DE FALHAS FORMAIS, RETIFICA-SE O TERMO ADITIVO ABAIXO RELACIONADO

RETIFICA O SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº. 233/2013 DA EMPRESA SOCIEDADE LACERDENSE DE BENEFICIÊNCIA – SOLBEN, ONDE-SE LÊ O OBJETO: A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DECORRENTE DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO NÚMERO 233/2013, EFETIVADA ATRAVÉS DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CORRESPONDERÁ AO PREÇO DE R$ 270.000,00 (DUZENTOS E SETENTA MIL REAIS), DIVIDIDOS EM 03 (TRÊS) PARCELAS MENSAIS E CONSECUTIVAS DE R$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS), QUE SERÃO PAGOS PELO CONTRATANTE À CONTRATADA, COM RECURSOS PRÓPRIOS, SEGUNDO DISPONIBILIDADE FINANCEIRA. PASSA A CONSTAR, A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DECORRENTE DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO NÚMERO 233/2013, EFETIVADA ATRAVÉS DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CORRESPONDERÁ AO PREÇO DE R$ 337.500,00 (TREZENTOS E TRINTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS), DIVIDIDOS EM 03 (TRÊS) PARCELAS MENSAIS E CONSECUTIVAS DE R$ 112.500,00 (CENTO E DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS), QUE SERÃO PAGOS PELO CONTRATANTE À CONTRATADA, COM RECURSOS PRÓPRIOS, SEGUNDO DISPONIBILIDADE FINANCEIRA. DO VALOR DE R$ 270.000,00 PASSA A CONSTAR O VALOR DE R$ 337.500,00, PUBLICADO NO DIA 03-02-14, EDIÇÃO 1903, PAG. 96

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:C3EB7FB7

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO – JANEIRO/2014

Contrato n.º 006/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda
Contratada: Empresa JP CONSTRUTORA LTDA- ME
Objeto: Constitui objeto do presente instrumento, a locação de diversas máquinas pesadas para serem utilizadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos na prestação de serviços pertinentes às atribuições daquela Secretaria no Município, conforme especificações e quantitativos descritos no Edital de Pregão/Registro de Preços nº. 067/2013 e proposta da LOCADORA que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição
Disp. Gerais: Registro de Preços nº. 067/2013
Valor: R$ 748.362,00
Data: 28/01/2014
Vigência: 31/12/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:E4C5B531

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO – JANEIRO/2014

Contrato n.º 007/2014
Contratante: Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda
Contratada: Empresa Individual EVALDO DE CAMPOS
Objeto: A CONTRATADA prestará para o CONTRATANTE, serviços referente passagens terrestres nacionais, compreendo ida e volta a cidade de Barretos/SP, visando atender os munícipes que dependem de tratamento especializado fora do domicílio, conforme descrito no Termo de Referência nº. 06/022/2014, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde e proposta da CONTRATADA que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente de transcrição
Disp. Gerais: Processo de Dispensa nº. 003/2014
Valor: R$ 7.889,00
Data: 28/01/2014
Vigência: 20/02/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:64DCFCE2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/JANEIRO/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 146/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA GILBERTO MORALES INFORMÁTICA – EPP.
OBJETO: A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DECORRENTE DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO

CONTRATO NÚMERO 146/2013, EFETIVADA ATRAVÉS DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CORRESPONDERÁ AO PREÇO DE R$ 45.978,39 (QUARENTA E CINCO MIL, NOVECENTOS E SETENTA E OITO REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS), QUE SERÃO PAGOS PELO CONTRATANTE À CONTRATADA, COM RECURSOS PRÓPRIOS, SEGUNDO DISPONIBILIDADE FINANCEIRA
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 026/2013
VALOR: R$ 45.978,39
DATA: 02/01/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:A6B381C4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO/JANEIRO/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 247/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA
CONTRATADA: EMPRESA RONY DOS SANTOS – ME.
OBJETO: A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DECORRENTE DA PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO NÚMERO 247/2013, EFETIVADA ATRAVÉS DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO, CORRESPONDERÁ AO PREÇO DE R$ 52.895,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS), QUE SERÃO PAGOS PELO CONTRATANTE À CONTRATADA, COM RECURSOS PRÓPRIOS, SEGUNDO DISPONIBILIDADE FINANCEIRA
DISPOSIÇÕES LEGAIS: PREGÃO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 100/2013
VALOR: R$ 52.895,00
DATA: 02/01/2014

Publicado por:
Dailza Peixoto Aquino de Oliveira
Código Identificador:E839EA3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PREGÃO N.007/2014

SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
(PROCESSO Nº 019/2014-PMPL)

PREGÃO Nº. 007/2014 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTIO DE GRAMAS E DE PLANTAS ORNAMENTAIS NAS UNIDADES ESCOLARES NO MUNICIPIO.

CREDENCIAMENTO: das 07h 30m às 08h do dia 19 de fevereiro 2014.
INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 19 de fevereiro de 2014 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.**LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 07 de fevereiro de 2014.**

JOSÉ GARCIA DOS SANTOS NETO
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:3A161683

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO CHAMADA PÚBLICA N.001/2014

(PROCESSO N.019/2014)

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 21, da Resolução/CD/FNDE n.º 21, de 04/07/2012, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 26 de fevereiro do corrente ano, às 09horas, na sede da Prefeitura Municipal, sito Av. Marechal Rondon, 522, centro, licitação na modalidade chamada publica para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE**.** Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo na Av. Marechal Rondon, nº522, centro, no horário de expediente, das 07h às 13horas, em dias úteis ou no site (www.ponteselacerda.mt.gov.br – Portal Transparência – Chamada Pública). Pontes e Lacerda, em 07 de fevereiro de 2014.

CRISTIAN KLEINSCHMITT
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:9065189E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DISPENSA N.007/2014

PROCESSO N.012/2014)

ONDE SE LÊ visto a Empresa FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E EXTENSÃO DE SÃO DO RIO PRETO - FAPERP**, LEIA-SE** visto a Empresa FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E EXTENSÃO DE SÃO JOSE DO RIO PRETO – FAPERP. **Pontes e Lacerda/MT, 07/02/2014.**

CRISTIAN KLEINSCHMITT
Presidente da Comissão de Licitação

Publicado por:
Lucelia Martos Alves
Código Identificador:0E7DC3F0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO 001/2014

ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE
CNPJ Nº03.148.749/0001-79
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - Nº 01/2013
Contrato que entre si celebram, CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, Estado de Mato Grosso e JALES FERNANDES DE ASSUNÇÃO.
Aos 02 dias do mês de Janeiro do ano de 2014, no Gabinete do Presidente, foi celebrado o presente TERMO DE CONTRATO, tendo como partes, de um lado a CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT, Inscrita no CNPJ sob nº 03.148.749/0001-79, estabelecida a av. JK, 1.047, centro, nesta cidade de PORTO ALEGRE DO NORTE-MT., neste ato representada pelo seu Presidente o Sr. JOEL PACIENTE GUNTHER, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Porto Alegre do Norte-Mt., à rua Campinas, s/n Setor dos Esportes, portador do CPF n. 330.261.301-68**,** inscrito na RG. sob nº 1817636-SSP/GO, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado o Sr. JALES FERNANDES DE ASSUNÇÃO, Inscrito no CNPJ sob o nº 11.852.644/0001-24, situado à rua Amazonas, 800 Porto Alegre do Norte-Mt., neste ato representado pelo seu proprietário JALES FERNANDES DE ASSUNÇÃO, brasileiro, casado, residente e domiciliado a rua Amazonas, 800 Centro Porto Alegre do Norte-MT., inscrito no CPF sob o nº 971.641.191-04 doravante denominado CONTRATADO, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SUPORTE LEGAL
01.1 – Este CONTRATO se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei n.° 8.666/93, com suas alterações resultantes da Lei n.° 8.883/94 e pelas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO
02.1 – O presente CONTRATO tem por objetivo a prestação de serviços Reparação e Manutenção de Computadores para a CONTRATANTE fornecido pelo CONTRATADO.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME E EXECUÇÃO
03.1 – O valor global para a execução do presente Contrato é de R$ 3.600,00 (Três Mil Seiscentos e Reais);
03.2 – O valor global fixado para o presente Contrato será pago em 12 (doze) parcelas no valor de R$ 300,00 (Trezentos Reais);
03.3 – Os pagamentos deverão ser efetuados mensalmente até o ultimo dia do mês vencido.
03.4 – Será considerado como inadimplemento de cada parcela o atraso superior de 30(trinta) dias.
03.5 – No caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, a contratante fica obrigada a efetuar o pagamento com a atualização monetária de 0,33%(trinta e três centésimos por cento) ao dia entre data do adimplemento.

CLÁUSULA QUARTA – DO FATO GERADOR CONTRATUAL
04.1 – O presente instrumento contratual foi firmado em função da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.
05.1 – As despesas de locação e manutenção, realizados no período de execução do presente contrato, correrão por conta da CONTRATANTE; por conta de recursos próprios consignados no orçamento Anual do Município na seguinte dotação orçamentária:
Câmara Municipal
Gabinete do Presidente
Projeto Atividade _ Manutenção e Encargos c/ Gabinete do Presidente
Elemento de Despesas – 33.90.39 – Outros Serviços Terceiro – Pessoa Jurídica.

CLAUSULA SEXTA– DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

06.1 – DA CONTRATANTE
06.1.1 - Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente Contrato, aplicado ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
06.1.2 – A Contratante por meios de seus prepostos deverá acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo impugnar os serviços que estejam mal executados.
06.1.3 - Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93.
06.1.4 – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente Contrato.
06.1.5 – Enviar ao Contratado o documento comprovante de arrecadação competente toda vez que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;
06.1.6 – Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei 8.666/93;
06.1.7 – Modificar ou rescindir unilateralmente o Contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93;
06.1.8 – Oferecer todas as condições, bem como os recursos humanos e materiais necessários ao bom desempenho dos trabalhos pela Contratada;
06.1.9- Permitir a subcontratação de partes dos serviços desde que seja solicitada pelo Contratado e que haja conveniência para a Contratante;

06.2 - DA CONTRATADA
06.2.1 – À Contratada assiste o direito de suspender, eventual ou definitivamente, os serviços contratados no caso de descumprimento do pagamento das parcelas deste Contrato, quando a inadimplência ultrapassar a 60(sessenta) dias.
06.2.2 – Executar todos os serviços objeto deste Contrato de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei n.° 8.666/93 e suas alterações posteriores.
06.2.3 – Receber todo apoio logístico, tais como o recursos humanos e materiais objetivando um desenvolvimento mais racional e mais ágil das atividades objeto deste Contrato.
06.2.3 - Exigir da Contratante o cumprimento da legislação, bem como das orientações emanadas por esta visando o sucesso da Administração Pública Municipal;
06.2.5 – Executar todos os serviços objeto deste Contrato dentro do prazo estipulado ou solicitado pela Contratante, sob as penas da Lei n.° 8.666/93;
06.2.6 – Assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista ou previdenciária e respectivos ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para a execução dos serviços do objeto do presente Contrato;
06.2.7 – Atender a todas as exigências deste Contrato e executar todos os serviços contratados assumindo os ônus da prestação inadequada dos trabalhos;

06.2.8 – Tratar com confidencialidade todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos os documentos da Contratante, guardando sigilo perante terceiros;
06.2.9 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços objeto do presente instrumento até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizados do Contrato, observadas as disposições do art. 65 da Lei n.° 8.666/93;
06.2.10 – Emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA– DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS
07.1 – As penalidades contratuais aplicáveis são:
Advertências verbal ou escrita;
Multas;
Declaração de inidoneidade e;
Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei n.° 8.666/93 e suas alterações posteriores.
07.2 – A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.
07.3 – As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:
0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega dos serviços solicitados;
0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato;
2,0% (dois por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;
07.4 – De qualquer sanção imposta a Contratada poderá, no prazo máximo de cinco dias contados da intimação do ato, oferecer recurso à Contratante, devidamente fundamentado;
07.5 – As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente;

07.6 – A multa definida na alínea “a” do item 07.3, poderá ser descontada de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento;
07.7 – A Contratada não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA– DOS CASOS DE RESCISÃO
08.1 – A rescisão do presente Contrato poderá ocorrer de forma:
Amigável – por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a Contratante.
Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I e XII e XVII do art. 78 da Lei n.° 8.666/93;
Judicial – nos termos da legislação processual;

08.2 – A Contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n.° 8.666/93.

CLÁUSULA NONA– DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
09.1 – O presente Contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei n.° 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:
09.1.1 – Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:
Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnicas aos seus objetivos;
Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
09.1.2 – Por acordo das partes:

Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;
09.2 – Outros casos previstos na Lei n.° 8.666/93.
CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS
11.1 – Aplica-se a Lei n.° 8.666/93, com suas alterações posteriores, o Decreto Federal n.° 1.070/94 e o Código Civil Brasileiro ao presente Contrato e em especial aos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO
12.1 – A Contratada deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DO FORO

14.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato.

Por estarem justos e contratados, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02(duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

PORTO ALEGRE DO NORTE – MT, 02 de Janeiro de 2014.

JOEL PACIENTE GUNTHER
Contratante: Presidente

JALES FERNANDES ASSUNÇÃO
Contratado

TESTEMUNHAS :
1º_____
CPF Nº
2.°_____
CPF Nº

Publicado por:
Etevaldo Vasco Soares
Código Identificador:123906C9

PREFEITURA MUNICIPAL
PREGÃO ELETRONICO N° 07/2014

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 07/2014.

A PREGOEIRA da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte – MT. Faz saber aos interessados, que realizara licitação na modalidade **Pregão Presencial**, no tipo Menor Preço global, Conforme normas da Lei Federal Nº. 10.520/02, decreto nº. 933/2006 e Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Cuja abertura correra às 14:00 horas do dia 21 de Fevereiro de 2014, na Prefeitura Municipal na sala de sessão de licitações Situado a Av. Piraguassu nº. 517, Setor dos Esportes. Objeto: Contratação de empresa para elaboração do PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Porto Alegre do Norte, MT em conformidade com o decreto n° 7.217 de 21 de junho de 2010 e demais normas que regem o objeto em epigrafo.

O edital e a minuta de ata de registro de preço poderão ser adquiridos com a equipe de apoio das 8:00 as 17:00 horas em dias úteis na prefeitura. Maiores Informações pelo fone (66) 3569-1210/1226.

Porto Alegre do Norte, 07 de Fevereiro de 2014.

MONICA PEREIRA DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Mônica Pereira da Silva
Código Identificador:D88FA67C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, devidamente inscrita no CNPJ nº 03.204.187/0001-33, vem por meio deste, comunicar a todos os munícipes a alteração da razão social do empreendimento hospitalar deste município, sendo extinta a instituição FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO DOS GAÚCHOS de acordo com a Lei n. 327/2010 e fundada a instituição HOSPITAL MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, segundo a Lei n. 328/2010.
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 07 de Fevereiro de 2014.

Publicado por:
Roberto Martin Wilke
Código Identificador:BB54AE0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CARTA DE SUSPENSÃO DISCIPLINAR

SUSPENSÃO DISCIPLINAR

Empregador
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT

Servidor/Cargo
Marcelo dos Santos – Serviços Gerais

Sec./Depto
Secretaria Municipal de Infraestrutura/Departamento de Obras

Vimos pela presente aplicar-lhe a pena de suspensão disciplinar, por 30(trinta) dias a partir desta data, em razão da seguinte ocorrência:

• Reincidência de falta injustificada

· Referir-se de modo desrespeitoso ao chefe imediato

Esclarecemos que a reincidência em procedimentos semelhantes poderá, por sua repetição, configurar justa causa para a rescisão do trabalho.
Reassumindo suas funções em 10/03/2014, observe as normas reguladoras da relação de emprego, para que não tenhamos, no futuro, de tomar as enérgicas medidas que nos são facultadas pela legislação vigente.
Solicitamos apor o seu ciente na cópia deste.
Porto dos Gaúchos, 07 de Fevereiro de 2014.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN
Prefeito Municipal
Empregador

EDER RAFAEL BOLDRIN
Secretário Municipal
Chefe Imediato

Ciente em ____ / ____ / ____

MARCELO DOS SANTOS
Servidor

Publicado por:
Adriana Silverio de Almeida
Código Identificador:E96B7B8F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF - ANEXO I - CAMARA

PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a DEZ/2013
LRF Cidadão 9.31 - 30/01/14

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	454.030,13
Pessoal Ativo	454.030,13
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	770,88
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	770,88
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)¹	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	453.259,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.324.631,39
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	4,39
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	619.477,88
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	588.503,99
¹ Valores referentes à mov imentação f inanceira concedida ao RPPS relativ os à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:F8B9E857

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF ANEXO V - CAMARA

PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013

LRF, art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo V		LRF Cidadão 9.31 - 30/01/14	
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	0,00	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento	0,00	Do Exercício	0,00
Contas Vinculada	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	-
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(III)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	4.184.649,64	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	53.617,55	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento	53.617,55	Do Exercício	0,00
Contas Vinculada	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	4.131.032,09	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	4.184.649,64
TOTAL	4.184.649,64	TOTAL	4.184.649,64
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO(VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			4.184.649,64
FONTE:			
Nota:			

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:4182EB0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF - ANEXO VI - CAMARA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013
LRF Cidadão 9.31 - 30/01/14

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI					
ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Processados		Suf iciêcia antes	Não Processados	
	Inscritos		da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Inscritos	Não Inscritos Por Financeira
	Exercícios Anteriores	Do Exercício		Insuficiência Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	4.184.649,64	0,00	0,00

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:DE24833F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF 3º QUAD. - ANEXO I

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a DEZ/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	LRF Cidadão 9.31 - 30/01/14
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
	Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.154.313,69
Pessoal Ativo	5.106.181,47
Pessoal Inativo e Pensionista	48.132,22
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	57.418,26
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	57.418,26
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)¹	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	5.096.895,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	10.324.631,39
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	49,37
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.575.300,95
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	5.296.535,90
¹ Valores referentes à mov imentação f inanceira concedida ao RPPS relativ os à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:5A312542

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF 3º QUAD. - ANEXO II

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II			LRF Cidadão 9.31 - 30/01/14	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	153.273,80	0,00	0,00	373.016,06
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	18.294,43	0,00	0,00	5.569,17
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	47.529,67	0,00	0,00	18.699,67
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	87.449,70	0,00	0,00	348.747,22
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	87.449,70	0,00	0,00	348.747,22
Previdenciárias	87.449,70	0,00	0,00	348.747,22
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	4.532.412,71	5.117.003,59	4.656.705,09	4.212.177,54
Ativo Disponível	4.541.340,53	5.117.003,59	4.656.705,09	4.830.640,41
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	8.927,82	0,00	0,00	618.462,87
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	9.939.284,12	9.903.036,53	10.082.450,20	10.324.631,39
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,54	0,00	0,00	3,61
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:B6B5CE0C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF 3º QUAD. - ANEXO III

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2013
LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III				
GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	9.939.284,12	9.903.036,53	10.082.450,20	10.324.631,39
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00
CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:03BDD2A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RGF 3º QUAD. - ANEXO IV

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2013

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV	LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:29C3790C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013- ANEXO V

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,			LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	262.300,00	262.500,00	102.772,20	545.661,76	1.078.216,85
RECEITAS CORRENTES	262.300,00	262.500,00	102.772,20	545.661,76	1.078.216,85
Receita de Contribuições	187.000,00	187.400,00	49.860,65	296.950,20	268.584,66
Pessoal Civ il	187.000,00	187.000,00	49.860,65	296.950,20	268.584,66
Contribuição de Serv idor Ativ o Civ il	187.000,00	187.000,00	49.860,65	296.950,20	268.584,66
Contribuição de Serv idor Inativ o Civ il	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civ il	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Prev idenciárias	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev . entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	74.800,00	74.800,00	52.911,55	248.258,47	809.632,19
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	74.800,00	74.800,00	52.911,55	248.258,47	809.632,19
Outras Receitas Correntes	500,00	300,00	0,00	453,09	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	187.300,00	187.000,00	49.913,17	329.195,70	188.264,77

REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	449.600,00	449.500,00	152.685,37	874.857,46	1.266.481,62
DESPESA PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	319.900,00	319.900,00	22.650,70	139.043,95	150.276,72
ADMINISTRAÇÃO	68.900,00	68.900,00	9.335,10	56.589,10	66.649,05
Despesas Correntes	68.900,00	68.900,00	9.335,10	56.589,10	66.649,05
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	251.000,00	251.000,00	13.315,60	82.454,85	83.627,67
Pessoal Civ il	251.000,00	251.000,00	13.315,60	82.454,85	83.627,67
Aposentadorias	100.000,00	100.000,00	7.750,58	36.362,02	33.942,44
Pensões	50.000,00	50.000,00	2.037,15	11.770,20	11.083,28
Outros Benef ícios Prev idenciários	101.000,00	101.000,00	3.527,87	34.322,63	38.601,95
Outras Despesas Prev idenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	320.000,00	320.000,00	22.650,70	139.043,95	150.276,72
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	129.600,00	129.500,00	130.034,67	735.813,51	1.116.204,90
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	5º BIM/2013		PERÍODO REFERÊNCIA		
			2012		2013
Caixa		0,00		0,00	0,00
Bancos Conta Movimento		57.706,16		5.423,90	53.617,55
Investimentos		3.779.291,11		4.090.375,28	4.131.032,09
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
RECEITAS CORRENTES	187.700,00	187.000,00	49.913,17	341.987,07	194.539,68
Receita de Contribuições	187.300,00	187.000,00	49.913,17	329.195,70	188.264,77
Pessoal Civ il	187.000,00	187.000,00	49.913,17	298.970,30	187.334,29
Contribuição Patronal de Serv idor Ativ o Civ il	187.000,00	187.000,00	49.913,17	275.212,30	187.334,29
Contribuição Patronal de Serv idor Inativ o Civ il	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civ il	0,00	0,00	0,00	23.758,00	0,00
Outras Contribuições Prev idenciárias	300,00	0,00	0,00	30.225,40	930,48
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	400,00	0,00	0,00	12.791,37	6.274,91
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	187.700,00	187.000,00	49.913,17	341.987,07	194.539,68
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:					

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:F00C0B0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO VI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 31 Out 2013 (b)	Em 31 Dez 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	153.273,80	398.256,59	373.016,06
DEDUÇÕES (II)	3.724.502,61	4.290.802,03	4.212.177,54
Ativ o Disponiv el	4.541.340,53	4.909.264,90	4.830.640,41
Hav eres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	816.837,92	618.462,87	618.462,87
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.571.228,81	-3.892.545,44	-3.839.161,48
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	87.449,70	361.780,25	348.747,22
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.658.678,51	-4.254.325,69	-4.187.908,70
ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c - b)	Jan a Dez 2013 (c - a)	
RESULTADO NOMINAL	66.416,99	-529.230,19	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR	
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		O 0,00	
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (a)	Em 31 Out 2013 (b)	Em 31 Dez 2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	4.095.799,18	4.188.676,12	4.184.649,64
Ativo Disponiv el	4.095.799,18	4.188.676,12	4.184.649,64
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (VIII - IX)	0,00	0,00	0,00
FONTE:			

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:1EA0D762

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO VII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)				
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.470.547,43	2.153.266,29	10.995.641,46	11.867.305,36
Receita Tributária	335.898,66	117.760,07	542.982,22	336.474,20
IPTU	8.543,01	3.359,65	10.042,38	4.745,27
ISS	72.755,23	8.301,42	39.361,98	68.185,87
ITBI	61.778,41	56.484,68	258.559,79	86.393,98
IRRF	182.777,85	46.569,16	217.988,73	169.015,07
Taxas	8.989,44	3.045,16	17.029,34	8.134,01
Contribuição de Melhoria	1.054,72	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	458.099,67	119.531,54	751.183,55	558.465,38
Receita Prev idenciária	374.400,00	99.773,82	626.145,90	456.849,43
Outras Contribuições	83.699,67	19.757,72	125.037,65	101.615,95
Receita Patrimonial Líquida	74.800,00	52.911,55	248.258,47	809.632,19
Receita Patrimonial	89.947,94	56.589,26	262.337,76	816.946,99
(-) Aplicações Financeiras	15.147,94	3.677,71	14.079,29	7.314,80
Transf erências Correntes	8.535.769,44	1.853.641,50	9.364.801,41	10.049.710,19
FPM	3.975.735,40	970.481,47	4.191.075,98	3.894.493,40
ICMS	2.052.442,67	415.549,12	2.431.628,39	2.145.818,77
Outras Transf erências Correntes	2.507.591,37	467.610,91	2.742.097,04	4.009.398,02
Demais Receitas Correntes	65.979,66	9.421,63	88.415,81	113.023,40
Dív ida Ativ a	15.003,68	7.947,31	30.324,31	9.142,77
Receitas Correntes Div ersas	50.975,98	1.474,32	58.091,50	103.880,63
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf erências de Capital	75.089,14	0,00	66.740,70	354.361,68
Conv ênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf erências de Capital	75.089,14	0,00	66.740,70	354.361,68
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	75.089,14	0,00	66.740,70	354.361,68
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.545.636,57	2.153.266,29	11.062.382,16	12.221.667,04

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.695.663,91	1.680.745,72	9.415.780,53	9.308.698,37
Pessoal e Encargos Sociais	5.826.950,79	1.002.346,01	5.636.206,97	4.986.334,49
Juros e Encargos da Dív ida (IX)	15.514,68	3.613,92	15.514,68	17.758,82
Outras Despesas Correntes	3.853.198,44	674.785,79	3.764.058,88	4.304.605,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.680.149,23	1.677.131,80	9.400.265,85	9.290.939,55
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	625.745,74	19.440,89	619.060,80	420.417,47
Inv estimentos	521.975,52	1.940,00	515.290,58	187.353,69
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida (XIV)	103.770,22	17.500,89	103.770,22	233.063,78
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	521.975,52	1.940,00	515.290,58	187.353,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	130.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	10.332.124,75	1.679.071,80	9.915.556,43	9.478.293,24
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	-786.488,18	474.194,49	1.146.825,73	2.743.373,80
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DALDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00
FONTE:	

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:974E1EEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO X

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)				LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	7.774.476,99	7.774.476,99	1.758.168,73	8.628.951,24	110,99
Receitas de Impostos	165.206,22	165.206,22	74.040,32	331.820,32	200,85
Impostos	143.076,65	143.076,65	68.145,75	307.964,15	215,24
Dív ida Ativ a dos Impostos	13.529,49	13.529,49	5.880,70	22.770,76	168,3
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div . Ativ a de	8.600,08	8.600,08	13,87	1.085,41	12,62
Receitas de Transf erências Constitucionais e Legais	7.609.270,77	7.609.270,77	1.684.128,41	8.297.130,92	109,04
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.975.735,40	3.975.735,40	970.481,47	4.191.075,98	105,42
Transf erência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	-3.819,23	-3.819,23	-602,82	-3.616,95	94,7
Cota-Parte ICMS	2.052.442,67	2.052.442,67	415.549,12	2.431.628,39	118,47
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ITR	19.493,36	19.493,36	4.465,42	24.611,59	126,26
Cota-Parte IPVA	41.682,79	41.682,79	3.508,02	39.097,91	93,8
Parcela das Transf erências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	1.523.735,78	1.523.735,78	290.727,20	1.614.334,00	105,95
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	1.386.155,32	1.386.155,32	278.949,07	1.538.510,33	110,99
Transf erências Multigov ernamentais do FUNDEB (IV)	1.022.190,42	1.022.190,42	190.132,92	1.130.289,52	110,58
Transf erências de Recursos do FUNDEB (V)	1.022.190,42	1.022.190,42	190.132,92	1.130.289,52	110,58
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transf erências de Recursos do Fundo Nacional do Desenv olv imento	363.964,90	363.964,90	88.816,15	408.220,81	112,16
Transf . de Conv ênios Destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	7.636.896,53	7.636.896,53	1.746.390,60	8.553.127,57	112,00

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO** ATUALIZADA **(c)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Jun 2012 (d)**	**% (d/c)**
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.549.581,77	1.173.931,85	184.544,69	1.365.810,85	116,34
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	853.909,58	530.887,39	47.286,89	726.579,67	136,86
Despesas com Educação IInfantil em Creches e Pré-Escolas (VIII)	224.450,00	130.679,63	19.996,37	129.658,57	99,22
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	471.222,19	512.364,83	117.261,43	509.572,61	99,46
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	957.190,42	1.226.236,05	218.985,21	1.020.788,75	83,25
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	957.190,42	1.226.236,05	218.985,21	1.020.788,75	83,25
Outras Despesas no Ensino Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	2.506.772,19	2.400.167,90	403.529,90	2.386.599,60	99,43

[se II>IV]= PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)	484.044,48
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-
DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas Com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas Com Educação Infantil em Creches e Pré Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR NSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRADE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	2.386.599,60
TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	27,66
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	90,31

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2012	Jan a Dez 2013
	0.00	11.119,67

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (f)	% (f/e)
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	55.500,00	89.526,43	15.159,11	86.942,98	97,11
ENSINO FUNDAMENTAL	1.811.100,00	1.757.123,44	266.272,10	1.747.368,42	99,44
ENSINO SUPERIOR	0,00	350,00	0,00	350,00	100
EDUCAÇÃO INFANTIL	224.450,00	130.679,63	19.996,37	129.658,57	99,22
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	415.722,19	422.488,40	102.102,32	422.279,63	99,95
TOTAL DAS DESPESAS	2.506.772,19	2.400.167,90	403.529,90	2.386.599,60	99,43
FONTE:					

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:6C4A37C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO XI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)				
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Jan a Dez 2013 (b)		SALDO A REALIZAR c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Jan a Dez 2013		SALDO A EXECUTAR
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g) = (d-(e+f)) NÃO PROCESSADO (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	625.745,74	619.060,80	0,00	6.684,94
(-) Incentiv os Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	-	0,00
(-) Incentiv os Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	-	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	625.745,74	619.060,80	0,00	6.684,94
	VIII = (a - d)	IX = (b	- (e + f))	X = (c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-625.745,74	-619.060,80		-6.684,94
FONTE:				

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:413339E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO XIV

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF, art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV			LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITA REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a - b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESA LIQUIDADAS (d)	SALDO A REALIZAR (c-d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Inv estimentos	0,00	0,00	0,00
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/ Refinanciamento da Dív ida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes Próprios de Previdência	320.000,00	45.351,71	274.648,29
TOTAL	320.000,00	45.351,71	274.648,29
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	DO EXERCÍCIO (f) = (b - d)	SALDO ATUAL (e + f)
	0,00	-45.351,71	-45.351,71
FONTE:			

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:EDE7BE4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO XVI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO2013/SEMESTRE JANEIRO A DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14

ADCT, art 77 - Anexo XVI				
RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Jan a Dez 2013 (b)	% (b/a)(b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	7.769.466,55	7.769.466,55	8.628.951,24	111,06
Impostos	143.076,65	143.076,65	307.964,15	215,24
Multas, Juros de Mora e Dív ida Ativ a dos Impostos	22.129,57	22.129,57	23.856,17	107,80
Receitas de Transf erências Constitucionais e Legais	7.604.260,33	7.604.260,33	8.297.130,92	109,11
Da União	4.967.692,65	4.967.692,65	5.214.538,74	104,97
Do Estado	2.636.567,68	2.636.567,68	3.082.592,18	116,92
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS(II)	724.232,11	649.142,97	724.416,85	111,60
Da União para o Município	701.592,48	626.503,34	593.235,88	94,69
Do Estado para o Município	22.639,63	22.639,63	131.180,97	579,43
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE(III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.404.043,51	2.478.910,77	2.949.288,20	118,98
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	1.503.432,23	1.503.432,23	1.598.407,31	106,32
TOTAL	9.394.309,94	9.394.088,06	10.704.248,98	113,95
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Jan a Dez 2013 (d)	% (d/c)(b/a)
DESPESAS CORRENTES	1.976.850,00	2.561.660,09	2.530.259,00	98,77
Pessoal e Encargos Sociais	1.359.650,00	1.815.505,72	1.802.396,88	99,28
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	617.200,00	746.154,37	727.862,12	97,55
DESPESAS DE CAPITAL	43.800,00	170.713,92	168.013,92	98,42
Inv estimentos	43.800,00	170.713,92	168.013,92	98,42
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	2.020.650,00	2.732.374,01	2.698.272,92	98,75
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2013 (e)	% (e)/desp.(b/a)saúde
DESPESAS COM SAÚDE	2.020.650,00	2.732.374,01	2.698.272,92	98,75
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	-	0,00	0,00
VINCULADADE RECURSOS PRÓPRIOS[1]				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(V)	2.020.650,00	2.732.374,01	2.698.272,92	100,00
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		RESTOS A PAGAR		
		Inscritos em Exercícios Anteriores		Cancelado em 2013(f)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			0,00	0,00
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <15,00>[2] [(V-VI)/I]				31,27

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Dez 2013 (g)	% (g/total(b/a) g)
Atenção Básica	1.101.700,00	1.377.278,48	1.371.163,54	50,82
Assitência Hospitalar e Ambulatorial	792.100,00	1.265.689,30	1.244.704,33	46,13
Suporte Prof ilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00

Vigilância Sanitária	55.000,00	39.424,47	33.089,53	1,23
Vigilância Epidemiológica	67.550,00	49.981,76	49.315,52	1,83
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subf unções	4.300,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.020.650,00	2.732.374,01	2.698.272,92	100,00
FONTE:				

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:D360BBD2

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2014
REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2014

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelo Decreto Municipal 54/2009 de 15/12/2009, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço para **Contratação de Empresa Especializada em Locação de Tendas, Mesas, Cadeira e Banheiros Químicos ,** conforme especificações, condições e quantidades, de acordo com especificação constante no Termo de Referência .
A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 20/02/2014 A PARTIR DAS 08:30HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser solicitado pelo e-mail prefeiturapox@hotmail.com ou presencial mediante o fornecimento dos dados cadastrais da Empresa para fins de cadastro no Sistema de Pregão desta Prefeitura., onde será fornecido gratuitamente juntamente com o edital o programa zipado denominado **MEDIADOR**, para lançamento de valores na planilha onde o mesmo deverá ser salvo em um pen drive no formato **TXT**, caso a empresa deseje retirar o edital impresso, deverá procurar o Setor de Licitações no prédio do Paço Municipal, e efetuar o pagamento de R$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por página, mediante Guia de Recolhimento (DAM), no horário de 13:30 às 17:30 horas na Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT.

Poxoréu-MT, 05 de fevereiro 2014.

EDINALDO PEREIRA DE SOUZA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS
PREGOEIRO OFICIAL

Publicado por:
Laura Leal da Silva
Código Identificador:9A085225

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 056/2013.

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato de prestação de serviços n. 056/2013 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa G.MARQUES DA CRUZ-ME, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 056/2013 de 10/09/2013, referente ao processo licitatório nº 056/2013.

Ao sétimo dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, no Gabinete do Prefeito Municipal, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo como partes: de um lado o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA - MT, inscrito no CNPJ sob nº 37.465.002/0001-66, com sede na Av. Cuiabá, quadra 01, lote 09, Setor C, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Gilmar Reinoldo Wentz, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado na Avenida Leste n. 567, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 5027154383 e inscrito no CPF sob o n. 437.706.300-68 doravante denominado "CONTRATANTE" e do outro lado à empresa G. Marques da Cruz- ME, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o n. 16.695.691/0001-25, estabelecida na Rua 25 de Julho, nº 361, Quadra 26, Lote 07, Setor Nova Querência - MT, representada neste ato por seu sócio-proprietário, Genival Marques da Cruz, portador da Cédula de Identidade RG n. 04634556821, inscrito no CPF sob n. 023.620.591-97, doravante denominado, simplesmente de CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo do Contrato Originário n. 056/2013.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO.
2.1 Fica alterado o prazo de execução da obra, sendo acrescido de mais 60 dias corridos, contados a partir do dia 10 de fevereiro de dois mil e quatorze, vencendo no dia 11 de abril de dois mil e quatorze.

CLAUSULA TERCEIRA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL.

3.1 A necessidade deste Termo de prorrogação de prazo de execução de obra para construção de Creche do Setor F justifica-se devido ao período chuvoso que ocorre na região e a falta de mão de obra qualificada no mercado de trabalho para continuidade da obra, sendo que continua economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pelo Contratado são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da Contratante.
Encontrando-se embasamento legal no Art. 57, inciso II e art. 65 § 1° da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA: DOMICÍLIO E FORO.

4.1 – As demais Cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Querência MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Querência – MT, 07 de fevereiro de 2014.

Prefeito MuniCipal

GILMAR REINOLDO WENTZ
CONTRATANTE

G.MARQUES DA CRUZ-ME
CNPJ/MF, sob o n. 37.465.002/0001-66
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: Daniel Stefanello Nome: Sintia Raquel Rauber
CPF n.: 991.486.501-10 CPF n.: 059.974.949-00

Publicado por:
Ellen Mayara Silva Gomes
Código Identificador:D2B59860

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DEPORTO
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL E CHAMADA PÚBLICA

AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2014

A Comissão Permanente da Câmara de Negocio da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Cascalheira torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade "Pregão Presencial 002/2014, para "AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS (PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS), PARA O ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT".

Abertura ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2014, às 08h30min horas nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Dona Antonieta Melges" e as empresas vencedoras do certame: E. M. REZENDE – ME, totalizando o valor de R$ 506.889,50 (quinhentos e seis mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinqüenta centavos), CNPJ 08.197.134/0001-56, J. A. DE FREITAS, CNPJ: 05.527.227/0001-03 totalizando o valor de R$ 207.942,00 (duzentos e sete mil, novecentos e quarenta e dois reais), JOSÉ BARROS DE SOUZA – ME PANIFICADORA NAPOLITANA CNPJ: 11.532.250/0001-99, totalizando o valor de: R$ 5.600,00 (Cinco mil e seiscentos reais), CARLOS FRANCISCO ALVES- EPP- AGROLEITE, CNPJ: 24.729.584/0001-07 totalizando o valor de: 482.722,50 (quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e vinte e dois reais e cinqüenta centavos) e H. R. DE OLIVEIRA, CNPJ: 15.078.088/0001-31 totalizando o valor de R$ 31.444,00 (trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais).

Ribeirão Cascalheira, 07 de fevereiro de 2014.

ISABEL FERNANDES SANTOS DE CASTRO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

OSMARINA VIEIRA DOS SANTOS
Pregoeira

PUBLICADO NO MURAL

07/02/2014

Assinatura do Responsável

AVISO DE RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2014

A Comissão Permanente da Câmara de Negocio da Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Cascalheira torna público aos interessados que realizará Licitação na modalidade "CHAMADA PÚBLICA DA AGRICULTURA FAMILIAR Nº 001/2014, para "AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS (PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS), PARA O ATENDIMENTO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT".

Abertura ocorreu no dia 04 de fevereiro de 2014, às 08h00min horas nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Dona Antonieta Melges" e os produtores vencedores do certame: Osmar Vieira Barros – Produtor de frango, totalizando o valor de R$ 18.050,00 (dezoito mil e cinqüenta reais), Maria de Lurdes Claudio – Produtora de leite, ovos, derivados do leite, totalizando o valor de R$ 20.000 (vinte mil), Luduina Furtado Leite, produtora de frango e horticultura, totalizando o valor de: R$ 21.850,00 (vinte e mil e oitocentos e cinqüenta reais), Luiz Antonio de Souza – produtor de leite, totalizando o valor de: 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), Pedro Alves Costa, produtor de banana, totalizando o valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais) e Joaquim Nunes – produtor de leite na comunidade Novo paraíso, totalizando o valor de: 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais).

Ribeirão Cascalheira, 07 de fevereiro de 2014.

ISABEL FERNANDES SANTOS DE CASTRO
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

OSMARINA VIEIRA DOS SANTOS
Pregoeira

PUBLICADO NO MURAL

07/02/2014
Assinatura do Responsável

Publicado por:
Isabel Fernandes Santos de Castro
Código Identificador:ACF6DE04

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 460/07 e demais legislações correlatas, o resultado do PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando contratação de empresa para Serviços de Instalação, Manutenção, Fornecimento e Assistência de Internet para os computadores da Prefeitura Municipal. Tendo por vencedora dos Lotes a empresa Hi Tech Net Ltda – ME CNPJ: 06.133628/0001-41

Ribeirãozinho - MT, 07 de fevereiro de 2014

MARIA AUXILIADORA CARDOSO SOUZA
Pres. da Comissão de Licitação

Publicado por:
Maria Auxiliadora Cardoso
Código Identificador:B5614AAB

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº. 01/2014.

A Diretora Executiva Previdenciária do Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, ***PREVI-RIBE***, em cumprimento ao estabelecido nos termos da Lei conforme segue:

- Artigo 31 § 3º da Constituição Federal;
- Artigo 209 da Constituição Estadual;
- Artigo 41 da Lei Orgânica do Município;
- Artigo 65 da Lei Complementar Municipal nº. 028/2007.

Torna Público e coloca a disposição dos Segurados, Contribuintes e da População em geral, o **BALANÇO GERAL DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 DO PREVI-RIBE**, assim também como os comprovantes de Receitas e Despesas para exame e apreciação.

Os referidos documentos ficarão a disposição na sede do Fundo de Previdência Social dos Servidores do Município de Ribeirãozinho/MT, sito a Rua Antonio João, nº. 156, Centro, Ribeirãozinho/MT, durante o horário de expediente, sendo, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, a partir do dia 15/02/2014 a 15/04/2014 .

Ribeirãozinho - Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze.

TANIA CARRIJO ROLDÃO
Diretora Executiva Previdenciária
PREVI-RIBE

Publicado por:
Janilde Oliveira Soares
Código Identificador:351CEA9B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº010-14 - TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001-13

Edital de Convocação GAB/DRH nº 010/2014Teste SeletivoSimplificado nº 001/2013Este Edital poderá ser impresso diretamente noDiário Oficial dos Municípios da AMM a partir do dia 24/01/2014 no endereço eletrônico:www.diariomunicipal.com.brBETT SABAH MARINHO DA SILVA, PrefeitaMunicipalde Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe sãoconferidas pelo inciso XXIV e XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;**CONVOCA** parafins de contratação Temporária, o(s) candidato(s) para o (s) cargo(s) abaixo relacionado(s),aprovados no teste seletivo simplificado nº 001/2013, executado sob coordenação dabanca examinadora do teste seletivo simplificado nomeada através do Decreto Municipal nº801/ GAB/PMR/2013 de, 01 de abril de 2013 em conformidade com a Lei Municipal nº 278 de 25 de Marçode 2013 e Lei nº 65 de 23 de Dezembro de 2002.**CARGO-TÉCNICO DE ENFERMAGEM/CLASSIFICAÇÃO-11º LUGAR/ PONTUAÇÃO-5,50 /CANDIDATO - SUZANA MENDES DEBRITO LIMA**O(s) candidato(s) acima classificado(s) eaprovado(s) no Teste Seletivo Simplificado do Município de Rondolândia-MT Edital nº 010/2013 -deverão comparecer **nos no prazo de (03) três dias úteis, compreendido** o período de **24/01/2014 à 28/01/2014,** horário das **7:00hs ás 13:00hs** no Departamento de Recursos Humanos junto da PrefeituraMunicipal de Rondolândia, localizado na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n, Centro,Rondolândia-MT, devendo ainda apresentar, OBRIGATORIAMENTE, **o original e xerox(legível e sem rasuras)** dos seguintes documentos:**a) Carteira de Identidade;b) Certidão deNascimento ou Casamento;c) Título Eleitoral e comprovante de estar em dia com asobrigaçõeseleitorais;d) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexomasculino;e) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;f) Número de PIS/PASEP, se já inscrito,ouDeclaração, de próprio punho, de que não é inscrito;g) Atestado médico de sanidadefísica e mental, necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo, expedido pormédico de carreira do Município;h) Diploma ou Certificado de Escolaridade, conformeexigência do cargo, registrado no órgão competente;i) Registro no respectivo Conselhode Classe, conforme exigência legal, se for o caso.j) Declaração de que exerce ou nãooutro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos,conforme dispõe o Artigo 37, Inciso XVI e XVII da Constituição Federal e EmendasConstitucionais;k) Declaração de bens que constituam seu patrimônio;l) 02 fotos 3x4,recentes.m) certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual do domicilio docandidato.n) certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.o) cópia da CTPSp)comprovante de residência na respectiva micro-area (agente comunitário de saúde)q)Carteira Nacional de Habilitação C.N.H (somente para operadores de maquinaspesadas)**

Rondolândia-MT, 24/01/2014.

BETT SABAH MARINHO DA SILVA
PrefeitaMunicipal

Publicado por:
Marilene Engler Loureiro
Código Identificador:9DA53542

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 009 - 2014

DECRETO DE N° 009/2014
DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

"Disciplina a utilização dos veículos da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, **Dr. João Antônio da Silva Balbino,** no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1° - Os veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, tem por objetivo atender, os serviços do dia a dia do Poder Executivo na circunscrição do Município, e em viagens intermunicipais e poderá ser cedido o uso para o Prefeito e Servidores.
§ 1º - As missões que tenham por objetivo resolver problemas ou buscar soluções de caráter público, participações em curso, congressos e seminários tendo a participação autorizada pelo plenário e outros que se revestirem pela sua importância de real interesse do legislativo municipal.

Art. 2º - O assunto a ser tratado na missão terá que ser de exclusivo interesse do executivo expresso em requerimento dirigido ao responsável pelo setor detendo do veiculo devidamente protocolado junto ao órgão com antecedência mínima de 24 (vinte quatro) horas da programação de uso do requerente.

Art. 3º - O veículo não poderá ser cedido para visitas político-partidárias, como participação de congressos de partidos políticos, recepção a políticos que estiverem em campanha, ainda que pré-candidatos.

Art. 4º - O Requerente que estiver utilizando o veículo será responsável por sua guarda, zelo e manutenção.
§ 1º - Havendo dano ao veículo, de qualquer ordem, constatada a responsabilidade do condutor, este arcará com o ressarcimento em montante até o valor da franquia estipulada no contrato de seguro.
§ 2º - Havendo infração de trânsito, o condutor arcará com o pagamento da respectiva multa, salvo as decorrentes da conservação do veículo.

Art. 5° - Para fins de controle do uso do veículo, tanto na circunscrição do Município quanto no intermunicipal, cada utilização será registrada em livro próprio que constará:

a) A identificação e rubrica do condutor;
b) Quilometragem de origem;
c) Quilometragem de retorno;
d) Hora da saída;
e) Hora da chegada;
f) Destino e motivo do uso;
g) Constatação do estado do veículo na partida e retorno.

Art. 6° - O veículo não será utilizado aos finais de semana, exceto em circunstância de extrema relevância ou por motivo de força maior devidamente comprovado, devendo ser recolhido em pátio que lhe de segurança.

Art. 7° - O descumprimento deste decreto implicará em crime de responsabilidade ao infrator.

Art. 8° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9° - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste - MT, 07 de Fevereiro de 2014.

Dr. JOÃO ANÕNIO DA SILVA BALBINO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dejair Roberto liu Junior
Código Identificador:31428235

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO
I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 019, Pregão Presencial nº 010/2013.
III: CONTRATADA: **B. ROSA BISPO – EPP, CNPJ 09.403.315/0001-54; A. ALVES VIEIRA EPP,CNPJ: 12.616.938/0001-10.**
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 003/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
10/2013	02.001.04.122.0003.2006.339030	23	02.001.04.122.0003.2006.339030	23
	03.003.04.122.0002.2015.339030	47	03.003.04.122.0002.2015.339030	47
	04.003.10.301.0076.2020.339030	68	04.003.10.302.0030.2023.339030	415
	05.002.08.244.0090.2043.339030	134	05.002.08.244.0090.2043.339030	641
	05.002.08.244.0090.2048.339030	161	05.002.08.244.0090.2048.339030	161
	06.002.12.361.0040.2056.339030	198	06.002.12.361.0040.2056.339030	198
	06.002.12.361.0040.2061.339030	202	06.002.12.361.0040.2061.339030	202
	06.007.12.361.0040.2077.339030	248	06.007.12.361.0040.2077.339030	248
	07.002.04.122.0003.2082.339030	268	07.002.04.122.0003.2082.339030	268
	07.002.26.782.0088.2087.339030	278	07.002.26.782.0088.2087.339030	278
	08.002.20.602.0018.2089.339030	294	08.002.20.602.0018.2089.339030	294

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 19/07/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 003/2013;
Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
- Prefeito Municipal –

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:A94D5C94

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 021, Pregão Presencial nº 012/2013.
III: CONTRATADAS: **MS HOSPITALAR LTDA – ME, CNPJ: 15.224.444/0001-88; ADILVAN COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA – ME, CNPJ: 02.192.932/0001-09; DENTAL CENTRO OESTE LTDA - EPP, CNPJ: 36.900.926/0001-80;**
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 004/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
12/2013	04.003.10.301.0076.2020.339030	68	04.003.10.301.0020.2020.339030	384
12/2013	04.003.10.301.0076.2030.339030	88	04.003.10.301.0020.2030.339030	377
12/2013	04.003.10.302.0074.2032.339030	92	04.003.10.302.0030.2032.339030	421

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 11/07/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 004/2013;

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:F0400A76

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2014**
Tipo: Menor preço
Critério de julgamento: MENOR PREÇO LOTE.

Objeto: **"Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Camisetas Femininas em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social de Salto do Céu – MT";** do tipo **MENOR PREÇO / LOTE,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às ***14h00min, do dia 21/02/2014***. **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pelas Leis 8.666/93 e Lei 10.520/2002, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação .

Salto do Céu - MT, 10 de Fevereiro de 2014.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:713A3F2B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Modalidade: **CONVITE Nº 001/2014**
Tipo: Menor preço
Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Objeto: **Seleção de Melhor Proposta Objetivando a "aquisição de lubrificantes para manutenção de veículos e máquinas em atendimento as Secretarias Municipais de Salto do Céu - MT",** conforme especificação dos produtos no **Anexo I**, do Convite 001/2014.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados, que a Licitação Modalidade Convite 001/2014, foi tida como FRACASSADA.

Outras informações, com a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT.

Salto do Céu - MT, 06 de Fevereiro de 2014.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA
Presidente da CPL

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:C5EB4780

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014**
Tipo: Menor preço
Critério de julgamento: MENOR PREÇO LOTE.

Objeto: **"Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e fracionada de Água Mineral e Refrigerantes, em atendimento as Secretarias do Município de Salto do Céu – MT";** do tipo **MENOR PREÇO / LOTE ,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses.

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às ***09h00min, do dia 21/02/2014***. **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pelas Leis 8.666/93 e 10.520/2002, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 10 de Fevereiro de 2014.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:C8FF4BB1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 01/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO 01/2014

EDITAL EXCLUSIVO ME, EPP E EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM comunica a todos os interessados que estará realizando processo licitatório, na modalidade de Tomada de Preço 01/2014. Objetivando contratação de pessoa jurídica do ramo, para o fornecimento de refeições preparadas (marmitex), para o exercício de 2014**,** A sessão pública será realizada na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Carmem, no dia 25 (vinte e cinco) de Fevereiro de 2014, sendo ás 09:00 hrs na sala da CPL. Os interessados em obter o Edital deverão ser dirigir à Prefeitura Municipal de Santa Carmem ou através do email licitacao@santacarmem.mt.gov.br, informações através do tel: (66) 3562- 1183/1501 ramal 213.
Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subseqüente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

Santa Carmem, 10 de Fevereiro de 2014.

MARCELI TAFAREL
Presidente CPL

Publicado por:
Ana Maria Adams Peron
Código Identificador:31E635E1

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº001/2014

Conforme Lei Complementar Nº101/00 de 04 de Maio de 2000 que determina que as discussões sobre ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ,sejam um modelo de transparência da Gestão Pública, o Poder Executivo através do Exmo. Prefeito Municipal Sr. ALESSANDRO NICOLI,

CONVOCA:
▪Dirigentes e Membros de Associações,Cooperativas,Sindicatos,Igrejas,Conselhos Municipais e similares;
▪Autoridades e Funcionários Públicos;
▪Empresários e empregados da Indústria,Comércio e Prestadores de Serviços;
▪Direção,Professores e Alunos das redes municipal e estadual de ensino;
▪Agricultores e Pecuaristas
▪Demais pessoas interessadas
a participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, que será realizada no dia 14/02/2013(sexta-feira) , com início às 8:00 horas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Avenida Alvorada, esquina com a Avenida Duque de Caxias-MT com a seguinte pauta:
ü **AVALIAÇÃO DE METAS DO 3º QUADRIMESTRE DO LRF-CIDADÃO exercício de 2013.**
Prefeitura Municipal de Santa Carmem
Estado de Mato Grosso
Em, 07 de Fevereiro de 2014

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Terezinha Faita Welter
Código Identificador:91E1BC65

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ANEXO 17

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE
ANEXO 17 - LEI Nº 4.320/64 Exercício: 2013

R$ 1,00

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R$	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R$
		INSCRIÇÃO R$	BAIXA R$	CANCELAM. R$	
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2012 - PROCESSADO	23.220,63	0,00	23.220,63	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR DO EXERCICIO 2012 - NÃO PROCESSADO	776.419,22	0,00	664.441,83	12.069,63	99.907,76
RESTOS A PAGAR ANTERIORES A 2012 - NAO PROCESSADO	1.822.496,91	0,00	1.578.557,56	0,00	243.939,35
RESTOS A PAGAR DE 2013 PROCESSADO	0,00	16.901,01	0,00	0,00	16.901,01
RESTOS A PAGAR DE 2013 NÃO PROCESSADO	0,00	650.922,46	0,00	0,00	650.922,46
SUBTOTAL	2.622.136,76	667.823,47	2.266.220,02	12.069,63	1.011.670,58
INSS SERVIÇOS TERCEIROS	0,00	131.571,93	131.571,93	0,00	0,00
I N S S	0,00	490.402,93	490.402,93	0,00	0,00
I R R F DE SERVIDORES	0,00	130.274,45	130.274,45	0,00	0,00
I R R F DE TERCEIROS	0,00	57.654,60	57.654,60	0,00	0,00
ISS	0,00	137.226,30	137.226,30	0,00	0,00
Consignacoes Diversas	0,00	17.520,00	17.520,00	0,00	0,00
Indenizaçoes e restitiçoes	0,00	1.617,26	1.617,26	0,00	0,00
PASEP DE SERVIDORES	0,00	57.062,52	57.062,52	0,00	0,00
Contribuiçao Sindical SINTEP	0,00	9.324,48	9.324,48	0,00	0,00
Unimed Norte MT-	0,00	68.130,73	68.130,73	0,00	0,00

Coop.Trab.Medico					
Empréstimo Consignado em Folha - BRADESCO S.A	0,00	341.324,24	341.324,24	0,00	0,00
Empréstimo Consignado em folha - BV FINANCEIRA	0,00	68.100,22	68.100,22	0,00	0,00
Uniformes	0,00	451,20	451,20	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	18.188,47	18.188,47	0,00	0,00
Empréstimo Consignado em folha - CAIXA ECONOMICA	0,00	19.932,30	19.932,30	0,00	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA-SICREDI	0,00	2.245,25	2.245,25	0,00	0,00
MANDATO DE PENHORA	0,00	4.921,90	4.921,90	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	1.555.948,78	1.555.948,78	0,00	0,00
TOTAL.....:	2.622.136,76	2.223.772,25	3.822.168,80	12.069,63	1.011.670,58

SANTA CARMEM, 31 de dezembro de 2013

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito

LUCILENE BRAUN BENDER
Contadora
CRC-MT: 010163/0-2

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:3F13B8C6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
RECEITAS DESPESAS

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

ADENDO II À PORTARIA SOF Nº 08 DE 04/02/1985
Exercício: 2013

ANEXO I - LEI Nº 4.320/64					R$ 1,00
RECEITA	R$	R$	DESPESA	R$	R$
RECEITAS CORRENTES		15.648.333,48	DESPESAS CORRENTES		12.897.198,49
RECEITA TRIBUTARIA	1.412.050,57		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.124.247,15	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	195.029,59		JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.916,92	
				5.765.034,42	
RECEITA PATRIMONIAL	44.029,53		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
			INTERFERENCIA FINANCEIRA		650.845,65
RECEITA DE SERVICOS	800,00				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.902.573,89				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	93.849,90		SUPERAVIT CORRENTE		152.643,26
DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE		-1.947.646,08			
DEDUÇÕES DAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	-1.909.203,08				
					13.700.687,40
DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-259,03		TOTAL		
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-38.183,97		DESPESAS DE CAPITAL		1.574.065,44
TOTAL		13.700.687,40	INVESTIMENTOS	1.527.803,62	
			INVERSÕES FINANCEIRAS		
RECEITAS DE CAPITAL		1.994.924,62	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	46.261,82	
ALIENAÇÃO DE BENS	94.533,00				
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.900.391,62				
			SUPERAVIT CAPITAL		420.859,18
TOTAL		1.994.924,62			
			TOTAL		15.695.612,02
TOTAL		15.695.612,02			
RESUMO					
RECEITAS CORRENTES		15.648.333,48	DESPESAS CORRENTES		12.897.198,49
DEDUCOES DA RECEITA CORRENTE		-1.947.646,08	DESPESAS DE CAPITAL		1.574.065,44
RECEITAS DE CAPITAL		1.994.924,62	RESERVA DE CONTIGENCIA		0,00
			INTERFERENCIA FINANCEIRA		650.845,65
TOTAL		15.695.612,02			
			SUPERAVIT ORCAMENTARIO		573.502,44
			TOTAL		15.695.612,02

SANTA CARMEM, 31 de dezembro de 2013

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito

LUCILENE BRAUN BENDER
Contadora
CRC-MT: 010163/0-2

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:6112837D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ANEXO 17

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

ANEXO 17 - LEI Nº 4.320/64		Exercício: 2013			R$ 1,00
TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R$	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R$
		INSCRIÇÃO R$	BAIXA R$	CANCELAM. R$	
RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2012 - PROCESSADO	23.220,63	0,00	23.220,63	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR DO EXERCICIO 2012 - NÃO PROCESSADO	778.838,46	0,00	666.861,07	12.069,63	99.907,76
RESTOS A PAGAR ANTERIORES A 2012 - NAO PROCESSADO	1.822.496,91	0,00	1.578.557,56	0,00	243.939,35
RESTOS A PAGAR DE 2013 PROCESSADO	0,00	20.780,51	0,00	0,00	20.780,51
RESTOS A PAGAR DE 2013 NÃO PROCESSADO	0,00	667.890,57	0,00	0,00	667.890,57
SUBTOTAL	2.624.556,00	688.671,08	2.268.639,26	12.069,63	1.032.518,19
INSS SERVIÇOS TERCEIROS	0,00	131.571,93	131.571,93	0,00	0,00
I N S S	0,00	490.402,93	490.402,93	0,00	0,00
I R R F DE SERVIDORES	0,00	130.274,45	130.274,45	0,00	0,00
I R R F DE TERCEIROS	0,00	57.654,60	57.654,60	0,00	0,00
INSS - Câmara Municipal	0,00	32.946,75	32.946,75	0,00	0,00
IRRF - Câmara Municipal	0,00	1.837,02	1.837,02	0,00	0,00
ISS	0,00	137.226,30	137.226,30	0,00	0,00
Consignacoes Diversas	0,00	17.520,00	17.520,00	0,00	0,00
Indenizaçoes e restitiçoes	0,00	1.617,26	1.617,26	0,00	0,00
PASEP DE SERVIDORES	0,00	57.062,52	57.062,52	0,00	0,00
Contribuiçao Sindical SINTEP	0,00	9.324,48	9.324,48	0,00	0,00
Unimed Norte MT-Coop.Trab.Medico	0,00	68.130,73	68.130,73	0,00	0,00
Empréstimo Consignado em Folha - BRADESCO	S.A 0,00	341.324,24	341.324,24	0,00	0,00
Consignações diversas - Câmara Municipal	0,00	311,06	311,06	0,00	0,00
Empréstimo Consignado em folha Bradesco Câmara	0,00	33.426,90	33.426,90	0,00	0,00
Empréstimo Consignado em folha - BV FINANCEIRA	0,00	68.100,22	68.100,22	0,00	0,00
Uniformes	0,00	451,20	451,20	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	18.423,79	18.423,79	0,00	0,00
Empréstimo Consignado em folha - CAIXA ECONOMICA	0,00	19.932,30	19.932,30	0,00	0,00
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA-SICREDI	0,00	2.245,25	2.245,25	0,00	0,00
MANDATO DE PENHORA	0,00	4.921,90	4.921,90	0,00	0,00
Inss Serviços de Terceiros - Camara Municipal	0,00	301,13	126,50	0,00	174,63
SUBTOTAL	0,00	1.625.006,96	1.624.832,33	0,00	174,63
TOTAL.....:	2.624.556,00	2.313.678,04	3.893.471,59	12.069,63	1.032.692,82

SANTA CARMEM, 31 de dezembro de 2013

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito

LUCILENE BRAUN BENDER
Contadora
CRC-MT: 010163/0-2

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:E8405DA2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONVÊNIO Nº 006/2013

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTOPRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONVÊNIO Nº 006/2013
Com base no parágrafo 8º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, c/c o "caput" do art. 116, da mesma Lei, o **MUNICÍPIO DE SANTA CARMEM,** resolve apostilar a dotação orçamentária para o exercício de 2014, referente ao Convênio nº 006/2013, celebrado com a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE.**
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
02.02001.04.122.0002.2001.33.90.39.0000.0100.000000
03.03001.04.122.0003.2003.33.90.39.0000.0100.000000
04.04002.12.365.0007.2014.33.90.39.0000.0101.000000
05.05001.08.122.0013.2021.33.90.39.0000.0100.000000
08.08002.04.122.0027.2029.33.90.39.0000.0100.000000
09.09001.27.812.0029.2036.33.90.39.0000.0100.000000
Data Assinatura: 02/01/2014

Publicado por:
Ana Maria Adams Peron
Código Identificador:FBE76970

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 17/2013

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 17/2013
Objeto: Primeiro termo aditivo de acréscimo a ata de registro de preço 17/2013, o valor correspondente a esse acréscimo será de **R$ 1.820,00** (mil oitocentos e vinte reais), passando o valor total global da ata de Registro para **R$ 76.333,00** (setenta e seis mil trezentos e trinta e três reais), cujo objeto é Aquisições de Pneus novos destinados a manutenção da frota da administração Municipal, **CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM **CONTRATADO:** HANNELIESE REITER PATTIS – EPP.
Data assinatura: 07/02/2014.
Responsável Jurídico Adriano Bulhões dos Santos.
Prefeitura Municipal de Santa Carmem, 07 de Fevereiro de 2014

Publicado por:
Ana Maria Adams Peron
Código Identificador:58BBD78A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2014

O Prefeito de Santa Carmem - MT, Srº. **ALESSANDRO NICOLI**, no uso
de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado 001/2014.

TORNA PÚBLICA A HOMOLOGAÇÃO

Dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado 001/2014 realizado nos dias 27/01/2014 a 05/02/2014.

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

Inscr.	Nome	Cargo	Situação
01	Everton Antônio Deotti	Operador de Máquinas Pesadas	Deferida
02	Neri Prudente de Souza	Professor de Filosofia	Deferida
03	Luana Souza Flores	Agente de Combate as Endemias	Deferida
04	Lauzani Lodi	Agente de Combate as Endemias	Deferida
05	Sandra Mara Pavanate	Agente de Combate as Endemias	Deferida
06	Luzia Ferreira de Souza	Agente de Combate as Endemias	Deferida
07	Donizete Aparecido de Abreu	Agente de Manutenção Urbanística	Deferida
08	Joviano Agustinho Pereira	Agente de Manutenção Urbanística	Deferida
09	Raildes de Oliveira Pereira	Agente de Combate as Endemias	Deferida
10	Fernanda de Lima Rosa	Agente de Combate as Endemias	Deferida
11	Rosiane Aparecida Rauber	Agente de Combate as Endemias	Deferida
12	Carlos Alberto de Alexandre	Agente de Combate as Endemias	Deferida
13	Rodrigo Duarte da Silva	Agente de Combate as Endemias	Deferida
14	Eliane Rodrigues da Silva	Agente de Combate as Endemias	Deferida
15	Mônica Silva Ferreira	Agente de Combate as Endemias	Deferida
16	Clarice Aparecida Bastos	Agente de Combate as Endemias	Deferida
17	Josiane Almeida	Agente de Combate as Endemias	Deferida
18	Jessé Alfredo de Oliveira	Agente de Combate as Endemias	Deferida
19	Daniela Gouveia Schreiner	Agente de Combate as Endemias	Deferida
20	Ana Paula Santos Novais	Agente de Combate as Endemias	Deferida
21	Roseli de Souza Gomes Ribeiro	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
22	Claudete Aparecida Ribeiro	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
23	Leila Correa de Almeida	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
24	Antônia Maria Ribeiro Barros	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
25	Clarice Alves Luzia	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Indeferida
26	Mazilia Aparecida de Abreu	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
27	Vanuza Aparecida de Abreu	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
28	Neuza Pereira da Rosa	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
29	Angélica de Castro Botelho	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
30	Josilaine da Rosa Nogueira	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
31	Conceição de Maria Rodrigues Brito	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
32	Irene Alves de Almeida Farias	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
33	Andréia Costa de Souza	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
34	Roseli Mauricio	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
35	Marcelo Avanci	Professor de Ed. Física	Deferida
36	Maria Alice Costa Sobrinho	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
37	Ilaci Olifia Schmltz	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
38	Suele Pandolfo Lagemann	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
39	Elaine Inês Menin	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
40	Antônia Alves Ferreira	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
41	Celso Martins Pereira	Agente de Vigilância e Manutenção	Deferida
42	Vanderleia Apª B. Chavoni Ely	Agente de Combate as Endemias	Deferida
43	Luleide Silva Alves Cabral	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
44	Valdete Terezinha Welter	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
45	Maria Izabel Ribeiro	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
46	Josiane Altafim da Rosa	Agente de Combate as Endemias	Deferida
47	Bruna Almeida de Souza	Agente de Combate as Endemias	Deferida
48	Terezinha Pereira de Alencar	Agente de Manutenção Urbanística	Deferida
49	Edilson Rafael B. dos Santos	Agente de Combate as Endemias	Deferida
50	Cintia Dayane Silva Augustin	Professor de Educ. Física	Deferida
51	Silas Alberto Pereira	Agente de Combate as Endemias	Deferida
52	Suziane Silva Torres Azevedo	Agente de Combate as Endemias	Deferida
53	Rosana Silveira da Silva	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
54	Vanessa Muller	Agente de Combate as Endemias	Deferida
55	Laércio Stumf Ribeiro	Agente de Manutenção Urbanística	Deferida
56	Marta Szolomicki	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
57	Bonasicio Buss	Motorista de Veículo de Transp. e de Cargas e Passageiros	Deferida
58	Jossivânia Costa da Silva	Agente de Combate as Endemias	Deferida
59	Lemide Silva de Andrade	Agente de Combate as Endemias	Deferida
60	Eva Lucia da Silva Moraes	Agente de Vigilância e Manutenção	Deferida
61	Alice Strack Pereira	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
62	Lucineide Cirico da Silva	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
63	Maria Sirlei de Oliveira Santos	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
64	Elizabete Machado da Silva	Agente de Combate as Endemias	Deferida
65	Cirlei Schneider	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
66	Vanderlei Bettoni	Agente de Combate as Endemias	Deferida
67	Poliana Apª Dutra Costa	Agente de Combate as Endemias	Deferida
68	Aldeberte Carvalho da Silva	Motorista de Veículo de Transp. e de Cargas e Passageiros	Deferida
69	Daiany Cardozo Gonçalves	Agente de Combate as Endemias	Deferida
70	Aparecida de Souza	Agente de Vigilância e Manutenção	Deferida
71	Juliana Apª Cordeiro	Agente de Combate as Endemias	Deferida
72	Alda Rockenbach	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
73	Patrícia Cardoso	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
74	Luiz Eberle	Motorista de Veículo de Transp. e de Cargas e Passageiros	Deferida
75	Leila Apª Bettoni	Professor de Educ. Física	Deferida
76	Tereza Domingues	Agente de Manutenção Urbanística	Deferida
77	Patrícia da Silva	Agente de Combate as Endemias	Deferida
78	Clarice Maria Schwab	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
79	Sideneia Oliveira dos Santos	Agente de Combate as Endemias	Deferida
80	Maria Apª Martins	Agente de Vigilância e Manutenção	Deferida
81	Patricia Costa da Cruz	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
82	Maria Lucia dos Santos Silva	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida

83	Josiane Costa da Silva	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
84	Daniela Moreira Gouveia	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
85	Marlene da Silva Batista	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
86	Edinalva Rosa de Franca	Agente de Combate as Endemias	Deferida
87	Luciana Calderon Martins	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
88	Adriana Elaine da S. Saes Rodrigues	Psicóloga	Deferida
89	Cristina Eger Fortuna	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
90	Maria Neusa Doroteu Silva	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
91	Jonathan Candido Sobral	Agente de Combate as Endemias	Deferida
92	Rosane Salete da Braga Paz	Agente de Combate as Endemias	Deferida
93	Luciana da Silva Evas	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
94	Janete Gonçalves da Cruz de Paulo	Agente de Combate as Endemias	Deferida
95	Rosangela Paz	Agente de Combate as Endemias	Deferida
96	Jocemara Soares	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
97	Rejane Sheyla Augusto Ferrarezi	Agente de Combate as Endemias	Deferida
98	Carolina Dutra Costa	Agente de Combate as Endemias	Deferida
99	Élida Luciene Carvalho	Agente de Combate as Endemias	Deferida
100	Jessica Ferreira dos Santos	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
101	Eder Newman Passos	Professor de Educ. Física	Deferida
102	Luciangela Rodas Correia	Professor de Educ. Física	Deferida
103	Carlos André Martins Lima	Agente de Combate as Endemias	Deferida
104	Simone Souza Evangelista	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
105	Cleonice Terezinha Gabriel Fellini	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
106	Ivete Schneider Bergamini	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
107	Vinicius Souza Faganello de Oliva	Professor de Educ. Física	Deferida
108	Daiane da Silva Alexandre	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
109	Maria da Conceição Alves de Souza	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
110	Simone Aparecida da Rosa Aquino	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
111	Conceição Andréia M. Fernandes	Professor de Matemática	Deferida
112	Dulcinéia Aparecida Diniz	Professor de Inglês	Deferida
113	Micael Alves da Silva	Professor de Educ. Física	Deferida
114	Leocádia Bianchi de Carvalho	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
115	Maria Aparecida de Aquino	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
116	Benedito Tomaz de Aquino	Agente de Vigilância e Manutenção	Deferida
117	Josué Alain Botelho	Agente de Vigilância e Manutenção	Deferida
118	Ieda Deise Feyh Bettoni	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
119	Renata Sbaraine Mancini	Professor de Filosofia	Deferida
120	Katia Pereira Goetz	Agente de Combate as Endemias	Deferida
121	Marcio Domiciano Magalhães	Professor de Educ. Física	Deferida
122	Valdicéia Santana da Luz	Professor de Educ. Física	Deferida
123	Jessika Fernanda da Cruz Campinas	Agente de Combate as Endemias	Deferida
124	Roseneide Bezerra de Souza	Professor Ens. Fund. I á IV	Deferida
125	Jaqueline Maria de Oliveira	Apoio Educacional e Serviços Gerais	Deferida
126	Esdra de Souza Pinheiro	Motorista de Veículo de Transp. e de Cargas e Passageiros	Deferida
127	Maria Jucilene Sá da Silva Souza	Agente de Combate as Endemias	Deferida
128	Raquel Müller	Nutricionista	Deferida
129	Lidiane Terezinha Walker S de Paula	Agente de Vigilância e Manutenção	Deferida
130	Evellyn Caroline de Lima	Nutricionista	Deferida
131	Fabiana Carneiro Sandri	Professor de Filosofia	Deferida
132	Rogério Pereira da Silva	Operador de Máquinas Pesadas	Deferida

Publica-se, Registra-se, Cumpra-se

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CARMEM ESTADO DE MATO GROSSO, EM 07 DE FEVEREIRODE 2014.

SÔNIA MARIA DA S. FREIRE
Presidente da Comissão do
Processo Seletivo Simplificado

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:08DC66CD

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO LICITATÓRIO N°.003/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014

Objeto: Constitui objeto do presente Pregão Presencial a contratação de empresa para prestação de serviços de: Locação de Palco, Iluminação, sonorização, realização de show musical e material (locação de tendas) nos dias 01, 02 e 03 de março de 2014, em regime de empreitada por menor preço global, para atender a realização de eventos da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer nas festividades do Carnaval de 2014 do município de Santa Cruz do Xingu-MT,conforme especificação no Termo de Referência, **Anexo I** do presente edital.
2.1.1. O evento será realização na Praça Central do Município de Santa Cruz do Xingu – MT e, a empresa vencedora do certame licitatório deverá providenciar alvará de licença junto a Delegacia de Polícia Civil de Santa Cruz do Xingu - MT.
Modalidade Pregão n°002/2014 na forma Presencial – Sistema de Registro de Preços, tipo: Menor Preço Global. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 19 de Fevereiro de 2014. O Edital completo encontra-se disponível e poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000/3594-1201. 0ou0por0email licitacao@santacruzdoxingu.mt.gov.br.

Santa Cruz do Xingu – MT, 04/02/2014.

GIL MARCELO DOS SANTOS LIRA NAZÁRIO
Pregoeiro 2ºSubstituto

Publicado por:
Tatiane do Nascimento
Código Identificador:7305CDC3

PREFEITURA MUNICIPAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 002/2014 TOMADA DE PREÇOS N° 001/2014

Objeto: O objeto desta licitação consiste na contratação de um (a) psicólogo(a) para desenvolver as atividades psicossociais e compor a equipe do CRAS junto à Secretaria de Assistência Social do município de Santa Cruz do Xingu – MT. Modalidade Tomada de Preço n°001/2014, tipo: Menor Preço Global. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 25 de Fevereiro de 2014. O Edital completo encontra-se disponível e poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000/3594-1201. 0ou0por0email licitacao@santacruzdoxingu.mt.gov.br.

Santa Cruz do Xingu – MT, 04/02/2014.

GIL MARCELO DOS SANTOS LIRA NAZÁRIO
Pregoeiro 2ºSubstituto

Publicado por:
Tatiane do Nascimento
Código Identificador:4B025654

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
ANEXO 1 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS
EXERCICÍO DE 2013
Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

Adendo II à Portaria SOF/SEPLAN/PR n° 08, de 04 de Fevereiro de 1985					R$ 1,00
RECEITA	R$	R$	DESPESA	R$	R$
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		725.093,27
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	443.193,49	
			OUTRAS DESPESAS	281.899,78	

			CORRENTES		
Déficit		725.093,27			
Total		725.093,27	Total		725.093,27
			Déficit do Orçamento Corrente		725.093,27
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		22.760,27
			INVESTIMENTOS	22.760,27	
Déficit		747.853,54			
Total		747.853,54	Total		747.853,54
		RESUMO - COM TRANSFERÊNCIAS			
Receitas Correntes			Despesas Correntes	725.093,27	
Receitas de Capital			Despesas de Capital	22.760,27	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	841.149,96		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	93.296,42	
	747.853,54				
TOTAL	841.149,96		TOTAL	841.149,96	

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:3DFC7DD2

CÂMARA MUNICIPAL
DESPESAS POR ÓRGÃO/CONSOLIDAÇÃO GERAL

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
ANEXO 2 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DESPESAS POR ÓRGÃO/CONSOLIDAÇÃO GERAL
EXERCÍCIO DE 2013
Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.

(Adendo III, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) R$ 1,00

CONSOLIDAÇÃO GERAL

NATUREZA DA DESPESA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ELEMENTO	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
3000.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			725.093,27
3100.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		443.193,49	
3190.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			
3190.04.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO			
3190.11.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	370.056,34		
3190.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	60.725,49		
3191.00.00.00.00	APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACAO ENTRE ORGA			
3191.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	12.411,66		
3300.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		281.899,78	
3390.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			
3390.14.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	28.805,00		
3390.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	23.501,54		
3390.36.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.690,00		
3390.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	150.903,24		
3390.41.00.00.00	CONTRIBUICOES			
3390.93.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	77.000,00		
4000.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			22.760,27
4400.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		22.760,27	
4490.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS			
4490.52.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	22.760,27		
			TOTAL	747.853,54

RESUMO:	DESCRIÇÃO	VALOR
	TOTAL DAS DESPESAS	747.853,54
	Interferencias Financeiras	93.296,42
	TOTAL GERAL	841.149,96

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:87E72259

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 2 DA LEI 4.320/64 EXERCÍCIO DE 2013 (

ANEXO 2 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2013

(Adendo III, a Portaria SOF nº 08, de 04 de Fevereiro de 1985) em R$

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
			TOTAL	
		TOTAL INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (INGRESSOS)		841.149,96
			TOTAL GERAL	841.149,96

Nota: operações intra-governamentais (interferências financeiras).

ITOR PIRES DE CAMARGO

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:3E22E7BD

CÂMARA MUNICIPAL
ANEXO 6 DA LEI 4.320/64

CNPJ: 04.253.983/0001-29
ANEXO 6 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2013

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) em R$

PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO

POR ÓRGÃO/UNIDADE

ÓRGÃO : 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNIDADE: 001 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
01	LEGISLATIVA	22.760,27	725.093,27		747.853,54
01 031	ACAO LEGISLATIVA	22.760,27	725.093,27		747.853,54
01 031 0001	APOIO AS ACOES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	22.760,27	725.093,27		747.853,54
01 031 0001 1002	AQUISICAO DE EQUIP. E EMOBILIARIO P. O LEGISLATIVO	22.760,27			22.760,27
01 031 0001 2002	MANUTENCAO DAS ATIVIADADES LEGISLATIVAS		696.288,27		696.288,27
01 031 0001 2003	PARTICIPACAO EM CONGRESSOS SEMINARIOS E SIMPOSIO		28.805,00		28.805,00
01 031 0001 2004	HOMENAGENS E CERIMONIAS DO LEGISLATIVO				
01 031 0001 2005	CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE APOIO				
01 031 0001 2006	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS				
01 031 0001 2007	CONTRATACAO DE ALUGUEL DE SEGUROS				
01 031 0001 2008	DIVULGACAO DE ATOS OFIC. E ADM DO PODER LEGISLATIV				
	TOTAL	22.760,27	725.093,27		747.853,54
				TOTAL	747.853,54
			TOTAL INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSO)		93.296,42
				TOTAL GERAL	841.149,96

RESUMO:						
01	001	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	22.760,27	725.093,27	0,00	747.853,54
		TOTAL	22.760,27	725.093,27	0,00	747.853,54

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:98B410B4

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBFUNÇÕES CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04.253.983/0001-29
ANEXO 8 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2013

(Adendo VI, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985) — em R$

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBFUNÇÕES CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ORDINÁRIO	VINCULADO	TOTAL
01	LEGISLATIVA	747.853,54		747.853,54
01 031	ACAO LEGISLATIVA	747.853,54		747.853,54
01 031 0001	APOIO AS ACOES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	747.853,54		747.853,54
	TOTAL	747.853,54	0,00	747.853,54
	TOTAL INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSO)			93.296,42
	TOTAL GERAL			841.149,96

ITOR PIRES DE CAMARGO JUNIOR
Presidente

CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:F6AC0DB1

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM PESSOAL ATÉ DEZEMBRO 2013

Demonstrativo de Gastos com Pessoal até Dezembro 2013
GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO DA CÂMARA

Mês	Valor Duodécimo Repassado	Valor Gasto com Pessoal	% com Pessoal
Janeiro	70.095,83	26.936,96	38,43
Fevereiro	70.095,83	27.428,73	39,13
Março	70.095,83	33.330,48	47,55
Abril	70.095,83	34.205,95	48,8
Maio	70.095,83	34.748,12	49,57
Junho	70.095,83	35.768,61	51,03
Julho	70.095,83	36.702,99	52,36
Agosto	70.095,83	35.110,52	50,09
Setembro	70.095,83	47.123,17	67,23
Outubro	70.095,83	34.765,72	49,6
Novembro	70.095,83	44.997,47	64,19
Dezembro			
Total	R$ 771.054,13	R$ 391.118,72	% 50,73

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:EE5406B1

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE ANEXOS

A Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato Estado de mato grosso. Pessoa Jurídica de direito publico interno com sede administrativa a Avenida Flavio Luiz n° 206. Centro Santa Rita do Trivelato-mt fone (65) 3529-6552. Inscrita no CNPJ-04.253.983/0001-29, neste dia 06 de Fevereiro de 2014. Faz a publicação dos anexos do balanço referente ao exercício de 2013.
Anexo 12 da lei 4.320/64
Anexo 13 da lei 4.320/64
Anexo 14 da lei 4.320/64
Anexo 15 da lei 4.320/64

Relação das despesas realizada nos dois últimos quadrimestres, Demonstrativo de aplicação de transferência com pessoal, depreciações, investimentos, outras despesas correntes e pessoal e encargos sociais conforme resolução 021/2009 do TCE

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:5B94E70A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 001/2014 CHAMAMENTO PÚBLICO DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR

O município de SANTA RITA DO TRIVELATO comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO, para fins de CREDENCIAMENTO DE GRUPOS INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES, GRUPOS FORMAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS, para atende o município de SANTA RITA DO TRIVELATO no primeiro semestre do corrente ano, no atendimento da alimentação escolar em conformidade ao que dispõe a Lei Federal nº. 11.947 DE 16 DE JUNHO DE 2009, e a Resolução FNDE/CD Nº. 38, DE 16 DE JULHO DE 2009 que regulamentam a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, bem como as condições deste edital e seus anexos, no período de 11à 14 de fevereiro de 2014, no horário das 09:00 as 11:00 horas e das 13:00 as 16:00 horas, na Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, situada na Avenida Flavio Luíz, nº 2.201, centro.

Informações pelos fones: (65) 3529-6329 ou 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato, 10 de fevereiro de 2014.

HUGO GARCIA SOBRINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:FA6B221E

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014 - REGISTRO DE PREÇOS
Objeto: Registro de Preços visando a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de veículos que integram a frota municipal. Data de abertura: 19/02/2014 às 08 horas – Local: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato (Sala de Licitações), localizada à Av. Flavio Luiz, 2201,Centro – Santa Rita do Trivelato-MT. O Edital Completo encontra-se a disposição no mural da Prefeitura Municipal, podendo ser solicitado pelos interessados pelo fone: (65)3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 07 de fevereiro de 2014.

ARTEMIO SYPERRECK
Pregoeiro

Publicado por:
Caio Fernando Motta Bonin
Código Identificador:9C1F95EC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO AO CONTRATO Nº 01/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha
CONTRATADA: ACP & Informática Ltda
OBJETO: Serviços e Locação de Sistema
INÍCIO: 02/01/2014 a 31/01/2014
VALOR TOTAL: R$ 6.421,00 (seis mil e quatrocentos e vinte e um reais)

EXTRATO AO CONTRATO Nº 02/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha
CONTRATADA: Deuvani Pereira Brito-Jardinagem Brito
OBJETO: Serviços de limpeza das vias públicas e de jardinagem
INÍCIO: 02/01/2014 a 31/01/2014
VALOR TOTAL: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

EXTRATO AO CONTRATO Nº 03/2014
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha
CONTRATADA: Claiton Roberto Maia - ME
OBJETO: Serviços médicos profissionais no Hospital Municipais, PSFs Urbano e Rural
INÍCIO: 28/01/2014 a 31/01/2014
VALOR TOTAL: R$ 1.044.000,00 (um milhão e quarenta e quatro mil reais).

Publicado por:
Maria do Carmo Santos Morais
Código Identificador:D4D3215C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Modalidade: Pregão Presencial nº 02/2014.
Tipo: Menor Preço
Interessada: Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT
Objeto: Aquisição de um veículo para transporte de passageiros, motor flex, para uso da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha-MT, designada pela Portaria nº 014/2013-GP de 04/01/2013, torna Público aos interessados que tendo em vista o não comparecimento de interessados para realização da licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 01/2014 do tipo **MENOR PREÇO** cuja abertura ocorreria às 15:00 horas do dia 06/02/2014, fica prorrogada a abertura para o dia 18/02/2014 às 15:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, situada à Rua 25 s/º Santa Terezinha-MT.

JUSAMY PEREIRA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Maria do Carmo Santos Morais
Código Identificador:DB2CD41A

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial nº 05/2014
Encontra-se aberta, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha – MT, localizada na rua 25 s/nº a LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Tipo Menor Preço, com a finalidade de selecionar propostas para contratação de serviços para limpeza e conservação de canteiros urbanos, jardins das praças, avenidas, limpeza das ruas, poda das árvores, limpeza das cabeceiras de pontes, limpeza dos pátios das escolas municipais, creche municipal, prédios públicos e coleta de resíduos (na sede do município). Cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. A licitação será regida pelas Leis Federais nº 8.666/1993, nº 10.520 e demais legislação pertinente. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 20/02/2014 às 13:00 horas, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação.
O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, de segunda a sexta-feira no horário de 12:00 às 18:00 horas.

Santa Terezinha – MT, 07 de fevereiro de 2014.

JUSAMY PEREIRA SILVA
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Maria do Carmo Santos Morais
Código Identificador:4B508D8E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO PRESENCIAL 07/2014

O Município de Santo Afonso/MT, Estado de Mato Grosso, neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2014, ÀS 08h00m (horário local)**, na Prefeitura Municipal de Santo Afonso/MT localizado à Rua Pedro Álvares Cabral, 155- Centro- Santo Afonso – MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à **AQUISIÇÃO DE (01) UM VEÍCULO UTILITÁRIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), ou pelo site do município, www.santoafonso.mt.gov.br.
Santo Afonso- MT, 07 de fevereiro de 2014.

ELISANGELA MOURA DOS SANTOS
Pregoeira

Publicado por:
Fábia Neves Brito
Código Identificador:B759E725

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Ato de homologação
pregão PRESENCIAL Nº ***002/2014***
OBJETO: Contratação de Empresa de transporte, conforme planilha de serviços em anexo ao Edital, visando atender o transporte de alunos da rede de ensino Municipal e Estadual de Santo Antônio do Leste, conforme solicitação. Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando os preços ofertados de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.
Comunique-se a Licitante vencedora, abaixo denominada, a homologação do objeto Licitado, devendo aguardar Ordem de Serviço conforme licitados.
Empresa:
Vaz da Fonseca e Fonseca LTDA
CNPJ – 05.107.424/0001-73
O. J. Emiliano – ME
CNPJ – 17.700.021/0001-12
Alcidenes José da Silva Junior
CNPJ – 19.639.127/0001-83

Todas com o valor de R$ 1,90 (um real e noventa centavos) por km rodado.

Santo Antonio do Leste - MT, 06 de Fevereiro de 2.014.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA
- Prefeito Municipal-

Publicado por:
José Marcio Thomaz
Código Identificador:3AA9BCA3

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2014

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** os candidatos relacionados no anexo I deste Edital, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2013, realizado em 16/06/2013, tendo o resultado

sido homologado pelo Decreto Municipal nº 022/2013 de 28/06/2013, para comparecerem na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de até 04 (quatro) dias úteis nos termos do item XI, 3 do Edital nº 001/2013 de 16/05/2013 nos horários de expediente (07h às 11h e 13h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionados no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munidos dos documentos exigidos, conforme item 8 do Edital nº 001/2013 podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 07 dias do mês de fevereiro de 2014.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA
Prefeito Municipal

ANEXO I

	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
01	CRISTINA APARECIDA DA SILVA BEZERRA
02	DEUZELY ALVES DE SOUSA
03	LUCIANA DOS ANJOS SILVA
04	DULCINEI BRANDÃO LOPES

	GUARDA MUNICIPAL
01	LUIZ SOARES VIEIRA

	ENFERMEIRO PADRÃO
01	ALINE MARIA MARTINS DE SOUSA

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2014.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;
b) Comprovante de Residência;
c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,
d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);
e) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;
f) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;
g) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);
h) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
i) Fotocópia legível da CNH se for o caso;
j) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;
k) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;
l) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);
m) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 5 (cinco) anos.
n) Declaração de Bens;
o) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e
p) Outros documentos que a Administração julgar necessário;
q) CPF dos pais.

Publicado por:
Elaine de Fátima Mors
Código Identificador:641CF70E

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 05/2014

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000, fone (66)3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para **aquisição de cestas básicas de gêneros alimentícios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social de São José do Rio Claro - MT.**

Data de Abertura: às **08:00 hs,** do dia **20 de fevereiro de 2014**, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 07:30 as 11:30 e das 13:30 às 15:30 horas, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo email: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br.

São José do Rio Claro – MT, 07 de fevereiro de 2014.

TATIANA DOCKHORN
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Tatiana Dockhorn
Código Identificador:D7F96DE7

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO

Na qualidade de Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de MT, DECLARO, em cumprimento à legislação de regência do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, para municípios com população limitada a 50.000 habitantes, que a beneficiária do Residencial Santa Terezinha II, **Wanderléia Cebalho Roca Emiliano**, R.G. 1682016-9 SSP/MT, CPF 036.756.511-00, QUADRA 09, LOTE 08 , por não ter atendido à convocação feita em ofícios, encontrando-se em local incerto e não sabido, será **EXCLUÍDO** do Programa, iniciando-se, a partir desta data, o processo para sua substituição.

São José do Rio Claro-MT., 07 de fevereiro de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Xavier Filho
Código Identificador:F349911B

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 2

O Prefeito do Município de São José do Rio Claro, Estado de MT FAZ SABER a todos os munícipes de São José do Rio Claro-MT que os beneficiários contemplados com unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida 2, abaixo listados, estando em

lugar incerto e não sabido, deverão se apresentar, na sede da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, Rua Acre, 415, Centro, São José do Rio Claro-MT, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação deste, para comprovar que ainda residem na cidade, sob pena de, em não o fazendo, serem considerados **DESISTENTES,** podendo ser imediatamente excluídos e substituídos por outros candidatos selecionados e aprovados. Para conhecimento de todos é publicado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada na sede da Prefeitura.

Nome do Beneficiário	CPF	Obs.:
MARIA LUCILDA RODRIGUES CEBALHO SOUZA	038.513.801-69	Conforme informações colhidas, a referida beneficiaria encontra-se morando no Município de Barra do Garças-MT.
RAQUEL MARTINS DA SILVA	802.379.832-49	Conforme informações colhidas, a referida beneficiaria encontra-se morando no Estado de Rondônia.

São José do Rio Claro-MT., 07 de fevereiro de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Xavier Filho
Código Identificador:CD7454E4

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Município de São José do Rio Claro, pessoa Jurídica de direito público interno, CNPJ nº 15.024.037/0001-27, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro, Município e Comarca de São José do Rio Claro-MT, por seu Prefeito Municipal, CONVOCA a Senhora **LUZIA PEREIRA DE JESUS**, no prazo de 08 (oito) dias a contar a data da publicação deste Edital, para comparecer na Secretaria de Promoção e Assistência Social, Rua Acre, 415, Centro, São José do Rio Claro-MT, para tratar de assunto referente à Habitação.

O não comparecimento será considerado como desistência a qualquer programa habitacional oferecido por este município.

São José do Rio Claro-MT., 07 de fevereiro de 2014

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Xavier Filho
Código Identificador:B31073F2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 008/2014, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

CONSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICIPAL DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – CNPDC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. NATANAEL CASAVECHIA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 482, de 29 de outubro de 2013, do Ministério da Integração Nacional,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Constituída a Comissão Organizadora Municipal – COMU da 1ª Conferência Municipal de Proteção e Defesa Civil – 1ª CMPDC.

Art. 2º. Compete à COMU da 1ª CMPDC:
I – coordenar, supervisionar e promover a realização da 1ª CMPDC;
II – promover contato formal com as autoridades ligadas ao tema Proteção e Defesa Civil, visando divulgar a 1ª CMPDC e informar sobre o andamento de suas atividades;
III – aprovar o Regulamento da 1ª CMPDC;
IV – dar publicidade ao relatório final da 1ª CMPDC;
V – discutir sobre outras questões relacionadas à 1ª CMPDC não previstas nos itens anteriores, submetendo-as para deliberação do (a) Prefeito (a) Municipal;
VI – definir a pauta, expositores (as), relatores (as), facilitadores (as), convidados (as) e observadores (as) para a etapa Municipal da 1ª CNPDC;
VII – elaborar relatório final da 1ª CMPDC.

Art. 3º. A COMU poderá ser composta por representantes do Poder Público e Agentes de Defesa Civil, da Sociedade Civil, dos Conselhos Profissionais e de Políticas Públicas e da Comunidade Científica.

§ 1º. A COMU será coordenada pelo Sr. MARCO AURÉLIO FERREIRA LEITE, Coordenador Municipal de Defesa Civil, e, em sua ausência, por servidor(a) por esse designado.

§ 2º. O Presidente da COMU poderá solicitar o apoio de outras pessoas e órgãos Poder Público para colaborar com a COMU.

§ 3º. A participação na COMU não ensejará remuneração de qualquer espécie e será considerado serviço público relevante.

§ 4º. Os servidores designados para participação da Comissão Organizadora Municipal colaborarão sem prejuízo de suas atribuições.

Art. 4º. A COMU realizará reuniões periódicas conforme calendário a ser estabelecido por seu Presidente.

Art. 5º. O Presidente da COMU resolverá os casos omissos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
São José do Rio Claro-MT, 07 de fevereiro de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Xavier Filho
Código Identificador:66334EF5

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 009/2014, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2014

CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. NATANEL CASAVECHIA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 482, de 29 de outubro de 2013, do Ministério da Integração Nacional, que convoca a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil – 2ª CNPDC,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 1ª Conferência Municipal de Proteção e Defesa Civil - 1ª CMPDC, a se realizar dia 11 de fevereiro de 2014 no município de São José do Rio Claro-MT com o tema: "Proteção e Defesa Civil: novos paradigmas para o Sistema Nacional", como etapa preparatória da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Parágrafo único. A 1ª CMPDC terá como objetivos:
I – Avaliar e apresentar a implementação das diretrizes aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária – 1ª CNDC;
II – Promover, incentivar e divulgar o debate sobre novos paradigmas para a proteção e a defesa civil;
III – Avaliar a ação governamental, em especial quanto à implementação dos instrumentos jurídicos e demais dispositivos trazidos pela Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012.

IV – Propor princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
V – Promover o fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC.
VI – Fortalecer e estabelecer formas de participação e controle social na formulação e implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, inclusive do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.

Art. 2º. A 1ª CMPDC encaminhará propostas e elegerá delegados (as) para a Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º. A 1ª CMPDC será presidida pelo Sr. SÉRGIO ALEXANDRE FRACASSO, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 4º. A coordenação da 1ª CMPDC será de responsabilidade do Sr. MARCO AURÉLIO FERREIRA LEITE, Coordenador Municipal de Defesa Civil.

Art. 5º. O Regulamento da 1ª CMPDC será elaborado por comissão a ser indicada por seu (sua) Presidente, em observância ao Regimento Interno Nacional e disporá sobre:
I – a organização e o funcionamento da Conferência;
II – o processo democrático de escolha de seus (suas) delegados (as), representantes da Sociedade Civil, do Poder Público e de Agentes de Defesa Civil, dos Conselhos Profissionais e de Políticas Públicas e da Comunidade Científica.
Parágrafo único. O Regulamento a que se refere o caput deverá ser aprovado pelo (a) Presidente da Conferência.

Art. 6º. As despesas com a organização e realização da 1ª CMPDC correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro-MT.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal
São José do Rio Claro-MT, 07 de fevereiro de 2014.

NATANAEL CASAVECHIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Xavier Filho
Código Identificador:8AEB9F13

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 055 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito deSão José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;
RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER licença para tratamento de saúde por um período de noventa dias de acordo com atestado médico emitido em 04 de fevereiro de 2014 e em conformidade com o Artigo 115 e 116 da Lei Complementar 005/2003 ao servidor JOSÉ FRANCISCO GODOI LESSA.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA E CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 04 DE FEVEREIRO DE 2014

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:C67E5250

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 056 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito deSão José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;
RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS por motivo de aposentadoria por invalides, a servidora VERA LUCIA FERREIRA FELICIO, nomeada através da PORTARIA GP Nº 074 DE 14 DE MARÇO DE 1996.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA E CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 04 DE FEVEREIRO DE 2014

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:AABDFE5B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 057 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MÉDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito deSão José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;
RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER licença para tratamento de saúde por um período de sessenta dias de acordo com atestado médico emitido em 05 de fevereiro de 2014 e em conformidade com o Artigo 115 e 116 da Lei Complementar 005/2003 a servidora IRACI PEREIRA DOS SANTOS VALERO.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 03 DE FEVEREIRO DE 2014

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME
Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:6A3A0249

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 058 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito deSão José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;
RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, o servidor EVAIR VICENSSOTTI, nomeado através da PORTARIA Nº 270 DE 17 DE JULHO DE 2007.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA E CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 05 DE FEVEREIRO DE 2014

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME
Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:D949EB90

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 060 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito deSão José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;
RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER Licença Especial a servidora ERICA RICCI DA SILVA RIBEIRO, no período de 05/02/2013 a 05/05/2013, conforme Art. 100 da Lei Complementar 005/2003, referente ao quiquenio 2008/2013.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA, PUBLICADA E CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 05 DE FEVEREIRO DE 2014

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME
Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:64BBD1D2

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 062 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito deSão José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferi das no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;
RESOLVE:

Artigo 1º - Constituir a Comissão Permanente de Licitação, para receber, examinar e julgar todos os documentos de habilitação, proposta de cadastramento de licitantes e demais procedimentos relativos às licitações, conforme Inciso XVI, do Artigo 6º da Lei Federal 8.666/93, no âmbito do Poder Executivo Municipal e seus fundos, como segue:

Presidente: **EMERSON SOUZA MILER**
Secretaria: **DOUGLAS SAMPAIO PEREIRA**
Membro: **EDSON MARQUES COSTA**
Suplente: **ANTONIO CARLOS MARIANO SANTIAGO**

Artigo 2º Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário e principalmente ao PORTARIA Nº 037/2013.

REGISTRADA, PUBLICADA E CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS
AOS 06 DE FEVEREIRO DE 2014

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME
Publicado por:
João Claret Donadel
Código Identificador:B9C80D01

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 001/2014

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, através dos termos que preceituam a Alínea A do Inciso III do Art. 94 da Lei Orgânica do Município, no que dispõe o Inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Municipal 1.056, de 28 de Janeiro de 2005, autorizado pela Lei Municipal 1.527, de 18 de Dezembro de 2013, torna público e faz saber a quem possa interessar que será realizado Processo Seletivo Simplificado para contratação por tempo determinado, a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para provimento de cargos e vagas ao Ano Letivo de 2014.

1. DO OBJETO:
1.1 – O objeto do presente Edital consiste no Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal em caráter temporário e excepcional, nos termos das legislações aplicáveis, para suprir cargos e vagas visando o suprimento de serviços essenciais e inadiáveis para o atendimento educacional da Secretaria Municipal de Educação, às funções mencionadas no **Item 4** (integrante deste), com os respectivos cargos, requisitos de habilitação, número de vagas, carga horária de trabalho e salários. Todas as informações sobre este Processo Seletivo

Simplificado serão publicadas na internet, no site da Prefeitura Municipal (www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br), bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos/MT e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
1.2 – A validade deste certame é de até 31 de Dezembro de 2014.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 – As fichas de inscrições serão retiradas e entregues na Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou na Escola Municipal Vereador Evilásio Vasconcelos, no período de 10 a 17 de Fevereiro de 2014;
2.2 – Não haverá prazo destinado à isenção de taxas, visto que as inscrições serão gratuitas aos cargos disponíveis (atendendo aos casos especificados nas Leis Estaduais nº 6156/92, 7713/2002 e 8795/2008);
2.3 – A realização do Processo Seletivo Simplificado será de responsabilidade da Prefeitura Municipal, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado por ela instituída, e da Secretaria Municipal de Educação (caso solicitada pela Comissão), tendo em vista a não contratação de empresa terceirizada para tal evento;
2.4 – A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições estabelecidas no presente edital, nos editais complementares e/ou de ratificação que forem necessárias para o bom andamento e fiel execução do Processo Seletivo, como também à Legislação Municipal.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO:

3.1 – Este Processo Seletivo está aberto a todos que satisfazerem as exigências das Leis Brasileiras, podendo participar do mesmo o candidato que preencher os requisitos abaixo:
-Ser brasileiro ou estrangeiro na forma da Lei;
-Ter 18 (dezoito) anos completos
-Estar em dia com as obrigações eleitorais e Serviço Militar – comprovados através de documento e comprovante de votação;
-Apresentar documento de identificação;
-Apresentar comprovante de habilitação necessária exigida ao cargo (Diploma ou Histórico devidamente acompanhado de Atestado de Conclusão);
-Preencher corretamente a ficha de inscrição, via Secretaria Municipal de Educação ou Escola Municipal Vereador Evilásio Vasconcelos;
-Entregar a documentação para análise de títulos no dia e local de realização da prova.

4. DAS VAGAS:

4.1 – Cargos com os respectivos níveis de escolaridade, vagas, carga semanal e salários iniciais:

CARGOS	ESCOLARIDADE	VAGAS	CARGA SEMANAL	SALÁRIOS
Professor I	**E. Médio - Magistério**	03	25 horas	R$ 1.023,06
	E. Médio - Propedêutico (com experiência em docência comprovada)	02	25 horas	R$ 869,60
Professor II: Ciências	**Ensino Superior**	01	25 horas	R$ 1.534,59
Professor II: Ed. Física		01	25 horas	R$ 1.534,59
Professor II: Geografia		01	25 horas	R$ 1.534,59
Professor II: História		01	25 horas	R$ 1.534,59
Professor II: L. Portuguesa		02	25 horas	R$ 1.534,59
Professor II: Matemática		01	25 horas	R$ 1.534,59
Professor II: Pedagogia		15	25 horas	R$ 1.534,59

4.2 – Os candidatos ao cargo de Professor I (E. Médio – Propedêutico), obrigatoriamente deverão apresentar documento que comprove experiência em docência, devidamente expedido por uma instituição de ensino.

4.3 – Ao cargo de Professor I (Magistério/Propedêutico), serão atribuídas apenas as aulas referentes aos Projetos de Recreação nos Centros de Educação Infantil, até que ocorra devida realização de Concurso Público para o suprimento de tais vagas.

4.4 – Das vagas destinadas ao cargo de Professor II: Pedagogia, uma será destinada a portadores de necessidades especiais (PNE), em consonância com a Lei Complementar nº 114 de 25 de Novembro de 2002.

5. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

5.1 – A elaboração das provas bem como a sua aplicação, é de responsabilidade da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, a qual poderá solicitar a devida parceria de profissionais responsáveis e competentes que atuam na(s) Secretaria(s) solicitante(s) do referido Seletivo;

5.2 – As provas escritas serão aplicadas no local, data e horário a seguir:
Local: Escola Municipal Vereador Evilásio Vasconcelos
Data/Horário: 20 de Fevereiro de 2014 – das 19h às 22h.

6. DAS PROVAS:

6.1 – Este Processo Seletivo Simplificado constará de 02 (duas) fases:
a) Entrega de documentação para análise de títulos (em envelope lacrado): no dia 20 de Fevereiro de 2014, às 19h, no local de realização das provas;
b) Prova escrita: no dia 20 de Fevereiro de 2014, às 19h.

6.2 – As provas escritas serão: objetivas (com questões de múltipla escolha, contendo uma única alternativa correta, de caráter classificatório) e dissertativas – conforme quadro abaixo:

Conteúdos	Nº de Questões	Valor/Peso	Total
Língua Portuguesa	05	1,0	5,0
Conhecimentos Específicos	05	1,0	5,0
Dissertativas de conhecimentos didático-pedagógicos	05	2,0	10,0
Totais	15	20,0	

6.3 – A prova dissertativa terá caráter eliminatório e classificatório por cargo do Edital, sendo aplicada juntamente com a prova objetiva, de forma individual por candidato e constará da redação de texto dissertativo sobre tema específico da área de atuação, de até 10 linhas.
6.3.1 – A mesma deverá ser feita pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, entregue juntamente com a prova objetiva. Não será permitida consulta a nenhum material de apoio para realização da prova dissertativa.
6.3.2 – Somente será corrigida a prova dissertativa do candidato com acerto(s) na prova objetiva de **conhecimentos específicos**, sendo que o candidato que nela zerar não lhe será feita a correção da dissertativa e, consequentemente, o mesmo será desclassificado.

6.4 – Da avaliação da Prova Dissertativa:
6.4.1 – A nota da prova dissertativa varia de 0 (zero) ponto a 10 (dez) pontos e será avaliada quanto ao domínio do conteúdo apresentado, a considerar a seguinte metodologia e pontuação:

a) 2,5 pontos – avaliação do conhecimento da língua portuguesa;
b) 7,5 pontos – avaliação do conhecimento específico da área do cargo.

6.4.2 – A avaliação da prova dissertativa será feita do seguinte modo:

a) Apresentação, clareza e utilização adequada da norma culta da Língua Portuguesa (considerando o Novo Acordo Ortográfico), limitada a 2,5 pontos;
b) Avaliação do domínio do conteúdo específico da área do cargo, limitada a 7,5 pontos;
c) Nos casos de fuga ao tema, de texto definitivo escrito a lápis e/ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova dissertativa igual a ZERO.

6.5 – Dos critérios de correção da Prova Dissertativa (por questão):

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA		
Parte 1 – Conhecimento de Língua Portuguesa (Máximo **0,5 ponto**)	**NÃO (0 ponto)**	**EM PARTES (0,15 pontos)**	**SIM (0,25 pontos)**
1.Apresentação de concordância			
2.Ortografia correta			
Total de pontos da **Parte 1**	**0,5 ponto**		
Parte 2 – Conhecimentos específicos (Máximo	**NÃO**	**EM PARTES**	**SIM**

1,5 pontos)	(0 ponto)	(0,25 ponto)	(0,50 ponto)
1.Conhecimento/Domínio do conteúdo			
2.Argumentação			
3.Relação teoria-prática			
Total de pontos da **Parte 2**	**1,5 pontos**		
TOTAL GERAL	**2,0 pontos**		

7. DO PROGRAMA GERAL DO CONTEÚDO:

7.1– O Programa Geral e respectivo Conteúdo Programático para as provas de Língua Portuguesa e Conhecimentos Específicos serão os seguintes:

- **Língua Portuguesa:** Interpretação Textual, Análise do Discurso, Semântica e Gramática;

- **Conhecimentos Específicos**: Tais conhecimentos estarão ligados à política educacional e às práticas pedagógicas do Professor. As questões terão abordagens tendo como foco o cenário da Educação no Brasil, sendo:

Professor I – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

Professor II: Ciências – Programa Mais Educação.

Professor II: Educação Física – Programa Mais Educação.

Professor II: Geografia – Programa Mais Educação.

Professor II: História – Programa Mais Educação.

Professor II: Língua Portuguesa – Programa Mais Educação.

Professor II: Matemática – Programa Mais Educação.

Professor II: Pedagogia – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

7.2 – Quanto às provas dissertativas de conhecimentos didático-pedagógicos, serão avaliados os conhecimentos obtidos através do estudo do conteúdo mencionado no item 7.1.

8. DOS REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS:

8.1– O material de estudos referente ao programa geral dos conteúdos para este Processo Seletivo, será:

Professor I: **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**. – Tendo como referência de estudo o Decreto nº 6.094, de 24 de Abril de 2007, que trata sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação – disponível em sites de busca na internet;

Professor II nas áreas de: Ciências, Educação Física, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática – **Programa Mais Educação**. Disponível no site portal.mec.gov.br (no link Mais Educação, faça o download do Manual Operacional) – estudar até a página 20 do referido material;

Professor II: Pedagogia – **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Disponível no site pacto.mec.gov.br/documentos-importantes, na parte inferior da página na internet acessar o Manual do Pacto.

9. DA ANÁLISE DE TÍTULOS:

9.1 – A análise de títulos será realizada pela Secretaria Municipal de Educação e destina-se a obter informações do candidato, bem como avaliar suas condições e competências para o respectivo cargo.

9.2 – Para a contagem de pontos será avaliada somente a documentação coerente ao cargo preterido pelo candidato, mesmo tendo nível de escolaridade acima do exigido ao referido cargo.

9.3 – O Currículo Vitae de cada candidato será avaliado em conformidade com os critérios descritos na Ficha de Pontuação abaixo:

Pontuação do Professor (Critérios/Indicadores/Cômputos/Pontos)				
I. DA FORMAÇÃO/TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação)				
Título	Ensino Superior	Licenciatura Plena	4,0 pontos	
	Ensino Médio	Magistério	2,0 pontos	
		Propedêutico + Documento de comprovação em docência	1,0 ponto	
II. QUALIFICAÇÃO COMPLEMENTAR				
a.	Cursos de formação continuada realizados na área da Educação que contemplem conhecimentos didático-curriculares e de políticas educacionais – com limite máximo de 3,0 pontos – certificados de 2011, 2012 e 2013.		0,5 ponto para 40 horas	
b.	Comprovação anual, mediante certificado registrado pela instituição promotora do evento, de palestras, minicursos e conferências proferidas na área da Educação – com limite máximo de 1,0 ponto.		0,5 ponto para cada certificado	
c.	Execução de Projetos realizados no Ano Letivo de 2013, voltados para a melhoria da aprendizagem do aluno, comprovados através da apresentação de projetos e resultados (fotos, vídeos, etc.) – limite máximo de 2,0 pontos.		1,0 ponto por projeto	

9.4 – Será desclassificado o candidato que não apresentar documentação coerente ao cargo concorrido, conforme exposto neste Edital.

10. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

10.1 – Professor: Docência na Educação Infantil e Ensino Fundamental, incluindo entre outras as seguintes atribuições:

10.1.1 – Descrição sintética: participar da Proposta Pedagógica da Escola; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a Proposta Pedagógica da Escola; zelar pela aprendizagem dos alunos;

10.1.2 – Descrição analítica: estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao Planejamento, à Avaliação e ao Desenvolvimento Profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola, com as famílias e a comunidade; desempenhar outras atribuições inerentes ao cargo, inclusive as estabelecidas no Art. 5, da Lei 755/98 – Estatuto do Magistério.

11. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

11.1 – A classificação obedecerá à somatória de pontos da análise de títulos e da nota da prova escrita.
11.2 – A classificação final entre candidatos com igual número de pontos, o critério de desempate obedecerá:
- a maior nota da prova escrita;
- o mais idoso.
11.3 – De acordo com as necessidades, o município promoverá a convocação obedecendo à classificação dos candidatos aprovados neste Processo Seletivo.

12. DA CONTRATAÇÃO:

12.1 – A convocação para contratação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificados, não gerando, entretanto, o fato de aprovação direito à contratação.

12.2 – No ato da contratação, o candidato deverá apresentar cópia da documentação que comprove:
- Cédula de Identidade – RG;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Cartão do PIS/PASEP;
- Comprovantes de votação – referentes às 02 últimas eleições;
- Título de eleitor;
- Certidão negativa expedida pelo Cartório Distribuidor – Fórum;
- Certidão negativa de débitos com o Município;
- Atestado de Saúde Física e Mental;
- Fotos 3X4 (02) – Coloridas e recentes;

- Certidão de Reservista ou C.A.M. – Sexo masculino;
- Comprovante de Escolaridade;
- Comprovante de residência;
- Declaração de bens;
- Declaração de não acúmulo de cargo;
- Conta corrente no Banco do Brasil.

12.3 – O candidato ao cargo de Professor I (Magistério/Propedêutico), receberá o valor salarial de acordo com a tabela descrita no item 4.1 (**CARGOS COM OS RESPECTIVOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, VAGAS E SALÁRIOS INICIAIS**), fazendo jus ao cargo o qual o mesmo se dispôs a fazer neste Processo Seletivo.

12.4 – O candidato ao cargo de Professor II (Ensino Superior), receberá o valor salarial como graduado de acordo com a tabela descrita no item 4.1 (**CARGOS COM OS RESPECTIVOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, VAGAS E SALÁRIOS INICIAIS**).

12.5 – Dada a contratação, o candidato tornar-se-á servidor regido pelo Regime Jurídico Geral e contribuirá para o Regime Previdenciário – INSS.

12.6 – A vigência contratual se dará entre os meses de Março de 2014 a Dezembro de 2014.

13. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS:

13.1 – O resultado final deste Processo Seletivo será publicado em edital contendo a classificação e o número de pontos de cada candidato classificado.

13.2 – A publicação do resultado final será feita no dia 25 de Fevereiro de 2014, em meios de comunicação (Rádio e Jornal), no mural da Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, nos órgãos públicos, nos sites www.amm.org.br e www.saojosedosquatromarcos.mt.gov.br

14. DOS RECURSOS:

14.1 – Divulgados os resultados, o candidato terá o prazo do dia 26/02 a 27/02/2014 para interposição de recursos, caso julgue necessário.

14.2 – Se houver qualquer interposição de recursos que altere o resultado deste Processo Seletivo, será feita nova divulgação de tal resultado até o dia 28 de Fevereiro de 2014.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

São José dos Quatro Marcos, 07 de Fevereiro de 2014.

CARLOS ROBERTO BIANCHI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emerson Souza Miler
Código Identificador:0DC98793

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 022/2014

PORTARIA Nº 022/2014
São José do Xingu – MT, 31 de janeiro 2014.

"DISPÕE SOBRE A REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDOR DE UMA SECRETARIA PARA OUTRA".

A Prefeita Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr.ª. RAQUEL CAMPOS COELHO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 52 § 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, resolve:

Art.1º - Redistribuir os servidores de uma Secretaria para outra, conforme relacionados no anexo I, a esta **Portaria**:
ANEXO I

NOME DO SERVIDOR	*SECRETARIA DE ORIGEM*	*SECRETARIA DE DESTINO*
JOSÉ MARCOS MARTINS	*SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE INDIGINA.*	*SEC. MUN DE OBRA*

Art.2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM, 31 DE JANEIRO DE 2014.

RAQUEL CAMPOS COELHO
Prefeita Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Vandete Araujo Lima Oliveira
Código Identificador:4F8DD3BE

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

DEPTO DE LICITAÇÃO
ATO RATIFICATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2014

A Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Sinop reconhece a dispensa de licitação com fundamento no inciso X do Art. 24 da Lei 8666/93, para Contratação da pessoa Física: Sra. **Tehani Ritzmann Loureiro**, brasileira, separada consensualmente, empresária, residente e domiciliada na Av. das Figueiras nº 643 – Centro – na cidade de Sinop estado de Mato Grosso, portadora da C. I. RG. 9R/731.325-SSP/SC e CPF. 325.810.411, para locação de um imóvel comercial em alvenaria com 535,60m de área construída, situado a **Rua** Airton Sena nº 01 (Quadra 02, Lote 01) – BR: Camping Clube – na cidade de Sinop estado de Mato Grosso, destinado ao funcionamento da Creche Municipal Camping Clube, - atendendo a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** - pelo período de 12 (doze) meses. Tendo como valor MENSAL: R$ 3.400,00 (Três Mil e Quatrocentos Reais).
De acordo com as justificativas da assessoria jurídica desta Prefeitura, sendo que foram obedecidas todas as formalidades legais, *Ratifico* a dispensa de licitação para a contratação mencionada.

Sinop/ MT, 07 de Fevereiro de 2014.
Publique-se.

JUAREZ ALVES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:6D1CDD04

DEPTO DE LICITAÇÃO
ATO RATIFICATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2014

A Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Sinop reconhece a dispensa de licitação com fundamento no inciso X do Art. 24 da Lei 8666/93, para Contratação da pessoa Física: Sra. **Deonilde Sirlei Pedro Bom Fontana**, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Brasil nº 470 – BR: Alto da Glória – na cidade de Sinop estado de Mato Grosso, portadora da C. I. RG. 1.127.470-SSP/PR e CPF. 014.819.079-05, para locação de um imóvel comercial em alvenaria situado a **Rua:** Brasil nº 470 (quadra 04 lote 02) – BR: Alto da Glória, destinado ao funcionamento da Unidade de Saúde – PSF Alto da Glória - Atendendo a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** – pelo período de 12 (doze) meses. Pelo valor MENSAL de: **R$ 2.746,15** (Dois Mil Setecentos e Quarenta e Seis Reais e Quinze Centavos).
De acordo com as justificativas da assessoria jurídica desta Prefeitura, sendo que foram obedecidas todas as formalidades legais, *Ratifico* a dispensa de licitação para a contratação mencionada.

Sinop/ MT, 07 de Fevereiro de 2014.
Publique-se.

JUAREZ ALVES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:E39C88C7

DEPTO DE LICITAÇÃO
ATO RATIFICATÓRIO DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2014

A Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Sinop reconhece a dispensa de licitação com fundamento no inciso X do Art. 24 da Lei 8666/93, para Contratação da pessoa Física Sr. **Geova Ferreira de São Miguel**, brasileiro, casado, estado de Mato Grosso, portador da C. I. RG. 13.020.329-SSP/SP e CPF. 015.970.208-93 residente e domiciliado na cidade de Peixoto de Azevedo, representado por seu bastante procurador o Sr. **CLAUDEMIR ADVINCULA SÃO MIGUEL,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Pedro Álvares Cabral nº 158 –Jd. Cuiabá – na cidade de Cuiabá estado de Mato Grosso, portador da C. I. RG. 272169948-SSP/SP e CPF. 765.330.691-87, referente locação de um imóvel comercial em alvenaria situado a **Av:** Dos Ingás nº 5.028 – Jd. Das Violetas, destinado ao funcionamento da Unidade de Saúde – PSF União - Atendendo a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**- pelo período de 12 (doze) meses. Pelo valor MENSAL de: **R$ 2.250,00** (Dois Mil Duzentos e Cinqüenta Reais).
De acordo com as justificativas da assessoria jurídica desta Prefeitura, sendo que foram obedecidas todas as formalidades legais, *Ratifico* a dispensa de licitação para a contratação mencionada.
Sinop/ MT, 07 de Fevereiro de 2014.
Publique-se.

JUAREZ ALVES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sidelina Rodrigues dos Santos
Código Identificador:02DCF414

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 013/2014

DATA: 03 de fevereiro de 2014

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 362.733,00 (trezentos e sessenta e dois mil e setecentos e trinta e três reais) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e especialmente a Lei nº 1848/2013 e a Lei nº 1925/2013;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 362.733,00 (trezentos e sessenta e dois mil e setecentos e trinta e três reais) para atender a seguinte dotação:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0.28.843.0012.9003 - SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA COM O SISTEMA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.2.90.00.00.00 – 01.00.000000 - Aplicações Diretas R$ 181.484,00
- (cento e oitenta e um mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais)
4.6.90.00.00.00 – 01.00.000000- Aplicações Diretas R$ 181.249,00
- (cento e oitenta e um mil e duzentos e quarenta e nove reais)

T O T A L R$ 362.733,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior e, de acordo com o art. 43, §1º e inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, fica parcialmente anulada a seguinte dotação orçamentária:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO
04.010.0.0.99.999.9999.9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
9.9.99.00.00.00 – 01.00.000000 - Reserva de Contingência R$ 362.733,00
- (trezentos e sessenta e dois mil e setecentos e trinta e três reais)

T O T A L R$ 362.733,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
Em, 03 de fevereiro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES
Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:A06035D2

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DESISTÊNCIA DE CHAMADA DE TESTE SELETIVO Nº. 001/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Avenida das Embaúbas, nº1386, centro, Sinop – Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.024.003/0001-32, torna público que **SERGIO BOTAN**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua dos Marfins, 1672, no bairro Jardim Imperial, na cidade de Sinop-MT, portador do RG n°. 11445424 SSP/MT e do CPF nº. 495.338.949-20 por livre e espontânea vontade, **DESISTE** de ocupar a vaga de **MOTORISTA IV – TRANSPORTE ESCOLAR 40hs**, para a qual foi aprovado em 11º lugar, através do **Teste Seletivo nº 003/2013**.

Sinop-MT, 07 de fevereiro de 2014.

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:31996D5C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DESISTÊNCIA DE CHAMADA DE TESTE SELETIVO Nº. 002/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Avenida das Embaúbas, nº1386, centro, Sinop – Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.024.003/0001-32, torna público que **ADELAR BIANCHINI**, brasileiro, residente e domiciliado na Gleba Mercedes 5, no bairro Agrovila, na cidade de Sinop-MT, portador do RG n°. 11794062 SSP/MT e do CPF nº. 915.107.321-87 por livre e espontânea vontade, **DESISTE** de ocupar a vaga de **MOTORISTA IV – TRANSPORTE ESCOLAR 40hs - campo**, para a qual foi aprovado em 06º lugar, através do **Teste Seletivo nº 003/2013**.

Sinop-MT, 07 de fevereiro de 2014.

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:0B0194D6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DESISTÊNCIA DE CHAMADA DE TESTE SELETIVO Nº. 003/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Avenida das Embaúbas, nº1386, centro, Sinop – Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.024.003/0001-32, torna público que **ALCI VALTER BRAUN**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua dos Cravos, n ° 236, no bairro Jardim das Palmeiras, na cidade de Sinop-MT, portador do RG n°. 731990 SSP/MT e do CPF nº. 383.550.511-49 por livre e espontânea vontade, **DESISTE** de ocupar a vaga de **MOTORISTA IV – TRANSPORTE ESCOLAR 40hs**, para a qual foi aprovado em 2º lugar, através do **Teste Seletivo nº 003/2013**.

Sinop-MT, 07 de fevereiro de 2014.

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:AB929EB9

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DESISTÊNCIA DE CHAMADA DE TESTE SELETIVO Nº. 004/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Avenida das Embaúbas, nº1386, centro, Sinop – Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.024.003/0001-32, torna público que **BELMUNDI JOSE HOLZBACH**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua dos Açaís, n° 588, no bairro Jardim Imperial, na cidade de Sinop-MT, portador do RG n°. 10349212 SSP/MT e do CPF nº. 288.449.711-00 por livre e espontânea vontade, **DESISTE** de ocupar a vaga de **MOTORISTA IV – TRANSPORTE ESCOLAR 40hs**, para a qual foi aprovado em 10º lugar, através do **Teste Seletivo nº 003/2013**.

Sinop-MT, 07 de fevereiro de 2014.

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:11D205E8

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DESISTÊNCIA DE CHAMADA DE TESTE SELETIVO Nº. 005/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Avenida das Embaúbas, nº1386, centro, Sinop – Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.024.003/0001-32, torna público que **LEANDRO IOANNIS TSILFIDIS**, brasileiro, residente e domiciliado na Gleba Mercedes 5, no bairro Agrovila, na cidade de Sinop-MT, portador do RG n°. 10194967 SSP/MT e do CPF nº. 888.801.411-04 por livre e espontânea vontade, **DESISTE** de ocupar a vaga de **MOTORISTA IV – TRANSPORTE ESCOLAR 40hs - campo**, para a qual foi aprovado em 04º lugar, através do **Teste Seletivo nº 003/2013**.

Sinop-MT, 07 de fevereiro de 2014.

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:719F9AD4

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DESISTÊNCIA DE CHAMADA DE TESTE SELETIVO Nº. 006/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Avenida das Embaúbas, nº1386, centro, Sinop – Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.024.003/0001-32, torna público que **MARCOS ANTONIO MORAES**, brasileiro, residente e domiciliado na Av. Ida Bianchi, qd. 52, lt. 26 no bairro Maria Vindilina, na cidade de Sinop-MT, portador do RG n°. 12284548 SSP/MT e do CPF nº. 906935741-00 por livre e espontânea vontade, **DESISTE** de ocupar a vaga de **MOTORISTA IV – TRANSPORTE ESCOLAR 40hs**, para a qual foi aprovado em 05º lugar, através do **Teste Seletivo nº 003/2013**.

Sinop-MT, 07 de fevereiro de 2014.

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:96FDDE24

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOMEAÇÃO Nº. 002/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2013

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT NOMEIA o candidato abaixo relacionado, classificado no Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2013, para comparecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Sinop/MT, para apresentar documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo.

Médico Pediatra 30 horas

Class.	Nome do candidato	Situação
03°	LAERCIO JOAO LAZZAROTTO	Aprovado

O candidato convocado, em caso de não poder assumir as funções do cargo, passará automaticamente a posicionar-se em último lugar na lista de classificados, aguardando um novo chamamento que poderá ou não se realizar no período de validade do Processo Seletivo Simplificado.

Sinop-MT, 07 de fevereiro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:3FE2F696

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOMEAÇÃO Nº. 001/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2013

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT NOMEIA o candidato abaixo relacionado, classificado no Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2013, para comparecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Sinop/MT, para apresentar documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo.

Médico Clinico Geral 30 hs

Class.	Nome	Situação	RECLASSIFICADO
7º	**LAWRENCE LUCIANO FERNANDES BEZERRA**	Aprovado(a)	**1°**

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos reclassificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Sinop/MT convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de reclassificação.

Sinop-MT, 07 de fevereiro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:E311B5D6

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE NOMEAÇÃO Nº. 002/2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 003/2013

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT NOMEIA o candidato abaixo relacionado, classificado no Processo Seletivo Simplificado n°. 003/2013, para comparecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, na sede da Prefeitura Municipal de Sinop/MT, para apresentar documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo.

MOTORISTA IV - TRANSPORTE ESCOLAR 40 horas – Cidade

Classif.	Nome do Candidato
12º	JUVENAL ANTONIO DE SOUZA
13º	CLAUDIO SOARES JARDIM
14º	TOVAR HELENO CHIODELLI
15º	EDNILSON JOSE DA SILVA FERNANDES

MOTORISTA IV – TRANSPORTE ESCOLAR 40 horas – Campo

Classif.	Nome do Candidato
08º	VALNEI BERGAMASCHI
09º	ELIAS JUSCELINO DE SOUZA

O candidato convocado, em caso de não poder assumir as funções do cargo, passará automaticamente a posicionar-se em último lugar na lista de classificados, aguardando um novo chamamento que poderá ou não se realizar no período de validade do Processo Seletivo Simplificado.

Sinop-MT, 07 de fevereiro de 2014.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrielli Santos Stanghilin
Código Identificador:AC4DE08F

SAAES
PORTARIA 007/2014

PORTARIA Nº 007/2014
DATA: 07 de Fevereiro de 2014

SÚMULA: *Prorroga os efeitos da Portaria 084/2013, de 02 de Outubro de 2013.*

***JUVENTINO JOSÉ DA SILVA*, DIRETOR PRESIDENTE DO SAAES – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Prorrogar os efeitos da Portaria nº084, de 02 de Outubro de 2013, pra mais 30(trinta), dias.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus feitos a partir de 03 de Fevereiro de 2014.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO DIRETOR DO SAAES,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 07 de Fevereiro de 2014.

JUVENTINO JOSÉ DA SILVA
Diretor Presidente do SAAES

Publicado por:
Edna Maciel Escobar
Código Identificador:ACDF8065

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2014

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através da Pregoeira, torna público para o conhecimento dos interessados, que foi vencedor do certame a empresa: **PRP BORGES COMÉRCIO – EPP, CNPJ N.º 05.457.629/0001-89, Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 com o Valor Total de R$ 14.502,46.**

DANIELA MOSCON ZAMIGNAN PELIZON
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:E914E84B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS

CONTRATO: N.º 005/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO.
CONTRATADO: TR PREDICOM TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP.
DATA: 27/01/2014 – PRAZO DE VIGENCIA ATÉ 23/10/2014 – PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRAS SERÁ DE 180 DIAS DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO
VALOR TOTAL: R$ 3.158.866,14
OBJETO: OBRAS CONSERVAÇÃO DAS VIAS URBANAS, COM LAMA ASFÁLTICA E MBUQ, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:D5205445

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014

Pelo presente termo de Retificação do edital do **Pregão Presencial nº 008/2014** cujo OBJETO é o **Registro De Preços Para Futura E Eventual Aquisição De Tintas Viárias E Materiais De Pintura, Para Serem Utilizados Na Manutenção Da Sinalização Viária Das Ruas E Avenidas De Sorriso-MT**, a Administração Pública, atendendo aos princípios que norteiam a Gestão Pública, em face de modificações extremamente necessárias, vem por meio deste, **RETIFICAR: NO EDITAL, para o Item 1.2 - Onde se lê:** Os itens cotados "Tintas" deverão ter **ABNET**; **Leia-se:** Os itens cotados "Tintas" deverão ter ABNT 11862 e Padrão DNIT. Para o **Item 6.9 - Onde se lê:** Para os itens cotados "Tintas" a Marca Apresentada deverá ter CERTIFICADO ISSO 9001, e CERTIFICADO DA ABRAFATI, emitido pelo Fabricante da Tinta; **Leia-se:** Para os itens cotados "Tintas" a Marca Apresentada deverá ter certificado ABNT 11862 e Padrão DNIT. **NO TERMO DE REFERÊNCIA, para o Item 7.2 - Onde se lê:** As empresas deverão apresentar no processo licitatório, certificado emitido pelos fabricantes de qualidade ISO 9001 E PADRÃO DNIT; **Leia-se:** As empresas deverão apresentar no processo licitatório, certificado ABNT 11862 e Padrão DNIT para "Tintas" e ISO 9001 para "Materiais". Os demais itens permanecem como no edital, **ALTERANDO-SE** a data de **abertura do certame para o dia 24 de fevereiro de 2014, às 8:00 horas (Fuso Horário de Sorriso – MT).**

DANIELA MOSCON ZAMIGNAN PELIZON
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:43769055

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/2014

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através da Pregoeira, torna público para o conhecimento dos interessados, que foram vencedores do certame as empresas: **CONIVEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ N.º 24.969.776/0001-82**, Itens 1, 3, 5, 6, 9, 10, 11, 13, 16, 18, 20, 22, 25, 28, 30, 31, 38, 39, 40, 46, 49, 50, 54, 55, 71, 74, 78, 79, 88, 91, 95, 99, 101, 109, 110, 111, 115, 127, 132, 133, 134, 150, 151, 153, 200, 201, 213, 222, 232, 235, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 274, 276, 296, 298, 315, 323, 327, 331, 336 e 337; Valor Total de R$ 102.757,35 // **INDÚSTRIA E**

COMÉRCIO DE TELAS SORRISO LTDA - ME, CNPJ N.º 17.041.089/0001-37, Item 295; Valor Total de R$ 27.800,00 // **KASA FORT MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP, CNPJ N.º 06.184.140/0001-43**, Itens 2, 15, 17, 23, 24, 27, 29, 34, 36, 37, 45, 52, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 86, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 103, 104, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 125, 131, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 148, 149, 154, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 216, 218, 225, 226, 231, 233, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 246, 250, 251, 252, 253, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 310, 311, 312, 313, 314, 319, 320, 321, 322, 325, 326, 328, 329, 330, 332, 333, 335, 338, 339, 340 e 344; Valor Total de R$ 503.984,75 // **PARANÁ MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ N.º 01.426.949/0002-00**, Itens 4, 7, 8, 14, 19, 21, 26, 32, 33, 35, 47, 48, 53, 56, 60, 70, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84, 87, 98, 100, 102, 106, 107, 114, 120, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 139, 142, 146, 147, 152, 155, 156, 164, 172, 188, 193, 209, 214, 215, 219, 220, 223, 224, 227, 228, 229, 243, 249, 257, 263, 264, 309, 317, 318, 324, 334, 341, 342 e 343; Valor Total de R$ 432.883,00 // **RA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME**, CNPJ N.º 07.539.145/0001-04, Itens 12, 41, 42, 43, 44, 51, 82, 85, 105, 108, 126, 165, 185, 203, 210, 217, 221, 230, 237, 245, 247, 248, 265 e 316; Valor Total de R$ 31.750,20

DANIELA MOSCON ZAMIGNAN PELIZON
Pregoeira Oficial

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:FF07440B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2014

O Município de Sorriso – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para o conhecimento dos interessados, que realizará às **08:00 horas (Horário Oficial de Sorriso – MT), do dia 20 de fevereiro de 2014,** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Porto Alegre, 2.525, Centro – Sorriso – MT, a abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2014**. O julgamento da referida licitação será através do **Menor Preço Global**, objetivando o "**Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Locação de 270 metros linear de fechamento em chapa galvanizada de 20 mm, de 20 x 2.20m**". O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Sorriso, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente ou através do site www.sorriso.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07:00 às 13:00 horas ou através do telefone (66) 3545-4700.

DANIELA MOSCON ZAMIGNAN PELIZON
Pregoeira Prefeitura de Sorriso – MT

Publicado por:
Marisete Marchioro Barbieri
Código Identificador:7B29E8C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 033/2011

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 033/2011
Versão: 02
Aprovação: 29/01/2014
Ato de Aprovação:Decreto nº 009/2014
Unidade Responsável: Secretaria de Administração
Unidade Executora:Gestão de Contratos, Convênios e Parcerias.

Dispõe sobre a fiscalização e controle da execução dos contratos no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta no Município de Sorriso Estado de Mato Grosso.

A CONTROLADORIA GERALDOMUNICÍPIO DE SORRISO ESTADODE MATOGROSSO,no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo artigos 31 e 74 da Constituição Federal, na Lei Complementar Municipal nº 016/2004 que dispõe sobre a criação do Sistema Integrado de Controle Interno; e
CONSIDERANDO o dispostonosartigos66a76daLeiFederalnº 8.666/93;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer normas e procedimentos para o acompanhamento e o controle da execução dos contratos.
RESOLVE:
Art. 1°Estabelecer normas e procedimentos para o acompanhamento e controle da execução dos contratos da Administração Municipal Pública Direta e Indireta.
TÍTULO I
DA ABRANGÊNCIA
Art. 2° Esta Instrução Normativa abrange o Fiscal do Contrato, a Gestão de Contratos, Convênios e Parcerias.
TÍTULO II
DOS CONCEITOS
Art. 3° Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:
I. Fiscalização: a observação sistemática e periódica da execução do contrato;
II. Contrato Administrativo: o ajuste que a Administração Pública, agindo nessa qualidade, firma como particular (pessoa física ou jurídica) ou outra entidade administrativa para consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração, segundo o regime jurídico de direito público;
III. Contratos de Terceirização: A terceirização, no âmbito do serviço público, é entendida como a contratação de empresas especializadas para a realização de atividades complementares, que não fazem parte de sua linha principal de atuação. Em suma, o poder público transfere a prestação de determinados serviços a um terceiro por intermédio de um contrato administrativo firmado entre as partes, estabelecendo uma relação de mútua colaboração (Exemplo: contratos destinados às atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações, manutenção de prédios, equipamentos e instalações);
IV. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente;
V. Fiscal do Contrato: servidor designado por autoridade competente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos convênios, contratos e instrumentos congêneres, de forma a garantir que seja cumprido o disposto nos respectivos instrumentos e atendidas as normas orçamentárias e financeiras da Administração Pública;
VI. Notificação: o documento elaborado para dar conhecimento aos fornecedores sobre irregularidades nos serviços, obras e serviços de engenharia ou materiais fornecidos, bem como para solicitar que possíveis falhas sejam sanadas no prazo preestabelecido pela autoridade licitante;
VII. Processo Administrativo: a sucessão encadeada de atos, juridicamente ordenados, destinados à obtenção de um resultado final, que consubstancia uma determinada decisão sobre certa controvérsia de natureza administrativa;
VIII. Termo Aditivo:termo que tenha por objetivo a modificação ou prorrogação do instrumento já celebrado, formalizado durante a vigência;
IX. Termo de Apostilamento :é o registro administrativo que pode ser feito no termo de contrato, ou nos demais instrumentos hábeis que o substituem, normalmente no verso da última página do contrato, ou ainda pode ser efetuado por meio de juntada de outro documento ao termo de contrato ou aos demais instrumentos hábeis.
X. Relatório: o documento elaborado pelo Fiscal do Contrato contendo informações sobre a execução do instrumento contratual;
XI. Dotação Orçamentária: limite de crédito consignado na lei de orçamento ou crédito adicional, para atender determinada despesa;
XII. Unidade Solicitante:a unidade que, após identificar suas necessidades, solicita a contratação de serviços, obras e serviço de engenharia, bem como aquisições de bens para atender o interesse público da Administração Pública Direta ou Indireta.
TÍTULO III
DAS RESPONSABILIDADES
DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

Art. 4°O Chefe do Poder Executivo deverá:
I. Assinar os contratos assumidos pela administração direta;
II. Emitir, após a formalização do contrato ou ajuste, "AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO - AF";
III. Emitir, após a formalização do contrato ou ajuste, baseado no cronograma físico- financeiro aprovado (quando houver), "ORDEM DE SERVIÇO" autorizando a prestação de serviço ou a execução de obra;
IV. Designar servidor responsável (fiscal/gestor de contrato) pelo acompanhamento da execução do contrato;
V. Definir, determinar e aplicar as penalidades quando for pertinentes;
VI. Determinar a convocação do segundo colocado na licitação, quando necessário.

DA ASSESSORIA JURÍDICA

Art. 5ºA Assessoria Jurídica deverá:
I. Emitir parecer sobre a minuta do edital, do contrato e de eventuais termos aditivos;
II. Analisar todos os contratos/termos aditivos a serem firmados pela Administração;

DO CONTRATADO

Art. 6º Deverá o contratado:
I. Cumprir rigorosamente as cláusulas contratuais;
II. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 7º Orientar os servidores envolvidos com o acompanhamento e controle da execução dos
contratos, sempre que solicitado.

DOS FISCAIS DE CONTRATO

Art. 8º São responsabilidades do Fiscal de Contrato:
I - coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos Relatórios;
II -propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;
IV - manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V - comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI - solicitar, à Unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII - autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII - manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX - encaminhar,à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro,substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X - confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no
contrato;
XI - receber e atestar Notas Fiscais juntamente com o Secretário da Pasta e encaminhá-las
à unidade competente para pagamento;
XII – verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Parágrafo único. O descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa.

DO GESTOR DE CONTRATO

Art. 9°São responsabilidades do Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias:
I. Analisar os relatórios de acompanhamento da execução dos contratos;
II. Cuidar das questões relativas:
a. à prorrogação de Contrato junto à Autoridade Competente (ou às instâncias competentes), que deve ser providenciada antes de seu término, reunindo as justificativas competentes;
b. à comunicação para abertura de nova licitação à área competente, antes de findo o estoque de bens e/ou a prestação de serviços e com antecedência razoável;
c. à comunicação ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
III. Comunicar as irregularidades encontradas: situações que se mostrem desconformes com o Edital ou Contrato e com a Lei;
IV. Exigir somente o que for previsto no Contrato. Qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao superior hierárquico, acompanhada das justificativas pertinentes;
V. Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação.
No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder àqueles previstos no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações;
VI. Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do Contrato pela Administração;
VII. Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
VIII. Documentar nos autos todos os fatos dignos de nota;
IX. Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;
X. Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada,com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando o Chefe do Poder Executivo quando o fato exigir, nos termos dos Artigos 35, 36, §1º, §2º e 3§ desta Instrução Normativa;
XI. Sugerir, ao Chefe do Poder Executivo, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 10 O acompanhamento e controle da execução dos contratos, realizados
peloFiscaldoContrato,temporfinalidadeaverificaçãodocumprimentodas cláusulase condições
pactuadas no instrumento contratual.
Art.11 As unidades solicitantes indicarão no Termo de Referência o responsável pela fiscalização do contrato, sendo que:
I - quando se tratar de contrato de serviços e obras de engenharia,um Engenheiro será o responsável pela fiscalização;
II - quando se tratar de contrato de fornecimento de materiais de consumo, o Encarregado do Serviço de Material e Patrimônio será o responsável pela fiscalização.
§ 1°Considerado complexo o objeto do contrato, deverá ser indicado servidor especializado ou comissão para avaliação da sua adequação às exigências contratuais, o qual será responsável pela sua aceitação.
§ 2° Nos casos do inciso I, II e do § 1° deste artigo, a nomeação do servidor ou comissão parafiscalizar o contrato ocorrerá por meio de ato administrativo do Chefe do Poder Executivo.
Art. 12. Quando se tratar de obras e serviços de engenharia, o Fiscal do Contrato deverá:
I - acompanhar o cumprimento,pela contratada, do cronograma físico financeiro;
II - acompanhar o cumprimento das especificações técnicas dos materiais a serem aplicados na obra e zelar pela qualidade dos serviços prestados;
III - verificar o cumprimento, pela contratada, da obrigatoriedade de manutenção de todos os projetos e do memorial descritivo, no canteiro de obras;
IV – encaminhar, ao Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias, eventuais pedidos de alteração de projeto, serviços ou acréscimos qualitativos ou quantitativos ao contrato;
V - receber as etapas da obra mediante medições precisas e de acordo com o projeto executivo;
VI - acompanhar as modificações no cronograma físico - financeiro e as substituições de materiais e equipamentos;
VII - estabelecer prazo para a correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra;
VIII -verificar as informações contidas no diário de obra, complementando-as quando necessário;

IX - executar as medições dos serviços executados, no período relativo à medição, tendo como base a planilha orçamentária apresentada na licitação ou aditivo;
X -exigir da construtora a Nota Fiscal de Serviço e documentos comprobatórios de regularidade fiscal previstos no contrato.
Art. 13 Quando se tratar de contratos de terceirização de mão-de-obra, o Fiscal do Contrato deverá:
I. verificar se o número de terceirizados em atividade coincide com o previsto no contrato;
II. acompanhara execução dos serviços, tendo como base os direcionamentos registrados no contrato;
III. acompanhar o cumprimento das especificações técnicas dos materiais a serem utilizados nas atividades e zelar pela qualidade dos serviços prestados;
IV. verificar o fornecimento, pela contratada, e a utilização,pelos empregados, dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's);
V. estabelecer prazo para a correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar, ao Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias, as ocorrências que possam gerar dificuldades na execução dos serviços;
VI. informar à contratada, com base no Relatório, os fatos e atos em desacordo com os termos do contrato, propondo os ajustes necessários;
VII. encaminhar, ao Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias, proposta de rescisão do contrato, quando o objeto estiver sendo executado em desacordo com as especificações e, ainda, quando constatada a paralisação da execução ou cometimento de faltas que ensejam a adoção dessa medida;
VIII. exigir da empresa, a Nota Fiscal de Serviço e comprovantes de pagamento dos salários, vales-transportes dos empregados (quando houver)documentos comprobatórios de regularidade fiscal previstos no contrato, e conferir se as condições de pagamento do contrato foram
obedecidas.
TÍTULO V
DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOSCONTRATOS
CAPÍTULO I
DAS AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE
Art.14. O acompanhamento dos contratos será realizado por meio da consecução das seguintes ações:
I – verificação, pelo Fiscal do Contrato, se a entrega dos materiais, execução das obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parceladamente pelo contratado, no que se refere a prazos de entrega, especificações, quantidades e outras exigências contratuais;
II – elaboração e encaminhamento ao Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias, pelo Fiscal do Contrato, de Relatório de acompanhamento mensal ou a cada pagamento, contendo as informações que tratam do desempenho efetivamente verificado,as não-conformidades contratuais, outras informações que julgar pertinentes e, se necessário, sugestões e recomendações, devidamente justificadas e fundamentadas, de ações a serem implementadas;
III - encaminhamento, pelo Fiscal do Contrato, ao Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias, devidamente justificadas e fundamentadas, as sugestões de rescisões contratuais e as necessidades de aditivos contratuais em virtude de alterações nos projetos, acréscimos qualitativos e quantitativos.
Parágrafo único. Em caso de fatos relevantes e urgentes,o Fiscal do Contrato deverá emitir o Relatório imediatamente.
Art. 15. Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressar cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vincula,além de ter todas as cláusulas necessárias de acordo com art.58 da Lei nº 8.666/93, tais como:
I. identificação das partes;
II. definição do objeto e seus elementos característicos;
III. regime de execução ou a forma de fornecimento;
IV. o preço e as condições de pagamento, os critérios, data base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
V. os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
VI. o crédito pelo qual correrá a despesa;
VII. as garantias oferecidas;
VIII. os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
IX. os casos de rescisão;
X. o recolhimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei Federal n. 8.666/93;
XI. as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
XII. a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
XIII. a legislação aplicável à execução do contrato;
XIV. a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
Art. 16. Os Contratos celebrados pela Administração deverão conter, ainda:
I. o número sequencial em ordem cronológica de edição;
II. a qualificação da administração, sempre na qualidade de contratante;
III. a qualificação completa do contratado, com a identificação e qualificação de seu representante legal, no caso de pessoa jurídica;
IV. se for o caso, o número e a modalidade do processo licitatório que lhe antecedeu;
V. a vinculação às normas da Lei n. 8.666/1993;
VI. indicação dos documentos anexos que integram o contrato, como, projetos, memoriais descritivos, orçamentos, entre outros;
VII. a descrição do objeto deverá ser realizada com clareza e perfeita caracterização, não restando nenhuma dúvida quanto à característica do objeto a ser contratado;
VIII. a forma ou regime de execução deverá estar descrita minuciosamente, indicando, por exemplo: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa ou empreitada integral;
IX. quando possível o valor do objeto do contrato deverá ser realizado por item ou por etapa e valor total;
X. as condições e formas de reajustes, deverão observar a alínea "d" do inciso I do artigo 65 da Lei n. 8.666/1993, objetivando exclusivamente atender a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato;
XI. a indicação da dotação orçamentária, deverá conter a função programática e a categoria econômica da despesa;
XII. a completa caracterização das responsabilidades do contratado e do contratante, conforme o objeto a ser contratado;
XIII. as sanções impostas ao contratado em caso de inadimplemento contratual, que conforme artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, deverão ser:
a) Advertência;
b) Multa;
c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
XIV. indicação da possibilidade de aditamento do contrato;
XV. a possibilidade ou não de subcontratação parcial do objeto, sendo expressamente vedada a subcontratação total, conforme artigo 72 da Lei nº 8.666/1993;
XVI. as condições e prazos para recebimento do objeto;
XVII. a indicação do foro competente para dirimir questões oriundas do contrato, sendo sempre, aquele ao qual pertence o Município;
XVIII. a indicação do local e data da realização do contrato;
XIX. as assinaturas das partes e no mínimo 02 (duas) testemunhas com indicação do número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.
Parágrafo único.Somente o Chefe do Poder Executivo é considerado autoridade competente para assinar contratos assumidos pela Administração Direta. Na Administração Indireta, quem deve assinar os contratos é o chefe máximo de cada órgão/entidade.
Art. 17. Em caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação devem obrigatoriamente atender aos termos do ato que autorizou de acordo com o estabelecido nos §§ 1º e 2º do art. 54 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 18. O Contrato Administrativo, conforme seu regime jurídico poderá conter cláusulas conferindo direitos exclusivos para a Administração Pública. De acordo com o artigo 58 da Lei
n. 8.666/1993 poderão ser dadas para a Administração as seguintes prerrogativas:
I. modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitado os direitos do contratado;
II. rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei n. 8.666/1993;
III. fiscalizar-lhes a execução;
IV. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
V. nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
Art. 19. A duração dos contratos, em conformidade com o artigo 57 da Lei n. 8.666/1993, deve ser adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários, com exceção de:
I. projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;
II. a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses;
III. ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.
Art. 20. Não será permitida a formalização de contrato com prazo de vigência indeterminado, conforme § 3º do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.
Art. 21. É de condição indispensável a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, deverá ser providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja seu valor, mesmo que sem ônus, conforme preceitua o parágrafo único, do art. 61 da Lei nº 8.666/93, ressalvado o disposto no artigo 26 da Lei 8.666/93.
Art. 22. A publicação resumida ou extrato do contrato deverá conter no mínimo as seguintes informações:
I. ano e mês;
II. número do Contrato;
III. número do Contrato Superior (se houver);
IV. valor do Contrato;
V. início da vigência;
VI. descrição sucinta do objeto;
VII. número da Licitação (se houver);
VIII. responsável Jurídico;
IX. tipo pessoa (Física ou Jurídica) e indicação do CPF/CNPJ;
X. contratado;
XI. data vencimento do Contrato;
XII. data da assinatura.
Art. 23. À Administração Pública, revestida de poderes de Autoridade, na execução de um contrato compete:
I. o poder de fiscalização: consiste no direito que a Administração Pública tem, como parte pública do contrato administrativo, de controlar a execução do contrato para evitar surpresas prejudiciais ao interesse público, de que a Administração só viesse, porventura, a aperceber-se
demasiado tarde;
II. o poder de modificação unilateral: decorre da variabilidade dos interesses públicos prosseguidos com o contrato e tem correspondência no dever de manutenção do equilíbrio financeiro do contrato, dever que dita em condições normais, o aumento das contrapartidas financeiras do co- contratante privado;
III. o poder de aplicar sanções: ao contraente particular, seja pela inexecução do contrato, seja pelo atraso na execução, seja por qualquer outra forma de execução imperfeita, seja ainda porque o contraente particular tenha trespassado o contrato para outrem sem a devida autorização da Administração.
Art. 24. As alterações dos contratos administrativos firmados poderão ser feitas através de Termo Aditivo, que preverá os acréscimos ou supressões do objeto, a prorrogação do prazo ou outras alterações previstas em Lei.
Art. 25. Os contratos poderão ser alterados com as devidas justificativas técnicas e operacionais, elaboradas pelo servidor responsável pelo seu acompanhamento, com a aprovação do ordenador de despesa.
Art. 26. Para o caso de obras de engenharia, deverá ser apresentado parecer técnico desenvolvido por profissional competente do quadro de servidores da Prefeitura Municipal.
Art. 27. Os termos aditivos deverão ser formalizados dentro da vigência do contrato, após o exame e aprovação pela Assessoria Jurídica do Município.
Art. 28. Será obrigatória a publicação do termo aditivo ao contrato, considerada condição essencial à sua eficácia, nos moldes da publicação do edital.
Art. 29. O termo aditivo que alterar o valor inicial do contrato deverá obedecer aos percentuais de acréscimo e supressão definidos no § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93.
Art. 30. A minuta do futuro contrato deverá ser sempre integrada ao edital do ato convocatório da licitação.
Art. 31. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
Art. 32. Deverá ser mantido um controle de contratos em vigência, analisando os vencimentos e o cumprimento das cláusulas constantemente, garantindo a execução dos mesmos.
Art. 33. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento. Sendo assim, constituem motivo de rescisão do contrato, exemplificativamente:
I. o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
II. lentidão do seu cumprimento, o atraso injustificado ou paralisação da obra, serviço ou fornecimento, sem previa comunicação documental a administração ou sem justificativa;
III. decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado, alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que venha prejudicar a execução do contrato;
IV. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificada e determinada pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

CAPÍTULO II

DO CONTROLE DAS INCONFORMIDADES CONTRATUAIS

Art. 34. O Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias deverá verificar, no relatório apresentado pelo Fiscal do Contrato, o apontamento de não-conformidades, e adotar as seguintes providências:
I –registrar, no cadastro de fornecedor, qualquer descumprimento contratual;
II -notificar a contratada para sanar o descumprimento de prazos nos contratos de prestação de serviços ou obras;
III - notificar a contratada para efetuar a entrega ou substituição de bem com defeito, nos prazos previstos.
§ 1° O Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias deverá encaminhar cópia das notificações dispostas nos incisos II e III deste artigo ao Fiscal do Contrato para acompanhamento.
§ 2° As contratadas deverão ser notificadas, no máximo, por duas vezes, para, em prazo previamente previsto, adotarem providências de saneamento das não- conformidades contratuais.
Art. 35. Se as não-conformidades forem sanadas pela contratada, o relatório deverá ser juntado aos autos, e, caso contrário, o Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias deverá elaborar relatório substanciado e encaminhar ao Chefe do Poder Executivo.
Art. 36. O Chefe do Poder Executivo, com base no relatório disposto no artigo anterior, definirá pela procedência ou não das penalidades a serem aplicadas ao contratado e decidirá pela convocação ou não do segundo colocado no certame licitatório.
§ 1° Caso seja improcedente a aplicação das penalidades, o Chefe do Poder Executivo encaminhará o processo, com a informação, ao

Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias, que comunicará ao Fiscal do Contrato.
§ 2° Caso seja procedente a aplicação de penalidades, o Chefe do Poder Executivo encaminhará o processo à Assessoria Jurídica Geral para emissão de parecer jurídico.
§ 3° Juntado o parecer jurídico aos autos, o Chefe do Poder Executivo informará o contratado sobre a possibilidade da aplicação de penalidades e abertura de processo administrativo, encaminhando o processo ao Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias.
Art. 37. O Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias verificará se a inconformidade foi solucionada.
§ 1° Caso a inconformidade seja solucionada, o Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias informará o Fiscal do Contrato.
§ 2° Se a inconformidade não for solucionada, o Gestor de Contratos,Convênios e Parcerias elaborará relatório devidamente instruído e encaminhará os autos ao Chefe do Poder Executivo, que aplicará as penalidades previstas no contrato e determinará a abertura de processo administrativo, abrindo-se o prazo de 5(cinco) dias úteis para interposição de recurso.
Art.38. Decorrido o prazo,mencionado no§2º do artigo anterior, o Chefe do Poder Executivo verificará se há ou não recurso.
§ 1° Senão houver recurso,o Chefe do Poder Executivo encaminhará o processo à Secretaria de Administração para registro e publicação, que o encaminhará a Comissão nomeada para apuração de possíveis irregularidades, para as providências cabíveis.
§ 2° Se houver recurso,o Chefe do Poder Executivo poderá reconhecê-lo, informando o fato ao Gestor de Contrato, Convênios e Parcerias, que tomará ciência e comunicará o Fiscal do Contrato, ou não reconhecê-lo, adotando as providências do § 1º deste artigo.
CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 39. O Gestor de Contratos, Convênios e Parcerias deverá manter Planilha de Controle de Contratos atualizada com as informações apresentadas nos relatórios do Fiscal do Contrato, em que deverão ser consolidadas as informações
mais relevantes para o acompanhamento da execução dos contratos.
Art. 40. As entidades da Administração Indireta, como unidades orçamentárias e órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Município, sujeitam-se à observância da presente
Instrução Normativa.
Art. 41. Para aplicação à Administração Indireta, quando a presente Instrução Normativa
se referir ao "Chefe do Poder Executivo", leia-se "Diretor" do respectivo órgão.
Art. 42. Não há responsabilidade subsidiária do Município pelo pagamento das contribuições previdenciárias devidas pelo empreiteiro de obra pública.
Art. 43. Se a Administração Pública verificar que o sujeito não liquidou suas dívidas previdenciárias produzidas pela atividade necessária à execução do contrato, cabe o dever de
promover a retenção dos valores necessários a sua liquidação, pagando ao particular os valores
remanescentes (e encaminhando ao órgão previdenciário o montante retido).
Art. 44. A inexecução contratual pode dar origem à responsabilidade civil do contratado.
Art. 45. São integrantes da Normativa os seguintes anexos:
Anexo I – Modelo de Relatório de Acompanhamento da Execução de Serviço
Prestado (ou produto entregue);
Anexo II – Modelo de Registro de Ocorrência;
Anexo III – CkeckList;
Anexo IV –Planilha de Controle de Pagamento para o Gestor de Contratos;
Anexo V –Guia gestão e fiscalização de contrato.
Art.46. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeito Municipal em Execício

Diretor Executivo - PREVISO

Controlador Geral

ANEXO I - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE SERVIÇO PRESTADO (OU PRODUTO ENTREGUE)
CONTRATO Nº:_____/_____
EMPRESA: _____
OBJETO LICITADO:_____
PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO:_____
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: _____
PORTARIA DO FISCAL DE CONTRATO:_____
DESCRIÇÃO DO RELATÓRIO
Com a finalidade de cumprir que dispõe o art. 58 c/c 67 da Lei 8.666/93, e de acordo com as funções acima atribuída para acompanhar a execução do serviço prestado no período de: ____ ou do material entregue na data de:_____ relatamos abaixo os pontos verificados:

VERIFICAÇÃO:				
Descrição da verificação	**R**	**I**	**NA**	**Complementação**
O Contrato esta dentro do prazo de vigência?				
Os pagamentos efetuados estão dentro do valor contratado, ou seja, não ultrapassou o limite contratado?				
A empresa apresentou relatório dos serviços prestados ou material entregue?				
O serviço prestado ou material entregue, esta de acordo com o objeto licitado?				
Em caso de obras e/ou ampliação, consta planilha de medição e esta de acordo com o cronograma físico e financeiro?				
A Nota Fiscal apresentada tem validade e esta corretamente preenchida, contendo a exata descrição do serviço prestado ou material entregue?				
A empresa apresentou as Certidões de Regularidade Fiscal, conforme dispõe cláusula contratual, atualizadas e validas?				
Consta na Nota fiscal retenção do ISS e IRRF?				
Outras verificações julgadas necessárias:				
Legenda: R= RegularI= Irregular NA= Não se aplica				

CONCLUSÃO
Conclusa as verificações e não havendo nenhuma irregularidade constatada, encaminhamos ao Senhor (a) Secretário (a) opinando dar prosseguimento ao processo de despesa. ***(caso houver alguma irregularidade descrever e recomendar)***
(caso houver irregularidade opinar em devolver processo para regularidade)

FULANO DE TAL

Fiscal de Contrato

Portaria nº _____

Sorriso-MT,...../...../.....

Submetemos os autos ao Secretário (a) para de acordo.
Tomado conhecimento dos autos apresentado pelo fiscal de contrato, determino dar prosseguimento ao processo de despesa, referente aos serviços prestados ou material entregue pela Empresa analisada.
(caso não esteja de acordo, descrever prosseguimento sugerido).

FULANO DE TAL

Secretário da Pasta

Sorriso-MT, .../...../.....

ANEXO II
REGISTRO DE OCORRÊNCIAS Nº
CONTRATO Nº
OBJETO DO CONTRATO:
EMPRESA CONTRATADA
ENDEREÇO:

PONTOS DE IRREGULARIDADES:
PRAZO PARA CUMPRIMENTODAS EXIGÊNCIAS:

CIÊNCIA:Estou ciente que o não cumprimento das exigências contidas neste auto, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei 8666/1993, bem como nas cláusulas contratuais. Estou ciente, ainda, do prazo que terei para cumprir com as exigências aqui registradas.	
Recebi primeira via em ____/_____/_____ Hora:_____	
Nome representante da empresa:	**Assinatura:**
Sorriso, __/___/___	
_____	

Gestor (a) de Contrato
_____
Fiscal de Contrato

ANEXO III
CHECK LIST – CONTRATOS ADMINISTRATIVO
EMPRESA:
OBJETO:
VALOR:
N° DO CONTRATO:

CONTRATOS				
PROCEDIMENTOS	SIM	NÃO	N/A	OBSERVAÇÃO
Formalização do termo				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam objeto e seus elementos característicos? (Lei n° 8.666/93, art. 55, I)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam o regime de execução ou a forma de fornecimento? (Lei n° 8.666/93, art. 55, II)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam o preço e as condições de pagamento os critérios data-base e periodicidade do reajustamento de preços os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento? (Lei n° 8.666/93, art. 55, III)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam os prazos de inicio de etapas de execução de conclusão de entrega de observação e de recebimento definitivo conforme o caso? (Lei n° 8.666/93, art. 55, IV)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam o credito pelo qual correrá a despesa com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica? (Lei n° 8.666/93, art. 55, V)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução quando exigidas? (Lei n° 8.666/93, art. 55, VI)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam os direitos e as responsabilidades das partes as penalidades cabíveis e os valores das multas? (Lei n° 8.666/93, art. 55, VII)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam os casos de rescisão? (Lei n° 8.666/93, art. 55, VII)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa? (Lei n° 8.666/93, art. 55, IX)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu ao convite e à proposta do licitante vencedor? (Lei n° 8.666/93, art. 55, XI)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos? (Lei n° 8.666/93, art. 55, XII)				
O contrato possui cláusulas que estabeleçam a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação? (Lei n° 8.666/93, art. 55, XIII)				
O contrato possui cláusulas que determinem o seu prazo de vigência? (Lei n° 8.666/93, art. 57, Inciso 3°)				
O contrato menciona os nomes das partes e os de seus representantes a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição das contratantes as legislações e às cláusulas contratuais? (Lei n° 8.666/93, art. 61)				
As garantias exigidas limitaram-se a 5% do valor contratado? (Lei n° 8.666/93, art. 56, inciso 2°)				
A duração do contrato (excetuando-se aqueles cujos produtos estão previstos no PPA, aos serviços de natureza contínua e a locação de equipamentos e utilização de programas de informática) ficou adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários? (Lei n° 8.666/93, art. 57)				
Não há cláusulas que permitam o reajustamento do contrato (correção monetária) com prazo inferior a um ano? (Lei n° 9.069/95, art. 28, inciso 1°)				
EXECUÇÃO CONTRATUAL				
1. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial que e condição indispensável para sua eficácia foi providenciada pela Administração ate o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data? (Lei n° 8.666/93, art. 61, parágrafo único)				
2. As alterações contratuais em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto respeitaram o limite de 25% (serviços ou compras) do valor inicial atualizado do contrato? (Lei n° 8.666/93, art. 65, I, "b"combinado com o Inciso 1° do mesmo artigo)				
3. Havendo necessidade de recomposição dos preços contratados (manutenção do equilíbrio econômico-financeiro), há comprovação da existência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porem de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Lei n° 8.666/93, art. 65, II, "d")				
4. Não houve reajustamento de preços (correção monetária) em prazo inferior a um ano. (Lei n° 9.069/95, art. 28, inciso 1°)				
5. Houve acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte de representante da Administração especialmente designado? (Lei n° 8.666/93, art. 67)				
6. Há comprovação de recolhimento por parte da contratada das obrigações trabalhistas e previdenciárias? (Lei n° 8.666/93, art. 71, Inciso 2° e Enunciado 331 - TST)				
7. Em se tratando de serviços com valor superior a R$ 80 mil, o objeto foi recebido provisoriamente, pelo responsável seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado? (Lei n° 8.666/93, art. 73, I, "a" combinado com art. 74, III)				
8. Em se tratando de serviços, o objeto foi recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais? (Lei n° 8.666/93, art. 73, I, "b")				
9. Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, o objeto foi recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação e definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade de material e conseqüente aceitação? (Lei n° 8.666/93, art. 73, II, "a")				

SETOR DE CONTRATOS:
Verificado por:_____em:_____/_____/_____.
Assinatura:_____ ___.

Contratada:
Objeto:
Início:
Vencimento:

ANEXO IV	
PLANILHA DE CONTROLE DE PAGAMENTOS ***GESTOR DE CONTRATOS***	**CONTRATO Nº**

Valor Original:	**R$ 0,00**	**Valor PAGO**	**R$ 0,00**	**0,00%**
Valor Aditivos:	**R$ 0,00**	**Resta PAGAR**	**R$ 0,00**	**100,00%**
Valor TOTAL:	**R$ 0,00**			

ADITIVOS				**VALOR PAGO**			
DATA		**Valor Aditivo**	**% valor original**	**DATA**		**Valor PAGO**	**% valor total**
1			0,00%	**1**			0,00%
2			0,00%	**2**			0,00%
3			0,00%	**3**			0,00%
4			0,00%	**4**			0,00%
5			0,00%	**5**			0,00%
6			0,00%	**6**			0,00%
7			0,00%	**7**			0,00%
8			0,00%	**8**			0,00%
9			0,00%	**9**			0,00%
10			0,00%	**10**			0,00%
11			0,00%	**11**			0,00%
12			0,00%	**12**			0,00%
13			0,00%	**13**			0,00%
14			0,00%	**14**			0,00%
15			0,00%	**15**			0,00%
16			0,00%	**16**			0,00%
17			0,00%	**17**			0,00%
18			0,00%	**18**			0,00%
19			0,00%	**19**			0,00%
20			0,00%	**20**			0,00%
Valor total		**R$ 0,00**	**0,00%**	**Valor total**		**R$ 0,00**	**0,00%**

LAÉRCIO COSTA GARCIA

ADÉLIO DALMOLIN

EDERSON DAL MOLIN

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:06177048

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO VI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)			LRF-Cidadão - 9.31 - 31/01/14
ESPECIFICAÇÃO	**SALDO**		
	Em 31 Dez 2012 (a)	**Em 31 Out 2013 (b)**	**Em 31 Dez 2013 (c)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.709.502,80	3.056.942,60	2.943.629,02
DEDUÇÕES (II)	57.295.069,28	59.863.466,88	56.079.702,03
Ativ o Disponiv el	59.732.659,44	59.924.035,82	56.126.724,68

Hav eres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.437.590,16	60.568,94	47.022,65
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-53.585.566,48	-56.806.524,28	-53.136.073,01
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**-53.585.566,48**	**-56.806.524,28**	**-53.136.073,01**

ESPECIFICAÇÃO	**PERÍODO DE REFERÊNCIA**	
	No Bimestre (c - b)	**Jan a Dez 2013 (c - a)**
RESULTADO NOMINAL	3.670.451,27	449.493,47

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	**VALOR**
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	598.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	**SALDO**		
	Em 31 Dez 2012 (a)	**Em 31 Out 2013 (b)**	**Em 31 Dez 2013 (c)**
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	48.490.325,59	50.637.992,41	49.445.184,08
Ativ o Disponiv el	48.506.135,04	50.637.992,41	49.445.184,08
Inv estimentos	0,00	0,00	0,00
Hav eres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	15.809,45	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (VIII - IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:83A4D8FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2014
TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2013

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Teste Seletivo Simplificado 003/2013, resolve:
CONVOCAR
Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Teste Seletivo Simplificado nº 003/2013, homologado através do decreto nº 006 de 30 de janeiro de 2014 para, no período de 07 a 13 de fevereirode 2014, comparecerem na Secretaria Municipal de Educação e Cultura nos horários 7h às 11h e das 13h às 15h para retirar a lista de documentação necessária à contratação.

CARGO: PROFESSOR

EDUCAÇÃO FÍSICA – 40 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
26º	JOSÉ LUIS DA SILVA	6,31	CLASSIFICADO

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
12º	MARCELO GUERRA CHAMORRA	7,38	CLASSIFICADO
13º	MARIVANIA DE SOUZA SILVA	7,38	CLASSIFICADO
14º	ERIC GUSTAVO DA SILVA	7,38	CLASSIFICADO
15º	SONIA RABELO	7,25	CLASSIFICADO
16º	EDUARDO TEODORO RODRIGUES	7,25	CLASSIFICADO
17º	JULIO CESAR PAULINO BRITO	7,25	CLASSIFICADO
18º	HELENN VANESSA SOUZA ROSA	7,06	CLASSIFICADO
19º	DANIELI APARECIDA CANZI	7,06	CLASSIFICADO
20º	IVAN CARLOS LOFFI	7,06	CLASSIFICADO
21º	SONIA REGINA DE OLIVEIRA	6,94	CLASSIFICADO
22º	VINICIUS MOSTAÇO DA FONSECA	6,88	CLASSIFICADO
23º	JOEL ROSA DE JESUS	6,75	CLASSIFICADO
24º	KATIA ALVES DE OLVEIRA	6,56	CLASSIFICADO
25º	DIULIA CAROLINE DA SILVA	6,25	CLASSIFICADO
26º	LUCIANO DA PAIXÃO	6,13	CLASSIFICADO
27º	JONISON MEIRA ARAÚJO	6,13	CLASSIFICADO
28º	MARIO SERGIO RIBEIRO MALHEIROS	5,75	CLASSIFICADO
29º	MARCOS THIAGO STABILE DOS SANTOS	5,44	CLASSIFICADO
30º	CASSIANO BOLONHA GONSALVES	4,06	CLASSIFICADO
31º	DIEGO BELMIRO RODRIGUES	3,44	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE PEDAGOGIA – 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	TOTAL	SITUAÇÃO
76º	VANUSA FATIMA VASSOLER GALVAN	7,06	CLASSIFICADO
77º	EDENA CRISTINA BROCH	7,06	CLASSIFICADO
78º	IRISLEUDE SARDINHA SILVA	7,06	CLASSIFICADO
79º	ALINE FERNANDA KERBER	7,06	CLASSIFICADO
80º	ADRIANA MOREIRA DOS SANTOS	7,06	CLASSIFICADO
81º	VANUSA DOS SANTOS ROSA	7,06	CLASSIFICADO
82º	VIVIANE LAMÔNICA BORGES DA SILVA	7,06	CLASSIFICADO
83º	RAQUEL VENÂNCIO	7,06	CLASSIFICADO
84º	CAMILA APARECIDA ORTIZ	7,06	CLASSIFICADO
85º	MARIA APARECIDA STUANI	6,94	CLASSIFICADO
86º	CARMEN MARLENE DE LIMA TONIN	6,94	CLASSIFICADO
87º	LEONICE BECKER	6,94	CLASSIFICADO
88º	EULINA EDWIRGES DE MACEDO FERNANDES BRAGA	6,94	CLASSIFICADO
89º	AGNA FERNANDES	6,94	CLASSIFICADO
90º	ERNA SCHEER HECK	6,88	CLASSIFICADO
91º	ZENEIDE MUINASKI FERRAZ	6,88	CLASSIFICADO
92º	NEUZA MARCELINA LOPES	6,88	CLASSIFICADO
93º	MARIA AUXILIADORA MENDES DE MELO	6,88	CLASSIFICADO
94º	VANESSA SALVADOR AGUIAR	6,88	CLASSIFICADO
95º	LUCIA MARIA DOS SANTOS VEIGA	6,81	CLASSIFICADO
96º	MATERNI MARIA CARDOSO	6,75	CLASSIFICADO
97º	CLEONICE DA SILVA	6,75	CLASSIFICADO
98º	LEIA MAZUCHINI ALMEIDA	6,75	CLASSIFICADO
99º	LUCILÉIA YASUKO MURAI COUTO	6,75	CLASSIFICADO
100º	MADALENA LOPES DA SILVA	6,75	CLASSIFICADO
101º	CHARLENE MULLER DA SILVA	6,75	CLASSIFICADO
102º	LUCIANE ROSA SOARES	6,75	CLASSIFICADO
103º	ANGELICA BARP	6,75	CLASSIFICADO
104º	MARIA NEUZA MARTOS RAMOS	6,63	CLASSIFICADO
105º	MARIA APARECIDA CHILANTE	6,63	CLASSIFICADO
106º	SHEILA FOSCHINI ROCHA	6,63	CLASSIFICADO
107º	ILZA MARIA DA SILVA	6,63	CLASSIFICADO
108º	MARILENE ALVES LIMA	6,63	CLASSIFICADO
109º	GILIANE ARIM DE CARVALHO	6,56	CLASSIFICADO
110º	PAULA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES	6,56	CLASSIFICADO
111º	VIVIAN CARLA DOS SANTOS VIANA	6,56	CLASSIFICADO
112º	JOSIANE FURLAN	6,56	CLASSIFICADO
113º	DANIELA JOSEFINA DE ANDRADE	6,56	CLASSIFICADO
114º	KARINE MICHELON PAULINI	6,56	CLASSIFICADO
115º	LOURDES BERNARDETE POSSATTO	6,44	CLASSIFICADO
116º	FRANCISCA SILVA COUTINHO	6,44	CLASSIFICADO
117º	CLADIS ROSÉLIA JAGNOW	6,44	CLASSIFICADO
118º	DAIANE KRUG	6,44	CLASSIFICADO
119º	GLEIDE MAURICIA DA SILVA	6,38	CLASSIFICADO
120º	CLAUDINEIA DA SILVA MACEDO	6,38	CLASSIFICADO
121º	ROSANGELA HERCULE DA SILVEIRA	6,25	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
9º	SONIA APARECIDA MARTINS	5,25	CLASSIFICADO
10º	ADRIANA RODRIGUES	4,06	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE HISTÓRIA - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
14º	ERONILDE DE FATIMA OLIVEIRA	6,00	CLASSIFICADO
15º	SIRDIONE MARIA BORTOLANZA DI DOMENICO	5,63	CLASSIFICADO
16º	LÉIA DIAS LOPES	5,25	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - 40 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
7º	DEISI MICHELI BAUER	6,19	CLASSIFICADO
8º	FRANCIELI SILVEIRA DE AGUIAR	5,81	CLASSIFICADO

9º	EDVALDO BELICE ORLANDINI	5,63	CLASSIFICADO
10º	ROMARIO SIDRONE DE SOUZA	5,06	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
15º	LOIVA IDALINA LAND	5,25	CLASSIFICADO
16º	FRANCIANE LOPES DOS SANTOS	4,44	CLASSIFICADO
17º	ELIANE MARIA TRES DALMAGRO	4,25	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE INGLÊS - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
8º	VANIA SOARES DA SILVA AMANCIO	3,31	CLASSIFICADO
9º	CASSILDA MARQUES DA SILVA	2,50	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE ARTES - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
2º	ANDRÉA PACHECO	6,63	CLASSIFICADO
3º	LILIAN KELLY DOS SANTOS GAIA	3,63	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - 40 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
6º	NAYANE THAIS DA SILVA	6,19	CLASSIFICADO
7º	JÉSSIKA MARIA APARECIDA GODOY DA SILVA LOPES TEIXEIRA	5,56	CLASSIFICADO
8º	CAMILA HOCHSPRUNG CRUZ	5,31	CLASSIFICADO

Os candidatos que não tiverem condições de comparecer no horário previamente estabelecido não terão prejuízo em seu contrato, apenas na condição de escolha de aula e/ou turma.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 07 de fevereiro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:478454DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2014
TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2013

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, e em atendimento ao Edital de Teste Seletivo Simplificado 003/2013, resolve:
CONVOCAR
Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Teste Seletivo Simplificado nº 003/2013, homologado através do decreto nº 006 de 30 de janeiro de 2014 para, no período de 07 a 13 de fevereirode 2014, comparecerem na Secretaria Municipal de Educação e Cultura nos horários 7h às 11h e das 13h às 15h para retirar a lista de documentação necessária à contratação.

CARGO: PROFESSOR

EDUCAÇÃO FÍSICA – 40 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
26º	JOSÉ LUIS DA SILVA	6,31	CLASSIFICADO

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
12º	MARCELO GUERRA CHAMORRA	7,38	CLASSIFICADO
13º	MARIVANIA DE SOUZA SILVA	7,38	CLASSIFICADO
14º	ERIC GUSTAVO DA SILVA	7,38	CLASSIFICADO
15º	SONIA RABELO	7,25	CLASSIFICADO
16º	EDUARDO TEODORO RODRIGUES	7,25	CLASSIFICADO
17º	JULIO CESAR PAULINO BRITO	7,25	CLASSIFICADO
18º	HELENN VANESSA SOUZA ROSA	7,06	CLASSIFICADO
19º	DANIELI APARECIDA CANZI	7,06	CLASSIFICADO
20º	IVAN CARLOS LOFFI	7,06	CLASSIFICADO
21º	SONIA REGINA DE OLIVEIRA	6,94	CLASSIFICADO
22º	VINICIUS MOSTAÇO DA FONSECA	6,88	CLASSIFICADO
23º	JOEL ROSA DE JESUS	6,75	CLASSIFICADO
24º	KATIA ALVES DE OLVEIRA	6,56	CLASSIFICADO
25º	DIULIA CAROLINE DA SILVA	6,25	CLASSIFICADO
26º	LUCIANO DA PAIXÃO	6,13	CLASSIFICADO
27º	JONISON MEIRA ARAÚJO	6,13	CLASSIFICADO
28º	MARIO SERGIO RIBEIRO MALHEIROS	5,75	CLASSIFICADO
29º	MARCOS THIAGO STABILE DOS SANTOS	5,44	CLASSIFICADO
30º	CASSIANO BOLONHA GONSALVES	4,06	CLASSIFICADO
31º	DIEGO BELMIRO RODRIGUES	3,44	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE PEDAGOGIA – 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	TOTAL	SITUAÇÃO
76º	VANUSA FATIMA VASSOLER GALVAN	7,06	CLASSIFICADO
77º	EDENA CRISTINA BROCH	7,06	CLASSIFICADO
78º	IRISLEUDE SARDINHA SILVA	7,06	CLASSIFICADO
79º	ALINE FERNANDA KERBER	7,06	CLASSIFICADO
80º	ADRIANA MOREIRA DOS SANTOS	7,06	CLASSIFICADO
81º	VANUSA DOS SANTOS ROSA	7,06	CLASSIFICADO
82º	VIVIANE LAMÔNICA BORGES DA SILVA	7,06	CLASSIFICADO
83º	RAQUEL VENÂNCIO	7,06	CLASSIFICADO
84º	CAMILA APARECIDA ORTIZ	7,06	CLASSIFICADO
85º	MARIA APARECIDA STUANI	6,94	CLASSIFICADO
86º	CARMEN MARLENE DE LIMA TONIN	6,94	CLASSIFICADO
87º	LEONICE BECKER	6,94	CLASSIFICADO
88º	EULINA EDWIRGES DE MACEDO FERNANDES BRAGA	6,94	CLASSIFICADO
89º	AGNA FERNANDES	6,94	CLASSIFICADO
90º	ERNA SCHEER HECK	6,88	CLASSIFICADO
91º	ZENEIDE MUINASKI FERRAZ	6,88	CLASSIFICADO
92º	NEUZA MARCELINA LOPES	6,88	CLASSIFICADO
93º	MARIA AUXILIADORA MENDES DE MELO	6,88	CLASSIFICADO
94º	VANESSA SALVADOR AGUIAR	6,88	CLASSIFICADO
95º	LUCIA MARIA DOS SANTOS VEIGA	6,81	CLASSIFICADO
96º	MATERNI MARIA CARDOSO	6,75	CLASSIFICADO
97º	CLEONICE DA SILVA	6,75	CLASSIFICADO
98º	LEIA MAZUCHINI ALMEIDA	6,75	CLASSIFICADO
99º	LUCILÉIA YASUKO MURAI COUTO	6,75	CLASSIFICADO
100º	MADALENA LOPES DA SILVA	6,75	CLASSIFICADO
101º	CHARLENE MULLER DA SILVA	6,75	CLASSIFICADO
102º	LUCIANE ROSA SOARES	6,75	CLASSIFICADO
103º	ANGELICA BARP	6,75	CLASSIFICADO
104º	MARIA NEUZA MARTOS RAMOS	6,63	CLASSIFICADO
105º	MARIA APARECIDA CHILANTE	6,63	CLASSIFICADO
106º	SHEILA FOSCHINI ROCHA	6,63	CLASSIFICADO
107º	ILZA MARIA DA SILVA	6,63	CLASSIFICADO
108º	MARILENE ALVES LIMA	6,63	CLASSIFICADO
109º	GILIANE ARIM DE CARVALHO	6,56	CLASSIFICADO
110º	PAULA CRISTINA BARBOSA GONÇALVES	6,56	CLASSIFICADO
111º	VIVIAN CARLA DOS SANTOS VIANA	6,56	CLASSIFICADO
112º	JOSIANE FURLAN	6,56	CLASSIFICADO
113º	DANIELA JOSEFINA DE ANDRADE	6,56	CLASSIFICADO
114º	KARINE MICHELON PAULINI	6,56	CLASSIFICADO
115º	LOURDES BERNARDETE POSSATTO	6,44	CLASSIFICADO
116º	FRANCISCA SILVA COUTINHO	6,44	CLASSIFICADO
117º	CLADIS ROSÉLIA JAGNOW	6,44	CLASSIFICADO
118º	DAIANE KRUG	6,44	CLASSIFICADO
119º	GLEIDE MAURICIA DA SILVA	6,38	CLASSIFICADO
120º	CLAUDINEIA DA SILVA MACEDO	6,38	CLASSIFICADO
121º	ROSANGELA HERCULE DA SILVEIRA	6,25	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE GEOGRAFIA - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
9º	SONIA APARECIDA MARTINS	5,25	CLASSIFICADO
10º	ADRIANA RODRIGUES	4,06	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE HISTÓRIA - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
14º	ERONILDE DE FATIMA OLIVEIRA	6,00	CLASSIFICADO
15º	SIRDIONE MARIA BORTOLANZA DI DOMENICO	5,63	CLASSIFICADO
16º	LÉIA DIAS LOPES	5,25	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE MATEMÁTICA - 40 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
7º	DEISI MICHELI BAUER	6,19	CLASSIFICADO
8º	FRANCIELI SILVEIRA DE AGUIAR	5,81	CLASSIFICADO
9º	EDVALDO BELICE ORLANDINI	5,63	CLASSIFICADO
10º	ROMARIO SIDRONE DE SOUZA	5,06	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
15º	LOIVA IDALINA LAND	5,25	CLASSIFICADO
16º	FRANCIANE LOPES DOS SANTOS	4,44	CLASSIFICADO
17º	ELIANE MARIA TRES DALMAGRO	4,25	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE INGLÊS - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
8º	VANIA SOARES DA SILVA AMANCIO	3,31	CLASSIFICADO
9º	CASSILDA MARQUES DA SILVA	2,50	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE ARTES - 20 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
2º	ANDRÉA PACHECO	6,63	CLASSIFICADO
3º	LILIAN KELLY DOS SANTOS GAIA	3,63	CLASSIFICADO

PROFESSOR DE CIÊNCIAS - 40 HORAS			
COLOCAÇÃO	CANDIDATO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO
6º	NAYANE THAIS DA SILVA	6,19	CLASSIFICADO
7º	JÉSSIKA MARIA APARECIDA GODOY DA SILVA LOPES TEIXEIRA	5,56	CLASSIFICADO
8º	CAMILA HOCHSPRUNG CRUZ	5,31	CLASSIFICADO

Os candidatos que não tiverem condições de comparecer no horário previamente estabelecido não terão prejuízo em seu contrato, apenas na condição de escolha de aula e/ou turma.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 07 de fevereiro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:41291716

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.303, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

Declara de Utilidade Pública a Pastoral da Pessoa Idosa no Município de Sorriso, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a **PASTORAL DA PESSOA IDOSA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.234.458/0001-54 em 25 de Janeiro de 2005, com sede na Rua Manoel Eufrásio, 78, Bairro Juvevê, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º Para que a **PASTORAL DA PESSOA IDOSA** usufrua de todos os benefícios previstos, decorrentes da presente lei, deverá cumprir fielmente as suas funções de acordo com o que estabelece seu Estatuto, conforme cópia em anexo, parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Cessarão os efeitos da declaração de Utilidade Pública quando a beneficiada:

I – Não requerer perante o Município a expedição do necessário Alvará de Licença, válido por 01 ano, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da respectiva Lei;

II – Não requerer a renovação de seu Alvará de Licença, no prazo de 90 (noventa) dias, contados de seu vencimento;

III – Substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar os serviços neles compreendidos;

IV – Alterar a sua razão social ou denominação e não comunicar a Câmara Municipal de Sorriso, no prazo de 90 (noventa) dias contados do registro público, a necessária alteração da Lei respectiva.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:2BC1675D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.304, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

Desafeta o Lote Urbano 01B, Quadra 15, Loteamento Residencial Colinas e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei

Art. 1o Fica desafetado o Lote Urbano 1B, quadra 15, situado no Loteamento Residencial Colinas, Sorriso - MT, com área de 9.600 (nove mil e seiscentos metros quadrados), com os seguintes limites e confrontações: Frente para a Rua das Sucupiras, medindo 80,00m; fundos para o lote 05, da quadra 81 do Loteamento Jardim Aurora, medindo 5,00m, para a Rua das Goiabeiras, medindo 15,00m, para o lote 06 da quadra 82 do Loteamento Jardim Aurora, medindo 30,00m, para o lote 05 da quadra 82 do Loteamento Jardim Aurora, medindo 30,00m, totalizando 80,00m, lado direito para o Lote 01A, medindo 120,00m, lado esquerdo para a Rua das Seringueiras, medindo 120,00m.

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:66B27092

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.305, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial para obras complementares de drenagem e pavimentação asfáltica nos Distritos de Primavera e Boa Esperança, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito adicional especial nos termos do art. 41, inciso II da Lei Federal 4.320/64 para atender a despesas com Pavimentação Asfáltica e Obras Complementares de Drenagem de Águas Pluviais nos Distritos de Primavera e Boa Esperança no valor de até R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) à seguinte rubrica:

05- Secretaria Munic. de Transporte
05.001 – Gabinete do Secretário
05.001.26 – Transporte
05.001.26.782 –Transporte Rodoviário
05.001.26.782 .0039– Infra Estrutura de Transporte
05.001.26.782 .0039.1.201 – Drenagem e Pavimentação nos Distritos de Primavera e Boa Esperança
449051.00.00 – Obras e Instalações– R$ 2.500.000,00

Art. 2º Para atender ao credito adicional especial previsto no Artigo anterior será anulada parcialmente dotação, no valor de até R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), nos termos do Art. 43, § 1º, inciso III à seguinte rubrica orçamentária:

06 – Secretaria Municipal de Desenv. Rural e Meio Ambiente
06.001.20.607.0018.1.030 – Implan Proj de Irrigação no Assent. Jonas Pinheiro
449051.00.00(231) – Obras e Instalações.....R$ 2.500.000,00

Art. 3º Fica incluso na Lei 2.241 de 10/09/2013 que dispõe sobre o PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2014-2017 e na Lei 2.258 de 06 de Novembro de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para 2014 a Ação e Meta – Drenagem e Pavimentação nos Distritos de Primavera e Boa Esperança.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:3E5C5C17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.306, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial para conclusão da obra do Centro de Eventos, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito adicional especial nos termos do art. 41, inciso II da Lei Federal 4.320/64 para atender a conclusão de obra de Construção do Centro de Eventos, no valor de até R$ 383.000,00 (trezentos e oitenta e três mil reais), à seguinte Rubrica:

09- Secretaria Munic. de Indústria, Comércio e Turismo
09.001 – Gabinete do Secretário
09.001.23 – Comercio e Serviços
09.001.23.661 – Promoção Industrial
09.001.23.665 .0034– Gestão e Manutenção Semictur
09.001.23.665 .0034.-1.200 – Construção do Centro de Eventos
449051.00.00 – Obras e Instaçaoes– R$ 303.000,00
449052.00.00 – R$ 80.000,00

Art.2º Para atender ao credito adicional especial previsto no Artigo anterior serão anuladas parcialmente dotações, no valor de até R$ 383.000,00 (trezentos e oitenta e três mil reais), nos termos do Art. 43, § 1º, inciso III à seguinte rubrica orçamentária:

14 – Secretaria Municipal da Cidade
14.001.15.451.0028.1.119 – Renovação da Frota
449052.00.00(522) – Equipto e Mat Permanente.....R$ 60.000,00

14.001.15.451.0028.1.121 – Reestruturação do Setor de Análise do Departamento
339039.00.00(532) – Outros Serv. Pessoa Jurídica – R$ 80.000,00

14.001.15.451.0010.1.115 – Construção de Prédio Público para Central de Monitoramento
4490.51.00.00(527) – Obras e instalações – R$ 243.000,00

Art. 3º Fica incluso na Lei 2.241 de 10/09/2013 que dispõe sobre o PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2014-2017 e na Lei 2.258 de 06 de Novembro de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para 2014 a Ação e Meta – Construção do Centro de Eventos.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:E1CCAE4A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI COMPLEMENTAR Nº 191, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2014.

Altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 188/2013, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Sorriso aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei Complementar nº 188, de 22 de outubro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a contratar 200 (duzentos) professores 20 horas e 133 (cento e trinta e três) professores 40 horase 15 (quinze) motoristas em caráter excepcional, para substituir as eventuais licenças de servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através de teste seletivo simplificado, nos termos da Lei Complementar nº 187, de 22 de outubro de 2013. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 05 de fevereiro de 2014.

DILCEU ROSSATO
Prefeito Municipal

MARILENE FELICITÁ SAVI
Secretária de Administração

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:0B9D08F1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ
RESULTADO DE EDITAL DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT
RESULTADO DE EDITAL DE LICITAÇÃO.
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO N° 01/2014
A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Tabaporã– MT, torna publico aos interessados que, o edital de Tomada de Preço **n° 01/2014**, cujo Objeto é: contratar empresa para execução de obras para construção de Unidade Básica de Saúde , área a construir de 324,51m² no Assentamento Mercedes I e II no Município de Tabaporã-MT. Cuja abertura se deu as 09:00 hs do dia 06/02/2014 e sagrou-se vencedora do certame a empresa, MENDANHA CONSTRUTORA LTDA-ME, inscrita no CNPJ Nº 04.613.404/0001-01 com sede na Rua Marília nº 798-S, Bairro-Jardim Santa Maria, Município de Juara/MT, com a proposta no valor global de R$ 407.991,80.
Tabapora-MT. 06 de Fevereiro de 2014.

HANNA PAULA LUDKE.
Presidente da CPL

Publicado por:
Antonio Batista da Mota
Código Identificador:46A161CB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

A Câmara Municipal de Tangará da Serra – MT torna pública a formalização do contrato abaixo:

CONTRATO: 007/2014

OBJETO: Aquisição de Combustíveis
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT.
CONTRATADA: A. PIVA E PIVA LTDA
VALOR GLOBAL: R$ 12.211,00 (doze mil duzentos e onze reais).

Tangará da Serra-MT, 06 de fevereiro de 2014.

ASSINATURA NO ORIGINAL

WELITON ÚNGARO DUARTE
Presidente

Publicado por:
Lauro José Vaccari Garcia
Código Identificador:30B76147

CÂMARA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/PP/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, por meio do pregoeiro designado pelo Ato do Presidente através da Portaria nº 002 de 06 de janeiro de 2014, torna público à sociedade e aos demais interessados a abertura do Processo Licitatório 003/2014 da Câmara Municipal de Tangará da Serra, que será realizado na modalidade Pregão Presencial para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PROCESSAMENTO DE DADOS** conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I do Edital. Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação serão recebidos no **dia 14 de fevereiro de 2014 às 14:00 horas**. Maiores informações e o edital na íntegra estará disponível no site **http://www.camaratga.mt.gov.br/** ou na Câmara Municipal, sito à Rua Julio Martinez Benevides nº 195 S, centro, em Tangará da Serra-MT, no horário de atendimento ao público, das 7:00 às 11:00 h e das 13:00 às 17:00 h.
Tangará da Serra-MT 31 de janeiro de 2014.

ASSINATURA NO ORIGINAL

CAIO GARCIA DA SILVEIRA
-Pregoeiro-

Publicado por:
Lauro José Vaccari Garcia
Código Identificador:5126008A

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 005/2014 - CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 010/2013

O Prefeito do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, Sr. LUIZ UMBERTO EICKHOFF, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 010/2013 realizado no dia 26 de janeiro de 2014 e homologado através do Decreto Nº 011/2014, de 04 de fevereiro de 2014, conforme anexo "I" a este edital.
Os convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos do Município de Tapurah, sito na Av. Rio de Janeiro, nº 125, Centro, no prazo de 30(trinta) dias, munidos de cópia dos documentos pessoais necessários para a Admissão, em atendimento ao item 24 do Edital 001/2013. O não comparecimento no prazo implicará na desistência do aprovado convocado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de 2014.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wenda Moreira Bicalho
Código Identificador:5EEAEC56

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 138.2013/SMAPF/PMT

INEXIGIBILIDADE Nº10 CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 02/2013

PUBLICAÇÃO DA RATIFICAÇÃO

OBJETO: Seleção de empresa do segmento da construção civil, para execução de projeto e obras, consubstanciados na produção de 30 (trinta) unidades habitacionais, residenciais horizontais para atender as necessidades de moradia da população de baixa rendado do Município de Tapurah – MT.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.
CONTRATADA: IMOBILIÁRIA PAIAGUAS LTDA
Tapurah – MT, 07 de fevereiro de 2014.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:815CAFF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 008.2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2014 REGISTRO DE PREÇOS 005/2014
AVISO DE RESULTADO

O Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro, instituído pela Portaria nº 196, de 22 de julho de 2013, torna público, o resultado da licitação Pregão Presencial 008/2014, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", regida pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar 123/06 e demais legislação aplicável, tendo por objeto a **contratação de pessoa jurídica para futura e eventual aquisição de material de consumo hospitalar, resgate e material laboratorial para atender a demanda e a necessidade do hospital Municipal**. Nesta, sagrou-se vencedora as empresas: IBF – INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A foi declarada vencedora com o valor global de R$ 26.067,84 (vinte e seis mil sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), a empresa L.P COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICO LTDA - EPP foi declarada vencedora com o valor global de R$ 712,40 (setecentos e doze reais e quarenta centavos), a empresa CIRURGICA GONCALVES LTDA. - ME foi declarada vencedora com o valor global de R$ 504,00 (quinhentos e quatro reais), a empresa NORGE PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUCOES EM SAUDE LTDA com o valor global de R$ 6.363,20 (seis mil trezentos e sessenta e três reais e vinte centavos) e a empresa BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA – ME foi declarada vencedora com o valor global de R$ 34.652,16 (trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos).

Tapurah - MT, 07 de fevereiro de 2014.

ROSANI DA CUNHA BUGARIO
Pregoeira

Publicado por:
Rosani da Cunha Bugario
Código Identificador:05180CCA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO I

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a DEZ/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	LRF Cidadão 9.31 - 23/01/14
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
	Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.095.549,29
Pessoal Ativo	11.581.157,64
Pessoal Inativo e Pensionista	514.391,65
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	538.274,93
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	538.274,93
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIA SOCIAL (III)¹	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	11.557.274,36
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	21.892.009,64
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	52,79
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.821.685,21
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	11.230.600,95
¹ Valores referentes à mov imentação f inanceira concedida ao RPPS relativ os à contribuição patronal.	
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:120FE39C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO II

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II			LRF Cidadão 9.31 - 23/01/14	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	0,00	2.984.222,04	2.984.222,04	2.984.222,04
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	2.984.222,04	2.984.222,04	2.984.222,04
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	2.984.222,04	2.984.222,04	2.984.222,04
Previdenciárias	0,00	2.984.222,04	2.984.222,04	2.984.222,04
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)¹	8.021.400,71	10.005.583,71	8.097.070,55	5.554.403,08
Ativo Disponível	8.045.350,85	10.005.583,71	8.097.070,55	5.843.008,26
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	23.950,14	0,00	0,00	288.605,18
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	20.965.414,39	21.252.302,17	21.515.707,29	21.892.009,64
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00	14,04	13,87	13,63
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:2B339B19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO III

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III				
GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	20.965.414,39	21.252.302,17	21.515.707,29	21.892.009,64
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITEDEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO	22,00	22,00	22,00	22,00

FEDERAL %				
CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:02F8DFFC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO IV

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2013

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV	LRF-Cidadão - 9.31 - 23/01/14
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:43909030

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO V

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013

LRF, art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo V			LRF Cidadão 9.31 - 23/01/14
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	2.228.451,72
Caixa	0,00	Depósitos	377.381,42
Bancos	0,00	Restos a Pagar Processados	1.851.070,30
Conta Movimento	0,00	Do Exercício	1.562.465,12
Contas Vinculada	0,00	De Exercícios Anteriores	288.605,18
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00		
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	2.228.451,72
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	2.228.451,72	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	-
TOTAL	2.228.451,72	TOTAL	2.228.451,72
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(III)			92.609,74
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			-
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	5.843.008,26	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	0,00
Caixa	0,00	Depósitos	0,00
Bancos	28.952,17	Restos a Pagar Processados	0,00
Conta Movimento	28.952,17	Do Exercício	0,00
Contas Vinculada	0,00	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	5.814.056,09	Outras Obrigações Financeiras	0,00
Outras Disponibilidades Financeiras	0,00		
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)	5.843.008,26
TOTAL	5.843.008,26	TOTAL	5.843.008,26
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO(VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII) = (VI - VII)			5.843.008,26
FONTE:			
Nota:			

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:358D5F58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO VI

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013
LRF Cidadão 9.31 - 23/01/14

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI					
ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Processados Inscritos		Suf iciêcia antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Processados	
	Exercícios Anteriores	Do Exercício		Inscritos Do Exercício	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	287.542,94	1.562.465,12	0,00	92.609,74	0,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.062,24	923,42	5.843.008,26	0,00	0,00
TOTAL	288.605,18	1.563.388,54	5.843.008,26	92.609,74	0,00

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:3EC3C1C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO VI

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2013
LRF Cidadão 9.31 - 23/01/14

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Processados Inscritos		Suf iciêcia antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Processados	
	Exercícios Anteriores	Do Exercício		Inscritos Do Exercício	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
Amortização da Dívida	0,00	10.561,22		0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00		0,00	0,00
Investimentos	23.950,14	24.094,20		87.209,74	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	107,98		0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	233.078,82	996.923,87		5.400,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	315.150,41	530.777,85		0,00	0,00
TOTAL	572.179,37	1.562.465,12	5.843.008,26	92.609,74	0,00

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:4DB4AB6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO VII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 23/01/14				
RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)				
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	20.288.900,00	4.636.814,59	22.788.371,68	23.970.399,52
Receita Tributária	1.047.500,00	325.592,26	1.719.920,62	1.390.787,68
IPTU	65.000,00	2.758,10	75.083,31	69.616,07
ISS	263.000,00	134.742,29	510.212,19	712.708,62
ITBI	102.000,00	26.030,38	166.850,35	167.031,94
IRRF	471.500,00	152.250,66	817.326,53	324.190,27
Taxas	145.000,00	9.810,83	150.448,24	117.240,78
Contribuição de Melhoria	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	1.264.000,00	92.650,55	1.117.070,36	1.463.469,10
Receita Prev idenciária	939.000,00	62.086,16	901.839,29	1.055.589,88
Outras Contribuições	325.000,00	30.564,39	215.231,07	407.879,22
Receita Patrimonial Líquida	355.100,00	55.918,16	350.803,29	782.937,45
Receita Patrimonial	541.200,00	78.872,75	483.504,29	960.042,73
(-) Aplicações Financeiras	186.100,00	22.954,59	132.701,00	177.105,28
Transf erências Correntes	17.157.800,00	4.072.005,51	19.105.620,61	19.706.908,09
FPM	5.280.000,00	1.423.931,01	5.586.145,43	5.193.947,64
ICMS	2.720.000,00	564.362,10	3.377.270,29	2.934.360,53
Outras Transf erências Correntes	9.157.800,00	2.083.712,40	10.142.204,89	11.578.599,92
Demais Receitas Correntes	464.500,00	90.648,11	494.956,80	626.297,20
Dív ida Ativ a	94.100,00	28.624,14	79.157,32	97.295,03
Receitas Correntes Div ersas	370.400,00	62.023,97	415.799,48	529.002,17
Operações de Crédito (III)	300.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	30.000,00	426.669,20	426.669,20	0,00
Transf erências de Capital	1.215.000,00	0,00	2.319.220,60	2.357.200,59
Conv ênios	1.215.000,00	0,00	2.086.095,33	2.357.200,59
Outras Transf erências de Capital	0,00	0,00	233.125,27	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.215.000,00	0,00	2.319.220,60	2.357.200,59
RECEITA PRIMÁRIATOTAL (VII) = (I + VI)	21.503.900,00	4.636.814,59	25.107.592,28	26.327.600,11
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Dez 2013	Jan a Dez 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	23.763.955,10	4.414.188,58	23.238.143,40	19.113.082,42
Pessoal e Encargos Sociais	12.778.656,19	2.481.373,90	12.661.581,71	10.328.714,85
Juros e Encargos da Dív ida (IX)	27.120,00	5.556,25	26.928,04	5.885,04
Outras Despesas Correntes	10.958.178,91	1.927.258,43	10.549.633,65	8.778.482,53
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	23.736.835,10	4.408.632,33	23.211.215,36	19.107.197,38
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.046.360,39	125.578,93	2.957.623,31	4.301.038,99
Inv estimentos	2.956.190,39	103.972,20	2.867.551,30	3.946.062,72
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida (XIV)	90.170,00	21.606,73	90.072,01	354.976,27
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	2.956.190,39	103.972,20	2.867.551,30	3.946.062,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	54.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	26.747.025,49	4.512.604,53	26.078.766,66	23.053.260,10
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	-5.243.125,49	124.210,06	399.480,62	3.274.340,01
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.370.655,00	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-521.830,00
FONTE:				

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:1C3C72D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO X

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)				LRF-Cidadão - 9.31 - 23/01/14	
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	11.014.800,00	11.014.800,00	2.686.568,45	12.593.034,86	114,33
Receitas de Impostos	533.800,00	533.800,00	193.981,68	830.012,18	155,49
Impostos	430.000,00	430.000,00	163.530,77	752.145,85	174,92
Dívida Ativados Impostos	92.000,00	92.000,00	23.913,85	58.743,91	63,85
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div . Ativa de	11.800,00	11.800,00	6.537,06	19.122,42	162,05
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.481.000,00	10.481.000,00	2.492.586,77	11.763.022,68	112,23
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.280.000,00	5.280.000,00	1.423.931,01	5.586.145,43	105,8
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	-5.600,00	-5.600,00	-845,62	-5.073,74	90,6
Cota-Parte ICMS	2.720.000,00	2.720.000,00	564.362,10	3.377.270,29	124,16
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	30.000,00	30.000,00	17.160,43	17.594,03	58,65
Cota-Parte ITR	32.000,00	32.000,00	10.442,74	81.763,60	255,51
Cota-Parte IPVA	320.000,00	320.000,00	23.416,93	388.975,06	121,55
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	2.099.600,00	2.099.600,00	432.888,03	2.293.118,22	109,22
Cota-Parte IOF-OURO	5.000,00	5.000,00	21.231,15	23.229,79	464,6
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	5.083.500,00	5.083.500,00	873.817,81	6.186.614,69	121,7
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	3.601.000,00	3.601.000,00	593.522,15	3.530.046,40	98,03
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	3.600.000,00	3.600.000,00	593.522,15	3.530.046,40	98,06
Complementação da União ao FUNDEB	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	512.500,00	512.500,00	102.828,82	564.062,33	110,06
Transf . de Convênios Destinadas a Programas de Educação	970.000,00	970.000,00	177.466,84	2.092.505,96	215,72
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	13.998.700,00	13.998.700,00	3.127.498,23	16.486.531,33	117,77
DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	2.946.050,00	3.372.529,76	571.111,00	3.329.055,27	98,71
Despesas com Ensino Fundamental (VII)	2.615.000,00	3.234.225,76	508.274,27	3.190.510,85	98,65
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas (VIII)	106.500,00	23.340,00	10.490,72	22.679,87	97,17 0,00
Despesas com Outros Niveis de Ensino (IX)	224,550,00	114,964,00	52.346,01	115.864,55	100,78
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO (XI)	3.600.000,00	3.850.597,23	867.047,87	3.836.473,83	99,63
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico (XI)	2.160.000,00	2.242.127,63	563.180,85	2.233.325,14	99,61
Outras Despesas no Ensino Básico	1.440.000,00	1.608.469,60	303.867,002	1.603.143,69	99,67
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0

FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (Xll)	6.546.050,00	7.223.126,99	1.438.158-,87	7.165.529,10	99,2
[se II>IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)					-
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					1.236.928,18

DEDUÇÕES DA DESPESAS	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	1.236.928,18
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Inf antil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	1.236.928.,18

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRADE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)		5.928.600,92

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS		%
MÍNIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88		47,08
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT		63,27
SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2012	Jan a Dez 2013
	0.00	0.00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (f)	% (f/e)
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	100,00	0,00	0,00	0,00	0
ENSINO FUNDAMENTAL	6.062.250,00	7.084.762,99	1.375.322,14	7.028.684,12	99,21
ENSINO MÉDIO	136.500,00	65.592,00	36.705,03	64.848,73	98,87
ENSINO SUPERIOR	11.750,00	3.600,00	1.200,00	3.600,00	100
EDUCAÇÃO INFANTIL	223.500,00	23.400,00	10.490,72	22.679,87	96,92
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	55.000,00	2.810,00	89,20	2.775,15	98,76
EDUCAÇÃO ESPECIAL	48.450,00	42.962,00	14.351,78	42.941,23	99,95
TOTAL DAS DESPESAS	6.546.050,00	7.223.126,99	1.438.158,87	7.165.529,10	99,2
FONTE:					

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:678A820F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO XI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)			LRF-Cidadão - 9.31 - 23/01/14
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Jan a Dez 2013 (b)	SALDO A REALIZAR c = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS (I)	300.000,00	0,00	300.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Jan a Dez 2013		SALDO A EXECUTAR (g) = (d-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	3.046.360,39	2.957.623,31	87.209,74	88.737,08
(-) Incentiv os Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	-	0,00
(-) Incentiv os Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	-	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.046.360,39	2.957.623,31	87.209,74	88.737,08
	VIII = (a - d)	IX = (b - (e + f))		X = (c - g)
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.746.360,39	-3.044.833,05		211.262,92
FONTE:				

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:3F9C1EBF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO XIV

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 23/01/14			
LRF, art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITA REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a - b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	336.335,85	-336.335,85
Alienação de Bens Móv eis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóv eis	0,00	336.335,85	-336.335,85
TOTAL	0,00	336.335,85	-336.335,85
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESA LIQUIDADAS (d)	SALDO A REALIZAR (c-d)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Inv estimentos	0,00	0,00	0,00
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/ Ref inanciamento da Dív ida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes Próprios de Prev idência	903.000,00	347.679,43	555.320,57
TOTAL	903.000,00	347.679,43	555.320,57
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	DO EXERCÍCIO (f) = (b - d)	SALDO ATUAL (e + f)
	0,00	-11.343,58	-11.343,58
FONTE:			

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:B9D4391F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO XVI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO2013/SEMESTRE JANEIRO A DEZEMBRO.

ADCT, art 77 - Anexo XVI			LRF-Cidadão - 9.31 - 23/01/14	
RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Jan a Dez 2013 (b)	% (b/a)
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	11.003.800,00	11.003.800,00	12.569.805,07	114,23
Impostos	430.000,00	430.000,00	752.145,85	174,92
Multas, Juros de Mora e Dív ida Ativ a dos Impostos	103.800,00	103.800,00	77.866,33	75,02
Receitas de Transf erências Constitucionais e Legais	10.470.000,00	10.470.000,00	11.739.792,89	112,13
Da União	6.640.000,00	6.640.000,00	7.014.177,83	105,64
Do Estado	3.830.000,00	3.830.000,00	4.725.615,06	123,38
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMAÚNICO DE SAÚDE - SUS(II)	2.923.500,00	2.923.500,00	4.019.674,63	137,50

Da União para o Município	2.489.500,00	2.489.500,00	2.691.629,77	108,12
Do Estado para o Município	424.000,00	424.000,00	1.328.044,86	313,22
Demais Municípios para o Município	0,00	0,00	42.930,00	0,00
Outras Receitas do SUS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE(III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	9.651.100,00	9.651.100,00	10.753.619,43	111,42
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEF	2.005.600,00	2.005.600,00	2.175.219,12	108,46
TOTAL	21.572.800,00	21.572.800,00	25.167.880,01	116,66

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Jan a Dez 2013 (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	4.785.450,00	7.366.201,74	7.334.961,08	99,58
Pessoal e Encargos Sociais	2.472.100,00	4.278.903,75	4.259.430,52	99,54
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.313.350,00	3.087.297,99	3.075.530,56	99,62
DESPESAS DE CAPITAL	405.800,00	199.990,34	111.738,90	55,87
Inv estimentos	405.800,00	199.990,34	111.738,90	55,87
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	5.191.250,00	7.566.192,08	7.446.699,98	98,42

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO		DESPESAS LIQUIDADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2013 (e)	% (e)/desp.saúde
DESPESAS COM SAÚDE	5.191.250,00	7.566.192,08	7.446.699,98	98,42
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.923.500,00	3.073.500,00	4.062.604,63	54,56
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	2.923.500,00	3.073.500,00	4.062.604,63	54,56
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RP INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	-	-	0,00	0,00
VINCULADADE RECURSOS PRÓPRIOS[1]				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(V)	2.267.750,00	4.492.692,08	3.384.095,35	45,44

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelado em 2013(f)
RP DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <15,00>[2] [(V-VI)/I]		26,92

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Jan a Dez 2013 (g)	% (g/total(g)
Atenção Básica	1.883.000,00	2.687.202,88	2.590.940,20	34,79
Assitência Hospitalar e Ambulatorial	2.818.600,00	4.144.153,70	4.124.420,55	55,39
Suporte Prof ilático e Terapêutico	147.750,00	136.540,00	136.524,72	1,83
Vigilância Sanitária	37.800,00	87.090,00	87.034,89	1,17
Vigilância Epidemiológica	111.000,00	77.232,00	77.212,39	1,04
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subf unções	193.100,00	433.973,50	430.567,23	5,78
TOTAL	5.191.250,00	7.566.192,08	7.446.699,98	100,00
FONTE:				

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:076B70D3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 01, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aprova as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de União do Sul-MT, referente ao Exercício Financeiro de 2012.

A CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e o Presidente promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de União do Sul-MT, referente ao exercício financeiro de 2012, gestão do Prefeito Sr. Ildo Ribeiro de Medeiros, prevalecendo o Parecer Prévio nº 42/2013, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL
ESTADO DE MATO GROSSO
Em 06 de fevereiro de 2014.

SÉRGIO LUIZ BEVILACQUA
Presidente.

ABIMAEL BARBOSA DE SÁ
1º Secretário

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:B98916B9

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.

Dispõe sobre a definição de novo valor da verba indenizatória a ser paga aos Vereadores da Câmara Municipal de União do Sul.

A MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fulcro no inciso I, do art. 7º, da Lei Municipal nº 504, de 13 de maio de 2013 (Lei da Verba Indenizatória), faz saber que o Soberano Plenário aprovou e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica definido novo valor da verba indenizatória a ser paga aos Vereadores da Câmara Municipal de União do Sul, passando de R$ 600,00 (seiscentos reais) para R$ 800,00 (oitocentos reais).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito financeiro ao pagamento do mês de janeiro de 2014 e subsequentes.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL
ESTADO DE MATO GROSSO
Em 06 de fevereiro de 2014.

SÉRGIO LUIZ BEVILACQUA
Presidente.

ABIMAEL BARBOSA DE SÁ
1º Secretário.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:98EE19B0

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 02, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2014.

Fixa o valor das diárias dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de União do Sul e dá outras previdências.

A MESA DIRETORA DA CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e

regimentais, através de seu Presidente, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1°- O valor das diárias a serem pagas aos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de União do Sul, quando a vigem a serviço do Poder Legislativo do Município, fica fixado de acordo com a seguinte tabela:

I - VEREADOR PRESIDENTE
a) No Estado.....R$ 350,00.
b) Fora do Estado .....R$ 450,00.

II - DEMAIS VEREADORES
a)- No Estado.....R$ 300,00.
b)- Fora do Estado.....R$ 400,00.

III - SERVIDORES
a)- No Estado.....R$ 250,00.
b)- Fora do Estado.....R$ 350,00.

Art. 2° - A concessão de diárias tanto para Presidente, Vereador e Servidor será concedida através da avaliação do Presidente da Câmara, mediante requerimento devidamente justificado (Anexo I), e disponibilidade de caixa.
Art. 3º - As viagens regionais que dispensarem pernoites não incidirão em diárias completas, sendo custeadas com o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor da diária integral vigente.

Art. 4º - A prestação de contas das diárias de que trata o artigo 1º, será feita através da apresentação de relatório de viagem (Anexo II), com comprovação da finalidade da solicitação (certificado, declaração, convite, cronograma, etc), e outros que comprovem a sua permanência no local de destino (notas de hospedagem, alimentação, transporte).

Art. 5º - O Vereador ou Servidor a quem for concedida a diária, fica obrigado no prazo mencionado de 05 (cinco) dias úteis após o termino de viagem, apresentar na Secretaria da Câmara o relatório de viagem, sob pena de ser negado pedido de nova diária.

Art. 6- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário e em especial as Resoluções nº 08, de 16 de setembro de 2003 e nº 01, de 20 de fevereiro de 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL
ESTADO DE MATO GROSSO
Em 06 de fevereiro de 2014.

SÉRGIO LUIZ BEVILACQUA
Presidente.

ABIMAEL BARBOSA DE SÁ
1º Secretário

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE DIÁRIAS

SOLICITAÇÃO Nº _____

NOME DO SERVIDOR: _____

CARGO/FUNÇÃO:_____

DATA DA VIAGEM: _____/_____/_____.

PREVISÃO DE RETORNO: _____/_____/_____.

HORÁRIO DE SAÍDA: ____:____ HS.

PREVISÃO DO HORÁRIO DE CHEGADA: ____/____ HS.

LOCALIDADE(S)	*Nº DE DIARIAS*	VALOR UNITÁRIO	*VALOR TOTAL*

MOTIVO DA VIAGEM: _____

_____

_____ _____

Assinatura solicitante Autorizado Presidente

ANEXO II

RELATÓRIO DE VIAGEM

SOLICITAÇÃO Nº _____/_____.
NOME DO SERVIDOR:_____
_____
LOTADO NA(O):_____
_____
FUNÇÃO:_____
_____

DATA DA VIAGEM:____/____/_____.
RETORNO:____/____/_____.
HORÁRIO DE SAÍDA: _____. HORÁRIO DE CHEGADA _____.

LOCALIDADE(S)	Nº DE DIARIAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

MEIO DE LOCOMOÇÃO_____
_____

SERVIÇOS EXECUTADOS E PESSOAS CONTACTADAS: _____
_____
_____
_____
_____

RESULTADOS ALCANÇADOS:
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

OBSERVAÇÃO/JUSTIFICATIVAS:
_____
_____
_____
_____

_____
_____
_____

VEREADOR/SERVIDOR PRESIDENTE

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:805F106A

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Locação de Imóvel.

Nº do Contrato: 015/2014.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Locatário: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Locadora: LEZIANE ZANARDI - CPF: 039.980.631-88.
Objeto: Locação de 02 (duas) Salas comerciais em alvenaria (Salas A e B), localizadas no prédio da Locadora, com testada à Rua Joaçaba, nº 27, Centro da Cidade de União do Sul/MT, assim destinadas: I – Sala A: para sede e funcionamento do Tele-Centro de Informática Comunitário no Município de União do Sul; II – Sala B: para sede e funcionamento do Setor de Controle de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde.
Preço do Aluguel: R$ 900,00 (novecentos reais) por mês.
Cód. Dotação Orçamentária:
(74) 05.001.12.361.0011.2.022 – 3390.36.00.00.00.
(195) 06.002.10.305.0017.2.036 – 3390.36.00.00.00.
Prazo inicial: Até 31/12/2014.
Data de assinatura: 03/02/2014.
Signatários:
CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ
Prefeito em Exercício
LEZIANE ZANARDI
Locadora.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:957D4C33

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Locação de Imóvel.
Nº do Contrato: 016/2014.
Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.
Locatário: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.
Locadora: CLEIDE DE SOUZA LOURENÇO DE LIMA - CPF/MF nº 648.460.839-34.
Objeto: Locação de 01(uma) Sala de serviço, situada no prédio da LOCADORA, localizado na Rua São João da Urtiga, nº 85, Bairro São Luiz, nesta Cidade de União do Sul/MT, destinada à sede e funcionamento do Posto Eleitoral de União do Sul e dos serviços de expedição de Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Carteiras de Identidade Civil (CI-RG).
Preço do Aluguel: R$ 500,00 (quinhentos reais) por mês.
Cód. Dotação Orçamentária:
(35) 04.123.0009.2.010 – 3390.36.00.00.00. – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.
Prazo inicial: Até 31/12/2014.
Data de assinatura: 03/02/2014.
Signatários:
CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ
Prefeito em Exercício
CLEIDE DE SOUZA LOURENÇO DE LIMA
Locadora.

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:DC4FBFDF

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL PARA CONHECIMENTO PÚBLICO Nº 01/2014

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ**,** Prefeito em Exercício do Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na forma do que estabelece o artigo 55 e parágrafos da Lei Orgânica do Município;

Faz saber, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que as contas do Município, referentes ao Exercício Financeiro de 2013, estarão, na sede da Prefeitura, durante o horário normal de expediente, pelo período de 60 (sessenta) dias, de 15 de fevereiro até 15 de abril de 2014, à disposição dos munícipes para apreciação.

E, para que todos tomem conhecimento, mandou expedir o presente Edital, que será publicado no órgão de imprensa oficial e afixado em locais públicos.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, em 07 de fevereiro de 2014.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:6B510B4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2014

Dispõe sobre convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2013 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

De ordem do senhor CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal em Exercício de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Processo Seletivo realizado em 13 de dezembro de 2013 e homologado em 27 de dezembro de 2013;

Considerando ainda o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2013;

1. Pelo presente Edital, ficam CONVOCADOS os candidatos aprovados, para preenchimento de vagas existentes no momento para contratação temporária, conforme descrição abaixo:

CARGO: ZELADORA - 20 h/s
Lotação: Assentamento Rural Olga Benário.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ROSINEIA DA COSTA OLIVEIRA	206	1º Aprovada

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA SAÚDE

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
THINEZA SOUZA SANTOS	255	1ª Aprovada

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Lotação: Secretaria de Administração.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
EDILENE CAMPOS DOS SANTOS	067	1ª Aprovada

2. Os candidatos convocados por este Edital terão prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de afixação/publicação deste Edital, para serem contratados e assumirem os respectivos cargos.

3. Os candidatos deverão apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:

FOTOCÓPIAS
· Carteira de Identidade;
· Cadastro de Pessoa Física – CPF, em validade;
· Título de Eleitor e prova de quitação com a justiça eleitoral;
· Comprovante de Escolaridade (Diploma, Certificado, Declaração, etc.);
· Certidão de Nascimento de filhos e de Casamento, se for o caso.
· Comprovante de residência atual.

ORIGINAL:
· Declaração negativa de acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública;

4. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 07 de fevereiro de 2014.

ERINEU DIESEL
Secretário Mun. de Administração

Visto:

CLAUDIMIRO JACINTO DE QUEIROZ
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Erineu Diesel
Código Identificador:01128A40

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10520: MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 01/2014, VENCEDOR: a empresa C F DE OLIVEIRA SERVIÇOS DE OUVIDORIA TELEMARKETING E RASTREAMENTO VEICULAR – ME **,** CNPJ: 18.427.184/0001-36, foi no valor de R$ 106.700,00. Vale de São Domingos – MT, 07 de Fevereiro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
pregoeiro.

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:A853387D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 01-2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 01-2014 teve a empresa, C F DE OLIVEIRA SERVIÇOS DE OUVIDORIA TELEMARKETING E RASTREAMENTO VEICULAR – ME **,** CNPJ: 18.427.184/0001-36, vencedora de todos os itens que perfazendo o valor global de R$ 106.700,00 (Cento e Seis Mil e Setecentos Reais), Objeto **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE DE INFRAESTRUTURA PARA OUVIDORIA E MOBILIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO**. Vale de São Domingos – MT, 07 de Fevereiro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
pregoeiro.

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:FC938A61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento dos interessados o **resultado** das seguintes licitações nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores e Lei 10.520 MODALIDADE: PREGÃO 02/2014, VENCEDOR: a empresa **SATELITE AUTO ELETRICA MECANICA E LOCADORA LTDA-ME ,** CNPJ: 08.986.475/0001-00, foi no valor de R$ 66.000,00. Vale de São Domingos – MT, 07 de Fevereiro de 2014.

EDINALDO FERREIRA DE SANTANA
Pregoeiro.

Publicado por:
Edinaldo Ferreira de Santana
Código Identificador:D50C1388

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 117/2014

Nomeia a Comissão para Revisão de Enquadramento dos Servidores da Secretaria Municipal de Educação do Município de Várzea Grande – MT.

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR os membros abaixo relacionados que constituirão a Comissão para Revisão de Enquadramento dos servidores da Secretaria Municipal de Educação com base na Lei nº 3797/2012:

Presidente:

Ádila Terezinha de Andrade – Secretaria Municipal de Administração;
Membros:

Márcio de Almeida Silva – Secretaria Municipal de Administração;

Odinéia Terezinha do Prado Oliveira - Secretaria Municipal de Educação;
Benedita Santana Ponce - Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Os membros da comissão exercerão esta atribuição sem prejuízo de suas respectivas funções e sem ônus para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:B7B70CC7

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06 / 2014 / PMVG/MT

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2011/PMVG e do Edital de Homologação do Concurso Público, de 03 de fevereiro de 2012, ambos publicados no Jornal Oficial dos Municípios-MT.

RESOLVE: Convocar o candidato abaixo relacionado para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, conforme item 2 do Edital nº. 001/2011/PMVG, junto à:
Local: Secretaria Municipal de Administração (**Comissão Permanente de Concurso)**
Endereço: Av. Castelo Branco, 2.500 – Água Limpa – Várzea Grande-MT.
Horário: 14:00 às 17:00hs. Prazo: 07/02/14 a 08/03/14.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: S54 - PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR DO SUS - ASSISTENTE SOCIAL

Inscrição	Nome	Class. Final	Defic.	Situação
4425452	ZILLENE ROMANA DE SOUZA	9º	Não	Classificado

ANEXO I
2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS:

2.1. Os requisitos básicos para investidura nos cargos são, cumulativamente, os seguintes:
a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;
b) ser brasileiro ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1°, artigo 12, da Constituição Federal;
c) estar quite com as obrigações eleitorais, para os candidatos de ambos os sexos;
d) estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
e) encontrar-se em pleno gozo de seus direitos políticos e civis;
f) não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidade incompatível com nova investidura em cargo público;
g) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, comprovado através da apresentação de original e cópia do respectivo documento, observado o **ANEXO I** deste Edital;
h) estar apto, física e mentalmente, não apresentando deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo, por Perícia Médica Oficial;
i) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de nomeação;
j) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais da justiça estadual e federal;
k) apresentar certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos, comprovado através de certidão emitida pelo Governo do Estado e Prefeitura de Cuiabá;
l) comprovar registro e situação regularizada junto ao órgão ou conselho de classe correspondente a sua formação profissional, quando for o caso;
m) cumprir, na íntegra, as determinações previstas no Edital de Abertura do Concurso Público;
n) apresentar declaração de bens.
o) conforme a Lei 2163/2000, art. 12 da Constituição Federal, para o Cargo de Guarda Municipal será exigido o mínimo de 21 anos e no máximo 35 anos de idade.
p) conforme a Lei 2163/2000, art. 12 da Constituição Federal, para o Cargo de Guarda Municipal será exigido altura mínima de 1.65m para o sexo masculino e 1.60m para o sexo feminino.

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:
1 – RG; (Cópia Autenticada).
2 – CPF; (Cópia Autenticada).
3 – PIS/PASEP; (Cópia Autenticada).
4 – Título de eleitor; (Cópia Autenticada).
5 – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).
6 - Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável; (Cópia Autenticada).
7 - Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).
8 - Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).
9 - Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).
11 - Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes. (Redigida e Reconhecido Firma)
12 – 02 (duas) Fotos recentes 3x4
13 – Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:
- **Prefeitura de Cuiabá** (Diretoria de Gestão de Pessoas)
- **Governo do Estado** (Secretaria Estadual de Administração – SAD)
14 – Carteira Profissional de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)
15 – Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)
16 – **Diploma,** devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).
17 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).
18 – Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.
19 – Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

ANEXO III

RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:
A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.
1 - Avaliação Osteomuscular (Com Laudo de Ortopedista, avaliando membros superiores, inferiores, e coluna total);
2 - Exames de Imagem**:** RX de tórax (com laudo);
3 - Laudo Oftalmológico;
4- Exames Laboratoriais: Glicemia
5 - Exames Laboratoriais: VDRL
6 - Exames Laboratoriais: Grupo Sanguíneo
7 - Exames Laboratoriais: Hemograma Padrão
8 – Exames Laboratoriais: VHS
9 - Exames Laboratoriais: Gama Glutamil Transferase
10 - Exames Laboratoriais: Parcial de Urina
11 - Exames Laboratoriais: Ureia
12 - Exames Laboratoriais: Creatinina
13 - Exames Laboratoriais: Ácido Úrico
14 - Exames Laboratoriais: Colesterol Total
15 - Exames Laboratoriais: Colesterol HDL
16 - Exames Laboratoriais: Colesterol LDL
17 - Exames Laboratoriais: Triglicerídeos
18 - Exames Laboratoriais: Hbs-Ag
19 - Exames Laboratoriais: Anti-Hbc
20 - Exames Laboratoriais: Anti-Hbs
21 - Exames Laboratoriais: Anti-Hcv
22 - Comprovante de vacina Antitetânica **atualizada** (Cópia Autenticada da carteira ou Atestado de vacinação emitido pelo Posto de Saúde).
23 – PSA - Para candidatos com idade acima de 39 anos – Prova do Antígeno Prostático (Masculino)
24 - **Eletrocardiograma** – Para candidatos com idade acima de 39 anos
25 - **Eletroencefalograma** – Para candidatos com idade acima de 39 anos
26 - **Avaliação Psiquiátrica** – (**Quando o candidato apresentar alteração no Teste Psicológico).**
27 – Ultrassonografias de ombro, punho e/ou cotovelo – **(Quando o candidato apresentar alteração na Avaliação Osteomuscular).**
28 – Teste Psicológico (Focado no perfil do cargo avaliado).
Várzea Grande-MT, 06 de fevereiro de 2014.
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

CELSO ALVES BARRETO ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Administração

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:1E6889FA

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°.67/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº.44/2013

Partes Interessadas: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT e a A DE LACERDA JUNIOR-ME. Fundamentação Legal: Encontra-se vinculado no Decreto nº.8.892/2013, bem como nos documentos constantes no Processo Gespro nº.190065/2013. Objeto: Apostilar a Ata de Registro de Preços nº.67/2013, referente à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços no fornecimento de lanches e refrigerantes, locação de espaço físico, para atender a Secretaria de Saúde, em sua Cláusula Décima Sexta – Dos Recursos Orçamentários. UO: Secretaria Municipal de Saúde. Fonte: 999. Projeto/Atividade: 2033. Fonte: 203/999. Projeto/Atividade: 2198. Natureza de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00 – Material de Consumo. Data de Assinatura: 16/12/2013.

Signatários:

JAQUELINE BEBER GUIMARÃES
Secretária Municipal de Saúde

A DE S LACERDA JUNIOR - ME
Cnpj: 12.978.794/0001-41

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:65656086

PREFEITURA MUNICIPAL
RETIFICAÇÃO DO EDITAL N.º 01/2014/GAB/SME/VG

Retificação n.º 01/2014

Que dispõe acerca do processo seletivo para orientadores de estudo DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.

Considerando o Documento Orientador do Pacto 2014, publicadas pelo Ministério de Educação, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional publicada em Janeiro de 2014 a Comissão instituída pela Portaria n.º02/2014/GAB/SME/VG, comunica a retificação nos itens que se segue:

Errata I- Acrescentar o item 3.0

3.0 - REQUISITOS BÁSICOS PARA A FUNÇÃO DE ORIENTADOR DE ESTUDOS

3.7 – Ter participado como professor alfabetizador do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em 2013.

Errata II
Onde se lê:

3.1 - *Ser professor (a) ou supervisora Educacional da Rede Municipal de Ensino;*

4.1 - As inscrições serão recebidas pela Comissão designada, na Secretaria Municipal de Educação, no dia 04 e 05 de fevereiro de 2014, no horário das 8h às 12 h e das 14h às 18h;

6.1 - No dia 06 de fevereiro de 2014, a Comissão reunir-se-á para análise da documentação apresentada pelos candidatos.

8.1 - A Comissão divulgará no *dia 07 de fevereiro de 2014*, publicará no site e no Jornal Oficial da Prefeitura Municipal do Município a relação nominal dos candidatos de acordo com a classificação.

9.1 – Divulgado os resultados e decorridos os prazos descritos no **item 6.1,** ao candidato que se sentir prejudicado na sua classificação preliminar é cabível recurso endereçado à Comissão, uma única vez, no dia 10 de fevereiro de 2014;

10.1-Encerrado o prazo a Comissão publicará *no dia 12 de fevereiro de 2014*, no site da Prefeitura Municipal e no Jornal Oficial a relação nominal dos candidatos com a classificação geral.

Leia-se:
3.1 - *Ser professor efetivo Rede Municipal de Ensino;*

4.1 - As inscrições serão recebidas pela Comissão designada, na Secretaria Municipal de Educação, no dia 10 de fevereiro de 2014, no horário das 8h às 12 h e das 14h às 18h;

6.1 - No dia 11 de fevereiro de 2014, a Comissão reunir-se-á para análise da documentação apresentada pelos candidatos

8.1 - A Comissão divulgará no *dia 12 de fevereiro de 2014*, publicará no site e no Jornal Oficial da Prefeitura Municipal do Município a relação nominal dos candidatos de acordo com a classificação.

9.1 – Divulgado os resultados e decorridos os prazos descritos no **item 6.1,** ao candidato que se sentir prejudicado na sua classificação preliminar é cabível recurso endereçado à Comissão, uma única vez, no dia 13 de fevereiro de 2014;

10.1-Encerrado o prazo a Comissão publicará *no dia 14 de fevereiro de 2014*, no site da Prefeitura Municipal e no Jornal Oficial a relação nominal dos candidatos com a classificação geral.

III- Permanecem inalteradas as demais disposições do edital.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Várzea Grande, 07 de fevereiro de 2014.

PROF. JONAS SEBASTIÃO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DE VÁRZEA GRANDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I - Corrigido

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO	
Inscrições	10/02/2014
Análise de Currículos	11/02/2014
Divulgação do Resultado	12/02/2014
Recursos	13/02/2014
Publicação do Resultado Final	14/02/2014

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:544C0BC5

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 078/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto nos artigos 55 e 98 da Lei n° 2.380/01- Gestão Democrática, **EXONERA** os professores efetivos dos cargos em comissão de **Diretor de Escola** da Rede Pública Municipal de Várzea Grande, lotados na Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados, a partir de **21/01/2014.**

DIRETOR(A)	UNIDADE ESCOLAR
1- Loraci Maria de Campos	EMEB Air Addor
2- Uilma Pereira dos Santos	EMEB Alino Ferreira de Magalhães
3- Ivane Ferreira Santana	EMEB Ana Francisca de Barros
4- Iolanda Maria Ferreira da Silva	EMEB Ana Rosa da Silva
5- Francislene de Campos C. de Oliveira	EMEB Ângela Jardim Botelho
6- Sandra Maria dos Santos Borelli	EMEB Antonio Gomes da Cruz
7- Vanilda Pereira Batista	EMEB Antônio Joaquim de Arruda
8- Erli Gonçalves de Campos	EMEB Antonio Lino Campos
9- Estela Leite Maciel Ribeiro	EMEB Apolônio Frutuoso da Silva
10- Silvia de Souza Cuelho Martins Gomes	EMEB Aristides Pompeo de Campos
11- Zilda Braga de Oliveira	EMEB Armindo de Arruda Campos
12- Sarah Jane de Campos	EMEB Ary Leite de Campos
13-Gilmaira Crisitiane C. Oliveira Maciel	EMEB Benedita Bernadina C. Curvo
14- Vercilene da Silva	EMEB David Mayer

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 28 de janeiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:15DADABC

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 082/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto nos artigos 55 e 98 da Lei n° 2.380/01- Gestão Democrática, **EXONERA** os professores efetivos dos cargos em comissão de **Diretor de Escola** da Rede Pública Municipal de Várzea Grande, lotados na Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados, a partir de **21/01/2014.**

DIRETOR(A)	UNIDADE ESCOLAR
61- Magda de Souza Hintze	CMEI Mariana Rodrigues
62- Aline Gomes de Lima Neta	CMEI Nossa Senhora da Guia
63- Delzinha da Silva Belizário	CMEI São Domingos Sávio
64- Marli Tomaz de Arruda	CMEI Eleuza M. Souza Santos
65- Elisabete Marconcini de Moraes Costa	CMEI Miguelina de Campos e Silva
66- Carla Melissa Klock Scalzitti	CMEI Manoel Antonio
67-Nilma Enedina da Costa	CMEI Wilson Sodré Faria
68- Jurema Aparecida de F. Costa	CMEI Joanita Benedita Teixeira da Costa

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 28 de janeiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:C5FEC508

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 079/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto nos artigos 55 e 98 da Lei n° 2.380/01- Gestão Democrática, **EXONERA** os professores efetivos dos cargos em comissão de **Diretor de Escola** da Rede Pública Municipal de Várzea Grande, lotados na Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados, a partir de **21/01/2014.**

DIRETOR(A)	UNIDADE ESCOLAR
16- Sandra Pinheiro de Souza	EMEB Ednilson Francisco Kolling
17- Daluza Benedita de Arruda	EMEB Edna Melo Baracat
18- Joziane Maria da Silva	EMEB Emanuel Benedito de Arruda
19- Neueli Fortes da Silva	EMEB Faustino Antonio da Silva
20- Jorceni Ferreira Dutra	EMEB Gonçalo Domingos de Campos
21- Marilene Maria da Silva	EMEB Honorato Pedroso de Barros
22- Maria de Fátima Gabriel Campos	EMEB Jayme Veríssimo de Campos
23- Gilmar Mussa de Moraes	EMEB José Estejo de Campos
24- Elenir de Oliveira Souza	EMEB Joaquim da Cruz Coelho
25- Eliana Oliveira Batista da Costa	EMEB Julio Domingos de Campos
26- Idenilson Henrique Pinheiro	EMEB Julio Correa
27- Nilza Raquel de Oliveira	EMEB Juvenilia Monteiro de Oliveira
28- Maria de Fátima Ferreira de Santana	EMEB Lenine de Campos Povoas
29- Gonçalina Josefa de Oliveira	EMEB Líbia da Costa Rondon

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de janeiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:4A06FB31

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 080/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto nos artigos 55 e 98 da Lei n° 2.380/01- Gestão Democrática, **EXONERA** os professores efetivos dos cargos em comissão de **Diretor de Escola** da Rede Pública Municipal de Várzea Grande, lotados na Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados, a partir de **21/01/2014.**

DIRETOR(A)	UNIDADE ESCOLAR
30- Alenil Almeida de Arruda	EMEB Manoel João de Arruda
31- Adnair de Oliveira Pacheco	EMEB Mamed Untar
32- José Wilson Tavares	EMEB Maria Barbosa Martins
33- Rosália Batista Marinho	EMEB Maria Joana da Silva Almeida
34- Jalme Santana de Figueiredo	EMEB Maria das Graças Pinto
35- Rita Mara de Arruda Cortez	EMEB Marilce Benedita de Arruda
36- Joalice Almeida dos Santos	EMEB Nair de Oliveira Correa
37- Odete Araujo de Almeida	EMEB Oscar da Costa Ribeiro
38- Ronalma Teixeira Costa	EMEB Pe. Luis Maria Ghisoni
39- Marinete Maria da Guia C. Barro	EMEB Paulo Freire
40- Izabel Conceição Vitalino Figueiredo	EMEB Rita Auxiliadora de Campos Cunha
41- Erenice de Oliveira	EMEB Ruth Martins Santana
42- Rosimeire Gonzada Fialho	EMEB Salvelina Ferreira da Silva
43- Loracil Cesarino de Campos	EMEB Ten. Abílio da Silva Morais
44-Helenair Dias Rabelo	EMEB Ten. Waldemiro D. Bertúlio

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 28 de janeiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:30F24468

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 081/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e atendendo o disposto nos artigos 55 e 98 da Lei n° 2.380/01- Gestão Democrática, **EXONERA** os professores efetivos dos cargos em comissão de **Diretor de Escola** da Rede Pública Municipal de Várzea Grande, lotados na Secretaria Municipal de Educação, abaixo relacionados, a partir de **21/01/2014.**

DIRETOR(A)	UNIDADE ESCOLAR
46- Manoelina Campos da Costa	EMEB Irenice Godoy de Campos Silva
47- Sandra Aparecida de Figueiredo	EMEB Luis Reveles Pereira
48- Maria Terezinha L. da S. Oliveira	EMEB Maria Pedrosa de Miranda
49- Cícero Batista de Carvalho	EMEB Mario Antunes de Almeida
50- Marileide Trindade Fonseca	EMEB Napoleão José da Costa
51- Gisele Cristine de C. Xavier	CMEI Albella Curvo de Moraes
52- Maria Rodrigues Bento	CMEI Antonio Noberto de B. Correa Filho
53- Heliomar Soares Paniago	CMEI Aurélia C. de Almeida
54- Luiza Barbosa Torres Pereira	CMEI Celcita Pinheiro
55- Canuta Candido da Silva	CMEI Izabel Antunes de Campos
56- Laura Christiane Pinheiro Alves	CMEI José de Mendonça
57- Joceli Izabel P. Leite	CMEI Nair Sacre
58-Evanir Mendes da Costa Cruz	CMEI Manoel Rosa de Figueiredo
59-Creodete Áurea dos Santos	CMEI Maria Lucia Correa de Almeida Barros

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 28 de janeiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:B9F7130C

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 107/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
R E S O L V E:

EXONERAR Emerson Watal Dorileo Kaneziro, do cargo de comissão de Superintendente DGA 3 – Superintendência de Tecnologia da Informação, da Secretaria Municipal de Administração, com efeito retroativo, a partir de 31 de janeiro de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 03 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:5F9696A5

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 111/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e
R E S O L V E:

EXONERAR Ítalo Prado de Almeida, do cargo de comissão de Assistente Técnico DGA 7, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Transportes, a partir de 31 de janeiro de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 03 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:1969719A

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 114/2014.

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Jaqueline Beber Guimarães, no cargo em Comissão de Secretária Municipal – DGA 1, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31 de janeiro de 2014.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:9A01DA4E

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 138/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e o que segue no processo nº 218424/14
R E S O L V E:

EXONERAR Walter Klaus Rieger, do cargo de comissão de Assessor Especial - DGA 3, da Secretaria Municipal de Finanças, com efeito retroativo, a partir de 23 de janeiro de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:A4CFB1DE

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 140/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e o que segue no processo nº 220147/14
R E S O L V E:

EXONERAR Maria Cristina Rodrigues de Souza, do cargo de comissão de Auxiliar Técnico - DGA 8, da Secretaria Municipal de Educação, com efeito retroativo, a partir de 31 de janeiro de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:AE50A0B8

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 139/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e o que segue no processo nº 217994/14

R E S O L V E:

EXONERAR Andrei Duarte Desuite Alves, do cargo de comissão de Coordenador Operacional - DGA 4, da Secretaria Guarda Municipal, a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:9292DDDF

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 163/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,
Considerando que no Ato 050/2014, do Gabinete do Prefeito, publicado no jornal AMM do dia 28/01/2014, pag. 170, foi incluído o item 6 , em nome do servidor Filipe Augusto de Campos Lima;
Considerando que o mesmo servidor foi nomeado através do Ato 051/2014, publicado no jornal AMM do dia 28/01/2014, pag. 171 e,
Considerando que houve duplicidade de Atos para um mesmo servidor;

RESOLVE:

Art. 1º - RETIFICAR o Ato de Nomeação nº 050/2014, do Gabinete do Prefeito, item 6, somente em relação ao nome do servidor **Filipe Augusto de Campos Lima,** excluindo o seu nome do referido Ato e mantendo vigente a sua nomeação no Ato 051/2014, conforme publicação no Jornal AMM do dia 28/01/2014, pag. 171, portanto:
Onde se Lê:

NOME	CARGO
1- Hellen Cristina Gomes Moya de Araujo	Assessor Especial DGA 3 - Supervisor de Engenharia Sanitária
2- Marcio Alves Ferreira	Assessor Especial DGA 3 – Supervisor Economista
3- Raulmar Rodrigues de Freitas	Assessor de Gestão DGA 2 – Asses. Da Unidade Executora Mun. UEM
4- Wania Campos Oliveira	Assessor Especial DGA 3 – Supervisor de Assistência Social
5- Paulo Roberto Bomfim de Jesus	Assessor Especial – DGA 3 – Superintendência de Projetos e Programas
6- Filipe Augusto de Campos Lima	Assessor Especial – DGA 3 – Assessor Especial de Tecnologia da Informação

Leia – se:

NOME	CARGO
1- Hellen Cristina Gomes Moya de Araujo	Assessor Especial DGA 3 - Supervisor de Engenharia Sanitária
2- Marcio Alves Ferreira	Assessor Especial DGA 3 – Supervisor Economista
3- Raulmar Rodrigues de Freitas	Assessor de Gestão DGA 2 – Asses. Da Unidade Executora Mun. UEM
4- Wania Campos Oliveira	Assessor Especial DGA 3 – Supervisor de Assistência Social
5- Paulo Roberto Bomfim de Jesus	Assessor Especial – DGA 3 – Superintendência de Projetos e Programas

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:1B448C80

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, o seguinte:
CONSIDERANDO a existência de mero erro material quando da publicação do nome da servidora Creuza de Campos Silva, (Ato nº. 099/2014).
RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a **retificação do nome** da servidora Silva Martins,
Onde se lê: Creuza de Campos Silva
LEIA-SE: **Cleuza de Campos Silva**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 04 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:0DD99192

PREFEITURA MUNICIPAL
ERRATA

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, o seguinte:
CONSIDERANDO a existência de mero erro material quando da publicação do nome da servidora Silva Martins, (Ato nº. 101/2014).
RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a **retificação do nome** da servidora Silva Martins,
Onde se lê: Silva Martins
LEIA-SE: **Silvia Martins**

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 04 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:6436F2CE

PREFEITURA MUNICIPAL
ATO Nº. 160/2014

Walace Santos Guimarães, Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e o que segue no processo nº 221772/14

R E S O L V E:

EXONERAR Manoel Patrício de Siqueira, do cargo de comissão de Assessor de Gestão - DGA 2, da Secretaria Municipal de Saúde, com efeito retroativo, a partir de 31 de janeiro de 2014.

Registrado, publicado, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:F82E6F27

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 118/2014

O Prefeito Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria 116/2014, que designou o servidor **Edson Vieira,** comissionado, Subsecretário Administrativo e Financeiro – DGA 2, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercício da função de Secretário Municipal de Saúde, a partir de **01 de fevereiro de 2014.**

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 06 de fevereiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:0A644D75

PREFEITURA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 0 4 D E 2 7 J A N E I R O D E 2 0 1 4.

"Regulamenta o calculo de Taxa de Limpeza Urbana de Várzea Grande-MT, fixando o valor unitário de referencia (VUR)".

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO o que dispõem o artigo 4º da Lei Municipal nº 3.350/2009.

D E C R E T A:

Art. 1º. Nos termos da Lei Municipal nº 3.350/2009, artigo 4º, inciso II fica estabelecido em R$ 65,49 *(sessenta e cinco reais, quarenta e nove centavos)*, o Valor Unitário de Referencia – VUR, que corresponde ao custo dos serviços rateados entre os contribuintes tributáveis, a ser aplicado para o Exercício de 2014.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2014.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal *"Couto Magalhães"*, Várzea Grande, 27 de janeiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:61EDEE55

PREFEITURA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº. 0 5 D E 2 7 D E J A N E I R O D E 2 0 1 4.

Nomeia Contribuinte por Substituição Tributária.

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito Município de Várzea Grande, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e,
CONSIDERANDO o disposto no art. 128 da Lei nº. 5.172/55 (Código Tributário Nacional), combinado com art. 84 da Lei nº. 1.178/91 (Código Tributário Municipal) com redação alterada pela Lei nº. 2.645/03.

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados, a partir da data de vigência deste, sujeitos passivo por substituição tributária as seguintes empresas:

IM	CNPJ	Razão Social
32.668	13.654.855/0001-88	Aurora Distribuidora de Concreto e Serviços Ltda.
32.291	01.838.723/0392-52	BRF S/A
35.231	01.838.723/0389-57	BRF S/A
35.232	01.838.723/0390-90	BRF S/A
35.026	01.838.723/0089-69	BRF S/A
2.048	01.376.292/0001-24	CANARANA – Empreendimentos Sociais S/S Ltda – ME.
	12.109.656/0001-26	Condomínio Terra Nova Várzea Grande I
22.048	04.960.816/0001-18	Isoeste Mato Grosso Indústria e Comercio de Plástico Ltda.
25.682	07.692.229/0001-83	Lanchonete e Restaurante Chapéu do Sol Ltda - ME
31.692	12.972.344/0001-41	MRV PRIME Incorporação SPE Ltda.
33.297	13.602.564/0001-46	MRV PRIME Parque Chapada do Horizonte Incorporações SPE Ltda.
29.298	10.931.322/0001-08	MRV PRIME Parque Chapada Guimarães Incorporações SPE Ltda.
32.538	12.715.383/0001-63	MRV PRIME XVII Incorporações SPE Ltda.
22.311	03.789.872/0003-30	Pax Nacional Prever Serviços Póstumos Ltda.
29.261	10.954.231/0001-98	Quintall Restaurante Ltda - ME

Art. 2º. As empresas nomeadas substitutas tributárias devem obedecer às leis e regulamentos do Município que disciplinam a forma, o prazo e o detalhamento do controle e recolhimento do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, **"Paço Municipal Couto Magalhães"**, Várzea Grande, 27 de janeiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:770F030A

PREFEITURA MUNICIPAL
D E C R E T O Nº 007 / 31 DE JANEIRO DE 2014.

"Nomeia contribuinte por substituição tributária".

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito Município de Várzea Grande, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 128 da Lei nº. 5.172/55 (Código Tributário Nacional), combinado com art. 84 da Lei nº. 1.178/91 (Código Tributário Municipal) com redação alterada pela Lei nº. 2.645/03.

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados, a partir da data de vigência deste, sujeitos passivo por substituição tributária as seguintes empresas:

I M	CNPJ/MF	Razão Social
37.010	02.012.737/0001-50	APM DA EMPG APOLONIO FRUTUOSO DA SILVA
37.011	02.012.740/0001-73	CAIXA ESCOLAR DA EMPG ARISTIDES PONPEO DE CAMPOS
37.056	18.638.764/0001-72	CCDE CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MIGUELINA DE CAMPOS E SILVA
37.009	12.606.668/0001-66	CCDE DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BASICA EMANUEL BENEDITO DE ARRUDA
37.054	12.778.641/0001-50	CCDE EMEB MARIA PEDROSA
37.012	01.996.507/0001-00	CENTRO EDUCACIONAL PROF SALVELINA FERREIRA DA SILVA
36.274	17.926.604/0001-66	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DA GUIA
26.274	17.926.604/0001-66	CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DA GUIA
37.062	11.387.662/0001-82	CMEI - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA LUCIA CORREA DE ALMEIDA BARROS
37.108	16.690.761/0001-52	CMEI IZABEL ANTUNES DE CAMPOS
37.061	18.294.304/0001-74	CMEI JOANITA BENEDITO TEIXEIRA DA COSTA CAMPOS
37.063	19.139.343/0001-60	CMEI SENADOR JONAS PINHEIRO
37.013	03.164.664/0001-84	COLEGIADO CONSULTIVO DELIB. ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE 1G. JULIO CORREA
37.014	02.455.482/0001-08	CONSELHO CONSULTIVO DELIBERATIVO DA UNIDADE ESCOLAR DA EMEB VEREADOR ESTEVAN FERREIRA DA CUNHA
37.015	02.003.454/0001-41	CONSELHO CONSULTIVO DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB ANA FRANCISCA DE BARROS
25.688	05.071.953/0001-64	CONSELHO CONSULTIVO DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB DEPUTADO ARY LEITE DE CAMPOS
37.055	18.602.189/0001-58	CONSELHO CONSULTIVO DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB ELIAS DOMINGOS
25.829	04.586.353/0001-76	CONSELHO CONSULTIVO DELIBERATIVO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BASICO LUIS REVELES PEREIRA
37.016	05.192.824/0001-24	CONSELHO CONSULTIVO DELIBERATIVO ESCOLAR DO CENTRO EDUCACIONAL PROF OSCAR RIBEIRO
26.345	02.487.153/0001-30	CONSELHO CONSULTIVO DELIBERATIVO ESCOLAR GONCALO DOMINGOS DE CAMPOS
37.017	05.128.650/0001-30	CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR ARMINDO DE ARRUDA CAMPOS
37.019	01.977.786/0001-64	CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB JULIO DOMINGOS DE CAMPOS
37.018	02.010.861/0001-86	CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB PE. LUIZ MARIA GHISONI
33.069	09.325.854/0001-12	CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB PROF PAULO FREIRE
33.041	05.950.005/0001-07	CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANTONIO AMORIM DE CAMPOS
37.020	08.032.714/0001-93	CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO

		ESCOLAR EDNILSON FRANCISCO KOLLING
27.468	02.003.455/0001-96	CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR PROFESSORA MARIA BARBOSA MARTINS - CCDE
37.021	01.996.509/0001-07	CONSELHO ESCOLAR DA EMPG ANGELA JARDIM BOTELHO
27.138	02.010.862/0001-20	CONSELHO ESCOLAR DA EMPG HONORATO PEDROSO DE BARROS
37.023	02.012.739/0001-49	CONSELHO ESCOLAR DA EMPG IRENICE GODOY DE CAMPOS
37.024	02.031.684/0001-14	CONSELHO ESCOLAR DA EMPG TEN ABILIO DA SILVA MORAES
37.025	02.031.751/0001-09	CONSELHO ESCOLAR EMPG PROF LIBIA DA COSTA RONDON
37.026	02.002.127/0001-75	CONSELHO ESCOLAR EMPG TENENTE WALDEMIRO DESGADO BERTULIO
02.263	15.359.466/0001-55	CRECHE SAO DOMINGOS SAVIO
37.029	01.969.698/0001-10	EMEB - PROF. MARIA DAS GRACAS PINTO
37.030	10.322.001/0001-06	EMEB PROF. LENINE DE CAMPOS POVOAS - ESCOLA DE FORMACAO INTEGRAL
37.034	02.506.972/0001-88	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º AIR ADDOR
37.035	01.969.699/0001-65	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º ANA ROSA DA SILVA
27.497	02.497.742/0001-08	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º ANTONIO LINO DE CAMPOS
37.032	01.969.696/0001-21	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º ANTONIO SALUSTIO AREIAS
37.037	02.509.325/0001-20	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º BENEDITA BERNADINA CURSO
37.040	02.025.522/0001-73	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º DAVID MAYER
37.041	02.487.372/0001-10	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU MARIA DE LOURDES TOLEDO AREIAS
37.028	02.487.287/0001-51	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU PROF. MARIA JOANA DA SILVA ALMEIDA
37.033	01.969.694/0001-32	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º JAYME VERISSIMO DE CAMPOS
27.293	01.969.691/0001-07	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º MANOEL JOAO DE ARRUDA
37.038	02.487.265/0001-91	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º MARIO ANTUNES DE ALMEIDA
37.031	01.969.697/0001-76	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º PROF LUCIA LEITE RODRIGUES
26.261	01.969.845/0001-52	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º PROF. ALINO FERREIRA DE MAGALHAES
37.039	02.490.410/0001-93	ESCOLA MUNICIPAL DE 1º VEREADOR ZENO DE OLIVEIRA
37.036	01.969.700/0001-51	ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BASICA NAIR DE OLIVEIRA CORREA
37.027	02.568.366/0001-97	ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU JUVELINA MONTEIRO DE OLIVEIRA
37.048	05.153.922/0001-52	UEX CCDE ESCOLAS MUNICIPAIS BENEDITO ABRAAO NASSARDEN, ANTONIA PELIPA DE CAMPOS, ANTONIA DA COSTA SIQUEIRA
28.486	02.031.685/0001-69	UEX DO CCDE DA EMEB ANTONIO GOMES DA CRUZ
37.050	02.487.382/0001-55	UEX DO CCDE DA EMEB EURAIDE DE PAULA
27.471	02.010.863/0001-75	UEX DO CCDE DA EMEB NAPOLEAO JOSE DA COSTA
37.047	04. 994.310/0001-20	UEX. CCDE. EMEB. JOSE ESTEJO DE CAMPOS
26.616	02.435.575/0001-62	UNID. EXECUTORA DE 1º PROF RUTH MARTINS SANTANA
37.059	17.677.241/0001-72	UNIDADE EXECUTORA DA ESCOLA MUNICIPAL CMEI ANTONIO NORBERTO DE BARROS CORREA FILHO
26.212	17.054.513/0001-88	UNIDADE EXECUTORA DA ESCOLA MUNICIPAL CMEI AURELIA CORREA DE ALMEIDA
37.052	02.455.488/0001-77	UNIDADE EXECUTORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE 1º ANTONIO JOAQUIM DE ARRUDA
37.053	02.455.486/0001-88	UNIDADE EXECUTORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU JOAO PONCEDE ARRUDA
37.058	18.700.456/0001-20	UNIDADE EXECUTORA DO CCDE DO CMEI ALBELLA CURVO DE MORAES
37.057	18.700.451/0001-05	UNIDADE EXECUTORA DO CCDE DO CMEI ELEUZA MARIA SOUZA SANTOS
37.045	01.996.510/0001-23	UNIDADE EXECUTORA DO CONSELHO CONSLTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO MAMEDE UNTAR
27.713	02.031.686/0001-03	UNIDADE EXECUTORA DO CONSELHO CONSULTIVO DELIBERATIVO ESCOLAR
37.022	02.046.012/0001-82	UNIDADE EXECUTORA DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA EMEB. JOAQUIM DA CRUZ COELHO
37.042	02.042.788/0001-24	UNIDADE EXECUTORA DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO DA EMEB. PROF. MARILCE BENEDITA DE ARRUDA
27.493	05.443.102/0001-03	UNIDADE EXECUTORA DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB ADVOGADO OSMAR MILAN CAPILE
26262	04.588.009/0001-16	UNIDADE EXECUTORA DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB DIRCE LEITE DE CAMPOS
37.043	02.455.489/0001-11	UNIDADE EXECUTORA DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB FAUSTINO ANTONIO DA SILVA
37.044	02.497.495/0001-31	UNIDADE EXECUTORA DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB GABRIEL MULLER
19.655	01.969.693/0001-98	UNIDADE EXECUTORA DO CONSELHO CONSULTIVO E DELIBERATIVO ESCOLAR DA EMEB RITA AUXILIADORA DE CAMPOS CUNHA

Art. 2º - As empresas nomeadas substitutas tributárias devem obedecer às leis e regulamentos do Município que disciplinam a forma, o prazo e o detalhamento do controle e recolhimento do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, "Paço Municipal Couto Magalhães", Várzea Grande, 31 de janeiro de 2014.

WALACE SANTOS GUIMARÃES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:68D29E03

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°.01/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº.54/2013

Partes Interessadas: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE/MT e as Empresas: EDITORA DE LIZ-ME / W. M. COMUNICAÇÃO VISULA LTDA / PROPEL-COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA-ME / ESPAÇO EDITORA GRÁFICA E PUBLICIDADE EIRELI-EPP / J. A. PONTES FILHO-ME / ELIFRANCES INDUSTRIA, COMÉRCIO GRÁFICA, GRÁFICA E EDITORA LTDA. Fundamentação Legal: Encontra-se vinculado no Decreto nº.7.892/2013, bem como nos documentos constantes no Processo Gespro nº.217247/2014. Objeto: Apostilar a Ata de Registro de Preços nº.01/2014, referente à futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande/MT, em sua Cláusula Décima Sexta – Dos Recursos Orçamentários. UO: Secretaria Municipal de Saúde. CFP: 2224. ND: 3.3.90.39. Fonte: 204/999. CFP: 2098. ND: 3.3.90.39. Fonte: 999. CFP: 2105. ND: 3.3.90.39. Fonte: 999. CFP: 2144. ND: 3.3.90.39. Fonte: 204/304/999. CFP: 2179. ND: 3.3.90.39. Fonte: 202/999. CFP: 2192. ND: 3.3.90.39. Fonte: 202/999. CFP: 2193. ND: 3.3.90.39. Fonte: 203. CFP: 1264. ND: 3.3.90.39. Fonte: 304/999. CFP: 1319. ND: 3.3.90.39. Fonte: 204/999. CFP: 2040. ND: 3.3.90.39. Fonte: 205/999. CFP: 2100. ND: 3.3.90.39. Fonte: 204/999. CFP: 2102. ND: 3.3.90.39. Fonte: 204/999. CFP: 2168. ND: 3.3.90.39. Fonte: 203/999. Data de Assinatura: 20/01/2014.

Signatários:

JAQUELINE BEBER GUIMARÃES
Secretária Municipal de Saúde

EDITORA DE LIZ LTDA – ME
CNPJ: 07.773.026/0001-11

W. M. COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA
CNPJ: 07.561.503/0001-85

PROPEL – COM. DE MATERIAIS P/ ESCRITÓRIO LTDA-ME
CNPJ: 10.758.883/0001-57

ESPAÇO EDITORA GRÁFICA E PUBLICIDADE EIRELI – EPP
CNPJ: 01.880.954/0001-07

J. A. PONTES FILHO – ME
CNPJ: 13.015.105/0001-66

ELIFRANCES IND. COM. GRAFICA E EDITORA LTDA
CNPJ: 08.866.744/0001-03

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:A5B7B2DB

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

CONTRATOS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA - MT

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2014

O Município de Vera – MT, através de sua Pregoeira Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00min (Horário Local), do dia 20 de Fevereiro de 2014**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Otawa, 1651, Centro – Vera - MT, abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2014**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para **CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL COM SOM E LUZ PARA ABRILHANTAR O CARNAVAL POPULAR DA CIDADE DE VERA NOS DIAS 01, 02, 03 e 04 de Março de 2014.**
O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Vera - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou no endereço: www.vera.mt.gov.br
Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min as 14h00min ou através do telefone (66) 3583-3100.

Vera – MT, 07 de Fevereiro de 2014

MARIA CILENE PEREIRA
Pregoeira

Publicado por:
Joedson Amaral de Oliveira
Código Identificador:85C281C8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2013

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III				LRF-Cidadão - 9.31 - 03/02/14
GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	32.514.331,49	33.058.127,05	33.399.543,40	33.845.280,06
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITEDEFINIDO PORRESOLUÇÃO DO SENADOFEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00
CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIODE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:EF55FF8D

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DECRÉDITO ORÇAMENTO FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTO FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL

2013

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV	LRF-Cidadão - 9.31 - 03/02/14
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS
	Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE	16,00
CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE	
CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00
FONTE:	
Nota:	

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:EF89C9D7

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS COM MANUTENÇÃO EDESENVOLVIMENTO DO ENSINO ORÇAMENTO DASEGURIDADE SOCIAL JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS COM MANUTENÇÃO EDESENVOLVIMENTO DO ENSINO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)				LRF-Cidadão - 9.31 - 03/02/14	
RECEITAS	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Dez 2013 (b)**	**% (b/a)**
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	20.190.485,00	20.214.485,00	4.986.406,30	21.175.542,10	104,75
Receitas de Impostos	2.781.000,00	2.805.000,00	519.576,32	2.526.732,26	90,08
Impostos	2.239.000,00	2.239.000,00	482.344,97	2.237.536,37	99,93
Dív ida Ativ a dos Impostos	512.000,00	512.000,00	34.995,59	268.727,95	52,49
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div . Ativ a de	30.000,00	54.000,00	2.235,76	20.467,94	37,9
Receitas de Transf erências Constitucionais e Legais	17.409.485,00	17.409.485,00	4.466.829,98	18.648.809,84	107,12
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.404.485,00	8.404.485,00	2.749.079,07	8.382.151,57	99,73
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	-11.500,00	0,00	0,00	-5.760,35	0
Cota-Parte ICMS	5.450.000,00	5.450.000,00	980.854,92	5.813.264,00	106,67
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ITR	61.000,00	61.000,00	71.344,36	353.204,45	579,02
Cota-Parte IPVA	355.000,00	355.000,00	26.625,11	470.220,91	132,46
Parcela das Transf erências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	3.150.500,00	3.139.000,00	638.926,52	3.635.729,26	115,82
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	6.695.000,00	6.746.000,00	1.110.568,85	6.808.121,46	100,92
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	6.160.000,00	6.160.000,00	979.634,87	5.781.865,91	93,86
Transf erências de Recursos do FUNDEB (V)	6.160.000,00	6.160.000,00	979.634,87	5.781.865,91	93,86
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenv olv imento	535.000,00	535.000,00	86.682,16	573.458,63	107,19
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	0,00	51.000,00	44.251,82	452.796,92	887,84
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	**23.734.985,00**	**23.821.485,00**	**5.458.048,63**	**24.347.934,30**	**102,21**

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Jun 2012 (d)**	**% (d/c)**
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	3.458.800,00	4.396.802,43	613.059,27	3.043.675,71	69,22
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	2.704.900,00	2.797.177,51	396.776,65	2.439.805,00	87,22
Despesas com Educação IInfantil em Creches e Pré-Escolas (VIII)	551.700,00	1.516.364,92	198.465,94	530.645,34	34,99
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	202.200,00	83.260,00	17.816,68	73.225,37	87,95
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	5.496.900,00	7.152.499,95	1.761.982,71	6.995.490,52	97,8
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	3.633.100,00	5.097.240,00	1.264.668,49	5.084.699,74	99,75
Outras Despesas no Ensino Básico	1.863.800,00	2.055.259,95	497.314,22	1.910.790,78	92,97
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	234.500,00	148.906,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	**9.190.200,00**	**11.698.208,38**	**2.375.041,98-**	**10.039.166,23**	**85,82**

[se II>IV]= PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)	-
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	2.146.136,65
DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	2.146.136,65
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas Com Ensino Fundamental (XVI)	**7,03** 0,00
Despesas Com Educação Infantil em Creches e Pré Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	**2.146.136,65**

CONTROLE DE RESTOS APAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**RESTOS A PAGAR INSCRITOSCOM DISPONIBILIDADE FINANCEIRADERECURSOSPRÓPRIOSVINCULADOS**	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	**Cancelados em**
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-	**0,00**
RP de despesas com Ensino Básico	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	**7.893.029,58**
TABELADE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMODE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	**37,27**
MÍNIMO60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÀODO MAGISTÉRIOENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo60 do ADCT	**87,94**

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	**Em 31 de Dezembro de 2012**	**Jan a Dez 2013**
	0.00	**136.444,11**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		
			No Bimestre	**Jan a Dez 2013 (f)**	**% (f/e)**
ENSINO FUNDAMENTAL	8.424.100,00	10.091.452,46	2.158.759,36	9.435.295,52	93,5
ENSINO PROFISSIONAL	12.200,00	7.131,00	0,00	0,00	0
ENSINO SUPERIOR	202.200,00	83.260,00	17.816,68	73.225,37	87,95
EDUCAÇÃO INFANTIL	551.700,00	1.516.364,92	198.465,94	530.645,34	34,99
TOTAL DAS DESPESAS	**9.190.200,00**	**11.698.208,38**	**2.375.041,98**	**10.039.166,23**	**85,82**
FONTE:					

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:12331EC3

GABINETE DO PREFEITO DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DEALIENAÇÃO DEATIVOS EAPLICAÇÃO DERECURSOS ORÇAMENTOS DASEGURIDADE SOCIAL JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS DEALIENAÇÃO DEATIVOS EAPLICAÇÃO DERECURSOS

ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF, art.53, § 1º, inciso III - Anexo XIV			
RECEITAS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAREALIZADAS (b)**	**SALDO AREALIZAR (a - b)**
RECEITADE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alienação de Bens Móv eis	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Alienação de Bens Imóv eis	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESALIQUIDADAS (d)**	**SALDO AREALIZAR (c-d)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Despesas de Capital	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Inv estimentos	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Inv ersões Financeiras	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização/ Refinanciamento da Dív ida	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes dos Regimes Próprios de Prev idência	**1.116.000,00**	**668.623,67**	**447.376,33**
TOTAL	**1.116.000,00**	**668.623,67**	**447.376,33**
SALDOFINANCEIROAAPLICAR	**EXERCÍCIO ANTERIOR (e)**	**DO EXERCÍCIO (f) = (b - d)**	**SALDO ATUAL (e + f)**
	0,00	**-668.623,67**	**-668.623,67**
FONTE:			

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:41AEA96B

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 3.331, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014

"Autoriza o Poder Executivo a, incluir ação no Anexo I, da Lei Municipal n.º 3305, de 20 de dezembro de 2023 - Plano Plurianual, Lei Municipal n.º 3265, de 11 de novembro de 2013 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, art. 54 da Lei Orgânica do Município;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Essa Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a, incluir ação no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Abre Crédito Adicional Especial:

I - O Anexo I, da Lei Municipal n.º 3305, de 20 de dezembro de 2013 - Plano Plurianual, passa a vigorar acrescido da Ação constante do Anexo I, dessa Lei.
II – O Anexo I, da Lei Municipal n.º 3265, de 11 de novembro de 2013 - Lei de Diretrizes Orçamentária, passa a vigorar acrescido da Ação constante do Anexo II, dessa Lei.

Art. 2º Abre ao Orçamento Geral do Município Crédito Adicional Especial no valor de R$ 509.867,01 (quinhentos e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e um centavo), discriminado por seu elemento de despesa:

07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
07.001 – ESCOLAS
07.001.12 – Educação
07.001.12.361 – Ensino Fundamental
07.001.12.361.0011 – Expansão e Melhoria Contínua da Educação Básica
12.001.12.361.0011.1280 – Construção de Quadra Poliesportiva na Escola Municipal José Inácio Fraga (Nova)

4490.51.00	Obras e Instalações – Fonte: 0222	509.867,01

Art. 3º Os recursos necessários para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial, aberto em conformidade com artigo anterior serão obtidos nos termos artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e seus incisos.

Parágrafo único. Autoriza a transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, até o limite autorizado nesse crédito.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Araguaia, 03 de fevereiro de 2014.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO
Prefeito Municipal

ANEXO – I
PLANO PLURIANUAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

INFORMAÇÕES SOBRE O PROGRAMA							
01. Denominação 0011 – Expansão e Melhoria Contínua da Educação Básica							
02.Objetivo Expandir e melhorar as condições da educação básica no município							
03.Público Alvo Alunos da Rede Escolar Municipal							
04.Unidade Responsável Secretaria de Educação							
5. Horizonte Temporal ( ) Contínuo (X) Temporário Início (02/2014) / Término (12/2014)							
07. Quantidade de Ações 01			08. Valor do Programa R$ 509.867,01				
IDENTIFICAÇÃO DE AÇÕES							
Descrição da Ação		Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R$ 1)
Construção de Quadra Poliesportiva na Escola Municipal José Inácio Fraga (Nova).		P	Quadra Construída	Un	2014	1	509.867,01
Função: 12	Subfunção: 512				TOTAL		509.867,01
PPA TOTAL							509.867,01

ANEXO – II
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2014

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO	SUB FUNÇÃO	PROGRAMA	TIPO	PROJETO/ATIVIDADE /OPERAÇÕES ESPECIAIS	INDICADORES FÍSICO/FINANCEIRO		
					META	VALOR R$	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO
12-Educação	361-Ensino Fundamental	0011 – Expansão e Melhoria Contínua da Educação Básica	P	1280 – Construção de Quadra Poliesportiva na Escola Municipal José Inácio Fraga (Nova).	Construir uma quadra poliesportiva na Escola Municipal José Inácio Fraga (Nova)	509.867,01	Proporção do n.º de unidades adquiridas, pela meta proposta

Publicado por:
Angela da Silva Ribeiro
Código Identificador:21EA6AD6

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO CHAMADA PUBLICA 001/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS
CHAMADA PÚBLICA 001/2014, PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, atendendo a Lei nº. 11.947/2009, Resolução/FNDE/CD nº.038/2009, informa o resultado da chamada pública para : Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para merenda escolar das escolas municipais que ocorreu dia 03/02/2014, com o seguinte resultado:

Fornecedor	Gêneros Alimentícios	Quant. Mensal	Unid.	Quant. total	v. unit	v. total
ARAPAMA	Castanha do Brasil Torrada	20	Kg	200	25,00	5.000,00
ARAPAMA	Bolacha de Castanha do Brasil	60	Kg	600	25,00	15.000,00
Luis Carlos Pereira	Leite in natura	372	Litros	3.720	1,30	4.836,00
José Carlos Pereira	Leite in natura	372	Litros	3.720	1,30	4.836,00
Jose Pereira Castro	Leite in natura	376	Litros	3.760	1,30	4.888,00

Apiacás MT., 03 de fevereiro de 2014

FÁBIO GERMANO
Secretária Mun. Educação

Publicado por:
Silvia Pierina Rozza Krizanowski
Código Identificador:6DF8BDEF

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2014 - EDITAL 05/2014 RESULTADO PROVISORIO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014

EDITAL 05/2014 – RESULTADO PROVISÓRIO

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 da Prefeitura de Brasnorte, nomeada pela Portaria n° 016/2014, comunica aos interessados e para que cumpram os efeitos legais que por meio deste Edital divulga o resultado provisório para o certame, conforme lista abaixo:

Cargo: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO – COMUNIDADE PAINEIRA
ENSINO FUNDAMENTAL

Nº da Inscrição	Nome:	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
088/2014	ERICA GUILHERME DE SOUZA	044.899.921-81	21	18	32	**71**	-
089/2014	CRISTIANE RODRIGUES	041.347.761-47	15	21	20	**56**	-
090/2014	DAMARIS ALVES NARDY DO NASCIMENTO	016.206.781-01	24	15	28	**67**	-

Cargo: PROFESSOR LICENCIATURA PLENA – ESCOLA CEREJAL - COMUNIDADE PAINEIRA

Nº da Inscrição	Nome:	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
065/2014	ROSE MEIRE GONÇALVES DA SILVA	981.539.431-20	27	27	36	**90**	-
013/2014	LUCIMAR MOREIRA AGUIAR	003.074.691-40	27	21	32	**80**	-

Cargo: PROFESSOR - ZONA RURAL/ ESCOLA CEREJAL COMUNIDADE PAINEIRA
ENSINO MÉDIO

N° da Inscrição	NOME	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
023/2014	DENILSON DIEGO OLIVEIRA CARMO	052.160.401-02	-	-	-	-	AUSENTE
139/2014	JUSCIELLE RAMOS	029.819.511-90	18	12	28	**58**	-
087/2014	IRENI FATIMA DOS SANTOS	041.810.041-12	-	-	-	-	AUSENTE

Cargo: PROFESSOR
ZONA RURAL – ESCOLA MUNDO NOVO
LICENCIATURA PLENA

Nº da Inscrição	Nome:	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
061/2014	APARECIDA ALVES DUARTE STAUFFER	808.555.711-87	18	21	36	**75**	-

Cargo: PROFESSOR - ZONA RURAL/ ESCOLA MUNDO NOVO

ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO

Nº da inscrição	Nome:	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
058/2014	ANTONIA SOUSA BARBOSA	032.371.613-06	27	15	36	**78**	-

Cargo: **PROFESSORZONA RURAL – ESCOLA MUNDO NOVO**

ENSINO MÉDIO			L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
Nº da inscrição	Nome:	CPF					
213/2014	MARISA DE FATIMA LIMA	967.465.641-34	27	15	32	**74**	-

Cargo: PROFESSOR - ZONA RURAL/ ESCOLA SANTOS DUMONT – COMUNIDADE TUPAN

LICENCIATURA PLENA

Nº da Inscrição	Nome:	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
092/2014	ELENA ANDRADE CAMPOS	532.0657.381-72	24	12	36	**72**	-

Cargo: PROFESSOR - ZONA RURAL/ ESCOLA SANTOS DUMONT – COMUNIDADE TUPAN

ENSINO MÉDIO

Nº da Inscrição	Nome:	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
195/2014	FABIANE LAURINDO DE MORAES OLIVEIRA	019.484.351-36	-	-	-	-	AUSENTE
003/2014	KENIA FERNANDES DE LIMA RIBEIRO	032.646.521-96	18	06	32	**56**	-
201/2014	MARIELI JULIA MARQUES DO AMARANTE	018.529.340-93	21	12	32	**65**	-
112/2014	AMANDA FRANCIELE DA SILVA	019.832.221-60	15	18	24	**57**	-

CARGO: PROFESSOR - ZONA RURAL – ESCOLA MARIA C. DE LIMA – C. AGUA DA PRATA

ENSINO MÉDIO

Nº da Inscrição	Nome:	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
018/ 2014	KETYNER PRISCILA CALDEIRA CAMPOS VILAS-BOAS	024.365.961-07	30	15	32	**77**	-
019/2014	HELLEN ARYANNE DE PAIVA	056.772.881-10	18	15	28	**61**	-
146/2014	CLENILDA MARIA JEK	604.453.191-00	21	15	28	**64**	-
145/2014	ROELIVAN NERES DE ARAUJO	000.427.911-54	24	09	24	**57**	-
138/2014	DAMIANA DE ALMEIDA SILVA	022.789.991-17	24	15	24	**63**	-
101/2014	ELIAINE BELARMINA FERNANDES	901.982.711-15	-	-	-	**-**	AUSENTE
084/2014	RAQUEL VIRGINIA DE PAIVA ANTUNES	019.804.281-74	24	24	32	**80**	-
085/2014	VANILZA CONCEIÇÃO DE FREITAS	967.009.201-91	21	12	36	**69**	-
131/2014	ROSIANE CRISTINA RIBEIRO NUNES	047.903.361-74	21	15	28	**64**	-
093/2014	LILIA PEREIRA DE OLIVEIRA	051.157.291-30	21	15	28	**63**	-

CARGO: PROFESSOR ZONA RURAL – ESCOLA MARIA C. DE LIMA – C. AGUA DA PRATA

ENSINO MÉDIO MAGISTÉRIO

Nº da Inscrição	NOME	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
166/2014	CRISTIANE MALAQUIAS PAIXÃO	000.638.061-18	27	12	36	**75**	-

CARGO: PROFESSOR ZONA RURAL – ESCOLA ADILSON JOSÉ SCHUMACHER – C. SÃO BENTO

LICENCIATURA PLENA

Nº da Inscrição	NOME:	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
056/2014	WEDER JOSÉ SZUBRIS	028273881-97	21	15	16	52	-

CARGO: PROFESSOR ZONA RURAL – ESCOLA ADILSON JOSÉ SCHUMACHER

ENSINO MÉDIO

Nº da Inscrição	**NOME**	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
032/2014	JUSILENE STOLFO GROSS	039.871.421-54	21	15	28	**63**	-
147/2014	ROSANGELA DA SILVA SANTANA	004.806.601-07	-	-	-	-	AUSENTE
149/2014	MARIA LUZIA GONÇAVES DA CRUZ	022.808.911-58	24	09	32	**65**	-
157/2014	GIOVANE HENRIQUE LIMA DA COSTA	016.669.361-12	18	21	32	**71**	-
156/2014	ANA PAULA DE OLIVEIRA CALDEIRA	052.766.001-98	21	09	24	**54**	-
057/2014	PATRICIA FERNANDA MOREIRA DE OLIVEIRA	046.420.591-30	21	09	20	**50**	-
062/2014	LEANDRO ACRE DE LIMA	049.562.751-24	24	12	28	**64**	-
072/2014	ANDREIA FERNANDA DA SILVA	021.123.991-79	21	09	12	**42**	-
128/2014	JOSIANE	057.169.801-8	18	12	24	**54**	-

	NERIS						
200/2014	LAIS KENIA MOREIRA DE OLIVEIRA	046.420.601-46	21	09	28	**58**	-

CARGO PROFESSOR ZONA RURAL-ESCOLA TREZINHA GONÇALVES DA SILVA G. TIBAGI

LICENCIATURA PLENA

Nº da Inscrição	NOME	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
012/2014	MARIA NEUZA DE FIGUEIREDO FERRAZ	208.038.001-00	27	21	32	**80**	-
118/2014	VERONICE GONÇALVES JUSTI	486.998.021-53	27	18	28	**73**	-

CARGO PROFESSOR ZONA RURAL-ESCOLA TREZINHA GONÇALVES DA SILVA G. TIBAGI

ENSINO MÉDIO

Nº da Inscrição	NOME	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
153/2014	ROSEANA KELI VERONEZI	979.165.521.-91	21	09	24	**54**	-
168/2014	SINEZIO DE JESUS SOBRINHO	031.622.151-10	24	12	20	**56**	-
070/2014	LUCAS DOS SANTOS MIRANDA	053.598.571-10	18	15	28	**61**	-
091/2014	GILBERTO RODRIGUES NOGUEIRA	055.617.081-47	27	12	32	**71**	-
098/2014	VALDICLEY TAVARES DA SILVA	039.868.841-90	18	15	24	**57**	-
104/2014	NATECIA NAYARA JESUS DE OLIVEIRA	032.316.881-75	21	12	32	**65**	-
188/2014	ELIANE GRAMS	057.650.321-50	24	09	20	**53**	-
126/2014	JOAO BATISTA PIRES DOS SANTOS JUNIOR	046.993.671-19	21	12	40	**73**	-
129/2014	MARIA HELENA DE JESUS SOBRINHO	030.151.441-03	18	06	32	**59**	-
137/2014	MARIA DE FREITAS SILVA	595.097.321-68	18	09	24	**51**	-
052/2014	JOSE DIOGENES CAMPAGNUCI	621.751.818-04	23	18	32	**74**	-

CARGO NUTRIÇÃO ZONA RURAL-ESCOLA TREZINHA GONÇALVES DA SILVA

ENSINO FUNDAMENTAL

Nº da Inscrição	NOME	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
199/2014	RENATA DOS PASSOS PRESTES DOS SANTOS	039.336.451-82	-	-	-	-	AUSENTE
053/2014	ROSANGELA RODRIGUES PEREIRA	922.525.671-04	-	-	-	-	AUSENTE
100/2014	BEATRIZ PEREIRA DE OLIVEIRA	015.158.761-28	24	24	12	**60**	-

CARGO: AGENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR

ENSINO FUNDAMENTAL

Nº da Inscrição	NOME	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	PROVA PRÁTICA	RESULTADO PROVISÓRIO
142/2014	ROBSON LIMA DOS SANTOS	971.079.722-00	18	18	16	52	52	-
143/2014	EDSON SOARES DE JESUS	017.497.851-02	24	21	20	65	20	-
099/2014	ADEMIR GOMES MOTA	237.895.572-34	21	21	12	54	AUSENTE	-
158/2014	ROGERIO DOS SANTOS	035.979.949-38	27	30	08	65	77	-
187/2014	RONALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA	003.124.421-14	27	24	24	75	76	-
076/2014	MOISÉS ARAÚJO DOS SANTOS	345.206.941-91	18	21	28	67	93	-
117/2014	REGINALDO BISPO VIEIRA	014.150.231-23	-	-	-	-	-	AUSENTE
192/2014	EDIMAR DIAS DE ARAUJO	589.209.439-15	30	24	24	78	17	-
044/2014	PAULO SERGIO OLIVEIRA DO NASCIMENTO	882.370.101-59	27	27	24	78	100	-

CARGO APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL-NUTRIÇÃO-CENTRO

ENSINO FUNDAMENTAL

Nº da Inscrição	NOME	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
161/2014	ROSILENE NUNES SANTANA	029.841.601-85	24	24	40	88	-
224/2014	CENIRA DA CUNHA OLIVEIRA	453.224.391-04	21	15	28	64	-
212/2014	MARIA APARECIDA ALVES DE SOUZA	046.229.391-26	24	21	32	77	-
135/2014	MARIA EUNICE AMORIM DOS SANTOS	824.061.701-87	12	12	16	40	-
031/2014	ALINE GRANJEIRO DA SILVA	032.642.351-61	30	27	20	77	-
134/2014	CREUSILENE GOMES	096.129.077-30	24	24	28	76	-
207/2014	DANIELE SAUER LANSANA	021.295.191-21	30	27	40	97	-
082/2014	EUNICE FERREIRA DE MELO	009.831.341-03	18	18	24	60	-
081/2014	SUELI LUIZ FERREIRA	836.150.671-34	27	27	32	85	-
036/2014	NUBIA MERIDIAN BARROS COELHO	017.741.991-14	30	24	40	94	-
122/2014	ADRIANA FONTOURA	018.710.621-52	-	-	-	-	AUSENTE
035/2014	ADRIANA MAGALHAES MEDRADO	840.087.412-91	27	27	24	**78**	-
037/2014	SIRLENE APARECIDA MANOSSO	946.085.719-15	30	27	40	**97**	-
121/2014	NEIDE IZABEL PANERARI DE MORAES	009.512.311-38	27	27	16	**70**	-
120/2014	MARCIANE RODRIGUES IGNACIO	943.832.781-91	24	21	32	**77**	-
078/2014	JUDITE DELFINO BARBOSA DA SILVA	939.651.177-34	27	15	24	**66**	-
113/2014	MARIA FRANCIONE CARNEIRO	054.511.231-10	30	27	40	**97**	-
069/2014	SUELI JACINTA ZERWERS MULLER	871.453.751-68	30	15	28	**73**	-
102/2014	ROSE MARIA KOKOJISKI DA SILVA	930.861.489-34	21	18	40	**79**	-
186/2014	ANA PAULA GOMES DOS REIS	057.381.861-41	27	27	16	**70**	-
182/2014	MARINALVA FERREIRA DE	013.280.531-64	24	24	32	**80**	-

	OLIVEIRA							
130/2014	NOELI SANCHES DE LIMA DA SILVA	568.570.801-78	27	24	36	**87**	-	
152/2014	EDILEUZA PEREIRA DA SILVA	345.857.611-87	30	24	32	**86**	-	
127/2014	AMELIA DO NASCIMENTO	007.018.731-24	21	27	28	**76**	-	
020/2014	BENEDITA LUIZA DE BARROS	807.339.991-15	27	27	32	**86**	-	
025/2014	MARIA MADALENA DA ROCHA SILVA	487.931.591-53	21	18	20	**59**	-	
034/2014	DAIANE BORGES PEREIRA	047.197.761-67	24	21	36	**81**	-	
159/2014	JOSELILIA DA COSTA OLIVEIRA	020.118.111-80	27	24	36	**87**	-	
054/2014	ANGELA MARI TEODORO VENITELLE	017.325.661-94	21	18	24	**63**	-	
172/2014	MARCIA MARLI CORREIA DE OLIVEIRA	016.737.081-29	24	15	32	**71**	-	
060/2014	MARIA APARECIDA MARCELO BONAZZA	005.017.371-54	21	27	28	**76**	-	

CARGO PROFESSOR CENTRO

LICENCIATURA PLENA

Nº da Inscrição	NOME	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
006/2014	GISELLI DA SILVA CHAVES	015.737.031-33	24	27	32	**83**	-
010/2014	JAKELINE MARIA RODEGHERO	889.868.881-49	18	18	36	**72**	--
015/2014	SUELI PRESTES PEREIRA	032.899.919-97	15	21	32	**68**	-
160/2014	JULIANA SOUZA RODRIGUES	018.959.451-94	24	18	32	**74**	-
155/2014	SILVANIA CORREIA DA SILVA	971.246.481-49	27	15	36	**78**	-
042/2014	VALNEOMAR ALVES DE LIMA	872.505.431-72	18	18	16	**52**	-
045/2014	LAURA CRISTINA NOVAIS	674.776.402-10	30	24	32	**86**	-
063/2014	SIMONE BERNARDES PEREIRA	011.729.151-05	15	21	12	**48**	-
067/2014	NEIRE DAS GRAÇAS LUCIO	004.725.881-09	27	27	36	**90**	-
068/2014	SONIA APARECIDA RODRIGUES	487.902.731-68	21	21	28	**70**	-
103/2014	SILVANA APARECIDA RODRIGUES SANTANA	813.556.451-15	16	18	18	**52**	-
070/2014	MARCELO HENRIQUE RIBEIRO PEZATI	354.796.138-63	24	27	24	**75**	-
105/2014	CRISTIANE RIVIA SANTOS OLIVEIRA SJYDLOVSKI	311.123.598-00	24	21	3.6	**81**	--
107/2014	ROSANA DE ANDRADE MOURA	023.624.101-02	21	18	28	**67**	
073/2014	JOSIELE BECKER MAYER	010.499.661-71	24	15	28	**67**	-
115/2014	DIANA ANGÉLICA RIBEIRO ZANARDI	033.460.271-80	30	24	40	**94**	-
079/2014	FRANCIELE CAROLINE DA SILVA	006.083.211-84	21	24	32	**77**	-
194/2014	NERLI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	935.585.891-49	27	18	36	**81**	-
193/2014	LUANA SELIVAN	070.561.909-52	18	12	36	**66**	
125/2014	ILDA MARIA TAVARES HENRIQUES	819.186.586-68	2.4	2.7	3.2	**83**	
086/2014	MARIVETE APARECIDA TURELLA SARETO	017.374.929-11	24	30	36	**90**	-
203/2014	JOSÉ CARLOS ALVES DE LIMA	962.291.951-00	27	24	24	**75**	
202/2014	BENEDITA SEBASTIANA DIAS MORENO	229.860.731-15	-	-	-	-	AUSENTE
132/2014	JACKELINE ARAÚJO DA SILVA	031.197.761-81	21	18	20	**59**	
133/2014	JULIANE VICENTE GUIMARÃES	019.361.631-95	21	12	12	**45**	-
210/2014	LAURA GONÇALVES FRANCO CARDOSO	012.736.561-30	1.8	1.2	2.0	**50**	
136/2014	MARISA DINIZ DE OLIVEIRA ALVES	000.416.051-79	27	24	24	**75**	
214/2014	EUDA ELI DA SILVA	793.172.431-34	21	27	24	**72**	-
217/2014	SONIA DOS SANTOS	609.171.801-68					
095/2014	POLIANA FRANCIELI MARTINS BAVARESCO	048.007.079-27	27	27	32	**86**	
008/2014	ROSANIA DA SILVA	803.029.631-20	-	-	-	-	AUSENTE

CARGO PROFESSOR CENTRO

ENSINO MÉDIO

Nº da Inscrição	NOME	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
005/2014	MARILENE SERAFIM DE SOUZA	176.996.548-38	21	15	32	**68**	
014/2014	MICHELY TAVARES HENRIQUES INÁCIO	107.344.747-25	24	24	40	**88**	
022/2014	DÉBORA BOMTEMPO DA SILVA	023.881.671-08	21	18	36	**75**	
024/2014	MARCIA CRISTINA ROCHA SILVA	929.993.601-34	15	21	28	**64**	
029/2014	ANA ELIZA CRISTIANE DA SILVA LARA	004.517.081-99	-	-	-	-	AUSENTE
055/2014	JOSÉ RICARDO DA SILVA CARVALHO	821.185.237-34	24	15	24	**63**	
181/2014	LUCIA VAHLUX DE OLIVEIRA	504.765.999-20	24	09	28	**61**	
184/2014	LUCIENE DIAS DE ARAÚJO	040.979.589-50	27	06	36	**69**	
190/2014	ROBERTA ZAMPARONI MARQUES	006.562.441-60	-	-	-	-	AUSENTE
189/2014	SHEILA PEREIRA DA SILVA	848.096.712-91	18	15	36	**69**	
109/2014	LUCIANA PATRICIA CZERNEK MACHINER	041.512.061-67	24	18	28	**70**	
191/2014	CLEBER ALVES DE LIMA	701.565.041-03	24	21	32	**77**	
074/2014	MICHELE BECKER MAYER	025.560.241-35	21	24	32	**77**	
075/2014	MARCIA GLÓRIA DE OLIVEIRA	495.407.501-72	21	06	32	**59**	
077/2014	CASSIANE APARECIDA DOS SANTOS	011.172.051-69	24	18	36	**78**	
080/2014	ROSELI PRESTES PEREIRA ÁVILA	032.893.399-63	-	-	-	-	AUSENTE
198/2014	DAIANE DA SILVA CRUZ	025.738.771-40	21	09	20	**50**	
197/2014	LUANA BURGUESAN	020.247.541-71	21	15	28	**64**	
216/2014	MARIA ROSA PIRES DA SILVA	021.229.581-03	24	09	32	**65**	
225/2014	ANDREIA ROSA DE ALMEIDA LIMA	874.193.601-97	27	09	40	**76**	

180/2014	JADIRA ALVES DA SILVA	681.375.167-00	-	-	-	-	AUSENTE

CARGO AUXILIAR DE DESENVOVIMENTO INFANTIL -CENTRO							
ENSINO MÉDIO - MAGISTÉRIO							
Nº da Inscrição	NOME	CPF	L.P	C.G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
183/2014	REGINA APARECIDA GIROTTO	701.716.889-53	24	18	32	**74**	
114/2014	IVANILDES DIAS NOGY	537.567.541-20	18	06	2.4	**48**	
028/2014	MARIA ROSA ARAÚJO DE SANTOS	571.734.001-04	24	09	36	**69**	
027/2014	ANA MARCELO DELISE	452.578.501-25	24	12	36	**72**	
016/2014	MAIRA RIBEIRO DA SILVA	050.947.561-25	27	09	32	**68**	
009/2014	LACI PINHEIRO LOPES	808.340.431-49	24	12	28	**64**	
001/2014	MARLI FERREIRA DO NASCIMENTO	579.062.032-91	18	12	32	**62**	
021/2014	SILVIA COSTA LOPES	827971379-49	21	09	28	**58**	
017/2014	MAURA DE FÁTIMA MACHADO FRASSON	337.577.801-59	21	09	36	**66**	

CARGO AUXILIAR DE DESENVOVIMENTO INFANTIL -CENTRO							
ENSINO MÉDIO							
Nº da Inscrição	NOME	CPF	L. P	C. G	C.E	TOTAL	RESULTADO PROVISÓRIO
002/2014	MARIA JOSE DE SOUZA OLIVEIRA CARVALHO	034.110.253-95	27	03	40	**70**	
004/2014	LÉIA SILVA RODRIGUES	928.597.471-68	24	06	28	**58**	
007/2014	SANDRA PAULINA RIBEIRO NOVAIS	044.718.231-59	27	12	24	**63**	
011/2014	REJANE RIBEIRO MOURA	975.799.201-15	21	03	32	**56**	
026/2014	BARBARA MARGARETH FULGENCIO	011.143.151-41	24	12	32	**69**	
140/2014	RAYANE BRAZ ZUKOWSKI	047.231.481-59	18	12	40	**70**	
030/2014	GEISA PEREIRA	039.966.711-30	21	09	32	**61**	
141/2014	ANDREIA PATRICIA MARTINS	019.534.479-02	21	08	32	**61**	
041/2014	MARCIA SANTOS MORAES	046.3184.71-82	24	12	36	**72**	
151/2014	SILVANA DA SILVA KOLINSQUE	042.396.551-45	24	21	32	**77**	
040/2014	DELAINE STANFFER RIBEIRO	019.209.661-37	24	15	28	**67**	
150/2014	IVANIR GONÇALVES CAVALHEIRO	514.661.121-15	24	18	28	**70**	
039/2014	LINEIA RODRIGUES SANTANA	027.971.441-63	03	12	20	**35**	
033/2014	SHEILA FRANCIELE KERN	030.700.831-29	24	12	32	**68**	
144/2014	ANDREIA RODRIGUES NASCIMENTO	004.562.071-71	27	12	28	**67**	
038/2014	TALITA MARIA BONAZZA	015.511.431-00	24	12	40	**76**	
162/2014	SARA JANE LOPES	024.927.201-60	24	09	24	**57**	
163/2014	SIRLENE PAZ COLERAUS	666.868.659-15	21	09	28	**58**	
164/2014	JOANA DARC AZEVEDO DOS SANTOS	945.105.551-72	15	18	36	**69**	
165/2014	EDILAINE CASEMIRO DOS SANTOS	026.037.061-44	24	09	12	**45**	
050/2014	ÉDINA MESSIAS DA ROSA	046.6678.269-16	27	15	36	**78**	
051/2014	NOEMI GIACOMEL	879.182.341-20	24	15	32	**71**	
049/2014	EDICLEIA LUCAS DA SILVA	042.877.571-30	18	15	28	**61**	
048/2014	ELEIA DA SILVA CAVALHEIRO RECK	986.177.961-20	21	18	36	**75**	
158/2014	ROSELI BORGES MACIEL	054.274.411-23	-	-	-	-	AUSENTE
047/2014	ALEXANDRA CAVALCANTE BRAUN	297.504.798-31	30	18	40	**88**	
046/2014	SILVANA BORGES DO AMARAL	920.105.711-34	21	1.2	20	**53**	
154/2014	VANIA SOUZA SILVA	026.377.701-47	15	06	36	**57**	
043/2014	PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA	041.720.921-52	21	15	36	**72**	
174/2014	LEILDE MAXIMO DA SILVA	879.823.662-87	27	12	36	**75**	
175/2014	ANGELA DE OLIVEIRA DAMACENA	055.573.101-42	24	18	28	**70**	
171/2014	CRISTIANE FLORENTINA SZARESKI	027.192.841-73	24	15	32	**71**	
094/2014	FABIANA CORREA AGNES	700.483.741-64	15	18	40	**75**	
096/2014	MARIANA VIEIRA DA SILVA	038.899.821-07	24	18	36	**78**	
097/2014	MAIARA DE FÁTIMA OCHOA DA SILVA	044.700.221-01	15	12	36	**63**	
059/2014	MIRIAN DE OLIVEIRA GOMES	531.230.342-91	-		-	-	AUSENTE
173/2014	RAFAELE ELISA VAGNER MARCELLO	930.742.551-53	27	21	20	**68**	
064/2014	ELEANE INÊS BRAUM BURG	650.630.901-68	24	24	40	**88**	
179/2014	MARIA DE FÁTIMA AMÉRICO DA SILVA	000.970.871-57	21	21	28	**70**	
176/2014	ADRIELLEN FERREIRA DE MORAES	044.552.041-80	24	12	24	**60**	
177/2014	TAYLAINE SOUZA NASCIMENTO	039.255.921-80	18	06	32	**56**	
178/2014	LUCIANA MAIARA RODRIGUES DA SILVA	039.141.851-39	21	18	28	**67**	
211/2014	KATIELE ALVES DOS SANTOS	044.776.591-48	18	12	28	**58**	
208/2014	IVANETE GONÇALVES	785.580.001-82	21	15	32	**68**	
209/2014	ELISANGELA VALVERDE DE ALMEIDA	051.272.041-00	18	12	32	**62**	
204/2014	FRANCIANE APARECIDA PEREIRA STAUFFER	001.194.241-00	27	21	24	**72**	
205/2014	ROSANGELA SOLIDARIO	007.018.711-80	27	21	32	**80**	
106/2014	MARIA LUCIA DE ALCANTARA OLIVEIRA	025.530.841-88	18	15	28	**61**	
108/2014	ANACRETA DE MORAES DE ALMEIDA	346.280.371-91	24	12	36	**72**	
110/2014	JOSIANE CARLA DE ARAUJO	046.933.981-01	15	09	32	**56**	
11/2014	LUESSA SANTOS BUSS	050.314.671-42	21	18	36	**75**	
116/2014	LUCIANE COELHO	030.948.831-17	-	-	-	-	AUSENTE
169/2014	JOSELHA DOS SANTOS RODRIGUES	915.663.122-72	21	15	36	**72**	

167/2014	ELIANE SOUZA DA SILVA	004.098.491-54	18	12	28	**58**	
219/2014	INGRID MAIARA CANDIDA PEREIRA	040.670.321-37	21	12	36	**69**	
215/2014	CLEICIANE DA SILVA	053.597.451-50	-	-	-	-	AUSENTE
148/2014	SIRLEY BATISTA BRAZ	622.272.111-72	24	15	28	**67**	
206/2014	MARICLEI LUDIMILA LUCAS DA SILVA	051.458.071-20	24	12	28	**64**	
083/2014	ALINE PASSAMANI BECKER	971.859.731-04	24	12	36	**72**	
124/2014	DANIELE OLIVEIRA BRAZAO	047.054.261-69	21	15	32	**68**	
196/2014	WELEN DAIANE DA SILVA SANTOS	043.480.151-80	15	06	20	**41**	
119/2014	ELIANE MARINHO MARCELO	041.527.161-42	-	-	-	-	AUSENTE
123/2014	ROSANA MARIA VIEIRA	021.851.461-14	18	12	24	**54**	
071/2014	DIRCE LAURINDO LOPES DA SILVA	014.764.411-97	21	15	32	**68**	
066/2014	HILDA MUNIZ SOUZA DE MELO	348.111.438-92	21	06	16	**43**	
226/2014	AGNA DOS SANTOS DE SOUZA	035.148.211-35	24	09	40	**73**	
222/2014	MÁRCIA GRINS	021.832.561-41	-	-	-	-	AUSENTE
223/2014	MICHELE TAVARES ALVES	025.355.421-70	18	18	36	**72**	
221/2014	FLAVIANA OLIVEIRA GADO	042.241.011-06	27	12	32	**71**	
220/2014	ANGELA BIER	018.533.571-38		-	-	-	AUSENTE
218/2014	MERIDIAN APARECIDA OLIVEIRA GADO	01.278.151-62	-	-	-	-	AUSENTE

Brasnorte MT, 07 de fevereiro de 2014.

INÊS PAZDIORA
Presidente da Comissão
Processo Seletivo Simplificado N° 001/2014

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:3406654C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N 02/2014 - EDITAL COMPLEMENTAR 06/2014 - JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA LISTA DE INSCRITOS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 006/2014

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA LISTA DE INSCRITOS

A Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Processo Seletivo Simplificado 002/2014, representada pela senhora Mara Andressa Kunst Kempa, Presidente da Comissão, no uso de suas atribuições legais, e de Acordo com a Lei Autorizativa nº 1591/2014 e Lei Complementar 051/2014, Informa que não houve recursos contra a Lista de Inscritos do Processo Seletivo Simplificado 002/2014.

Brasnorte – MT 07 de Fevereiro de 2014.

MARA ANDRESSA KUNST KEMPA
Presidente da Comissão
Processo Seletivo Simplificado
N° 002/2014

TATIANA CRISTINA DA SILVA
Secretária da Comissão

ALESSANDRA APª. M. L. FERNANDES
Membro

LAISA ANGÉLICA MELO SILVA
Membro

EDMILSON DOS SANTOS
Membro

GLAUCIA HELFER
Membro

CRISTIANE GEMMI
Membro

Publicado por:
Laisa Angelica de Melo da Silva
Código Identificador:4A22DEAC

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS/PLANEJAMENTO E PROJETOS
CAMARA MUNICIPAL BALANÇO FINANCEIRO 2013

ANEXO 13 da Lei n°4.320, de 17 de marco de 1964
BALANÇO FINANCEIRO
EXERCICIO DE 2013

(art 103 da Lei nº 4.320/1964							em R$. P Contas TC E
RECEITA				DESPESA			
OR!;AMENTARIA				OR!;AMENTARIA			
Titulos	RS	RS	RS	Titulos	RS	RS	RS
				DESPESA			714.500,00
				LEGISLATIVA		714500,00	
Total da Receita Orcamentaria			0,00	Total da Despesa Orcamentaria			714,500,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS			
Titulos	RS	RS	RS	Titulos	RS	RS	RS
INTERFERENCIAS ATIVAS			714500,00				
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		714.500,00					
REPASSES ATIVOS	714500,00						
Total de Trans!. Financeiras Recebidas			714.500,00	Total de Trans!. Financeiras Concedidas			0,00
EXTRA·OR!;AMENTARIA				EXTRA-OR!;AMENTARIA			
Titulos	RS	RS	RS	Titulos	RS	RS	RS
CONSIGNACOES			110 138,78	CONSIGNACOES			110138,78
PREVIDENCIA MUNICIPAL		43958,21		PREVIDENCIA MUNICIPAL		43.958,21	
DEMAIS SEGURADOS	43958,21			DEMAIS SEGURADOS	43958,21		
OUTROS CONSIGNATARIOS		55464,45		OUTROS CONSIGNATARIOS		55.464,45	
FINANCIAMENTO CAIXA ECONIMICA FEDERAL	14.446,1			FINANCIAMENTO CAIXA ECONIMICA FEDERAL	14.446,1		
FINANCIAMENTO DA COOPERATIVA SICREDI - NOF	40983,95			FINANCIAMENTO DA COOPERATIVA SICREDI . NOF	40.983,95		
CONTRIBUICAO SINDICAL	34,40			CONTRIBUICAO SINDICAL	34,40		
IRRF DE SERVIDORES		10445,19		IRRF DE SERVIDORES		10.445,1	
DEPOSITO - I.R.R.F	10445,19			DEPOSITO - I.RR F	10445,19		
IRRF DE TERCEIROS		60,00		IRRF DE TERCEIROS		60,00	
I R.RF - PRESTACAO DE SERVICOS	60.00			I R RF - PRESTACAO DE SERVICOS	60,00		
ISS		210,93		ISS		210,93	
I.S.S.Q.N	210,93			I SSQN	210.93		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			2380.00	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			2 380,00
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO		2 380,00		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO		2380,00	
OUTROS DEPOSITOS	2 380,00			OUTROS DEPOSITOS	2.380,00		
				INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FIN			2 380,00
Total da Receita Extra-Orcarne ntaria			112.518,78	Total da Despesa Extra-Orcarnentaria			114.898,78
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR				SALDO PARA 0 EXERCICIO SEGUINTE			
Titulos	RS	RS	RS	Titulos	RS	RS	RS
BANCOS CONTA MOVIMENTO			2.380,00	BANCOS CONTA MOVIMENTO			
Total do Saldo do Exercicio Anterior			2.380,00	Total do Saldo para 0 Exercicio Seguinte			0,00
Total da Receita			829.398,78	Total da Despesa			829.398,78

VARIA<;:OES ATIVAS				VARIA<;:OES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECU<;:AO OR<;:AMENTARIA							
Titulos	RS	RS	RS	Titulos	R$	RS	R$
RECEITA				DESPESA			714500.00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			714500.00	DESPESAS CORRENTES		712.218.85	
REPASSES ATIVOS		714 500.00		PESSOAL E EN CARGOS SOCIAIS	509975.40		
REPASSE RECEBIDO	714500.00			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	202.243.45		
				DESPESAS DE CAPITAL		2.281.15	
				INVESTIMENTOS	2.281.15		
				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
TOTAL RESULTANTE DA EXECUC;;AO OR<;:AMENTARIA ATIVA			714.500,00	TOTAL RESULTANTE DA EXECUC;;AO ORC;;AMENTARIA PASSIVA			714.500,00
MUTA<;:OES PATRIMONIAIS							
Titulos	RS	RS	RS	Titulos	RS	RS	RS
INCORPORACOES DE ATIVOS			4.661.15	DESINCORPORACOES DE A TIVOS			
AOUISICAO DE BENS MOVEIS		2281.15		INCORPORACAO DE PASSIVOS			
BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	2.281.15						
INCORPORACAO DE CREDITOS POR SAIDAS DE RECURSO		2380.00					
DIVERSOS RESPONSAVEIS	2.380.00						
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS							
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS							
RECEITAS DE CAPITAL INTRA·ORCAMENTARIAS							
TOTAL DAS MUTAC;;OES PATRIMONIAIS ATIVAS			4.661,15	TOTAL DAS MUTAC;;OES PATRIMONIAIS PASSIVAS			0,00
INDEPENDENTES DA EXECU<;:Ao OR<;:AMENTARIA							
Titulos	RS	RS	RS	Titulos	RS	RS	RS
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS				TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS				OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS			2 380.00
INCORPORACOES DE ATIVOS				INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FINANCE		2 380.00	
AJUSTES DE BENS. VALORES E CREDITOS			60.00	INCORPORACAOIOESINCORPORACAO DE SALDOS FIN	2 380.00		
REAVALIACOES DE BENS		60.00		DESINCORPORACOES DE ATIVOS			7622.00
BENS MOVEIS	60.00			BAIXA DE BENS MOVEIS		7622.00	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS				BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	7622.00		
AJUSTES DE OBRIGACOES				AJUSTES DE BENS. VALORES E CREDITOS			4996.46
				DESVALORIZACOES DE BENS		4996.46	
				BENS MOVEIS	4 996.46		
				INCORPORACAO DE PASSIVOS			
				AJUSTES DE OBRIGACOES			
TOTAL IN DE PEN DENTES DA EXEC. ORC;;AMENTARIA ATIVA			60,00	TOTAL IN DE PEN DENTES DA EXEC. ORC;;AMENTARIA PASSIVA			14.998,46
Total das variacoes Ativas			719.221,15	Total das variacoes Passivas			729.498,46

RESUL TADO PATRIMONIAL (DEFICIT)			10.277,31	RESUL TADO PATRIMONIAL (SUPERAVIT)			
Total Geral			729.498,46	Total Geral			729.498,46

TiTULOS	SALDO DO EXERCiclO (a)	MOVIMENTO DO EXERCiclO				SALDO PARA 0 EXERCiclO SEGUINTE (a+(b+e)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRI<;:AO (b)	RESTABELECIMENTO (e)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PASSIVO FINANCEIRO						
DEPOSITOS						
Deposuo - INS S		42270,21		42270,21		
Oeposuo - I R R F		10445,19		1044519		
Deposito - Previcar		1688,00		1688,00		
Fmanciarnento Carxa Ecorurmca Federal		14446,10		14446,10		
IS SON		210,93		210,93		
Fmancramento da Cooperatrva Srcreoi - Norte		40983,95		40983,95		
I R R F - PRESTACAO DE SERVICOS		60,00		60,00		
CONTRIBUICAO StNDICAL		34,40		34,40		
ACAO JUDICIAL			2380,00	2380,00		
Subtotal:		110.138,78	2.380,00	112.518,78		
Subtotal:		110.138,78	2.380,00	112.518,78		
TOTAL		110.138,78	2.380,00	112.518,78		
TOTAL GERAL		TOTAL (b+c)	112.518,78	TOTAL (d+e)	112.518,78	

RECEITA				DESPESA			
Titulos	Previsao	Execucao	Diferenca	Titulos	Fixacao	Execu,<ao	Diferenca
RECEITA ORCAMENTARIA				DESPESA ORCAMENTARIA	726.500,00	714.500,00	·12.000,00
				CREDITOS ORCAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	720.240,00	708.240,00	·12.000,00
				DESPESAS CORRENTES	717.958,85	705.958,85	·12.000,00
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	509.975,40	509975,40	
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	207.983,45	195.983,45	·12000,00
				DESPESAS DE CAPITAL	2.281,15	2.281,15	
				INVESTIMENTOS	2.281,15	2.281,15	
				CREDITOS ESPECIAIS	6.260,00	6.260,00	
				DESPESAS CORRENTES	6.260,00	6.260,00	
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.260,00	6.260,00	
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
				CREDITOS EXTRAORDINARIOS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
INTERFERENCIAS ATIVAS		714500,00	714500,00				
REPASSE AO PODER LEGISLATIVO		714.500,00	714.500,00				
SubTotal		714500,00	714.500,00	SubTotal	726500,00	714.500,00	·12.000,00
Deficit Total	726.500,00		·726.500,00	1}>6peravit ~I			
Total	726.500,00	714.500,00	.12000,0	C}' Total)	726.500,00	714.500,00	·12.000,00

JOSE ALCIDES LINJARDI
Presidente

CLAUDECI DOS SANTOS
TEC CONT 4483

ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Titulos	RS	RS	RS	Titulos	RS	R$	R$
DISPONIVEL				DEPOSITOS			
CREDITOS EM CIRCULACAO				DEBITO DE TESOURARIA			
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA				OBRIGACOES EM CIRCULACAO			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO				VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO				TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			
ATIVO PERMANENTE				PASSIVO PERMANENTE			
Titulos	R$	RS	RS	Titulos	R$	RS	RS
CIRCULANTE			2380 00	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS			
CREDITOS EM CIRCULACAO		2380.00		PROVISOES MATE MATI CAS PREVIDENCIARIAS			
DIVERSOS RESPONSAVEIS	2380,00			PROVISOES TRIBUTARIAS E TRABALHISTAS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO				DIVIDA FUNDADA			
INVESTIMENTOS							
PERMANENTE			122 006,85				
BENS MOVE IS E IMOVEIS		122006,85					
BENS MOVE IS	44534,35						
BENS IMOVEIS	77 472.50						
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			12438685	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTEI			124386.85	PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTEI			
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
				(,1 AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES DIMINUTI		-70277,11	
				ATIVO REAL LIQUIDO			124386.85
ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Titulos	RS	RS	RS	Titulos	RS	RS	RS
SISTEMA DE COMPENSACAO			·12850.00	SISTEMA DE COMPENSACAO			-1285000
RESPONSABILIDADES POR TITULOS VALORES E BENS		150.00		TITULOS, VALORES E BENS SOB RESPONSABILIDADE		150.00	
CONCEDIDOS	15000			DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		-13 000 00	

DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		-13 000,00					
DE DESPESAS	-13 000,00						
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO			·12850 00	TOTAL DO PASSIVO COMPENSADO			-12850,00
TOTAL DO ATIVO			111 536,85	TOTAL DO PASSIVO			111.536,85

Publicado por:
Elaine Juviniano de Lima
Código Identificador:1DE2B2FA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CRONOGRAMA DOS TERMOS ADITIVOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORARIO

CRONOGRAMA DOS TERMOS ADITIVOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORARIO
PROCESSO SELETIVO 2013 - SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONT	ADITIVO	NOME	CPF	CARGO	LOTACAO	VIGENCIA	
						INICIO	TERMINO
079/2013	001/2013	ANNE KAROLINY DE SOUZA MELO	024.505.241-00	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014
080/2013	002/2013	CLAICE FORTALEZA ALVES MEDEIROS	037.448.111-31	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014
081/2013	003/2013	DENISE OLIVEIRA DAMASCENO RODRIGUES	002.312.961-18	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014
082/2013	004/2013	MARIA DO SOCORRO TEXEIRA DA SILVA	938.117.482-20	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014
084/2013	005/2013	ADNALVA DA COSTA SOUZA	780.714.531-53	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES	24/12/2013	30/07/2014
085/2013	006/2013	ALESSANDRA DE JESUS	983.126.425-87	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES	24/12/2013	30/07/2014
086/2013	007/2013	ALESSANDRA SERAFIM PEIXOTO	884.531.461-87	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE	24/12/2013	30/07/2014
087/2013	008/2013	DORCELINA ARAUJO DA SILVA	700.116.201-96	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE	24/12/2013	30/07/2014
088/2013	009/2013	ELEUZA ALVES DE CASTRO	007.577.171-39	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE	24/12/2013	30/07/2014
089/2013	010/2013	ALYNI SILVA FERNANDES	016.034.621-55	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL	24/12/2013	30/07/2014
090/2013	011/2013	KARITA CARLOS DE SOUZA LUZ	036.021.111-99	PROF LIC PLENA EM LETRAS	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL	24/12/2013	30/07/2014
091/2013	012/2013	MARIA LUZINETE DE JESUS LIMA	376.063.445-15	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL	24/12/2013	30/07/2014
092/2013	013/2013	CLEIBIANE LOPES DA SILVA SANTOS	014.245.781-75	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014
093/2013	014/2013	ELAINE BATISTA VIEIRA	046.413.251-70	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014
094/2013	015/2013	EVA MARIA EVANGELISTA	846.074.401-91	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014
095/2013	016/2013	FRANCISCA PEREIRA MENDES	398.158.032-04	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014
096/2013	017/2013	MARIA ANASTACIA DE SOUZA LIMA	664.513.611-00	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014
097/2013	018/2013	MARLI JOSE ALVES DE SOUSA	576.121.021-53	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014
098/2013	019/2013	WESLEY DIAS RODRIGUES	023.785.011-70	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014
099/2013	020/2013	ADRIANI DE FATIMA GUOLLO	002.031.561-96	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014
100/2013	021/2013	ANDERSON REGO DE SOUSA	011.136.211.33	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014
101/2013	022/2013	CELIA MARIA SILVERIA DA SILVA	027.498.841-01	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014
102/2013	023/2013	ELIETE MACHADO DA SILVA	984.945.541-15	PROF LIC PLENA EM HISTORIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014
103/2013	024/2013	GILSON PIRES DOS SANTOS	039.717.761-59	APOIO ADM EDUC/VIGILANCIA PATRIMONIAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014
104/2013	025/2013	GISSELI BARBOSA DOS SANTOS	589.750.041-04	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014
105/2013	026/2013	LUCIANA TEODORIO DOS SANTOS	003.389.671-25	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014
106/2013	027/2013	MARIA ERENA GUOLLO	022.311.999-71	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014
107/2013	028/2013	ELISANGELA GOMES DE MORAIS	954.794.061-91	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVO PLANALTO	24/12/2013	30/07/2014
108/2013	029/2013	LILIAN VANIA FERREIRA DA SILVA	020.938.521-95	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVO PLANALTO	24/12/2013	30/07/2014
109/2013	030/2013	LUCELIA NONATO E SILVA	854.525.051-72	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVO PLANALTO	24/12/2013	30/07/2014
110/2013	031/2013	LUREGINA JOSE DE CARVALHO	889.989.591-00	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVO PLANALTO	24/12/2013	30/07/2014
111/2013	032/2013	MARIA APARECIDA P. DA FONSECA E SILVA	626.177.531-15	PROF LIC PLENA EM HISTORIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVO PLANALTO	24/12/2013	30/07/2014
112/2013	033/2013	EDILIA ALVES DIAS BRITO	000.734.021-41	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL	24/12/2013	30/07/2014
113/2013	034/2013	HAVENY CHRISTINA ALVES MARINHO	013.315.181-64	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL	24/12/2013	30/07/2014
114/2013	035/2013	RIALDO RODRIGUES VIANA	010.733.951-03	PROF LIC PLENA EM NORMAL SUPERIOR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL	24/12/2013	30/07/2014
115/2013	036/2013	SANDRA MARTINS A SILVA ALMEIDA	016.369.141-01	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL	24/12/2013	30/07/2014
118/2013	037/2013	ELICA PEDROSA MACHADO	015.092.671-58	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARTA	24/12/2013	30/07/2014
119/2013	038/2013	JESUS DOMINGOS NUNES	795.658.241-53	APOIO ADM EDUC/VIGILANCIA PATRIMONIAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARTA	24/12/2013	30/07/2014
120/2013	039/2013	LUCIENE PERES	916.665.201-	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARTA	24/12/2013	30/07/2014

			44				
121/2013	040/2013	MARINETE APARECIDA RODRIGUES	035.519.181-47	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARTA	24/12/2013	30/07/2014
122/2013	041/2013	ROSIMERI APARECIDA MILANEZ	008.306.861-93	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARTA	24/12/2013	30/07/2014
123/2013	042/2013	LUCIRENE AMORIM VIEIRA	001.724.231-20	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL TRANCREDO NEVES	24/12/2013	30/07/2014
124/2013	043/2013	MARILSA TAVARES MACIEL	027.442.131-36	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL TRANCREDO NEVES	24/12/2013	30/07/2014
125/2013	044/2013	WARINIMYTYGI TAPIRAPE	833.150.981-15	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL URUBU BRANCO	24/12/2013	30/07/2014
126/2013	045/2013	CLAUDETE POLL WINKELMANN	008.706.301-80	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014
127/2013	046/2013	DILSA ELIAS DIAS	632.148.221-87	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014
128/2013	047/2013	EDNA MARIA DOS REIS SILVA	737.956.073-53	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014
129/2013	048/2013	FRANCISCO BRAZ CORREIRA DO PRASDO	503.492.601-68	APOIO ADM EDUC/VIGILANCIA PATRIMONIAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014
131/2013	049/2013	LUCELIA MARTA MARQUES DE S. OLIVEIRA	697.643.871-87	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014
132/2013	050/2013	QUESIA ALVES DE OLIVEIRA	983.139.081-49	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014
133/2013	051/2013	WANDIR DA SILVA	533.904.821-72	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014
134/2013	052/2013	ANA MARIA DE SOUZA SILVA	425.508.404-10	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
135/2013	053/2013	ANALUCIA RIBEIRO DE SOUSA	929.695.341-34	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
137/2013	054/2013	DILVA SOUSA LUZ MATOS	317.915.651-15	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
138/2013	055/2013	EDILEUZA MORAES ARRUDA SANTOS	824.340.931-91	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
139/2013	056/2013	ELOAYNE SANTIAGO DE SÁ	041.720.361-63	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
141/2013	057/2013	GISLENE ALVES MACEDO	292.993.438-70	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
142/2013	058/2013	MARIA APARECIDA DOS SANTOS CAMPOS	500.896.845-91	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
143/2013	059/2013	REJANE MARIA D' OLIVEIRA AZEVEDO	771.950.861-00	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
144/2013	060/2013	VALDETH CUNHA DE FREITAS MACIEL	778.072.431-04	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
145/2013	061/2013	VANIA DOS SANTOS SOUSA	044.044.983-90	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
147/2013	062/2013	CLEICIVANIA GOMES DO NASCIMENTO PEREIRA	024.536.351-31	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
148/2013	063/2013	CREZIA DO CARMO BESERRA DE ARAUJO	018.646.911-07	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
149/2013	064/2013	ELIZETE PIMENTEL DAVI	467.804.671-20	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
150/2013	065/2013	MAGNOLIA SOUZA PEREIRA COSTA	169.475.922-91	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
151/2013	066/2013	MARTINHA DE ANDRADE VIANA	326.998.081-72	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
152/2013	067/2013	SILVELENA FRANCISCA MARTINS	781.411.411-04	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
154/2013	068/2013	RAIMUNDO BARROS DE CASTRO	270.859.375-72	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA CORGÃO/JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014
156/2013	069/2013	JOEL COSTA DE SOUSA	843.461.321-20	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA INDEPENDENTE I /VERANOPOLIS	24/12/2013	30/07/2014
157/2013	070/2013	ALENCAR JOSE DE CASTRO	212.378.831-72	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA MONTEIRO LOBATO/BRANCA DE NEVE	24/12/2013	30/07/2014
158/2013	071/2013	VILSON LUIZ LUTKE HOPPEN	340.155.401-82	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA PLACA DO PNEU/CONFRESA	24/12/2013	30/07/2014
159/2013	072/2013	MANOEL ESTEVÃO DOS SANTOS JUNIOR	961.709.801-68	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA SANTA LUZIA/VERANOPOLIS	24/12/2013	30/07/2014
160/2013	073/2013	CLEUDO QUEIROZ DA SILVA	550.634.111-34	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA TERRA ROXA/SOL NASCENTE	24/12/2013	30/07/2014
161/2013	074/2013	LEVI DE CARVALHO SILVA	900.564.773-68	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA VILA SÃO JOSE DO FANTOURA AGUA LIMPA/SANTO ANTONIO 24/12/2013		30/07/2014
163/2013	075/2013	MAURI GRZECHOTA	370.363.780-34	PROF LIC PLENA EM EDUCAÇÃO FISICA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
166/2013	076/2013	SERGIO ROQUE DE LIMA	406.359.531-53	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
167/2013	077/2013	DIRLENE SOUZA OLIVEIRA	701.567.519-68	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
168/2013	078/2013	ROGELIA BRANDAO TRINDADE	658.687.141-72	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
169/2013	079/2013	RAIMUNDA JARDEANE LIMA DA SILVA	812.513.861-72	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
170/2013	080/2013	ELMA AIRES VIEIRA	006.317.761-76	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
171/2013	081/2013	ZULENE ALVES DOS SANTOS	535.529.461-87	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
172/2013	082/2013	ELIZANGELA GOMES DE BRITO	816.137.761-87	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
173/2013	083/2013	MARIA UILZA DE MELO	966.956.091-87	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014
174/2013	084/2013	NILVA DIAS DAVID	493.624.701-44	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014
175/2013	085/2013	CLEYCIANE DA SILVA PEREIRA VILELA	007.447.471-55	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014
176/2013	086/2013	FABIANO AMARAL DA SILVA	891.159.881-04	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
177/2013	087/2013	ELIZABETH MARIA CHAVES	182.299.136-68	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
178/2013	088/2013	ELIETE DE FREITAS MACIEL	038.090.181-12	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014

179/2013	089/2013	LUSIVANIA BARROS DE MELO	900.238.031-34	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
180/2013	090/2013	ROSICLEIA OLIVEIRA DA COSTA ARAUJO	034.159.421-04	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
181/2013	091/2013	FRANCISCA TORRES DE MELO	495.966.751-68	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
182/2013	092/2013	NEIRE FARIAS DOS SANTOS	033.385.061-04	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014
183/2013	093/2013	ROZIRENE GOMES DIAS	328.776.921-91	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES	24/12/2013	30/07/2014
184/2013	094/2013	RAIULA OLIVEIRA DA SILVA	972.054.191-15	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES	24/12/2013	30/07/2014
185/2013	095/2013	VERONETE DIAS GOMES SILVA	988.392.841-68	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES	24/12/2013	30/07/2014

CODIGO REDUZIDO
270
261
261
270
270
270
276
276
242
242
276
276
276
242
242
276
276
276
242
276
276
242
276
242
276
242
242
242
276
276
242
276
276
276
276
242
242
242
276
276
242
242
242
276
242
276
242
242
242
242
276
276
276
276
276
276
276
276
276
242
276
242
242
242
276
276
276
276
242
242
242
242
242

242
276
276
276
276
276
276
276
276
242
270
270
276
276
276
276
276
276
276
242
270
270
276

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:F69D8E0A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO 2013 - SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CRONOGRAMA DOS TERMOS ADITIVOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORARIO

CRONOGRAMA DOS TERMOS ADITIVOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORARIO
PROCESSO SELETIVO 2013 - SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONT	ADITIVO	NOME	CPF	CARGO	LOTACAO	VIGENCIA		CODIGO REDUZIDO
						INICIO	TERMINO	
079/2013	001/2013	ANNE KAROLINY DE SOUZA MELO	024.505.241-00	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014	270
080/2013	002/2013	CLAICE FORTALEZA ALVES MEDEIROS	037.448.111-31	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014	261
081/2013	003/2013	DENISE OLIVEIRA DAMASCENO RODRIGUES	002.312.961-18	TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014	261
082/2013	004/2013	MARIA DO SOCORRO TEXEIRA DA SILVA	938.117.482-20	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014	270
084/2013	005/2013	ADNALVA DA COSTA SOUZA	780.714.531-53	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES	24/12/2013	30/07/2014	270
085/2013	006/2013	ALESSANDRA DE JESUS	983.126.425-87	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES	24/12/2013	30/07/2014	270
086/2013	007/2013	ALESSANDRA SERAFIM PEIXOTO	884.531.461-87	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE	24/12/2013	30/07/2014	276
087/2013	008/2013	DORCELINA ARAUJO DA SILVA	700.116.201-96	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE	24/12/2013	30/07/2014	276
088/2013	009/2013	ELEUZA ALVES DE CASTRO	007.577.171-39	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL BRANCA DE NEVE	24/12/2013	30/07/2014	242
089/2013	010/2013	ALYNI SILVA FERNANDES	016.034.621-55	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL	24/12/2013	30/07/2014	242
090/2013	011/2013	KARITA CARLOS DE SOUZA LUZ	036.021.111-99	PROF LIC PLENA EM LETRAS	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL	24/12/2013	30/07/2014	276
091/2013	012/2013	MARIA LUZINETE DE JESUS LIMA	376.063.445-15	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL CENTRAL	24/12/2013	30/07/2014	276
092/2013	013/2013	CLEIBIANE LOPES DA SILVA SANTOS	014.245.781-75	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014	276
093/2013	014/2013	ELAINE BATISTA VIEIRA	046.413.251-70	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014	242
094/2013	015/2013	EVA MARIA EVANGELISTA	846.074.401-91	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014	242
095/2013	016/2013	FRANCISCA PEREIRA MENDES	398.158.032-04	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014	276
096/2013	017/2013	MARIA ANASTACIA DE SOUZA LIMA	664.513.611-00	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014	276
097/2013	018/2013	MARLI JOSE ALVES DE SOUSA	576.121.021-53	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014	276
098/2013	019/2013	WESLEY DIAS RODRIGUES	023.785.011-70	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014	242
099/2013	020/2013	ADRIANI DE FATIMA GUOLLO	002.031.561-96	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014	276
100/2013	021/2013	ANDERSON REGO DE SOUSA	011.136.211.33	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014	276
101/2013	022/2013	CELIA MARIA SILVERIA DA SILVA	027.498.841-01	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014	242
102/2013	023/2013	ELIETE MACHADO DA SILVA	984.945.541-15	PROF LIC PLENA EM HISTORIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014	276
103/2013	024/2013	GILSON PIRES DOS SANTOS	039.717.761-59	APOIO ADM EDUC/VIGILANCIA PATRIMONIAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014	242
104/2013	025/2013	GISSELI BARBOSA DOS SANTOS	589.750.041-04	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014	276
105/2013	026/2013	LUCIANA TEODORIO DOS SANTOS	003.389.671-25	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014	242
106/2013	027/2013	MARIA ERENA GUOLLO	022.311.999-71	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVA BRIDÃO	24/12/2013	30/07/2014	242
107/2013	028/2013	ELISANGELA GOMES DE MORAIS	954.794.061-91	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVO PLANALTO	24/12/2013	30/07/2014	242
108/2013	029/2013	LILIAN VANIA FERREIRA DA SILVA	020.938.521-95	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVO PLANALTO	24/12/2013	30/07/2014	276

109/2013	030/2013	LUCELIA NONATO E SILVA	854.525.051-72	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVO PLANALTO	24/12/2013	30/07/2014	276
110/2013	031/2013	LUREGINA JOSE DE CARVALHO	889.989.591-00	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVO PLANALTO	24/12/2013	30/07/2014	242
111/2013	032/2013	MARIA APARECIDA P. DA FONSECA E SILVA	626.177.531-15	PROF LIC PLENA EM HISTORIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL NOVO PLANALTO	24/12/2013	30/07/2014	276
112/2013	033/2013	EDILIA ALVES DIAS BRITO	000.734.021-41	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL	24/12/2013	30/07/2014	276
113/2013	034/2013	HAVENY CHRISTINA ALVES MARINHO	013.315.181-64	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL	24/12/2013	30/07/2014	276
114/2013	035/2013	RIALDO RODRIGUES VIANA	010.733.951-03	PROF LIC PLENA EM NORMAL SUPERIOR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL	24/12/2013	30/07/2014	276
115/2013	036/2013	SANDRA MARTINS A SILVA ALMEIDA	016.369.141-01	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL PAU BRASIL	24/12/2013	30/07/2014	242
118/2013	037/2013	ELICA PEDROSA MACHADO	015.092.671-58	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARTA	24/12/2013	30/07/2014	242
119/2013	038/2013	JESUS DOMINGOS NUNES	795.658.241-53	APOIO ADM EDUC/VIGILANCIA PATRIMONIAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARTA	24/12/2013	30/07/2014	242
120/2013	039/2013	LUCIENE PERES	916.665.201-44	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARTA	24/12/2013	30/07/2014	276
121/2013	040/2013	MARINETE APARECIDA RODRIGUES	035.519.181-47	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARTA	24/12/2013	30/07/2014	276
122/2013	041/2013	ROSIMERI APARECIDA MILANEZ	008.306.861-93	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL SANTA MARTA	24/12/2013	30/07/2014	242
123/2013	042/2013	LUCIRENE AMORIM VIEIRA	001.724.231-20	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL TRANCREDO NEVES	24/12/2013	30/07/2014	242
124/2013	043/2013	MARILSA TAVARES MACIEL	027.442.131-36	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL TRANCREDO NEVES	24/12/2013	30/07/2014	242
125/2013	044/2013	WARINIMYTYGI TAPIRAPE	833.150.981-15	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL URUBU BRANCO	24/12/2013	30/07/2014	276
126/2013	045/2013	CLAUDETE POLL WINKELMANN	008.706.301-80	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014	242
127/2013	046/2013	DILSA ELIAS DIAS	632.148.221-87	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014	276
128/2013	047/2013	EDNA MARIA DOS REIS SILVA	737.956.073-53	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014	242
129/2013	048/2013	FRANCISCO BRAZ CORREIRA DO PRASDO	503.492.601-68	APOIO ADM EDUC/VIGILANCIA PATRIMONIAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014	242
131/2013	049/2013	LUCELIA MARTA MARQUES DE S. OLIVEIRA	697.643.871-87	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014	242
132/2013	050/2013	QUESIA ALVES DE OLIVEIRA	983.139.081-49	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014	242
133/2013	051/2013	WANDIR DA SILVA	533.904.821-72	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES	24/12/2013	30/07/2014	276
134/2013	052/2013	ANA MARIA DE SOUZA SILVA	425.508.404-10	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
135/2013	053/2013	ANALUCIA RIBEIRO DE SOUSA	929.695.341-34	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
137/2013	054/2013	DILVA SOUSA LUZ MATOS	317.915.651-15	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
138/2013	055/2013	EDILEUZA MORAES ARRUDA SANTOS	824.340.931-91	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
139/2013	056/2013	ELOAYNE SANTIAGO DE SÁ	041.720.361-63	PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
141/2013	057/2013	GISLENE ALVES MACEDO	292.993.438-70	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
142/2013	058/2013	MARIA APARECIDA DOS SANTOS CAMPOS	500.896.845-91	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
143/2013	059/2013	REJANE MARIA D' OLIVEIRA AZEVEDO	771.950.861-00	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	242
144/2013	060/2013	VALDETH CUNHA DE FREITAS MACIEL	778.072.431-04	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
145/2013	061/2013	VANIA DOS SANTOS SOUSA	044.044.983-90	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	242
147/2013	062/2013	CLEICIVANIA GOMES DO NASCIMENTO PEREIRA 024.536.351-31		APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	242
148/2013	063/2013	CREZIA DO CARMO BESERRA DE ARAUJO	018.646.911-07	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	242
149/2013	064/2013	ELIZETE PIMENTEL DAVI	467.804.671-20	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
150/2013	065/2013	MAGNOLIA SOUZA PEREIRA COSTA	169.475.922-91	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
151/2013	066/2013	MARTINHA DE ANDRADE VIANA	326.998.081-72	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
152/2013	067/2013	SILVELENA FRANCISCA MARTINS	781.411.411-04	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
154/2013	068/2013	RAIMUNDO BARROS DE CASTRO	270.859.375-72	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA CORGÃO/JACARE VALENTE	24/12/2013	30/07/2014	242
156/2013	069/2013	JOEL COSTA DE SOUSA	843.461.321-20	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA INDEPENDENTE I /VERANOPOLIS	24/12/2013	30/07/2014	242
157/2013	070/2013	ALENCAR JOSE DE CASTRO	212.378.831-72	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA MONTEIRO LOBATO/BRANCA DE NEVE	24/12/2013	30/07/2014	242
158/2013	071/2013	VILSON LUIZ LUTKE HOPPEN	340.155.401-82	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA PLACA DO PNEU/CONFRESA	24/12/2013	30/07/2014	242
159/2013	072/2013	MANOEL ESTEVÃO DOS SANTOS JUNIOR	961.709.801-68	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA SANTA LUZIA/VERANOPOLIS	24/12/2013	30/07/2014	242
160/2013	073/2013	CLEUDO QUEIROZ DA SILVA	550.634.111-34	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA TERRA ROXA/SOL NASCENTE	24/12/2013	30/07/2014	242
161/2013	074/2013	LEVI DE CARVALHO SILVA	900.564.773-68	APOIO ADM EDUC/TRANSPORTE ESCOLAR	LINHA VILA SÃO JOSE DO FANTOURA AGUA LIMPA/SANTO ANTONIO	24/12/2013	30/07/2014	242
163/2013	075/2013	MAURI GRZECHOTA	370.363.780-34	PROF LIC PLENA EM EDUCAÇÃO FISICA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
166/2013	076/2013	SERGIO ROQUE DE LIMA	406.359.531-53	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
167/2013	077/2013	DIRLENE SOUZA OLIVEIRA	701.567.519-68	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
168/2013	078/2013	ROGELIA BRANDAO TRINDADE	658.687.141-72	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
169/2013	079/2013	RAIMUNDA JARDEANE LIMA DA SILVA	812.513.861-	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA	24/12/2013	30/07/2014	276

			72		TAPIRAGUAIA			
170/2013	080/2013	ELMA AIRES VIEIRA	006.317.761-76	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
171/2013	081/2013	ZULENE ALVES DOS SANTOS	535.529.461-87	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
172/2013	082/2013	ELIZANGELA GOMES DE BRITO	816.137.761-87	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	276
173/2013	083/2013	MARIA UILZA DE MELO	966.956.091-87	APOIO ADM EDUC/NUTRIÇÃO ESCOLAR	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VILA TAPIRAGUAIA	24/12/2013	30/07/2014	242
174/2013	084/2013	NILVA DIAS DAVID	493.624.701-44	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014	270
175/2013	085/2013	CLEYCIANE DA SILVA PEREIRA VILELA	007.447.471-55	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/CRECHE MUNICIPAL	24/12/2013	30/07/2014	270
176/2013	086/2013	FABIANO AMARAL DA SILVA	891.159.881-04	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
177/2013	087/2013	ELIZABETH MARIA CHAVES	182.299.136-68	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
178/2013	088/2013	ELIETE DE FREITAS MACIEL	038.090.181-12	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
179/2013	089/2013	LUSIVANIA BARROS DE MELO	900.238.031-34	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
180/2013	090/2013	ROSICLEIA OLIVEIRA DA COSTA ARAUJO	034.159.421-04	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
181/2013	091/2013	FRANCISCA TORRES DE MELO	495.966.751-68	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	276
182/2013	092/2013	NEIRE FARIAS DOS SANTOS	033.385.061-04	APOIO ADM EDUC/MANUT INFRAESTRUTURA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VIDA E ESPERANÇA	24/12/2013	30/07/2014	242
183/2013	093/2013	ROZIRENE GOMES DIAS	328.776.921-91	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES	24/12/2013	30/07/2014	270
184/2013	094/2013	RAIULA OLIVEIRA DA SILVA	972.054.191-15	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES	24/12/2013	30/07/2014	270
185/2013	095/2013	VERONETE DIAS GOMES SILVA	988.392.841-68	PROF LIC PLENA EM PEDAGOGIA	EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHÃES	24/12/2013	30/07/2014	276

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:76172593

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
CRONOGRAMA DOS TERMOS ADITIVOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORARIO

CRONOGRAMA DOS TERMOS ADITIVOS DOS CONTRATOS DE TRABALHO TEMPORARIO
PROCESSO SELETIVO 2013 - SERVIDORES SECRETARIAS DIVERSAS

CONT	ADITIVO	NOME	CPF	CARGO	LOTACAO	VIGENCIA INICIO TERMINO		CODIGO REDUZIDO
001/2013	001/2014	WILLIAN ROCHA DE ALMEIDA	002.412.741-84	AGENTE ADMINISTRATIVO	ADMINISTRAÇÃO/DEPTO DE COMPRAS	01/01/2014	30/07/2014	39
002/2013	002/2014	CARLOS ALBERTO DE SOUZA SILVA	052.125.624-06	AGENTE ADMINISTRATIVO	ADMINISTRAÇÃO/DEPTO DE RECURSOS HUMANOS	01/01/2014	30/07/2014	39
003/2013	003/2014	RONECLEI PEREIRA PINTO	017.409.411-60	AGENTE ADMINISTRATIVO	ADMINISTRAÇÃO/DEPTO DE RECURSOS HUMANOS	01/01/2014	30/07/2014	39
004/2013	004/2014	DIONE CLEIA MORAIS GOMES	010.036.411-05	AGENTE ADMINISTRATIVO	ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO ADMINISTRATIVA	01/01/2014	30/07/2014	39
005/2013	005/2014	DIOCLECIANO DIAS BARBOSA	851.279.811-49	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	AGRICULTURA/PAISAGISMO	01/01/2014	30/07/2014	622
006/2013	006/2014	ARILEIA ALVES PINHEIRO	342.112.608-98	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTENCIA SOCIAL/ASSISTENCIA COMUNITARIA	01/01/2014	30/07/2014	699
007/2013	007/2014	DOMINGAS REGES SILVA	001.954.541-03	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL	ASSISTENCIA SOCIAL/ASSISTENCIA COMUNITARIA	01/01/2014	30/07/2014	783
008/2013	008/2014	DURCILENE GONÇALVES DE CASTRO	037.304.321-09	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL	ASSISTENCIA SOCIAL/ASSISTENCIA COMUNITARIA	01/01/2014	30/07/2014	699
009/2013	009/2014	EDUARDO JOSE MARTINS	045.764.811-26	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTENCIA SOCIAL/ASSISTENCIA COMUNITARIA	01/01/2014	30/07/2014	699
010/2013	010/2014	MARIA APARECIDA DA SILVA DUARTE	001.545.341-37	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL	ASSISTENCIA SOCIAL/ASSISTENCIA COMUNITARIA	01/01/2014	30/07/2014	699
011/2013	011/2014	GISELY CRISTINA OLIVEIRA LAURIA	023.581.621-32	AGENTE ADMINISTRATIVO	FINANÇAS/DEPTO DE CONTABILIDADE	01/01/2014	30/07/2014	76
012/2013	012/2014	BEATRIZ MOREIRA DA SILVA	052.420.851-42	AGENTE ADMINISTRATIVO	FINANÇAS/DEPTO FINANCEIRO	01/01/2014	30/07/2014	76
013/2013	013/2014	CRISTINA MOREIRA TAVARES	024.026.071-65	AGENTE ADMINISTRATIVO	FINANÇAS/DEPTO FINANCEIRO	01/01/2014	30/07/2014	76
014/2013	014/2014	DINOM ALVES GLORIA	947.310.551-72	AGENTE ADMINISTRATIVO	FINANÇAS/DEPTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO	01/01/2014	30/07/2014	76
015/2013	015/2014	LEANDRO PIRES CARDOSO	025.384.081-30	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/DEPTO DE AGUA E ESGOTO	01/01/2014	30/07/2014	554
016/2013	016/2014	RICARDO ROCHA DAMASCENO	973.558.441-72	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/DEPTO DE AGUA E ESGOTO	01/01/2014	30/07/2014	554
017/2013	017/2014	TACYELLE DA ROCHA MONTENEGRO TEOFILO	017.823.991-78	AGENTE ADMINISTRATIVO	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
018/2013	018/2014	ADELAIDE ALVES MOREIRA	975.822.203-15	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
019/2013	019/2014	AURINO GOMES CARDOSO	555.104.501-34	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
020/2013	020/2014	DILNEI RODRIGUES DA FONSECA	265.574.818-27	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
021/2013	021/2014	EFREN AGI DE SOUZA	029.133.681-74	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
022/2013	022/2014	ELIZABETE SOARES BARRETOS	027.777.651-11	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
023/2013	023/2014	FRANCISCO EMANUEL ALEXANDRE SOUZA	044.268.701-00	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
024/2013	024/2014	JORGE JOAQUIM DA SILVA	973.557.711-91	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
025/2013	025/2014	MANOEL GABRIEL DE SOUZA	035.109.722-87	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460

026/2013	026/2014	MILENA SOUZA CRUZ	030.953.141-16	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
027/2013	027/2014	OSMAIR MARQUES DA SILVA	957.247.371-91	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
028/2013	028/2014	OUDONELIO SILVA SENA	002.412.761-28	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
029/2013	029/2014	PEDRO PEREIRA DA COSTA	246.474.541-34	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
030/2013	030/2014	TEOBALDO TAVARES DA SILVA	278.790.461-00	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	INFRAESTRUTURA/SERVIÇOS URBANOS	01/01/2014	30/07/2014	460
031/2013	031/2014	BORGIA BORGES LEÃO	989.750.996-87	PNSS - PSICOLOGO	SAUDE/CENTRO DE REABILITAÇÃO	01/01/2014	30/07/2014	394
032/2013	032/2014	AKLEITON CORREIA DA SILVA	967.612.021-91	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
033/2013	033/2014	ANDREIA LUIZ COELHO	028.695.291-20	COZINHEIRA	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
034/2013	034/2014	ANDREZA ALVES DOS SANTOS	775.215.526-87	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
035/2013	035/2014	CELIANA FRANCISCO CIRQUEIRA	034.507.521-89	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
036/2013	036/2014	CLEIDISMAR PEREIRA LIMA	014.720.451-81	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
037/2013	037/2014	CLEUZA ALVES BABUGEM	998.869.601-91	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
038/2013	038/2014	EDNA SOARES DA COSTA	916.367.281-20	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
039/2013	039/2014	FERNANDA MAIA CARNEIRO	031.215.021-07	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
040/2013	040/2014	JONATHAN NERY DE OLIVEIRA	930.431.801-78	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
041/2013	041/2014	LOCELI ALVES DA SILVA CIELO	000.874.151-43	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
042/2013	042/2014	LUCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES	605.451.941-72	AGENTE ADMINISTRATIVO	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
043/2013	043/2014	MARCIA SABRINA RODRIGUES CAVALCANTE	028.632.201-36	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
044/2013	044/2014	MARCILENE OLIVEIRA PORTILIO SOUSA	010.957.331-50	COZINHEIRA	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
045/2013	045/2014	MARIA DE CARVALHO VALADARES	989.727.581-91	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
047/2013	046/2014	NELCY ADELAIDE DA SILVA	353.087.451-53	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
048/2013	047/2014	NILMA APARECIDA TEODORO	453.924.121-49	COZINHEIRA	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
049/2013	048/2014	RAILSON LIRA	033.293.581-73	AGENTE ADMINISTRATIVO	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
050/2013	049/2014	RAIMUNDA DE SOUZA BECKMAN	626.285.771-00	TECNICO DA SAUDE/RADIOLOGIA	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
051/2013	050/2014	WANDERSON LUIZ DA SILVA	737.429.451-49	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
052/2013	051/2014	WLISSE RIBEIRO DOS SANTOS	011.102.201-03	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
053/2013	052/2014	ANTONIA VANDERLEIA DUARTE MARINHO SANTOS	035.766.261-07	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA PREDIAL	SAUDE/LABORATORIO	01/01/2014	30/07/2014	337
054/2013	053/2014	PHALOMA NOLETO LIMA DE AVILA	010.455.991-82	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/LABORATORIO	01/01/2014	30/07/2014	394
055/2013	054/2014	CLECY BARBOSA AGUIAR	034.049.871-44	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/PSF FONTOURA	01/01/2014	30/07/2014	337
056/2013	055/2014	MAGNA REGINA NOLETO DOS SANTOS	569.026.111-49	ASSISTENTE DE SAUDE	SAUDE/PSF INDEPENDENTE	01/01/2014	30/07/2014	337
057/2013	056/2014	ALEANE CARNEIRO RIBEIRO	025.930.181-78	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/PSF JARDIM PLANALTO	01/01/2014	30/07/2014	337
058/2013	057/2014	LEIDIANE MARQUES DA SILVA	009.380.511-05	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/PSF JARDIM PLANALTO	01/01/2014	30/07/2014	337
059/2013	058/2014	JOSYANY APARECIDA RODRIGUES RAMOS	044.707.301-06	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/PSF NOVO PLANALTO	01/01/2014	30/07/2014	337
060/2013	059/2014	CRISTIANE RODRIGUES LOPES REZENDE	931.192.831-34	PNSS - DENTISTA	SAUDE/PSF VERANOPOLIS	01/01/2014	30/07/2014	337
061/2013	060/2014	DEUZUITA MENDES TAVARES GOMES	004.795.841-33	ASSISTENTE DE SAUDE	SAUDE/PSF VERANOPOLIS	01/01/2014	30/07/2014	337
062/2013	061/2014	GUILHERME FEITOSA ESTEVES	136.499.377-51	ASSISTENTE DE SAUDE	SAUDE/PSF VERANOPOLIS	01/01/2014	30/07/2014	337
063/2013	062/2014	WANDERSON DE ARAUJO CAMPOS BARROS	010.473.061-74	AGENTE DE VIGILANCIA PATRIMONIAL	SAUDE/PSF VERANOPOLIS	01/01/2014	30/07/2014	337
064/2013	063/2014	CLEIDIANE GONCALVES PERES	856.967.902-59	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/PSF VILA 2000	01/01/2014	30/07/2014	337
065/2013	064/2014	EDIANGELA CABRAL DOS SANTOS	987.854.861-91	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/PSF VILA 2000	01/01/2014	30/07/2014	337
066/2013	065/2014	HELRIS LUCIA OLIVEIRA ALVES	016.954.581-41	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/PSF VILA 2000	01/01/2014	30/07/2014	337
067/2013	066/2014	JOYCE PEREIRA SIMITAN	961.704.921-04	ASSISTENTE DE SAUDE	SAUDE/PSF VILA 2000	01/01/2014	30/07/2014	337
068/2013	067/2014	CREONICE ARAUJO DE OLIVEIRA	006.607.721-40	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/PSF VILA NOVA	01/01/2014	30/07/2014	337
070/2013	068/2014	FRANCISCO SANTOS VIANA	020.676.431-69	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/LIMPEZA URBANA	SAUDE/SECRETARIA	01/01/2014	30/07/2014	858
071/2013	069/2014	RAFAEL CANDIDO DA SILVA	043.555.061-69	AGENTE ADMINISTRATIVO	SAUDE/SECRETARIA	01/01/2014	30/07/2014	858
072/2013	070/2014	ANDREIA BARBOSA LIMA	006.891.721-09	AGENTE DE VIGILANCIA AMBIENTAL	SAUDE/VIGILANCIA AMBIENTAL	01/01/2014	30/07/2014	394
073/2013	071/2014	FABIANE DA SILVA SOUSA	038.583.471-32	AGENTE DE VIGILANCIA AMBIENTAL	SAUDE/VIGILANCIA AMBIENTAL	01/01/2014	30/07/2014	394
074/2013	072/2014	HELEIZANNE LUCAS MEDRADO	791.969.691-72	AGENTE DE VIGILANCIA AMBIENTAL	SAUDE/VIGILANCIA AMBIENTAL	01/01/2014	30/07/2014	394
075/2013	073/2014	LUSIRENE ANTONIO MESSIAS	962.356.161-04	AGENTE DE VIGILANCIA AMBIENTAL	SAUDE/VIGILANCIA AMBIENTAL	01/01/2014	30/07/2014	394
076/2013	074/2014	LUZINEIDE TRANQUEIRA DA SILVA	555.183.201-59	AGENTE DE VIGILANCIA AMBIENTAL	SAUDE/VIGILANCIA AMBIENTAL	01/01/2014	30/07/2014	394
077/2013	075/2014	SOLANGE DORTA FERREIRA	988.392.411-	AGENTE DE VIGILANCIA	SAUDE/VIGILANCIA AMBIENTAL	01/01/2014	30/07/2014	394

			91	AMBIENTAL				
162/2013	077/2014	ALINE DE FREITAS MACIEL	045.925.791-94	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/CAPS	01/01/2014	30/07/2014	337
164/2013	078/2014	GEISIANE PEREIRA COSTA DANTAS	942.526.101-68	PNSS - PSICOLOGO	SAUDE/CREAS	01/01/2014	30/07/2014	699
186/2013	079/2014	DALILA ESMERALDA OLIVEIRA DIAS	869.289.101-00	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
187/2013	080/2014	AMELIA GOMES RIBEIRO DOS SANTOS	934.341.971-68	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	394
188/2013	081/2014	ALMERINDA FERREIRA DA SILVA	801.765.931-87	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	337
189/2013	082/2014	LEIDIANE ROSA DIAS	039.458.971-81	TECNICO DA SAUDE/ENFERMAGEM	SAUDE/HOSPITAL MUNICIPAL	01/01/2014	30/07/2014	337
190/2013	083/2014	CRISTIELLI JORGE LIMA	054.443.591-54	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTENCIA SOCIAL/ASSISTENCIA COMUNITARIA	01/01/2014	30/07/2014	699

Publicado por:
Ana Célia de Souza Lima
Código Identificador:B9F32F72

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATOS 2014 GENERAL CARNEIRO-MT

Relação de CONTRATO 2014

Nº. Contrato	Data	Funcionário	Função/Objeto	Departamento	Valor Contrato	Data Vigência
001/2014	10/01/2014	Agnaldo Luz	Consultoria	Administração	R$7.200,00	31/12/2014
002/2014	10.01.2014	LUIZ ALBERTO DE ALMEIDA	Motorista	Educação	1.356,00	30.06.2014
003/2014	10.01.2014	LUIZ RINALDO DE MOURA	Motorista	Educação	1.356,00	31.12.2014
004/2014	10.01.2014	ALEX LEITE CARVALHO	Motorista	Educação	1.356,00	31.01.2014
005/2014	10.01.2014	JULIO SOARES DA SILVA NETO	Motorista	Educação	1.356,00	31.01.2014
006/2014	10.01.2014	GILSON AUGUSTO DE OLIVEIRA GRUTZMANN	Auxiliar de Serviços Gerais	Viação, Obras e Serviços Urbanos	724,00	31.03.2014
007/2014	10.01.2014	RENATO DOS REIS VEROM	Motorista	Educação	1.356,00	31.01.2014
008/2014	10.01.2014	CONRADO VILELA VARGAS	Bioquímico	Saúde	1.809,43	30.04.2014
009/2014	10.01.2014	KARLA VOLTOLINE PEREIRA	Professora	Educação	900,00	30.04.2014
010/2014	10.01.2014	Carla Juliana Moreno Vasconcelos	Técnica de Enfermagem	Saúde	996,24	04.02.2014
011/2014	10.01.2014	JOSE CARLOS MUNIZ	Médico	Saúde	11.000,00	30.04.2014
012/2014	10.01.2014	JOSÉ ARRAIS	Motorista	Educação	1.017,00	31.01.2014
013/2014	17/01/2014	Viação Xavante LTDA	Aquisição de Passagens	Administração	R$ 192.744,00	17/01/2015
014/2014	17.01.2014	DENILSSON ANTONIO DA SILVA	GARI	Viação, Obras e Ser. Urbanos	724,00	28.02.2014
015/2014	20.01.2014	GILMAR MORAIS	Motorista	Educação	1.356,00	31.01.2014
016/2014	20.01.2014	CARLOS HENRIQUE L. DE FIGUEIREDO	Médico	Saúde	11.000,00	30.04.2014
017/2014	20.01.2014	PABLO RAINER SILVA	Odontólogo	Saúde	3.507,00	30.04.2014
018/2014	20.01.2014	VICENTE FERREIRA DA COSTA	Eletricista	Viação, Obras e Ser. Urbanos	1.620,00	30.04.2014
019/2014	20.01.2014	VERIDIANE CUENCA S. FONSECA	Enfermeira	Saúde	1.800,00	30.04.2014
020/2014	20.01.2014	MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DE MORAES SILVA	Merendeira	Educação	724,00	30.04.2014
021/2014	20.01.2014	MILENA ALVES MORAES	Professora	Educação	900,00	30.06.2014
022/2014	20.01.2014	PATRICIA BUSANELLO MACHADO	Professora	Educação	1.200,00	30.06.2014
023/2014	20.01.2014	GETONIO DIAS GUIRRA	Engenheiro	Viação, Obras e Ser. Urbanos	6.000,00	30.04.2014
024/2014	20.01.2014	MARIA DIVINA PAZ GOUVEIA	Agente de Saúde	Saúde	724,00	30.04.2014
025/2014	20.01.2014	VIVIANE SILVA COELHO NEVES	Professora	Educação	1.200,00	30.04.2014
026/2014	20.01.2014	VERAMAR SANTANA PINTO MAGALHÃES	Agente de Saúde	Saúde	724,00	30.04.2014
027/2014	20.01.2014	NALVA RIBEIRO VIANA	Psicóloga	Saúde	3.507,00	30.04.2014
028/2014	20.01.2014	DOMINGOS SAVIO LOPES TOBOREKIA	Motorista	Educação	1.356,00	30.04.2014
029/2014	20.01.2014	THIAGO ARAUJO DA SILVA	Monitor do PROJOVEM	Assist. Social	724,00	30.04.2014
030/2014	20.01.2014	MARIA RUFINA TSINHOTSE ' EDZAMA TSEREPTSE	Professora	Educação	724,00	30.04.2014
031/2014	20.01.2014	JAIRO RODRIGUES DE MORAES	Agente de Saúde	Educação	724,00	30.04.2014
032/2014	20.01.2014	DIVINO ANTONIO BATISTA DA SILVA	Aux. Ser. Gerais	Viação, Obras e Ser. Urbanos	724,00	30.04.2014
033/2014	20.01.2014	SONIA MARIA DA SILVA	Agente de Saúde	Saúde	724,00	30.04.2014
034/2014	20.01.2014	VALDECY FERREIRA DA COSTA	Auxiliar de Ser. Gerais	Viação, Obras e Ser. Urbanos	724,00	30.04.2014
035/2014	20.01.2014	REUBER BONFIM OLIVEIRA	Bioquimico	Água e Esgoto	1.326,92	30.04.2014
036/2014	20.01.2014	VALTEY TEIXEIRA DE ARAUJO	Aux. Ser. Gerais	Viação, Obras e Ser. Urbanos	724,00	30.04.2014
037/2014	20.01.2014	JUDITH LUZ DA SILVA	Aux. Ser. Gerais	Viação, Obras e Ser. Urbanos	724,00	30.04.2014
038/2014	20.01.2014	LUBIA RIBEIRO DE BARROS	Técnico de Enfermagem	Saúde	996,24	30.04.2014
039/2014	20.01.2014	REGINA MOREIRA LARA	Aux. Ser. Gerais	Educação	724,00	30.04.2014
040/2014	20.01.2014	STEFANIA MARIA PIRES	Assistente Social	Social	2.300,00	30.04.2014
041/2014	20.01.2014	HERICA ELETICIA RODRIGUES DA SILVA VITORIO	Agente de Saúde	Saúde	724,00	30.04.2014
042/2014	20.01.2014	VANILDO GREGORIO BARBOSA	Motorista	Educação	1.356,00	30.04.2014
043/2014	20.01.2014	DELMA SOUSA FERREIRA SANTOS	Agente Administrativo	Administração	900,00	30.04.2014
044/2014	20.01.2014	MAGARETH TACHER OLIVEIRA DE ABREU	Aux. Ser. Gerais	A. Social	724,00	30.04.2014
045/2014	20.01.2014	MARA NELMA VIEIRA ARRAIS	Enfermeira	Saúde	724,00	30.04.2014

Gabinete da Prefeita, 07 de Fevereiro de 2014.

MAGALI AMORIM VILELA DE MORAES
Prefeita Munipal

Publicado por:
Renato Silva Vilela
Código Identificador:C7D2CB83

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

CÂMARA MUNICIPAL
BALANCETE FINANCEIRO ANEXO 13 - DEZEMBRO DE 2013

CAMARA MUNICIPAL DE ITANHANGA
CNPJ: 07.209.260/0001-10
BALANCETE FINANCEIRO (Mod. II Anexo 13 - Lei 4.320/64)
EXERCÍCIO DE 2013

em R$

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Acumulado Anterior	Movimento do Mês	Total	Títulos	Acumulado Anterior	Movimento do Mês	Total
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
				LEGISLATIVA	509.264,66	117.039,40	626.304,06
TOTAL				TOTAL	509.264,66	117.039,40	626.304,06
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
DESPESA ORÇAMENTÁRIA A PAGAR	126.635,53	62.000,00	188.635,53	EMPENHOS A PAGAR PAGOS	108.587,74	18.047,79	126.635,53
DEPÓSITOS	36.807,55	5.378,52	42.186,07	DEPÓSITOS	33.798,11	8.387,96	42.186,07
I.N.S.S.	28.681,55	3.866,19	32.547,74	I.N.S.S.	25.844,55	6.703,19	32.547,74
I.R.R.F.	1.511,43	345,66	1.857,09	I.R.R.F.	1.338,99	518,10	1.857,09
I.S.S.Q.N.	614,98	139,80	754,78	I.S.S.Q.N.	614,98	139,80	754,78
CONTRIBUICAO SINDICAL	237,46		237,46	CONTRIBUICAO SINDICAL	237,46		237,46
CONSIGNACAO SICREDI	5.762,13	1.026,87	6.789,00	CONSIGNACAO SICREDI	5.762,13	1.026,87	6.789,00
TOTAL	163.443,08	67.378,52	230.821,60	TOTAL	142.385,85	26.435,75	168.821,60
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS				TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
TRANFERENCIAS A CAMARA MUNICIPAL	576.366,78	52.396,98	628.763,76	DEVOLUCAO DE SOBRAS DE RECURSOS PARA EXECU		2.459,70	2.459,70
TOTAL	576.366,78	52.396,98	628.763,76	TOTAL		2.459,70	2.459,70
SALDO DO MÊS ANTERIOR				SALDO PARA O MÊS SEGUINTE			
BANCOS - CONTAS MOVIMENTO		88.159,35		BANCOS - CONTAS MOVIMENTO	88.159,35	62.000,00	62.000,00
TOTAL		88.159,35		TOTAL	88.159,35	62.000,00	62.000,00
TOTAL GERAL	739.809,86	207.934,85	859.585,36	TOTAL GERAL	739.809,86	207.934,85	859.585,36

MARCEL MENEZES MEURER
Presidente

DANIEL ORZECHOWSKI
Secretario

ROSANGELA DO CARMO FERREIRA
Contador
CRC MT016603/O-9

Publicado por:
Luzia de Oliveira
Código Identificador:4616E7E0

CÂMARA MUNICIPAL
BALANCETE ORÇAMENTÁRIO ANEXO 12 - DEZEMBRO 2013

SISTEMA INTEGRADO DE ORCAMENTO E CONTABILIDADE PUBLICA
CAMARA MUNICIPAL DE ITANHANGA
B A L A N C E T E O R C A M E N T A R I O (MOD. ANEXO No 12) - EXERCICIO DE 2013

RECEITA	PREVISAO	NO MES	ATE O MES	DIFERENCA	DESPESA	FIXACAO	NO MES	ATE O MES	DIFERENCA
RECEITAS ORCAMENTARIAS					DESPESAS ORCAMENTARIAS				
Tranferencias a Camara Municipal	638.000,00	52.396,98	628.763,76	-9.236,24	Creditos Orcamentarios e Suplement.	603.000,00	117.039,40	615.227,54	12.227,54
INTERFERENCIAS FINANCEIRAS					Creditos Especiais	35.000,00		11.076,52	-23.923,48
					Creditos Extraordinarios				
					INTERFERENCIAS FINANCEIRAS				
					Devolucao de Sobras de Recursos para		2.459,70	2.459,70	2.459,70
S O M A	638.000,00	52.396,98	628.763,76	-9.236, 24	S O M A	638.000,00	119.499,10	628.763,76	-9.236,24
DEFICIT		67.102,12			SUPERAVIT				
T O T A L	638.000,00	119.499,10	628.763,76	-9.236, 24	T O T A L	638.000,00	119.499,10	628.763,76	-9.236,24

MARCEL MENEZES MEURER
Presidente

DANIEL ORZECHOWSKI
Secretario

ROSANGELA DO CARMO FERREIRA
Contador
CRC MT016603/O-9

Publicado por:
Luzia de Oliveira
Código Identificador:58ED2674

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Balanço Orçamentário - Administração Direta							Período: Janeiro à Dezembro
RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$	Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$
RECEITAS CORRENTES	42.827.750,00	48.716.735,49	5.888.985,49	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES 44.005.409,68		36.524.081,30	-7.481.328,38
RECEITATRIBUTARIA	3.361.550,00	4.991.011,54	1.629.461,54	CRÉDITOS ESPECIAIS	485.000,00	391.390,03	-93.609,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	285.000,00	321.173,13	36.173,13	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
RECEITAPATRIMONIAL	43.000,00	229.154,92	186.154,92	INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS PASSIVAS	2.178.340,32	2.178.340,32	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	269.500,00	212.042,76	-57.457,24	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2.178.340,32	2.178.340,32	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.571.000,00	42.372.060,86	3.801.060,86				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	297.700,00	591.292,28	293.592,28				
RECEITAS DE CAPITAL	8.701.000,00	239.200,00	-8.461.800,00				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	0,00	-1.000,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	0,00	-20.000,00				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.670.000,00	239.200,00	-8.430.800,00				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	0,00	-10.000,00				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-4.860.000,00	-5.835.870,87	-975.870,87				
DEDUÇÕES DARECEITA	0,00	-20.404,26	-20.404,26				
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS	CORREN-4T.8E6S0.000,00	-5.815.466,61	-955.466,61				
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS	0,00	0,00	0,00				
Soma	46.668.750,00	43.120.064,62	-3.548.685,38	Soma	46.668.750,00	39.093.811,65	-7.574.938,35
Déficits	0,00	0,00	0,00	Superávits	0,00	4.026.252,97	4.026.252,97
TOTAL	46.668.750,00	43.120.064,62	-3.548.685,38	TOTAL	46.668.750,00	43.120.064,62	-3.548.685,38

Itiquira, 30/01/2014

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

NELY FRANCISCA DA SILVA
Téc. em Contabilidade

ALEX ALVES DA SILVA
Secretário de Finanças

Publicado por:
Sergio Weber Silva Laet
Código Identificador:06CC0E03

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA
ANEXO 16 - DIVIDA FUNDADA

Demonstrativo da Dívida Fundada Interna do Período de Janeiro à Dezembro Administração Direta	Exercício de 2013
	ANEXO 16
	Período: Janeiro à Dezembro

Autorizações				Saldo anterior em Circulação (1)	Movimento no Exercício			Saldo para Exercício Seguinte Valor
Lei	Data Lei	Quant.	Valor Emissão		Emissão (2)	Pagamento (3)	Cancelamento (4)	
OBRIGAÇÕES LEGAIS E TRIBUTÁRIAS								
INSS								
000252/92	15/06/1992	223	4.426.989,36	1.496.865,63 C	0,00	625.986,48	0,00	870.879,15 C
000657/09	15/12/2009	438	1.718.279,86	108.421,77 C	0,00	108.421,77	0,00	0,00
PASEP								
000657/09	15/12/2009	60	270.798,63	16.723,29 C	3.058,36	7.587,32	0,00	12.194,33 C
000779/13	21/05/2013	60	307.962,60	0,00	307.962,60	22.810,96	0,00	285.151,64 C
Previdência	municipal							
000774/13	06/05/2013	180	388.375,07	0,00	388.375,07	28.025,85	0,00	360.349,22 C
OUTRAS DÍVIDAS								
Outros								
000349/97	03/12/1997	10	137.883,51	28.633,79 C	336.713,19	248.423,62	0,00	116.923,36 C
000391/99	25/11/1999	1998	2.103.938,00	2.015.725,03 C	0,00	1.009.150,73	0,00	1.006.574,30 C
000477/03	07/06/2003	999	1.054.179,98	604.803,68 C	0,00	604.803,68	0,00	0,00
000639/09	07/04/2009	22	422.343,02	234.205,38 C	909.723,66	369.260,15	0,00	774.668,89 C
000645/09	12/05/2009	39	982.753,99	3.046,81 C	0,00	0,00	0,00	3.046,81 C
000654/09	26/10/2009	36	541.642,00	361.642,00 C	0,00	0,00	0,00	361.642,00 C
Totais				4.870.067,38 C	1.945.832,88	3.024.470,56	0,00	3.791.429,70 C

Itiquira, 30/01/2014

HUMBERTO BORTOLINI
Prefeito Municipal

ALEXALVES DA SILVA
Secretário de Finanças

NELY FRANCISCA DA SILVA
Téc. em Contabilidade

Publicado por:
Sergio Weber Silva Laet
Código Identificador:5901948C

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
BALANCETE FINANCEIRO DEZEMBRO 2013

INSTITUTO MUN. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE LRV/MT
MATO GROSSO
ADENDO II À PORTARIA SOB Nº 08 DE 04/02/1985
Exercício: 2013

ANEXO 12 - LEI Nº 4320/64							R$ 1,00
RECE ITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes							
Receitas de Contribuições	2.948.199,00	3.306.211,37	(358.012,37)				
Receita Patrimonial	5.204.168,23	3.017.611,41	2.186.556,82				
Outras Receitas Correntes	30.244,07	99.228,09	(68.984,02)				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE							
Deduçoes da Receita Patrimonial	0,00	(1.801.659,61)	1.801.659,61				
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias							
Contribuições Intra-Orçamentárias	3.696.688,21	4.214.579,94	(517.891,73)				
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias							
Contribuições Intra-Orçamentárias	103.974,12	103.974,12	0,00				
				CREDITOS ORCAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	11.983.273,63	3.143.227,15	8.840.046,48
SOMAS.....	11.983.273,63	8.939.945,32	3.043.328,31	SOMAS.....	11.983.273,63	3.143.227,15	8.840.046,48
DÉFICIT.....	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVIT.....	0,00	5.796.718,17	(5.796.718,17)
TOTAL.....	11.983.273,63	8.939.945,32	3.043.328,31	TOTAL.....	11.983.273,63	8.939.945,32	3.043.328,31

LUCAS DO RIO VERDE, 31 de dezembro de 2013

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva

ADERCIO NOGUEIRA NEPONOCENO
Contador
CRC MT-007113/O-0039

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:A0316195

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
ANEXO 12 BALANÇO ANUAL 2013

INSTITUTO MUN. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE LRV/MT
ADENDO II À PORTARIA SOB Nº 08 DE 04/02/1985
Exercício: 2013
ANEXO 12 - LEI Nº 4320/64 R$ 1,00

RECE ITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
Receitas Correntes							
Receitas de Contribuições	2.948.199,00	3.306.211,37	(358.012,37)				
Receita Patrimonial	5.204.168,23	3.017.611,41	2.186.556,82				
Outras Receitas Correntes	30.244,07	99.228,09	(68.984,02)				
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE							
Deduçoes da Receita Patrimonial	0,00	(1.801.659,61)	1.801.659,61				
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias							
Contribuições Intra-Orçamentárias	3.696.688,21	4.214.579,94	(517.891,73)				
Receitas de Capital Intra-Orçamentárias							
Contribuições Intra-Orçamentárias	103.974,12	103.974,12	0,00				
INTERFERENCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
				CREDITOS ORCAMENTARIOS E	11.983.273,63	3.143.227,15	8.840.046,48
				SUPLEMENTARES			
				CREDITO ESPECIAL			
				INTERFERENCIA FINANCEIRA			
SOMAS.....	11.983.273,63	8.939.945,32	3.043.328,31	SOMAS.....	11.983.273,63	3.143.227,15	8.840.046,48

DÉFICIT.....	0,00	0,00	0,00	SUPERÁVIT.....	0,00	5.796.718,17	(5.796.718,17)
TOTAL.....	11.983.273,63	8.939.945,32	3.043.328,31	TOTAL.....	11.983.273,63	8.939.945,32	3.043.328,31

LUCAS DO RIO VERDE, 31 de dezembro de 2013

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva

_____
Presidente

SIMONE FERREIRA DIAS GARBOSSA
Tesoureira

ADERCIO NOGUEIRA NEPONOCENO
Contador
CRC MT-007113/O-9

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:F02682F6

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
ANEXO 13 BALANÇO ANUAL 2013

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREV SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE LUCAS DO RIO VERDE-MT
ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964)			em R$ - P. Contas U.G.				
RECEITA				DESPESA			
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA REALIZADA			8.939.945,32	DESPESA EMPENHADA			3.143.227,15
RECEITA DE CONTRIBUICOES	3.306.211,37			PREVIDENCIA SOCIAL		3.143.227,15	
RECEITA PATRIMONIAL	3.017.611,41						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	99.228,09						
DEDUCAO RECEITA PATRIMONIAL	(1.801.659,61)	4.621.391,26					
RECEITAS DE CONTRIBUICOES – INTRA-ORÇAMENTARIAS	4.214.579,94						
RECEITAS DE CONTRIBUICOES – INTRA-ORÇAMENTARIAS	103.974,12	4.318.554,06					
Total da Receita Orçamentária			8.939.945,32	Total da Despesa Orçamentária			3.143.227,15
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CONTAS PENDENTES				CONTAS PENDENTES			6.147.317,99
MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO			2.806.857,28	MOVIMENTO EXTRA-ORCAMENTARIO		613.789,44	
DEPOSITOS		614.833,05					
IRRF	59.278,11			IRRF	59.071,22		
FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL	127.994,91			FUNDO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL	127.994,91		
ASPM	206.750,90			ASPM	206.750,90		
OUTRAS OPERAÇÕES	600,00			OUTRAS OPERAÇÕES	600,00		
INSS	4.316,26			INSS	4.316,26		
EMPRESTIMO CONSIGNADO HSBC	584,42			EMPRESTIMO CONSIGNADO HSBC	584,42		
EMPRESTIMO CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	115.945,22			EMPRESTIMO CONSIGNADO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	115.945,22		
EMPRESTMO CONSIGNADO BV FINANCEIRA	19.670,42			EMPRESTMO CONSIGNADO BV FINANCEIRA	18.834,92		
SINTEP	1.547,86			SINTEP	1.546,64		
EMPRESTMO CONSIGNADO BMG	39.970,33			EMPRESTMO CONSIGNADO BMG	39.970,33		
PENSAO ALIMENTICIA	28.389,07			PENSAO ALIMENTICIA	28.389,07		
EMPRESTMO CONSIGNADO B.BRASIL	1.048,62			EMPRESTMO CONSIGNADO B.BRASIL	1.048,62		
DIVIDA ATIVA – PREFEITURA	6.881,10			DIVIDA ATIVA – PREFEITURA	6.881,10		
EMPRESTMO CONSIGNADO BASA	5.540,60			EMPRESTMO CONSIGNADO BASA	1.765,83		
CONVENIO FISIOMED	1.765,83			CONVENIO FISIOMED	90,00		
	90,00					14.496,05	
DESPESAS ORCAMENTARIAS DO EXERCICIO A PAGAR		15.737,21		RESTOS A PAGAR - PROCESSADAS			
DESPESAS A PAGAR – PROCESSADAS	15.737,21			RESTOS A PAGAR – NÃO PROCESSADAS	14.496,05		
						5.519.032,50	
INCORPORACAO DE DIREITOS		2.176.287,02		INCORPORACAO DE OBRIGAÇÕES			
					5.519.032,50		
OUTRAS VALORIZACAO DE DIREITOS	2.176.287,02			OUTRAS BAIXAS DE VALORES			
Total da Receita Extra-Orçamentária			2.806.857,28	Total da Despesa Extra-Orçamentária			6.147.317,99
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CAIXA				CAIXA			
CONTAS MOVIMENTO		33.353,85	33.353,85	CONTAS MOVIMENTO		43.534,56	43.534,56
CONTAS VINCULADAS			47.583.482,34	CONTAS VINCULADAS			50.029.559,09
FUNDO INVESTIMENTO RENDA FIXA		45.301.853,86		FUNDO INVESTIMENTO RENDA FIXA		48.029.806,74	
FUNDO INVESTIMENTO RENDA VARIAVEL		2.051.820,81		FUNDO INVESTIMENTO RENDA VARIAVEL		1.803.052,41	
RESERVA ADMINISTRATIVA		229.807,67		RESERVA ADMINISTRATIVA		196.699,94	
Total do Saldo do Exercício Anterior			47.616.836,19	Total do Saldo para o Exercício Seguinte			50.073.093,65

TOTAL DA RECEITA			59.363.638,79	TOTAL DA DESPESA			59.363.638,79

LUCAS DO RIO VERDE, 31 DE DEZEMBRO DE 2013

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva

ADERCIO NOGUEIRA NEPONOCENO
Contador
CRC MT 007113/O-9

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:C7ECED6B

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
ANEXO 14 BALANÇO ANUAL 2013

INSTITUTO MUN. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE LRV/MT
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - LEI N.º 4.320-64
Exercício: 2013
Encerramento 31/12/2013

ATIVO				PASSIVO			R$ 1,00
Titulos	R$	R$	R$	Titulos	R$	R$	R$
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL				Restos a Pagar 2013			
BANCOS E CORRESPONDENTES	43.534,56			Valor Liquidado	15.737,21	15.737,21	15.737,21
FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA 48.029.806,74				Restos de Outros Exerc.			
FUNDOS DE INVESTIMENTOS DE RENDA	VARIÁVEL 1.803.052,41			Diversos Dep. de Terceiros			
RESERVA ADMINISTRATIVA	196.699,94	50.073.093,65	50.073.093,65	IRRF	206,89		
ATIVO PERMANENTE				EMPRESTIMO CONSIGNADO BV FINANCEIRA. 835,50			
ESTOQUE				S.I.N.T.E.P	1,22	1.043,61	1.043,61
MATERIAIS DIVERSOS	1.870,47	1.870,47		PASSIVO PERMANENTE			
BENS DE RENDA				PROVISÕES			
Cotas Capital Sicredi Ouro Verde	227.896,29	227.896,29		Provisões Matematicas Previdenciaria			
CREDITOS A RECEBER				Provisões para Beneficios Concedidos			
CREDITOS EM CIRCULACAO				Aposentadoria,Pensões e Outros Benefícios do Plano 12.298.613,26			
Confissao de Divida Prefeitura	285.928,83			Provisões para Beneficios a Conceder			
GIR a Receber	621.621,96	907.550,79		Aposentadoria,Pensões e Outros Benef.Plano	G.A 44.769.212,66	57.067.825,92	57.067.825,92
BENS MþVEIS				Saldo Patrimonial			
Móveis e Utensilios	10.022,94			Ativo Real Líquido			
Equipamentos	42.046,86			Reserva da Taxa Administração	509.483,17		
Depreciacao Acumulada	-6.354,62	45.715,18		Resultado Acumulado	-5.923.523,68	-5.414.040,51	-5.414.040,51
BENS IMÓVEIS							
Terrenos	99.000,00						
Edificacoes	315.439,85	414.439,85	1.597.472,58				
TOTAL ATIVO.....			51.670.566,23	TOTAL PASSIVO....			51.670.566,23

LUCAS DO RIO VERDE, 31 de dezembro de 2013

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva

ADERCIO NOGUEIRA NEPONOCENO
Contador
CRC MT-007113/O-9

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:E563C659

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE LUCAS DO RIO VERDE
ANEXO 15 BALANÇO ANUAL 2013

INSTITUTO MUN. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE LRV/MT
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64				Exercício: 2013			R$ 1,00
VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA ORCAMENTARIA				DESPESA ORCAMENTARIA			
Receitas de Contribuições	3.306.211,37			DESPESAS CORRENTES			
Receita Patrimonial	3.017.611,41			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.845.972,71		
Outras Receitas Correntes	99.228,09			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	277.296,59	3.123.269,30	
Deduçoes da Receita Patrimonial	- 1.801.659,61			DESPESAS DE CAPITAL			

Contribuições Intra-Orçamentárias	4.214.579,94			INVESTIMENTOS	19.957,85	19.957,85	
Contribuições Intra-Orçamentárias	103.974,12	8.939.945,32		RESERVA ORCAMENTARIA DO RPPS			
INTERFERENCIA FINANCEIRA				INTERFERENCIA FINANCEIRA			
INTERFERENCIAS FINANCEIRAS				INTERFERENCIAS FINANCEIRAS - PASSIVAS			
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			8.939.945,32	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			3.143.227,15
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
VARIAÇ´ES PATRIM. ATIVAS RES. EXEC. ORÇAMENT°RIA				MUTACOES PATRIM.PASS.RES.EXEC.ORCAMENTARIA			
MUTAÇ´ES ATIVAS				Mutacoes Passivas			
Aquisição de Bens Móveis	19.957,85	19.957,85		Creditos de Gir Recebidos	6.596.398,66		
ESTOQUE				Resgate Cotas Sicredi	91.541,92		
MATERIAIS DIVERSOS- ALMOXARIFADO	1.870,47	1.870,47		Baixa Credito Parc.Previ./Prefeitura	103.974,12	6.791.914,70	
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			21.828,32	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			6.791.914,70
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
VARIAÇ´ES PATRIM. ATIVAS IND.DA EXEC.ORÇAMENT°RIA				VARIAÇ´ES PATRIM.PAS.INDEP. DA EXEC.	ORÇAMENT°RIA		
CREDITOS A RECEBER				INSUBSISTÔNCIAS PASSIVAS-BAIXA DE BENS			
Inscriçao de Outros Créditos	7.198.145,72	7.198.145,72		Baixar por Consumo ou Absorção	3.247,23		
Valorizacao de Titulos e Valores Mobiliarios				Baixa de Bens Inservíveis	7.914,20	11.161,43	
Acoes Petrobras	144.004,10			DEPRECIAÇAO E DESVALORIZAÇAO DE BENS			
Acoes vale do Rio Doce	91.647,04			Depreciação de Bens Móveis	2.833,22	2.833,22	
Acoes Ibov Ativo	34.570,16			Desvalorizacao de Titulos e Valores Mobiliarios			
Acoes Brasil IBX -50	71.427,15			Acoes Pretrobras	180.043,77		
Ações ETF Ibovespa	32.976,46	374.624,91		Acoes Vale do Rio Doce	161.654,08		
Ganhos Titulos e Valores Mobiliarios Renda Fixa				Acoes Ibovespa Ativo	38.165,43		
Sicredi -FI INSt.RF IRF - M LP CC 81429-6	141.049,04			Acoes Ibov Ativo	74.446,44		
BANCO DO BRASIL-BB PREVID RF IMA-B	185.911,74			Acoes Brasil IBX-50	111.602,03		
BANCO DO BRASIL-BB PREVID IRF-M	49.108,69			Ações ETF Ibovespa	57.481,56	623.393,31	
BANCO DO BRASIL-BB PREVID RF IMA-B TP	38.134,00			Perdas Titulos e Valores Mobiliarios Renda Fixa			
BANCO DO BRASIL- BB PREVID RF IMA-B5+	143.862,11			SICREDI- FI INST. RF IRF - M LP C.C 81429-6	141.049,04		
SICREDI- FI INST. IMA-B	212.944,66			BANCO DO BRASIL-BB PREVID RF IMA-B	479.367,71		
CAIXA ECONOMICA-CAIXA FI BRASIL IMA-B TP	513.954,40			BANCO DO BRASIL-BB PREVID IRF-M	49.108,69		
CAIXA ECONOMICA-CAIXA FI BRASIL IMA-B5 TP 29.523,69				BANCO DO BRASIL-BB PREVID RF IMA-B TP 104.380,75			
CAIXA ECONOMICA-CAIXA BRASIL IRF-M1+ TP	16.795,21			BANCO DO BRASIL- BB PREVID RF IMA-B5+	679.014,50		
CAIXA ECONOMICA-FIC NOVO BRASIL IMA-B 393.295,13				SICREDI- FI INST. IMA-B	810.409,26		
CAIXA IPCA XIII	59.820,00			CAIXA ECONOMICA-CAIXA FI BRASIL IMA-B TP	1.381.648,79		
BRADESCO FI RF IMA - B TP	17.263,44	1.801.662,11		CAIXA ECONOMICA-CAIXA FI BRASIL IMA-B5 TP	29.523,69		
				CAIXA ECONOMICA-CAIXA BRASIL IRF-M1+ TP	18.319,59		
				CAIXA ECONOMICA-FIC NOVO BRASIL IMA-B	1.121.841,40		
				CAIXA ECONOMICA- CAIXA BRASIL IPCA XIII 59.820,00			
				BRADESCO FI RF IMA-B TP	21.155,77	4.895.639,19	
				INCORPORACAO DE PASSIVOS			
				Provisões Matematicas Previdenciaria			
				Provisoes para Beneficios Concedidos			
				Aposentadoria/Pensoes/Outros Beneficios do Plano4.009.277,89		4.009.277,89	
				Provisoes para Beneficios a Conceder			
				Aposenrtadorias/Pensoes/Outros Benef.do Plano1G7..A653.130,02		17.653.130,02	
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			9.374.432,74	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			27.195.435,06
TOTAL DAS VARIACOES ATIVAS			18.336.206,38	TOTAL DAS VARIACOES PASSIVAS			37.130.576,91
Resultado Patrimonial (DEFICIT)			18.794.370,53				
TOTAL GERAL			37.130.576,91	TOTAL GERAL			37.130.576,91

LUCAS DO RIO VERDE, 31 de dezembro de 2013

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO
Diretora Executiva

ADERCIO NOGUEIRA NEPONOCENO
Contador
CRC MT-007113/O-9

Publicado por:
Simone Ferreira Dias Garbossa
Código Identificador:35DA4E93

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 01

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRENOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre	%	Jan a Dez	(c%/a)	

			(b)	(b/a)	2013 (c)		
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	23.504.000,00	23.504.000,00	4.178.611,41	17,78	24.254.720,81	103,19	-750.720,81
1.0.0.0.00.00- RECEITAS CORRENTES	20.532.800,00	20.532.800,00	4.154.641,55	20,23	22.415.254,49	109,17	-1.882.454,49
1.1.0.0.00.00- RECEITA TRIBUTÁRIA	980.000,00	980.000,00	297.415,93	30,35	1.981.921,61	202,24	-1.001.921,61
1.1.1.0.00.00- Impostos	820.000,00	820.000,00	285.308,62	34,79	1.678.255,25	204,67	-858.255,25
1.1.2.0.00.00- Taxas	150.000,00	150.000,00	11.045,93	7,36	282.167,99	188,11	-132.167,99
1.1.3.0.00.00- Contribuição De Melhoria	10.000,00	10.000,00	1.061,38	10,61	21.498,37	214,98	-11.498,37
1.2.0.0.00.00- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.157.000,00	1.157.000,00	196.534,28	16,99	964.616,09	83,37	192.383,91
1.2.1.0.00.00- Contribuições Sociais	787.000,00	787.000,00	158.916,93	20,19	697.910,95	88,68	89.089,05
1.2.2.0.00.00- Contribuições Econômicas	370.000,00	370.000,00	37.617,35	10,17	266.705,14	72,08	103.294,86
1.3.0.0.00.00- RECEITA PATRIMONIAL	899.000,00	899.000,00	139.063,40	15,47	568.931,72	63,29	330.068,28
1.3.1.0.00.00- Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00- Receitas DeValores Mobiliários	79.000,00	79.000,00	22.721,92	28,76	94.906,35	120,13	-15.906,35
1.3.3.0.00.00- ReceitaDeConcessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00- Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00- RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00- ReceitaDaProdução Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00- ReceitaDaProdução Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00- Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00- RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00- ReceitaDaIndústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00- ReceitaDaIndústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00- Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00- RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.246.300,00	17.246.300,00	3.471.886,88	20,13	18.497.381,53	107,25	-1.251.081,53
1.7.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	17.246.300,00	16.889.800,00	3.459.195,55	20,48	18.404.690,20	108,97	-1.514.890,20
1.7.3.0.00.00- Transferências DeInstituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00- Transferências DoExterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00- Transferências DePessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00- Transferências DeConvênios	0,00	356.500,00	12.691,33	3,56	92.691,33	26,00	263.808,67
1.7.7.0.00.00- Transferências para combateà fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	250.500,00	250.500,00	49.741,06	19,86	402.403,54	160,64	-151.903,54
1.9.1.0.00.00- Multas E Juros DeMora	22.000,00	22.000,00	14.708,71	66,86	92.810,90	421,87	-70.810,90
1.9.2.0.00.00- Indenizações E Restituições	13.500,00	13.500,00	8.907,72	65,98	21.014,61	155,66	-7.514,61
1.9.3.0.00.00- ReceitaDaDívidaAtiva	215.000,00	215.000,00	26.124,63	12,15	288.514,95	134,19	-73.514,95
1.9.9.0.00.00- Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	63,08	0,00	-63,08
2.0.0.0.00.00- RECEITAS DE CAPITAL	2.971.200,00	2.971.200,00	23.969,86	0,81	1.839.466,32	61,91	1.131.733,68
2.1.0.0.00.00- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00- Operações DeCrédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00- Operações DeCrédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00- ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
2.2.1.0.00.00- AlienaçãoDeBens Móveis	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00- AlienaçãoDeBens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	23.969,86	0,00	178.129,68	0,00	-178.129,68
2.3.0.0.10.00- AmortizaçãoDeEmpréstimos	0,00	0,00	23.969,86	0,00	178.129,68	0,00	-178.129,68
2.4.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.961.200,00	2.961.200,00	0,00	0,00	1.661.336,64	56,10	1.299.863,36
2.4.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00- Transferências DeInstituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00- Transferências DoExterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00- Transferências DePessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00- Transferências deoutras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00- Transferências DeConvênios	2.961.200,00	2.961.200,00	0,00	0,00	1.661.336,64	56,10	1.299.863,36
2.4.8.0.00.00- Transferências para combateà fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00- Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00- Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00- Receitada dívidaativaprovenienteda amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00- Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00- ReceitaDeCapital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	1.276.000,00	1.276.000,00	319.501,10	25,04	1.336.880,47	104,77	-60.880,47
SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.780.000,00	24.780.000,00	4.498.112,51	18,15	25.591.601,28	103,28	-811.601,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	24.780.000,00	24.780.000,00	4.498.112,51	18,15	25.591.601,28	103,28	-811.601,28
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	24.780.000,00	24.780.000,00	4.498.112,51	18,15	25.591.601,28	103,28	-811.601,28
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	23.248.493,87	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	No Bimestre (f)	Jan a Dez 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	23.470.000,00	-113.306,63	23.356.693,37	3.367.119,58	20.485.640,91	3.947.486,43	20.485.640,91	87,71	2.871.052,46
DESPESAS CORRENTES	19.523.000,00	297.452,93	19.820.452,93	3.174.054,19	18.525.081,30	3.594.421,04	18.525.081,30	93,46	1.295.371,63
Pessoal eEncargos Sociais	10.421.532,00	203.792,90	10.625.324,90	1.943.595,13	10.343.131,53	1.943.595,13	10.343.131,53	97,34	282.193,37
Juros eEncargos daDívida	99.200,00	-21.871,87	77.328,13	11.390,21	72.605,03	11.390,21	72.605,03	93,89	4.723,10
Outras Despesas Correntes	9.002.268,00	115.531,90	9.117.799,90	1.219.068,85	8.109.344,74	1.639.435,70	8.109.344,74	88,94	1.008.455,16
DESPESAS DE CAPITAL	2.397.000,00	-410.759,56	1.986.240,44	193.065,39	1.960.559,61	353.065,39	1.960.559,61	98,71	25.680,83
Investimentos	2.397.000,00	-338.305,08	2.058.694,92	204.455,60	1.971.949,82	364.455,60	1.971.949,82	95,79	86.745,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizaçãoda Dívida	0,00	-72.454,48	-72.454,48	-11.390,21	-11.390,21	-11.390,21	-11.390,21	15,72	-61.064,27
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RESERVA DO RPPS	1.530.000,00	0,00	1.530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.530.000,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	980.000,00	143.306,63	1.123.306,63	187.475,56	1.112.114,95	186.547,69	1.112.114,95	99,00	11.191,68
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	24.450.000,00	30.000,00	24.480.000,00	3.554.595,14	21.597.755,86	4.134.034,12	21.597.755,86	88,23	2.882.244,14

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	330.000,00	-30.000,00	300.000,00	46.570,15	209.110,52	46.570,15	209.110,52	69,70	90.889,48
Amortização daDívida Interna	330.000,00	-30.000,00	300.000,00	46.570,15	209.110,52	46.570,15	209.110,52	69,70	90.889,48
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	46.570,15	46.570,15	46.570,15	46.570,15	0,00	-46.570,15
Outras Dívidas	330.000,00	-30.000,00	300.000,00	0,00	162.540,37	0,00	162.540,37	54,18	137.459,63
Amortização daDívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTALCOM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	24.780.000,00	0,00	24.780.000,00	3.601.165,29	21.806.866,38	4.180.604,27	21.806.866,38	88,00	2.973.133,62
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	3.784.734,90	-	-
TOTAL(XIV) = (XII + XIII)	24.780.000,00	0,00	24.780.000,00	3.601.165,29	21.806.866,38	4.180.604,27	25.591.601,28	103,28	-811.601,28
FONTE:									

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:53D5223C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 02

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE
NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14									
LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	24.780.000,00	24.780.000,00	3.601.165,29	21.806.866,38	4.180.604,27	21.806.866,38	100,00	88,00	2.973.133,62
LEGISLATIVA	915.000,00	915.000,00	182.574,32	907.805,39	232.729,66	907.805,39	4,16	99,21	7.194,61
Ação Legislativa	915.000,00	915.000,00	182.574,32	907.805,39	232.729,66	907.805,39	4,16	99,21	7.194,61
JUDICIÁRIA	117.000,00	98.150,83	14.341,96	93.250,83	14.341,96	93.250,83	0,43	95,01	4.900,00
Ação Judiciária	117.000,00	98.150,83	14.341,96	93.250,83	14.341,96	93.250,83	0,43	95,01	4.900,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.924.500,00	2.796.031,58	456.811,36	2.607.481,58	503.084,04	2.607.481,58	11,96	93,26	188.550,00
Administração Geral	1.015.500,00	746.484,73	109.699,83	683.788,53	115.452,36	683.788,53	3,14	91,60	62.696,20
Administração Financeira	1.732.500,00	1.871.530,47	304.472,96	1.785.327,76	344.993,11	1.785.327,76	8,19	95,39	86.202,71
Tecnologia de Informatização	15.000,00	79.755,00	31.404,70	79.744,08	31.404,70	79.744,08	0,37	99,99	10,92
Formação de Recursos Humanos	20.000,00	5.000,00	0,00	1.676,00	0,00	1.676,00	0,01	33,52	3.324,00
Extensão Rural	141.500,00	93.261,38	11.233,87	56.945,21	11.233,87	56.945,21	0,26	61,06	36.316,17
DEFESA NACIONAL	731.000,00	577.853,79	121.988,01	557.158,35	121.988,01	557.158,35	2,56	96,42	20.695,44
Infra-estrutura Urbana	731.000,00	577.853,79	121.988,01	557.158,35	121.988,01	557.158,35	2,56	96,42	20.695,44
SEGURANÇA PÚBLICA	2.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Infra-estrutura Urbana	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.022.000,00	1.002.635,58	165.138,17	796.984,39	169.709,27	796.984,39	3,65	79,49	205.651,19
Assistência ao Portador de Deficiência	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	164.000,00	180.023,87	31.332,00	150.413,35	31.731,00	150.413,35	0,69	83,55	29.610,52
Assistência Comunitária	847.000,00	811.611,71	133.806,17	646.571,04	137.978,27	646.571,04	2,97	79,67	165.040,67
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.370.000,00	1.370.000,00	201.130,00	953.673,77	210.570,00	953.673,77	4,37	69,61	416.326,23
Previdência do Regime Estatutário	1.370.000,00	1.370.000,00	201.130,00	953.673,77	210.570,00	953.673,77	4,37	69,61	416.326,23
SAÚDE	5.117.500,00	6.336.693,25	858.844,89	6.223.265,51	1.079.064,32	6.223.265,51	28,54	98,21	113.427,74
Atenção Básica	2.805.000,00	3.332.904,50	423.617,38	3.247.692,16	507.448,51	3.247.692,16	14,89	97,44	85.212,34
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.098.000,00	2.786.101,74	399.585,15	2.765.388,83	535.973,45	2.765.388,83	12,68	99,26	20.712,91
Suporte Profilático e Terapêutico	5.000,00	12.109,00	0,00	12.107,84	0,00	12.107,84	0,06	99,99	1,16
Vigilância Sanitária	52.000,00	42.347,37	6.803,96	37.264,70	6.803,96	37.264,70	0,17	88,00	5.082,67
Vigilância Epidemiológica	157.500,00	163.230,64	28.838,40	160.811,98	28.838,40	160.811,98	0,74	98,52	2.418,66
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	6.268.000,00	6.720.696,51	1.171.496,12	6.649.809,11	1.396.884,72	6.649.809,11	30,49	98,95	70.887,40
Ensino Fundamental	5.330.000,00	5.786.419,99	1.012.027,26	5.720.868,95	1.229.140,06	5.720.868,95	26,23	98,87	65.551,04
Ensino Profissional	8.000,00	2.000,00	0,00	1.153,90	0,00	1.153,90	0,01	57,70	846,10
Ensino Superior	10.000,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00
Educação Infantil	890.000,00	929.266,52	159.468,86	927.786,26	167.744,66	927.786,26	4,25	99,84	1.480,26
Educação de Jovens e Adultos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Educação Especial	27.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	81.000,00	5.000,00	179,00	2.272,71	179,00	2.272,71	0,01	45,45	2.727,29
Difusão Cultural	81.000,00	5.000,00	179,00	2.272,71	179,00	2.272,71	0,01	45,45	2.727,29
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	1.958.000,00	1.320.922,68	233.857,66	1.286.326,36	244.550,86	1.286.326,36	5,90	97,38	34.596,32
Infra-estrutura Urbana	1.958.000,00	1.320.922,68	233.857,66	1.286.326,36	244.550,86	1.286.326,36	5,90	97,38	34.596,32
HABITAÇÃO	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	67.500,00	17.510,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.510,00
Saneamento Básico Rural	50.000,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00
Saneamento Básico Urbano	17.500,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00
GESTÃO AMBIENTAL	339.000,00	392.979,99	0,00	190.247,00	0,00	190.247,00	0,87	48,41	202.732,99
Preservação e Conservação Ambiental	333.500,00	387.479,99	0,00	190.247,00	0,00	190.247,00	0,87	49,10	197.232,99
Recuperação de Áreas Degradadas	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	289.000,00	153.804,63	25.979,36	145.043,59	25.979,36	145.043,59	0,67	94,30	8.761,04
Promoção da Produção Vegetal	267.000,00	151.794,63	25.979,36	145.043,59	25.979,36	145.043,59	0,67	95,55	6.751,04
Extensão Rural	12.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Serviços Financeiros	10.000,00	10,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	80.000,00	2.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.010,00

Promoção Industrial	80.000,00	2.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.010,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	237.000,00	160.510,00	18.754,68	136.347,27	18.754,68	136.347,27	0,63	84,95	24.162,73
Energia Elétrica	237.000,00	160.510,00	18.754,68	136.347,27	18.754,68	136.347,27	0,63	84,95	24.162,73
TRANSPORTE	330.000,00	401.000,00	0,00	389.609,65	0,00	389.609,65	1,79	97,16	11.390,35
Transporte Rodoviário	330.000,00	401.000,00	0,00	389.609,65	0,00	389.609,65	1,79	97,16	11.390,35

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
DESPORTO E LAZER	243.000,00	168.926,60	26.423,37	115.608,00	27.979,37	115.608,00	0,53	68,44	53.318,60
Desporto Comunitário	243.000,00	168.926,60	26.423,37	115.608,00	27.979,37	115.608,00	0,53	68,44	53.318,60
ENCARGOS ESPECIAIS	838.000,00	788.774,56	123.646,39	751.982,87	134.789,02	751.982,87	3,45	95,34	36.791,69
Serviço da Dívida Interna	269.200,00	209.200,00	31.139,77	174.651,69	31.139,77	174.651,69	0,80	83,49	34.548,31
Outros Encargos Especiais	568.800,00	579.574,56	92.506,62	577.331,18	103.649,25	577.331,18	2,65	99,61	2.243,38
RESERVA DO RPPS	1.530.000,00	1.530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.530.000,00
RESERVA DO RPPS	1.530.000,00	1.530.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.530.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Reserva de Contingência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	24.780.000,00	24.780.000,00	3.601.165,29	21.806.866,38	4.180.604,27	21.806.866,38	99,9998	88,0019	2.973.133,62
FONTE:									

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:72E8CADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 09

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODEREÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO. LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2012							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	1.006.260,34	10,08	816.152,21	190.098,05	998.326,71	606.930,46	72.484,58	318.911,67
EXECUTIVO	0,00	1.006.260,34	10,08	816.152,21	190.098,05	998.326,71	606.930,46	72.484,58	318.911,67
Administração Direta	0,00	1.006.250,26	0,00	816.152,21	190.098,05	998.326,71	606.930,46	72.484,58	318.911,67
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	711.386,50	0,00	711.386,50	0,00	129.123,75	102.947,29	26.176,46	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	257.581,61	0,00	104.765,71	152.815,90	92.852,62	14.532,50	35.434,48	42.885,64
Investimentos	0,00	37.282,15	0,00	0,00	37.282,15	765.476,70	489.450,67	0,00	276.026,03
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.873,64	0,00	10.873,64	0,00
Administração Indireta	0,00	10,08	10,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,10	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	9,98	9,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	1.006.260,34	10,08	816.152,21	190.098,05	998.326,71	606.930,46	72.484,58	318.911,67
FONTE:									

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:71E32A00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 17

IDENTIFICAÇÃO DA ESFERA DE GOVERNO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO DEREFERÊNCIA
LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22 e 28 - Anexo XVII											R$ Milhares
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA (RCL)	20.908.570,81	21.717.343,54									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00									

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:42720E5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RGF 3º QUADRIMESTRE PUBLICAÇÃO - ANEXO 03

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 2013
LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III				
GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA - RCL	20.908.570,81	21.197.196,27	21.467.609,26	21.717.343,54
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00
CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança emOperações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				
Nota:				

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:CB36B94F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 10

ANEXO 10 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2013

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985)									Em R$
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA									
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA					DIFERENÇAS	
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO	PARA MAIS	PARA MENOS
100000000000	RECEITAS CORRENTES								
130000000000	RECEITA PATRIMONIAL								
132000000000	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS								
132500000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS								
132501000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS								
132501990000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS								
132502000000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS								
132502990000	REMUNERACAO DE OUTROS	3.000,00	581,04				581,04		2.418,96

	DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS								
	SOMA	3.000,00	581,04				581,04		2.418,96
160000000000	RECEITA DE SERVICOS								
160013000000	SERVICOS ADMINISTRATIVOS								
160013010000	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS								
160015000000	OUTRAS RECEITAS DE SERVICOS		5.371,37	226,36		226,36	5.597,73	5.597,73	
160041000000	SERVICOS DE CAPTACAO, ADUCAO, TRAT., RESERVACAO E DISTRIB. DE AGUA								
160041010000	DISTRIBUICAO DE AGUA - COMERCIAL	193.000,00	208.562,05	20.836,96		20.836,96	229.399,01	36.399,01	
160041020000	DISTRIBUICAO DE AGUA - DOMICILIAR	1.133.200,00	1.175.959,00	119.797,79		119.797,79	1.295.756,79	162.556,79	
160041030000	DISTRIBUICAO DE AGUA - INDUSTRIAL	1.000,00							1.000,00
160041040000	SERV. DE CAPTACAO DE AGUA E DISTRIBUICAO PUBLICA	23.000,00	21.093,19	1.689,99		1.689,99	22.783,18		216,82
160042000000	SERV. DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE ESGOTOS								
160042010000	SERVICO COMERCIAL	12.000,00	13.889,32	1.186,97		1.186,97	15.076,29	3.076,29	
160042020000	SERVICO DOMICILIAR	18.000,00	18.284,84	2.161,33		2.161,33	20.446,17	2.446,17	
160042030000	SERVICO INDUSTRIAL	300,00							300,00
160042040000	SERVICO PUBLICO	1.400,00	4.034,14	451,23		451,23	4.485,37	3.085,37	
160048000000	SERVICOS DE RELIGAMENTO DE AGUA	10.000,00	14.542,98	1.347,10		1.347,10	15.890,08	5.890,08	
160099000000	OUTROS SERVICOS								
160099010000	SERVICOS DE LIGACAO DE NOVA CONTA DE AGUA	40.000,00	29.946,15	1.152,30		1.152,30	31.098,45		8.901,55
160099020000	SERVICO DE LIGACAO DE NOVA CONTA DE ESGOTO	3.500,00	1.551,10				1.551,10		1.948,90
	SOMA	1.435.400,00	1.493.234,14	148.850,03		148.850,03	1.642.084,17	206.684,17	
190000000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES								
191000000000	MULTAS E JUROS DE MORA								
191900000000	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS								
191999000000	OUTRAS MULTAS	5.000,00	3.004,96	142,08		142,08	3.147,04		1.852,96
192000000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES								
192200000000	RESTITUICOES								
192299000000	OUTRAS RESTITUICOES	1.300,00	52,80	0,97		0,97	53,77		1.246,23
193000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA								
193200000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA								
193299000000	REC. DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS								
193299010000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO-TRIBUTARIA DE OUTRAS RECEITAS - PRINCIPAL	208.500,00	209.700,71	1.133,30		1.133,30	210.834,01	2.334,01	
193299020000	RECEITA DO PROGRAMA DE RECUPERACAO FISCAL E DO PARCELAMENTO ESPECIAL -								
	SOMA	214.800,00	212.758,47	1.276,35		1.276,35	214.034,82		765,18
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES	1.653.200,00	1.706.573,65	150.126,38		150.126,38	1.856.700,03	203.500,03	
200000000000	RECEITAS DE CAPITAL								
240000000000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL								
247000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS								
247100000000	TRANSF. CONVENIOS DA UNIAO E SUAS ENTIDADES								
247103000000	TRANSF. DE CONVENIOS DA UNIAO DESTINADOS A PROG. DE SANEAMENTO BASICO								
247200000000	TRANSF. CONVENIOS DOS ESTADOS E SUAS ENTIDADES								
247203000000	TRANSF. DE CONV. DO ESTADO DESTINADOS A PROG. DE SANEAMENTO BASICO								
	SOMA								
	SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL								
700000000000	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS								
760000000000	RECEITA DE SERVICOS								
760041000000	SERVICOS DE CAPTACAO, ADUCAO, TRATAMENTO, , RESERVA E DISTRIBUICAO DE								
760041040000	SERVICO DE CAPTACAO DE AGUA E DISTRIBUICAO PUBLICA	49.000,00	41.147,53	3.762,93		3.762,93	44.910,46		4.089,54
760042000000	SERVICO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO	11.000,00	7.837,80	605,14		605,14	8.442,94		2.557,06

	FINAL DE ESGOTOS								
	SOMA	60.000,00	48.985,33	4.368,07		4.368,07	53.353,40		6.646,60
	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	60.000,00	48.985,33	4.368,07		4.368,07	53.353,40		6.646,60
	TOTAL	1.713.200,00	1.755.558,98	154.494,45		154.494,45	1.910.053,43	196.853,43	
	TOTAL DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (INGRESSOS)								
	TOTAL GERAL	1.713.200,00	1.755.558,98	154.494,45		154.494,45	1.910.053,43	196.853,43	

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:0B255E60

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 11

ANEXO 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) — em R$

CÓDIGOS	TÍTULOS	AUTORIZADA R$			REALIZADA R$				DIFERENÇAS R$ DOS TOTAIS
		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	ANTERIOR	EMPENHADO NO MÊS	ANULADO NO MÊS	TOTAL	
01	SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSO								
001	SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSO								
04.122.0002.1150-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA								
04.122.0002.2074-319004000000	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	100,00		100,00					100,00
04.122.0002.2074-319011000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	184.000,00		184.000,00	155.759,94	28.000,00	6.916,62	176.843,32	7.156,68
04.122.0002.2074-319013000000	OBRIGACOES PATRONAIS	34.000,00		34.000,00	25.393,55	5.300,00	2.447,62	28.245,93	5.754,07
04.122.0002.2074-319094000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	100,00		100,00					100,00
04.122.0002.2074-339014000000	DIARIAS - CIVIL	6.000,00		6.000,00	2.408,00	95,00	437,00	2.066,00	3.934,00
04.122.0002.2074-339030000000	MATERIAL DE CONSUMO	17.000,00		17.000,00	15.807,87	110,00		15.917,87	1.082,13
04.122.0002.2074-339032000000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUIT	2.000,00		2.000,00	1.007,00	150,00		1.157,00	843,00
04.122.0002.2074-339035000000	SERVICOS DE CONSULTORIA	20.000,00		20.000,00	15.153,93			15.153,93	4.846,07
04.122.0002.2074-339036000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	100,00		100,00					100,00
04.122.0002.2074-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	223.600,00		223.600,00	208.999,76	2.521,13	30.995,35	180.525,54	43.074,46
04.122.0002.2074-339091000000	SENTENCAS JUDICIAIS	2.100,00		2.100,00	2.016,54			2.016,54	83,46
04.122.0002.2074-449052000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00		5.000,00	4.097,08			4.097,08	902,92
04.122.0002.2074-999999000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	12.945,00		12.945,00					12.945,00
11.331.0024.2073-339047000000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	19.700,00		19.700,00	17.090,35	2.500,00	1.023,35	18.567,00	1.133,00
	TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 001	526.645,00		526.645,00	447.734,02	38.676,13	41.819,94	444.590,21	82.054,79
002	COORD. OPERACIONAL DO SISTEMA DE AGUA E								
17.512.0015.1035-449051000000	OBRAS E INSTALACOES	117.000,00		117.000,00	17.000,00	100.000,00		117.000,00	
17.512.0015.1036-449051000000	OBRAS E INSTALACOES	18.500,00		18.500,00	8.000,00			8.000,00	10.500,00
17.512.0015.1049-449052000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.245,00		18.245,00	18.243,22			18.243,22	1,78
17.512.0015.1050-449052000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE								
17.512.0015.2075-319004000000	CONTRATACAO P/ TEMPO DETERMINADO	100,00		100,00					100,00
17.512.0015.2075-319011000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	427.686,99		427.686,99	389.006,44	41.361,16	2.680,61	427.686,99	0,00
17.512.0015.2075-319013000000	OBRIGACOES PATRONAIS	89.368,01		89.368,01	83.973,43	6.614,94	1.220,36	89.368,01	0,00
17.512.0015.2075-319094000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	100,00		100,00					100,00
17.512.0015.2075-339014000000	DIARIAS - CIVIL	500,00		500,00	424,00			424,00	76,00
17.512.0015.2075-339030000000	MATERIAL DE CONSUMO	291.300,00		291.300,00	278.313,25	1.118,40	15.553,01	263.878,64	27.421,36
17.512.0015.2075-339036000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	20.000,00		20.000,00	14.070,00			14.070,00	5.930,00
17.512.0015.2075-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	617.000,00		617.000,00	576.982,61	10.676,13	5.967,87	581.690,87	35.309,13
TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 002		1.599.800,00		1.599.800,00	1.386.012,95	159.770,63	25.421,85	1.520.361,73	79.438,27
TOTAL DO ÓRGÃO - 01		2.126.445,00		2.126.445,00	1.833.746,97	198.446,76	67.241,79	1.964.951,94	161.493,06
TOTAL DAS DESPESAS		2.126.445,00		2.126.445,00	1.833.746,97	198.446,76	67.241,79	1.964.951,94	161.493,06
TOTAL DE INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSOS)									
TOTAL GERAL		2.126.445,00		2.126.445,00	1.833.746,97	198.446,76	67.241,79	1.964.951,94	161.493,06

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:D0B5F599

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 12

SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D' OESTE
ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) — Em R$ - P. Contas TCE

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.713.200,00	1.910.053,43	196.853,43	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.126.445,00	1.964.951,94	-161.493,06
RECEITAS CORRENTES	1.653.200,00	1.856.700,03	203.500,03	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	2.126.445,00	1.964.951,94	-161.493,06
RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00	581,04	-2.418,96	DESPESAS CORRENTES	1.954.755,00	1.817.611,64	-137.143,36
RECEITA DE SERVICOS	1.435.400,00	1.642.084,17	206.684,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	735.455,00	722.144,25	-13.310,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	214.800,00	214.034,82	-765,18	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.219.300,00	1.095.467,39	-123.832,61
RECEITAS DE CAPITAL				DESPESAS DE CAPITAL	158.745,00	147.340,30	-11.404,70
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL				INVESTIMENTOS	158.745,00	147.340,30	-11.404,70
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	60.000,00	53.353,40	-6.646,60	RESERVA DE CONTINGENCIA	12.945,00		-12.945,00
RECEITA DE SERVICOS	60.000,00	53.353,40	-6.646,60	RESERVA DE CONTINGENCIA	12.945,00		-12.945,00
				CRÉDITOS ESPECIAIS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
SubTotal	1.713.200,00	1.910.053,43	196.853,43	SubTotal	2.126.445,00	1.964.951,94	-161.493,06
Déficit Total	413.245,00	54.898,51	-358.346,49	Superávit Total			
Total	2.126.445,00	1.964.951,94	-161.493,06	Total	2.126.445,00	1.964.951,94	-161.493,06

NOTA EXPLICATIVA: Houve défcit de previsão orçamentária no valor de R$ 413.000,00, contudo a mesma representa alteração orçamentária autorizada, sendo R$ 162.245,00 por excesso de arrecadação e R$ 251.000,00 por superávit financeiro. O défcit de execução de R$ 54.898,51 representa a realização de despesas usando superávit do exercício anterior de R$ 252.275,15

JOSÉ DE SOUZA
Diretor Geral

JULIANA SHIZUKO M. BORGES
Contador
MT/CRC 011294/O

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:D1641C66

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 13

SERVICO AUT.
DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D' OESTE
ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO FINANCEIRO
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

RECEITA				DESPESA			
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			1.910.053,43	DESPESA			1.964.951,94
RECEITAS CORRENTES		1.856.700,03		ADMINISTRACAO		426.023,21	
RECEITA PATRIMONIAL	581,04			TRABALHO		18.567,00	
RECEITA DE SERVICOS	1.642.084,17			SANEAMENTO		1.520.361,73	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	214.034,82						
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS		53.353,40					
Total da Receita Orçamentária			1.910.053,43	Total da Despesa Orçamentária			1.964.951,94
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CREDITOS A RECEBER			4.764,71	CREDITOS A RECEBER			4.764,71
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		4.764,71		CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		4.764,71	
SALARIO-FAMILIA (CLT)	3.574,08			SALARIO-FAMILIA (CLT)	3.574,08		
SALARIO-MATERNIDADE (CLT)	1.092,59			SALARIO-MATERNIDADE (CLT)	1.092,59		
OUTROS CREDITOS A RECEBER	98,04			OUTROS CREDITOS A RECEBER	98,04		
CONSIGNACOES			121.771,49	CONSIGNACOES			121.142,74
INSS		57.378,05		INSS		57.224,05	
DEMAIS SEGURADOS	57.378,05			DEMAIS SEGURADOS	57.224,05		
PENSAO ALIMENTICIA		4.068,00		PENSAO ALIMENTICIA		4.068,00	

PENSAO ALIMENTICIA	4.068,00			PENSAO ALIMENTICIA	4.068,00		
OUTROS CONSIGNATARIOS		46.755,50		OUTROS CONSIGNATARIOS		46.755,50	
CONTRIBUICAO SINDICAL	2.277,23			CONTRIBUICAO SINDICAL	2.277,23		
OUTRAS DESPESAS - SINDICATO	23.647,33			OUTRAS DESPESAS - SINDICATO	23.647,33		
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	9.806,03			EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL	9.806,03		
CONSIGNADO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	11.024,91			CONSIGNADO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	11.024,91		
IRRF DE SERVIDORES		6.151,80		IRRF DE SERVIDORES		6.151,80	
IRRF - SERVIDORES	6.138,64			IRRF - SERVIDORES	6.138,64		
IRRF SERVIDORES A COMPENSAR	13,16			IRRF SERVIDORES A COMPENSAR	13,16		
IRRF DE TERCEIROS		1.529,66		IRRF DE TERCEIROS		1.541,36	
IRRF - TERCEIROS	1.529,66			IRRF - TERCEIROS	1.541,36		
ISS		4.514,43		ISS		4.027,98	
ISSQN	4.514,43			ISSQN	4.027,98		
OUTROS CONSIGNATARIOS MUNICIPAIS		1.374,05		OUTROS CONSIGNATARIOS MUNICIPAIS		1.374,05	
OUTROS DESCONTOS SINDICAIS A COMPENSAR	105,47			OUTROS DESCONTOS SINDICAIS A COMPENSAR	105,47		
CONTRIBUICAO SINDICAL ANUAL	1.268,58			CONTRIBUICAO SINDICAL ANUAL	1.268,58		
OBRIGACOES CONSTITUIDAS POR EXECUCAO ORCAMENTARIA			106.224,95	OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES			1.868,20
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR		5.924,95		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		1.276,95	
PESSOAL A PAGAR	29,16			DO EXERCICIO ANTERIOR	1.276,95		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.476,65			RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		591,25	
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS	4.419,14			A LIQUIDAR	110,57		
DESPESAS NAO LIQUIDADAS A PAGAR		100.300,00		LIQUIDADOS	480,68		
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	300,00			INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FINANCEIROS			0,12
FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS	100.000,00						
INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FINANCEIROS			1,34				
CANCELAMENTOS DE OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIOR			110,57				
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		110,57					
Total da Receita Extra-Orçamentária			232.873,06	Total da Despesa Extra-Orçamentária			127.775,77
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
BANCOS CONTA MOVIMENTO			143.237,10	BANCOS CONTA MOVIMENTO			304.368,73
APLICACOES FINANCEIRAS			110.932,85	APLICACOES FINANCEIRAS			
Total do Saldo do Exercício Anterior			254.169,95	Total do Saldo para o Exercício Seguinte			304.368,73
Total da Receita			2.397.096,44	Total da Despesa			2.397.096,44

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:8B9C24DB

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 14

ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964)							Em R$ - P. Contas TCE
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			304.368,73	DEPOSITOS			640,45
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		304.368,73		CONSIGNACOES		640,45	
DISPONIVEL EM BANCOS	304.368,73			DE TERCEIROS	154,00		
CREDITOS EM CIRCULACAO				DO TESOURO MUNICIPAL	486,45		
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA				DEBITO DE TESOURARIA			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO				OBRIGACOES EM CIRCULACAO			106.239,85
				OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES		106.239,85	
				RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.939,85		
				RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	100.300,00		
				VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			304.368,73	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			106.880,30
ATIVO PERMANENTE				PASSIVO PERMANENTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE			84.970,61	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS			216.108,22
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		84.970,61		OBRIGACOES PARCELADAS		216.108,22	
ESTOQUES	84.970,61			OUTROS PARCELAMENTOS	216.108,22		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO			653.659,36	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
CREDITOS EM CIRCULACAO		653.659,36		PROVISOES TRIBUTARIAS E TRABALHISTAS			
CREDITOS NAO TRIBUTARIOS	653.659,36			DIVIDA FUNDADA			
INVESTIMENTOS							
PERMANENTE			297.684,57				
BENS MOVEIS E IMOVEIS		356.391,98					
BENS MOVEIS	238.454,18						
BENS IMOVEIS	117.937,80						
(-) AMORTIZACOES, DEPRECIACOES E EXAUSTOES		-58.707,41					
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	-58.707,41						
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			1.036.314,54	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			216.108,22
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			1.340.683,27	PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			322.988,52
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
				ATIVO REAL LIQUIDO			1.017.694,75
ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			118.696,14	SISTEMA DE COMPENSACAO			118.696,14
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		118.696,14		DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		118.696,14	

DE DESPESAS	118.696,14						
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO			118.696,14	TOTAL DO PASSIVO COMPENSADO			118.696,14
TOTAL DO ATIVO			1.459.379,41	TOTAL DO PASSIVO			1.459.379,41

JOSÉ DE SOUZA
Diretor Geral

JULIANA SHIZUKO M. BORGES
Contador - MT/CRC 011294/o

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:348DBC2D

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 15

SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D' OESTE
ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			1.910.053,43	DESPESA			1.964.951,94
RECEITAS CORRENTES		1.856.700,03		DESPESAS CORRENTES		1.817.611,64	
RECEITA PATRIMONIAL	581,04			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	722.144,25		
RECEITA DE SERVICOS	1.642.084,17			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.095.467,39		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	214.034,82			DESPESAS DE CAPITAL		147.340,30	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS		53.353,40		INVESTIMENTOS	147.340,30		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			1.910.053,43	TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			1.964.951,94
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
INCORPORACOES DE ATIVOS			302.136,81	DESINCORPORACOES DE ATIVOS			210.834,01
AQUISICAO DE BENS MOVEIS		302.136,81		LIQUIDACAO DE CREDITOS - PELA ENTRADA DE RECUR		210.834,01	
BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	22.340,30			DIVIDA ATIVA RECEBIDA	210.834,01		
BENS DE ESTOQUE	279.796,51			INCORPORACAO DE PASSIVOS			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS			51.494,94				
OUTRAS DESINCORPORACOES DE PASSIVOS		51.494,94					
PARCELAMENTOS	51.494,94						
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS							
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORCAMENTARIAS							
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			353.631,75	TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS			210.834,01
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS				TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS			1,34	OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS			0,12
INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FINANCE		1,34		INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FINANCE		0,12	
INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FIN	1,34			INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS FIN	0,12		
INCORPORACOES DE ATIVOS			220.914,75	DESINCORPORACOES DE ATIVOS			339.163,58
INCORPORACAO DE DIREITOS		220.914,75		BAIXA DE BENS IMOVEIS		0,01	
DIVIDA ATIVA - INSCRICAO	220.914,75			BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,01		
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			329,04	BAIXA DE BENS MOVEIS		339.163,57	
REAVALIACOES DE BENS		329,04		BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	1.460,00		
BENS MOVEIS	329,04			BAIXA DE BENS DE ESTOQUE	337.703,57		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS			110,57	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			58.707,41
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES		110,57		DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		58.707,41	
CANCELAMENTOS DE OBRIGACOES DE EXERCICIOS	110,57			DEPRECIACOES	58.707,41		
AJUSTES DE OBRIGACOES				INCORPORACAO DE PASSIVOS			
				AJUSTES DE OBRIGACOES			
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			221.355,70	TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			397.871,11
Total das Variações Ativas			2.485.040,88	Total das Variações Passivas			2.573.657,06
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)			88.616,18	RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)			
Total Geral			2.573.657,06	Total Geral			2.573.657,06

JOSÉ DE SOUZA
Diretor Geral

JULIANA SHIZUKO M. BORGES
Contador
MT/CRC 011294/O

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:D00B4D7E

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 16

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DA

DÍVIDA FUNDADA INTERNA
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964) — em R$

DÍVIDA FUNDADA INTERNA NÃO VINCULADA

AUTORIZAÇÕES						SALDO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS TOT.	PARCELAS PAGAS	DATA	VALOR EMISSÃO	CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
/0000	TERMO DE DACAO COM O ESTADO	200	207	18/01/2012	326.894,99	267.603,16			51.494,94		-7	216.108,22
TOTAL					326.894,99	267.603,16			51.494,94		-7	216.108,22
TOTAL GERAL					326.894,99	267.603,16			51.494,94		-7	216.108,22

JOSÉ DE SOUZA
Diretor Geral

JULIANA SHIZUKO M. BORGES
Contador
MT/CRC 011294/O

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:73AB1AD2

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D OESTE - SAEMI
ANEXO 17

SERVICO AUT. DE AGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D' OESTE
ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) — em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
ATIVO FINANCEIRO						
REALIZAVEL						
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS						
SALARIO FAMILIA		3.574,08		3.574,08		
SALARIO MATERNIDADE		1.092,59		1.092,59		
AUXILIO DOENCA						
INSS A COMPENSAR						
CONTRIBUICAO SINDICAL A COMPENSAR		98,04		98,04		
Subtotal:		4.764,71		4.764,71		
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2009 - PROCESSADOS	2,25					2,25
RESTOS A PAGAR 2009 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR 2010 - PROCESSADOS	0,07					0,07
RESTOS A PAGAR 2010 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR 2011 - PROCESSADOS	12,58					12,58
RESTOS A PAGAR 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	1.276,95			1.276,95		
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS	591,25			480,68	110,57	
R.P. de 2013 Nao Processados		100.300,00				100.300,00
R.P. de 2013 Processados		5.924,95				5.924,95
Subtotal:	1.883,10	106.224,95		1.757,63	110,57	106.239,85
DEPOSITOS						
INSS		57.378,05		57.222,83	1,22	154,00
IRRF SERVIDORES A COMPENSAR		13,16		13,16		
IRRF - SERVIDORES		6.138,64		6.138,64		
IRRF - TERCEIROS	11,70	1.529,66		1.541,36		
ISSQN		4.514,43		4.027,98		486,45
CONTRIBUICAO SINDICAL		2.277,23		2.277,23		
OUTRAS DESPESAS - SINDICATO		23.647,33		23.647,33		
CONTRIBUICAO SINDICAL ANUAL		1.268,58		1.268,58		
EMPRESTIMO BANCO DO BRASIL		9.806,03		9.806,03		
PENSAO ALIMENTICIA		4.068,00		4.068,00		
OUTROS DESCONTOS SINDICAIS A COMPENSAR		105,35	0,12	105,35	0,12	
CONSIGNADO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		11.024,91		11.024,91		
Subtotal:	11,70	121.771,37	0,12	121.141,40	1,34	640,45
Subtotal:	1.894,80	227.996,32	0,12	122.899,03	111,91	106.880,30
TOTAL	1.894,80	232.761,03	0,12	127.663,74	111,91	106.880,30
TOTAL GERAL	1.894,80	TOTAL (b+c)	232.761,15	TOTAL (d+e)	127.775,65	106.880,30

JOSÉ DE SOUZA
Diretor Geral

JULIANA SHIZUKO M. BORGES
Contador
MT/CRC 011294/O

Publicado por:
Juliana Shizuko Matushima Borges
Código Identificador:3ED659FA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NORTELANDIA-MT
BALANCETES ORCAMENTARIOS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE NORTELANDIA
ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - Conforme Portaria MPS 95, de 06 de Março de 2007 DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)							em R$ - P. Contas RPPS
RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.190.000,00	934.055,57	-255.944,43	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.190.000,00	537.322,67	-652.677,33
RECEITAS CORRENTES	537.000,00	454.330,91	-82.669,09	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	1.190.000,00	537.322,67	-652.677,33
RECEITA DE CONTRIBUICOES	288.000,00	293.431,79	5.431,79	DESPESAS CORRENTES	955.000,00	536.263,67	-418.736,33
RECEITA PATRIMONIAL	249.000,00	160.899,12	-88.100,88	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	740.000,00	440.328,60	-299.671,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	215.000,00	95.935,07	-119.064,93
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	653.000,00	545.632,10	-107.367,90	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	1.059,00	-13.941,00
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	653.000,00	545.632,10	-107.367,90	INVESTIMENTOS	15.000,00	1.059,00	-13.941,00
(-) DEDUCOES DA RECEITA		-65.907,44	-65.907,44	RESERVA LEGAL	220.000,00		-220.000,00
(-) DEDUCOES DA RECEITA TRIBUTARIA				RESERVA LEGAL	220.000,00		-220.000,00
(-) DEDUCOES DA RECEITA PATRIMONIAL		-65.907,44	-65.907,44	CRÉDITOS ESPECIAIS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS							
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS RECEBIDOS PELO RRPS							
CONTRIBUICOES PATRONAIS							
DO EXERCÍCIO							
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
REPASSE PARA COBERTURA DE DÉFICIT							
SubTotal	1.190.000,00	934.055,57	-255.944,43	SubTotal	1.190.000,00	537.322,67	-652.677,33
Déficit Total				Superávit Total		396.732,90	396.732,90
Total	1.190.000,00	934.055,57	-255.944,43	Total	1.190.000,00	934.055,57	-255.944,43

JULIO CEZAR GOMES
Diretor Executivo

EVERALDO RODRIGUES FILHO
CRC MT 010.212/0-9

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Gomes
Código Identificador:5735D90D

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NORTELANDIA-MT
BALANCETE FINANCEIRO

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE NORTELANDIA
ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO FINANCEIRO - Conforme Portaria
MPS 95, de 06 de Março de 2007 DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964)							em R$ - P. Contas RPPS
RECEITA				DESPESA			
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			934.055,57	DESPESA			537.322,67
RECEITAS CORRENTES		454.330,91		DESPESAS CORRENTES		536.263,67	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	293.431,79			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	440.328,60		
RECEITA PATRIMONIAL	160.899,12			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	95.935,07		
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		545.632,10		DESPESAS DE CAPITAL		1.059,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENT	545.632,10			INVESTIMENTOS	1.059,00		
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE (REDUTORA)		-65.907,44					
(-) DEDUCOES DAS RECEITAS PATRIMONIAIS DE	-65.907,44						
Total da Receita Orçamentária			934.055,57	Total da Despesa Orçamentária			537.322,67
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
DEPÓSITOS			253,04	DEPÓSITOS			238,08
CONSIGNAÇÕES		253,04		CONSIGNAÇÕES		238,08	
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	253,04			DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	238,08		

OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO				OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO			
PROVISÕES PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS			246.837,42	PROVISÕES PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS			246.837,42
Total da Receita Extra-Orçamentária			247.090,46	Total da Despesa Extra-Orçamentária			247.075,50
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
BANCOS CONTA MOVIMENTO			439,99	BANCOS CONTA MOVIMENTO			3.588,58
APLICAÇÕES DO RPPS			2.677.000,41	APLICAÇÕES DO RPPS			2.823.762,26
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA				INVESTIMENTOS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA			
Total do Saldo do Exercício Anterior			2.677.440,40	Total do Saldo para o Exercício Seguinte			2.827.350,84
Total da Receita			3.858.586,43	Total da Despesa			3.611.749,01

JULIO CEZAR GOMES
Diretor Executivo

EVERALDO RODRIGUES FILHO
CRC MT 010.212/0-9

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Gomes
Código Identificador:AA42EABF

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NORTELANDIA-MT
BALANCO PATRIMONIAL

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE NORTELANDIA
ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964)							em R$ - P. Contas RPPS
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
DISPONÍVEL			2.827.350,84	DEPÓSITOS			253,04
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		2.827.350,84		CONSIGNAÇÕES		253,04	
BANCOS CONTA MOVIMENTO	3.588,58			DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	253,04		
APLICAÇÕES DO RPPS	2.823.762,26			OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO			
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO							
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			2.827.350,84	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			253,04
ATIVO PERMANENTE				PASSIVO PERMANENTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO				DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO			
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO				OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO			1.706.617,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO				PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS		1.706.617,00	
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA				PLANO FINANCEIRO	5.783.482,21		
DÍVIDA ATIVA				PLANO PREVIDENCIÁRIO	- 4.076.865,21		
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO							
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO							
INVESTIMENTOS							
IMOBILIZADO			8.488,00				
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		8.488,00					
BENS MÓVEIS	8.488,00						
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			8.488,00	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			1.706.617,00
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			2.835.838,84	PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			1.706.870,04
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
				SUPERÁVIT ACUMULADO			1.128.968,80
ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA			1.190.000,00	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA			1.190.000,00
ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEIT		1.190.000,00		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA		1.190.000,00	
RECEITA A REALIZAR	255.944,43			PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	1.190.000,00		
RECEITA REALIZADA	934.055,57			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA			1.190.000,00
FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA			1.190.000,00	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO		1.190.000,00	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		1.190.000,00		CRÉDITO DISPONÍVEL	652.677,33		
DOTAÇÃO INICIAL	1.190.000,00			CRÉDITO UTILIZADO	537.322,67		
EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA			2.827.350,84	EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA			2.827.350,84
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		2.827.350,84		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		2.827.350,84	
OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	2.827.350,84			DESPESAS E DÍVIDAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS			
DESPESAS E DÍVIDAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR			
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR				COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS			360,00
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS			360,00	COMPENSAÇÕES DIVERSAS		360,00	
RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS		360,00					
RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	360,00						
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO			5.207.710,84	TOTAL DO PASSIVO COMPENSADO			5.207.710,84
TOTAL DO ATIVO			8.043.549,68	TOTAL DO PASSIVO			8.043.549,68

JULIO CEZAR GOMES
Diretor Executivo

EVERALDO RODRIGUES FILHO
CRC MT 010.212/0-9

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Gomes
Código Identificador:2892F576

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NORTELANDIA-MT
DEM VARIAÇÕES PARIMONIAIS

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE NORTELANDIA
ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEM. DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - Conforme Portaria MPS 95, de 06 de Março de 2007 DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964)							em R$ - P. Contas RPPS
VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			934.055,57	DESPESA			537.322,67
RECEITAS CORRENTES		454.330,91		DESPESAS CORRENTES		536.263,67	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	293.431,79			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	440.328,60		
RECEITA PATRIMONIAL	160.899,12			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	95.935,07		
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		545.632,10		DESPESAS DE CAPITAL		1.059,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENT	545.632,10			INVESTIMENTOS	1.059,00		
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE (REDUTORA)		-65.907,44					
(-) DEDUCOES DAS RECEITAS PATRIMONIAIS DE	-65.907,44						
INTERFERÊNCIAS ATIVAS							
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			934.055,57	TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			537.322,67
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
MUTAÇÕES ATIVAS				MUTAÇÕES PASSIVAS			
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			0,00	TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS			0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
INTERFERÊNCIAS ATIVAS				INTERFERÊNCIAS PASSIVAS			
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS				TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
VALORIZAÇÃO DE BENS				DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS			246.837,42
OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS				PERDAS		246.837,42	
DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS				DESVALORIZAÇÃO DE BENS			
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO			
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS				INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
				AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			
				DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS DIVERSOS			
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			0,00	TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			246.837,42
Total das Variações Ativas			934.055,57	Total das Variações Passivas			784.160,09
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)			149.895,48
Total Geral			934.055,57	Total Geral			934.055,57

JULIO CEZAR GOMES
Diretor Executivo

EVERALDO RODRIGUES FILHO
CRC MT 010.212/0-9

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Gomes
Código Identificador:C27FA3B1

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NORTELANDIA-MT
BALANCO ORCAMENTARIO TCE

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE NORTELANDIA
ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)								em R$ - P. Contas TCE
RECEITA				DESPESA				
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.190.000,00	934.055,57	-255.944,43	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	1.190.000,00	537.322,67	-652.677,33	
RECEITAS CORRENTES	537.000,00	454.330,91	-82.669,09	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	1.190.000,00	537.322,67	-652.677,33	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	288.000,00	293.431,79	5.431,79	DESPESAS CORRENTES	955.000,00	536.263,67	-418.736,33	
RECEITA PATRIMONIAL	249.000,00	160.899,12	-88.100,88	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	740.000,00	440.328,60	-299.671,40	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	215.000,00	95.935,07	-119.064,93	
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	653.000,00	545.632,10	-107.367,90	DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00	1.059,00	-13.941,00	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	653.000,00	545.632,10	-107.367,90	INVESTIMENTOS	15.000,00	1.059,00	-13.941,00	
(-) DEDUCOES DA RECEITA		-65.907,44	-65.907,44	RESERVA LEGAL	220.000,00		-220.000,00	

(-) DEDUCOES DA RECEITA TRIBUTARIA				RESERVA LEGAL	220.000,00		-220.000,00
(-) DEDUCOES DA RECEITA PATRIMONIAL		-65.907,44	-65.907,44	CRÉDITOS ESPECIAIS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
SubTotal	1.190.000,00	934.055,57	-255.944,43	SubTotal	1.190.000,00	537.322,67	-652.677,33
Déficit Total				Superávit Total		396.732,90	396.732,90
Total	1.190.000,00	934.055,57	-255.944,43	Total	1.190.000,00	934.055,57	-255.944,43

JULIO CEZAR GOMES
Diretor Executivo

EVERALDO RODRIGUES FILHO
CRC MT 010.212/0-9

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Gomes
Código Identificador:79AF8652

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NORTELANDIA-MT
BALANCETE FINANCEIRO TCE

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE NORTELANDIA
ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964)			em R$ - P. Contas TCE				
RECEITA				DESPESA			
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			934.055,57	DESPESA			537.322,67
RECEITAS CORRENTES		454.330,91		PREVIDENCIA MUNICIPAL		536.416,61	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	293.431,79			TRABALHO		906,06	
RECEITA PATRIMONIAL	160.899,12						
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS		545.632,10					
(-) DEDUCOES DA RECEITA		-65.907,44					
Total da Receita Orçamentária			934.055,57	Total da Despesa Orçamentária			537.322,67
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CONSIGNACOES			62.546,58	CONSIGNACOES			62.531,62
OUTROS CONSIGNATARIOS		62.546,58		OUTROS CONSIGNATARIOS		62.531,62	
CONSIGNACAO CAIXA	33.281,06			CONSIGNACAO CAIXA	33.281,06		
CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL	17.048,35			CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL	17.048,35		
I.R.R.F	3.253,71			I.R.R.F	3.253,71		
I.S.S.Q.N	713,00			I.S.S.Q.N	713,00		
UNIMED	5.669,03			UNIMED	5.654,07		
AMSPN	397,25			AMSPN	397,25		
CONSIGNACAO SICRED	2.184,18			CONSIGNACAO SICRED	2.184,18		
PROVISAO PARA PERDAS COM INVESTIMENTOS			246.837,42	OUTRAS BAIXAS DE VALORES			246.837,42
PROVISAO DE PERDAS DE INVESTIMENTO 10.000-5		166.089,05		PERDAS		246.837,42	
PROVISAO DE PERDAS DE INVESTIMENTO 91-9		44.675,98		PROVISAO PARA PERDAS COM INVESTIMENTOS			246.837,42
PROVISAO DE PERDAS DE INVESTIMENTO 39593-5		28.777,29		PROVISAO DE PERDAS DE INVESTIMENTO 10.000-5		166.089,05	
PROVISAO DE PERDAS DE INVESTIMENTO 501.501-4		7.295,10		PROVISAO DE PERDAS DE INVESTIMENTO 91-9		44.675,98	
				PROVISAO DE PERDAS DE INVESTIMENTO 39593-5		28.777,29	
				PROVISAO DE PERDAS DE INVESTIMENTO 501.501-4		7.295,10	
Total da Receita Extra-Orçamentária			309.384,00	Total da Despesa Extra-Orçamentária			556.206,46
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
BANCOS CONTA MOVIMENTO			439,99	BANCOS CONTA MOVIMENTO			3.588,58
APLICACOES DO RPPS			2.677.000,41	APLICACOES DO RPPS			2.823.762,26
Total do Saldo do Exercício Anterior			2.677.440,40	Total do Saldo para o Exercício Seguinte			2.827.350,84
Total da Receita			3.920.879,97	Total da Despesa			3.920.879,97

JULIO CEZAR GOMES
Diretor Executivo

EVERALDO RODRIGUES FILHO
CRC MT 010.212/0-9

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Gomes
Código Identificador:8DB93BA2

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NORTELANDIA-MT
BALANCO PATRIMONIAL TCE

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DO SERV DE NORTELANDIA
ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO PATRIMONIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL EXERCÍCIO DE 2013

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964)							em R$ - P. Contas TCE
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			2.827.350,84	DEPOSITOS			253,04
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		2.827.350,84		CONSIGNACOES		253,04	
DISPONIVEL EM BANCOS	3.588,58			DE TERCEIROS	253,04		
APLICACOES DO RPPS	2.823.762,26			DEBITO DE TESOURARIA			
CREDITOS EM CIRCULACAO				OBRIGACOES EM CIRCULACAO			
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA				VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO							
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			2.827.350,84	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			253,04
ATIVO PERMANENTE				PASSIVO PERMANENTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE				OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO				PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			1.706.617,00
INVESTIMENTOS				PLANO PREVIDENCIARIO		1.706.617,00	
PERMANENTE			8.488,00	PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	2.827.907,93		
BENS MOVEIS E IMOVEIS		8.488,00		PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	2.955.574,28		
BENS MOVEIS	8.488,00			(-) PLANO DE AMORTIZACAO (REDUTORA)	-4.076.865,21		
				PROVISOES TRIBUTARIAS E TRABALHISTAS DIVIDA FUNDADA			
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			8.488,00	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			1.706.617,00
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			2.835.838,84	PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			1.706.870,04
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
				SUPERÁVIT ACUMULADO			1.128.968,80
ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			14.460,00	SISTEMA DE COMPENSACAO			14.460,00
RESPONSABILIDADES POR TITULOS VALORES E BENS		360,00		TITULOS, VALORES E BENS SOB RESPONSABILIDADE		360,00	
CONCEDIDOS	360,00			DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		14.100,00	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		14.100,00					
DE DESPESAS	14.100,00						
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO			14.460,00	TOTAL DO PASSIVO COMPENSADO			14.460,00
TOTAL DO ATIVO			2.850.298,84	TOTAL DO PASSIVO			2.850.298,84

JULIO CEZAR GOMES
Diretor Executivo

EVERALDO RODRIGUES FILHO
CRC MT 010.212/0-9

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Gomes
Código Identificador:B7926BF2

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NORTELANDIA-MT
DEM VARIAÇÕES PARIMONIAIS TCE

FUNDO MUN DE PREV SOCIAL DOS SERV DE NORTELANDIA
ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964)						em R$ - P. Contas TCE	
VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			934.055,57	DESPESA			537.322,67
RECEITAS CORRENTES		454.330,91		DESPESAS CORRENTES		536.263,67	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	293.431,79			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	440.328,60		
RECEITA PATRIMONIAL	160.899,12			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	95.935,07		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS		545.632,10		DESPESAS DE CAPITAL		1.059,00	
(-) DEDUCOES DA RECEITA	-65.907,44			INVESTIMENTOS	1.059,00		
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			934.055,57	TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			537.322,67
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
INCORPORACOES DE ATIVOS				DESINCORPORACOES DE ATIVOS			

DESINCORPORACAO DE PASSIVOS				INCORPORACAO DE PASSIVOS			
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS							
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORCAMENTARIAS							
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			0,00	TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS			0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS				TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS				OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS			
INCORPORACOES DE ATIVOS				DESINCORPORACOES DE ATIVOS			246.837,42
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS				OUTRAS BAIXAS DE VALORES		246.837,42	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS				PERDAS	246.837,42		
AJUSTES DE OBRIGACOES				AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			
				INCORPORACAO DE PASSIVOS			
				AJUSTES DE OBRIGACOES			
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			0,00	TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			246.837,42
Total das Variações Ativas			934.055,57	Total das Variações Passivas			784.160,09
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)			149.895,48
Total Geral			934.055,57	Total Geral			934.055,57

JULIO CEZAR GOMES
Diretor Executivo

EVERALDO RODRIGUES FILHO
CRC MT 010.212/0-9

NEURILAN FRAGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Gomes
Código Identificador:A76E0FBA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 002-2014 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2014

EDITAL 002/2014
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2014
PARA INGRESSO POR TEMPO DETERMINADO AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL
A Comissão do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº. 028/2014, tendo em vista a necessidade de continuidade dos serviços públicos, em cumprimento ao artigo 37 da Constituição Federal, combinado com o artigo 233, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 644/2014, de 04 de fevereiro de 2014, resolve:
Tornar Público o presente edital que estabelece normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação, por prazo determinado, para o preenchimento das vagas, constante nos Anexos I.
1) DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1) O Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014 será regido por este Edital e executado pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado com o auxílio da Banca Examinadora especialmente nomeada para este fim.
1.2) O Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação temporária por excepcional interesse público dos cargos dispostos no anexo I deste Edital, onde se encontram também dispostos os respectivos vencimentos, carga horária e demais instruções.
1.3) A seleção de que se trata este edital será composta de exame de conhecimentos mediante aplicação de provas objetiva de múltipla escolha e/ou prova prática, e em sendo necessário ambas de caráter classificatório e eliminatório.
2) DAS INSCRIÇÕES
2.1) As inscrições serão recebidas nas seguintes datas, horário e local:
DATAS: 10 à 14 fevereiro de 2014.
HORÁRIO: Das 07h00min às 13h00min.
LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde – Departamento de Recursos Humanos, situado na Avenida Mato Grosso, esquina com a Av. Rondonópolis, Nº 51, centro, município de Nova Monte Verde-MT.
2.2) A inscrição implica no conhecimento tácito e aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições estabelecidas no presente edital, nos editais complementares e/ou de retificação que a Comissão do Processo Seletivo Simplificado entender necessárias para o bom andamento e fiel execução.
2.2.1) O presente Edital, os Editais Complementares e em sendo necessário o Edital de Retificação, serão publicados no mural da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde e suas respectivas Secretarias, na Câmara Municipal e no site http://www.novamonteverde.mt.gov.br/.
3) DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO
3.1) Ser brasileiro ou estrangeiro naturalizado na forma da Lei.
3.2) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos no ato da contratação.
3.3) Cópia do documento de Identidade e CPF;
3.4) As inscrições só poderão ser feitas presencialmente ou por terceiros, mediante procuração com reconhecido de firma em cartório, conforme modelo constante no anexo III.
3.4.1) O candidato que for representado por procurador, assumirá todos os riscos pela atuação de seu nomeado, não cabendo reclamações posteriores junto à comissão de Processo Seletivo Simplificado.
3.5) A inscrição para o Processo Seletivo Simplificado não terá nenhum custo aos candidatos.
4) DAS VAGAS
4.1) Os cargos e vagas a serem preenchidos, são os definidos nos Anexo I deste Edital, que por sua vez guarda referencia com as Leis Municipais nº 334/2007 e nº 627/2013, e suas alterações.

4.2) Para o Processo Seletivo Simplificado, as vagas serão preenchidas obedecendo rigorosamente a ordem de classificação geral dos candidatos aprovados para os respectivos cargos.

5) DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE)

5.1. Para candidatos com deficiência, ficam reservadas 10% (dez por cento) das vagas em cargos a serem providos mediante Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência de que é portador nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99 e da Lei Complementar nº 114/02, distribuídos no Anexo I deste Edital.

5.1.1. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.1 resulte em número fracionado superior a 0,7 (sete décimos) este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subseqüente.

5.1.2. O candidato que se declarar portador de necessidades especiais concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos.

5.2. Para concorrer a uma dessas vagas, o candidato deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência;

b) encaminhar cópia simples do RG e CPF e laudo médico original, emitido especificamente para essa finalidade, avaliados por médicos preferencialmente do município de Nova Monte Verde-MT ou por médico do trabalho, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência.

5.2.1. O candidato portador de necessidades especiais deverá entregar no ato da sua inscrição, pessoalmente, por terceiro (procurador) ou pelos correios (SEDEX), o laudo médico original, até o dia 14 de fevereiro de 2014.

5.2.2. A não comprovação da condição prevista no subitem anterior, o candidato não concorrerá como portador de necessidades especiais.

5.2.3. A Comissão organização do Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia dos documentos ao seu destino.

5.3. O laudo médico original e a cópia simples do RG e do CPF valerão somente para fins de identificação da inscrição como portador de necessidades especiais a este concurso, não serão devolvidos e não serão fornecidas cópias desses documentos ao candidato para uso posterior.

5.4. A relação dos candidatos que tiveram a inscrição deferida para concorrer na condição de portadores de necessidades especiais será divulgada na Internet, mediante Edital de Homologação das Inscrições no endereço eletrônico *(*http://www.novamonteverde.mt.gov.br/*)*, e no mural da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde.

5.4.1. O candidato disporá de dois dias a partir da divulgação da relação citada no subitem anterior para contestar o indeferimento, pessoalmente ou por representante. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.

5.5. A inobservância do disposto no subitem 5.2 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tal condição e o não atendimento às condições especiais necessárias.

5.6. O candidato que se declarar portador de necessidades especiais, se aprovado no Processo Seletivo Simplificado, será convocado para submeter-se a perícia médica, a ser realizada por equipe multidisciplinar sob responsabilidade do município, que verificará o enquadramento como portador de necessidades especiais, bem como, no estágio probatório, sobre a incompatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada.

5.7. O candidato convocado para a perícia médica deverá comparecer na data e horário previsto na convocação.

5.8. A não observância do disposto no subitem 5.7, a reprovação na perícia médica ou o não comparecimento à mesma acarretará na perda do direito à vaga reservada aos candidatos em tais condições.

5.9. O candidato portador de necessidades especiais reprovado na perícia médica no decorrer do estágio probatório em virtude de incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo será exonerado sem justa causa.

5.10. O candidato que, no ato da inscrição, declarar-se portador de necessidades especiais, se não eliminado no Processo Seletivo Simplificado e considerado portador de necessidades especiais, terá seu nome publicado em lista a parte e figurará também na lista de classificação geral.

5.11. As vagas definidas no subitem 5.1 que não forem providas por falta de candidatos portadores de necessidades especiais aprovados serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

5.12. A convocação do candidato portador de necessidades especiais aprovado respeitará a ordem de classificação e o percentual dentro do limite de vagas.

5.12.1. Serão convocados os candidatos portadores de necessidades especiais na mesma proporcionalidade da convocação geral, resguardado o limite previsto neste Edital.

6) DA CLASSIFICAÇÃO

6.1) Será considerado classificado o candidato que CUMULATIVAMENTE:

6.1.1) Não obtiver nota zero em nenhuma das disciplinas.

6.1.2) Obtiver aprovação na prova prática, para as vagas em que esta se fizer necessária;

6.1.3) For considerado apto no exame médico de saúde ocupacional para o desempenho do cargo.

7) DAS PROVAS

7.1) A Prova Objetiva será realizada no dia 23 de fevereiro de 2014, na Escola Municipal Roberto Jose Ferreira, situada na Avenida Manoel Rodrigues de Souza, Centro, Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso com início às 08h00min horas, sendo que sua duração será de no mínimo 30 (trinta) minutos e de no máximo 03 (três) horas.

7.1.1) O Processo Seletivo Simplificado compreenderá as seguintes etapas:

7.2) Primeira Etapa: consistirá de Prova Objetiva, de múltipla escolha, composta por 20 (vinte) questões com 4 (quatro) alternativas para cada questão e apenas uma alternativa correta, de caráter classificatório e eliminatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

7.3.) Quando da realização da Prova Objetiva o caderno de provas será entregue após o termino do Teste Seletivo Simplificado.

7.4) Os candidatos deverão comparecer no mínimo 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para início das provas, munidos de caneta azul ou preta e documento de identidade original.

7.5) É vedado ao candidato usar telefone celular, walkman, ipod, iphone ou outros aparelhos eletro-eletrônicos durante o período de duração do teste.

7.6) Fica reservado aos Fiscais o direito de excluir do recinto e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras para resguardar a execução individual e correta das provas.

7.7) Da Composição das Provas:

7.7.1) Para a categoria de Nível Superior, a prova objetiva será composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha, totalizando 100% dos pontos, sendo: língua portuguesa 05 (cinco) questões, matemática 05 (cinco) questões, História e Geografia Geral 05 (cinco) questões, e conhecimentos específicos 05 (cinco) questões.

7.7.2) Para a categoria de Nível Superior – Professores da Secretaria de Educação, a prova objetiva será composta por 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha que corresponderão a 60% dos pontos da seleção, sendo: língua portuguesa 05 (cinco) questões, matemática 05 (cinco) questões, História e Geografia Geral 05 (cinco) questões, e conhecimentos específicos 05 (cinco) questões, e a Contagem de Pontos conforme Portaria 001/2014, constante no anexo IV, correspondendo a 40% dos pontos, totalizando 100% do total de pontos da seleção.

7.7.3) Para a categoria de Nível Médio e Técnico, a prova objetiva será composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha totalizando 100% dos pontos, sendo: língua portuguesa 05 (cinco) questões, matemática 05 (cinco) questões, História e Geografia Geral 05 (cinco) questões, e conhecimentos específicos 05 (cinco) questões.

7.7.4) Para a categoria de Nível Médio para Auxiliar de Sala da Secretaria de Educação, a prova objetiva será composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha que corresponderá a 60% dos pontos da seleção, sendo: língua portuguesa 05 (cinco) questões, matemática 05 (cinco) questões, História e Geografia Geral 05 (cinco) questões, e conhecimentos específicos 05 (cinco) questões, e a Contagem de Pontos conforme Portaria 001/2014, constante no anexo IV, correspondendo a 40% dos pontos, totalizando 100% do total de pontos da seleção.
7.7.5) Para a categoria de Nível Alfabetizado, a prova objetiva será composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha totalizando 100% dos pontos: sendo, língua portuguesa 05 (cinco) questões, matemática 05 (cinco) questões, História e Geografia Geral 05 (cinco) questões, e conhecimentos específicos 05 (cinco) questões.
7.7.6) Segunda Etapa: Para os cargos de Motorista CNH-D, a prova prática será realizada no dia 23 de fevereiro de 2014, as 13:00 na Avenida Gentil de Azevedo (antiga perimetral sul).
Para os cargos de Motorista CNH-C, operador de trator de pneu, operador de moto serra e operador de pá carregadeira a prova pratica será realizada no dia 23 de fevereiro de 2014, às 13:00 junto à Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos, localizada na Rodovia MT 208, s/nº, cinturão de chácaras, município de Nova Monte Verde – MT.
7.7.7) A prova prática será de caráter classificatório e eliminatório, para avaliar as habilidades dos candidatos para o cargo pretendido.
7.7.8) Terceira Etapa: Avaliação de aptidão física e mental para o exercício do cargo no exame Médico pré-admissional.
8) DA CLASSIFICAÇÃO
8.1) Os candidatos serão classificados ao cargo pretendido na ordem decrescente dos pontos obtidos no conjunto das provas objetivas e práticas.
8.2) Existindo desistências por parte dos candidatos classificados, convocados e até mesmo já contratados, o Município promoverá novas convocações para efetuar as contratações necessárias, assim procedendo durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado.
8.3) Os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado ao serem chamados assinarão o contrato temporário por tempo determinado, garantindo aos mesmos os direitos constantes do Artigo 235, Parágrafo 3º, incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV e XVI da Lei Orgânica Municipal.
8.4) O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado trará publicado em Edital o número de pontos obtidos por cada candidato ao cargo prestado.
8.5) Para os candidatos classificados e aprovados, os critérios de desempate serão os seguintes:
I – o candidato com maior idade conforme Parágrafo Único do Art. 27 da Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).
II- o candidato que obtiver maior nota na prova de conhecimentos específicos.
8.6) A contratação do candidato convocado, será feita exclusivamente para atender o excepcional interesse público da Administração Municipal, bem como os programas existentes no âmbito do Município.
8.7) A jornada de trabalho do candidato convocado, será aquela que estiver em vigor no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Monte Verde, com exceção das categorias que têm seus horários regulamentados por outras legislações.
8.8) A convocação dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, entretanto, a aprovação não gerará o direito à contratação imediata.
8.9) Será considerado desistente e perderá a vaga obtida no Processo Seletivo Simplificado, o candidato que não comparecer na data estabelecida pela Prefeitura Municipal, para assinatura do contrato administrativo, bem como o candidato que não apresentar todos os documentos exigidos na data estabelecida.
8.10) O candidato classificado ou desclassificado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, para entrar com recurso, devendo o mesmo ser encaminhado em forma de requerimento ao Presidente da Comissão de realização do Processo Seletivo, que o decidirá.
9) DA DISPOSIÇÕES FINAIS
9.1) A Comissão do Processo Seletivo Simplificado fará divulgar, sempre que necessárias normas complementares ao presente edital.
9.2) O candidato que em qualquer momento do Processo Seletivo Simplificado, prestar declarações falsas ou inexatas, terá sua inscrição cancelada e anulada, assim como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízos de eventual responsabilização criminal.
9.3) O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade até a data de 31/12/2014.
9.3.1) Devido à duração indeterminada dos programas, os contratos a eles referentes terão sua duração adstrita ao período de vigência dos mesmos, renovando-se, em sendo necessário, mediante a celebração de termos aditivos.
9.3.2) Havendo a extinção do Programa, o contrato será rescindido, mediante comunicação prévia ao contratado.
9.4) A lotação funcional dos candidatos aprovados e convocados ficará a critério da Prefeitura Municipal e suas respectivas Secretarias, atendendo-se aos princípios da oportunidade, conveniência e adequação.
9.5) Os candidatos aprovados, convocados e contratados estarão subordinados ao Regime Jurídico Estatutário, Lei nº 289/2005, que por sua vez é o Regime Jurídico dos demais servidores municipais.
9.6) Quanto ao Regime Previdenciário os candidatos aprovados, convocados e contratados estarão adstritos ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
9.7) Os candidatos convocados e distribuídos fora da sede do Município, serão os únicos responsáveis pela despesas inerentes à locomoção, residência, alimentação, entre outras.
9.8) Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não estejam expressamente previstos no presente Edital, serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado, já devidamente constituída e nomeada pelo Decreto nº 028/2014, que por sua vez, tornará pública a decisão, da qual caberá recurso desde que devidamente endereçado ao Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado.
Publique-se, Registra-se, Cumpra-se.
Nova Monte Verde-MT, em 07 de fevereiro de 2014.

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Decreto 028/2014

ARION SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
ANEXO I

Cargo	C/H	Vagas	PNE	Habilitação/ Registro/Diploma	Salário R$	Prova Prática	Lotação
Professor de Educação Física	30	4	*	Ensino Superior em Educação Física	1.659,50	*	Secretaria de Esporte
Professor de Magistério	30	1	*	Ensino Médio com Magistério	1.106,33	*	Secretaria de Cultura
Assistente Social	30	1	*	Ensino Superior em Serviço Social+ CRESS-MT	2.461,00	*	Secretaria de Assistência Social
Professor de Pedagogia	30	1	*	Ensino Superior em Pedagogia	1.659,50	*	Secretaria de Assistência Social
Professor de Pedagogia	30	3	*	Ensino Superior em Pedagogia	1.659,50	*	Secretaria de Educação
Professor de Pedagogia	30	1	*	Ensino Superior em Pedagogia	1.659,50	*	Escola Dom João VI
Professor de Matemática	30	1	*	Ensino Superior em Matemática	1.659,50	*	Secretaria de Educação

Professor de História	30	1	*	Ensino Superior em História	1.659,50	*	Secretaria de Educação
Professor de Geografia	30	1	*	Ensino Superior em Geografia	1.659,50	*	Secretaria de Educação
Professor de Língua Inglesa	30	1	*	Ensino Superior em Língua Inglesa	1.659,50	*	Secretaria de Educação
Professor de Educação de Física	30	1	*	Ensino Superior em Educação Física	1.659,50	*	Secretaria de Educação
Odontólogo	40	1	*	Ensino Superior em Odontologia+CRO-MT	3.210,00	*	Secretaria de Saúde
Fonoaudiólogo	40	1	*	Ensino Superior em Fonoaudiologia+CRF-MT	2.461,00	*	Secretaria de Saúde
Técnico em Informática	40	1	*	Ensino Médio+Curso técnico em Informática	1.016,50	*	Secretaria de Assistência Social
Técnico de Enfermagem	40	09	1	Ensino Médio+ Curso técnico em Enfermagem+COREN-MT	1.016,50	*	Secretaria de Saúde
Técnico em Radiologia	20	1	*	Ensino Médio+Curso técnico em radiologia+ CRTR-MT	1.016,50	*	Secretaria de Saúde
Auxiliar Administrativo	40	1	*	Ensino Médio	724,00	*	Correio de Alto Paraíso
Auxiliar Administrativo	40	2	*	Ensino Médio	724,00	*	São José do Apuy
Auxiliar Administrativo	40	12	1	Ensino Médio	724,00	*	Estrutura Administrativa
Fiscal de Tributos	40	1	*	Ensino Médio	749,00	*	Estrutura Administrativa
Instrutor de Fanfarra	20	1	*	Ensino Médio	724,00	*	Secretaria de Cultura
Atendente Casa do Artesão	40	1	*	Ensino Médio	724,00	*	Secretaria de Cultura
Auxiliar de Sala	30	2	*	Ensino Médio	724,00	*	Secretaria de Assistência Social
Instrutor de Atividades	40	6	*	Ensino Médio	724,00	*	Secretaria de Assistência Social
Auxiliar de Consultório Odontológico	40	2	*	Ensino Médio	724,00	*	Secretaria de Saúde
Fiscal de Vigilância Sanitária	40	1	*	Ensino Médio	749,00	*	Secretaria de Saúde
Auxiliar de Sala	30	6	*	Ensino Médio	724,00	*	Secretaria de Educação
Auxiliar de Sala	30	1	*	Ensino Médio	724,00	*	Escola Dom João VI
Auxiliar de Banho/corredor	30	3	*	Ensino Médio	724,00	*	Secretaria de Educação
Operador de Trator de Pneu	40	2	*	Alfabetizado+CNH-C	909,50	Sim	Secretaria de Agricultura
Auxiliar de Serviços Gerais	40	1	*	Alfabetizado	802,50	*	Secretaria de Agricultura
Vigia	40	2	*	Alfabetizado	724,00	*	Estrutura Administrativa
Auxiliar de Limpeza Urbana	40	7	*	Alfabetizado	724,00	*	Secretaria de Obras
Operador de Pá Carregadeira	40	2	*	Alfabetizado+CNH-C	1.391,00	Sim	Secretaria de Obras
Motorista	40	2	*	Alfabetizado+CNH-C	963,00	Sim	Secretaria de Obras
Operador de Moto Serra	40	1	*	Alfabetizado	963,00	Sim	Secretaria de Obras
Motorista Escolar	30	3	*	Alfabetizado+CNH-D	894,31	Sim	Secretaria de Educação
Motorista Escolar	30	2	*	Alfabetizado+CNH-D	894,31	Sim	São José do Apuy

ANEXO II

Síntese das Atribuições Pertinentes a cada Cargo

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA

De acordo com sua formação: Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; . elaborar e cumprir Plano de Trabalho, de acordo com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; proceder, contínua e permanentemente a avaliação do aproveitamento escolar, replanejando o trabalho, quando necessário, registrando seus avanços e dificuldades; participar da reunião de avaliação do processo escolar, apresentando registros referentes às ações pedagógicas e vida escolar dos educandos, analisando e discutindo as causas de aproveitamento não satisfatório e propondo medidas para superá-las; encaminhar à equipe técnico/administrativo-pedagógica os conceitos e relatórios das avaliações bimestrais e anuais, e os dados de apuração de assiduidade referentes aos alunos de sua classe, conforme especificação e prazos fixados pelo cronograma escolar; propor, discutir e desenvolver projetos específicos para sua ação pedagógica; planejar e executar estudos contínuos de recuperação, estabelecendo estratégias onde sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem ao aluno de menor rendimento; respeitar a diferença individual do aluno, considerando as possibilidades e limitações de cada um, garantindo sua permanência e participação em aula; participar das atividades de articulação da escola com a comunidade; executar outras tarefas referentes ao cargo; executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com a função.

CARGO: PROFESSOR DE MAGISTÉRIO

De acordo com sua formação: - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir Plano de Trabalho, de acordo com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; proceder, contínua e permanentemente a avaliação do aproveitamento escolar, replanejando o trabalho, quando necessário, registrando seus avanços e dificuldades; participar da reunião de avaliação do processo escolar, apresentando registros referentes às ações pedagógicas e vida escolar dos educandos, analisando e discutindo as causas de aproveitamento não satisfatório e propondo medidas para superá-las; encaminhar à equipe técnico/administrativo-pedagógica os conceitos e relatórios das avaliações bimestrais e anuais, e os dados de apuração de assiduidade referentes aos alunos de sua classe, conforme especificação e prazos fixados pelo cronograma escolar; propor, discutir e desenvolver projetos específicos para sua ação pedagógica; planejar e executar estudos contínuos de recuperação, estabelecendo estratégias onde sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem ao aluno de menor rendimento; respeitar a diferença individual do aluno, considerando as possibilidades e limitações de cada um, garantindo sua permanência e participação em aula; participar das atividades de articulação da escola com a comunidade; executar outras tarefas referentes ao cargo; executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com a função.

CARGO: ASISTENTE SOCIAL

Atividades de planejamento, direção, coordenação, assessoramento e execução de programas sociais em seus aspectos econômicos, políticos e sanitários; participar de equipes interdisciplinares na elaboração de políticas sociais; planejar e elaborar programas de trabalho nos campos econômico, político e sanitário; promover estudos e pesquisa na sua área de atuação; controlar e avaliar os resultados e/ou implantação de programas sociais; elaborar estudos, projetos e investigações sobre as causas de desajustamentos sociais; participar de pesquisas médico-sociais e interpretar a situação social do cliente e família; participar de equipes interdisciplinares nos trabalhos de reabilitação profissional; planejar e coordenar inquéritos sobre a situação social de escolares e sua família; orientar e proceder à seleção socioeconômica para concessão de bolsas de estudo e outros auxílios no município; fazer levantamento socioeconômico com vistas ao planejamento habitacional das comunidades; elaborar, coordenar, controlar, administrar e avaliar programas nas áreas de serviço social de cada grupo e comunidade; emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área profissional; participar de programas de treinamentos; participar de programas de Educação Sanitária e de Saúde Pública.

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA

De acordo com sua formação: - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir Plano de Trabalho, de acordo com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao

desenvolvimento profissional; proceder, contínua e permanentemente a avaliação do aproveitamento escolar, replanejando o trabalho, quando necessário, registrando seus avanços e dificuldades; participar da reunião de avaliação do processo escolar, apresentando registros referentes às ações pedagógicas e vida escolar dos educandos, analisando e discutindo as causas de aproveitamento não satisfatório e propondo medidas para superá-las; encaminhar à equipe técnico/administrativo-pedagógica os conceitos e relatórios das avaliações bimestrais e anuais, e os dados de apuração de assiduidade referentes aos alunos de sua classe, conforme especificação e prazos fixados pelo cronograma escolar; propor, discutir e desenvolver projetos específicos para sua ação pedagógica; planejar e executar estudos contínuos de recuperação, estabelecendo estratégias onde sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem ao aluno de menor rendimento; respeitar a diferença individual do aluno, considerando as possibilidades e limitações de cada um, garantindo sua permanência e participação em aula; participar das atividades de articulação da escola com a comunidade; executar outras tarefas referentes ao cargo; executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com a função.

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

De acordo com sua formação: - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir Plano de Trabalho, de acordo com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; proceder, contínua e permanentemente a avaliação do aproveitamento escolar, replanejando o trabalho, quando necessário, registrando seus avanços e dificuldades; participar da reunião de avaliação do processo escolar, apresentando registros referentes às ações pedagógicas e vida escolar dos educandos, analisando e discutindo as causas de aproveitamento não satisfatório e propondo medidas para superá-las; encaminhar à equipe técnico/administrativo-pedagógica os conceitos e relatórios das avaliações bimestrais e anuais, e os dados de apuração de assiduidade referentes aos alunos de sua classe, conforme especificação e prazos fixados pelo cronograma escolar; propor, discutir e desenvolver projetos específicos para sua ação pedagógica; planejar e executar estudos contínuos de recuperação, estabelecendo estratégias onde sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem ao aluno de menor rendimento; respeitar a diferença individual do aluno, considerando as possibilidades e limitações de cada um, garantindo sua permanência e participação em aula; participar das atividades de articulação da escola com a comunidade; executar outras tarefas referentes ao cargo; executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com a função.

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA

De acordo com sua formação: Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; . elaborar e cumprir Plano de Trabalho, de acordo com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; proceder, contínua e permanentemente a avaliação do aproveitamento escolar, replanejando o trabalho, quando necessário, registrando seus avanços e dificuldades; participar da reunião de avaliação do processo escolar, apresentando registros referentes às ações pedagógicas e vida escolar dos educandos, analisando e discutindo as causas de aproveitamento não satisfatório e propondo medidas para superá-las; encaminhar à equipe técnico/administrativo-pedagógica os conceitos e relatórios das avaliações bimestrais e anuais, e os dados de apuração de assiduidade referentes aos alunos de sua classe, conforme especificação e prazos fixados pelo cronograma escolar; propor, discutir e desenvolver projetos específicos para sua ação pedagógica; planejar e executar estudos contínuos de recuperação, estabelecendo estratégias onde sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem ao aluno de menor rendimento; respeitar a diferença individual do aluno, considerando as possibilidades e limitações de cada um, garantindo sua permanência e participação em aula; participar das atividades de articulação da escola com a comunidade; executar outras tarefas referentes ao cargo; executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com a função.

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA

De acordo com sua formação: - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; . elaborar e cumprir Plano de Trabalho, de acordo com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; proceder, contínua e permanentemente a avaliação do aproveitamento escolar, replanejando o trabalho, quando necessário, registrando seus avanços e dificuldades; participar da reunião de avaliação do processo escolar, apresentando registros referentes às ações pedagógicas e vida escolar dos educandos, analisando e discutindo as causas de aproveitamento não satisfatório e propondo medidas para superá-las; encaminhar à equipe técnico/administrativo-pedagógica os conceitos e relatórios das avaliações bimestrais e anuais, e os dados de apuração de assiduidade referentes aos alunos de sua classe, conforme especificação e prazos fixados pelo cronograma escolar; propor, discutir e desenvolver projetos específicos para sua ação pedagógica; planejar e executar estudos contínuos de recuperação, estabelecendo estratégias onde sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem ao aluno de menor rendimento; respeitar a diferença individual do aluno, considerando as possibilidades e limitações de cada um, garantindo sua permanência e participação em aula; participar das atividades de articulação da escola com a comunidade; executar outras tarefas referentes ao cargo; executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com a função.

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA

De acordo com sua formação: - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir Plano de Trabalho, de acordo com a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; proceder, contínua e permanentemente a avaliação do aproveitamento escolar, replanejando o trabalho, quando necessário, registrando seus avanços e dificuldades; participar da reunião de avaliação do processo escolar, apresentando registros referentes às ações pedagógicas e vida escolar dos educandos, analisando e discutindo as causas de aproveitamento não satisfatório e propondo medidas para superá-las; encaminhar à equipe técnico/administrativo-pedagógica os conceitos e relatórios das avaliações bimestrais e anuais, e os dados de apuração de assiduidade referentes aos alunos de sua classe, conforme especificação e prazos fixados pelo cronograma escolar; propor, discutir e desenvolver projetos específicos para sua ação pedagógica; planejar e executar estudos contínuos de recuperação, estabelecendo estratégias onde sejam garantidas novas oportunidades de aprendizagem ao aluno de menor rendimento; respeitar a diferença individual do aluno, considerando as possibilidades e limitações de cada um, garantindo sua permanência e participação em aula; participar das atividades de articulação da escola com a comunidade; executar outras tarefas referentes ao cargo; executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com a função.

CARGO: ODONTÓLOGO

Prevenir, diagnosticar e tratar de afecções dos dentes e da boca, ministrando diversas formas de tratamento; elaborar e aplicar métodos de prevenção de caráter público, para melhorar as condições de higiene dentária e bucal da comunidade; prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo; extrair dentes utilizando instrumentos próprios; fazer limpeza profilática dos dentes e gengivas, extraindo tártaros e eliminando o desenvolvimento de focos de infecções; examinar os dentes e a cavidade bucal, para verificar a incidência de cáries e outras infecções; realizar educação em saúde; executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo.

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Compete ao Fonoaudiólogo prestar assistência fonoaudiológica, através da utilização de métodos e técnicas fonoaudiológicas a fim de desenvolver e/ou restabelecer a capacidade de comunicação dos pacientes, além das seguintes atribuições: avaliar as deficiências dos pacientes, realizando exames fonéticos, da linguagem, audiometria, além de outras técnicas próprias para estabelecer plano de tratamento ou terapêutico; elaborar plano de tratamento dos pacientes, baseando-se nos resultados da avaliação do fonoaudiólogo, nas peculiaridades de cada caso e se necessário nas informações médicas; desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; desenvolver trabalhos de correção de distúrbios da palavra, voz, linguagem e audição, objetivando a reeducação neuromuscular e a reabilitação do paciente;avaliar os

pacientes no decorrer do tratamento, observando a evolução do processo e promovendo os ajustes necessários na terapia adotada; promover a reintegração dos pacientes à família e a outros grupos sociais; elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação; participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo aspectos preventivos ligados à fonoaudiologia; participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação; participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação; participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Administração Municipal e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo parecer e sou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos, direta ou indiretamente, à política de atendimento à criança e ao adolescente; e realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional.

CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Desenvolver e/ou implementar, bem como documentar e implantar sistemas de informações de acordo com os padrões estabelecidos; garantir a guarda, a recuperação, à segurança e a confidencialidade das informações disponibilizadas pelos sistemas de informações; Analisar propostas e solicitações dos órgãos usuários de hardware, software, aplicativos e desenvolvimentos de sistemas para viabiliza-las técnica-economicamente; definir estrutura dos dados e programas de acordo com as necessidades dos sistemas; analisar a performance, instalar e detectar erros e altera os softwares básicos utilizados pela instalação; instalar e operar equipamentos de informática; orientar quanto à utilização adequada de hardwares e softwares necessárias para implementação na instalação; Implantar, avaliar o desempenho, monitorar e manter a rede de teleprocessamento; elaborar especificações técnicas de ferramentas de hardware e software necessárias para a solução de problemas. manter, controlar e reorganizar banco de dados; prestar suporte e consultoria ao usuário final quanto à utilização de recursos de informática colocados a sua disposição; prestar suporte e acompanhar testes de implantação de sistemas; efetuar manutenção preventiva, bem como pequenos reparos nos equipamentos de informática; efetuar processamento de cálculo de tributos no sistema de informática; manter controle, orientando os usuários quanto à instalação de softwares ilegais e removendo os quando necessário; efetuar outras atividades correlatas com o cargo, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Exerce atividades auxiliares de técnico atribuídas a equipe de enfermagem; Assiste ao enfermeiro: no planejamento, programação, orientação das atividades de assistência da enfermagem; Auxilia e presta cuidados diretos de enfermagem a pacientes; Auxilia na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral; Auxilia e presta cuidados na prevenção e controle sistemáticos de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde; Realiza educação e saúde; Executa atividades de assistência de enfermagem; Integra a equipe de saúde; Executa outras tarefas determinadas pelo seu superior imediato.

CARGO: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

Operar aparelhos de Raio – X, acionando seus comandos e observando instruções de funcionamento para provocar a descarga de radioatividade correta sobre a área a ser radiografada; Selecionar chapas e filmes a serem utilizados, de acordo com o tipo de radiografia, ajustando-as no chassi do aparelho, fixando letras e números radiopacos, para bater radiografias; Preparar pacientes, observando a correta posição do corpo no aparelho, utilizando técnicas a cada tipo de exame, medindo distâncias para focalização, visando obter chapas nítidas; Revelar chapas e filmes radiológicos em câmara escura submetendo-os a processo apropriado de revelação, fixação e secagem e encaminhamento ao médico para leitura;Controlar radiografias realizadas, registrando números, discriminando tipos e requisitantes; Zelar pela conservação e manutenção do aparelho de Raio –X e componentes, solicitar material radiográfico, identificando e comunicando problemas à supervisão; Executar outras tarefas correlatas.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Executa atividades de apoio administrativo de acordo com as necessidades da administração. Executa tarefas de digitação em geral. Organiza o sistema de arquivos e relatórios. Classifica expediente recebido, procede a entregas, realiza controles da movimentação de processos, documentos, organiza e elabora mapas de controle, boletins, demonstrativos, faz anotações em fichas, manuseia fichários, procede a expedição de correspondência, documentos e outros papéis. Confere o material de suprimento e controla sua movimentação. Executa tarefas de apoio aos diversos setores de administração que for necessário. Executa outras atividades compatíveis com as especificadas e conforme a necessidade do Município, desde que solicitadas por seu superior.

CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS

Executar atividades de fiscalização tributária fazendária; controlar tarefas relativas à tributação, fiscalização e arrecadação; examinar e analisar livros fiscais e contábeis,notas fiscais, faturas, balanços e outros documentos dos contribuintes; expedir notificação, autos de infração e lançamentos previstos em leis, regulamentos e no código tributário municipal; instruir processos tributários, efetuando levantamentos físicos e diligências; orientar e fiscalizar o cumprimento das leis, regulamentos e normas concernentes às obras públicas e particulares e às posturas municipais; colaborar com as cobranças da Secretaria de Fazenda, em razão de obras públicas executadas; visitar estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços com a finalidade de fiscalização do pagamento das taxas e impostos municipais; manter atualizado o cadastro econômico de contribuintes municipais; verificar a legislação fazendo uso nas situações pertinentes; emitir guias para o recolhimento das contribuições, junto ao órgão municipal ou instituições financeiras; elaborar relatório de vistoria; executar trabalhos de fiscalização no campo da higiene pública e sanitária; observar e cumprir as normas de higiene e segurança do trabalho; executar outras tarefas correlatas.

CARGO: INSTRUTOR DE FANFARRA

Coordenar a organização e formação das fanfarras e bandas de músicas;Selecionar os alunos que integrarão as fanfarras e bandas de músicas; Ensinar e preparar os integrantes das bandas e fanfarras para perfeita execução dos instrumentos musicais;Participar da organização com os dirigentes das escolas da apresentação das fanfarras e bandas de músicas, nos desfiles em datas oficiais e significativas do Município; Zelar pela guarda e conservação dos instrumentos musicais; Representar o município, por meio da fanfarra, nas apresentações artísticas em eventos de outros municípios; Desenvolver outras atividades relacionadas de interesse do município.

CARGO: ATENDENTE CASA DO ARTESÃO

Atua com atendimento ao cliente, recepciona, apresenta os produtos, realiza a organização de prateleiras, estocagem e organização do local. Faz a recepção de mercadorias e esclarecimento de dúvidas. Zela pelo bom atendimento, eficiência e produtividade. Cumpre as normas e procedimentos, realiza a precificação de produtos e reposição de mercadorias.

CARGO: AUXILIAR DE SALA

Atender às necessidades que surgirem durante sua jornada diária de trabalho junto ao professor na sala de aula. Tratar os alunos com carinho, atenção e afetividade. Acompanhar e registrar o processo de crescimento de cada aluno e do grupo; organizar e cuidar do local a fim de evitar acidentes; proporcionar às crianças ambientes agradáveis de convivência; ter todo o cuidado com a criança doente, auxiliando na identificação precoce de doenças infecto-contagiosas, evitando-se, sempre que possível, o isolamento e a exclusão da criança; alimentar adequadamente as crianças de acordo com a sua faixa etária; zelar pela higiene corporal das crianças, realizando junto com elas os cuidados corporais recomendados, entre eles escovar os dentes, lavar as mãos antes e após as refeições, usar adequadamente e limpar-se corretamente após o uso do sanitário, tudo isso visando à limpeza e o conforto. Promover jogos e brincadeiras recreativas e voltadas à formação da criança. Buscar desenvolver nas crianças, através de brincadeiras, o espírito de solidariedade aliado ao de competição, objetivando o equilíbrio entre os dois sentimentos. Executar outras atividades necessárias e compatíveis com as especificadas, conforme a necessidade do Município.

CARGO: INSTRUTOR DE ATIVIDADES – PETI/HORA FELIZ

Desenvolver oficinas de cunho artístico, cultura e social, levando em consideração noções básica e técnicas;ministrar atividades de ginástica, alongamento, entre outras: desenvolver oficinas de esporte em geral;orientar a criação, interpretação e a representação de ação dramática; estimular a utilização da voz, do corpo e das emoções para desenvolver a criatividade; desenvolver oficinas de cunho esportivo, com ênfase no elemento Jogos e entretenimento; proporcionar oportunidades para o conhecimento dos vários ritmos e estilos de música; executar outras tarefas correlatas.

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTORIO ODONTOLÓGICO

Sob a supervisão do cirurgião-dentista, realizar procedimentos preventivos, individuais ou coletivos, nos usuários para atendimento clínico. Realizar os procedimentos reversíveis em atividades restauradoras, a remoção de indultos, placas e tártaro supra gengival, sob supervisão do cirurgião-dentista. Realizar procedimentos coletivos como escovação supervisionada, evidenciação de placa bacteriana e bochechos, na Unidade Básica de Saúde da Família e em espaços sociais identificados. Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos. Acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhos da equipe de Saúde da Família. Participar de oficinas e atividades voltadas para informações educativas. Registrar todos os procedimentos realizados, condensá-los em relatórios adequados (Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB) e mantê-los integrados aos prontuários das famílias. Participar das reuniões das equipes, tanto de caráter administrativo quanto de planejamento, acompanhamento e avaliação. Exercer as funções deliberadas pela Resolução nº 157/1987, do Conselho Federal de Odontologia, sob a supervisão do cirurgião-dentista.

CARGO: FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços, excetuando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços sob a responsabilidade de profissionais cuja a escolaridade seja a superior completa na área da saúde; fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres; fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos; fiscalizar quanto à regularização das condições sanitárias das ligações de água e esgoto à rede pública; fiscalizar estabelecimentos de serviços, tais como: barbearias, salões de beleza, casas de banho, estabelecimentos esportivos de ginástica, cultura física, natação e congêneres, asilos, creches e similares;

fiscalizar estabelecimentos de ensino, hotéis, motéis e congêneres, clubes recreativos e similares, lavanderias e similares, agências funerárias, velórios, necrotérios, cemitérios e crematórios, no tocante às questões higiênico-sanitárias; fiscalizar estabelecimentos que comercializem e distribuam gêneros alimentícios, bebidas e águas minerais;

fiscalizar estabelecimentos que fabriquem e/ou manipulem gêneros alimentícios e envasem bebidas e águas minerais; encaminhar para análise laboratorial alimentos e outros produtos para fins de controle; apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente; efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente; efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado; expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica; fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor; exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública; e Outras atividades inerentes ao cargo.

CARGO: AUXILIAR DE BANHO/CORREDOR

Executar atividades de fiscalização dos discentes dentro do espaço físico escolar; executar atividades de acompanhamento dos discentes dentro do espaço físico escolar; executar atividades de higiene pessoal dos discentes dentro do espaço físico escolar; executar atividades inerentes a limpeza e manutenção de roupas (cama, mesa e banho) utilizadas dentro do espaço físico escolar; tomar providências necessárias e corrigir eventuais falhas administrativas que venha a constatar; apresentar ao superior imediato relatório das atividades executadas; participar de todas as ações e cursos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, que visem à capacitação e o aperfeiçoamento do Profissional da Educação Básica; intervir e orientar os discentes em caso de incidentes ocorridos no âmbito escolar; relatar os fatos ocorridos no âmbito escolar ao superior; operar e manusear os recursos de multimeios didáticos; participar de reuniões de trabalho; desempenhar a função com competência, assiduidade, pontualidade, senso de responsabilidade, zelo, discrição e honestidade; desenvolver outras atividades que se fizerem necessárias para a consecução dos objetivos educacionais da unidade escolar.

CARGO: OPERADOR DE TRATOR DE PNEU

Realizar trabalhos de operação e checagem de trator de pneu e outras máquinas de mesmo porte; vistoriar a máquina, aquecendo o motor e verificando o nível de óleo, água, bateria, combustível e painel de comando; operar o trator de pneu, observando as condições do terreno, acionando as alavancas de comando e movimentando o trator de pneu e escarificador; operar a retro escavadeira, acionando os pedais e alavancas de comando, corte, elevação e abertura; operar a pá carregadeira, acionando os comandos hidráulicos e tração, escavando o solo e movendo pedras, asfalto, concreto); executar outras tarefas correlatas.

CARGO: AUXILIAR DE LIMPEZA URBANA/SERVIÇOS GERAIS

Executar os serviços que sejam determinados pelos superiores, primando pela ordem no local de trabalho, mantendo a estética e apresentação do local, atender aos cidadãos que se dirigirem às suas pessoas, prestando as informações solicitadas com educação, encaminhando para quem possa melhor atendê-lo. Executar serviços de limpeza urbana, conforme determinação superior, zelando pelo bem público, reparando os utensílios sempre que estes venham a necessitar de reparos para serem utilizados nas tarefas diárias dos servidores. Carregar e descarregar veículos em geral, transportar mercadorias e materiais de construção, bem como todos os demais serviços braçais que sejam necessários e determinados sua execução por superior. Fazer mudanças. Proceder a abertura de valas. Proceder a limpeza de fossas. Efetuar serviços de capina em geral, coletar lixo, varrer, lavar e remover o lixo e detritos das ruas e prédios municipais. Recolher o lixo a domicílio com os equipamentos disponíveis; Executar faxinas em geral nos bens públicos. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do equipamento utilizado. Verificar se as portas e janelas e demais vias de acesso, estão devidamente fechadas quando do encerramento do expediente. Investir quaisquer condições anormais que tenha observado, responder as chamadas telefônicas e anotar recados. Levar ao imediato conhecimento das autoridades competentes qualquer irregularidade verificada quando necessário, no exercício de suas funções.

CARGO: VIGIA

Funções de vigilância e proteção fixa e móvel, das áreas administradas pela Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde - MT, para impedir a destruição do patrimônio físico e ambiental, bem como qualquer atividade que não esteja expressamente autorizada pela Administração. Registrar e comunicar de imediato à autoridade competente todas e quaisquer ocorrências de invasões, infrações e danos no interior das áreas administradas pela Prefeitura Municipal. Identificar e controlar o acesso dos usuários e servidores às áreas administradas pela Prefeitura Municipal. Orientar usuários quanto à prevenção de acidentes e incêndios. Outras atividades inerentes ao cargo.

CARGO: OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA

Realizar trabalhos de operação e checagem de moto niveladoras, retro escavadeira, pá carregadeira, trator de esteira e outras máquinas de mesmo porte; vistoriar a máquina, aquecendo o motor e verificando o nível de óleo, água, bateria, combustível e painel de comando; operar a moto niveladoras, observando as condições do terreno, acionando as alavancas de comando e movimentando a pá mecânica (lâmina) e escarificador; operar a retro escavadeira, acionando os pedais e alavancas de comando, corte, elevação e abertura; operar a pá carregadeira, acionando os comandos hidráulicos e tração, escavando o solo e movendo pedras, asfalto, concreto e materiais similares e vertendo-os nos caminhões para serem transportados; operar o trator de esteira, manipulando os comandos, regulando a altura e a inclinação da pá (lâmina); executar outras tarefas correlatas.

CARGO: MOTORISTA

Dirigir veículos, transportar pessoas, cargas e/ou materiais aos locais preestabelecidos; registrar no mapa de controle, dados referentes a itinerário, posição do odômetro, horários de saída e chegada e outros; manter os veículos sob sua responsabilidade em perfeito estado de conservação e condições de funcionamento, comunicando a quem de direito as falhas verificadas; efetuar pequenos reparos de emergência; providenciar abastecimento dos veículos; comunicar a ocorrência de fatos e avarias relacionados como veículos sob sua responsabilidade; Dirigir os caminhões, ônibus, basculantes; vistoriar o veículo a ser utilizado, verificando o nível de água, combustível, lubrificante e outros; examinar as ordens de serviço, verificando o itinerário a ser percorrido e a programação estabelecida; dirigir o caminhão, e outros, acionando dispositivos e comandos; dirigir o caminhão basculante e outros, conduzindo-os a central de operação e posteriormente ao local dos reparos; dirigir o ônibus, transportando a equipe de manutenção aos locais preestabelecidos; dirigir o caminhão basculante às jazidas de areia brita, para o abastecimento das obras; zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos; executar outras tarefas correlatas. Dirigir ambulância com segurança e disposição para o trabalho, potencial de energia e capacidade de mantê-la durante a jornada de trabalho, responsabilidade, combatividade para vencer os obstáculos que vier a encontra no meio ambiente, controle emocional, ansiedade, angustia, impulsividade, autoconfiança, sociabilidade, flexibilidade de conduta, atenção concentrada, transtornos de humor, transtornos de personalidade. Ter prática e conhecimento de primeiros socorros.

CARGO: OPERADOR DE MOTO SERRA

Operar motosserra para podar árvores de praças e jardins; partir, com o emprego de motosserra, pedaços de árvores que estão obstruindo a passagem de veículos e de pessoas; conduzir e manobrar a motosserra, acionando o motor e manipulando os comandos, para realizar os cortes desejados; zelar pela boa qualidade do serviço, controlando o andamento das operações e efetuando os ajustes necessários, a fim de garantir sua correta execução; pôr em prática as medidas de segurança recomendadas para a operação da motosserra, a fim de evitar possíveis acidentes; limpar e lubrificar a máquina, seguindo as instruções de manutenção do fabricante; efetuar pequenos reparos, utilizando as ferramentas apropriadas, para assegurar o bom funcionamento do equipamento; acompanhar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da máquina e seus implementos e, após executados, efetuar os testes necessários; anotar, segundo normas estabelecidas, dados e informações sobre os trabalhos, conservação e outras ocorrências, para controle da chefia; Executar outras atribuições afins.

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO (a ser utilizado pelo CANDIDATO)

Eu(nome completo)_____, (nacionalidade) _____ , (estado civil)_____ , (profissão)_____ , nascido(a) em_____ ,R.G. nº_____ , C.P.F. nº _____, residente na Rua/Av._____, nº _____, Bairro_____,Cidade_____,Estado_____, CEP _____, Tel._____, Nomeio e constituo meu bastante procurador o Senhor (nome completo)_____, (nacionalidade) _____, (estado civil)_____, (profissão) _____, R.G. nº _____,C.P.F.nº_____residente na Rua/Av. _____, nº_____,Bairro _____, Cidade _____ , Estado_____ , CEP _____, para o fim específico de assinar o requerimento de inscrição do Teste Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde – MT.

_____(local e data)

_____(assinatura)

_____(R.G.)

ANEXO IV

Secretaria Municipal de Educação

Portaria 001/2014

O SECRETARIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de sua atribuições legais e,

Considerando a necessidade de composição do quadro de trabalhadores da Educação efetivos e ou contratados temporariamente a serem lotados nas unidades de ensino da rede municipal, assim como também na Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - Definir o período de 24 a 31/01/2014 para realização de inscrições dos interessados nos Cargos de Docência e Apoio em Desenvolvimento Educacional à comporem o quadro da funcionários na Escola Municipal Dom João VI, Escola Municipal Roberto José Ferreira e Centro Municipal de Educação Infantil Reino Encantado;

Art. 2º - As inscrições deverão ser feitas na própria unidade de ensino, conforme anexos I a VI, respeitando o horário de funcionamento das mesmas no período ora definido, pelo próprio interessado ou por procuração particular com firma reconhecida da parte outorgante;

Art. 3º - As inscrições para as Escolas do Campo deverão serem feitas na própria Secretaria Municipal de Educação no dia 31/01/2014; Art.

4º - Deverão fazer as referidas inscrições tanto profissionais efetivos que compõem o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação, como também trabalhadores que concorrerão a vagas através de teste seletivo nas funções de docente e auxiliar de sala a ser realizado pela Administração Pública Municipal para o corrente ano;

Art. 5º - Deverá candidato a vaga presenciar a contagem de ponto junto a equipe responsável no momento de sua inscrição, assim como cada unidade deverá, posteriormente, ao encerramento das inscrições expor em local de livre acesso classificação dos interessados às vagas disponíveis naquele órgão;

Art. 6º - A Atribuição de aulas/turmas e vagas as funções de Apoio em Desenvolvimento Educacional aos profissionais do quadro efetivo nas unidades de ensino dar-se-á a partir de 04/02/2014 com regulamentação especifica a ser definida por esta Secretaria, assim como a eleição para a função de coordenador(a) pedagógico escolar;

Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e fixação revogando-se as disposições contrárias.

Nova Monte Verde, 22 de Janeiro de 2014.

ANEXO V

PROVA PRÁTICA DE MOTORISTA CNH-C, MOTORISTA CNH-D, OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA, OPERADOR DE TRATOR DE PNEU E OPERADOR DE MOTO SERRA

Atividades e critérios para as Provas Práticas:

CARGOS	Atividades
Operador de pá carregadeira, operador de trator e Motorista CNH-C	Executar atividades inerentes ao cargo - operar equipamento rodoviário e/ou agrícola dentro da opção para o qual o candidato se inscrever - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado Duração da Prova: até 10 minutos Fatores a serem avaliados: I - Verificação da Máquina (pneus, água, óleo, bateria)

	II - Habilidades ao operar o equipamento; III - Aproveitamento do Equipamento - IV - Produtividade V - Técnica/Aptidão/Eficiência Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos - em um total de até 100 pontos para todos os critérios.
Motorista CNH-D	Executar atividades inerentes ao cargo - dirigir veículos de acordo com as normas estabelecidas pelo Código Nacional de Transito - e a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas e legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado e seguindo a Ficha de Avaliação utilizada pelo DETRAN/SC, atribuindo-se penalidades graves, médias e leves para cada infração cometida, com perdas de pontos correspondestes. Duração da Prova: até 10 minutos Fatores a serem avaliados: I - Verificação do Veículo (pneus, água, óleo, bateria) II - Habilidades ao dirigir de acordo com o Código Nacional de Trânsito;
Operador de Moto Serra	Executar atividades inerentes ao cargo – a avaliação será feita pelo desempenho do candidato no trabalho que irá executar, dentro das normas técnicas, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilizado Duração da Prova: 10 minutos. Fatores a serem avaliados: I - Habilidades II - Eficiência/Qualidade III - Produtividade IV - Organização na execução dos Trabalhos/Economia do Material V - Técnica/Aptidão Cada critério terá a pontuação de até 20 pontos - em um total de 100 pontos para todos os critérios.

Publicado por:
Mirian Barbosa Camargo Maciel
Código Identificador:D28BF816

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO 12 PREVIMUNDO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO_2013

REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVO MUNDO
ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	968.353,22	1.156.616,54	188.263,32	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	968.353,22	215.657,60	-752.695,62
RECEITAS CORRENTES	581.464,09	533.392,14	-48.071,95	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	968.353,22	215.657,60	-752.695,62
RECEITA DE CONTRIBUICOES	398.589,13	494.816,30	96.227,17	DESPESAS CORRENTES	226.512,55	213.831,60	-12.680,95
RECEITA PATRIMONIAL	182.874,96	38.575,84	-144.299,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	176.575,55	173.712,97	-2.862,58
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	49.937,00	40.118,63	-9.818,37
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	386.889,13	623.224,40	236.335,27	DESPESAS DE CAPITAL	3.276,08	1.826,00	-1.450,08
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	386.889,13	623.224,40	236.335,27	INVESTIMENTOS	3.276,08	1.826,00	-1.450,08
				RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS	738.564,59		-738.564,59
				RESERVA DE CONTINGENCIA - RPPS	738.564,59		-738.564,59
				CRÉDITOS ESPECIAIS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
SubTotal	968.353,22	1.156.616,54	188.263,32	SubTotal	968.353,22	215.657,60	-752.695,62
Déficit Total				Superávit Total		940.958,94	940.958,94
Total	968.353,22	1.156.616,54	188.263,32	Total	968.353,22	1.156.616,54	188.263,32

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

JOCILENE INES SARTORETTO TESK
Secretaria de Financas

VILMAR BOSA
Contador CRC 012346/0-1

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:B1958198

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO 13 PREVIMUNDO - BALANÇO FINANCEIRO_2013

REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVO MUNDO
ANEXO
13 da Lei nº 4.320,
de 17 de março de 1964
BALANÇO FINANCEIRO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

RECEITA	DESPESA
ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTÁRIA

Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			1.156.616,54	DESPESA			215.657,60
RECEITAS CORRENTES		533.392,14		PREVIDENCIA MUNICIPAL		215.657,60	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	494.816,30						
RECEITA PATRIMONIAL	38.575,84						
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS		623.224,40					
Total da Receita Orçamentária			1.156.616,54	Total da Despesa Orçamentária			215.657,60
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CONSIGNACOES			18.958,29	CONSIGNACOES			18.958,29
PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.411,43		PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.411,43	
DEMAIS SEGURADOS	1.411,43			DEMAIS SEGURADOS	1.411,43		
IRRF DE SERVIDORES		2.150,11		IRRF DE SERVIDORES		2.150,11	
IRRF SERVIDORES PREVIMUNDO	2.150,11			IRRF SERVIDORES PREVIMUNDO	2.150,11		
IRRF DE TERCEIROS		321,00		IRRF DE TERCEIROS		321,00	
I.R.R.F DE TERCEIROS	321,00			I.R.R.F DE TERCEIROS	321,00		
ISS		1.360,00		ISS		1.360,00	
ISSQN	1.360,00			ISSQN	1.360,00		
OUTROS CONSIGNATARIOS MUNICIPAIS		13.715,75		OUTROS CONSIGNATARIOS MUNICIPAIS		13.715,75	
CONSIGNACOES BANCO BRADESCO - PREVIMUNDO	5.928,91			CONSIGNACOES BANCO BRADESCO - PREVIMUNDO 5.928,91			
CONSIGNACOES BANCO PANAMERICANO	5.066,20			CONSIGNACOES BANCO PANAMERICANO	5.066,20		
CONSIGNACOES BANCO SICREDI - PREVIMUNDO	2.720,64			CONSIGNACOES BANCO SICREDI - PREVIMUNDO	2.720,64		
				OUTRAS BAIXAS DE VALORES			94.251,65
				PERDAS		94.251,65	
Total da Receita Extra-Orçamentária			18.958,29	Total da Despesa Extra-Orçamentária			113.209,94
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
BANCOS CONTA MOVIMENTO			4.045.050,26	BANCOS CONTA MOVIMENTO			4.986.009,20
APLICACOES DO RPPS				APLICACOES DO RPPS			-94.251,65
Total do Saldo do Exercício Anterior			4.045.050,26	Total do Saldo para o Exercício Seguinte			4.891.757,55
Total da Receita			5.220.625,09	Total da Despesa			5.220.625,09

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

JOCILENE INES SARTORETTO TESK
Secretaria de Financas

VILMAR BOSA
Contador CRC 012346/0-1

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:FD44B788

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO 15 PREVIMUNDO - DEMONSTR. VAR. PATRIMONIAIS_2013

REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVO MUNDO
ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA			1.156.616,54	DESPESA			215.657,60
RECEITAS CORRENTES		533.392,14		DESPESAS CORRENTES		213.831,60	
RECEITA DE CONTRIBUICOES	494.816,30			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	173.712,97		
RECEITA PATRIMONIAL	38.575,84			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.118,63		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS		623.224,40		DESPESAS DE CAPITAL		1.826,00	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				INVESTIMENTOS	1.826,00		
				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			1.156.616,54	TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			215.657,60
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
INCORPORACOES DE ATIVOS			2.106,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS			
AQUISICAO DE BENS MOVEIS		2.106,00		INCORPORACAO DE PASSIVOS			
BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	1.826,00						
BENS DE ESTOQUE	280,00						
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS							
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS							
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORCAMENTARIAS							
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			2.106,00	TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS			0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS				TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS				OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS			
INCORPORACOES DE ATIVOS				DESINCORPORACOES DE ATIVOS			94.531,65
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS				BAIXA DE BENS MOVEIS		280,00	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS			9.191.564,30	BAIXA DE BENS DE ESTOQUE	280,00		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES		9.191.564,30		OUTRAS BAIXAS DE VALORES		94.251,65	
REVERSAO DE PROVISOES	9.191.564,30			PERDAS	94.251,65		
AJUSTES DE OBRIGACOES				AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			598,53
				DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		598,53	
				DEPRECIACOES	598,53		

				INCORPORACAO DE PASSIVOS			20.830.699,42
				INCORPORACAO DE OBRIGACOES		20.830.699,42	
				PROVISOES	20.830.699,42		
				AJUSTES DE OBRIGACOES			
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			9.191.564,30	TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			20.925.829,60
Total das Variações Ativas			10.350.286,84	Total das Variações Passivas			21.141.487,20
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)			10.791.200,36	RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)			
Total Geral			21.141.487,20	Total Geral			21.141.487,20

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

JOCILENE INES SARTORETTO TESK
Secretaria de Financas

VILMAR BOSA
Contador CRC 012346/0-1

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:C0755C4A

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO 14 PREVIMUNDO - BALANÇO PATRIMONIAL_2013

REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE NOVO MUNDO
ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO PATRIMONIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL			4.891.757,55	DEPOSITOS			
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		4.891.757,55		DEBITO DE TESOURARIA			
DISPONIVEL EM BANCOS	4.986.009,20			OBRIGACOES EM CIRCULACAO			
APLICACOES DO RPPS	-94.251,65			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
CREDITOS EM CIRCULACAO							
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA							
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO							
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO			4.891.757,55	TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			
ATIVO PERMANENTE				PASSIVO PERMANENTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE				OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO				PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			40.251.182,31
INVESTIMENTOS				PLANO PREVIDENCIARIO		40.251.182,31	
PERMANENTE			3.122,47	PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS	2.951.743,25		
BENS MOVEIS E IMOVEIS		3.721,00		PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER	37.299.439,06		
BENS MOVEIS	3.721,00			PROVISOES TRIBUTARIAS E TRABALHISTAS			
(-) AMORTIZACOES, DEPRECIACOES E EXAUSTOES		-598,53		DIVIDA FUNDADA			
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	-598,53						
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			3.122,47	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			40.251.182,31
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			4.894.880,02	PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			40.251.182,31
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
DÉFICIT ACUMULADO			35.356.302,29				
			35.356.302,29				
ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO			18.000,00	SISTEMA DE COMPENSACAO			18.000,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		18.000,00		DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		18.000,00	
DE DESPESAS	18.000,00						
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO			18.000,00	TOTAL DO PASSIVO COMPENSADO			18.000,00
TOTAL DO ATIVO			40.269.182,31	TOTAL DO PASSIVO			40.269.182,31

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

JOCILENE INES SARTORETTO TESK
Secretaria de Financas

VILMAR BOSA
Contador CRC 012346/0-1

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:81C9E2A7

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO 16 PREVIMUNDO - DEMONSTR. DIVIDIDA FUNDADA_2013

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2013

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964)									em R$
SEM MOVIMENTAÇÃO									
TOTAL GERAL									

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

JOCILENE INES SARTORETTO TESK
Secretaria de Financas

VILMAR BOSA
Contador CRC 012346/0-1

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:7D3A3DE7

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO 17 PREVIMUNDO - DEMONSTR. DIVIDA FLUTUANTE_2013

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) — em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PASSIVO FINANCEIRO						
DEPOSITOS						
I.N.S.S. - FOLHA PREVIDENCIA (REGIME)						
PREVIDENCIA MUNICIPAL - Folha Pgto (REGIME)		1.411,43		1.411,43		
IRRF SERVIDORES PREVIMUNDO (REGIME)		2.150,11		2.150,11		
ISSQN (REGIME)		1.360,00		1.360,00		
OUTRAS RESTITUICOES (REGIME)						
I.R.R.F DE TERCEIROS (REGIME)		321,00		321,00		
CONSIGNACOES BANCO MORADA - PREVIMUNDO (REGIME)						
CONSIGNACOES BANCO BRADESCO - PREVIMUNDO (REGIME)		5.928,91		5.928,91		
CONSIGNACOES BANCO PANAMERICANO (REGIME)		5.066,20		5.066,20		
CONSIGNACOES BANCO SICREDI - PREVIMUNDO (REGIME)		2.720,64		2.720,64		
Subtotal:		18.958,29		18.958,29		
Subtotal:		18.958,29		18.958,29		
TOTAL		18.958,29		18.958,29		
TOTAL GERAL		TOTAL (b+c)	18.958,29	TOTAL (d+e)	18.958,29	

LIRIA KURTEN WRONSKI
Diretora Executiva

JOCILENE INES SARTORETTO TESK
Secretaria de Financas

VILMAR BOSA
Contador CRC 012346/0-1

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:3A9B4918

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO I RREO 6º BIM_2013

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRENOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				REASLAIZLDAORA(a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Dez 2013 (c)	(c%/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)		19.068.638,87	19.068.638,87	3.369.711,82	17,67	19.275.848,76	101,09	-207.209,89
1.0.0.0.00.00-	RECEITAS CORRENTES	13.990.723,11	13.990.723,11	3.145.422,82	22,48	16.805.959,85	120,12	-2.815.236,74
1.1.0.0.00.00-	RECEITA TRIBUTÁRIA	426.205,81	426.205,81	107.195,53	25,15	644.428,41	151,20	-218.222,60
1.1.1.0.00.00-	Impostos	325.676,50	325.676,50	96.285,06	29,56	542.529,25	166,59	-216.852,75
1.1.2.0.00.00-	Taxas	87.411,61	87.411,61	10.910,47	12,48	101.899,16	116,57	-14.487,55
1.1.3.0.00.00-	Contribuição De Melhoria	13.117,70	13.117,70	0,00	0,00	0,00	0,00	13.117,70
1.2.0.0.00.00-	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	398.589,13	398.589,13	109.608,59	27,50	456.501,27	114,53	-57.912,14
1.2.1.0.00.00-	Contribuições Sociais	398.589,13	398.589,13	109.608,59	27,50	456.501,27	114,53	-57.912,14
1.2.2.0.00.00-	Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.0.0.00.00-	RECEITA PATRIMONIAL	209.110,37	209.110,37	21.065,24	10,07	124.236,80	59,41	84.873,57
1.3.1.0.00.00-	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00-	Receitas De Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1.3.3.0.00.00-	Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00-	Outras Receitas Patrimoniais	26.235,41	26.235,41	15.897,11	60,59	85.660,96	326,51	-59.425,55
1.4.0.0.00.00-	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00-	Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00-	Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00-	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00-	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00-	Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00-	Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00-	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00-	RECEITA DE SERVIÇOS	45.911,97	45.911,97	12.488,54	27,20	73.037,10	159,08	-27.125,13
1.7.0.0.00.00-	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.807.156,72	12.807.156,72	2.869.401,03	22,40	15.380.184,58	120,09	-2.573.027,86
1.7.2.0.00.00-	Transferências Intergovernamentais	12.479.214,10	12.479.214,10	2.839.401,03	22,75	15.350.184,58	123,01	-2.870.970,48
1.7.3.0.00.00-	Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00-	Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00-	Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00-	Transferências De Convênios	327.942,62	327.942,62	30.000,00	9,15	30.000,00	9,15	297.942,62
1.7.7.0.00.00-	Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00-	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	103.749,11	103.749,11	25.663,89	24,74	127.571,69	122,96	-23.822,58
1.9.1.0.00.00-	Multas E Juros De Mora	21.465,33	21.465,33	1.413,69	6,59	8.188,45	38,15	13.276,88
1.9.2.0.00.00-	Indenizações E Restituições	17.887,78	17.887,78	2.493,06	13,94	21.880,21	122,32	-3.992,43
1.9.3.0.00.00-	Receita Da Dívida Ativa	56.048,37	56.048,37	21.757,14	38,82	97.461,63	173,89	-41.413,26
1.9.9.0.00.00-	Receitas Correntes Diversas	8.347,63	8.347,63	0,00	0,00	41,40	0,50	8.306,23
2.0.0.0.00.00-	RECEITAS DE CAPITAL	5.077.915,76	5.077.915,76	224.289,00	4,42	2.469.888,91	48,64	2.608.026,85
2.1.0.0.00.00-	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00-	Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00-	Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00-	ALIENAÇÃO DE BENS	26.235,41	26.235,41	0,00	0,00	0,00	0,00	26.235,41
2.2.1.0.00.00-	Alienação De Bens Móveis	26.235,41	26.235,41	0,00	0,00	0,00	0,00	26.235,41
2.2.2.0.00.00-	Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00-	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00-	Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00-	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.027.829,98	5.027.829,98	224.289,00	4,46	2.469.888,91	49,12	2.557.941,07
2.4.2.0.00.00-	Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00-	Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00-	Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00-	Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00-	Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00-	Transferências De Convênios	5.027.829,98	5.027.829,98	224.289,00	4,46	2.469.888,91	49,12	2.557.941,07
2.4.8.0.00.00-	Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00-	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	23.850,37	23.850,37	0,00	0,00	0,00	0,00	23.850,37
2.5.2.0.00.00-	Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00-	Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00-	Receitada dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00-	Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00-	Receita De Capital Diversas	23.850,37	23.850,37	0,00	0,00	0,00	0,00	23.850,37
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)		386.889,13	386.889,13	188.304,76	48,67	589.758,30	152,44	-202.869,17
SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		19.455.528,00	19.455.528,00	3.558.016,58	18,29	19.865.607,06	102,11	-410.079,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)		19.455.528,00	19.455.528,00	3.558.016,58	18,29	19.865.607,06	102,11	-410.079,06
DÉFICIT(VI)		-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)		19.455.528,00	19.455.528,00	3.558.016,58	18,29	19.865.607,06	102,11	-410.079,06
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-	20.283.398,50	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	No Bimestre (f)	Jan a Dez 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.948.436,38	869.881,82	19.818.318,20	2.656.687,90	16.226.265,17	2.730.571,15	15.733.497,73	79,39	4.084.820,47
DESPESAS CORRENTES	13.879.239,80	2.455.824,07	16.335.063,87	2.192.177,50	15.009.950,72	2.666.051,76	14.972.183,28	91,66	1.362.880,59
Pessoal eEncargos Sociais	6.827.250,45	1.147.593,19	7.974.843,64	1.407.862,60	7.641.791,87	1.407.862,60	7.641.791,87	95,82	333.051,77
Juros eEncargos daDívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.051.989,35	1.308.230,88	8.360.220,23	784.314,90	7.368.158,85	1.258.189,16	7.330.391,41	87,68	1.029.828,82
DESPESAS DE CAPITAL	3.766.868,64	-1.052.938,90	2.713.929,74	464.510,40	1.216.314,45	64.519,39	761.314,45	28,05	1.952.615,29
Investimentos	3.750.488,26	-1.052.938,90	2.697.549,36	464.510,40	1.216.314,45	64.519,39	761.314,45	28,22	1.936.234,91
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizaçãoda Dívida	16.380,38	0,00	16.380,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.380,38
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	464.253,35	-533.003,35	-68.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-68.750,00
RESERVA DO RPPS	838.074,59	0,00	838.074,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	838.074,59
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	507.091,62	-33.649,20	473.442,42	71.379,79	443.645,41	71.379,79	443.645,41	93,71	29.797,01
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	19.455.528,00	836.232,62	20.291.760,62	2.728.067,69	16.669.910,58	2.801.950,94	16.177.143,14	79,72	4.114.617,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização daDívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização daDívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTALCOM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	19.455.528,00	836.232,62	20.291.760,62	2.728.067,69	16.669.910,58	2.801.950,94	16.177.143,14	79,72	4.114.617,48
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	3.688.463,92	-	-
TOTAL(XIV) = (XII + XIII)	19.455.528,00	836.232,62	20.291.760,62	2.728.067,69	16.669.910,58	2.801.950,94	19.865.607,06	97,90	426.153,56

FONTE:

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:CF3CE2AF

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO II RREO 6º BIM_2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	19.455.528,00	20.291.760,62	2.728.067,69	16.669.910,58	2.801.950,94	16.177.143,14	100,00	79,72	4.114.617,48
LEGISLATIVA	764.940,00	764.940,00	114.759,24	766.159,81	131.540,89	764.940,00	4,73	100,00	0,00
Ação Legislativa	764.940,00	764.940,00	114.759,24	766.159,81	131.540,89	764.940,00	4,73	100,00	0,00
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.044.566,69	2.994.203,99	287.072,86	2.165.439,74	419.628,42	2.279.962,21	14,09	76,15	714.241,78
Administração Geral	1.842.542,06	2.790.016,36	254.263,55	1.977.632,89	386.819,11	2.092.155,36	12,93	74,99	697.861,00
Administração Financeira	202.024,63	204.187,63	32.809,31	187.806,85	32.809,31	187.806,85	1,16	91,98	16.380,78
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	480.491,05	532.814,24	105.619,26	481.654,59	106.308,24	481.390,52	2,98	90,35	51.423,72
Assistência à Criança e ao Adolescente	10.920,26	10.920,26	0,00	6.296,68	685,34	6.296,68	0,04	57,66	4.623,58
Assistência Comunitária	458.650,54	510.973,73	105.619,26	475.357,91	105.622,90	475.093,84	2,94	92,98	35.879,89
Habitação Urbana	10.920,25	10.920,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.920,25
PREVIDÊNCIA SOCIAL	130.278,63	130.278,63	43.163,63	215.657,60	50.513,63	215.657,60	1,33	165,54	-85.378,97
Previdência do Regime Estatutário	130.278,63	130.278,63	43.163,63	215.657,60	50.513,63	215.657,60	1,33	165,54	-85.378,97
SAÚDE	4.211.940,50	4.237.768,66	490.202,64	3.895.965,26	733.326,30	3.878.668,25	23,98	91,53	359.100,41
Administração Geral	457.558,49	737.302,69	154.904,30	623.748,42	162.187,50	622.529,62	3,85	84,43	114.773,07
Formação de Recursos Humanos	10.920,26	10.920,26	0,00	1.007,19	0,00	1.007,19	0,01	9,22	9.913,07
Atenção Básica	2.214.626,73	2.197.422,69	159.551,17	1.909.776,29	365.958,38	1.893.641,29	11,71	86,18	303.781,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.277.669,26	1.040.957,26	152.868,53	1.229.731,98	182.301,78	1.229.788,77	7,60	118,14	-188.831,51
Suporte Profilático e Terapêutico	98.282,25	98.282,25	0,00	46.057,78	0,00	46.057,78	0,28	46,86	52.224,47
Vigilância Sanitária	76.441,76	76.441,76	0,00	22.127,86	0,00	22.127,86	0,14	28,95	54.313,90
Vigilância Epidemiológica	76.441,75	76.441,75	22.878,64	63.515,74	22.878,64	63.515,74	0,39	83,09	12.926,01
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	5.235.167,89	5.446.478,29	891.335,65	5.232.038,05	969.752,91	5.138.038,57	31,76	94,34	308.439,72
Ensino Fundamental	5.234.075,87	5.429.005,87	891.335,65	5.231.828,05	969.752,91	5.137.828,57	31,76	94,64	291.177,30
Ensino Médio	1.092,02	1.092,02	0,00	210,00	0,00	210,00	0,00	19,23	882,02
Difusão Cultural	0,00	16.380,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.380,40
CULTURA	133.228,80	90.148,40	25.222,31	78.981,21	25.222,31	78.981,21	0,49	87,61	11.167,19
Difusão Cultural	16.380,40	0,00	0,00	4.905,90	0,00	4.905,90	0,03	0,00	-4.905,90
Desporto Comunitário	116.848,40	90.148,40	25.222,31	74.075,31	25.222,31	74.075,31	0,46	82,17	16.073,09
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	1.064.193,97	186.183,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.183,05
Infra-estrutura Urbana	1.064.193,97	186.183,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186.183,05
HABITAÇÃO	167.079,83	119.402,58	0,00	45.977,85	0,00	45.977,85	0,28	38,51	73.424,73
Habitação Urbana	167.079,83	119.402,58	0,00	45.977,85	0,00	45.977,85	0,28	38,51	73.424,73
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	10.920,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	10.920,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	891.214,96	866.597,63	506.767,53	733.704,38	60.814,75	268.965,51	1,66	31,04	597.632,12
Promoção da Produção Animal	120.840,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	770.374,46	866.597,63	506.767,53	733.704,38	60.814,75	268.965,51	1,66	31,04	597.632,12
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	96.151,66	69.151,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69.151,66
Promoção Comercial	33.306,79	33.114,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.114,82
Turismo	62.844,87	36.036,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.036,84
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	54.601,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	54.601,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	2.748.301,83	3.508.822,83	263.924,57	3.054.332,09	304.843,49	3.024.561,42	18,70	86,20	484.261,41
Transporte Rodoviário	2.748.301,83	3.508.822,83	263.924,57	3.054.332,09	304.843,49	3.024.561,42	18,70	86,20	484.261,41
DESPORTO E LAZER	120.122,75	506.896,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	506.896,07
Desporto Comunitário	120.122,75	506.896,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	506.896,07
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	838.074,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	838.074,59
RESERVA DO RPPS	0,00	838.074,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	838.074,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.302.327,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	838.074,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	464.253,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	19.455.528,00	20.291.760,62	2.728.067,69	16.669.910,58	2.801.950,94	16.177.143,14	99,9998	79,7227	4.114.617,48

FONTE:

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:82B13171

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO IX RREO 6º BIM_2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODEREÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)						LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14			
PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	APagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	APagar
	Exercícios Anteriores	2012							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	744.806,68	78.012,07	1.256,39	363.517,22	458.045,14	3.372.927,22	22.500,01	2.181.224,88	1.169.202,33
EXECUTIVO	744.806,68	78.012,07	1.256,39	363.517,22	458.045,14	3.331.528,62	22.500,01	2.139.826,28	1.169.202,33
Administração Direta	744.806,68	78.012,07	1.256,39	363.517,22	458.045,14	3.331.528,62	22.500,01	2.139.826,28	1.169.202,33
Pessoal e Encargos Sociais	148.701,08	47.641,80	0,00	196.342,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	26.880,00	9.563,21	0,00	36.443,21	0,00	64.207,35	0,00	64.207,35	0,00
Investimentos	569.225,60	20.807,06	1.256,39	130.731,13	458.045,14	3.267.321,27	22.500,01	2.075.618,93	1.169.202,33
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.398,60	0,00	41.398,60	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.398,60	0,00	41.398,60	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	744.806,68	78.012,07	1.256,39	363.517,22	458.045,14	3.372.927,22	22.500,01	2.181.224,88	1.169.202,33
FONTE:									

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:1920C5F5

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO X RREO 6º BIM_2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS EDESPESAS COM MANUTENÇÃO EDESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14					
RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)					
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	7.445.868,17	7.445.868,17	2.340.142,47	12.273.598,26	164,84
Receitas de Impostos	230.752,02	230.752,02	80.154,88	454.558,92	196,99
Impostos	189.013,87	189.013,87	58.397,74	357.651,69	189,22
Dívida Ativa dos Impostos	41.738,15	41.738,15	21.757,14	96.907,23	232,18
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	7.215.116,15	7.215.116,15	2.259.987,59	11.819.039,34	163,81
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.052.847,62	3.052.847,62	970.481,47	4.191.075,98	137,28
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	27.189,42	27.189,42	4.970,56	29.823,33	109,69
Cota-Parte ICMS	2.606.194,54	2.606.194,54	829.317,86	4.965.690,91	190,53
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	27.252,31	46.369,38	0
Cota-Parte ITR	13.356,21	13.356,21	7.643,01	67.304,95	503,92
Cota-Parte IPVA	72.505,13	72.505,13	7.147,60	189.421,99	261,25
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	1.443.023,23	1.443.023,23	399.819,66	2.305.366,77	159,76
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	13.355,12	23.986,03	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	3.996.129,83	3.996.129,83	535.371,99	3.488.984,59	87,31
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	3.672.957,29	3.672.957,29	465.421,31	2.768.211,36	75,37
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	3.672.957,29	3.672.957,29	465.421,31	2.768.211,36	75,37
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	323.172,54	323.172,54	69.950,68	458.032,53	141,73

Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	262.740,70	0
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	9.998.974,77	9.998.974,77	2.475.694,80	13.457.216,08	134,59

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013	%(d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS	2.056.792,25	2.026.684,72	377.269,11	1.837.394,88	90,66
Despesas com Ensino Fundamental (VII)	1.906.675,68	1.863.627,15	347.662,05	1.652.644,59	88,68
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas(VIII)	149.024,55	161.965,55	29.607,06	184.540,29	113,94
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	1.092,02	1.092,02	0,00	210,00	19,23
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	3.156.535,14	3.234.928,52	592.483,80	3.300.643,69	102,03
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	1.802.424,13	1.858.387,13	323.402,18	1.856.430,23	99,89
Outras Despesas no Ensino Básico	1.354.111,01	1.376.541,39	269.081,62	1.444.213,46	104,92
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	21.840,50	21.840,50	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	5.235.167,89	5.283.453,74	969.752,91	5.138.038,57	97,25
[se II > IV]=PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)					-
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					462.844,59

DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	462.844,59
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	462.844,59

CONTROLE DE RESTOS APAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS APAGAR INSCRITOSCOM DISPONIBILIDADE FINANCEIRADE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	517,56	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	16.517,54	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)		4.675.193,98

TABELADE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	38,09
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	67,06

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2012	Jan a Dez 2013
	0.00	1.637,44

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Dez 2013 (f)	% (f/e)
ENSINO FUNDAMENTAL	5.234.075,87	5.429.005,87	969.752,91	5.137.828,57	94,64
ENSINO MÉDIO	1.092,02	1.092,02	0,00	210,00	19,23
DIFUSÃO CULTURAL	0,00	16.380,40	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS	5.235.167,89	5.446.478,29	969.752,91	5.138.038,57	94,34
FONTE:					

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:66402952

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

DEPARTAMENTO JURÍDICO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº. 050/2014.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO OS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO DO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2014, DO MUNICIPIO DE PARANAITA/MT."

ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal de Paranaita, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Artigo1º - Fica **CONVOCADA**, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado em anexo, a candidata aprovada e classificada pelo Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2014, do município de Paranaíta/MT.
Parágrafo único. Os Candidatos convocados terão o prazo de 30 (quinze) dias para comparecer no Departamento de Recursos Humanos munidos das documentações necessárias para a devida contratação.
Artigo 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAITA-MT
Em, 07 de fevereiro de 2014.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO/DECRETO MUNICIPAL Nº 050/2014

Professor em Educação Física - Escola Maria Quitéria - Assentamento São Pedro

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	268	RICHARD KENNED SCHWAICERSKI	Graduação	75	157	232	Aprovado

Professor em Educação Física - Escola Juscelino K. Oliveira

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	362	MARCO ANTONIO TAVARES DE SOUSA FILHO	Graduação	60	60	120	Aprovado
2	325	HEBERT CHARLES SCHWAICERSKI	Graduação	80	34	114	Classificado

Professor Historia - Escola Juscelino K. de Oliveira

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	299	PATRICIA DE ANDRADE MARCHI	Graduação	85		85	Aprovado

Professor Licenciatura em Educação Infantil
Centro de Educação Infantil - Escola Juscelino K. de Oliveira

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	146	ELISIA MARIA BARABA MARINI	Pós Graduação	85	194	279	Aprovado
2	81	JAQUELINE ARAGÃO WERNKE	Pós Graduação	75	147	222	Aprovado
3	5	DARILÉIA MARIN	Pós Graduação	85	103	188	Aprovado
4	2	NELSINHA MATILDES MACIEL FRANZIN	Pós Graduação	65	80	145	Aprovado
5	103	ANA PAULA GOMES	Graduação	90	187	277	Aprovado
6	135	GRACIELE ALMEIDA DA SILVA	Graduação	90	184	274	Aprovado
7	201	DEGMAR DE ALMEIDA MOREIRA OLIVEIRA	Graduação	95	144	239	Classificado
8	225	CARMEM REGIANE OLIVEIRA ROMERO	Graduação	95	142	237	Classificado
9	143	GILSELIA DE OLIVEIRA	Graduação	90	142	232	Classificado
10	71	SIMONE SOUSA PAZ	Graduação	75	155	230	Classificado
11	4	JAQUELINE MARIZA SCHUCK DA SILVA	Graduação	80	111	191	Classificado
12	332	NEUZA RODRIGUES PIMENTA DA CRUZ	Graduação	80	75	155	Classificado
13	70	ANALISA SOUSA	Graduação	70	75	145	Classificado
14	127	ANA CARLA ANTONIO DOS SANTOS	Graduação	60	60	120	Classificado
15	153	ROSELI VIEIRA DA SILVA	Graduação	80		80	Classificado

Professor Lingua Portuguesa
Escola Juscelino K. de Oliveira

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	269	ODETE DA SILVA BORGES SCHWAICERSKI	Pós Graduação	95	196	291	Aprovado

Professor Lingua Portuguesa
(Escola Maria Quitéria - Assentamento São Pedro)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	250	DINEIA LOPES DE MATOS	Pós Graduação	95	139	234	Aprovado

Ciências Naturais – Anos Finais do Ensino Fundamental
Escola Mun. Juscelino K. de Oliveira

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	96	SANDRA MARIA KIISTER DIAS	Pós Graduação	100	70	170	Aprovado

Professor Pedagogo - Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Escola Juscelino K. de Oliveira

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	91	ISNALDO LOPES DA SILVA - P.N.E.	Pós Graduação	85	109	194	Aprovado

Professor Pedagogo - Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Escola Juscelino K. de Oliveira

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	97	MARIA JOSÉ DA SILVA	Pós Graduação	90	227	317	Aprovado
2	60	EDITE NUNES MARTINS	Pós Graduação	90	219	309	Aprovado
3	161	MARIA JOSÉ MARÇAL	Pós Graduação	75	99	174	Aprovado
4	209	VILMA DOS SANTOS MARTINS	Pós Graduação	75	82	157	Aprovado
5	84	NEIDE MARTINS MODESTO	Pós Graduação	85	70	155	Aprovado
6	63	WIARA CARDOSO DE LIMA	Pós Graduação	80	70	150	Aprovado
7	398	LUZIA ALVES DE OLIVEIRA EGER	Pós Graduação	70	70	140	Classificado
8	69	CLARISE PAZ DE SOUZA	Graduação	100	199	299	Classificado
9	102	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	Graduação	85	200	285	Classificado
10	37	ALICE MARIA SANTOS BRITO	Graduação	95	181	276	Classificado
11	59	LUANA MARCONDES DE CAMPOS	Graduação	95	154	249	Classificado
12	82	MARIA CLOTILDE GONÇALVES	Graduação	95	140	235	Classificado
13	77	JANETE PEREIRA	Graduação	90	134	224	Classificado
14	273	MARIA ADRIANA DE SOUZA LORSCHEITTER	Graduação	85	134	219	Classificado
15	184	JOSÉ MARIA ANASTACIO DE OLIVEIRA	Graduação	80	134	214	Classificado
16	101	ARLEI CAMARGO	Graduação	80	65	145	Classificado
17	207	MARCIA VANUSA TSCHA SILVA	Graduação	75	52	127	Classificado
18	79	LUCIANA DA CUNHA SCHAIDA DA SILVA	Graduação	85	41	126	Classificado

Professor Pedagogo - Anos Iniciais do Ensino Fundamental
(Escola Cristo Redentor - Assentamento São Pedro)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
		Não compareceu candidato					

Professor Pedagogo - Anos Iniciais do Ensino Fundamental
(Escola Tancredo de Almeida Neves - Assentamento São Pedro)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	193	DAIANE DA SILVA DE SOUSA	Graduação - Pedag.	90	90	180	Aprovado

Professor Pedagogo - Anos Iniciais do Ensino Fundamental
(Escola Getúlio Vargas - Gleba Mandacaru)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	157	CLAUDETE KOLLING	Graduação	90	111	201	Aprovado

Professor Classe A
(Escola Juscelino k. de Oliveira)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	203	IVANETE SILVA TRINDADE PINTO	Cursando Superior	65	183	248	Aprovado

Professor Classe A
(Escola Mun. Getulio Vargas)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	188	LILIAN RENATA REDIVO	Cursando Superior	70	101	171	Aprovado

Professor Nível Médio
(Escola Maria Quitéria - Assentamento São Pedro)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	150	ADEMILSON ALVES COELHO	Cursando Superior	100	133	233	Aprovado
2	9	REGINA RAMIRO FRANCISCO	Cursando Superior	80	149	229	Classificado
3	286	JÉSSICA CAROLINE DA SILVA	Cursando Superior	75	103	178	Classificado
4	282	RITIELE DA SILVA BENFICA	Cursando Superior	85	77	162	Classificado

Professor Nível Médio
(Escola Juscelino k. de Oliveira)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	31	NÁDIA APARECIDA DE ALMEIDA MOREIRA	Cursando Superior	95	94	189	Aprovado

Professor Nível Médio
(Escola Cristo Redentor - Assentamento São Pedro)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	111	CRISTIANE SUÉLEN VIANA FRAUZINO FARIAS	Cursando Superior	90	106	196	Aprovado

Professor Nível Médio
(Escola Mun. Getulio Vargas)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	212	ARYELY TAYSE CAMARGO DE MELO	Cursando Superior	65	11	76	Aprovado

Professor Nível Médio
(Educação Infantil)

Nº	Inscr.	Nome do candidato	Formação	Prova Objetiva	Prova Título	Total	Resultado Final
1	27	WALQUIRIA LEARDINI PIRES	Cursando Superior	85	172	257	Aprovado

Publicado por:
Ancelma Cornettione Nardo de Freitas
Código Identificador:AC1FA9B8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO I - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRENOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14
RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR(a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Dez 2013 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	40.651.268,00	40.651.268,00	7.605.736,19	18,71	44.208.290,68	108,75	-3.557.022,68
1.0.0.0.00.00- RECEITAS CORRENTES	35.722.226,00	35.722.226,00	7.559.883,02	21,16	42.927.695,02	120,17	-7.205.469,02
1.1.0.0.00.00- RECEITA TRIBUTÁRIA	2.986.680,00	2.986.680,00	1.061.341,82	35,54	7.895.169,73	264,35	-4.908.489,73
1.1.1.0.00.00- Impostos	2.710.260,00	2.710.260,00	1.036.452,75	38,24	7.719.391,38	284,82	-5.009.131,38
1.1.2.0.00.00- Taxas	175.950,00	175.950,00	24.889,07	14,15	175.778,35	99,90	171,65
1.1.3.0.00.00- Contribuição De Melhoria	100.470,00	100.470,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.470,00
1.2.0.0.00.00- RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.136.450,00	1.136.450,00	179.938,80	15,83	1.493.295,60	131,40	-356.845,60
1.2.1.0.00.00- Contribuições Sociais	651.420,00	651.420,00	110.223,38	16,92	1.098.482,55	168,63	-447.062,55
1.2.2.0.00.00- Contribuições Econômicas	485.030,00	485.030,00	69.715,42	14,37	394.813,05	81,40	90.216,95
1.3.0.0.00.00- RECEITA PATRIMONIAL	472.580,00	472.580,00	135.278,79	28,63	740.659,94	156,73	-268.079,94
1.3.1.0.00.00- Receitas Imobiliárias	11.990,00	11.990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.990,00
1.3.2.0.00.00- Receitas DeValores Mobiliários	454.094,00	454.094,00	135.278,79	29,79	740.659,94	163,11	-286.565,94
1.3.3.0.00.00- ReceitaDeConcessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00- Outras Receitas Patrimoniais	6.496,00	6.496,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.496,00
1.4.0.0.00.00- RECEITA AGROPECUÁRIA	7.780,00	7.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.780,00
1.4.1.0.00.00- ReceitaDaProdução Vegetal	7.103,00	7.103,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.103,00
1.4.2.0.00.00- ReceitaDaProdução Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00- Outras Receitas Agropecuárias	677,00	677,00	0,00	0,00	0,00	0,00	677,00
1.5.0.0.00.00- RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00- ReceitaDaIndústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00- ReceitaDaIndústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00- Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00- RECEITA DE SERVIÇOS	1.320.050,00	1.320.050,00	326.584,68	24,74	1.850.055,35	140,15	-530.005,35
1.7.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.166.603,00	28.166.603,00	5.726.237,12	20,33	30.409.585,00	107,96	-2.242.982,00
1.7.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	27.112.453,00	27.112.453,00	5.572.300,60	20,55	29.816.482,75	109,97	-2.704.029,75
1.7.3.0.00.00- Transferências DeInstituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00- Transferências DoExterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00- Transferências DePessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00- Transferências DeConvênios	1.054.150,00	1.054.150,00	153.936,52	14,60	593.102,25	56,26	461.047,75
1.7.7.0.00.00- Transferências para combateà fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.632.083,00	1.632.083,00	130.501,81	8,00	538.929,40	33,02	1.093.153,60
1.9.1.0.00.00- Multas E Juros DeMora	658.470,00	658.470,00	9.774,88	1,48	78.972,54	11,99	579.497,46
1.9.2.0.00.00- Indenizações E Restituições	48.120,00	48.120,00	0,00	0,00	12.164,76	25,28	35.955,24

1.9.3.0.00.00- ReceitaDaDívidaAtiva	909.193,00	909.193,00	25.981,54	2,86	234.007,85	25,74	675.185,15
1.9.9.0.00.00- Receitas Correntes Diversas	16.300,00	16.300,00	94.745,39	581,26	213.784,25	1.311,56	-197.484,25
2.0.0.0.00.00- RECEITAS DE CAPITAL	4.929.042,00	4.929.042,00	45.853,17	0,93	1.280.595,66	25,98	3.648.446,34
2.1.0.0.00.00- OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.550,00	2.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.550,00
2.1.1.0.00.00- Operações DeCrédito Internas	2.550,00	2.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.550,00
2.1.2.0.00.00- Operações DeCrédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00- ALIENAÇÃO DE BENS	2.540,00	2.540,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.540,00
2.2.1.0.00.00- AlienaçãoDeBens Móveis	1.270,00	1.270,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.270,00
2.2.2.0.00.00- AlienaçãoDeBens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00- AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00- AmortizaçãoDeEmpréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00- TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.922.165,00	4.922.165,00	45.853,17	0,93	1.280.595,66	26,02	3.641.569,34
2.4.2.0.00.00- Transferências Intergovernamentais	99.970,00	99.970,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.970,00
2.4.3.0.00.00- Transferências DeInstituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00- Transferências DoExterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00- Transferências DePessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00- Transferências deoutras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00- Transferências DeConvênios	4.822.195,00	4.822.195,00	45.853,17	0,95	1.280.595,66	26,56	3.541.599,34
2.4.8.0.00.00- Transferências para combateà fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00- OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.787,00	1.787,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.787,00
2.5.2.0.00.00- Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00- Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00- Receitada dívidaativaprovenienteda amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00- Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00- ReceitaDeCapital Diversas	1.787,00	1.787,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.787,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	641.774,00	641.774,00	94.351,52	14,70	1.024.467,28	159,63	-382.693,28
SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	41.293.042,00	41.293.042,00	7.700.087,71	18,65	45.232.757,96	109,54	-3.939.715,96
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	2.550,00	2.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.550,00
Operações deCrédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações deCrédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	41.295.592,00	41.295.592,00	7.700.087,71	18,65	45.232.757,96	109,53	-3.937.165,96
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	41.295.592,00	41.295.592,00	7.700.087,71	18,65	45.232.757,96	109,53	-3.937.165,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	45.654.740,91	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	No Bimestre (f)	Jan a Dez 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	40.303.410,25	5.151.080,99	45.454.491,24	6.003.790,84	44.472.136,74	7.210.653,52	41.158.255,13	90,55	4.296.236,11
DESPESAS CORRENTES	33.917.480,64	6.628.317,55	40.545.798,19	5.876.100,18	40.205.979,56	6.611.962,96	39.733.566,85	98,00	812.231,34
Pessoal eEncargos Sociais	16.715.763,27	6.495.987,47	23.211.750,74	4.104.526,26	23.043.085,32	4.104.526,26	23.043.085,32	99,27	168.665,42
Juros eEncargos daDívida	41.035,00	48.745,48	89.780,48	9.649,99	82.749,46	9.649,99	82.749,46	92,17	7.031,02
Outras Despesas Correntes	17.160.682,37	83.584,60	17.244.266,97	1.761.923,93	17.080.144,78	2.497.786,71	16.607.732,07	96,31	636.534,90
DESPESAS DE CAPITAL	5.196.601,61	-652.236,56	4.544.365,05	127.690,66	4.266.157,18	598.690,56	1.424.688,28	31,35	3.119.676,77
Investimentos	4.284.348,98	-88.151,45	4.196.197,53	59.966,94	3.919.013,05	530.966,84	1.077.544,15	25,68	3.118.653,38
Inversões Financeiras	26.940,63	-26.940,00	0,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,63
Amortizaçãoda Dívida	885.312,00	-537.145,11	348.166,89	67.723,72	347.144,13	67.723,72	347.144,13	99,71	1.022,76
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	34.722,00	-44.000,00	-9.278,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.278,00
RESERVA DO RPPS	1.154.606,00	-781.000,00	373.606,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	373.606,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	989.631,75	92.139,07	1.081.770,82	184.230,99	1.075.841,12	184.230,99	1.075.841,12	99,45	5.929,70
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	41.293.042,00	5.243.220,06	46.536.262,06	6.188.021,83	45.547.977,86	7.394.884,51	42.234.096,25	90,76	4.302.165,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização daDívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização daDívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTALCOM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	41.293.042,00	5.243.220,06	46.536.262,06	6.188.021,83	45.547.977,86	7.394.884,51	42.234.096,25	90,76	4.302.165,81
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	2.998.661,71	-	-
TOTAL(XIV) = (XII + XIII)	41.293.042,00	5.243.220,06	46.536.262,06	6.188.021,83	45.547.977,86	7.394.884,51	45.232.757,96	97,20	1.303.504,10
FONTE:									

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:73A8ED98

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO II - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II					LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14				
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	39.002.870,00	45.464.283,15	6.008.454,75	44.496.928,65	7.215.317,43	41.183.047,04	97,51	90,58	4.281.236,11
LEGISLATIVA	1.703.613,00	2.064.984,00	282.092,85	2.083.884,52	282.092,85	2.083.884,52	4,93	100,92	-18.900,52
Ação Legislativa	1.703.613,00	2.064.984,00	282.092,85	2.083.884,52	282.092,85	2.083.884,52	4,93	100,92	-18.900,52
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	12.767.539,50	10.965.654,77	1.382.079,71	10.858.678,94	1.482.744,13	10.643.476,24	25,20	97,06	322.178,53
Administração Geral	9.393.676,50	9.193.932,77	1.162.005,47	9.111.115,80	1.216.133,97	8.908.333,10	21,09	96,89	285.599,67
Administração Financeira	3.295.100,00	1.771.228,00	220.074,24	1.747.563,14	266.610,16	1.735.143,14	4,11	97,96	36.084,86
Normatização e Fiscalização	46.778,00	440,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440,00
Formação de Recursos Humanos	31.985,00	54,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	978.763,00	1.548.318,00	205.686,84	1.486.785,06	224.286,84	1.481.385,06	3,51	95,68	66.932,94
Formação de Recursos Humanos	15.512,00	488,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	488,00
Assistência ao Idoso	70.343,00	396.138,00	50.091,32	392.114,29	50.091,32	392.114,29	0,93	98,98	4.023,71
Assistência ao Portador de Deficiência	15.000,00	74.400,00	9.013,53	73.425,77	9.013,53	73.425,77	0,17	98,69	974,23
Assistência à Criança e ao Adolescente	667.107,00	1.035.467,00	142.874,13	988.685,12	161.474,13	983.285,12	2,33	94,96	52.181,88
Assistência Comunitária	210.801,00	41.825,00	3.707,86	32.559,88	3.707,86	32.559,88	0,08	77,85	9.265,12
PREVIDÊNCIA SOCIAL	378.574,00	1.171.853,92	226.555,75	1.074.566,27	237.319,73	1.074.566,27	2,54	91,70	97.287,65
Previdência Básica	31.564,00	48.843,92	9.083,64	45.860,01	9.083,64	45.860,01	0,11	93,89	2.983,91
Previdência do Regime Estatutário	347.010,00	1.123.010,00	217.472,11	1.028.706,26	228.236,09	1.028.706,26	2,44	91,60	94.303,74
SAÚDE	8.401.132,00	12.026.376,72	1.677.980,91	11.760.262,47	1.779.079,27	11.399.371,65	26,99	94,79	627.005,07
Administração Geral	312.630,00	304.986,00	36.656,84	302.168,55	41.910,68	302.168,55	0,72	99,08	2.817,45
Formação de Recursos Humanos	5.512,00	33,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,00
Atenção Básica	6.153.632,00	5.517.142,72	725.842,61	5.265.045,14	725.792,62	5.001.669,39	11,84	90,66	515.473,33
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.570.193,00	5.835.713,00	883.549,67	5.824.960,40	979.444,18	5.727.445,33	13,56	98,14	108.267,67
Suporte Profilático e Terapêutico	142.252,00	171.452,00	7.053,64	171.266,47	7.053,64	171.266,47	0,41	99,89	185,53
Vigilância Sanitária	75.505,00	4.730,00	204,21	4.575,24	204,21	4.575,24	0,01	96,73	154,76
Vigilância Epidemiológica	141.408,00	192.320,00	24.673,94	192.246,67	24.673,94	192.246,67	0,46	99,96	73,33
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	7.262.316,00	13.153.909,36	1.802.102,47	13.098.681,07	2.663.798,45	10.868.124,38	25,73	82,62	2.285.784,98
Ensino Fundamental	5.852.064,00	11.657.881,27	1.556.387,11	11.616.463,74	2.350.707,09	9.460.969,13	22,40	81,16	2.196.912,14
Ensino Superior	32.400,00	217.100,00	0,00	216.600,00	47.376,00	216.600,00	0,51	99,77	500,00
Educação Infantil	1.284.818,00	1.277.027,09	245.715,36	1.265.617,33	265.715,36	1.190.555,25	2,82	93,23	86.471,84
Educação de Jovens e Adultos	59.277,00	1.168,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.168,50
Educação Especial	33.757,00	732,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	732,50
CULTURA	130.858,00	187.886,00	12.791,74	185.501,84	18.291,74	185.501,84	0,44	98,73	2.384,16
Difusão Cultural	130.858,00	187.886,00	12.791,74	185.501,84	18.291,74	185.501,84	0,44	98,73	2.384,16
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	1.525.443,50	13.588,28	0,00	8.686,69	0,00	8.686,69	0,02	63,93	4.901,59
Infra-estrutura Urbana	729.136,00	12.873,53	0,00	8.686,69	0,00	8.686,69	0,02	67,48	4.186,84
Serviços Urbanos	796.307,50	714,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	714,75
HABITAÇÃO	358.774,50	273,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273,63
Habitação Rural	331.212,00	273,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273,00
Habitação Urbana	27.562,50	0,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,63
SANEAMENTO	2.166.584,25	1.821.938,94	182.665,07	1.821.355,22	217.336,60	1.821.355,22	4,31	99,97	583,72
Saneamento Básico Rural	1.212,00	273,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273,00
Saneamento Básico Urbano	2.165.372,25	1.821.665,94	182.665,07	1.821.355,22	217.336,60	1.821.355,22	4,31	99,98	310,72
GESTÃO AMBIENTAL	138.796,50	1.278,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.278,13
Infra-estrutura Urbana	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	33.074,00	528,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	528,00
Controle Ambiental	28.664,50	598,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	598,13
Recuperação de Áreas Degradadas	22.058,00	152,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	152,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	146.522,00	1.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.725,00
Promoção da Produção Vegetal	97.018,00	1.293,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.293,00
Abastecimento	1.102,00	157,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	157,00
Colonização	48.402,00	275,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	155.655,00	2.901,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.901,00
Formação de Recursos Humanos	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	125.655,00	2.901,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.901,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	21.024,00	149.886,68	0,00	149.710,68	53.150,86	53.150,86	0,13	35,46	96.735,82
Turismo	21.024,00	149.886,68	0,00	149.710,68	53.150,86	53.150,86	0,13	35,46	96.735,82

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	356.478,50	53.469,28	16.028,53	52.286,50	16.028,53	52.286,50	0,12	97,79	1.182,78
Energia Elétrica	356.478,50	53.469,28	16.028,53	52.286,50	16.028,53	52.286,50	0,12	97,79	1.182,78
TRANSPORTE	609.987,25	521.046,51	35.866,62	520.188,86	51.866,62	488.188,86	1,16	93,69	32.857,65
Infra-estrutura Urbana	1.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	608.877,25	521.046,51	35.866,62	520.188,86	51.866,62	488.188,86	1,16	93,69	32.857,65
DESPORTO E LAZER	326.602,00	937.759,93	109.327,10	931.669,83	111.427,10	558.398,25	1,32	59,55	379.361,68
Desporto Comunitário	326.602,00	937.759,93	109.327,10	931.669,83	111.427,10	558.398,25	1,32	59,55	379.361,68
ENCARGOS ESPECIAIS	386.501,00	477.105,00	75.277,16	464.670,70	77.894,71	464.670,70	1,10	97,39	12.434,30
Administração Financeira	26.726,00	61.735,00	9.649,99	59.703,98	9.649,99	59.703,98	0,14	96,71	2.031,02
Outros Encargos Especiais	359.775,00	415.370,00	65.627,17	404.966,72	68.244,72	404.966,72	0,96	97,50	10.403,28
RESERVA DO RPPS	1.154.606,00	363.606,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363.606,00
RESERVA DO RPPS	1.154.606,00	363.606,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363.606,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	33.100,00	722,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	722,00
Reserva de Contingência	33.100,00	722,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	722,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	40.000,00	1.071.978,91	179.567,08	1.051.049,21	179.567,08	1.051.049,21	2,49	98,05	20.929,70
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	40.000,00	1.071.978,91	179.567,08	1.051.049,21	179.567,08	1.051.049,21	2,49	98,05	20.929,70
Previdência do Regime Estatutário	40.000,00	1.071.978,91	179.567,08	1.051.049,21	179.567,08	1.051.049,21	2,49	98,05	20.929,70
TOTAL	39.042.870,00	46.536.262,06	6.188.021,83	45.547.977,86	7.394.884,51	42.234.096,25	99,9999	90,7552	4.302.165,81

FONTE:

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:7BE59C45

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO IV - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODEREÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)									LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14
PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	APagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	APagar
	Exercícios Anteriores	2012							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	11.209.650,6	1.692.215,54	707.421,93	2.160.363,65	10.034.080,5	2.173.196,15	0,00	1.689.001,63	484.194,52
EXECUTIVO	11.209.650,6	1.692.215,54	707.421,93	2.160.363,65	10.034.080,5	2.173.196,15	0,00	1.689.001,63	484.194,52
Administração Direta	11.104.103,4	1.610.104,55	707.421,93	2.088.009,26	9.918.776,76	2.173.196,15	0,00	1.689.001,63	484.194,52
Pessoal e Encargos Sociais	67.470,07	300.542,46	0,00	310.873,91	57.138,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.579.616,53	1.075.881,63	0,00	997.199,68	2.658.298,48	535.925,83	0,00	54.273,84	481.651,99
Investimentos	8.442.016,70	213.680,46	707.421,93	779.935,67	7.168.339,56	1.637.270,32	0,00	1.634.727,79	2.542,53
Inversões Financeiras	15.000,10	20.000,00	0,00	0,00	35.000,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	105.547,22	82.110,99	0,00	72.354,39	115.303,82	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	78.602,85	2.904,01	0,00	6.609,58	74.897,28	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	26.944,37	79.206,98	0,00	65.744,81	40.406,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	11.209.650,6	1.692.215,54	707.421,93	2.160.363,65	10.034.080,5	2.173.196,15	0,00	1.689.001,63	484.194,52
FONTE:									

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:96EA11AE

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO XIII - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMEPRÓPRIO DEPREVIDÊNCIASOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTOS DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14					
LRF, Art. 53 §1º, Inciso II - Anexo XIII					
EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (c)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (d) = (a+b) - c	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e)=("e"exerc.Anterior)+(d)
2012	2.970.776,20	3.347.844,54	377.068,34	2.970.776,20	2.970.776,20
2013	2.334.441,52	2.756.302,35	421.860,83	2.334.441,52	5.305.217,72
2014	2.475.934,94	2.911.295,14	435.360,20	2.475.934,94	7.781.152,66
2015	2.625.903,75	3.074.893,80	448.990,05	2.625.903,75	10.407.056,41
2016	2.767.570,49	3.240.571,79	473.001,30	2.767.570,49	13.174.626,90
2017	2.914.807,87	2.414.659,80	499.851,93	1.914.807,87	15.089.434,77
2018	3.073.543,81	3.597.637,25	524.093,44	3.073.543,81	18.162.978,58
2019	3.186.666,81	3.775.114,56	588.447,75	3.186.666,81	21.349.645,39
2020	3.278.058,30	3.948.068,56	670.010,26	3.278.058,30	24.627.703,69
2021	3.408.693,33	4.140.729,36	732.036,03	3.408.693,33	28.036.397,02
2022	3.560.745,16	4.341.352,89	780.607,73	3.560.745,16	31.597.142,18
2023	3.643.689,38	4.517.054,36	873.364,98	3.643.689,38	35.240.831,56
2024	3.559.186,82	4.685.218,60	1.126.031,78	3.559.186,82	38.800.018,38
2025	3.616.093,98	4.869.114,18	1.253.020,20	3.616.093,98	42.416.112,36
2026	3.739.060,77	5.068.283,97	12.329.223,20	-7.260.939,23	35.155.173,13
2027	3.783.496,53	5.250.068,52	1.466.571,69	3.783.496,83	38.938.669,96
2028	3.781.493,42	5.413.757,94	1.632.264,52	3.781.493,42	42.720.163,38
2029	3.800.151,05	5.587.795,23	1.787.644,18	3.800.151,05	46.520.314,43
2030	3.587.460,03	5.706.569,47	2.119.109,44	3.587.460,03	50.107.774,46
2031	3.418.447,52	5.846.342,14	2.427.894,62	3.418.447,52	53.526.221,98
2032	3.309.305,88	5.995.648,42	2.686.342,54	3.309.305,88	56.835.527,86

2033	3.180.208,48	6.113.570,60	2.933.362,12	3.180.208,48	60.015.736,34
2034	2.421.189,39	6.115.330,67	3.694.141,28	2.421.189,39	62.436.925,73
2035	2.117.462,22	6.160.774,45	4.043.312,23	2.117.462,22	64.554.387,95
2036	1.566.875,87	6.131.938,69	4.565.062,82	1.566.875,87	66.121.263,82
2037	1.300.022,01	6.120.111,16	4.820.089,15	1.300.022,01	67.421.285,83
2038	1.164.558,55	6.139.181,04	4.974.622,49	1.164.558,55	68.585.844,38
2039	626.307,20	6.060.022,07	5.433.714,87	626.307,20	69.212.151,58
2040	42.920,58	5.941.314,04	5.898.393,46	42.920,58	69.255.072,16
2041	381.090,59	5.832.039,74	6.213.130,33	-381.090,59	68.873.981,57
2042	842.705,51	5.711.999,60	6.554.705,11	-842.705,51	68.031.276,06
2043	1.256.722,48	5.530.027,93	6.786.750,41	-1.256.722,48	66.774.553,58
2044	1.514.121,49	5.416.833,68	6.930.955,17	-1.514.121,49	65.260.432,09
2045	1.950.922,21	5.204.154,31	7.155.076,52	-1.950.922,21	63.309.509,88
2046	2.265.861,98	5.051.171,89	7.317.033,87	-2.265.861,98	61.043.647,90
FONTE:					

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:2476BF74

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO XVII - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

IDENTIFICAÇÃO DA ESFERA DEGOVERNO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
PERIODO DEREFERÊNCIA

LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14											
Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22 e 28 - Anexo XVII											R$ Milhares
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA (RCL)	39.967.611,99	41.829.212,47									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00									

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:A24C9D24

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO I

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRENOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Dez 2013 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	9.374.006,39	9.373.784,51	2.105.037,56	22,46	10.688.322,29	114,02	-1.314.537,78
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	9.298.917,25	9.298.695,37	2.105.037,56	22,64	10.621.581,59	114,23	-1.322.886,22
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	336.109,60	335.898,66	117.760,07	35,06	542.982,22	161,65	-207.083,56
1.1.1.0.00.00 - Impostos	325.854,50	325.854,50	114.714,91	35,20	525.952,88	161,41	-200.098,38
1.1.2.0.00.00 - Taxas	9.200,38	8.989,44	3.045,16	33,87	17.029,34	189,44	-8.039,90
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	1.054,72	1.054,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1.054,72
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	270.699,67	271.099,67	69.618,37	25,68	391.762,45	144,51	-120.662,78
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	187.000,00	187.400,00	49.860,65	26,61	296.950,20	158,46	-109.550,20
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	83.699,67	83.699,67	19.757,72	23,61	94.812,25	113,28	-11.112,58
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	89.947,94	89.947,94	56.589,26	62,91	262.337,76	291,66	-172.389,82
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	15.147,94	15.147,94	3.677,71	24,28	14.079,29	92,95	1.068,65
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	1.582,08	1.371,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.371,14
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.535.769,44	8.535.769,44	1.851.648,23	21,69	9.348.874,72	109,53	-813.105,28
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	8.535.769,44	8.535.769,44	1.851.648,23	21,69	9.348.874,72	109,53	-813.105,28
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.808,52	64.608,52	9.421,63	14,58	75.624,44	117,05	-11.015,92
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	8.990,68	8.800,08	13,87	0,16	1.538,50	17,48	7.261,58
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	26.318,85	26.118,85	25,00	0,10	29.924,33	114,57	-3.805,48
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	14.813,08	15.003,68	7.947,31	52,97	30.324,31	202,11	-15.320,63
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	14.685,91	14.685,91	1.435,45	9,77	13.837,30	94,22	848,61
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	75.089,14	75.089,14	0,00	0,00	66.740,70	88,88	8.348,44
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	75.089,14	75.089,14	0,00	0,00	66.740,70	88,88	8.348,44
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	75.089,14	75.089,14	0,00	0,00	66.740,70	88,88	8.348,44
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	187.700,00	187.500,00	64.323,77	34,31	356.397,67	190,08	-168.897,67
SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.561.706,39	9.561.284,51	2.169.361,33	22,69	11.044.719,96	115,52	-1.483.435,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	9.561.706,39	9.561.284,51	2.169.361,33	22,69	11.044.719,96	115,52	-1.483.435,45
DÉFICIT(VI)	-	-	--		-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	9.561.706,39	9.561.284,51	2.169.361,33	22,69	11.044.719,96	115,52	-1.483.435,45
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	--		10.562.230,46	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	No Bimestre (f)	Jan a Dez 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.299.356,39	847.949,51	10.147.305,90	1.519.960,69	9.765.315,61	1.648.595,44	9.735.301,75	95,94	412.004,15
DESPESAS CORRENTES	8.348.556,39	1.043.003,77	9.391.560,16	1.500.519,80	9.140.564,81	1.629.154,55	9.116.240,95	97,07	275.319,21
Pessoal e Encargos Sociais	4.619.090,00	903.757,04	5.522.847,04	949.254,84	5.336.667,39	950.754,84	5.336.667,39	96,63	186.179,65
Juros e Encargos da Dívida	20.000,00	-4.485,32	15.514,68	3.613,92	15.514,68	3.613,92	15.514,68	100,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.709.466,39	143.732,05	3.853.198,44	547.651,04	3.788.382,74	674.785,79	3.764.058,88	97,69	89.139,56
DESPESAS DE CAPITAL	655.800,00	-30.054,26	625.745,74	19.440,89	624.750,80	19.440,89	619.060,80	98,93	6.684,94
Investimentos	615.800,00	-93.824,48	521.975,52	1.940,00	520.980,58	1.940,00	515.290,58	98,72	6.684,94
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	40.000,00	63.770,22	103.770,22	17.500,89	103.770,22	17.500,89	103.770,22	100,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	295.000,00	-165.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	262.350,00	41.753,75	304.103,75	51.591,17	299.539,58	51.591,17	299.539,58	98,50	4.564,17
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	9.561.706,39	889.703,26	10.451.409,65	1.571.551,86	10.064.855,19	1.700.186,61	10.034.841,33	96,01	416.568,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	9.561.706,39	889.703,26	10.451.409,65	1.571.551,86	10.064.855,19	1.700.186,61	10.034.841,33	96,01	416.568,32
SUPERAVIT(XIII)	-	-	--		--		1.009.878,63	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.561.706,39	889.703,26	10.451.409,65	1.571.551,86	10.064.855,19	1.700.186,61	11.044.719,96	105,68	-593.310,31
FONTE:									

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:A833D153

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO II

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	9.561.706,39	10.451.409,65	1.571.551,86	10.064.855,19	1.700.186,61	10.034.841,33	100,00	96,01	416.568,32
LEGISLATIVA	534.214,20	556.989,84	86.560,29	554.886,54	90.660,29	554.886,54	5,53	99,62	2.103,30
Ação Legislativ a	262.406,46	273.513,23	44.459,33	273.513,23	44.459,33	273.513,23	2,73	100,00	0,00
Administração Geral	271.807,74	283.476,61	42.100,96	281.373,31	46.200,96	281.373,31	2,80	99,26	2.103,30
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.416.150,00	3.289.954,68	468.403,09	3.253.288,64	570.880,50	3.237.050,92	32,26	98,39	52.903,76
Administração Geral	2.254.650,00	3.076.176,06	425.644,27	3.039.510,02	541.295,56	3.036.446,18	30,26	98,71	39.729,88
Administração Financeira	156.500,00	205.705,69	42.758,82	205.705,69	29.584,94	192.531,81	1,92	93,60	13.173,88
Formação de Recursos Humanos	5.000,00	8.072,93	0,00	8.072,93	0,00	8.072,93	0,08	100,00	0,00
Serv iço da Dív ida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	483.350,00	592.149,03	128.067,95	582.023,31	132.201,81	582.023,31	5,80	98,29	10.125,72
Assistência ao Idoso	26.500,00	26.284,92	4.944,19	25.229,11	4.944,19	25.229,11	0,25	95,98	1.055,81
Assistência ao Portador de Def iciência	14.500,00	2.647,64	59,66	2.647,64	59,66	2.647,64	0,03	100,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	88.500,00	31.910,96	4.101,90	30.610,01	4.101,90	30.610,01	0,31	95,92	1.300,95
Assistência Comunitária	353.850,00	531.305,51	118.962,20	523.536,55	123.096,06	523.536,55	5,22	98,54	7.768,96
PREVIDÊNCIA SOCIAL	381.000,00	381.000,00	13.315,60	82.454,85	13.315,60	82.454,85	0,82	21,64	298.545,15
Prev idência do Regime Estatutário	251.000,00	251.000,00	13.315,60	82.454,85	13.315,60	82.454,85	0,82	32,85	168.545,15
Reserv a de Contingência	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
SAÚDE	2.020.650,00	2.732.374,01	422.604,39	2.708.399,06	428.783,21	2.698.272,92	26,89	98,75	34.101,09
Administração Geral	4.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	1.101.700,00	1.377.278,48	258.874,78	1.371.163,54	259.324,78	1.371.163,54	13,66	99,56	6.114,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	792.100,00	1.265.689,30	148.920,89	1.254.830,47	154.649,71	1.244.704,33	12,40	98,34	20.984,97
Vigilância Sanitária	55.000,00	39.424,47	4.267,08	33.089,53	4.267,08	33.089,53	0,33	83,93	6.334,94
Vigilância Epidemiológica	67.550,00	49.981,76	10.541,64	49.315,52	10.541,64	49.315,52	0,49	98,67	666,24
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	2.506.772,19	2.400.167,90	396.463,24	2.390.249,60	403.529,90	2.386.599,60	23,78	99,43	13.568,30
Alimentação e Nutrição	55.500,00	89.526,43	15.159,11	86.942,98	15.159,11	86.942,98	0,87	97,11	2.583,45
Ensino Fundamental	1.811.100,00	1.757.123,44	262.372,10	1.751.018,42	266.272,10	1.747.368,42	17,41	99,44	9.755,02
Ensino Superior	0,00	350,00	0,00	350,00	0,00	350,00	0,00	100,00	0,00
Educação Inf antil	224.450,00	130.679,63	16.829,71	129.658,57	19.996,37	129.658,57	1,29	99,22	1.021,06
Transporte Rodov iário	415.722,19	422.488,40	102.102,32	422.279,63	102.102,32	422.279,63	4,21	99,95	208,77
CULTURA	64.200,00	526,32	0,00	526,32	0,00	526,32	0,01	100,00	0,00
Dif usão Cultural	64.200,00	526,32	0,00	526,32	0,00	526,32	0,01	100,00	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inf ra-estrutura Urbana	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
HABITAÇÃO	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	264.650,00	222.150,33	33.493,48	221.268,68	35.671,48	221.268,68	2,21	99,60	881,65
Saneamento Básico Urbano	264.650,00	222.150,33	33.493,48	221.268,68	35.671,48	221.268,68	2,21	99,60	881,65
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	29.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dif usão do Conhecimento Científ ico e	29.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	198.540,00	78.376,87	675,68	75.493,85	3.175,68	75.493,85	0,75	96,32	2.883,02
Promoção da Produção Vegetal	198.540,00	78.376,87	675,68	75.493,85	3.175,68	75.493,85	0,75	96,32	2.883,02
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	78.800,00	12.945,76	0,00	12.945,76	0,00	12.945,76	0,13	100,00	0,00
Turismo	78.800,00	12.945,76	0,00	12.945,76	0,00	12.945,76	0,13	100,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	80.600,00	18.776,65	0,00	18.776,65	0,00	18.776,65	0,19	100,00	0,00
Conserv ação de Energia	70.600,00	18.776,65	0,00	18.776,65	0,00	18.776,65	0,19	100,00	0,00
Energia Elétrica	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	70.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodov iário	70.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPORTO E LAZER	107.500,00	46.713,36	853,33	45.257,03	853,33	45.257,03	0,45	96,88	1.456,33
Desporto Comunitário	107.500,00	46.713,36	853,33	45.257,03	853,33	45.257,03	0,45	96,88	1.456,33
ENCARGOS ESPECIAIS	60.000,00	119.284,90	21.114,81	119.284,90	21.114,81	119.284,90	1,19	100,00	0,00
Serv iço da Dív ida Interna	60.000,00	119.284,90	21.114,81	119.284,90	21.114,81	119.284,90	1,19	100,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Dez (c)	No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
Reserv a de Contingência	165.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.561.706,39	10.451.409,65	1.571.551,86	10.064.855,19	1.700.186,61	10.034.841,33	99,9998	96,0142	416.568,32

FONTE:

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:CB96C2B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO IX

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)									LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14
PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos Exercícios Anteriores	2012	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	816.837,92	0,00	198.375,05	618.462,87	90.088,33	0,00	22.731,90	67.356,43
EXECUTIVO	0,00	816.837,92	0,00	198.375,05	618.462,87	90.088,33	0,00	22.731,90	67.356,43
Administração Direta	0,00	816.837,92	0,00	198.375,05	618.462,87	90.088,33	0,00	22.731,90	67.356,43
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	327.240,96	0,00	54.369,46	272.871,50	444,90	0,00	0,00	444,90
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	402.055,37	0,00	81.813,03	320.242,34	72.653,43	0,00	5.741,90	66.911,53
Inv estimentos	0,00	69.816,33	0,00	44.467,30	25.349,03	16.990,00	0,00	16.990,00	0,00
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	17.725,26	0,00	17.725,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv estimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv estimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	816.837,92	0,00	198.375,05	618.462,87	90.088,33	0,00	22.731,90	67.356,43
FONTE:									

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:1E63EB2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO XIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14

LRF, Art. 53 §1º, Inciso II - Anexo XIII					
EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (c)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (d) = (a+b) - c	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e)=("e"exerc.Anterior)+(d)
2012	0,00	968.240,29	138.263,62	829.976,67	829.976,67
2013	0,00	808.427,27	150.842,43	657.584,84	1.487.561,51
2012	0,00	649.769,54	107.100,61	542.668,93	542.668,93
2013	0,00	654.806,42	107.872,27	546.934,15	1.089.603,08
2014	0,00	659.893,67	108.651,65	551.242,02	1.640.845,10
2015	0,00	665.031,80	109.438,83	555.592,97	2.196.438,07
2016	0,00	670.221,30	110.233,88	559.987,42	2.756.425,49
2017	0,00	663.937,24	111.036,88	552.900,36	3.309.325,85
2018	0,00	665.970,15	123.233,89	542.736,26	3.852.062,11
2019	0,00	671.281,96	124.047,68	547.234,28	4.399.296,39
2020	0,00	676.646,88	124.869,60	551.777,28	4.951.073,67
2021	0,00	678.633,17	133.728,72	544.904,45	5.495.978,12
2022	0,00	680.818,88	153.666,99	527.151,89	6.023.130,01
2023	0,00	686.273,64	154.502,67	531.770,97	6.554.900,98
2024	0,00	681.338,01	188.526,09	492.811,92	7.047.712,90
2025	0,00	686.791,12	189.361,52	497.429,60	7.545.142,50
2026	0,00	681.659,84	224.865,11	456.794,73	8.001.937,23
2027	0,00	687.109,03	225.699,94	461.409,09	8.463.346,32
2035	0,00	507.374,27	1.156.605,88	-649.231,61	-649.231,61
2036	0,00	483.564,60	1.251.261,69	-767.697,09	-1.416.928,70
2037	0,00	478.966,44	1.280.315,21	-801.348,77	-2.218.277,47

2038	0,00	443.952,76	1.499.667,41	-1.055.714,65	-3.273.992,12
2039	0,00	349.080,68	1.773.753,37	-1.424.672,69	-4.698.664,81
2040	0,00	314.263,17	1.896.672,44	-1.582.409,27	-6.281.074,08
2041	0,00	303.545,47	1.947.247,80	-1.643.702,33	-7.924.776,41
2042	0,00	291.509,76	2.168.932,01	-1.877.422,25	-9.802.198,66
2043	0,00	279.856,79	2.199.601,10	-1.919.744,31	-11.721.942,97
2044	0,00	230.767,02	2.405.500,11	-2.174.733,09	-13.896.676,06
2045	0,00	213.788,31	2.444.098,31	-2.230.310,00	-16.126.986,06
2014	0,00	852.638,96	151.909,83	700.729,13	1.790.332,21
2015	0,00	899.486,88	152.987,91	746.498,97	2.536.831,18
2016	0,00	949.129,03	155.176,52	793.952,51	3.330.783,69
2017	0,00	1.001.732,91	155.176,52	846.556,39	4.177.340,08
2018	0,00	1.042.507,56	167.027,34	875.480,22	5.052.820,30
2019	0,00	1.100.002,29	168.141,72	931.860,57	5.984.680,87
2020	0,00	1.160.929,49	169.267,23	991.662,26	6.976.343,13
2021	0,00	1.221.981,70	177.915,63	1.044.066,07	8.020.409,20
2022	0,00	1.289.707,72	179.056,06	1.110.651,66	9.131.060,86
2023	0,00	1.361.479,68	180.207,90	1.181.271,78	10.312.332,64
2024	0,00	1.423.004,55	218.253,00	1.204.751,55	11.517.084,19
2025	0,00	1.500.384,16	219.396,23	1.280.987,93	12.798.072,12
2026	0,00	1.575.032,00	233.419,56	1.341.612,44	14.139.684,56
2027	0,00	1.660.653,49	234.569,58	1.426.083,91	15.565.768,47
2028	0,00	1.751.394,51	235.731,10	1.515.663,41	17.081.431,88
2029	0,00	1.847.562,07	236.904,23	1.610.657,84	18.692.089,72
2030	0,00	1.941.777,18	256.564,80	1.685.212,38	20.377.302,10
2031	0,00	2.028.325,84	342.787,97	1.685.537,87	22.062.839,97
2032	0,00	2.058.319,91	689.391,02	1.368.928,89	23.431.768,86
2033	0,00	2.124.846,73	759.692,97	1.365.153,76	24.796.922,62
2034	0,00	2.126.099,97	1.042.826,10	1.083.273,87	25.880.196,49
2035	0,00	2.169.867,10	1.149.241,57	1.020.625,53	26.900.822,02
2036	0,00	2.201.424,23	1.257.888,53	943.535,70	27.844.357,72
2037	0,00	2.243.464,52	1.410.931,51	832.533,01	28.676.890,73
2038	0,00	2.261.922,51	1.598.169,38	663.753,13	29.340.643,86
2039	0,00	2.198.638,73	1.891.419,34	307.219,39	29.647.863,25
2040	0,00	2.184.607,17	1.976.002,38	208.604,79	29.856.468,04
2041	0,00	2.172.597,42	2.040.779,75	131.817,67	29.988.285,71
2042	0,00	2.162.702,64	2.237.833,32	-75.130,68	29.913.155,03
2043	0,00	2.150.495,95	2.240.209,88	-89.713,93	29.823.441,10
2044	0,00	2.101.177,13	2.395.383,98	-294.206,85	29.529.234,25
2045	0,00	2.066.252,33	2.414.576,60	-348.324,27	29.180.909,98
2046	0,00	2.041.186,98	2.411.579,30	-370.392,32	28.810.517,66
FONTE:					

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:1AA24DB2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO XVII

IDENTIFICAÇÃO DA ESFERA DE GOVERNO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
PERIODO DEREFERÊNCIA

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22 e 28 - Anexo XVII											R$ Milhares
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA (RCL)	9.939.284,12	10.324.631,39									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00									

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:3B360927

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 020, Pregão Presencial nº 011/2013.
III: CONTRATADA: **ROSANE DE OLIVEIRA SOARES MEIRA, CNPJ 09.164.639/000-87.**
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 004/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
11/2013	03.003.04.122.0003.2015.339039	49	03.003.04.122.0003.2015.339039	49
	04.003.10.301.0076.2020.339039	71	04.003.10.301.0020.2020.339039	387

	05.002.08.244.0090.2043.339039	136	05.002.08.244.0090.2043.339039	136
	05.002.08.244.0090.2048.339039	164	05.002.08.244.0090.2048.339039	164
	06.002.12.361.0040.2056.339039	200	06.002.12.361.0040.2056.339039	200
	07.002.04.122.0003.2082.339039	270	07.002.04.122.0003.2082.339039	270

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 25/06/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 004/2013;

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:14FCD822

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 024, Pregão Presencial nº 013/2013.
III: CONTRATADAS: **S.R CORDEIRO DE OLIVEIRA – ME, CNPJ: 11.973.970/0001-90; A. ALVES DE SOUZA SUPERMERCADO - EPP, CNPJ 02.995.633/0001-02; GLEICE M.B TAVARES – ME, CNPJ: 05.164.291/0001-77; ALESSANDRO GARCIA DE LIMA – ME, CNPJ 11.588.437/0001-04.**
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 005/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
13/2013	03.003.04.122.0003.2015.339030	47	03.003.04.122.0003.2015.339030	47
13/2013	04.003.10.302.0072.2032.339030	92	04.003.10.302.0030.2032.339030	421
13/2013	04.003.10.301.0076.2020.339030	68	04.003.10.301.0020.2020.339030	384
13/2013	05.002.08.244.0090.2044.339030	140	05.002.08.244.0090.2044.339030	140
13/2013	05.002.08.244.0090.2046.339030	145	05.002.08.244.0090.2046.339030	145
13/2013	05.002.08.244.0090.2047.339030	152	05.002.08.244.0090.2047.339030	152
13/2013	05.002.08.244.0090.2048.339030	161	05.002.08.244.0090.2048.339030	161
13/2013	05.004.08.243.0090.2051.339030	170	05.004.08.243.0090.2051.339030	170
13/2013	06.002.12.306.0039.2067.339030	177	06.002.12.306.0039.2067.339030	177
13/2013	06.002.12.361.0040.2056.339030	198	06.002.12.361.0040.2056.339030	198
13/2013	06.002.12.365.0039.2063.339030	210	06.002.12.365.0039.2063.339030	210
13/2013	06.002.12.306.0040.2062.339030	178	06.002.12.306.0040.2062.339030	178
13/2013	07.002.04.122.0003.2082.339030	268	07.002.04.122.0003.2082.339030	268

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 01/08/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 005/2013;

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:5B1F4EA8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 026, Pregão Presencial nº 015/2013.
III: CONTRATADA: **PNEUS VIA NOBRE LTDA CNPJ: 01.976.860/0001-28.**
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 006/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
15/2013	03.003.04.122.0003.2015.339030	47	03.003.04.122.0003.2015.339030	47
	04.003.10.301.0076.2020.339030	68	04.003.10.302.0030.2023.339030	415
	05.002.08.244.0090.2048.339030	161	05.002.08.244.0090.2048.339030	161
	06.002.12.361.0040.2056.339030	198	06.002.12.361.0040.2056.339030	198
	06.002.12.361.0040.2057.339030	201	06.002.12.361.0040.2057.339030	201
	06.002.12.361.0040.2061.339030	202	06.002.12.361.0040.2061.339030	202
	06.007.12.361.0040.2077.339030	248	06.007.12.361.0040.2078.339030	548
	07.002.04.122.0003.2082.339030	268	07.002.26.782.0088.2087.339030	278

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 17/07/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 006/2013;

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:B0F271C7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 029, Pregão Presencial nº 016/2013.
III: CONTRATADA: **FISCHER & CIA LTDA - EPP, CNPJ 00.788.075/0001-89.**
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 007/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
16/2013	03.003.04.122.0003.2015.339039	49	03.003.04.122.0003.2015.339039	49
16/2013	06.002.12.361.0040.2056.339039	200	06.002.12.361.0040.2061.339039	203
16/2013	06.007.12.361.0040.2077.339039	250	06.007.12.361.0040.2078.339039	550
16/2013	07.002.04.122.0003.2082.339039	270	07.002.26.782.0088.2087.339039	279

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 21/08/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 007/2013;

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:9FBEA4C7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 030, Pregão Presencial nº 017/2013.
III: CONTRATADAS: AGUILERA ALTO PEÇAS LTDA, CNPJ: 37.525.771/0001-02, A. K. DE PÁDUA BANDEIRA DOS SANTOS - ME, CNPJ: 17.795.545/0001-34, CF DE OLIVEIRA ALTO ELÉTRICA VERÃO BIKE - ME, CNPJ: 12.082.538/000171, OLAPER COMÉRCIO E DIST. DE LUB. E PNEUS LTDA, CNPJ: 17.553.866/0001-22, P.S. FABRE & CIA LTDA, CNPJ: 09.054.991/0001-60, RETIFICADORA DE MOTORES ARAGON LTDA, CNPJ: 26.557.686/0001-00, SOARES BONFIM & CIA LTDA - ME, CNPJ: 12.025.386/0001-75, S.F. DALLA COSTA – EPP, CNPJ: 00.884.445/0001-81, DUPLA POTÊNCIA RECUPERADORA DE MÁQUINAS LTDA, CNPJ: 03.301.657/0001-87, LBD COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS E IMPLEMENTOS PARA VEÍCULOS LTDA – ME, CNPJ: 06.100.774/0001-70**.**
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 008/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
17/2013	02.001.04.122.0003.2006.339030	23	02.001.04.122.0003.2006.339030	23
17/2013	02.001.04.122.0003.2006.339039	25	02.001.04.122.0003.2006.339039	25
17/2013	03.003.04.122.0003.2015.339030	47	03.003.04.122.0003.2015.339030	47
17/2013	03.003.04.122.0003.2015.339039	49	03.003.04.122.0003.2015.339039	49
17/2013	04.003.10.301.0076.2020.339030	68	04.003.10.301.0020.2020.339030	384
17/2013	04.003.10.301.0076.2020.339039	71	04.003.10.301.0020.2020.339039	387
17/2013	04.003.10.301.0076.2030.339030	88	04.003.10.301.0020.2030.339030	377
17/2013	04.003.10.301.0076.2030.339039	89	04.003.10.301.0020.2030.339039	378
17/2013	04.004.17.512.0080.2039.339030	117	04.004.17.512.0080.2039.339030	117
17/2013	04.004.17.512.0080.2039.339039	119	04.004.17.512.0080.2039.339039	640
17/2013	05.004.08.243.0090.2051.339030	170	05.004.08.243.0090.2051.339030	170
17/2013	05.004.08.243.0090.2051.339039	172	05.004.08.243.0090.2051.339039	172
17/2013	06.002.12.361.0040.2056.339030	198	06.002.12.361.0040.2056.339030	198
17/2013	06.002.12.361.0040.2056.339039	200	06.002.12.361.0040.2056.339039	200
17/2013	06.002.12.361.0040.2057.339030	201	06.002.12.361.0040.2057.339030	201
17/2013	06.002.12.361.0040.2061.339030	202	06.002.12.361.0040.2061.339030	202
17/2013	06.002.12.361.0040.2061.339039	203	06.002.12.361.0040.2061.339039	203
17/2013	06.007.12.361.0040.2077.339030	248	06.007.12.361.0040.2077.339030	248
17/2013	06.007.12.361.0040.2077.339039	250	06.007.12.361.0040.2077.339039	250
17/2013	07.002.04.122.0003.2082.339030	268	07.002.04.122.0003.2082.339030	268
17/2013	07.002.04.122.0003.2082.339039	270	07.002.04.122.0003.2082.339039	270
17/2013	07.002.26.782.0088.2087.339030	278	07.002.26.782.0088.2087.339030	278
17/2013	07.002.26.782.0088.2087.339039	279	07.002.26.782.0088.2087.339039	279
17/2013	08.002.20.602.0018.2089.339030	294	08.002.20.602.0018.2089.339030	294
17/2013	08.002.20.602.0018.2089.339039	296	08.002.20.602.0018.2089.339039	296

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 06/09/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 008/2013;

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:5C54BBC7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

I – CONTRATO Nº 049/2013.
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 031, Pregão Presencial nº 018/2013.
III: CONTRATADO: **Dr. ARQUIMEDES FERREIRA LEMES, CPF: 009.315.521-25, CRM: 007279.**
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência do **Contrato nº 049/2013,** no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
18/2013	04.003.10.302.0074.2032.339036	94	04.003.10.302.0030.2032.339036	423
18/2013	04.003.10.301.0076.2020.339036	70	04.003.10.301.0020.2020.339036	386

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 02/08/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas do Contrato nº 049/2013.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:F64B4A9A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 042, Pregão Presencial nº 022/2013.
III: CONTRATADAS: GILSON E VALIM – ME, CNPJ: 01727114/0001-09, JOSIAS DOS SANTOS COMERCIO – ME CNPJ: 03694786/0001-82, RA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – ME CNPJ: 07.539.145/0001-04, S.L DE CERQUEIRA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO CNPJ: 14.184.984/0001-12.
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 010/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
22/2013	04.003.10.301.0076.2020.339030	68	04.003.10.301.0020.2020.339030	384
22/2013	04.003.10.302.0072.2032.339030	92	04.003.10.302.0030.2032.339030	421
22/2013	05.002.08.244.0090.2043.339030	134	05.002.08.244.0090.2043.339030	641
22/2013	05.002.08.244.0090.2044.339030	140	05.002.08.244.0090.2044.339030	140
22/2013	05.002.08.244.0090.2048.339030	161	05.002.08.244.0090.2048.339030	161
22/2013	05.002.08.244.0090.2046.339030	145	05.002.08.244.0090.2046.339030	145
22/2013	05.002.08.244.0090.2048.339030	161	05.002.08.244.0090.2048.339030	161
22/2013	06.002.12.361.0040.2056.339030	198	06.002.12.361.0040.2056.339030	198
22/2013	06.002.12.365.0039.2063.339030	210	06.002.12.365.0039.2063.339030	210

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 04/11/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 010/2013;

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:EFED175A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 043, Pregão Presencial nº 023/2013.
III: CONTRATADA: LECI LOPES DA SILVA – ME, CNPJ: 09.399.496/0001-92.
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 011/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
23/2013	04.003.10.301.0076.2020.339030	68	04.003.10.301.0020.2020.339030	384
23/2013	04.003.10.302.0074.2032.339030	92	04.003.10.302.0030.2032.339030	421
23/2013	05.002.08.244.0090.2043.339030	134	05.002.08.244.0090.2043.339030	641
23/2013	05.002.08.244.0090.2044.339030	140	05.002.08.244.0090.2044.339030	140
23/2013	05.002.08.244.0090.2048.339030	161	05.002.08.244.0090.2048.339030	161
23/2013	05.002.08.244.0090.2046.339030	145	05.002.08.244.0090.2046.339030	145
23/2013	05.002.08.244.0090.2048.339030	161	05.002.08.244.0090.2048.339030	161
23/2013	06.002.12.361.0040.2056.339030	198	06.002.12.361.0040.2056.339030	198
23/2013	06.002.12.365.0039.2063.339030	210	06.002.12.365.0039.2063.339030	210
23/2013	07.002.04.122.0003.2082.339030	268	07.002.04.122.0003.2082.339030	268

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 04/11/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 011/2013;

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:4B5BBCFD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 045, Pregão Presencial nº 024/2013.
III: CONTRATADAS: ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA – ME, CNPJ: 12.544.341/0001-07, ELAINE D. VITORAZZI – ME, CNPJ: 18.627.382/0001-43, L.P. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO, ASSESSORIA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 10.832.896/0001-29, AKDD ELETRÔNICOS E PAPELARIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ: 13.472.885/0001-73, WANDA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITÓRIO LTDA EPP, CNPJ: 12.358.170/0001-21, W. PACHECO BEBER & LTDA, CNPJ: 14.790.803/0001-73.
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 012/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
24/2013	04.003.10.301.0076.1108.449052	60	04.003.10.302.0074.1109.449052	91
24/2013	04.003.10.301.0076.1111.449052	61	04.003.10.301.0020.1111.449052	406
24/2013	04.003.10.301.0076.2020.449052	73	04.003.10.301.0020.2020.449052	390
24/2013	04.003.10.305.0070.2035.449052	109	04.003.10.305.0050.2035.449052	446
24/2013	05.002.08.244.0090.2047.449052	155	05.002.08.244.0090.2047.449052	155
24/2013	05.002.08.244.0090.2048.449052	165	05.002.08.244.0090.2048.449052	165
24/2013	05.002.08.244.0090.2049.449052	166	05.002.08.244.0090.2048.449052	165
24/2013	06.002.12.365.0039.1112.449052	204	06.002.12.365.0039.1112.449052	204
24/2013	06.002.12.361.0040.1030.449052	182	06.002.12.361.0040.1030.449052	182
24/2013	06.002.12.361.0040.2055.449052	192	06.002.12.361.0040.2055.449052	192
24/2013	06.002.12.365.0039.2063.449052	213	06.002.12.365.0039.2063.449052	213
24/2013	06.007.12.361.0040.2077.449052	251	06.002.12.365.0039.2080.449052	259
24/2013	06.007.12.365.0039.2080.449052	259	06.002.12.365.0039.2080.449052	259
24/2013	09.001.04.123.0006.1110.449052	298	09.001.04.123.0006.1110.449052	298

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 06/12/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 012/2013;

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:585A0A62

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

I – TERMO DE ADESÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA Nº 002/2013

II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 047, Pregão Presencial nº 025/2013.
III: CONTRATADA: **IV – OBJETO:** Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência do Termo de Adesão de Medicamentos para a Farmácia Básica nº 002/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
25/2013	04.003.10.303.0076.2037.339030	95	04.003.10.303.0076.2037.339030	95

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 26/03/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas do Termo de Adesão de Medicamentos para a Farmácia Básica nº 002/2013.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:70488FDD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO

I – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2013
II – INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo Licitatório nº 050, Pregão Presencial nº 027/2013.
III: CONTRATADA: RONEY VILELA DE MORAIS – ME, CNPJ: 07.390.111/0001-09.
IV – OBJETO: Atualização de dotações orçamentárias durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº 014/2013, no exercício de 2014, com vistas a possibilitar o correto registro contábil neste mesmo exercício, conforme segue:

Pregão Número	Dotação utilizada em 2013	Código Reduzido	Dotação a ser utilizada em 2014	Código Reduzido
27/2013	07.002.04.122.0003.2082.339030	268	07.002.04.122.0003.2082.339030	268
27/2013	08.002.20.602.0018.2089.339030	294	08.002.20.602.0018.2089.339030	294

V - Ficam ratificado dotações orçamentáriasos no período de 06/01/2014 a 10/12/2014, a partir desta data.

VI - Fundamento legal: Art. 65, II, d, c/c § 8º do mesmo artigo da Lei 8.666/93.

VII – Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 014/2013;

Prefeitura Municipal de Salto do Céu-MT, 06 de Janeiro de 2014.

WEMERSON ADÃO PRATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Inês Pereira da Silva
Código Identificador:3C5E386D

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ANEXO 13

BALANÇO FINANCEIRO
Exercício: 2013
ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64
R$ 1,00

RECEITAS				DESPESAS			
	R$	R$	R$		R$	R$	R$
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			

RECEITA TRIBUTARIA	1.412.050,57				0,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	195.029,59			Legislativa	0,00		
RECEITA PATRIMONIAL	44.029,53			Segurança Pública	32.415,40		
RECEITA DE SERVICOS	800,00			Reserva de Contingência	0,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.902.573,89			Administração	2.115.570,92		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	93.849,90	15.648.333,48		Educação	4.118.153,28		
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES (-)	(38.183,97)			Cultura	227.357,86		
DEDUÇÕES DAS TRANSFERENCIAS CORRENTES (-)	(1.909.203,08)			Assistência Social	935.691,11		
DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES (-)	(259,03)	(1.947.646,08)		Saúde	3.275.931,83		
ALIENAÇÃO DE BENS	94.533,00			Gestão Ambiental	799.906,39		
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.900.391,62	1.994.924,62	15.695.612,02	Agricultura	279.186,25		
INTERFERÊNCIA FINANCEIRA				Urbanismo	1.074.869,50		
INTERFERENCIA ATIVA - REPASSE RECEBIDO	9.154,35	9.154,35	9.154,35	Transporte	762.601,06		
EXTRA - ORÇAMENTÁRIA				Desporto e Lazer	198.734,68	13.820.418,28	13.820.418,28
INSS SERVIÇOS TERCEIROS	131.571,93			INTERFERÊNCIA FINANCEIRA			
INSS	490.402,93			INTERFERENCIA PASSIVA - REPASSE CONCEDIDO	660.000,00	660.000,00	660.000,00
I R R F DE SERVIDORES	130.274,45			EXTRA - ORÇAMENTÁRIA			
I R R F DE TERCEIROS	57.654,60			RESTOS A PAGAR DO EXERCICIOS ANTERIORES	2.266.220,02		
ISS	137.226,30			INSS SERVIÇOS DE TERCEIROS	131.571,93		
Consignacoes Diversas	17.520,00			INSS	490.402,93		
Indenizaçoes e restitiçoes	1.617,26			I R R F DE SERVIDORES	130.274,45		
PASEP DE SERVIDORES	57.062,52			IRRF DE TERCEIROS	57.654,60		
Contribuiçao Sindical SINTEP	9.324,48			ISS	137.226,30		
Unimed Norte MT-Coop.Trab.Medico	68.130,73			Consignacoes Diversas	17.520,00		
Empréstimo Consignado em Folha - BRADESCO S.A	341.324,24			Indenizaçao e restituiçoes	1.617,26		
Empréstimo Consignado em folha - BV FINANCEIRA	68.100,22			PASEP DE SERVIDORES	57.062,52		
Uniformes	451,20			Contribuiçao Sindical SINTEP	9.324,48		
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	18.188,47			Unimed Norte MT-Coop.Trab.Medico	68.130,73		
Empréstimo Consignado em folha - CAIXA ECONOMICA	19.932,30			Empréstimo Consignado em Folha - BRADESCO S.A	341.324,24		
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA-SICREDI	2.245,25			Empréstimo Consignado em folha - BV FINANCEIRA	68.100,22		
MANDATO DE PENHORA	4.921,90	1.555.948,78		Uniformes	451,20		
RESTOS A PAGAR				CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	18.188,47		
Valor Liquidado	16.901,01			Empréstimo Consignado em folha - CAIXA ECONOMICA	19.932,30		
Valor a Liquidar	650.922,46	667.823,47	2.223.772,25	EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA-SICREDI	2.245,25		
COMPENSAÇÃO				MANDATO DE PENHORA	4.921,90	3.822.168,80	3.822.168,80
Em Cauçao		39.721,41		COMPENSAÇÃO			
Em Comodato		24.030,00		Títulos recebido em garantia	39.721,41		
Contratos fornec. de bens e serviços		1.598.510,58	1.662.261,99	Bens recebidos em comodato	24.030,00		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				Direitos e Obrigaçoes contratadas	1.598.510,58	1.662.261,99	1.662.261,99

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:C962E8F4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ANEXO 14

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - LEI N.º 4.320-64
Exercício: 2013
Encerramento 31/12/2013

ATIVO				PASSIVO			R$ 1,00
Titulos	R$	R$	R$	Titulos	R$	R$	R$
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL				Restos a Pagar 2013			
DISPONIVEL EM BANCOS	661.867,36	661.867,36	661.867,36	Valor Liquidado	16.901,01		
ATIVO NAO FINACEIRO				A Liquidar	650.922,46	667.823,47	
Direito a Receber - Convenios	917.259,78	917.259,78	1.579.127,14	Restos de Outros Exerc.			
ATIVO NÃO FINANCEIRO				Restos a Pagar do Exercicio 2012 - Não Processado	99.907,76		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO				Restos a Pagar anteriores a 2012 - Nao Processado	243.939,35	343.847,11	1.011.670,58
DEPOSITOS				Diversos Dep. de Terceiros			
Depositos Judiciais	2.176,00			PASSIVO NÃO FINANCEIRO			
CREDITOS TRIBUTARIOS				OBRIGAÇÕES PARCELADAS			
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA				Parcelamento de Inss	422.117,27		
Proveniente de Impostos (IPTU)	314.016,57			INTERNA			
Proveniente de Impostos (ISS)	12.042,21			Banco do Brasil S.A	37.995,88	460.113,15	460.113,15
Proveniente de Outros Tributos Alvará	72.133,46			Saldo Patrimonial			
Proveniente de Outros Tributos	9.249,68	409.617,92	409.617,92	Ativo Real Líquido			
ATIVO PERMANENTE				Ativo Real Líquido Poder Executivo	9.968.816,87		
IMOBILIZADO				Ajuste de Exercício Anterior	-310.488,00	9.658.328,87	9.658.328,87
BENS MÓVEIS				PASSIVO COMPENSADO			
Mobiliario em Geral	519.965,64			TITULOS VAL. E BENS SOB RESPONDABILIDADE			
Veículos	183.971,00			Títulos recebido em garantia	39.721,41		
Motocicletas	14.165,00			Bens recebidos em comodato	2.771.749,78	2.811.471,19	
Máquinas Pesadas	287.800,00			Direitos e Obrigaçoes contratadas	931.899,06	931.899,06	3.743.370,25
Equipamentos de Maquinas Pesadas	54.365,00						
Aparelhos e Utensílios Domésticos	193.118,47						
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	49.934,96						
Maquinários e Implementos	190.000,00						
Bicicleta	3.778,00						
Veículos de Transporte	696.816,00						
Veículos de Carga	186.557,00						
Aparelhos de Tecnologia de Informação	289.860,56						
Aparelhos, Utensílios e Equipamentos Medicos e Lab	66.103,77						
BENS IMÓVEIS							
Edificaçoes	4.967.638,35						
Terrenos	134.196,57						
Obras em Andamento	604.258,73						

Outros Bens Imóveis	58.971,69						
BENS DE USO COMUM DO POVO							
Ruas	685.854,38						
Outros Bens de Uso Comum do Povo	33.680,76						
AMORTIZAÇAO, DEPRECIAÇAO E EXAUSTAO							

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:EE53BF24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ANEXO 15

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64
Exercício: 2013

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			R$ 1,00
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA ORCAMENTARIA				DESPESA ORCAMENTARIA			
RECEITA TRIBUTARIA	1.412.050,57			DESPESAS CORRENTES			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	195.029,59			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.717.381,60		
RECEITA PATRIMONIAL	44.029,53			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.916,92		
RECEITA DE SERVICOS	800,00			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.568.461,27	12.293.759,79	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.902.573,89			DESPESAS DE CAPITAL			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	93.849,90			INVESTIMENTOS	1.480.396,67		
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-38.183,97			AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	46.261,82	1.526.658,49	
DEDUÇÕES DAS TRANSFERENCIAS CORRENT-E1.	S909.203,08			RESERVA DE CONTIGENCIA			
DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES -	259,03						
ALIENAÇÃO DE BENS	94.533,00						
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.900.391,62	15.695.612,02					
INTERFERENCIA FINANCEIRA				INTERFERENCIA FINANCEIRA			
INTERFERENCIA ATIVA - REPASSE RECEBIDO	9.154,35	9.154,35		INTERFERENCIA PASSIVA - REPASSE CONCEDID6O60.000,00		660.000,00	
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			15.704.766,37	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			14.480.418,28
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
MUTAÇOES PATRIMONIAIS				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS			
INCORPORAÇAO/AQUISIÇOES DE BENS				LIQUIDAÇÃO CREDITOS-ENTRADA DE RECURSOS			
AQUISIÇAO DE BENS MOVEIS				Divida Ativa Recebida	55.255,63		
Bens Móveis de uso permanente	240.216,32			Recebimento de Creditos Municipais - IPTU	207.312,66	262.568,29	
Bens de Estoque	1.727.261,52	1.967.477,84					
AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS							
Obras em Andamento	604.258,73						
Outras aquisiçoes de bens imóveis	33.680,76	637.939,49					
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS-INTERNA							
Em Contratos	41.454,60	41.454,60					
OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS							
Parcelamentos INSS	7.154,53	7.154,53					
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			2.654.026,46	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			262.568,29
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
INDEPENDENTE A EXECUÇAO ORÇAMENTARIA				INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS				INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS NAO FINANCE			
INCORPORAÇAO DE BENS IMÓVEIS				Transferencias Voluntárias	1.796.451,62	1.796.451,62	
Incorporaçao de Bens Imoveis	685.854,38	685.854,38		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS				BAIXA DE BENS MÓVEIS			
BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE				BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE			
Doações	195.094,20			Inservibilidade	24.672,00		
Outras Incorporações	44.918,46	240.012,66		Outras Baixas de Bens Móveis	91.483,00	116.155,00	
INCORPORAÇAO DE DIREITOS				BAIXA DE BENS DE ESTOQUE			
Divida Ativa-Inscriçao	203.197,85			Consumo Imediato	1.727.261,52	1.727.261,52	
Inscrição de Créditos Municipais	357.022,49	560.220,34		BAIXA DE DIREITOS			
CRÉDITOS A RECEBER				Divida Ativa-cancelamentos	25.040,33		
Transferências à Receber - Convênios	714.000,00	714.000,00		Baixa de Outros Direitos	149.709,83	174.750,16	
DESINCORPORAÇAO DE OBRIGAÇÕES				DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO			
CANC DE OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				Depreciações	75.538,88	75.538,88	
Restos a pagar não processados	12.069,63	12.069,63		INCOPORAÇÃO DE OBRICAÇÕES			
				OUTRAS INCORPORAÇOES DE OBRIGAÇOES			
				Parcelamentos	429.271,80	429.271,80	
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			2.212.157,01	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			4.319.428,98
TOTAL DAS VARIACOES ATIVAS			20.570.949,84	TOTAL DAS VARIACOES PASSIVAS			19.062.415,55
				Resultado Patrimonial (SUPERAVIT)			1.508.534,29
TOTAL GERAL			20.570.949,84	TOTAL GERAL			20.570.949,84

SANTA CARMEM, 31 de dezembro de 2013

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito

LUCILENE BRAUN BENDER
Contadora
CRC-MT: 010163/0-2

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:5B2A0B0D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ANEXO 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

ANEXO 16 - LEI Nº 4.320/64						Exercício: 2013		R$ 1,00
AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO R$	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Leis Número e data	Quantidade	Valor da Enissão R$		Emissão ou/ Atualização	R$ Resgate	Cancelamento	Quantidade	Em R$
Parcelamento de Inss	1	429.271,80	0,00	429.271,80	7.154,53	0,00	1	422.117,27
Obrigaçoes Tributarias	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Outros parcelamentos	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Em Títulos	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Caixa Economica Federal	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Banco do Brasil S.A	1	79.450,48	79.450,48	0,00	41.454,60	0,00	1	37.995,88
Outras Instituições Oficiais	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Outras Instituições não Oficiais	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Caixa Economica Federal	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Banco do Brasil	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Outras Instituiçoes Oficiais	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Outras Instituiçoes nao oficiais	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Total	12	508.722,28	79.450,48	429.271,80	48.609,13	0,00	12	460.113,15

SANTA CARMEM, 31 de dezembro de 2013

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito

LUCILENE BRAUN BENDER
Contadora
CRC-MT: 010163/0-2

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:64CA169C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
BALANÇO ORÇAMENTARIO

ADENDO II À PORTARIA SOB Nº 08 DE 04/02/1985
Exercício: 2013

ANEXO 12 - LEI Nº 4320/64								R$ 1,00
RECE ITA				DESPESA				
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença	
RECEITAS CORRENTES								
RECEITA TRIBUTARIA	673.197,94	1.412.050,57	(738.852,63)					
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	201.807,83	195.029,59	6.778,24					
RECEITA PATRIMONIAL	83.568,09	44.029,53	39.538,56					
RECEITA DE SERVICOS	3.107,76	800,00	2.307,76					
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.402.347,47	13.902.573,89	499.773,58					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	63.045,48	93.849,90	(30.804,42)					
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE								
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES (10.193,00)		(38.183,97)	27.990,97					
DEDUÇÕES DAS TRANSFERENCIAS CORRE(N2.T0E7S5.001,57)		(1.909.203,08)	(165.798,49)					
DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES(1.500,00)		(259,03)	(1.240,97)					
RECEITAS DE CAPITAL								
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	94.533,00	(94.533,00)					
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	800.000,00	1.900.391,62	(1.100.391,62)					
INTERFERENCIA FINANCEIRA	0,00	650.845,65	(650.845,65)					
				CREDITOS ORCAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	15.314.010,45	14.376.157,40	937.853,05	
				CREDITO ESPECIAL	158.154,53	81.456,53	76.698,00	
				INTERFERENCIA FINANCEIRA		650.845,65	(650.845,65)	
SOMAS.....	14.140.380,00	16.346.457,67	(2.206.077,67)	SOMAS.....	15.472.164,98	15.108.459,58	363.705,40	
DÉFICIT.....	1.331.784,98	0,00	1.331.784,98	SUPERÁVIT.....	0,00	1.237.998,09	(1.237.998,09)	
TOTAL.....	15.472.164,98	16.346.457,67	(874.292,69)	TOTAL.....	15.472.164,98	16.346.457,67	(874.292,69)	

SANTA CARMEM, 31 de dezembro de 2013

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito

LUCILENE BRAUN BENDER
Contadora
CRC-MT: 010163/0-2

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:BBB6B47D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO
Exercício: 2013

ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64							R$ 1,00
RECEITAS				DESPESAS			
	R$	R$	R$		R$	R$	R$
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
RECEITA TRIBUTARIA	1.412.050,57				0,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	195.029,59			Legislativa	650.845,65		
RECEITA PATRIMONIAL	44.029,53			Segurança Pública	32.415,40		
RECEITA DE SERVICOS	800,00			Reserva de Contingência	0,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.902.573,89			Administração	2.115.570,92		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	93.849,90	15.648.333,48		Educação	4.118.153,28		
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES (-)	(38.183,97)			Cultura	227.357,86		
DEDUÇÕES DAS TRANSFERENCIAS CORRENTES (-)	(1.909.203,08)			Assistência Social	935.691,11		
DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES (-)	(259,03)	(1.947.646,08)		Saúde	3.275.931,83		
ALIENAÇÃO DE BENS	94.533,00			Gestão Ambiental	799.906,39		
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.900.391,62	1.994.924,62	15.695.612,02	Agricultura	279.186,25		
INTERFERÊNCIA FINANCEIRA				Urbanismo	1.074.869,50		
INTERFERENCIA ATIVA - REPASSE RECEBIDO	650.845,65	650.845,65	650.845,65	Transporte	762.601,06		
EXTRA - ORÇAMENTÁRIA				Desporto e Lazer	198.734,68	14.471.263,93	14.471.263,93
INSS SERVIÇOS TERCEIROS	131.571,93			INTERFERÊNCIA FINANCEIRA			
INSS	490.402,93			INTERFERENCIA PASSIVA - REPASSE CONCEDIDO	650.845,65	650.845,65	650.845,65
I R R F DE SERVIDORES	130.274,45			EXTRA - ORÇAMENTÁRIA			
I R R F DE TERCEIROS	57.654,60			Restos a Pagar do Exercício de 2012 - Processado	23.220,63		
INSS - Câmara Municipal	32.946,75			Restos a Pagar do Exercicio 2012 - Não Processado	666.861,07		
IRRF - Câmara Municipal	1.837,02			Restos a Pagar anteriores a 2012 - Nao Processado	1.578.557,56		
ISS	137.226,30			INSS SERVIÇOS DE TERCEIROS	131.571,93		
Consignacoes Diversas	17.520,00			INSS	490.402,93		
Indenizaçoes e restitiçoes	1.617,26			I R R F DE SERVIDORES	130.274,45		
PASEP DE SERVIDORES	57.062,52			IRRF DE TERCEIROS	57.654,60		
Contribuiçao Sindical SINTEP	9.324,48			INSS - Câmara Municipal	32.946,75		
Unimed Norte MT-Coop.Trab.Medico	68.130,73			IRRF - Câmara Municipal	1.837,02		
Empréstimo Consignado em Folha - BRADESCO S.A	341.324,24			ISS	137.226,30		
Consignações diversas - Câmara Municipal	311,06			Consignacoes Diversas	17.520,00		
Empréstimo Consignado em folha Bradesco Câmara	33.426,90			Indenizaçao e restituiçoes	1.617,26		
Empréstimo Consignado em folha - BV FINANCEIRA	68.100,22			PASEP DE SERVIDORES	57.062,52		
Uniformes	451,20			Contribuiçao Sindical SINTEP	9.324,48		
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	18.423,79			Unimed Norte MT-Coop.Trab.Medico	68.130,73		
Empréstimo Consignado em folha - CAIXA ECONOMICA	19.932,30			Empréstimo Consignado em Folha - BRADESCO S.A	341.324,24		
EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA-SICREDI	2.245,25			Consignações Diversas Câmara Municipal	311,06		
MANDATO DE PENHORA	4.921,90			Emprestimo Consignado em folha Bradesco S.A Câmara	33.426,90		
Inss Serviços de Terceiros - Camara Municipal	301,13	1.625.006,96		Empréstimo Consignado em folha - BV FINANCEIRA	68.100,22		
RESTOS A PAGAR				Uniformes	451,20		
Valor Liquidado	20.780,51			CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	18.423,79		
Valor a Liquidar	667.890,57	688.671,08	2.313.678,04	Empréstimo Consignado em folha - CAIXA ECONOMICA	19.932,30		
COMPENSAÇÃO				EMPRESTIMO CONSIGNADO EM FOLHA-SICREDI	2.245,25		
Em Cauçao		39.721,41		MANDATO DE PENHORA	4.921,90		
Em Comodato		24.030,00		Inss Serviços de Terceiros - Camara Municipal	126,50	3.893.471,59	3.893.471,59
Contratos fornec. de bens e serviços		1.598.510,58	1.662.261,99	COMPENSAÇÃO			
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				Títulos recebido em garantia	39.721,41		
DISPONIVEL MOEDA COR. NACIONAL		1.086,27		Bens recebidos em comodato	24.030,00		
DISPONIVEL EM BANCOS		1.039.114,24	1.040.200,51	Direitos e Obrigaçoes contratadas	1.598.510,58	1.662.261,99	1.662.261,99
				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
				DISPONIVEL EM BANCOS	684.755,05		
				CREDITOS A RECEBER	0,00	684.755,05	684.755,05
TOTAL			21.362.598,21	TOTAL			21.362.598,21

SANTA CARMEM,31 de dezembro de 2013

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito

LUCILENE BRAUN BENDER
Contadora
CRC-MT: 010163/0-2

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:AF2C6887

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
BALANÇO PATRIMONIAL

Data.: 31/12/2013							
Hora.: 09:22:24							
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - LEI N.º 4.320-64				Exercício: 2013	Encerramento 31/12/2013 Página.: 1 de 2		R$ 1,00
A T I V O				P A S S I V O			
Titulos	R$	R$	R$	Titulos	R$	R$	R$
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
DISPONÍVEL				Restos a Pagar 2013			
DISPONIVEL EM BANCOS	684.755,05	684.755,05	684.755,05	Valor Liquidado	20.780,51		
ATIVO NAO FINACEIRO				A Liquidar	667.890,57	688.671,08	
Direito a Receber - Convenios	917.259,78	917.259,78	1.602.014,83	Restos de Outros Exerc.			
ATIVO NÃO FINANCEIRO				Restos a Pagar do Exercicio 2012 - Não Processado	99.907,76		
REALIZAVEL A LONGO PRAZO				Restos a Pagar anteriores a 2012 - Nao Processado	243.939,35	343.847,11	1.032.518,19
DEPOSITOS				Diversos Dep. de Terceiros			
Depositos Judiciais	2.176,00			Inss Serviços de Terceiros - Camara Municipal	174,63	174,63	174,63
CREDITOS TRIBUTARIOS				PASSIVO NÃO FINANCEIRO			
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA				OBRIGAÇÕES PARCELADAS			
Proveniente de Impostos (IPTU)	314.016,57			Parcelamento de Inss	422.117,27		
Proveniente de Impostos (ISS)	12.042,21			INTERNA			
Proveniente de Outros Tributos Alvará	72.133,46			Banco do Brasil S.A	37.995,88	460.113,15	460.113,15
Proveniente de Outros Tributos	9.249,68	409.617,92	409.617,92	Saldo Patrimonial			
ATIVO PERMANENTE				Ativo Real Líquido			
TITULOS E VALORES				Ativo Real Líquido Poder Executivo	9.968.816,87		
Títulos e valores Legislativo	1.117,63	1.117,63		Ativo Real Líquido Poder Legislativo	397.913,81		
IMOBILIZADO				Ajuste de Exercício Anterior	-310.488,00	10.056.242,68	10.056.242,68
BENS MÓVEIS				PASSIVO COMPENSADO			
Mobiliario em Geral	519.965,64			TITULOS VAL. E BENS SOB RESPONDABILIDADE			
Veículos	183.971,00			Títulos recebido em garantia	39.721,41		
Motocicletas	14.165,00			Bens recebidos em comodato	2.771.749,78	2.811.471,19	
Máquinas Pesadas	287.800,00			Direitos e Obrigaçoes contratadas	931.899,06	931.899,06	3.743.370,25
Equipamentos de Maquinas Pesadas	54.365,00						
Bibliotecas Legislativo	50,00						
Impl Ferr utens L. dur. Legislativo	75.791,80						
Acervos Legislativo	1.650,00						
Mobiliario em Ger. Legislativo	71.157,08						
Veículos Legislativo	53.720,00						
Outros Bens Móveis Legislativo	13.588,43						
Aparelhos e Utensílios Domésticos	193.118,47						
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	49.934,96						
Maquinários e Implementos	190.000,00						
Bicicleta	3.778,00						
Veículos de Transporte	696.816,00						
Veículos de Carga	186.557,00						
Aparelhos de Tecnologia de Informação	289.860,56						
Aparelhos, Utensílios e Equipamentos Medicos e Lab	66.103,77						
BENS IMÓVEIS							
A T I V O				P A S S I V O			R$ 1,00
Titulos	R$	R$	R$	Titulos	R$	R$	R$
Edificaçoes	4.967.638,35						
Terrenos	134.196,57						
Obras em Andamento	604.258,73						
Outros Bens Imóveis	58.971,69						
Edificaçoes Legislativo	156.272,68						
Ref Benf ou Melhoria Legislativo	22.700,74						
BENS DE USO COMUM DO POVO							
Ruas	685.854,38						
Outros Bens de Uso Comum do Povo	33.680,76						
AMORTIZAÇAO, DEPRECIAÇAO E EXAUSTAO							
Depreciações acumuladas							
(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis - Veículos	-79.668,34	9.536.298,27	9.537.415,90				
ATIVO COMPENSADO							
RESPON. P/ TITULOS VAL. E BENS							
RECEBIDOS							
Em Cauçao	39.721,41						
Em Comodato	2.771.749,78	2.811.471,19					
DIREITOS E OBRIGAÇOES CONTRATADAS							
DE DESPESAS							
Contratos fornec. de bens e serviços	931.899,06	931.899,06	3.743.370,25				
TOTAL ATIVO.....			15.292.418,90	TOTAL PASSIVO.....			15.292.418,90

SANTA CARMEM, 31 de dezembro de 2013

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito

LUCILENE BRAUN BENDER
Contadora
CRC-MT: 010163/0-2

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:DE924306

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64	Exercício: 2013 R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA ORCAMENTARIA				DESPESA ORCAMENTARIA			
RECEITA TRIBUTARIA	1.412.050,57			DESPESAS CORRENTES			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	195.029,59			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.124.247,15		
RECEITA PATRIMONIAL	44.029,53			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.916,92		
RECEITA DE SERVICOS	800,00			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.765.034,42	12.897.198,49	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.902.573,89			DESPESAS DE CAPITAL			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	93.849,90			INVESTIMENTOS	1.527.803,62		
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-38.183,97			AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	46.261,82	1.574.065,44	
DEDUÇÕES DAS TRANSFERENCIAS CORRENT-E1.	-1.909.203,08			RESERVA DE CONTIGENCIA			
DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES -	-259,03			-			
ALIENAÇÃO DE BENS	94.533,00			-			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.900.391,62	15.695.612,02		-			
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			15.695.612,02	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			14.471.263,93
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
MUTAÇOES PATRIMONIAIS				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS			
INCORPORAÇAO/AQUISIÇOES DE BENS				LIQUIDAÇÃO CREDITOS-ENTRADA DE RECURSOS			
AQUISIÇAO DE BENS MOVEIS				Divida Ativa Recebida	55.255,63		
Bens Móveis de uso permanente	240.216,32			Recebimento de Creditos Municipais - IPTU	207.312,66	262.568,29	
Bens de Estoque	1.727.261,52			-			
Outros Bens Móveis - Poder Legislativo	21.390,29	1.988.868,13		-			
AQUISIÇÃO DE BENS IMÓVEIS				-			
Obras em Andamento	604.258,73			-			
Outras Aquisições Bens Imóveis - Poder Legislativo 14.732,66				-			
Outras aquisiçoes de bens imóveis	33.680,76	652.672,15		-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS-INTERNA				-			
Em Contratos	41.454,60	41.454,60		-			
OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE PASSIVOS				-			
Parcelamentos INSS	7.154,53	7.154,53		-			
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			2.690.149,41	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			262.568,29
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
INDEPENDENTE A EXECUÇAO ORÇAMENTARIA				INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS				INCORPORACAO/DESINCORPORACAO DE SALDOS NAO FINANCE			
INCORPORAÇAO DE BENS IMÓVEIS				Transferencias Voluntárias	1.796.451,62	1.796.451,62	
Incorporaçao de Bens Imoveis	685.854,38	685.854,38		DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS				BAIXA DE BENS MÓVEIS			
BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE				BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE			
Doações	195.094,20			Inservibilidade	24.672,00		
Outras Incorporações Legislativo	2.680,00			Baixa de Bens Inservíveis - Legislativo	15.364,26		
Outras Incorporações	44.918,46	242.692,66		Doações - Legislativo	3.650,00		
INCORPORAÇAO DE DIREITOS				Outras Baixas de Bens Móveis	91.483,00	135.169,26	
Divida Ativa-Inscriçao	203.197,85			BAIXA DE BENS DE ESTOQUE			
Inscrição de Créditos Municipais	357.022,49	560.220,34		Consumo Imediato	1.727.261,52	1.727.261,52	
CRÉDITOS A RECEBER				BAIXA DE DIREITOS			
Transferências à Receber - Convênios	714.000,00	714.000,00		Divida Ativa-cancelamentos	25.040,33		
DESINCORPORAÇAO DE OBRIGAÇÕES				Baixa de Outros Direitos	149.709,83	174.750,16	
CANC DE OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO			
Restos a pagar não processados	12.069,63	12.069,63		Depreciações	75.538,88	75.538,88	

				INCOPORAÇÃO DE OBRICAÇÕES			
				OUTRAS INCORPORAÇOES DE OBRIGAÇOES			
				Parcelamentos	429.271,80	429.271,80	
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			2.214.837,01	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			4.338.443,24
TOTAL DAS VARIACOES ATIVAS			20.600.598,44	TOTAL DAS VARIACOES PASSIVAS			19.072.275,46
				Resultado Patrimonial (SUPERAVIT)			1.528.322,98
TOTAL GERAL			20.600.598,44	TOTAL GERAL			20.600.598,44

SANTA CARMEM, 31 de dezembro de 2013

ALESSANDRO NICOLI
Prefeito

LUCILENE BRAUN BENDER
Contadora
CRC-MT: 010163/0-2

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:C5505715

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
ANEXO 16

GOVERNO MATO GROSSO
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

ANEXO 16 - LEI Nº 4.320/64 Exercício: 2013									R$ 1,00
AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO R$	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO Emissão ou/ R$			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Leis Número e data	Quantidade	Valor da Enissão R$		Atualização	Resgate	Cancelamento	Quantidade	Em R$
Parcelamento de Inss	1	429.271,80	0,00	429.271,80	7.154,53	0,00	1	422.117,27
Obrigaçoes Tributarias	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Outros parcelamentos	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Em Títulos	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Caixa Economica Federal	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Banco do Brasil S.A	1	79.450,48	79.450,48	0,00	41.454,60	0,00	1	37.995,88
Outras Instituições Oficiais	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Outras Instituições não Oficiais	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Caixa Economica Federal	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Banco do Brasil	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Outras Instituiçoes Oficiais	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Outras Instituiçoes nao oficiais	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Total	12	508.722,28	79.450,48	429.271,80	48.609,13	0,00	12	460.113,15

SANTA CARMEM, 31 de dezembro de 2013

Publicado por:
Juliana de Almeida Golo
Código Identificador:2B6C2CED

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

CÂMARA MUNICIPAL
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO E ATIVIDADE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO CNPJ: 04.253.983/0001-29 ANEXO 7 DA LEI 4.320/64 EXERCÍCIO DE 2013					
(Adendo VI, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985)					em R$
PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETO E ATIVIDADE					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	ESPECIAIS	TOTAL
01	LEGISLATIVA	22.760,27	725.093,27		747.853,54
01 031	ACAO LEGISLATIVA	22.760,27	725.093,27		747.853,54
01 031 0001	APOIO AS ACOES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL	22.760,27	725.093,27		747.853,54
01 031 0001 1002	AQUISICAO DE EQUIP. E EMOBILIARIO P. O LEGISLATIVO	22.760,27			22.760,27
01 031 0001 2002	MANUTENCAO DAS ATIVIADADES LEGISLATIVAS		696.288,27		696.288,27
01 031 0001 2003	PARTICIPACAO EM CONGRESSOS SEMINARIOS E SIMPOSIO		28.805,00		28.805,00
01 031 0001 2004	HOMENAGENS E CERIMONIAS DO LEGISLATIVO				
01 031 0001 2005	CONTRIBUICAO A ENTIDADES DE APOIO				
01 031 0001 2006	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS				
01 031 0001 2007	CONTRATACAO DE ALUGUEL DE SEGUROS				
01 031 0001 2008	DIVULGACAO DE ATOS OFIC. E ADM DO PODER LEGISLATIV				
	TOTAL	22.760,27	725.093,27	0,00	747.853,54
	TOTAL INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSO)				93.296,42
	TOTAL GERAL				841.149,96

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:ED930EA6

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES

ANEXO 9 DA LEI 4.320/64
exercício de 2013

(Adendo V, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985)								em R$
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES								
ÓRGÃOS/FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIO	ESSENCIAL A JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	747.853,54							
TOTAL	747.853,54							

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES								
ÓRGÃOS/FUNÇÕES	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO	CULTURA	DIREITOS A CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES								
TOTAL								

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES								
ÓRGÃOS/FUNÇÕES	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRARIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES								
TOTAL								

DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO E FUNÇÕES								
ÓRGÃOS/FUNÇÕES	ENERGIA	TRANSPORTE	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			TOTAL
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES								747.853,54
TOTAL								747.853,54
TOTAL								747.853,54
TOTAL INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSO)								93.296,42
TOTAL GERAL								841.149,96

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:EA3F471F

CÂMARA MUNICIPAL
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04.253.983/0001-29
ANEXO 10 DA LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2013

(Adendo VII, a Portaria SOF nº 08, de 04 de fevereiro de 1985)									Em R$
COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA									
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA					DIFERENÇAS	
			ANTERIOR	NO MÊS	ANULADA NO MÊS	TOTAL NO MÊS	ACUMULADO	PARA MAIS	PARA MENOS
000000000000									
	TOTAL								
	TOTAL DAS INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS (INGRESSOS)	841.150,00	771.054,13	70.095,83		70.095,83	841.149,96		0,04
	TOTAL GERAL	841.150,00	771.054,13	70.095,83		70.095,83	841.149,96		

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

GILMAR ANTONIO ZANUTTO
1. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARISSAVA
Contador

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:12BAF663

CÂMARA MUNICIPAL
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

ANEXO 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) — em R$

CÓDIGOS	TÍTULOS	AUTORIZADA R$			REALIZADA R$				DIFERENÇAS R$ DOS TOTAIS
		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL	ANTERIOR	EMPENHADO NO MÊS	ANULADO NO MÊS	TOTAL	
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES								
001	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES								
01.031.0001.1002-449052000000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.000,00		23.000,00	22.760,27			22.760,27	239,73
01.031.0001.2002-319004000000	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	500,00		500,00					500,00
01.031.0001.2002-319011000000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	407.400,00		407.400,00	326.253,37	43.802,97		370.056,34	37.343,66
01.031.0001.2002-319013000000	OBRIGACOES PATRONAIS	67.850,00		67.850,00	54.712,69	6.012,80		60.725,49	7.124,51
01.031.0001.2002-319113000000	OBRIGACOES PATRONAIS	12.800,00		12.800,00	10.152,66	2.259,00		12.411,66	388,34
01.031.0001.2002-339030000000	MATERIAL DE CONSUMO	35.000,00		35.000,00	28.763,11	775,69	6.037,26	23.501,54	11.498,46
01.031.0001.2002-339036000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		2.150,00	2.150,00	1.690,00			1.690,00	460,00
01.031.0001.2002-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	167.500,00		167.500,00	144.218,76	6.864,48	180,00	150.903,24	16.596,76
01.031.0001.2002-339093000000	INDENIZACOES E RESTITUICOES		77.000,00	77.000,00	66.000,00	11.000,00		77.000,00	
01.031.0001.2003-339014000000	DIARIAS - CIVIL	34.000,00		34.000,00	28.805,00			28.805,00	5.195,00
01.031.0001.2004-339030000000	MATERIAL DE CONSUMO	2.000,00		2.000,00					2.000,00
01.031.0001.2004-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.850,00		1.850,00					1.850,00
01.031.0001.2005-339041000000	CONTRIBUICOES	1.000,00		1.000,00					1.000,00
01.031.0001.2006-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.000,00		4.000,00					4.000,00
01.031.0001.2007-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	3.100,00		3.100,00					3.100,00
01.031.0001.2008-339039000000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	2.000,00		2.000,00					2.000,00
	TOTAL DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 001	762.000,00	79.150,00	841.150,00	683.355,86	70.714,94	6.217,26	747.853,54	93.296,46
	TOTAL DO ÓRGÃO - 01	762.000,00	79.150,00	841.150,00	683.355,86	70.714,94	6.217,26	747.853,54	93.296,46
	TOTAL DAS DESPESAS	762.000,00	79.150,00	841.150,00	683.355,86	70.714,94	6.217,26	747.853,54	93.296,46
	TOTAL DE INTERFERENCIAS FINANCEIRAS (EGRESSOS)					93.296,42		93.296,42	-93.296,42
	TOTAL GERAL	762.000,00	79.150,00	841.150,00	683.355,86	164.011,36	6.217,26	841.149,96	0,04

Presidente

1. Secretario

Contador

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:B088785F

CÂMARA MUNICIPAL
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
ANEXO 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				DESPESA ORÇAMENTÁRIA	841.150,00	747.853,54	-93.296,46
				CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	762.000,00	669.163,54	-92.836,46
				DESPESAS CORRENTES	739.000,00	646.403,27	-92.596,73
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	488.550,00	443.193,49	-45.356,51
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.450,00	203.209,78	-47.240,22
				DESPESAS DE CAPITAL	23.000,00	22.760,27	-239,73

				INVESTIMENTOS	23.000,00	22.760,27	-239,73
				CRÉDITOS ESPECIAIS	79.150,00	78.690,00	-460,00
				DESPESAS CORRENTES	79.150,00	78.690,00	-460,00
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES	79.150,00	78.690,00	-460,00
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
				CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS			
				DESPESAS CORRENTES			
				PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
				OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
				DESPESAS DE CAPITAL			
				INVESTIMENTOS			
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	841.150,00	841.149,96	-0,04	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		93.296,42	93.296,42
TRANSFERENCIAS DO MUNICIPIO	841.150,00	841.149,96	-0,04	DEVOLUCAO DE SALDO - CONF. RESOLUCAO 21/2009 TC		93.296,42	93.296,42
SubTotal	841.150,00	841.149,96	-0,04	SubTotal	841.150,00	841.149,96	-0,04
Déficit Total				Superávit Total			
Total	841.150,00	841.149,96	-0,04	Total	841.150,00	841.149,96	-0,04

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:0E6D9F6D

CÂMARA MUNICIPAL
BALANÇO FINANCEIRO

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
ANEXO 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO FINANCEIRO
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

RECEITA				DESPESA			
ORÇAMENTÁRIA				ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
				DESPESA			747.853,54
				LEGISLATIVA		747.853,54	
Total da Receita Orçamentária			0,00	Total da Despesa Orçamentária			747.853,54
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
INTERFERENCIAS ATIVAS			841.149,96	INTERFERENCIAS PASSIVAS			93.296,42
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		841.149,96		TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		93.296,42	
REPASSES ATIVOS	841.149,96			REPASSES PASSIVOS	93.296,42		
Total de Transf. Financeiras Recebidas			841.149,96	Total de Transf. Financeiras Concedidas			93.296,42
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA				EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CONSIGNACOES			43.206,15	CONSIGNACOES			43.206,15
PREVIDENCIA MUNICIPAL		10.247,59		PREVIDENCIA MUNICIPAL		10.247,59	
DEMAIS SEGURADOS	10.247,59			DEMAIS SEGURADOS	10.247,59		
INSS		29.826,07		INSS		29.826,07	
DEMAIS SEGURADOS	29.826,07			DEMAIS SEGURADOS	29.826,07		
IRRF DE SERVIDORES		3.132,49		IRRF DE SERVIDORES		3.132,49	
I.R.R.F.	3.132,49			I.R.R.F.	3.132,49		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			24.941,32	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS			24.941,32
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO		24.941,32		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO		24.941,32	
OUTROS DEPOSITOS	24.941,32			OUTROS DEPOSITOS	24.941,32		
				OBRIGACOES DE EXERCICIOS ANTERIORES			285,00
				RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		285,00	
				RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	285,00		
Total da Receita Extra-Orçamentária			68.147,47	Total da Despesa Extra-Orçamentária			68.432,47
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
BANCOS CONTA MOVIMENTO			285,00	BANCOS CONTA MOVIMENTO			
Total do Saldo do Exercício Anterior			285,00	Total do Saldo para o Exercício Seguinte			0,00
Total da Receita			909.582,43	Total da Despesa			909.582,43

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

GILMAR ANTONIO ZANUTTO
1. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:8EA26859

CÂMARA MUNICIPAL
BALANÇO PATRIMONIAL

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964)							em R$ - P. Contas TCE
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL				DEPOSITOS			
CREDITOS EM CIRCULACAO				DEBITO DE TESOURARIA			
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA				OBRIGACOES EM CIRCULACAO			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO				VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO				TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			
ATIVO PERMANENTE				PASSIVO PERMANENTE			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE				OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO				PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
INVESTIMENTOS				PROVISOES TRIBUTARIAS E TRABALHISTAS			
PERMANENTE			234.719,67	DIVIDA FUNDADA			
BENS MOVEIS E IMOVEIS		279.337,06					
BENS MOVEIS	168.216,72						
BENS IMOVEIS	111.120,34						
(-) AMORTIZACOES, DEPRECIACOES E EXAUSTOES		-44.617,39					
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	-44.617,39						
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			234.719,67	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			234.719,67	PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
				(-) AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES DIMINUTI ATIVO REAL LIQUIDO		-26.662,10	234.719,67
ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO				SISTEMA DE COMPENSACAO			
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO				TOTAL DO PASSIVO COMPENSADO			
TOTAL DO ATIVO			234.719,67	TOTAL DO PASSIVO			234.719,67

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:7C46CE6E

CÂMARA MUNICIPAL
BALANÇO PATRIMONIAL

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
ANEXO 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 105 da Lei nº 4.320/1964)							em R$ - P. Contas TCE
ATIVO				PASSIVO			
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
DISPONIVEL				DEPOSITOS			
CREDITOS EM CIRCULACAO				DEBITO DE TESOURARIA			
INVESTIMENTOS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA				OBRIGACOES EM CIRCULACAO			
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO				VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO			
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO				TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO			
ATIVO PERMANENTE				PASSIVO PERMANENTE			

Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
CIRCULANTE				OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS			
REALIZAVEL A LONGO PRAZO				PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS			
INVESTIMENTOS				PROVISOES TRIBUTARIAS E TRABALHISTAS			
PERMANENTE			234.719,67	DIVIDA FUNDADA			
BENS MOVEIS E IMOVEIS		279.337,06					
BENS MOVEIS	168.216,72						
BENS IMOVEIS	111.120,34						
(-) AMORTIZACOES, DEPRECIACOES E EXAUSTOES		-44.617,39					
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	-44.617,39						
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE			234.719,67	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE			
ATIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			234.719,67	PASSIVO REAL (FINANCEIRO + PERMANENTE)			
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
				(-) AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES DIMINUTI		-26.662,10	
				ATIVO REAL LIQUIDO			234.719,67
ATIVO COMPENSADO				PASSIVO COMPENSADO			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
SISTEMA DE COMPENSACAO				SISTEMA DE COMPENSACAO			
TOTAL DO ATIVO COMPENSADO				TOTAL DO PASSIVO COMPENSADO			
TOTAL DO ATIVO			234.719,67	TOTAL DO PASSIVO			234.719,67

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:D99D86F7

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 2013

							em R$ - P. Contas TCE
(art. 103 da Lei nº 4.320/1964)							
VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA				DESPESA			747.853,54
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			841.149,96	DESPESAS CORRENTES		725.093,27	
REPASSES ATIVOS		841.149,96		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	443.193,49		
REPASSE RECEBIDO	841.149,96			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	281.899,78		
				DESPESAS DE CAPITAL		22.760,27	
				INVESTIMENTOS	22.760,27		
				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			93.296,42
				REPASSES PASSIVOS		93.296,42	
				REPASSE CONCEDIDO	93.296,42		
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			841.149,96	TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			841.149,96
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
INCORPORACOES DE ATIVOS			46.261,81	DESINCORPORACOES DE ATIVOS			
AQUISICAO DE BENS MOVEIS		46.261,81		INCORPORACAO DE PASSIVOS			
BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	22.760,27						
BENS DE ESTOQUE	23.501,54						
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS							
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS							
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORCAMENTARIAS							
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			46.261,81	TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS			0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS				TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS				OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS			
INCORPORACOES DE ATIVOS				DESINCORPORACOES DE ATIVOS			40.380,04
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS				BAIXA DE BENS MOVEIS		40.380,04	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS				BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	16.878,50		
AJUSTES DE OBRIGACOES				BAIXA DE BENS DE ESTOQUE	23.501,54		
				AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			44.617,39
				DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		44.617,39	
				DEPRECIACOES	44.617,39		

				INCORPORACAO DE PASSIVOS			
				AJUSTES DE OBRIGACOES			
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			0,00	TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			84.997,43
Total das Variações Ativas			887.411,77	Total das Variações Passivas			926.147,39
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)			38.735,62	RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)			
Total Geral			926.147,39	Total Geral			926.147,39

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:7C54F4B2

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
ANEXO 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 103 da Lei nº 4.320/1964) — em R$ - P. Contas TCE

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RECEITA				DESPESA			747.853,54
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			841.149,96	DESPESAS CORRENTES		725.093,27	
REPASSES ATIVOS		841.149,96		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	443.193,49		
REPASSE RECEBIDO	841.149,96			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	281.899,78		
				DESPESAS DE CAPITAL		22.760,27	
				INVESTIMENTOS	22.760,27		
				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			93.296,42
				REPASSES PASSIVOS		93.296,42	
				REPASSE CONCEDIDO	93.296,42		
TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ATIVA			841.149,96	TOTAL RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			841.149,96
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
INCORPORACOES DE ATIVOS			46.261,81	DESINCORPORACOES DE ATIVOS			
AQUISICAO DE BENS MOVEIS		46.261,81		INCORPORACAO DE PASSIVOS			
BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	22.760,27						
BENS DE ESTOQUE	23.501,54						
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS							
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS							
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORCAMENTARIAS							
TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS ATIVAS			46.261,81	TOTAL DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS PASSIVAS			0,00
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS				TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS			
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS				TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS			
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS				OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS			
INCORPORACOES DE ATIVOS				DESINCORPORACOES DE ATIVOS			40.380,04
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS				BAIXA DE BENS MOVEIS		40.380,04	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS				BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	16.878,50		
AJUSTES DE OBRIGACOES				BAIXA DE BENS DE ESTOQUE	23.501,54		
				AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			44.617,39
				DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		44.617,39	
				DEPRECIACOES	44.617,39		
				INCORPORACAO DE PASSIVOS			
				AJUSTES DE OBRIGACOES			
TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA ATIVA			0,00	TOTAL INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA PASSIVA			84.997,43
Total das Variações Ativas			887.411,77	Total das Variações Passivas			926.147,39
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)			38.735,62	RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)			
Total Geral			926.147,39	Total Geral			926.147,39

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:8E0013CD

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964)								em R$
SEM MOVIMENTAÇÃO								
TOTAL GERAL								

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:3987BAC8

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE
EXERCÍCIO DE 2013

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) — em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RESTOS A PAGAR 2012 - PROCESSADOS	285,00			285,00		
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS						
RESTOS A PAGAR 2012 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR						
Subtotal:	285,00			285,00		
DEPOSITOS						
I.N.S.S.		29.826,07		29.826,07		
I.R.R.F.		3.132,49		3.132,49		
DESCONTOS POR FALTA						
PREVIDENCIA MUNICIPAL		10.247,59		10.247,59		
SALARIO DE FAMILIA		137,64		137,64		
FINANCIAMENTO COOPERATIVA DE CREDITO SICREDI		18.536,19		18.536,19		
I.S.S.Q.N.		1.838,75		1.838,75		
DESC SESSAO EXTRAORDINARIA						
Outras Taxas de emissão de guia						
RENDIMENTO DE APLICACAO		4.428,74		4.428,74		
Subtotal:		68.147,47		68.147,47		
Subtotal:	285,00	68.147,47		68.432,47		
TOTAL	285,00	68.147,47		68.432,47		
TOTAL GERAL	285,00	TOTAL (b+c)	68.147,47	TOTAL (d+e)	68.432,47	

ITOR PIRES DE CAMARGO
Presidente

JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA
2. Secretario

MARCOS KAVAMURA ARRISSAVA
CRC-MT 6252O-8

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:220507B4

CÂMARA MUNICIPAL
MOVIMENTAÇÃO DE PATRIMÔNIO

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04.253.983/0001-29
AVENIDA FLAVIO LUIZ - 0002060 - CENTRO Telefone (065)3529-6252

Matrícula	Tombamento	Tipo	Origem	Descrição	Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atualizado	Estado do Bem	Baixa
119	119	MOVEL	AQUISICAO	AP. DE FAX SHARP	01/03/2002	450,00	450,00	BOM	SIM
94	94	MOVEL	AQUISICAO	AP. INTELBRAS CP20.	01/03/2002	47,00	47,00	BOM	SIM
159	159	MOVEL	AQUISICAO	AR CONDICIONADO CONSUL 18.000 BTUS 220V	13/06/2002	1.249,00	1.249,00	BOM	SIM
150	150	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM

151	151	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
148	148	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
149	149	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
152	152	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
155	155	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
156	156	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
153	153	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
154	154	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
147	147	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
140	140	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
141	141	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
138	138	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
139	139	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
142	142	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
145	145	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
146	146	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
143	143	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
144	144	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
57	57	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
56	56	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
58	58	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
60	60	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
59	59	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
52	52	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
51	51	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
53	53	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
55	55	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
54	54	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
67	67	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
66	66	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
68	68	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
70	70	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
69	69	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
62	62	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
61	61	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
63	63	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
65	65	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
64	64	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
37	37	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
36	36	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
38	38	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
40	40	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
39	39	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
32	32	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
31	31	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
33	33	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
35	35	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
34	34	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
47	47	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
46	46	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
48	48	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
50	50	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
49	49	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
42	42	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
41	41	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
43	43	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
45	45	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
44	44	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME FIXA C-301	23/08/2001	31,00	31,00	BOM	SIM
85	85	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME SECRETARIA 502-BSS	23/08/2001	69,00	69,00	BOM	SIM
84	84	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRITORIO REALME SECRETARIA 502-BSS	23/08/2001	69,00	69,00	BOM	SIM
294	294	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRTàRIO REALME SECRETµRIA AZUL	17/03/2005	109,00	109,00	BOM	SIM
296	296	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA ESCRTàRIO REALME SECRETµRIA PRETA	17/03/2005	109,00	109,00	BOM	SIM
137	137	MOVEL	AQUISICAO	CADEIRA PARA ESCRITORIO REALME FIXA AZUL	16/07/2002	32,00	32,00	BOM	SIM
107	107	MOVEL	AQUISICAO	CX SOM FRAHN MOD. PS 500	01/03/2002	488,00	488,00	BOM	SIM
108	108	MOVEL	AQUISICAO	CX. SOM FRANH MOD PS 500	01/03/2002	488,00	488,00	BOM	SIM
26	26	MOVEL	AQUISICAO	ESCRIVANINHA MARCA BELO 180 6 GAVETAS MUNDI M01+M100 - MDF COR CINZA .	23/08/2001	399,00	399,00	BOM	SIM
81	81	MOVEL	AQUISICAO	ESCRIVANINHA WORFLEX 124 2 GAVETAS LIGHT	23/08/2001	109,00	109,00	BOM	SIM
342	341	MOVEL	AQUISICAO	GARRAFA T RMICA INVICTA 1.801	17/03/2006	69,00	69,00	BOM	SIM
289	289	MOVEL	AQUISICAO	IMPRESSORA HP 1150	16/02/2005	1.800,00	1.800,00	BOM	SIM
1	1	MOVEL	AQUISICAO	MICROCOMPUTADOR AMD K6II,500 MHZ,64MB,HD20GB,FM56KCD56X,MUNITOR PHILIPS 15, TECLADO E MOUSE	26/01/2001	1.880,00	1.880,00	BOM	SIM
2	2	MOVEL	AQUISICAO	NOBRAK 0,6 KVA ZANTONI	26/01/2001	320,00	320,00	BOM	SIM
284	284	MOVEL	AQUISICAO	NOBREAK 600VARAGTECH	28/10/2004	240,00	240,00	BOM	SIM
283	283	MOVEL	AQUISICAO	NOBREAK 600VARAGTECH	28/10/2004	240,00	240,00	BOM	SIM
352	349	MOVEL	AQUISICAO	NOBREAK APC 600VA BC600-LM	08/02/2007	239,00	239,00	BOM	SIM
350	205	MOVEL	AQUISICAO	NOBREAK SMS 600	28/03/2006	312,00	312,00	BOM	SIM
349	204	MOVEL	AQUISICAO	NOBREAK SMS 600	28/03/2006	312,00	312,00	BOM	SIM
464	363	MOVEL	AQUISICAO	NOBREAK SMS 700 BI	27/02/2008	290,00	290,00	BOM	SIM
463	362	MOVEL	AQUISICAO	NOBREAK SMS 700 BI	27/02/2008	290,00	290,00	BOM	SIM
92	231	MOVEL	AQUISICAO	PABX MODULAR 2/4	01/03/2002	682,50	682,50	BOM	SIM
717	0	MOVEL	AQUISICAO	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX COR PRATA PLACA OAR-7066 ANO 2011/2012 HASSI9BD17350EC4366194 RENAVAM 379260018 CATEG PASSEIO NACIONAL	24/10/2013	0,00	0,00	NOVO	SIM
115	115	MOVEL	AQUISICAO	PEDESTAIS DE MESA	01/03/2002	38,00	38,00	BOM	SIM
114	114	MOVEL	AQUISICAO	PEDESTAIS DE MESA	01/03/2002	38,00	38,00	BOM	SIM
116	201	MOVEL	AQUISICAO	PEDESTAIS DE MESA	01/03/2002	38,00	38,00	BOM	SIM
118	203	MOVEL	AQUISICAO	PEDESTAIS DE MESA	01/03/2002	38,00	38,00	BOM	SIM
117	0	MOVEL	AQUISICAO	PEDESTAIS DE MESA	01/03/2002	38,00	38,00	BOM	SIM
110	110	MOVEL	AQUISICAO	PEDESTAIS DE MESA	01/03/2002	38,00	38,00	BOM	SIM
109	109	MOVEL	AQUISICAO	PEDESTAIS DE MESA	01/03/2002	38,00	38,00	BOM	SIM

111	111	MOVEL	AQUISICAO	PEDESTAIS DE MESA	01/03/2002	38,00	38,00	BOM	SIM
113	180	MOVEL	AQUISICAO	PEDESTAIS DE MESA	01/03/2002	38,00	38,00	BOM	SIM
112	112	MOVEL	AQUISICAO	PEDESTAIS DE MESA	01/03/2002	38,00	38,00	BOM	SIM
547	373	MOVEL	AQUISICAO	PORTA DE ALUMINIO	29/05/2008	820,00	820,00	BOM	SIM
544	370	MOVEL	AQUISICAO	PORTA EUCATEX	29/05/2008	215,00	215,00	BOM	SIM
543	369	MOVEL	AQUISICAO	PORTA EUCATEX	29/05/2008	215,00	215,00	BOM	SIM
106	0	MOVEL	AQUISICAO	POTENCIA ATTACK MA 100W RMS	01/03/2002	671,00	671,00	BOM	SIM
343	342	MOVEL	AQUISICAO	QUADRO GALERIA DE FOTOS VEREADORES COM 14 FOTOS.	11/04/2006	980,00	980,00	BOM	SIM
663	191	MOVEL	AQUISICAO	RADIO CARRO H BUSTER	19/08/2009	280,00	280,00	BOM	SIM
91	91	MOVEL	AQUISICAO	RADIO GRAVADOR SEMP. TOSHIBA 8238/8239	25/02/2002	129,00	129,00	BOM	SIM
737	742	MOVEL	AQUISICAO	TAPETE DE VINIL 10' PRETO 1,15X0,75	02/04/2012	498,00	498,00	NOVO	SIM
309	309	MOVEL	AQUISICAO	TECLADO PORTµTIL BELO EURO	17/03/2005	134,00	134,00	BOM	SIM
93	93	MOVEL	AQUISICAO	TI CENTRAL INTELIGENTE CENTRAL DISTRIBUIÇÃO TELEFONICA.	01/03/2002	416,00	416,00	BOM	SIM
Total de Bens Imóveis:				Total de Bens Móveis: 16.878,50	Total	16.878,50	16.878,50		
Total Geral de Bens Imóveis:									16.878,50
Total Geral de Bens Móveis:									16.878,50
Total Geral de Bens:									16.878,50

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:DC6DD83D

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA - LIQUIDAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04253983000129
AVENIDA FLAVIO LUIZ - 0002060 - CENTRO
Telefone: 06535296252
Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica - Liquidação
Período de 1/01/2013 até 31/12/2013

Movimento Orçamentário e Restos							
Número	Tipo	Red.	Dotação	Data	Credor	Processo	Valor
339030000000 - MATERIAL DE CONSUMO							
43/2013 - 1	2-GLO	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	28/02/2013	AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA		539,82
43/2013 - 2	2-GLO	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	26/03/2013	AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA		302,05
43/2013 - 3	2-GLO	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	21/05/2013	AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA		954,73
43/2013 - 4	2-GLO	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	19/06/2013	AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA		482,91
43/2013 - 5	2-GLO	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	25/07/2013	AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA		400,59
43/2013 - 6	2-GLO	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	4/10/2013	AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA		557,42
43/2013 - 7	2-GLO	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	11/11/2013	AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA		400,06
43/2013 - 8	2-GLO	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	2/12/2013	AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA		195,16
13/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	21/01/2013	CORREIOS		30,55
324/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	4/10/2013	CRISTO REI TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS LTDA		490,00
76/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	11/03/2013	DEISE ROSA RIBEIRO ME		2.241,00
328/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	8/10/2013	DIVINA GRAZIELA ALVES NOGUEIRA		640,00
138/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	14/05/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		367,85
180/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	29/05/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		184,26
199/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	24/06/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		162,25
22/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	22/01/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		273,55
246/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	19/08/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		341,95
289/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	19/09/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		243,01
363/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	22/10/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		307,33
420/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	6/12/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		356,76
80/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	11/03/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		393,09
317/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	27/09/2013	EDNA ZIMERMAN BARGERI		2.025,00
112/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	3/04/2013	ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA		39,00
92/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	18/03/2013	JAIR L. FACCIO E CIA LTDA		1.080,00
245/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	19/08/2013	KADRI & KADRI LTDA		311,90
185/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	13/06/2013	LINCOLN THOBIAS BELLO - ME		516,37
244/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	19/08/2013	LINCOLN THOBIAS BELLO - ME		1.299,00
58/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	27/02/2013	MICROLINE INFORMATICA LTDA - ME		92,90
121/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	16/04/2013	PNEU TECH LTDA		1.000,00
119/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	16/04/2013	POSTO 10 LIMITADA		243,90
156/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	23/05/2013	POSTO 10 LIMITADA		248,95
189/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	17/06/2013	POSTO 10 LIMITADA		107,16
247/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	19/08/2013	POSTO 10 LIMITADA		123,11
29/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	22/01/2013	POSTO 10 LIMITADA		621,57
405/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	28/11/2013	POSTO 10 LIMITADA		204,45
422/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	9/12/2013	POSTO 10 LIMITADA		235,09
47/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	21/02/2013	POSTO 10 LIMITADA		233,98
325/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	4/10/2013	SANTOS & VOLTARELLI LTDA ME		540,00
114/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	5/04/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		548,30
147/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	14/05/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		342,40
182/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	5/06/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		328,32
211/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	11/07/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		247,52
279/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	6/09/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		269,57
287/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	16/09/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		419,28
361/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	22/10/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		319,30
418/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	5/12/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		159,86
419/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	5/12/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		23,98
63/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	4/03/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		602,97
91/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	15/03/2013	Z B N MATERIAS PARA CONSTRUCAO E FERRAGENS LTDA		258,23
32/2013 - 1	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	5/02/2013	ZF INFORMATICA E PAPELARIA LTDA - EPP		1.195,09
Total Anulado Orçamentário:		0,00	Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Elemento:		0,00
Total Orçamentário:		23.501,54	Total Restos:	0,00	Total Elemento:		23.501,54

Total Anulado Orçamentário:	0,00	Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Despesas:	0,00
Total Orçamentário:	23.501,54	Total Restos:	0,00	Total Despesas:	23.501,54

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:C62C0832

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DE REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04.253.983/0001-29
AVENIDA FLAVIO LUIZ - 0002060 - CENTRO
Fone/Fax: (65)3529-6252
Demonstrativo de Reavaliação e redução ao valor
Recuperável
Período: 01/2013 até 12/2013
Status: Efetivado

Cod	Descrição do Bem	Dt Aquis/Reav	Vlr Aquis/Reav	Dt Corte	Valor Ant.	Dt Reav	Ajustes exerc. ant.	Reavaliação	Red. Vlr. Recup.	Red. Linear	Valor Atual
13	AM. ESCRIT-W3 ACO 174/X 76X33	4/05/2001	149,00	31/10/2013	149,00	31/10/2013	-104,30	0,00	0,00	0,00	44,70
13	AM. ESCRIT-W3 ACO 174/X 76X33	31/10/2013	44,70	31/10/2013	44,70	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,58	42,12
14	IMPRESSORA EPSO FX-2180 MATRICIAL	8/05/2001	2.000,00	31/10/2013	2.000,00	31/10/2013	-1.400,00	0,00	0,00	0,00	600,00
14	IMPRESSORA EPSO FX-2180 MATRICIAL	31/10/2013	600,00	31/10/2013	600,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-34,82	565,18
15	PIA INOX GHET PLUS 1.20 1C	23/08/2001	65,00	31/10/2013	65,00	31/10/2013	-45,50	0,00	0,00	0,00	19,50
15	PIA INOX GHET PLUS 1.20 1C	31/10/2013	19,50	31/10/2013	19,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,20	18,30
16	ARQUIVO ACO W3 4GAV.0FCL 04/600	23/08/2001	159,00	31/10/2013	159,00	31/10/2013	-111,30	0,00	0,00	0,00	47,70
16	ARQUIVO ACO W3 4GAV.0FCL 04/600	31/10/2013	47,70	31/10/2013	47,70	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,96	44,74
22	ARMARIO ESCRITORIO W3 ACO 174X76X33	23/08/2001	149,00	31/10/2013	149,00	31/10/2013	-104,30	0,00	0,00	0,00	44,70
22	ARMARIO ESCRITORIO W3 ACO 174X76X33	31/10/2013	44,70	31/10/2013	44,70	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,36	42,34
23	BALCAO GIORDANI 1.20 CEREGEIRA	23/08/2001	120,00	31/10/2013	120,00	31/10/2013	-84,00	0,00	0,00	0,00	36,00
23	BALCAO GIORDANI 1.20 CEREGEIRA	31/10/2013	36,00	31/10/2013	36,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,90	34,10
24	FOGAO ATLAS PETROKOSKI 4 BOCAS DALLAS	23/08/2001	155,00	31/10/2013	155,00	31/10/2013	-108,50	0,00	0,00	0,00	46,50
24	FOGAO ATLAS PETROKOSKI 4 BOCAS DALLAS	31/10/2013	46,50	31/10/2013	46,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,46	44,04
25	GELADEIRA CCE 310LTS (293LTS) 31L 110V	23/08/2001	499,00	31/10/2013	499,00	31/10/2013	-349,30	0,00	0,00	0,00	149,70
25	GELADEIRA CCE 310LTS (293LTS) 31L 110V	31/10/2013	149,70	31/10/2013	149,70	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-7,92	141,78
27	MESA IMPRESSORA REALME 2024	23/08/2001	45,00	31/10/2013	45,00	31/10/2013	-31,50	0,00	0,00	0,00	13,50
27	MESA IMPRESSORA REALME 2024	31/10/2013	13,50	31/10/2013	13,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-0,70	12,80
28	COFRE W3 STANDART W100 (255 KG)	23/08/2001	439,00	31/10/2013	439,00	31/10/2013	-307,30	0,00	0,00	0,00	131,70
28	COFRE W3 STANDART W100 (255 KG)	31/10/2013	131,70	31/10/2013	131,70	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-6,96	124,74
83	BEBEDOURO EZ INOX GARRAFAO	23/08/2001	249,00	31/10/2013	249,00	31/10/2013	-174,30	0,00	0,00	0,00	74,70
83	BEBEDOURO EZ INOX GARRAFAO	31/10/2013	74,70	31/10/2013	74,70	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-3,94	70,76
89	PORTA BANDEIRA	20/11/2001	150,00	31/10/2013	150,00	31/10/2013	-105,00	0,00	0,00	0,00	45,00
89	PORTA BANDEIRA	31/10/2013	45,00	31/10/2013	45,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,18	42,82
135	ESTANTE EM MADEIRA	15/07/2002	50,00	31/10/2013	50,00	31/10/2013	-35,00	0,00	0,00	0,00	15,00
135	ESTANTE EM MADEIRA	31/10/2013	15,00	31/10/2013	15,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-0,60	14,40
136	UM BIDE EM MADEIRA	15/07/2002	50,00	31/10/2013	50,00	31/10/2013	-35,00	0,00	0,00	0,00	15,00
136	UM BIDE EM MADEIRA	31/10/2013	15,00	31/10/2013	15,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-0,60	14,40
157	UMA PLACA DE A O INOX ESCOVADO, TAMANHO 50X70CM	18/07/2002	350,00	31/10/2013	350,00	31/10/2013	-245,00	0,00	0,00	0,00	105,00
157	UMA PLACA DE A O INOX ESCOVADO, TAMANHO 50X70CM	31/10/2013	105,00	31/10/2013	105,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,20	100,80
158	AR CONDICIONADO CONSUL 18.000 BTUS 220V	13/06/2002	1.249,00	31/10/2013	1.249,00	31/10/2013	-874,30	0,00	0,00	0,00	374,70
158	AR CONDICIONADO CONSUL 18.000 BTUS 220V	31/10/2013	374,70	31/10/2013	374,70	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-15,32	359,38
163	JOGO DE BANDEIRA DE CETIM COM PEDESTAL EM MADEIRA	14/10/2002	1.200,00	31/10/2013	1.200,00	31/10/2013	-840,00	0,00	0,00	0,00	360,00
163	JOGO DE BANDEIRA DE CETIM COM PEDESTAL EM MADEIRA	31/10/2013	360,00	31/10/2013	360,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	346,50
270	ESCADA 6 DEGRAUS METALMAR	15/04/2003	65,00	31/10/2013	65,00	31/10/2013	-45,50	0,00	0,00	0,00	19,50
270	ESCADA 6 DEGRAUS METALMAR	31/10/2013	19,50	31/10/2013	19,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-0,64	18,86
271	ARQUIVO 290X155X40 EM MADEIRA	3/04/2003	2.022,00	31/10/2013	2.022,00	31/10/2013	-1.415,40	0,00	0,00	0,00	606,60
271	ARQUIVO 290X155X40 EM MADEIRA	31/10/2013	606,60	31/10/2013	606,60	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-20,22	586,38
281	ARMARIO ESCR. W3 ACO 1.98 X 90 X 40 AL	30/06/2004	399,00		399,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-334,88	64,12
281	ARMARIO ESCR. W3 ACO 1.98 X 90 X 40 AL	30/06/2004	399,00		64,12	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,98	58,14
282	ESCRAVANIA 1.20 M BELO GAVETEIRA 3 GAV. CONEXAO 90	17/09/2004	340,00		340,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-277,95	62,05
282	ESCRAVANIA 1.20 M BELO GAVETEIRA 3 GAV. CONEXAO 90	17/09/2004	340,00		62,05	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,10	56,95
286	ARMARIO ESCRITàRIO W3 A O 1.98X90X40 AL	30/06/2004	399,00		399,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-334,88	64,12
286	ARMARIO ESCRITàRIO W3 A O 1.98X90X40 AL	30/06/2004	399,00		64,12	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,98	58,14
287	ARMARIO ESCROTàRIO W3 A O 1.98X90X40 AL	30/06/2004	399,00		399,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-334,88	64,12
287	ARMARIO ESCROTàRIO W3 A O 1.98X90X40 AL	30/06/2004	399,00		64,12	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,98	58,14
288	CORTADOR DE GRAMA DID.2	9/02/2005	110,00		110,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-57,20	52,80
288	CORTADOR DE GRAMA DID.2	9/02/2005	110,00		52,80	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,10	51,70
290	MESA DE IMPRESSORA REALME 2024	17/03/2005	85,00		85,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-64,89	20,11
290	MESA DE IMPRESSORA REALME 2024	17/03/2005	85,00		20,11	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,26	18,85
291	CADEIRA REALME FIXA PRETA 4 PE	17/03/2005	49,00		49,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-37,08	11,92
291	CADEIRA REALME FIXA PRETA 4 PE	17/03/2005	49,00		11,92	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-0,72	11,20
292	CADEIRA REALME FIXA PRETA 4 PE	17/03/2005	49,00		49,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-37,08	11,92

Cod	Descrição do Bem	Dt Aquis/Reav	Vlr Aquis/Reav	Dt Corte	Valor Ant.	Dt Reav	Ajustes exerc. ant.	Reavaliação	Red. Vlr. Recup.	Red. Linear	Valor Atual
292	CADEIRA REALME FIXA PRETA 4 PE	17/03/2005	49,00		11,92	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-0,72	11,20
293	BANCO DE ESPERA RELAME FIXA 3 LUGARES PRETO	17/03/2005	289,00		289,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-222,48	66,52
293	BANCO DE ESPERA RELAME FIXA 3 LUGARES PRETO	17/03/2005	289,00		66,52	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,32	62,20
295	CADEIRA ESCRTàRIO REALME SECRETµRIA AZUL	17/03/2005	109,00		109,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-83,43	25,57
295	CADEIRA ESCRTàRIO REALME SECRETµRIA AZUL	17/03/2005	109,00		25,57	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,62	23,95
298	ESCRIVANINHA WORKFLEX 1.20 2 GAVETAS CINZA/AZUL	17/03/2005	229,00		229,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-176,13	52,87
298	ESCRIVANINHA WORKFLEX 1.20 2 GAVETAS CINZA/AZUL	17/03/2005	229,00		52,87	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-3,42	49,45
303	ESCRIVANINHA WORKFLEX 1.20 2 GAVETAS CINZA/AZUL	17/03/2005	229,00		229,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-176,13	52,87

303	ESCRIVANINHA WORKFLEX 1.20 2 GAVETAS CINZA/AZUL	17/03/2005	229,00		52,87	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-3,42	49,45
305	ESCRIVANINHA WORKFLEX 1.20 2 GAVETAS CINZA/AZUL	17/03/2005	229,00		229,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-176,13	52,87
305	ESCRIVANINHA WORKFLEX 1.20 2 GAVETAS CINZA/AZUL	17/03/2005	229,00		52,87	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-3,42	49,45
306	SUPORTE CPU BELO EURO	17/03/2005	45,00		45,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-33,99	11,01
306	SUPORTE CPU BELO EURO	17/03/2005	45,00		11,01	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-0,66	10,35
307	ESCRIVANINHA BELO EURO	17/03/2005	320,00		320,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-247,20	72,80
307	ESCRIVANINHA BELO EURO	17/03/2005	320,00		72,80	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,80	68,00
310	ESCRIVANINHA BELO EURO ER-03 1.25 MTS TABACO	17/03/2005	288,00		288,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-222,48	65,52
310	ESCRIVANINHA BELO EURO ER-03 1.25 MTS TABACO	17/03/2005	288,00		65,52	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,32	61,20
311	CADEIRA ESCRITàRIO BELO ENTEELAC 5005	17/03/2005	318,00		318,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-245,14	72,86
311	CADEIRA ESCRITàRIO BELO ENTEELAC 5005	17/03/2005	318,00		72,86	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,76	68,10
312	CADEIRA ESCRITàRIO BELO ENTEELAC 5005	17/03/2005	318,00		318,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-245,14	72,86
312	CADEIRA ESCRITàRIO BELO ENTEELAC 5005	17/03/2005	318,00		72,86	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,76	68,10
313	CADEIRA ESCRITàRIO BELO ENTEELAC 5005	17/03/2005	318,00		318,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-245,14	72,86
313	CADEIRA ESCRITàRIO BELO ENTEELAC 5005	17/03/2005	318,00		72,86	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,76	68,10
314	FAX PANASONIC KX-FT9002BR-G	15/04/2005	780,00		780,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-530,40	249,60
314	FAX PANASONIC KX-FT9002BR-G	15/04/2005	780,00		249,60	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-10,40	239,20
333	CADEIRA PRA ESCRITORIO BELO PRESIDENTE 700 VERDE	14/02/2006	334,95		334,95	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-230,92	104,03
333	CADEIRA PRA ESCRITORIO BELO PRESIDENTE 700 VERDE	14/02/2006	334,95		104,03	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,02	99,01
334	CADEIRA ESCRITàRIO INTERLOC P ESQUI 7005	14/02/2006	273,01		273,01	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-187,68	85,33
334	CADEIRA ESCRITàRIO INTERLOC P ESQUI 7005	14/02/2006	273,01		85,33	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,08	81,25
335	CADEIRA ESCRITàRIO INTERLOC P ESQUI 7005	14/02/2006	273,01		273,01	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-187,68	85,33
335	CADEIRA ESCRITàRIO INTERLOC P ESQUI 7005	14/02/2006	273,01		85,33	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,08	81,25
336	CADEIRA ESCRITàRIO INTERLOC P ESQUI 7005	14/02/2006	273,01		273,01	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-187,68	85,33
336	CADEIRA ESCRITàRIO INTERLOC P ESQUI 7005	14/02/2006	273,01		85,33	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,08	81,25
337	CADEIRA ESCRITàRIO INTERLOC P ESQUI 7005	14/02/2006	273,01		273,01	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-187,68	85,33
337	CADEIRA ESCRITàRIO INTERLOC P ESQUI 7005	14/02/2006	273,01		85,33	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,08	81,25
338	CADEIRA ESCRITàRIO INTERLOC P ESQUI 7005	14/02/2006	273,01		273,01	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-187,68	85,33
338	CADEIRA ESCRITàRIO INTERLOC P ESQUI 7005	14/02/2006	273,01		85,33	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,08	81,25
351	ARMARIO PARA ESCRITàRIO W3 A O 174X76	8/02/2007	279,00		279,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-167,20	111,80
351	ARMARIO PARA ESCRITàRIO W3 A O 174X76	8/02/2007	279,00		111,80	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,18	107,62
452	MAQUINA DE LIMPEZA JACTO ALTA PRESSÇO	4/02/2008	569,25		569,25	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-289,68	279,57
452	MAQUINA DE LIMPEZA JACTO ALTA PRESSÇO	4/02/2008	569,25		279,57	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-8,52	271,05
453	BALCAO DITALIA BA-10 - BRANCO	4/02/2008	109,05		109,05	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-55,08	53,97
453	BALCAO DITALIA BA-10 - BRANCO	4/02/2008	109,05		53,97	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,62	52,35
454	AR CONDICIONADO CONSUL SPLIT 18000 BTUS	4/02/2008	1.979,85		1.979,85	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-896,92	1.082,93
454	AR CONDICIONADO CONSUL SPLIT 18000 BTUS	4/02/2008	1.979,85		1.082,93	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-26,38	1.056,55
455	AR CONDICIONADO CONSUL SPLIT 18000 BTUS	4/02/2008	1.979,85		1.979,85	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-896,92	1.082,93
455	AR CONDICIONADO CONSUL SPLIT 18000 BTUS	4/02/2008	1.979,85		1.082,93	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-26,38	1.056,55
457	COMPUTADOR CORE 2 DUO 2.20 LGA 775 MEMORIA DDR2 1	27/02/2008	1.180,00	31/10/2013	1.180,00	31/10/2013	-826,00	0,00	0,00	0,00	354,00
457	COMPUTADOR CORE 2 DUO 2.20 LGA 775 MEMORIA DDR2 1	31/10/2013	354,00	31/10/2013	354,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-12,24	341,76
458	COMPUTADOR CORE 2 DUO 2.20 LG- A775 MEMORIA DDR2 1	27/02/2008	1.180,00	31/10/2013	1.180,00	31/10/2013	-826,00	0,00	0,00	0,00	354,00
458	COMPUTADOR CORE 2 DUO 2.20 LG- A775 MEMORIA DDR2 1	31/10/2013	354,00	31/10/2013	354,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-12,24	341,76
459	MONITOR LCD 17 SAMSUNG 732 N	27/02/2008	670,00	31/10/2013	670,00	31/10/2013	-469,00	0,00	0,00	0,00	201,00
459	MONITOR LCD 17 SAMSUNG 732 N	31/10/2013	201,00	31/10/2013	201,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-6,94	194,06
Cod	Descrição do Bem	Dt Aquis/Reav	Vlr Aquis/Reav	Dt Corte	Valor Ant.	Dt Reav	Ajustes exerc. ant.	Reavaliação	Red. Vlr. Recup.	Red. Linear	Valor Atual
460	MONITOR LCD 17 LG 732 N	27/02/2008	670,00	31/10/2013	670,00	31/10/2013	-469,00	0,00	0,00	0,00	201,00
460	MONITOR LCD 17 LG 732 N	31/10/2013	201,00	31/10/2013	201,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-6,94	194,06
465	PLACA PCI WIRELESS DLINK G 510	27/02/2008	119,00	31/10/2013	119,00	31/10/2013	-83,30	0,00	0,00	0,00	35,70
465	PLACA PCI WIRELESS DLINK G 510	31/10/2013	35,70	31/10/2013	35,70	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,22	34,48
466	PLACA PCI WIRELESS DLINK G 510	27/02/2008	119,00	31/10/2013	119,00	31/10/2013	-83,30	0,00	0,00	0,00	35,70
466	PLACA PCI WIRELESS DLINK G 510	31/10/2013	35,70	31/10/2013	35,70	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,22	34,48
530	PERSIANAS VERTICAIS COMPOSTO POR SEIS PEÇAS LOCALI	21/02/2008	3.056,00		3.056,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-1.558,56	1.497,44
530	PERSIANAS VERTICAIS COMPOSTO POR SEIS PEÇAS LOCALI	21/02/2008	3.056,00		1.497,44	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-45,84	1.451,60
531	BOX PARA BANHEIRO	21/02/2008	480,00		480,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-244,80	235,20
531	BOX PARA BANHEIRO	21/02/2008	480,00		235,20	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-7,20	228,00
532	PAINEL EUCATEX, COM GUIA 3000 E TRAVESSA 3000	21/02/2008	2.899,00		2.899,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-1.478,32	1.420,68
532	PAINEL EUCATEX, COM GUIA 3000 E TRAVESSA 3000	21/02/2008	2.899,00		1.420,68	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-43,48	1.377,20
545	PORTA DE ALUMINIO	29/05/2008	820,00		820,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-399,75	420,25
545	PORTA DE ALUMINIO	29/05/2008	820,00		420,25	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-12,30	407,95
546	PORTA DE ALUMINIO	29/05/2008	820,00		820,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-399,75	420,25
546	PORTA DE ALUMINIO	29/05/2008	820,00		420,25	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-12,30	407,95
549	PERCIANAS VERTICAIS	29/05/2008	150,00		150,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-72,80	77,20
549	PERCIANAS VERTICAIS	29/05/2008	150,00		77,20	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,24	74,96
550	PERCIANAS VERTICAIS	29/05/2008	150,00		150,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-72,80	77,20
550	PERCIANAS VERTICAIS	29/05/2008	150,00		77,20	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,24	74,96
551	PERCIANAS VERTICAIS	29/05/2008	150,00		150,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-72,80	77,20
551	PERCIANAS VERTICAIS	29/05/2008	150,00		77,20	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,24	74,96
594	ESCRIV WORKFLEX 1,20 2 GAV 4002 1 CINZA/AZUL	9/06/2008	199,00		199,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-95,36	103,64
594	ESCRIV WORKFLEX 1,20 2 GAV 4002 1 CINZA/AZUL	9/06/2008	199,00		103,64	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,98	100,66
598	CADEIRA ESCRIT BELO PRESIDENTE 7001-G 2 320-B TEC	21/10/2008	380,00		380,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-171,00	209,00
598	CADEIRA ESCRIT BELO PRESIDENTE 7001-G 2 320-B TEC	21/10/2008	380,00		209,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,70	203,30
599	CADEIRA ESCRIT BELO PRESIDENTE 7001-G 2 320-B TEC	21/10/2008	380,00		380,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-171,00	209,00
599	CADEIRA ESCRIT BELO PRESIDENTE 7001-G 2 320-B TEC	21/10/2008	380,00		209,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,70	203,30
600	PULVERIZADOR AGRICOLA COSTA CAPACIDADE 20 LITROS -	24/11/2008	315,00		315,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-139,24	175,76
600	PULVERIZADOR AGRICOLA COSTA CAPACIDADE 20 LITROS -	24/11/2008	315,00		175,76	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-4,72	171,04
601	CADEIRA ESCRIT BELO DIGITADOR 6006BE 3 320-B AZUL1	24/11/2008	399,00		399,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-176,41	222,59
601	CADEIRA ESCRIT BELO DIGITADOR 6006BE 3 320-B AZUL1	24/11/2008	399,00		222,59	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,98	216,61
602	CADEIRA ESCRIT BELO DIGITADOR 6006BE 3 320-B AZUL1	24/11/2008	399,00		399,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-176,41	222,59
602	CADEIRA ESCRIT BELO DIGITADOR 6006BE 3 320-B AZUL1	24/11/2008	399,00		222,59	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,98	216,61
603	CADEIRA ESCRIT BELO DIGITADOR 6006BE 3 320-B AZUL1	24/11/2008	399,00		399,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-176,41	222,59
603	CADEIRA ESCRIT BELO DIGITADOR 6006BE 3 320-B AZUL1	24/11/2008	399,00		222,59	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,98	216,61
604	CADEIRA ESCRIT BELO DIGITADOR 6006BE 3 320-B AZUL1	24/11/2008	399,00		399,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-176,41	222,59
604	CADEIRA ESCRIT BELO DIGITADOR 6006BE 3 320-B AZUL1	24/11/2008	399,00		222,59	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,98	216,61
606	BANCO ESPERA BELO 7007SL 3 LUG 1 CINZA/PRETO 209	25/11/2008	449,00		449,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-198,24	250,76
606	BANCO ESPERA BELO 7007SL 3 LUG 1 CINZA/PRETO 209	25/11/2008	449,00		250,76	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-6,72	244,04
652	ARMARIO AEREO BERTOLINI 120 ST-TOP 4034 BRANCO	22/01/2009	249,00		249,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-106,02	142,98

652	ARMARIO AEREO BERTOLINI 120 ST-TOP 4034 BRANCO	22/01/2009	249,00		142,98	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-3,72	139,26
653	ESTACAO DE TRABLHO DL204/154/174 1 TABACO/ CHOCOLA	7/03/2009	449,00		449,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-184,80	264,20
653	ESTACAO DE TRABLHO DL204/154/174 1 TABACO/ CHOCOLA	7/03/2009	449,00		264,20	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-6,72	257,48
654	MAQUINA FOTOGRAFICA SONY DSC-W110 DIGITAL 7.2MP PR	6/05/2009	779,00		779,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-275,07	503,93
654	MAQUINA FOTOGRAFICA SONY DSC-W110 DIGITAL 7.2MP PR	6/05/2009	779,00		503,93	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-10,38	493,55
655	MESA COM GAVETA ESQUERDA 1.88X80	10/07/2009	1.405,00		1.405,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-537,03	867,97
655	MESA COM GAVETA ESQUERDA 1.88X80	10/07/2009	1.405,00		867,97	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-21,06	846,91
656	TORRES EM MDF MODELO 450 - 53,7X184,4, UMA DIREITA	10/07/2009	1.100,00		1.100,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-420,75	679,25
656	TORRES EM MDF MODELO 450 - 53,7X184,4, UMA DIREITA	10/07/2009	1.100,00		679,25	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-16,50	662,75
657	BALCAO 1.80 X45	10/07/2009	1.010,00		1.010,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-386,07	623,93
657	BALCAO 1.80 X45	10/07/2009	1.010,00		623,93	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-15,14	608,79
658	APARADOR 1.20 X 35 X 88 COM TAMPO DE VIDRO PARA CA	10/07/2009	385,00		385,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-146,88	238,12

Cod	Descrição do Bem	Dt Aquis/Reav	Vlr Aquis/Reav	Dt Corte	Valor Ant.	Dt Reav	Ajustes exerc. ant.	Reavaliação	Red. Vlr. Recup.	Red. Linear	Valor Atual
658	APARADOR 1.20 X 35 X 88 COM TAMPO DE VIDRO PARA CA	10/07/2009	385,00		238,12	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,76	232,36
659	REVISTEIRO CROMADO	10/07/2009	165,00		165,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-62,73	102,27
659	REVISTEIRO CROMADO	10/07/2009	165,00		102,27	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,46	99,81
660	ESTOFADO FLIP 6A02	10/07/2009	1.650,00		1.650,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-630,87	1.019,13
660	ESTOFADO FLIP 6A02	10/07/2009	1.650,00		1.019,13	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-24,74	994,39
661	COMPUTADOR ATHLON 1640 2.7 MEMORIA DDR2 1 GB, HAR	20/07/2009	1.840,00		1.840,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-1.407,60	432,40
661	COMPUTADOR ATHLON 1640 2.7 MEMORIA DDR2 1 GB, HAR	20/07/2009	1.840,00		432,40	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-55,20	377,20
662	BEBEDOURO IBBL GFN2000 GARRAFAO 1 110V	22/07/2009	599,00		599,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-228,99	370,01
662	BEBEDOURO IBBL GFN2000 GARRAFAO 1 110V	22/07/2009	599,00		370,01	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-8,98	361,03
664	CAMERA DIGITAL SONY DSC H50 C/ CARTAO DE MEMORIA 4	25/08/2009	1.979,00		1.979,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-659,50	1.319,50
664	CAMERA DIGITAL SONY DSC H50 C/ CARTAO DE MEMORIA 4	25/08/2009	1.979,00		1.319,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-26,38	1.293,12
665	ESCRIVANIA PANDIN 1,20 2 GAV MX-120 CINZA	1/10/2009	179,00		179,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-64,32	114,68
665	ESCRIVANIA PANDIN 1,20 2 GAV MX-120 CINZA	1/10/2009	179,00		114,68	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-2,68	112,00
666	CADEIRA ESCRITORIO UTILIDADE DIRETOR 6031-B AZUL	1/10/2009	219,00		219,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-78,72	140,28
666	CADEIRA ESCRITORIO UTILIDADE DIRETOR 6031-B AZUL	1/10/2009	219,00		140,28	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-3,28	137,00
667	AR CONDICIONADO SPLIT LG 12.000 BTUS	5/10/2009	1.269,00		1.269,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-406,08	862,92
667	AR CONDICIONADO SPLIT LG 12.000 BTUS	5/10/2009	1.269,00		862,92	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-16,92	846,00
668	AR CONDICIONADO SPLIT LG 12.000BTUS	5/10/2009	1.269,00		1.269,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-406,08	862,92
668	AR CONDICIONADO SPLIT LG 12.000BTUS	5/10/2009	1.269,00		862,92	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-16,92	846,00
669	NOTEBOOK DELL 1.8 G, HD 160, MEMORIA 2 GB, TELA 15	8/10/2009	2.141,32		2.141,32	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-1.541,28	600,04
669	NOTEBOOK DELL 1.8 G, HD 160, MEMORIA 2 GB, TELA 15	8/10/2009	2.141,32		600,04	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-64,22	535,82
670	IMPRESSORA TERMICA ZEBRA	8/10/2009	1.113,05		1.113,05	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-801,12	311,93
670	IMPRESSORA TERMICA ZEBRA	8/10/2009	1.113,05		311,93	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-33,38	278,55
671	SCANNER HP SCANJET 5590	7/10/2009	2.380,00		2.380,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-1.713,60	666,40
671	SCANNER HP SCANJET 5590	7/10/2009	2.380,00		666,40	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-71,40	595,00
672	IMPRESSORA HP LASER P1005 15 PPM	7/10/2009	515,00		515,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-370,56	144,44
672	IMPRESSORA HP LASER P1005 15 PPM	7/10/2009	515,00		144,44	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-15,44	129,00
673	COMPUTADOR CELERON 430 MEMORIA DDR2 1 GB, HARD DIS	15/10/2009	1.755,00		1.755,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-1.263,36	491,64
673	COMPUTADOR CELERON 430 MEMORIA DDR2 1 GB, HARD DIS	15/10/2009	1.755,00		491,64	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-52,64	439,00
674	COMPUTADOR QUADCA Q8200, MEMORIA DDR2 2 GB, HARD D	15/10/2009	1.709,00		1.709,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-1.230,24	478,76
674	COMPUTADOR QUADCA Q8200, MEMORIA DDR2 2 GB, HARD D	15/10/2009	1.709,00		478,76	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-51,26	427,50
675	ARMARIO ESCRITORIO W3 ACO 198X090X040 AL402 8P	16/10/2009	569,01		569,01	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-204,48	364,53
675	ARMARIO ESCRITORIO W3 ACO 198X090X040 AL402 8P	16/10/2009	569,01		364,53	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-8,52	356,01
676	PROJETOR EPSON S6 2200	23/10/2009	2.975,00		2.975,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-951,84	2.023,16
676	PROJETOR EPSON S6 2200	23/10/2009	2.975,00		2.023,16	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-39,66	1.983,50
677	PISOTETO CARRIER 60.000 F CCC 220V 3F 42XQBB060515	27/10/2009	4.999,00		4.999,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-1.599,36	3.399,64
677	PISOTETO CARRIER 60.000 F CCC 220V 3F 42XQBB060515	27/10/2009	4.999,00		3.399,64	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-66,64	3.333,00
678	BANCADA 315 X 420 X 315 EM MDF	15/12/2009	5.370,00		5.370,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-1.852,42	3.517,58
678	BANCADA 315 X 420 X 315 EM MDF	15/12/2009	5.370,00		3.517,58	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-80,54	3.437,04
679	MESA 2,50MT COM PE CENTRAL EM FORMICA	15/12/2009	1.580,00		1.580,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-545,10	1.034,90
679	MESA 2,50MT COM PE CENTRAL EM FORMICA	15/12/2009	1.580,00		1.034,90	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-23,70	1.011,20
680	POLTRONA PRESGIR BASE E BRAÇO STGMA CROM 554 PRES	10/07/2009	775,00		775,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-296,31	478,69
680	POLTRONA PRESGIR BASE E BRAÇO STGMA CROM 554 PRES	10/07/2009	775,00		478,69	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-11,62	467,07
681	POLTRONA INT. PE ESQUI BR SIGMA COM INJ GOM 554 M	10/07/2009	688,00		688,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-263,16	424,84
681	POLTRONA INT. PE ESQUI BR SIGMA COM INJ GOM 554 M	10/07/2009	688,00		424,84	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-10,32	414,52
682	POLTRONA INT. PE ESQUI BR SIGMA COM INJ GOM 554 M	10/07/2009	688,00		688,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-263,16	424,84
682	POLTRONA INT. PE ESQUI BR SIGMA COM INJ GOM 554 M	10/07/2009	688,00		424,84	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-10,32	414,52
683	SUPORTE CPU	10/07/2009	125,00		125,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-47,43	77,57
683	SUPORTE CPU	10/07/2009	125,00		77,57	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,86	75,71
691	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
691	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00
692	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
692	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00

Cod	Descrição do Bem	Dt Aquis/Reav	Vlr Aquis/Reav	Dt Corte	Valor Ant.	Dt Reav	Ajustes exerc. ant.	Reavaliação	Red. Vlr. Recup.	Red. Linear	Valor Atual
693	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
693	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00
694	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
694	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00
695	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
695	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00

696	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
696	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00
697	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
697	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00
698	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
698	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00
699	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
699	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00
700	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
700	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00
701	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
701	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00
702	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		900,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-310,50	589,50
702	LONGARINA 210 4 LUGARES COM BRACO CORSA VANDAFLEX.	22/12/2009	900,00		589,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-13,50	576,00
703	POLTRONA 10.000 PRES NOVARRA GIR E BRACO STYLE VAN	22/12/2009	1.800,00		1.800,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-621,00	1.179,00
703	POLTRONA 10.000 PRES NOVARRA GIR E BRACO STYLE VAN	22/12/2009	1.800,00		1.179,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-27,00	1.152,00
704	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		630,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-217,12	412,88
704	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		412,88	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-9,44	403,44
705	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		630,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-217,12	412,88
705	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		412,88	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-9,44	403,44
706	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		630,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-217,12	412,88
706	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		412,88	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-9,44	403,44
707	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		630,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-217,12	412,88
707	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		412,88	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-9,44	403,44
708	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		630,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-217,12	412,88
708	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		412,88	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-9,44	403,44
709	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		630,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-217,12	412,88
709	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		412,88	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-9,44	403,44
711	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		630,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-217,12	412,88
711	CADEIRA 3011 GIR DIR ANATOMICO COM BRACO CORSA VAN	22/12/2009	630,00		412,88	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-9,44	403,44
712	TRIBUNA EM MDF	5/04/2010	480,00		480,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-151,20	328,80
712	TRIBUNA EM MDF	5/04/2010	480,00		328,80	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-7,20	321,60
718	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX COR PRATA PLAC	28/10/2011	51.500,00	31/10/2013	51.500,00	31/10/2013	-17.490,00	0,00	0,00	0,00	34.010,00
718	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX COR PRATA PLAC	31/10/2013	34.010,00	31/10/2013	34.010,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-637,68	33.372,32
720	COMPUTADOR INTEL CORE I 5 2.90GHZ MEMORIA 4 GB CO	7/05/2012	1.948,72		1.948,72	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-496,91	1.451,81
720	COMPUTADOR INTEL CORE I 5 2.90GHZ MEMORIA 4 GB CO	7/05/2012	1.948,72		1.451,81	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-58,46	1.393,35
721	IMPRESSORA BROTHER LASER MULTIF MANO DCP-8085-DN	7/05/2012	1.839,00		1.839,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-468,86	1.370,14
721	IMPRESSORA BROTHER LASER MULTIF MANO DCP-8085-DN	7/05/2012	1.839,00		1.370,14	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-55,16	1.314,98
724	NOTEBOOK SONY VAIO VPC-EH40EB CORE 13 4G W-4GB/HD5	15/10/2012	1.949,00		1.949,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-350,76	1.598,24
724	NOTEBOOK SONY VAIO VPC-EH40EB CORE 13 4G W-4GB/HD5	15/10/2012	1.949,00		1.598,24	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-58,46	1.539,78
725	MONITOR LG 18,5" LED E1941C WIDE	15/10/2012	300,00		300,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-54,00	246,00
725	MONITOR LG 18,5" LED E1941C WIDE	15/10/2012	300,00		246,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-9,00	237,00
726	MAQUINA CALCULADORA HP HP-12C GOLD	15/10/2012	239,00		239,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-21,48	217,52
726	MAQUINA CALCULADORA HP HP-12C GOLD	15/10/2012	239,00		217,52	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-3,58	213,94
727	MAQUINA CALCULADORA HP HP-12C GOLD	15/10/2012	239,00		239,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-21,48	217,52
727	MAQUINA CALCULADORA HP HP-12C GOLD	15/10/2012	239,00		217,52	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-3,58	213,94
728	AR CONDICIONADO PISOTETO CARRIER 60.000 F CCD 220V	7/11/2012	5.400,03		5.400,03	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-396,00	5.004,03
Cod	Descrição do Bem	Dt Aquis/Reav	Vlr Aquis/Reav	Dt Corte	Valor Ant.	Dt Reav	Ajustes exerc. ant.	Reavaliação	Red. Vlr. Recup.	Red. Linear	Valor Atual
728	AR CONDICIONADO PISOTETO CARRIER 60.000 F CCD 220V	7/11/2012	5.400,03		5.004,03	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-72,00	4.932,03
729	ESCRAVANINHA ILHA EM MDF PARA 4 LUGARES	8/11/2012	2.600,00		2.600,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-214,50	2.385,50
729	ESCRAVANINHA ILHA EM MDF PARA 4 LUGARES	8/11/2012	2.600,00		2.385,50	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-39,00	2.346,50
730	ESTANTE ACO PADIN EP-5AR PRAT	22/11/2012	115,00		115,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-9,46	105,54
730	ESTANTE ACO PADIN EP-5AR PRAT	22/11/2012	115,00		105,54	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,72	103,82
731	ESTANTE ACO PADIN EP-5AR PRAT	22/11/2012	115,00		115,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-9,46	105,54
731	ESTANTE ACO PADIN EP-5AR PRAT	22/11/2012	115,00		105,54	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,72	103,82
732	ESTANTE ACO PADIN EP-5AR PRAT	22/11/2012	115,00		115,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-9,46	105,54
732	ESTANTE ACO PADIN EP-5AR PRAT	22/11/2012	115,00		105,54	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,72	103,82
733	AR CONDICIONADO GREE SPLIT 12000 BTUS GWC12MB	22/11/2012	1.099,00		1.099,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-80,52	1.018,48
733	AR CONDICIONADO GREE SPLIT 12000 BTUS GWC12MB	22/11/2012	1.099,00		1.018,48	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-14,64	1.003,84
734	AR CONDICIONADO GREE SPLIT 12000 BTUS GWC12MB	22/11/2012	1.099,00		1.099,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-80,52	1.018,48
734	AR CONDICIONADO GREE SPLIT 12000 BTUS GWC12MB	22/11/2012	1.099,00		1.018,48	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-14,64	1.003,84
735	MICROFONE WM-900 MESA DE SOM BEHRINERG 16 ENTRADAS	30/10/2012	5.861,52		5.861,52	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-468,84	5.392,68
735	MICROFONE WM-900 MESA DE SOM BEHRINERG 16 ENTRADAS	30/10/2012	5.861,52		5.392,68	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-78,14	5.314,54

736	ALTO FALANTE 6' BRAVOX 83X60 ANTENA INTERNA STETSO	5/04/2012	785,00		785,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-94,14	690,86
736	ALTO FALANTE 6' BRAVOX 83X60 ANTENA INTERNA STETSO	5/04/2012	785,00		690,86	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-10,46	680,40
738	AR CONDICIONADO GREE SPLIT 12000 BTUS GWC12MB A220	26/03/2013	1.299,00		1.299,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-60,62	1.238,38
738	AR CONDICIONADO GREE SPLIT 12000 BTUS GWC12MB A220	26/03/2013	1.299,00		1.238,38	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-17,32	1.221,06
739	NOBREAK APC 600VA BZ600BI-BR CAP 15MIN BIVOLT	26/03/2013	270,00		270,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-28,35	241,65
739	NOBREAK APC 600VA BZ600BI-BR CAP 15MIN BIVOLT	26/03/2013	270,00		241,65	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-8,10	233,55
741	NOBREAK APC 600VA BZ600BI-BR CAP 15MIN BIVOLT	26/03/2013	270,00		270,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-28,35	241,65
741	NOBREAK APC 600VA BZ600BI-BR CAP 15MIN BIVOLT	26/03/2013	270,00		241,65	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-8,10	233,55
742	NOBREAK APC 600VA BZ600BI-BR CAP 15MIN BIVOLT	26/03/2013	270,00		270,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-28,35	241,65
742	NOBREAK APC 600VA BZ600BI-BR CAP 15MIN BIVOLT	26/03/2013	270,00		241,65	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-8,10	233,55
743	NOBREAK APC 600VA BZ600BI-BR CAP 15MIN BIVOLT	26/03/2013	270,00		270,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-28,35	241,65
743	NOBREAK APC 600VA BZ600BI-BR CAP 15MIN BIVOLT	26/03/2013	270,00		241,65	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-8,10	233,55
744	NOBREAK APC 600VA BZ600BI-BR CAP 15MIN BIVOLT	26/03/2013	270,00		270,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-28,35	241,65
744	NOBREAK APC 600VA BZ600BI-BR CAP 15MIN BIVOLT	26/03/2013	270,00		241,65	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-8,10	233,55
745	DVD LG DP122 USB REC	26/03/2013	130,00		130,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-6,02	123,98
745	DVD LG DP122 USB REC	26/03/2013	130,00		123,98	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,72	122,26
746	COMPUTADOR ZMAX 2100 ATOM D425 4GB 4GB HD500/DVDVR	26/03/2013	698,00		698,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-73,29	624,71
746	COMPUTADOR ZMAX 2100 ATOM D425 4GB 4GB HD500/DVDVR	26/03/2013	698,00		624,71	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-20,94	603,77
747	TV SEMP TOSHIBA 32 LED C/DTV	26/03/2013	1.256,00		1.256,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-58,59	1.197,41
747	TV SEMP TOSHIBA 32 LED C/DTV	26/03/2013	1.256,00		1.197,41	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-16,74	1.180,67
748	MONITOR LG 15,6' LED E1641C WIDE	26/03/2013	270,00		270,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-24,78	245,22
748	MONITOR LG 15,6' LED E1641C WIDE	26/03/2013	270,00		245,22	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-7,08	238,14
749	MAQUINA FOTOGRAFICA SONYDSC - W730 16.1 MP C- 8GB	8/07/2013	455,00		455,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-9,09	445,91
749	MAQUINA FOTOGRAFICA SONYDSC - W730 16.1 MP C- 8GB	8/07/2013	455,00		445,91	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-6,06	439,85
750	LEITOR COD. BARRAS USB LASER ECLIPSE - METROLOGIC	1/08/2013	299,00		299,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-8,96	290,04
750	LEITOR COD. BARRAS USB LASER ECLIPSE - METROLOGIC	1/08/2013	299,00		290,04	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-8,96	281,08
751	ESCADA MAESTRO MASTER 7 DEGRAUS	19/09/2013	99,00		99,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-0,74	98,26
751	ESCADA MAESTRO MASTER 7 DEGRAUS	19/09/2013	99,00		98,26	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-1,48	96,78
752	ARQUIVO ACO PADIN 4 GAV OF04SL CINZA	10/10/2013	387,00		387,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,80	381,20
753	ESTACAO TRABALHO KAPPESBERG 1170TECA I	10/10/2013	433,00		433,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-6,48	426,52
754	GRAVADOR USB DVD SLIM PRETO LITEON EXTERNO COM FON	8/10/2013	172,27		172,27	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-5,16	167,11
755	SERVIDOR IBM X3100 M4 3.1 GHZ 8MB 8GB/2 X 500 GB 2	21/10/2013	6.400,00		6.400,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-192,00	6.208,00
756	CENTRAL DE PABX CONECTA 2L 8R	21/01/2013	650,00		650,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-36,54	613,46
756	CENTRAL DE PABX CONECTA 2L 8R	21/01/2013	650,00		613,46	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-8,12	605,34
757	TERMINAL INTELIGENTE TI730 INTELBRAS	22/01/2013	890,00		890,00	31/10/2013	0,00	0,00	0,00	-50,04	839,96
757	TERMINAL INTELIGENTE TI730 INTELBRAS	22/01/2013	890,00		839,96	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-11,12	828,84
Cod	Descrição do Bem	Dt Aquis/Reav	Vlr Aquis/Reav	Dt Corte	Valor Ant.	Dt Reav	Ajustes exerc. ant.	Reavaliação	Red. Vlr. Recup.	Red. Linear	Valor Atual
758	KIT EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	7/10/2013	7.972,00		7.972,00	31/12/2013	0,00	0,00	0,00	-106,28	7.865,72
Total Geral:			194.248,92		194.248,92		-26.662,10	0,00	0,00	-44.617,39	122.969,43

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:2464A020

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA - LIQUIDAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04253983000129
AVENIDA FLAVIO LUIZ - 0002060 - CENTRO
Telefone: 06535296252
Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica - Liquidação
Período de1/01/2013 até 31/12/2013

Movimento Orçamentário e Restos							
Número	Tipo	Red.	Dotação	Data	Credor	Processo	Valor
449052000000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE							
329/2013 - 1	1-ORD	1	01.001.01.031.0001.1002.449052000000	22/10/2013	ADEMIR JESUS DE SOUZA		7.972,00
242/2013 - 1	1-ORD	1	01.001.01.031.0001.1002.449052000000	1/08/2013	DATAPLUS INFORMATICA E ELETRONICA LTDA		299,00
15/2013 - 1	1-ORD	1	01.001.01.031.0001.1002.449052000000	22/01/2013	DIGITAL ELETRONICA LTDA - ME		890,00
9/2013 - 1	1-ORD	1	01.001.01.031.0001.1002.449052000000	21/01/2013	DIGITAL ELETRONICA LTDA - ME		650,00
208/2013 - 1	1-ORD	1	01.001.01.031.0001.1002.449052000000	8/07/2013	ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA		455,00
290/2013 - 1	1-ORD	1	01.001.01.031.0001.1002.449052000000	19/09/2013	ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA		99,00
102/2013 - 1	1-ORD	1	01.001.01.031.0001.1002.449052000000	26/03/2013	ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.		5.003,00
332/2013 - 1	1-ORD	1	01.001.01.031.0001.1002.449052000000	14/10/2013	ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.		820,00
331/2013 - 1	1-ORD	1	01.001.01.031.0001.1002.449052000000	14/10/2013	KADRI & KADRI LTDA		172,27
362/2013 - 1	1-ORD	1	01.001.01.031.0001.1002.449052000000	22/10/2013	MM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME		6.400,00
Total Anulado Orçamentário:		0,00	Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Elemento:		0,00
Total Orçamentário:		22.760,27	Total Restos:	0,00	Total Elemento:		22.760,27
Total Anulado Orçamentário:		0,00	Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Despesas:		0,00
Total Orçamentário:		22.760,27	Total Restos:	0,00	Total Despesas:		22.760,27

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:701A2969

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA - EMPENHO

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04253983000129

AVENIDA FLAVIO LUIZ - 0002060 - CENTRO
Telefone: 06535296252
Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica - Empenho

Movimento Orçamentário e Restos							
Número	Tipo	Red.	Dotação	Data	Credor	Processo	Valor
339014000000 - DIARIAS - CIVIL							
149/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	8/05/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO	000048/2013	500,00
202/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	24/06/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO	000066/2013	250,00
280/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	2/09/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO	000072/2013	500,00
365/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	25/10/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO	000074/2013	250,00
39/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	8/02/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO	000011/2013	400,00
68/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/03/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO	000018/2013	600,00
67/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/03/2013	ANGELA CRISTINA SMIDERLE	000017/2013	400,00
86/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	11/03/2013	ANGELA CRISTINA SMIDERLE	000028/2013	200,00
150/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	8/05/2013	ANGELICA LUCIA COLUSSI	000049/2013	500,00
201/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	24/06/2013	ANGELICA LUCIA COLUSSI	000065/2013	250,00
111/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	3/04/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA	000036/2013	250,00
141/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	29/04/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA	000045/2013	250,00
154/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	14/05/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA	000052/2013	250,00
166/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	20/05/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA	000056/2013	125,00
171/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	23/05/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA	000057/2013	250,00
72/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/03/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA	000022/2013	400,00
89/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	13/03/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA	000029/2013	200,00
178/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	27/05/2013	DIANA MARTINS CEZARIO	000064/2013	250,00
117/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	10/04/2013	EDSON LUIS LUDWING	000037/2013	750,00
153/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	14/05/2013	EDSON LUIS LUDWING	000051/2013	500,00
203/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	24/06/2013	EDSON LUIS LUDWING	000067/2013	500,00
206/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	2/07/2013	EDSON LUIS LUDWING	000068/2013	500,00
240/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	23/07/2013	EDSON LUIS LUDWING	000070/2013	750,00
248/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	19/08/2013	EDSON LUIS LUDWING	000071/2013	750,00
330/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	8/10/2013	EDSON LUIS LUDWING	000073/2013	750,00
37/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	6/02/2013	EDSON LUIS LUDWING	000010/2013	400,00
370/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	6/11/2013	EDSON LUIS LUDWING	000077/2013	125,00
371/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	7/11/2013	EDSON LUIS LUDWING	000078/2013	500,00
6/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	11/01/2013	EDSON LUIS LUDWING	000002/2013	400,00
69/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/03/2013	EDSON LUIS LUDWING	000019/2013	600,00
109/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	3/04/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO	000034/2013	250,00
124/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	16/04/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO	000040/2013	500,00
175/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	27/05/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO	000061/2013	125,00
25/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	22/01/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO	000006/2013	400,00
70/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/03/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO	000020/2013	400,00
83/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	11/03/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO	000025/2013	200,00
108/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	1/04/2013	HILARIO SCHIEFELBEIN	000033/2013	125,00
34/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	5/02/2013	HILARIO SCHIEFELBEIN	000008/2013	100,00
66/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/03/2013	HILARIO SCHIEFELBEIN	000016/2013	400,00
7/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	11/01/2013	HILARIO SCHIEFELBEIN	000003/2013	400,00
100/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	21/03/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000030/2013	540,00
107/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	1/04/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000032/2013	175,00
123/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	16/04/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000039/2013	700,00
136/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	24/04/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000043/2013	350,00
146/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	6/05/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000047/2013	700,00
152/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	14/05/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000050/2013	700,00
164/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	20/05/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000053/2013	175,00
173/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	27/05/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000059/2013	350,00
23/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	22/01/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000004/2013	540,00
5/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	11/01/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000001/2013	540,00
54/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	25/02/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000012/2013	135,00
73/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/03/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000023/2013	810,00
82/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	11/03/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO	000024/2013	540,00
101/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	21/03/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA	000031/2013	400,00
110/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	3/04/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA	000035/2013	250,00
125/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	16/04/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA	000041/2013	500,00
145/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	6/05/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA	000046/2013	500,00
174/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	27/05/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA	000060/2013	125,00
26/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	22/01/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA	000007/2013	400,00
35/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	5/02/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA	000009/2013	100,00
55/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	25/02/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA	000013/2013	100,00
64/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/03/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA	000014/2013	400,00
84/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	11/03/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA	000026/2013	200,00
135/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	22/04/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA	000042/2013	500,00
140/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	29/04/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA	000044/2013	250,00
176/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	27/05/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA	000062/2013	125,00
209/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	8/07/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA	000069/2013	300,00
24/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	22/01/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA	000005/2013	400,00
71/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/03/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA	000021/2013	400,00
165/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	20/05/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR	000054/2013	125,00
177/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	27/05/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR	000063/2013	125,00
366/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	25/10/2013	ROGERIA MARIA DE SOUZA NUNES CASTIL	000075/2013	250,00
369/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/11/2013	ROGERIA MARIA DE SOUZA NUNES CASTIL	000076/2013	125,00
167/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	20/05/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT	000055/2013	125,00
172/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	23/05/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT	000058/2013	250,00
65/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	4/03/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT	000015/2013	400,00
Movimento Orçamentário e Restos							
Número	Tipo	Red.	Dotação	Data	Credor	Processo	Valor
85/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	11/03/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT	000027/2013	200,00
118/2013	1-ORD	8	01.001.01.031.0001.2003.339014000000	10/04/2013	SIRLEI LOURDES BASSANI	000038/2013	750,00
Total Anulado Orçamentário:		0,00	Total Anulado Restos:	0,00	Total Restos:		0,00

Total Orçamentário:		28.805,00	Total Anulado Elemento:	0,00	Total Elemento:		28.805,00
339030000000 - MATERIAL DE CONSUMO							
43/2013	2-GLO	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	14/02/2013	AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA		9.870,00
43/2013	2-GLO	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	19/12/2013	AURIVERDE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	A	-6.037,26
13/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	16/01/2013	CORREIOS		30,55
186/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	12/06/2013	CORREIOS		50,00
186/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	12/06/2013	CORREIOS	A	-50,00
324/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	30/09/2013	CRISTO REI TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS	LTDA	490,00
76/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	5/03/2013	DEISE ROSA RIBEIRO ME		2.241,00
328/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	7/10/2013	DIVINA GRAZIELA ALVES NOGUEIRA		640,00
138/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	25/04/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		367,85
180/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	28/05/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		184,26
199/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	21/06/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		162,25
22/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	22/01/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		273,55
246/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	15/08/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		341,95
289/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	17/09/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		243,01
363/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	22/10/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		307,33
420/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	5/12/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		356,76
80/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	6/03/2013	DL SUPEMERCADO -EPP		393,09
317/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	23/09/2013	EDNA ZIMERMAN BARGERI		2.025,00
112/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	3/04/2013	ELETROMAR MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA		39,00
92/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	18/03/2013	JAIR L. FACCIO E CIA LTDA		1.080,00
245/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	14/08/2013	KADRI & KADRI LTDA		311,90
185/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	7/06/2013	LINCOLN THOBIAS BELLO - ME		516,37
244/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	13/08/2013	LINCOLN THOBIAS BELLO - ME		1.299,00
58/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	26/02/2013	MICROLINE INFORMATICA LTDA - ME		92,90
121/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	10/04/2013	PNEU TECH LTDA		1.000,00
119/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	10/04/2013	POSTO 10 LIMITADA		243,90
156/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	15/05/2013	POSTO 10 LIMITADA		248,95
189/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	17/06/2013	POSTO 10 LIMITADA		107,16
247/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	15/08/2013	POSTO 10 LIMITADA		123,11
29/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	22/01/2013	POSTO 10 LIMITADA		621,57
405/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	26/11/2013	POSTO 10 LIMITADA		204,45
422/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	6/12/2013	POSTO 10 LIMITADA		235,09
47/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	18/02/2013	POSTO 10 LIMITADA		233,98
325/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	30/09/2013	SANTOS & VOLTARELLI LTDA ME		540,00
114/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	4/04/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		548,30
147/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	7/05/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		342,40
182/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	3/06/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		328,32
211/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	11/07/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		247,52
279/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	29/08/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		269,57
287/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	16/09/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		419,28
361/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	21/10/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		319,30
418/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	4/12/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		159,86
419/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	5/12/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		23,98
63/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	1/03/2013	SUPERMERCADO SANTA RITA		602,97
91/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	14/03/2013	Z B N MATERIAS PARA CONSTRUCAO E FERRAGENS	LTDA	258,23
32/2013	1-ORD	6	01.001.01.031.0001.2002.339030000000	28/01/2013	ZF INFORMATICA E PAPELARIA LTDA - EPP		1.195,09
Total Anulado Orçamentário:		-6.087,26	Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Elemento:		-6.087,26
Total Orçamentário:		29.588,80	Total Restos:	0,00	Total Elemento:		23.501,54
339036000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA							
158/2013	1-ORD	15	01.001.01.031.0001.2002.339036000000	17/05/2013	DANIEL DA CONCEICAO SANTOS		1.690,00
Total Anulado Orçamentário:		0,00	Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Elemento:		0,00
Total Orçamentário:		1.690,00	Total Restos:	0,00	Total Elemento:		1.690,00
339039000000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA							
133/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/04/2013	ACENM- ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL		360,00
4/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	8/01/2013	ACENM- ASSOCIACAO COMERCIAL E EMPRESARIAL		1.200,00
104/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	26/03/2013	ADILSON MATSCHINSKE & CIA LTDA-ME		108,00
12/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	16/01/2013	ADILSON MATSCHINSKE & CIA LTDA-ME		100,00
41/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	8/02/2013	ADILSON MATSCHINSKE & CIA LTDA-ME		430,00
207/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	5/07/2013	AGENCIA DE VIAGEM UNIVERSAL LTDA		656,00
1/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	2/01/2013	AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA		19.800,00
197/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/06/2013	AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA		400,00
284/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	9/09/2013	AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA		350,00
284283/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	9/09/2013	AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA		350,00
284283/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	9/09/2013	AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA	A	-350,00
367/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	30/10/2013	AGILI SOFTWARES PARA AREA PUBLICA LTDA		500,00
132/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/04/2013	ALYSON SYPERRECK		400,00
38/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	7/02/2013	ALYSON SYPERRECK		300,00
48/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	21/02/2013	ALYSON SYPERRECK		400,00
49/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	21/02/2013	ALYSON SYPERRECK		700,00
94/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	20/03/2013	ALYSON SYPERRECK		400,00
168/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	21/05/2013	ALYSON SYPERRECK -MEI		400,00
198/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	21/06/2013	ALYSON SYPERRECK -MEI		400,00
Movimento Orçamentário e Restos							
Número	Tipo	Red.	Dotação	Data	Credor	Processo	Valor
229/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	18/07/2013	ALYSON SYPERRECK -MEI		700,00
276/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/08/2013	ALYSON SYPERRECK -MEI		570,00
288/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	17/09/2013	ALYSON SYPERRECK -MEI		400,00
360/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	21/10/2013	ALYSON SYPERRECK -MEI		400,00
392/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/11/2013	ALYSON SYPERRECK -MEI		400,00
449/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	16/12/2013	ALYSON SYPERRECK -MEI		400,00
40/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	8/02/2013	ANTONIO OLEINIK LAVAJATO		160,00
11/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	15/01/2013	ATAME POS GRADUACAO E CURSOS LTDA		900,00
113/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	4/04/2013	ATAME POS GRADUACAO E CURSOS LTDA		900,00
103/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	26/03/2013	BRASIL TELECOM S.A.		538,73
137/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	25/04/2013	BRASIL TELECOM S.A.		579,51
170/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	23/05/2013	BRASIL TELECOM S.A.		764,96
200/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	24/06/2013	BRASIL TELECOM S.A.		529,38

241/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	25/07/2013	BRASIL TELECOM S.A.		469,99
277/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	22/08/2013	BRASIL TELECOM S.A.		355,87
30/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	25/01/2013	BRASIL TELECOM S.A.		417,01
321/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	26/09/2013	BRASIL TELECOM S.A.		393,36
364/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	25/10/2013	BRASIL TELECOM S.A.		385,30
406/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	27/11/2013	BRASIL TELECOM S.A.		279,66
451/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	16/12/2013	BRASIL TELECOM S.A.		293,56
56/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	25/02/2013	BRASIL TELECOM S.A.		320,54
77/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	5/03/2013	BRASIL TELECOM S.A.		373,95
115/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	8/04/2013	C.P DE ALMEIDA ELETROTECNICA-ME		250,00
148/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	7/05/2013	C.P DE ALMEIDA ELETROTECNICA-ME		1.012,00
46/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	18/02/2013	C.P DE ALMEIDA ELETROTECNICA-ME		890,00
78/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	5/03/2013	C.P DE ALMEIDA ELETROTECNICA-ME		250,00
134/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/04/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		202,33
14/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	21/01/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		543,64
157/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	16/05/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		777,60
187/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	13/06/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		634,43
228/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	17/07/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		571,52
278/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	26/08/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		407,61
285/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	16/09/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		414,07
358/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	17/10/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		410,29
375/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/11/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		696,28
393/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/11/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		861,93
42/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	11/02/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		70,14
448/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	16/12/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		454,85
90/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	14/03/2013	CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A		17,01
323/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	30/09/2013	CRISTO REI TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGAS	LTDA	150,00
106/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	1/04/2013	DAE- DIVISAO DE AGUA ESGOTO DE STA RTA TRIVELATO		10,10
143/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	6/05/2013	DAE- DIVISAO DE AGUA ESGOTO DE STA RTA TRIVELATO		14,86
181/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	29/05/2013	DAE- DIVISAO DE AGUA ESGOTO DE STA RTA TRIVELATO		10,10
204/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	26/06/2013	DAE- DIVISAO DE AGUA ESGOTO DE STA RTA TRIVELATO		10,10
239/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	23/07/2013	DAE- DIVISAO DE AGUA ESGOTO DE STA RTA TRIVELATO		10,10
282/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	6/09/2013	DAE- DIVISAO DE AGUA ESGOTO DE STA RTA TRIVELATO		22,00
327/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	30/09/2013	DAE- DIVISAO DE AGUA ESGOTO DE STA RTA TRIVELATO		10,10
36/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	5/02/2013	DAE- DIVISAO DE AGUA ESGOTO DE STA RTA TRIVELATO		10,10
407/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	2/12/2013	DAE- DIVISAO DE AGUA ESGOTO DE STA RTA TRIVELATO		14,86
74/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	4/03/2013	DAE- DIVISAO DE AGUA ESGOTO DE STA RTA TRIVELATO		10,10
21/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	22/01/2013	DELATORRE ASSESSORIA PUBLICA LTDA		7.816,24
93/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/03/2013	DELATORRE ASSESSORIA PUBLICA LTDA		3.908,12
59/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	26/02/2013	DEOMAR DA SILVA & CIA LTDA		60,00
183/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	4/06/2013	DETRAN		205,25
57/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	25/02/2013	DIGITAL ELETRONICA LTDA - ME		300,00
8/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	11/01/2013	DIGITAL ELETRONICA LTDA - ME		300,00
179/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	27/05/2013	DIVINA GRAZIELA ALVES NOGUEIRA		179,31
318/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	23/09/2013	EDNA ZIMERMAN BARGERI		350,00
2/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	2/01/2013	EMBRATEL - EMPRESA BRAS DE TELECOMUNICACAO		11,72
60/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	26/02/2013	EURO CONSULTORIA E PERICIA CONTABIL LTDA		5.500,00
81/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	11/03/2013	GIBRAIR FERIANI FACCHIN		224,00
155/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	14/05/2013	GILBERTO PADILHA		1.939,00
62/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	28/02/2013	GWS DESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA - ME		7.450,00
151/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	9/05/2013	JAQUELINE BATISTELA DURKS		33,00
33/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	29/01/2013	JAQUELINE BATISTELA DURKS		403,50
131/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/04/2013	JM EXTINTORES LTDA ME		1.070,00
374/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	13/11/2013	JM EXTINTORES LTDA ME		180,00
374/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	20/12/2013	JM EXTINTORES LTDA ME	A	-180,00
421/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	6/12/2013	JOSE ANTONIO DA SILVA		581,36
169/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	23/05/2013	KADRI & KADRI LTDA		627,00
452/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	16/12/2013	L G L MACEDO SERVICOS CONTABEIS - ME		3.038,85
373/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	11/11/2013	LINCOLN THOBIAS BELLO - ME		1.300,00
453/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	17/12/2013	LINCOLN THOBIAS BELLO - ME		2.081,00
291/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	19/09/2013	LUAN BATISTA ARAUJO		5.200,00
44/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	14/02/2013	MANOEL BENEDITO DA SILVA NETO-ME		7.890,00
31/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	25/01/2013	MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A		1.891,78
184/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	6/06/2013	MASSON DE MELLO E GARCIA LTDA ME		100,00
Movimento Orçamentário e Restos							
Número	Tipo	Red.	Dotação	Data	Credor	Processo	Valor
105/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	28/03/2013	MICROLINE INFORMATICA LTDA - ME		67,90
79/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	6/03/2013	MICROLINE INFORMATICA LTDA - ME		149,70
142/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	29/04/2013	MILENIUM COMUNICACAO VISUAL LTDA		600,00
120/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	10/04/2013	MOCELIN PNEUS AUTO CENTER - ME		95,00
372/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	7/11/2013	MOCELIN PNEUS AUTO CENTER - ME		255,57
326/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	30/09/2013	MUTUM EDITORA GRAFICA LTDA		354,00
163/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	17/05/2013	PEREIRA DA SILVA & FAVERO ASSESSORIA E ADVOCACIA		7.800,00
116/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	8/04/2013	PONZONI E PONZONI LTDA - ME		1.350,00
319/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	24/09/2013	SANTOS & VOLTARELLI LTDA ME		945,00
139/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	26/04/2013	TEREZINHA APARECIDA LEITE ARISSAVA		7.800,00
243/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	2/08/2013	TEREZINHA APARECIDA LEITE ARISSAVA		25.200,00
45/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	14/02/2013	TRANSETE TRANSPORTE SEGURO LTDA		54,00
10/2013	1-ORD	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	11/01/2013	UCMMAT-UNIAO DAS CAMARAS MUN. MT.		400,00
3/2013	2-GLO	7	01.001.01.031.0001.2002.339039000000	2/01/2013	UCMMAT-UNIAO DAS CAMARAS MUN. MT.		7.200,00
Total Anulado Orçamentário:		-530,00	Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Elemento:		-530,00
Total Orçamentário:		151.433,24	Total Restos:	0,00	Total Elemento:		150.903,24
339093000000 - INDENIZACOES E RESTITUICOES							
196/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	18/06/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		11.000,00
237/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	18/07/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA		1.100,00
274/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/08/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA		1.100,00
312/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/09/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA		1.100,00
356/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	17/10/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA		1.100,00
396/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/11/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA		1.100,00

441/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	13/12/2013	CLAUDECI MARIA DA SILVA		1.100,00
231/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	18/07/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		1.100,00
275/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/08/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		1.100,00
309/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/09/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		1.100,00
349/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	17/10/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		1.100,00
402/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/11/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		1.100,00
447/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	13/12/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		1.100,00
230/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	18/07/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.200,00
268/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/08/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.200,00
308/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/09/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.200,00
357/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	17/10/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.200,00
401/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/11/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.200,00
446/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	13/12/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.200,00
233/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	18/07/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		1.100,00
267/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/08/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		1.100,00
314/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/09/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		1.100,00
350/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	17/10/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		1.100,00
398/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/11/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		1.100,00
443/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	13/12/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		1.100,00
234/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	18/07/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		1.100,00
272/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/08/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		1.100,00
310/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/09/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		1.100,00
352/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	17/10/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		1.100,00
394/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/11/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		1.100,00
439/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	13/12/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		1.100,00
232/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	18/07/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		1.100,00
273/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/08/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		1.100,00
313/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/09/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		1.100,00
354/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	17/10/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		1.100,00
397/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/11/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		1.100,00
442/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	13/12/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		1.100,00
236/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	18/07/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		1.100,00
271/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/08/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		1.100,00
315/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/09/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		1.100,00
351/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	17/10/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		1.100,00
399/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/11/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		1.100,00
444/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	13/12/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		1.100,00
235/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	18/07/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		1.100,00
270/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/08/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		1.100,00
316/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/09/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		1.100,00
353/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	17/10/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		1.100,00
400/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/11/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		1.100,00
445/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	13/12/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		1.100,00
238/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	18/07/2013	VANDIR MATSCHINSKE		1.100,00
269/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/08/2013	VANDIR MATSCHINSKE		1.100,00
311/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/09/2013	VANDIR MATSCHINSKE		1.100,00
355/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	17/10/2013	VANDIR MATSCHINSKE		1.100,00
395/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	19/11/2013	VANDIR MATSCHINSKE		1.100,00

Movimento Orçamentário e Restos							
Número	Tipo	Red.	Dotação	Data	Credor	Processo	Valor
440/2013	1-ORD	16	01.001.01.031.0001.2002.339093000000	13/12/2013	VANDIR MATSCHINSKE		1.100,00
Total Anulado Orçamentário:		0,00	Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Elemento:		0,00
Total Orçamentário:		77.000,00	Total Restos:	0,00	Total Elemento:		77.000,00
Total Anulado Orçamentário:		-6.617,26	Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Despesas:		-6.617,26
Total Orçamentário:		288.517,04	Total Restos:	0,00	Total Despesas:		281.899,78

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:823188B4

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA - EMPEN

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO
CNPJ: 04253983000129
AVENIDA FLAVIO LUIZ - 0002060 - CENTRO
Telefone: 06535296252
Demonstrativo das Despesas por Categoria Econômica - Empenho
Período de 1/01/2013 até 31/12/2013

Movimento Orçamentário e Restos							
Número	Tipo	Red.	Dotação	Data	Credor	Processo	Valor
319011000000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL							
221/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO		1.178,58
250/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO		1.178,58
303/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO		1.178,58
333/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO		1.178,58
376/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO		1.178,58
411/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	4/12/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO		1.178,58
434/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	ADRIANI APARECIDA DE MELO		1.178,58
222/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	ANGELICA LUCIA COLUSSI		2.221,17
251/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	ANGELICA LUCIA COLUSSI		2.221,17
304/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	ANGELICA LUCIA COLUSSI		2.221,17
334/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	ANGELICA LUCIA COLUSSI		2.221,17
377/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	ANGELICA LUCIA COLUSSI		2.221,17
412/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	4/12/2013	ANGELICA LUCIA COLUSSI		2.221,17

435/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	ANGELICA LUCIA COLUSSI		2.221,17
126/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	18/04/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		4.096,16
127/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	18/04/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		5.582,49
129/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	18/04/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		16.790,00
159/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/05/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		7.700,49
160/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/05/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		3.834,51
162/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/05/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		16.713,32
18/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	22/01/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		12.726,64
19/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	22/01/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		2.416,48
191/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	18/06/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		16.790,00
193/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	18/06/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		7.909,56
194/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	18/06/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		1.890,25
20/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	22/01/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		4.917,40
50/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	22/02/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		5.838,92
51/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	22/02/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		2.499,81
52/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	22/02/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		16.790,00
95/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	20/03/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		5.582,49
96/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	20/03/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		2.499,81
97/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	20/03/2013	CAMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO		16.790,00
205/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	1/07/2013	DIANA MARTINS CEZARIO		1.072,80
252/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	DIANA MARTINS CEZARIO		827,12
305/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	DIANA MARTINS CEZARIO		827,12
335/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	DIANA MARTINS CEZARIO		827,12
378/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	DIANA MARTINS CEZARIO		827,12
413/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	4/12/2013	DIANA MARTINS CEZARIO		804,60
436/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	DIANA MARTINS CEZARIO		827,12
223/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	EDSON LUIS LUDWING		3.241,09
253/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	EDSON LUIS LUDWING		3.241,09
281/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	2/09/2013	EDSON LUIS LUDWING		4.321,45
336/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	EDSON LUIS LUDWING		3.241,09
379/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	EDSON LUIS LUDWING		3.241,09
415/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	4/12/2013	EDSON LUIS LUDWING		3.241,09
438/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	EDSON LUIS LUDWING		3.241,09
381/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	EVA PEDROZO DE LARA		756,09
408/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	4/12/2013	EVA PEDROZO DE LARA		157,52
431/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	EVA PEDROZO DE LARA		1.890,25
212/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		2.300,00
262/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		2.300,00
292/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		2.300,00
341/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		2.300,00
384/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		2.300,00
423/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	GILMAR ANTONIO ZANUTTO		2.300,00
213/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.990,00
263/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.990,00
293/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.990,00
342/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.990,00
385/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.990,00
425/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	ITOR PIRES DE CAMARGO		2.990,00
214/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		2.300,00
264/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		2.300,00
294/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		2.300,00
343/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		2.300,00
386/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		2.300,00
426/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	JUNIOR CESAR DA SILVA BARBOSA		2.300,00
17/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	22/01/2013	LEOMARIO TABORDA		76,66
225/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	LUCIANA CRISTINA MARTINS TREVISAN		1.874,69
249/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	LUCIANA CRISTINA MARTINS TREVISAN		2.960,04
300/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	LUCIANA CRISTINA MARTINS TREVISAN		2.960,04
338/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	LUCIANA CRISTINA MARTINS TREVISAN		2.516,03
215/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		2.300,00
258/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		2.300,00
295/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		2.300,00
344/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		2.300,00
387/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		2.300,00
427/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	LUIS CARLOS DE OLIVEIRA		2.300,00
339/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	MILENE ARISSAVA LUNARDI		1.973,36
382/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	MILENE ARISSAVA LUNARDI		2.960,04
409/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	4/12/2013	MILENE ARISSAVA LUNARDI		740,01
432/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	MILENE ARISSAVA LUNARDI		2.960,04
216/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		2.300,00
259/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		2.300,00
296/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		2.300,00

345/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		2.300,00
388/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		2.300,00
424/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	NILSON PEREIRA JUVENAL FILHO		2.300,00
217/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		2.300,00
260/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		2.300,00
297/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		2.300,00
346/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		2.300,00
389/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		2.300,00
428/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	RENATO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR		2.300,00
301/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	ROGERIA MARIA DE SOUZA NUNES CASTIL		1.869,86
340/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	ROGERIA MARIA DE SOUZA NUNES CASTIL		1.869,86
383/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	ROGERIA MARIA DE SOUZA NUNES CASTIL		1.869,86
410/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	4/12/2013	ROGERIA MARIA DE SOUZA NUNES CASTIL		623,29
433/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	ROGERIA MARIA DE SOUZA NUNES CASTIL		1.869,86
218/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		2.300,00
261/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		2.300,00
298/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		2.300,00
347/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		2.300,00
390/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		2.300,00
429/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	SANDRA REGINA HAUBRICKT		2.300,00
224/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	SILVANA SYPERECK		779,30
254/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	SILVANA SYPERECK		779,30
306/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	SILVANA SYPERECK		779,30
337/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	SILVANA SYPERECK		779,30
380/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	SILVANA SYPERECK		779,30
414/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	4/12/2013	SILVANA SYPERECK		779,30
437/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	SILVANA SYPERECK		779,30
2010/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	8/07/2013	SIRLEI LOURDES BASSANI		1.313,09
2010/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	8/07/2013	SIRLEI LOURDES BASSANI	A	-1.313,09
210/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	8/07/2013	SIRLEI LOURDES BASSANI		1.386,17
128/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	18/04/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
16/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	22/01/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
161/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/05/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
192/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	18/06/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
219/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/07/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
265/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/08/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
299/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/09/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
348/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	17/10/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
391/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	19/11/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
430/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	13/12/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
53/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	22/02/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
98/2013	1-ORD	3	01.001.01.031.0001.2002.319011000000	20/03/2013	VANDIR MATSCHINSKE		2.300,00
Total Anulado Orçamentário: -			1.313,09	Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Elemento:	-1.313,09
Total Orçamentário:			371.369,43	Total Restos:	0,00	Total Elemento:	370.056,34
319013000000 - OBRIGACOES PATRONAIS							
122/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	16/04/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		4.749,75
144/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	6/05/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		4.199,80
190/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	18/06/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		4.965,42
227/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	17/07/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		4.615,65
266/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	19/08/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		4.813,22
27/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	22/01/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		3.854,34
286/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	16/09/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		4.851,00
320/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	24/09/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		5.262,37
322/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	26/09/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		1.623,86
368/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	4/11/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		5.598,83
404/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	21/11/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		5.428,70
416/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	4/12/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		334,57
450/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	16/12/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		5.678,23
88/2013	1-ORD	4	01.001.01.031.0001.2002.319013000000	13/03/2013	INSS - INSTITUTO NASC DE SEG SOCIAL		4.749,75
Total Anulado Orçamentário:		0,00		Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Elemento:	0,00
Total Orçamentário:		60.725,49		Total Restos:	0,00	Total Elemento:	60.725,49
319113000000 - OBRIGACOES PATRONAIS							
130/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	18/04/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		687,55
188/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	14/06/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		910,59
195/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	18/06/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.002,79
226/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	17/07/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.243,54
28/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	22/01/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		645,44
283/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	6/09/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.069,21

307/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	19/09/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.069,21
359/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	17/10/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.069,21
403/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	21/11/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.046,69
417/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	4/12/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.069,21
454/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	18/12/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		1.189,79
75/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	5/03/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		720,88
99/2013	1-ORD	5	01.001.01.031.0001.2002.319113000000	21/03/2013	PREVIDENCIA MUNICIPAL		687,55
Total Anulado Orçamentário:		0,00		Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Elemento:	0,00
Total Orçamentário:		12.411,66		Total Restos:	0,00	Total Elemento:	12.411,66
Total Anulado Orçamentário: -		1.313,09		Total Anulado Restos:	0,00	Total Anulado Despesas:	-1.313,09
Total Orçamentário:		444.506,58		Total Restos:	0,00	Total Despesas:	443.193,49

Publicado por:
Moniqui Emanuella Marcanzoni
Código Identificador:C1A82DD0

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
XVII

IDENTIFICAÇÃO DA ESFERA DEGOVERNO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DECARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
PERIODO DEREFERÊNCIA

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22 e 28 - Anexo XVII										LRF-Cidadão - 9.31 - 31/0
										R$
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA (RCL)	139.268.115,97	158.672.147,92								
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00								

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:75CE7F8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO XVII

IDENTIFICAÇÃO DA ESFERA DEGOVERNO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DECARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
PERIODO DEREFERÊNCIA

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22 e 28 - Anexo XVII										LRF-Cidadão - 9.31 - 31/0
										R$
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA (RCL)	139.268.115,97	158.672.147,92								
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00								

Publicado por:
Beloni Brunoro
Código Identificador:6F196B41

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 005/2014 - CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 010/2013.

EDITAL Nº 005/2014 - CONVOCAÇÃO
REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 010/2013
O Prefeito do Município de Tapurah, Estado de Mato Grosso, Sr. LUIZ UMBERTO EICKHOFF, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado 010/2013 realizado no dia 26 de janeiro de 2014 e homologado através do Decreto Nº 011/2014, de 04 de fevereiro de 2014, conforme anexo "I" a este edital.
Os convocados deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos do Município de Tapurah, sito na Av. Rio de Janeiro, nº 125, Centro, no prazo de 30(trinta) dias, munidos de cópia dos documentos pessoais necessários para a Admissão, em atendimento ao item 24 do Edital 001/2013. O não comparecimento no prazo implicará na desistência do aprovado convocado.
Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de 2014.

LUIZ UMBERTO EICKHOFF
Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo: Professor 20 Horas Habilitação: Pedagogia - Nível Superior Curso Superior Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação ou curso Superior em Normal Superior		
Nº insc.	Class.	Candidato
13	1	Renata Viani Hernandes Bianchini
14	2	Geovania Matias Araújo
25	3	Rosinei Gross
10	4	Giovania Melchior Cesca
31	5	Fabiane Pellin
03	6	Evanilce da Silva Santos
17	7	Arcileide da Paixão Batista de Souza
46	8	Vanilda Perucci Benetti Pedroso
35	9	Maria Izabel Ogliari
55	10	Fernanda Gimenez de Luca
38	11	Janaine Neis
49	12	Cristiane De Moura Mendes
36	13	Juliana Baptistella Neto
24	14	Cleonice Antunes de Lirio Frozza
18	15	Silvanir Martins Gonçalves
32	16	Daniele Florentino

Cargo: Professor 20 Horas Habilitação: Pedagogia - Nível Médio Nível médio profissionalizante-Magistério Pedagogia Cursando		
Nº insc.	Class.	Candidato
59	1	Solange de Campos Firmino
63	2	Maria de Lourdes Lima Dias

Cargo: Professor 20 Horas Habilitação: Língua Portuguesa Curso superior- Licenciatura Plena em Letras com habilitação para língua Portuguesa		
Nº insc.	Class.	Candidato
50	1	Maria Almeida Domingues

Cargo: Professor 20 Horas Habilitação: Língua Portuguesa e Inglesa Curso superior – Licenciatura Plena em letras com habilitação para língua portuguesa e Inglesa		
Nº insc.	Class.	Candidato
05	1	Andreia Vida

Cargo: Professor 20 Horas Habilitação: História Curso Superior Licenciatura Plena em História		
Nº insc.	Class.	Candidato
20	1	Danyela Regina Wikoski Peres

Cargo: Professor 20 Horas Habilitação: Geografia Curso Superior Licenciatura Plena em Geografia		
Nº insc.	Class.	Candidato
07	1	Gracielle Patrícia de Moraes

Cargo: Professor 20 Horas Habilitação: Educação Física Séries Iniciais e Finais Curso superior Licenciatura Plena em Educação Física e Registro no conselho regional de Educação Física- CREF		
Nº insc.	Class.	Candidato
08	1	Juliana Pereira Ribeiro
43	2	Everson Gutstein
60	3	Gilson Soares de Oliveira
11	4	Anderson Pereira Gomes Isidorio
52	5	Yaskara Maccari

Cargo: Motorista de Ônibus		
Nº insc.	Class.	Candidato
02	1	Antônio Lowe
02	2	Paulo Ferreira da Silva
08	3	Luiz Fernando Hendges
04	4	Eunício Lins
06	5	Irineu Arno Baumgarten
13	6	Cristovo Guedes Gomes
01	7	Valdir Cardozo
07	8	Gilmar Penha

Publicado por:
Marcos Woicichoski
Código Identificador:8EDBCCB8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO IX

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A
PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)									LRF-Cidadão - 9.31 - 23/01/14
PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2012							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	23.950,14	549.291,47	0,00	284.636,43	288.605,18	126.085,55	0,00	83.786,00	42.299,55
EXECUTIVO	23.950,14	549.291,47	0,00	284.636,43	288.605,18	126.085,55	0,00	83.786,00	42.299,55
Administração Direta	23.950,14	548.229,23	0,00	283.574,19	288.605,18	126.085,55	0,00	83.786,00	42.299,55
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	315.150,41	0,00	189.945,23	125.205,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	233.078,82	0,00	69.678,82	163.400,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
Inv estimentos	23.950,14	0,00	0,00	23.950,14	0,00	106.085,55	0,00	83.786,00	22.299,55
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	1.062,24	0,00	1.062,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	1.062,24	0,00	1.062,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv estimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv estimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inv ersões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dív ida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	23.950,14	549.291,47	0,00	284.636,43	288.605,18	126.085,55	0,00	83.786,00	42.299,55
FONTE:									

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:3175DEE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTO E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO XIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

LRF, Art. 53 §1º, Inciso II - Anexo XIII					LRF-Cidadão - 9.31 - 23/01/14
EXERCÍCIO	REPASSE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (a)	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (c)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (d) = (a+b) - c	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (e)=("e"exerc.Anterior)+(d)
				0,00	884.772,12
FONTE:					

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:9F49E2B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ANEXO XVII

IDENTIFICAÇÃO DA ESFERA DE GOVERNO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERIODO DE REFERÊNCIA LRF-Cidadão - 9.31 - 23/01/14

Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22 e 28 - Anexo XVII											R$ Milhares
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA (RCL)	20.965.414,39	21.892.009,64									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00									

Publicado por:
Elaine Maisa Maciel
Código Identificador:96EBC615

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.507.548/0001-10
Exercício: 2013
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
CVA: 201402051657190050653 6

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
1	RECEITAS (EXCETO INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (I)	479.666.031,00	479.572.831,00	61.576.684,49	12,84	364.686.494,96	76,04	114.886.336,04
2	RECEITAS CORRENTES	395.067.130,15	394.973.930,15	60.171.106,72	15,23	357.590.530,18	90,54	37.383.399,97
3	RECEITA TRIBUTÁRIA	69.021.033,00	69.021.033,00	9.478.087,22	13,73	61.790.147,07	89,52	7.230.885,93
4	Impostos	58.071.002,00	58.071.002,00	8.745.217,83	15,06	53.817.635,81	92,68	4.253.366,19
5	Taxas	10.840.031,00	10.840.031,00	732.869,39	6,76	7.972.511,26	73,55	2.867.519,74
6	Contribuição de Melhoria	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
7	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.298.400,00	17.298.400,00	3.323.471,24	19,21	20.580.384,40	118,97	-3.281.984,40
8	Contribuições Sociais	6.324.400,00	6.324.400,00	1.349.948,71	21,35	8.632.251,88	136,49	-2.307.851,88
9	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	10.974.000,00	10.974.000,00	1.973.522,53	17,98	11.948.132,52	108,88	-974.132,52
10	Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	RECEITA PATRIMONIAL	7.570.000,00	7.570.000,00	1.291.748,70	17,06	6.590.243,32	87,06	979.756,68
12	Receitas Imobiliárias	42.000,00	42.000,00	7.560,00	18,00	69.580,00	165,67	-27.580,00
13	Receitas de Valores Mobiliários	3.028.000,00	3.028.000,00	614.332,06	20,29	2.958.713,71	97,71	69.286,29
14	Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Patrimoniais	4.500.000,00	4.500.000,00	669.856,64	14,89	3.561.949,61	79,15	938.050,39
19	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	RECEITA DE SERVIÇOS	54.225.031,15	54.225.031,15	3.340.039,05	6,16	27.171.011,55	50,11	27.054.019,60
29	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	233.648.483,00	233.555.283,00	38.826.515,38	16,62	224.891.203,47	96,29	8.664.079,53
30	Transferências Intergovernamentais	218.756.483,00	218.663.283,00	37.160.530,81	16,99	213.228.312,63	97,51	5.434.970,37
31	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Transferências de Convênios	14.892.000,00	14.892.000,00	1.665.984,57	11,19	11.662.890,84	78,32	3.229.109,16
35	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.304.183,00	13.304.183,00	3.911.245,13	29,40	16.567.540,37	124,53	-3.263.357,37
37	Multas e Juros de Mora	1.161.000,00	1.456.000,00	961.391,17	66,03	3.787.082,01	260,10	-2.331.082,01
38	Indenizações e Restituições	951.000,00	951.000,00	374.660,34	39,40	1.356.684,17	142,66	-405.684,17
39	Receita da Dívida Ativa	10.897.183,00	10.884.183,00	2.701.884,80	24,82	11.367.055,26	104,44	-482.872,26
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)								R$ 1,00
40	Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Receitas Correntes Diversas	295.000,00	13.000,00	-126.691,18	-974,55	56.718,93	436,30	-43.718,93
42	RECEITAS DE CAPITAL	84.598.900,85	84.598.900,85	1.405.577,77	1,66	7.095.964,78	8,39	77.502.936,07
43	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
44	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	Operações de Crédito Externas	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
46	ALIENAÇÃO DE BENS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
47	Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
48	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	84.348.900,85	84.348.900,85	1.405.577,77	1,67	7.095.964,78	8,41	77.252.936,07
51	Transferências Intergovernamentais - Rec. Capital	0,00	0,00	1.405.577,77	0,00	7.095.964,78	0,00	-7.095.964,78
52	Transferências de Instituições Privadas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Transferências do Exterior - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	Transferências de Pessoas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
56	Transferências de Convênios - Rec. Capital	84.348.900,85	84.348.900,85	0,00	0,00	0,00	0,00	84.348.900,85
57	Transferências para o Combate à Fome - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
59	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	Dívida Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	Receitas de Capital Diversas - Rec. Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
62	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.405.700,00	9.405.700,00	1.339.009,61	0,00	9.532.526,03	0,00	-126.826,03
63	Receitas Intra-Orçamentárias	9.405.700,00	9.405.700,00	1.339.009,61	14,24	9.532.526,03	101,35	-126.826,03
64	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	489.071.731,00	488.978.531,00	62.915.694,10	12,87	374.219.020,99	76,53	114.759.510,01
65	OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
66	Operações de Crédito Internas - Ref.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

67	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Operações de Crédito Externas - Ref.	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
70	Mobiliária - Créd. Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Contratual - Créd. Externo	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
72	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) =(III+IV)	489.271.731,00	489.178.531,00	62.915.694,10	12,86	374.219.020,99	76,50	114.959.510,01
73	DÉFICIT (VI) -	- -		-		--	-	
74	TOTAL (VII) = (V+VI)	489.271.731,00	489.178.531,00	62.915.694,10	12,86	374.219.020,99 -	-	
75	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00 -	-		0,00 -	-	
76	Superávit Financeiro -		0,00 -	-		0,00 -	-	
77	Reabertura de Créditos Adicionais -		0,00 -	-		0,00 -	-	

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.507.548/0001-10
Exercício: 2013
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO
CVA: 201402051657190050653 6

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO (f-i)
							LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS	% (i/f) (i)=(g+h)	
					No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre.	Até o Bimestre. (g)				
78	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	479.432.973,14	-9.009.635,03	470.423.338,11	43.693.923,24	343.057.770,66	74.600.650,77	316.470.327,72	0,00	316.470.327,72	67,27	153.953.010,39
79	DESPESAS CORRENTES	306.080.229,17	37.053.654,67	343.133.883,84	48.966.641,04	315.249.375,54	67.527.427,14	292.469.869,86	0,00	292.469.869,86	85,23	50.664.013,98
80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	169.765.328,78	34.457.251,06	204.222.579,84	38.203.904,30	191.356.916,64	41.211.111,29	190.819.558,24	0,00	190.819.558,24	93,44	13.403.021,60
81	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.719.000,00	2.132.000,00	5.851.000,00	-1.232.504,17	4.431.314,80	949.013,56	4.431.314,80	0,00	4.431.314,80	75,74	1.419.685,20
82	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	132.595.900,39	464.403,61	133.060.304,00	11.995.240,91	119.461.144,10	25.367.302,29	97.218.996,82	0,00	97.218.996,82	73,06	35.841.307,18
83	DESPESAS DE CAPITAL	164.329.460,97	- 46.063.289,70	118.266.171,27	-5.272.717,80	27.808.395,12	7.073.223,63	24.000.457,86	0,00	24.000.457,86	20,29	94.265.713,41
84	INVESTIMENTOS	150.759.460,97	- 45.682.802,81	105.076.658,16	-2.005.097,50	22.128.629,47	7.073.223,63	18.527.920,39	0,00	18.527.920,39	17,63	86.548.737,77
85	INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	13.570.000,00	-380.486,89	13.189.513,11	-3.267.620,30	5.679.765,65	0,00	5.472.537,47	0,00	5.472.537,47	41,49	7.716.975,64
87	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	0,00	100.000,00	-	- -	-	-		- -	-	
88	RESERVA DO RPPS	8.923.283,00	0,00	8.923.283,00	-	- -	-	-		- -	-	
89	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	8.561.524,86	6.067.459,29	14.628.984,15	3.390.069,19	12.342.479,04	4.362.460,11	12.285.268,04	0,00	0,00	0,00	2.343.716,11
90	Despesas Intra-Orçametárias	8.561.524,86	6.067.459,29	14.628.984,15	3.390.069,19	12.342.479,04	4.362.460,11	12.285.268,04	0,00	0,00	83,98	2.343.716,11
91	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII+IX)	487.994.498,00	-2.942.175,74	485.052.322,26	47.083.992,43	355.400.249,70	78.963.110,88	328.755.595,76	0,00	328.755.595,76	67,78	156.296.726,50
92	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	1.637.852,87	6.623.419,02	2.382.356,80	7.258.567,52	0,00	7.258.567,52	0,00	-7.258.567,52
93	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	1.637.852,87	6.623.419,02	2.382.356,80	7.258.567,52	0,00	7.258.567,52	0,00	-7.258.567,52
94	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	1.633.810,15	6.600.537,31	2.378.314,08	7.235.655,81	0,00	7.235.655,81	0,00	-7.235.655,81
95	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	4.042,72	22.881,71	4.042,72	22.911,71	0,00	22.911,71	0,00	-22.911,71
96	Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Dívida Mobiliária - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Dívidas - Dív. Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	487.994.498,00	-2.942.175,74	485.052.322,26	48.721.845,30	362.023.668,72	81.345.467,68	336.014.163,28	0,00	336.014.163,28	69,27	149.038.158,98
100	SUPERÁVIT (XIII)	- -	-		-	- -		38.204.857,71 -		38.204.857,71 -	-	
101	TOTAL (XIV) = (XII+XIII)	487.994.498,00	-2.942.175,74	485.052.322,26	48.721.845,30	362.023.668,72	81.345.467,68	374.219.020,99 -	0,00	374.219.020,99 -	-	

CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO
			(Diário Oficial, Edital, etc)

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

102	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força doa art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte:

Nota:

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.507.548/0001-10
Exercício: 2013
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO
CVA: 201402051657190050653 6
RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

CAMPO	CÓDIGO	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS					SALDO (a-(e+f))
							LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% ((e+f)/total(e+f))	%. ((e+f)/a)	
					No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre. (d)	Até o Bimestre. (e)				
1		DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	479.070.215,00	485.052.322,26	48.721.845,30	362.023.668,72	81.345.467,68	336.014.163,28	0,00	100,00	69,27	149.038.158,98
2	00001	Legislativa	10.663.000,00	13.821.600,00	0,00	9.640.411,13	0,00	9.345.393,36	0,00	2,78	67,61	4.476.206,64
3	01031	Ação Legislativa	10.663.000,00	13.821.600,00	0,00	9.640.411,13	0,00	9.345.393,36	0,00	2,78	67,61	4.476.206,64
4	01032	Controle Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	02061	Ação Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	02062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	00003	Essencial à Justiça	5.561.000,00	8.484.091,07	366.297,90	7.736.489,77	1.452.295,42	7.690.206,98	0,00	2,29	90,64	793.884,09
9	03091	Defesa da Ordem Jurídica	13.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
10	03092	Representação Judicial e Extrajudicial	2.224.600,00	5.011.691,07	-424.276,72	4.466.504,57	617.429,58	4.432.221,78	0,00	1,32	88,44	579.469,29
11	03122	Administração Geral	3.323.400,00	3.460.400,00	790.574,62	3.269.985,20	834.865,84	3.257.985,20	0,00	0,97	94,15	202.414,80
12	00004	Administração	33.946.634,00	31.125.995,54	5.686.888,20	30.553.578,34	8.140.351,92	29.106.401,68	0,00	8,66	93,51	2.019.593,86
13	04121	Planejamento e Orçamento	165.000,00	831.813,22	127.608,01	735.903,22	140.658,31	735.903,22	0,00	0,22	88,47	95.910,00
14	04122	Administração Geral	24.798.800,00	23.336.160,33	5.234.247,52	23.754.137,91	6.618.054,04	22.331.254,65	0,00	6,65	95,69	1.004.905,68
15	04123	Administração Financeira	7.202.250,00	5.407.437,99	73.495,73	4.948.119,43	1.092.418,31	4.923.826,03	0,00	1,47	91,06	483.611,96
16	04124	Controle Interno	1.550.584,00	1.350.584,00	251.536,94	1.099.327,78	281.621,26	1.099.327,78	0,00	0,33	81,40	251.256,22
17	04125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	04126	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	04127	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	04128	Formação de Recursos Humanos	230.000,00	200.000,00	0,00	16.090,00	7.600,00	16.090,00	0,00	0,00	8,05	183.910,00
21	04129	Administração de Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	04130	Administração de Concessões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	04131	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	05151	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	05152	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	05153	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	00006	Segurança Pública	4.900.000,00	4.980.000,00	1.076.148,71	4.540.254,85	1.205.586,86	4.504.396,52	0,00	1,34	90,45	475.603,48
29	06181	Policiamento	475.000,00	306.552,05	-51.237,07	123.367,89	24.938,75	103.680,17	0,00	0,03	33,82	202.871,88
30	06182	Defesa Civil	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
31	06183	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	06122	Administração Geral	4.400.000,00	4.648.447,95	1.127.385,78	4.416.886,96	1.180.648,11	4.400.716,35	0,00	1,31	94,67	247.731,60
33	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	07211	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
35	07212	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	00008	Assistência Social	10.500.000,00	12.275.091,20	1.758.911,53	10.047.455,53	2.815.217,75	9.774.005,21	0,00	2,91	79,62	2.501.085,99
37	08241	Assistência ao Idoso	396.000,00	624.000,00	0,00	520.000,00	104.000,00	468.000,00	0,00	0,14	75,00	156.000,00
38	08242	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

39	08243	Assistência à Criança e ao Adolescente	2.470.000,00	2.180.449,42	84.766,20	1.453.979,20	358.404,87	1.312.572,15	0,00	0,39	60,20	867.877,27
40	08244	Assistência Comunitária	1.372.000,00	3.128.588,78	652.936,76	1.997.515,84	895.791,20	1.970.080,26	0,00	0,59	62,97	1.158.508,52
41	08122	Administração Geral	6.262.000,00	6.342.053,00	1.021.208,57	6.075.960,49	1.457.021,68	6.023.352,80	0,00	1,79	94,97	318.700,20
42	00009	Previdência Social	15.426.000,00	15.426.000,00	2.589.112,18	11.472.176,94	2.629.872,15	11.459.846,53	0,00	3,41	74,29	3.966.153,47
43	09271	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	09272	Previdência do Regime Estatutário	15.426.000,00	15.426.000,00	2.589.112,18	11.472.176,94	2.629.872,15	11.459.846,53	0,00	3,41	74,29	3.966.153,47
45	09273	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
46	09274	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	00010	Saúde	115.650.815,00	119.689.173,93	15.686.543,91	103.107.307,44	22.982.093,58	91.732.988,02	0,00	27,30	76,64	27.956.185,91
48	10301	Atenção Básica	10.454.308,33	5.455.288,55	56.272,25	4.673.386,78	577.923,32	3.779.579,68	0,00	1,12	69,28	1.675.708,87
49	10302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	72.892.932,75	55.304.266,28	3.439.601,03	43.073.698,41	9.120.597,82	35.941.489,09	0,00	10,70	64,99	19.362.777,19
50	10303	Suporte Profilático e Terapêutico	3.939.730,92	5.347.575,42	572.589,45	3.932.483,40	440.961,11	1.407.964,26	0,00	0,42	26,33	3.939.611,16
51	10304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

52	10305	Vigilância Epidemiológica	4.310.564,40	1.760.712,78	-234.665,08	289.807,43	20.415,32	94.559,05	0,00	0,03	5,37	1.666.153,73
53	10306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
54	10122	Administração Geral	23.553.278,60	51.649.830,90	11.852.746,26	50.966.431,42	12.773.196,01	50.386.895,94	0,00	15,00	97,55	1.262.934,96
55	10845	Transferências	500.000,00	171.500,00	0,00	171.500,00	49.000,00	122.500,00	0,00	0,04	71,43	49.000,00
56	00011	Trabalho	106.000,00	106.000,00	0,00	54.893,66	9.000,00	54.893,66	0,00	0,02	51,79	51.106,34
57	11331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
58	11332	Relações de Trabalho	106.000,00	106.000,00	0,00	54.893,66	9.000,00	54.893,66	0,00	0,02	51,79	51.106,34
59	11333	Empregabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
60	11334	Fomento ao Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
61	00012	Educação	98.859.270,00	111.277.012,53	22.784.561,36	96.413.345,15	25.653.881,42	89.555.825,64	0,00	26,65	80,48	21.721.186,89
62	12361	Ensino Fundamental	50.359.500,00	50.275.033,07	12.269.184,13	48.595.309,41	14.161.906,66	44.682.695,77	0,00	13,30	88,88	5.592.337,30
63	12362	Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
64	12363	Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
65	12364	Ensino Superior	1.386.808,00	2.808,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.808,00
66	12365	Educação Infantil	32.661.616,00	46.949.812,16	6.983.411,31	34.215.986,12	7.578.361,96	33.853.270,42	0,00	10,07	72,11	13.096.541,74
67	12366	Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	12367	Educação Especial	2.195.424,00	1.109.077,30	294.082,85	934.675,21	294.082,85	932.220,36	0,00	0,28	84,05	176.856,94
69	12122	Administração Geral	12.255.922,00	12.940.282,00	3.237.883,07	12.667.374,41	3.619.529,95	10.087.639,09	0,00	3,00	77,96	2.852.642,91
70	00013	Cultura	350.000,00	300.000,00	0,00	94.910,48	6.150,00	94.910,48	0,00	0,03	31,64	205.089,52
71	13391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	13392	Difusão Cultural	350.000,00	300.000,00	0,00	94.910,48	6.150,00	94.910,48	0,00	0,03	31,64	205.089,52
73	00014	Direitos da Cidadania	79.000,00	29.000,00	-1.438,00	8.106,40	791,18	2.700,93	0,00	0,00	9,31	26.299,07
74	14421	Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	14422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	79.000,00	29.000,00	-1.438,00	8.106,40	791,18	2.700,93	0,00	0,00	9,31	26.299,07
76	14423	Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	00015	Urbanismo	123.453.000,00	107.540.164,20	-4.407.135,98	39.934.132,01	7.486.538,97	39.159.812,90	0,00	11,65	36,41	68.380.351,30
78	15451	Infra-Estrutura Urbana	91.844.353,29	72.637.117,29	-4.554.214,63	10.777.782,23	1.328.831,80	10.413.784,80	0,00	3,10	14,34	62.223.332,49
79	15452	Serviços Urbanos	18.594.000,00	17.054.400,20	1.631.390,09	16.036.232,34	2.692.736,97	15.754.866,87	0,00	4,69	92,38	1.299.533,33
80	15453	Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	15122	Administração Geral	13.014.646,71	17.848.646,71	-1.484.311,44	13.120.117,44	3.464.970,20	12.991.161,23	0,00	3,87	72,79	4.857.485,48
82	00016	Habitação	9.335.000,00	9.106.000,00	383.146,51	1.710.670,62	394.790,05	1.700.679,92	0,00	0,51	18,68	7.405.320,08
83	16481	Habitação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00	
84	16482	Habitação Urbana	9.335.000,00	9.106.000,00	383.146,51	1.710.670,62	394.790,05	1.700.679,92	0,00	0,51	18,68	7.405.320,08
85	00017	Saneamento	24.939.996,00	24.939.996,00	5.036.750,88	24.666.409,46	4.249.554,69	19.673.832,79	0,00	5,86	78,88	5.266.163,21
86	17511	Saneamento Básico Rural	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
87	17512	Saneamento Básico Urbano	24.390.996,00	24.730.996,00	4.985.315,27	24.465.040,31	4.198.119,08	19.472.463,64	0,00	5,80	78,74	5.258.532,36
88	17122	Administração Geral	249.000,00	209.000,00	51.435,61	201.369,15	51.435,61	201.369,15	0,00	0,06	96,35	7.630,85
89	17123	Administração Financeira	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	00018	Gestão Ambiental	2.403.000,00	1.640.700,00	42.799,11	1.361.995,61	196.047,59	1.322.965,44	0,00	0,39	80,63	317.734,56
91	18541	Preservação e Conservação Ambiental	582.000,00	66.500,00	-52,00	16.508,34	0,00	8.228,17	0,00	0,00	12,37	58.271,83
92	18542	Controle Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	18543	Recuperação de Áreas Degradadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	18544	Recursos Hídricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	18545	Meteorologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	18122	Administração Geral	1.821.000,00	1.574.200,00	42.851,11	1.345.487,27	196.047,59	1.314.737,27	0,00	0,39	83,52	259.462,73
97	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	19571	Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	19572	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	19573	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	00020	Agricultura	278.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00
102	20601	Promoção da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	20602	Promoção da Produção Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
104	20603	Defesa Sanitária Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	20604	Defesa Sanitária Animal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	20605	Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	20606	Extensão Rural	128.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00
108	20607	Irrigação	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	20661	Promoção Industrial	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	21631	Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	21632	Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	00022	Indústria	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
114	22661	Promoção Industrial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
115	22662	Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	22663	Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	22664	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	22665	Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
119	00023	Comércio e Serviços	156.000,00	156.000,00	0,00	24.593,30	0,00	24.593,30	0,00	0,01	15,76	131.406,70
120	23691	Promoção Comercial	121.000,00	121.000,00	0,00	24.593,30	0,00	24.593,30	0,00	0,01	20,33	96.406,70
121	23692	Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	23693	Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	23694	Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	23695	Turismo	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
125	00024	Comunicações	1.700.000,00	1.715.800,00	187.106,47	1.115.374,83	206.878,80	1.105.317,83	0,00	0,33	64,42	610.482,17
126	24721	Comunicações Postais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	24722	Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	24122	Administração Geral	700.000,00	960.600,00	191.122,07	866.901,93	206.878,80	856.901,93	0,00	0,26	89,20	103.698,07

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											R$ 1,00	
129	24131	Comunicação Social	1.000.000,00	755.200,00	-4.015,60	248.472,90	0,00	248.415,90	0,00	0,07	32,89	506.784,10
130	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	25751	Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
132	25752	Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
133	25753	Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	25754	Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	00026	Transporte	920.000,00	1.250.000,00	-4.070,26	1.041.549,18	136.623,96	777.457,75	0,00	0,23	62,20	472.542,25

136	26781	Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	26782	Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	26783	Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	26784	Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	26785	Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	26453	Transportes Coletivos Urbanos	920.000,00	1.250.000,00	-4.070,26	1.041.549,18	136.623,96	777.457,75	0,00	0,23	62,20	472.542,25
142	00027	Desporto e Lazer	2.210.000,00	2.092.300,00	406.191,99	1.807.239,10	456.120,59	1.807.239,10	0,00	0,54	86,38	285.060,90
143	27811	Desporto de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
144	27812	Desporto Comunitário	170.000,00	169.300,00	0,00	63.001,00	0,00	63.001,00	0,00	0,02	37,21	106.299,00
145	27813	Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
146	27122	Administração Geral	2.040.000,00	1.923.000,00	406.191,99	1.744.238,10	456.120,59	1.744.238,10	0,00	0,52	90,70	178.761,90
147	00028	Encargos Especiais	17.513.000,00	18.964.897,79	-2.869.969,21	16.692.774,92	3.323.672,75	17.120.695,24	0,00	5,10	90,28	1.844.202,55
148	28841	Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
149	28842	Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	28843	Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	28844	Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	28845	Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	28846	Outros Encargos Especiais	17.513.000,00	18.964.897,79	-2.869.969,21	16.692.774,92	3.323.672,75	17.120.695,24	0,00	5,10	90,28	1.844.202,55
154	28847	Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155		RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
156		RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157		DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	00001	Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	00002	Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	00003	Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	00004	Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	00005	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	00006	Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	00007	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	00008	Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	00009	Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	00010	Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
168	00011	Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
169	00012	Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	00013	Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	00014	Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	00015	Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
173	00016	Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CVA: 201402051657190050 6536

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1,00

174	00017	Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
175	00018	Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
176	00019	Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
177	00020	Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
178	00021	Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
179	00022	Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
180	00023	Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
181	00024	Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
182	00025	Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
183	00026	Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
184	00027	Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
185	00028	Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
186		TOTAL (III)=(I+II)	479.070.215,00	485.052.322,26	48.721.845,30	362.023.668,72	81.345.467,68	336.014.163,28	0,00	100,00	69,27	149.038.158,98
187		TOTAL e + TOTAL f										336.014.163,28

Obs.: Contas intra-orçamentárias, inclusive os cálculos previstos nos cabeçalhos, deverão ser preenchidos manualmente pelo ente da Federação.

Nota: Durante o exercício, somente as desp. liquid. são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as desp. não liquid. inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as desp. executadas estão segregadas em:

a) Desp. liquid., consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força doa art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte:

Nota:

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA
SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.507.548/0001-10

Exercício: 2013

Período de referência: JAN/2013 a DEZ/ 2013

CVA: 201402051657190050 6536

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Janeiro 2013	Fevereiro 2013	Março 2013	Abril 2013	Maio 2013	Junho 2013	Julho 2013

1	RECEITAS CORRENTES (I) = (2+8+...+13+22)	26.189.079,94	32.026.150,76	32.754.237,32	27.862.073,40	38.592.997,83	29.007.466,97	35.932.592,01
2	Receita Tributária = (3+4+5+6+7)	3.202.970,90	4.260.884,61	6.245.407,79	6.104.214,31	10.324.098,15	4.552.738,60	6.091.674,51
3	IPTU	21.337,62	133.881,07	574.484,75	943.891,69	4.354.027,93	193.811,74	529.934,01
4	ISS	2.459.156,79	2.402.861,32	2.291.959,53	2.632.821,97	2.520.885,22	2.336.048,20	2.978.138,74
5	ITBI	191.640,53	411.044,63	375.742,59	317.104,29	373.201,62	210.881,26	723.252,99
6	IRRF	0,00	0,00	1.224.242,94	746.979,11	713.273,64	733.890,27	677.586,95
7	Outras Receitas Tributárias	530.835,96	1.313.097,59	1.778.977,98	1.463.417,25	2.362.709,74	1.078.107,13	1.182.761,82
8	Receita de Contribuições	1.151.248,01	1.179.251,52	974.539,65	482.596,11	1.195.964,30	1.249.903,23	2.987.547,47
9	Receita Patrimonial	366.591,53	189.999,62	203.355,26	212.163,35	260.774,47	272.416,83	865.162,72
10	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Receita de Serviços	1.496.995,32	3.237.807,68	1.110.542,17	217.099,38	3.177.568,72	1.815.341,48	3.924.989,77
13	Transferências Correntes = (14+...+21)	19.382.014,46	22.608.566,24	23.669.854,93	20.818.327,17	22.538.801,70	19.858.503,62	20.850.712,47
14	Cota-Parte do FPM	4.102.735,56	5.519.791,89	3.178.990,20	3.410.984,81	4.901.121,56	4.088.969,24	2.911.867,91
15	Cota-Parte do ICMS	5.922.237,54	5.069.917,82	4.798.797,39	5.387.865,60	5.063.388,00	4.710.838,93	6.468.276,47
16	Cota-Parte do IPVA	0,00	2.715.758,50	1.822.395,28	2.956.749,50	2.100.791,82	2.194.785,04	1.288.056,05
17	Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	146,44	197,38	346,08	79,12	2.771,66
18	Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	62.403,90	130.702,32	32.675,58	32.675,58	32.675,58
19	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Transferências do FUNDEB	3.094.626,34	4.844.282,77	5.798.165,98	4.675.293,27	5.052.399,40	5.763.454,45	5.158.681,14
21	Outras Transferências Correntes	6.262.415,02	4.458.815,26	8.008.955,74	4.256.534,29	5.388.079,26	3.067.701,26	4.988.383,66
22	Outras Receitas Correntes	589.259,72	549.641,09	550.537,52	27.673,08	1.095.790,49	1.258.563,21	1.212.505,07
23	DEDUÇÕES (II) = (24+25+26)	2.051.746,84	2.684.464,41	1.595.557,44	1.759.770,01	3.087.387,80	2.973.532,70	2.799.023,04
24	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	46.377,29	23.123,32	0,00	0,00	667.723,33	768.063,26	658.293,64
25	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.005.369,55	2.661.341,09	1.595.557,44	1.759.770,01	2.419.664,47	2.205.469,44	2.140.729,40
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) =(1-23)	24.137.333,10	29.341.686,35	31.158.679,88	26.102.303,39	35.505.610,03	26.033.934,27	33.133.568,97

CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	Agosto 2013	Setembro 2013	Outubro 2013	Novembro 2013	Dezembro 2013	TOTAL (ÚLT. 12 M)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
28	RECEITAS CORRENTES (I) = (29+35+...+40+49)	31.993.892,32	28.310.095,25	32.474.052,40	30.501.682,86	35.345.794,94	380.990.116,00	0,00
29	Receita Tributária = (30+31+32+33+34)	5.666.907,73	5.422.144,73	5.414.806,34	5.111.352,12	5.783.856,05	68.181.055,84	0,00
30	IPTU	292.427,57	224.894,99	339.568,99	129.838,10	278.610,24	8.016.708,70	0,00
31	ISS	3.108.717,23	2.737.327,65	2.972.738,86	2.974.795,09	3.224.527,12	32.639.977,72	0,00
32	ITBI	633.209,68	799.078,03	368.472,54	321.832,59	398.493,74	5.123.954,49	0,00
33	IRRF	639.529,85	703.309,57	681.945,19	710.876,56	706.244,39	7.537.878,47	0,00
34	Outras Receitas Tributárias	993.023,40	957.534,49	1.052.080,76	974.009,78	1.175.980,56	14.862.536,46	0,00
35	Receita de Contribuições	1.640.268,19	1.602.986,98	1.626.422,15	1.666.347,19	1.657.124,05	17.414.198,85	0,00
36	Receita Patrimonial	464.321,91	838.120,92	957.268,09	510.106,50	781.642,20	5.921.923,40	0,00
37	Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Receita de Serviços	1.731.672,32	1.736.447,01	1.836.670,89	1.624.621,17	1.715.417,88	23.625.173,79	0,00
40	Transferências Correntes = (41+...+48)	21.554.325,39	15.749.797,86	20.781.520,64	20.229.531,85	22.856.233,66	250.898.189,99	0,00
41	Cota-Parte do FPM	3.807.220,84	3.150.974,76	3.151.023,17	4.383.009,25	6.612.284,89	49.218.974,08	0,00
42	Cota-Parte do ICMS	5.755.683,46	4.726.955,53	6.588.292,36	5.307.976,83	5.595.637,38	65.395.867,31	0,00
43	Cota-Parte do IPVA	1.226.142,96	1.164.472,46	810.362,72	534.999,71	514.742,82	17.329.256,86	0,00
44	Cota-Parte do ITR	291,69	664,93	9.796,32	4.950,88	2.885,88	22.130,38	0,00
45	Transferências da LC 87/1996	32.675,58	32.675,58	32.675,58	32.675,58	32.675,58	454.510,86	0,00
46	Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	Transferências do FUNDEB	4.999.625,07	4.184.998,63	5.543.205,33	4.782.885,48	5.141.487,88	59.039.105,74	0,00
48	Outras Transferências Correntes	5.732.685,79	2.489.055,97	4.646.165,16	5.183.034,12	4.956.519,23	59.438.344,76	0,00
49	Outras Receitas Correntes	936.396,78	2.960.597,75	1.857.364,29	1.359.724,03	2.551.521,10	14.949.574,13	0,00
50	DEDUÇÕES (II) = (51+52+53)	2.810.688,52	2.470.464,67	2.769.364,79	2.715.019,32	2.820.991,60	30.538.011,14	0,00
51	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	646.285,73	655.316,16	650.934,89	662.297,00	687.651,71	5.466.066,33	0,00
52	Compensação Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)								R$ 1,00
53	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	2.164.402,79	1.815.148,51	2.118.429,90	2.052.722,32	2.133.339,89	25.071.944,81	0,00
54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II) = (28-50)	29.183.203,80	25.839.630,58	29.704.687,61	27.786.663,54	32.524.803,34	350.452.104,86	0,00
Fonte:								
Nota:								

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
OBSERVAÇÃO: Os entes federados que tiverem feito a opção pela segregação da massa de segurados elaborarão e publicarão um demonstrativo para o Plano Previdenciário e outro para o Plano Financeiro. Caso o ente não tenha optado pela segregação das massas, deverá elaborar e publicar apenas o demonstrativo com o nome Plano Previdenciário.

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.507.548/0001-10
Exercício: 2013
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

CVA: 201402051657190050 6536

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
1	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (2+21-25)	14.943.583,02	14.943.583,00	3.507.128,67	18.249.797,20	0,00
2	RECEITAS CORRENTES = (3+12+13+17+18)	14.943.583,00	14.943.583,00	3.507.128,67	18.249.797,20	0,00
3	Receita de Contribuições dos Segurados = (4+8)	6.324.400,00	6.324.400,00	1.349.948,71	8.632.251,88	0,00
4	Pessoal Civil = (5+6+7)	6.324.400,00	6.324.400,00	1.349.948,71	8.632.251,88	0,00
5	Ativo	6.279.400,00	6.279.400,00	1.326.476,60	8.562.831,30	0,00
6	Inativo	45.000,00	45.000,00	23.472,11	69.420,58	0,00
7	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Pessoal Militar = (9+10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Receita Patrimonial = (14+15+16)	4.542.000,00	4.542.000,00	677.416,64	3.631.529,61	0,00
14	Receitas Imobiliárias	42.000,00	42.000,00	7.560,00	69.580,00	0,00
15	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Outras Receitas Patrimoniais	4.500.000,00	4.500.000,00	669.856,64	3.561.949,61	0,00
17	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Receitas Correntes = (19+20)	4.077.183,00	4.077.183,00	1.479.763,32	5.986.015,71	0,00
19	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Demais Receitas Correntes	4.077.183,00	4.077.183,00	1.479.763,32	5.986.015,71	0,00
21	RECEITAS DE CAPITAL = (22+23+24)	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Outras Receitas de Capital	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
25	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.405.700,00	9.405.700,00	1.339.009,61	9.532.526,03	0,00
27	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (1+26)	24.349.283,02	24.349.283,00	4.846.138,28	27.782.323,23	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
				Em 2013			Em 2012	
				LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.
				No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS							
28	(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (29+32)	15.426.000,00	15.426.000,00	2.629.872,15	11.459.846,53	0,00	0,00	0,00
29	ADMINISTRAÇÃO = (30+31)	2.416.000,00	2.416.000,00	214.209,04	1.177.611,98	0,00	0,00	0,00
30	Despesas Correntes	2.176.000,00	2.176.000,00	206.466,32	1.146.782,98	0,00	0,00	0,00
31	Despesas de Capital	240.000,00	240.000,00	7.742,72	30.829,00	0,00	0,00	0,00
32	PREVIDÊNCIA = (33+37+41)	13.010.000,00	13.010.000,00	2.415.663,11	10.282.234,55	0,00	0,00	0,00
33	Pessoal Civil = (34+35+36)	13.000.000,00	13.000.000,00	2.406.923,14	10.244.697,47	0,00	0,00	0,00
34	Aposentadorias	7.100.000,00	7.100.000,00	1.480.151,17	6.257.525,88	0,00	0,00	0,00
35	Pensões	2.600.000,00	2.600.000,00	385.467,65	1.720.109,22	0,00	0,00	0,00
36	Outros Benefícios Previdenciários	3.300.000,00	3.300.000,00	541.304,32	2.267.062,37	0,00	0,00	0,00
37	Pessoal Militar = (38+39+40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Outras Despesas Previdenciárias = (42+43)	10.000,00	10.000,00	8.739,97	37.537,08	0,00	0,00	0,00
42	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Demais Despesas Previdenciárias	10.000,00	10.000,00	8.739,97	37.537,08	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (28+44)	15.426.000,00	15.426.000,00	2.629.872,15		11.459.846,53		0,00
46	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (27-45)	8.923.283,02	8.923.283,00	2.216.266,13		16.322.476,70		0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
47	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (48+52)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
48	Plano Financeiro = (49+50+51)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
50	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
51	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52	Plano Previdenciário = (53+54+55)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
54	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
55	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
56	Valor	0,00

CAMPO	BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		Em Nov/2013	Em. Dez/2013	Em 31 /Dez/2012
57	CAIXA	0,00	0,00	0,00

58	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	95.948,83	0,00
59	INVESTIMENTOS	0,00	57.611.622,85	0,00
60	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
61	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (62+74+75+76)	9.405.700,00	9.405.700,00	1.339.009,61	9.532.526,03	0,00
62	Receita de Contribuições = (63+72+73)	9.405.700,00	9.405.700,00	1.339.009,61	9.532.526,03	0,00
63	Patronal = (64+68)	9.405.700,00	9.405.700,00	1.339.009,61	9.532.526,03	0,00
64	Pessoal Civil = (65+66+67)	9.405.700,00	9.405.700,00	1.339.009,61	9.532.526,03	0,00
65	Ativo	9.405.700,00	9.405.700,00	1.339.009,61	9.532.526,03	0,00
66	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
67	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
68	Pessoal Militar = (69+70+71)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
69	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
71	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
73	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
74	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
75	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
76	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
77	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (78+79+80)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
79	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
80	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
81	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
82	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (61+77-81)	9.405.700,00	9.405.700,00	1.339.009,61	9.532.526,03	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
				Em 2013			Em 2012	
				LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.
				No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
83	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (84+85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
84	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
85	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
86	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (83)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	PLANO FINANCEIRO					
	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
87	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) = (88+107-111)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
88	RECEITAS CORRENTES = (89+98+99+103+104)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
89	Receita de Contribuições dos Segurados = (90+94)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90	Pessoal Civil = (91+92+93)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
91	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
92	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
93	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
94	Pessoal Militar = (95+96+97)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
95	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
96	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
97	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
98	Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99	Receita Patrimonial = (100+101+102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100	Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
101	Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
102	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
103	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
104	Outras Receitas Correntes = (105+106)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
105	Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
106	Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
107	RECEITAS DE CAPITAL = (108+109+110)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
108	Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
109	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
110	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
112	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA- ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
113	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II) = (87+112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
				Em 2013			Em 2012	
				LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.
				No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS							
114	(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV) = (115+118)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
115	ADMINISTRAÇÃO = (116+117)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
116	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
117	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
118	PREVIDÊNCIA = (119+123+127)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

119	Pessoal Civil = (120+121+122)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120	Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
121	Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
123	Pessoal Militar = (124+125+126)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
124	Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
125	Pensões.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
126	Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
127	Outras Despesas Previdenciárias = (128+129)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
128	Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
129	Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
131	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V) = (114+130)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
132	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI) = (113-131)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

CAMPO	APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
133	TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS = (134+138)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
134	Plano Financeiro = (135+136+137)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
135	Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
136	Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
137	Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
138	Plano Previdenciário = (139+140+141)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
139	Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
140	Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
141	Outros Aportes para o RPPS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
142	Valor	0,00

CAMPO BENS E DIREITOS DO RPPS		Em Nov/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			Em. Dez/2013	Em 31 /Dez/2012
143	CAIXA	0,00	0,00	0,00
144	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
145	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
146	OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
147	RECEITAS CORRENTES (VIII) = (148+160+161+162)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
148	Receita de Contribuições = (149+158+159)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)						R$ 1,00
149	Patronal = (150+154)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150	Pessoal Civil = (151+152+153)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
151	Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
154	Pessoal Militar = (155+156+157)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
155	Ativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
156	Inativo.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
157	Pensionista.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
158	Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160	Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
161	Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
162	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
163	RECEITAS DE CAPITAL (IX) = (164+165+166)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
164	Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
165	Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
166	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
167	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
168	INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X) = (147+163-167)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
				Em 2013			Em 2012	
				LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.
				No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	
169	ADMINISTRAÇÃO (XII) = (170+171)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
170	Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
171	Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
172	TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII) = (169)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força doa art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Fonte:

Nota:

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO				
CNPJ: 03.507.548/0001-10				
Exercício: 2013				
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO				
CVA: 201402051657190050 6536				
RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)				R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2012 (a)	Em 31/Out/2013 (b)	Em. 31/Dez/2013 (c)
1	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	78.552.335,22	135.463.271,40
2	DEDUÇÕES (II) = (3 + 4 - 5)	-	74.731.499,95	69.313.671,17
3	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	114.689.765,64	103.376.756,22
4	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
5	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	39.948.178,26	39.958.265,69	34.063.085,05
6	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	3.820.835,27	66.149.600,23
7	RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
8	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	41.323.485,90	74.105.155,79
9	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	-37.502.650,63	-7.955.555,56

CAMPO	RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o Bimestre (c - a)
10	VALOR	29.547.095,07	-7.955.555,56

CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
11	META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

CAMPO	REGIME PREVIDENCIÁRIO			
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
		Em 31/Dez/ 2012	Em 31/Out/2013	Em. 31/Dez/2013
12	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
13	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
14	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
15	DEDUÇÕES (VIII) = (16+17+18-19)	44.870.230,14	113.104.809,84	115.415.137,36
16	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	56.552.404,92	57.707.568,68
17	Investimentos	47.369.349,95	56.552.407,92	57.707.571,68
18	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
19	(-) Restos a Pagar Processados	2.499.119,81	3,00	3,00
20	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-44.870.230,14	-113.104.809,84	-115.415.137,36
21	PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) =			
22	(IX - X)	-44.870.230,14	-113.104.809,84	-115.415.137,36
Se o cálculo das "Deduções" resultar em valor negativo, o campo será preenchido pelo sistema com um traço.				
Fonte:				
Nota:				

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.507.548/0001-10
Exercício: 2013
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

CVA: 201402051657190050653 6

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre. 2012
1	RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I) = (2+8+11+14+19)	401.351.630,15	61.107.300,05	367.635.241,83	0,00
2	Receitas Tributárias (3+4+5+6+7)	69.021.033,00	9.478.087,22	61.790.147,07	0,00
3	IPTU	8.445.730,00	408.448,34	8.016.708,70	0,00
4	ISS	38.383.000,00	6.199.322,21	32.639.977,72	0,00
5	ITBI	4.797.272,00	720.326,33	5.123.954,49	0,00
6	IRRF	6.445.000,00	1.417.120,95	8.036.994,90	0,00
7	Outras Receitas Tributárias	10.950.031,00	732.869,39	7.972.511,26	0,00
8	Receitas de Contribuições (9+10)	26.704.100,00	4.662.480,85	30.112.910,43	0,00
9	Receitas Previdenciárias	15.730.100,00	2.688.958,32	18.164.777,91	0,00
10	Outras Receitas de Contribuições	10.974.000,00	1.973.522,53	11.948.132,52	0,00
11	Receita Patrimonial Líquida (12-13)	4.542.000,00	677.416,64	3.631.529,61	0,00
12	Receita Patrimonial	7.570.000,00	1.291.748,70	6.590.243,32	0,00
13	(-) Aplicações Financeiras	3.028.000,00	614.332,06	2.958.713,71	0,00
14	Transferências Correntes (15+16+17+18)	233.555.283,00	39.038.031,16	228.362.102,80	0,00
15	FPM	42.872.800,00	9.214.540,75	39.793.485,17	0,00
16	ICMS	51.626.400,00	8.722.891,39	52.316.694,10	0,00
17	Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras Transferências Correntes	139.056.083,00	21.100.599,02	136.251.923,53	0,00
19	Demais Receitas Correntes (20+21)	67.529.214,15	7.251.284,18	43.738.551,92	0,00
20	Dívida Ativa	10.884.183,00	2.701.884,80	11.367.055,26	0,00
21	Diversas Receitas Correntes	56.645.031,15	4.549.399,38	32.371.496,66	0,00
22	RECEITAS DE CAPITAL (II) = (23+24+25+26+29)	84.598.900,85	1.405.577,77	7.095.964,78	0,00
23	Operações de Crédito (III)	200.000,00	0,00	0,00	0,00
24	Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Alienação de Bens (V)	50.000,00	0,00	0,00	0,00
26	Transferências de Capital (27+28)	84.348.900,85	1.405.577,77	7.095.964,78	0,00
27	Convênios.	84.348.900,85	0,00	0,00	0,00
28	Outras Transferências de Capital	0,00	1.405.577,77	7.095.964,78	0,00
29	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
30	RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II- III-IV-V)	84.348.900,85	1.405.577,77	7.095.964,78	0,00
31	RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	485.700.531,00	62.512.877,82	374.731.206,61	0,00

CAMPO	DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
			Em 2013			Em 2012	
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.
			No Bimestre	Até o Bimestre			
32	DESPESAS CORRENTES (VIII) = (33+34+35)	303.574.271,99	71.889.887,25	304.755.137,90	0,00	0,00	0,00
33	Pessoal e Encargos Sociais	218.850.563,99	45.573.571,40	203.104.826,28	0,00	0,00	0,00
34	Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.851.000,00	949.013,56	4.431.314,80	0,00	0,00	0,00
35	Outras Despesas Correntes	78.872.708,00	25.367.302,29	97.218.996,82	0,00	0,00	0,00
36	DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	297.723.271,99	70.940.873,69	300.323.823,10	0,00	0,00	0,00
37	DESPESAS DE CAPITAL (XI) = (38+39+43)	118.266.171,27	9.455.580,43	31.259.025,38	0,00	0,00	0,00
38	Investimentos	105.076.658,16	7.073.223,63	18.527.920,39	0,00	0,00	0,00
39	Inversões Financeiras = (40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40	Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43	Amortização da Dívida (XIV)	13.189.513,11	2.382.356,80	12.731.104,99	0,00	0,00	0,00
44	DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	105.076.658,16	7.073.223,63	18.527.920,39	0,00	0,00	0,00
45	RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	- - -		-	
46	RESERVA DO RPPS (XVII)	8.923.283,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	411.823.213,15	78.014.097,32		318.851.743,49		0,00
48	RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	73.877.317,85	-15.501.219,50		55.879.463,12		0,00
49	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES -		-		0,00		0,00
CAMPO	DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE				

RREO - Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)		R$ 1,00
50	META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00
Nota:Durante o exercício, somente as desp. liquid. são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as desp. não liquid. inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as desp. executadas estão segregadas em:		
a) Desp. liquid., consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;		
b) Desp. empenhadas mas não liquid., inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquid. no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.		
Fonte:		
Nota:		

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO												
CNPJ: 03.507.548/0001-10												
Exercício: 2013												
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO												
CVA: 201402051657190050 6536												
RREO - Anexo 7 (LRF, art.53, inciso V)											R$ 1,00	
CAMPO	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro de 2012	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos em Exercícios Anteriores.	.Inscritos em 31 de dezembro de 2012	Liquidados	Pagos.	Cancelados.	Saldo.
1	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	18.481.283,56	39.948.178,23	15.784.738,70	8.581.638,09	34.063.084,99	0,00	11.105.877,29	0,00	6.404.639,16	1.274.735,26	3.426.502,87
2	EXECUTIVO	18.481.283,56	39.940.179,94	15.784.738,70	8.581.638,09	34.055.086,70	0,00	11.070.250,50	0,00	6.397.831,83	1.274.735,26	3.397.683,41
3	Administração Direta	4.741.296,76	31.971.369,80	15.625.785,39	8.581.638,09	12.505.243,10	0,00	11.033.196,26	0,00	6.360.777,59	1.274.735,26	3.397.683,41
4	Administração Indireta	13.739.986,80	7.968.810,14	158.953,31	0,00	21.549.843,60	0,00	37.054,24	0,00	37.054,24	0,00	0,00
5	LEGISLATIVO	0,00	7.998,29	0,00	0,00	7.998,29	0,00	35.626,79	0,00	6.807,33	0,00	28.819,46
6	Pessoal e Encargos	0,00	7.998,29	0,00	0,00	7.998,29	0,00	35.626,79	0,00	6.807,33	0,00	28.819,46
7	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	EXECUTIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	LEGISLATIVO.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	TOTAL (III) = (I +II)	18.481.283,56	39.948.178,23	15.784.738,70	8.581.638,09	34.063.084,99	0,00	11.105.877,29	0,00	6.404.639,16	1.274.735,26	3.426.502,87
Fonte:												
Nota:												

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO					
CNPJ: 03.507.548/0001-10					
Exercício: 2013					
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013					
CVA: 201402051657190050 6536					
RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)	
1	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00	
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d - (e+f))
			LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
2	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
3	(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
4	(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
5	DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II) = (2-3-4)	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DA REGRA DE OURO	(a-d)	(b)-(e+f)	(c-g)	
6	RESULTADO (III) = (I-II)	0,00	0,00		0,00
Nota: Durante o exercício, somente as desp. liquid. são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as desp. não liquid. inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as desp. executadas estão segregadas em:					
a) Desp. liquid., consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;					
b) Desp. empenhadas mas não liquid., inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquid. no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.					
Fonte:					
Nota:					

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO					
CNPJ: 03.507.548/0001-10					
Exercício: 2013					
Período de referência: 2012 a 2086					
CVA: 201402051657190050653 6					
RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)					R$ 1,00
CAMPO	PLANO PREVIDENCIÁRIO				
	EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
1	2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2	2013	0,00	0,00	0,00	0,00
3	2014	0,00	0,00	0,00	0,00
4	2015	0,00	0,00	0,00	0,00
5	2016	0,00	0,00	0,00	0,00
6	2017	0,00	0,00	0,00	0,00
7	2018	0,00	0,00	0,00	0,00
8	2019	0,00	0,00	0,00	0,00
9	2020	0,00	0,00	0,00	0,00
10	2021	0,00	0,00	0,00	0,00
11	2022	0,00	0,00	0,00	0,00
12	2023	0,00	0,00	0,00	0,00
13	2024	0,00	0,00	0,00	0,00
14	2025	0,00	0,00	0,00	0,00
15	2026	0,00	0,00	0,00	0,00
16	2027	0,00	0,00	0,00	0,00
17	2028	0,00	0,00	0,00	0,00
18	2029	0,00	0,00	0,00	0,00
19	2030	0,00	0,00	0,00	0,00
20	2031	0,00	0,00	0,00	0,00
21	2032	0,00	0,00	0,00	0,00
22	2033	0,00	0,00	0,00	0,00
23	2034	0,00	0,00	0,00	0,00
24	2035	0,00	0,00	0,00	0,00
25	2036	0,00	0,00	0,00	0,00
26	2037	0,00	0,00	0,00	0,00
27	2038	0,00	0,00	0,00	0,00
28	2039	0,00	0,00	0,00	0,00
29	2040	0,00	0,00	0,00	0,00
30	2041	0,00	0,00	0,00	0,00
31	2042	0,00	0,00	0,00	0,00
32	2043	0,00	0,00	0,00	0,00
33	2044	0,00	0,00	0,00	0,00
34	2045	0,00	0,00	0,00	0,00
35	2046	0,00	0,00	0,00	0,00
36	2047	0,00	0,00	0,00	0,00
37	2048	0,00	0,00	0,00	0,00
38	2049	0,00	0,00	0,00	0,00
39	2050	0,00	0,00	0,00	0,00
40	2051	0,00	0,00	0,00	0,00
41	2052	0,00	0,00	0,00	0,00
42	2053	0,00	0,00	0,00	0,00
43	2054	0,00	0,00	0,00	0,00
44	2055	0,00	0,00	0,00	0,00
45	2056	0,00	0,00	0,00	0,00
46	2057	0,00	0,00	0,00	0,00
47	2058	0,00	0,00	0,00	0,00
48	2059	0,00	0,00	0,00	0,00
49	2060	0,00	0,00	0,00	0,00
50	2061	0,00	0,00	0,00	0,00
51	2062	0,00	0,00	0,00	0,00
52	2063	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)					R$ 1,00
53	2064	0,00	0,00	0,00	0,00
54	2065	0,00	0,00	0,00	0,00
55	2066	0,00	0,00	0,00	0,00
56	2067	0,00	0,00	0,00	0,00
57	2068	0,00	0,00	0,00	0,00
58	2069	0,00	0,00	0,00	0,00
59	2070	0,00	0,00	0,00	0,00
60	2071	0,00	0,00	0,00	0,00
61	2072	0,00	0,00	0,00	0,00
62	2073	0,00	0,00	0,00	0,00
63	2074	0,00	0,00	0,00	0,00
64	2075	0,00	0,00	0,00	0,00
65	2076	0,00	0,00	0,00	0,00
66	2077	0,00	0,00	0,00	0,00
67	2078	0,00	0,00	0,00	0,00
68	2079	0,00	0,00	0,00	0,00
69	2080	0,00	0,00	0,00	0,00
70	2081	0,00	0,00	0,00	0,00
71	2082	0,00	0,00	0,00	0,00
72	2083	0,00	0,00	0,00	0,00

73	2084	0,00	0,00	0,00	0,00
74	2085	0,00	0,00	0,00	0,00
75	2086	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	PLANO FINANCEIRO				
	EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
76	2012	0,00	0,00	0,00	0,00
77	2013	0,00	0,00	0,00	0,00
78	2014	0,00	0,00	0,00	0,00
79	2015	0,00	0,00	0,00	0,00
80	2016	0,00	0,00	0,00	0,00
81	2017	0,00	0,00	0,00	0,00
82	2018	0,00	0,00	0,00	0,00
83	2019	0,00	0,00	0,00	0,00
84	2020	0,00	0,00	0,00	0,00
85	2021	0,00	0,00	0,00	0,00
86	2022	0,00	0,00	0,00	0,00
87	2023	0,00	0,00	0,00	0,00
88	2024	0,00	0,00	0,00	0,00
89	2025	0,00	0,00	0,00	0,00
90	2026	0,00	0,00	0,00	0,00
91	2027	0,00	0,00	0,00	0,00
92	2028	0,00	0,00	0,00	0,00
93	2029	0,00	0,00	0,00	0,00
94	2030	0,00	0,00	0,00	0,00
95	2031	0,00	0,00	0,00	0,00
96	2032	0,00	0,00	0,00	0,00
97	2033	0,00	0,00	0,00	0,00
98	2034	0,00	0,00	0,00	0,00
99	2035	0,00	0,00	0,00	0,00
100	2036	0,00	0,00	0,00	0,00
101	2037	0,00	0,00	0,00	0,00
102	2038	0,00	0,00	0,00	0,00
103	2039	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)					R$ 1,00
104	2040	0,00	0,00	0,00	0,00
105	2041	0,00	0,00	0,00	0,00
106	2042	0,00	0,00	0,00	0,00
107	2043	0,00	0,00	0,00	0,00
108	2044	0,00	0,00	0,00	0,00
109	2045	0,00	0,00	0,00	0,00
110	2046	0,00	0,00	0,00	0,00
111	2047	0,00	0,00	0,00	0,00
112	2048	0,00	0,00	0,00	0,00
113	2049	0,00	0,00	0,00	0,00
114	2050	0,00	0,00	0,00	0,00
115	2051	0,00	0,00	0,00	0,00
116	2052	0,00	0,00	0,00	0,00
117	2053	0,00	0,00	0,00	0,00
118	2054	0,00	0,00	0,00	0,00
119	2055	0,00	0,00	0,00	0,00
120	2056	0,00	0,00	0,00	0,00
121	2057	0,00	0,00	0,00	0,00
122	2058	0,00	0,00	0,00	0,00
123	2059	0,00	0,00	0,00	0,00
124	2060	0,00	0,00	0,00	0,00
125	2061	0,00	0,00	0,00	0,00
126	2062	0,00	0,00	0,00	0,00
127	2063	0,00	0,00	0,00	0,00
128	2064	0,00	0,00	0,00	0,00
129	2065	0,00	0,00	0,00	0,00
130	2066	0,00	0,00	0,00	0,00
131	2067	0,00	0,00	0,00	0,00
132	2068	0,00	0,00	0,00	0,00
133	2069	0,00	0,00	0,00	0,00
134	2070	0,00	0,00	0,00	0,00
135	2071	0,00	0,00	0,00	0,00
136	2072	0,00	0,00	0,00	0,00
137	2073	0,00	0,00	0,00	0,00
138	2074	0,00	0,00	0,00	0,00
139	2075	0,00	0,00	0,00	0,00
140	2076	0,00	0,00	0,00	0,00
141	2077	0,00	0,00	0,00	0,00
142	2078	0,00	0,00	0,00	0,00
143	2079	0,00	0,00	0,00	0,00
144	2080	0,00	0,00	0,00	0,00
145	2081	0,00	0,00	0,00	0,00
146	2082	0,00	0,00	0,00	0,00
147	2083	0,00	0,00	0,00	0,00
148	2084	0,00	0,00	0,00	0,00
149	2085	0,00	0,00	0,00	0,00
150	2086	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:					
Nota:					

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO					
CNPJ: 03.507.548/0001-10					
Exercício: 2013					
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013					
CVA: 201402051657190050 6536					
RREO -Anexo 11 (LRF, Art. 53, §1º, inciso III)					R$ 1,00
CAMPO	RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)	
1	RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	
2	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	
3	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	
CAMPO	DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d-(e+f))
			LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
4	APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
5	DESPESAS DE CAPITAL = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
9	DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA = (10+11)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
11	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2012 (h)	2013 (i)=(Ib-(IIe+IIf))	SALDO ATUAL (j) =(IIIh+IIIi)	
12	VALOR (III)	0,00	0,00	0,00	
Nota: Durante o exercício, somente as desp. liquid. são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as desp. não liquid. inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as desp. executadas estão segregadas em:					
a) Desp. liquid., consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;					
b) Desp. empenhadas mas não liquid., inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquid. no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.					
Fonte:					
Nota:					

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO					
CNPJ: 03.507.548/0001-10					
Exercício: 2013					
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO					
CVA: 201402051657190050 6536					
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R$ 1,00
CAMPO	ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a+b)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
1	TOTAL DE ATIVOS = (2+3+4)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL DE PASSIVOS (I) = (6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
9	GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
11	PASSIVOS CONTINGENTES = (12+13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00

12	Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
14	Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
15	ATIVOS CONTINGENTES = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2012	2013	2014	2015	2016	2017
18	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	311.144.738,07	350.452.104,86	0,00	0,00	0,00	0,00
22	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS DE PPP	2018	2019	2020	2021	2022
23	Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25	TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte:						
Nota:						

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO			
CNPJ: 03.507.548/0001-10			
Exercício: 2013			
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO			
CVA: 201402051657190050 6536			
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
1	RECEITAS	- -	-
2	Previsão Inicial	-	489.271.731,00
3	Previsão Atualizada	-	489.178.531,00
4	Receitas Realizadas	62.915.694,10	374.219.020,99
5	Déficit Orçamentário	-	-
6	Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	0,00
7	DESPESAS	- -	-
8	Dotação Inicial	-	487.994.498,00
9	Créditos Adicionais	-	-2.942.175,74
10	Dotação Atualizada	-	485.052.322,26
11	Despesas Empenhadas	48.721.845,30	362.023.668,72
12	Despesas Executadas	81.345.467,68	336.014.163,28
13	Liquidadas	81.345.467,68	336.014.163,28
14	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	-	0,00
15	Superávit Orçamentário	-	38.204.857,71
CAMPO	DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
16	Despesas Empenhadas	48.721.845,30	362.023.668,72
17	Despesas Executadas	81.345.467,68	336.014.163,28
18	Liquidadas	81.345.467,68	336.014.163,28
19	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	-	0,00
CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre	
20	Receita Corrente Líquida		350.452.104,86
CAMPO	RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
21	Regime Geral de Previdência Social	- -	-
22	Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	- -	-
23	Despesas Previdenciárias Executadas (II)	- -	-
24	Liquidadas	- -	-
25	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	- -	-
26	Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	- -	-
27	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	- -	-
28	PLANO PREVIDENCIÁRIO	- -	-
29	Receitas Previdenciárias Realizadas. (IV)	4.846.138,28	27.782.323,23
30	Despesas Previdenciárias Executadas. (V)	2.629.872,15	11.459.846,53
31	Liquidadas.	2.629.872,15	11.459.846,53
32	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados.	-	0,00
33	Resultado Previdenciário. (VI) = (IV - V)	2.216.266,13	16.322.476,70
34	PLANO FINANCEIRO	- -	
35	.Receitas Previdenciárias Realizadas (VII)	0,00	0,00
36	.Despesas Previdenciárias Executadas (VIII)	0,00	0,00
37	.Liquidadas	0,00	0,00

38	.Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	-	0,00
39	.Resultado Previdenciário (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00

CAMPO	RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
40	Resultado Nominal	0,00	-7.955.555,56	0,00
41	Resultado Primário	0,00	55.879.463,12	0,00

CAMPO	RESTOS A PAGAR POR PODER	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)					R$ 1,00
42	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	58.429.461,79	8.581.638,09	15.784.738,70	34.063.084,99
43	Poder Executivo	58.421.463,50	8.581.638,09	15.784.738,70	34.055.086,70
44	Poder Legislativo	7.998,29	0,00	0,00	7.998,29
45	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	11.105.877,29	1.274.735,26	6.404.639,16	3.426.502,87
46	Poder Executivo.	11.070.250,50	1.274.735,26	6.397.831,83	3.397.683,41
47	Poder Legislativo.	35.626,79	0,00	6.807,33	28.819,46
48	TOTAL	69.535.339,08	9.856.373,35	22.189.377,86	37.489.587,86

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
49	Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	54.050.334,24	25%	27,48
50	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	17.155.041,82	60%	29,00
51	Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	24.232.594,06	60%	41,00
52	Complementação da União ao FUNDEB - Mínimo Anual de 10% do Total de Recursos do FUNDEB	0,00	10%	0,00
53	.Liquidadas.	0,00	- -	
54	.Inscritas em Restos a Pagar Não Processados.	0,00	- -	

CAMPO	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
55	Receitas de Operação de Crédito	0,00	0,00
56	Despesa de Capital Líquida	0,00	0,00

CAMPO	PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício [1]	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
57	Regime Geral de Previdência Social	-	-	-	-
58	Receitas Previdenciárias (I)	-	-	-	-
59	Despesas Previdenciárias (II)	-	-	-	-
60	Resultado Previdenciário (I - II)	-	-	-	-
61	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
62	PLANO PREVIDENCIÁRIO	-	-	-	-
63	Receitas Previdenciárias. (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
64	Despesas Previdenciárias. (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
65	Resultado Previdenciário. (III - IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
66	PLANO FINANCEIRO	-	-	-	-
67	.Receitas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
68	.Despesas Previdenciárias (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
69	.Resultado Previdenciário. (V - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

CAMPO	RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
70	Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
71	Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

CAMPO	DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
72	Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
73	Liquidadas	57.739.900,23	-	-
74	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	2.380.342,44	-	-

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)		R$ 1,00
CAMPO	DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
75	Total das Despesas/RCL (%)	0,00
[1] Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.		
Nota: Durante o exercício, somente as desp. liquid. são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as desp. não liquid. inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as desp. executadas estão segregadas em:		
a) Desp. liquid., consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;		
b) Desp. empenhadas mas não liquid., inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquid. no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.		
Fonte:		
Nota:		

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:7AEA9BB7

PREFEITURA MUNICIPAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO			
CNPJ: 03.507.548/0001-10			
Exercício: 2013			
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRRO DE 2013.			
CVA: 201402051644520010390 2			
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) = (2+3+4)	190.819.558,24	0,00
2	Pessoal Ativo	182.841.923,14	0,00
3	Pessoal Inativo e Pensionistas	7.977.635,10	0,00
4	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
5	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II) = (6+7+8+9)	8.682.212,54	0,00
6	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	356.366,71	0,00
7	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	236.955,62	0,00
8	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
9	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.088.890,21	0,00
10	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	182.137.345,70	0,00
11	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		182.137.345,70
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		350.452.104,86
13	% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		51,97
14	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - (54,00%)		189.244.136,62
15	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - (51,30%)		179.781.929,79
16	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1° do art. 59 da LRF) - (48,60%)		170.319.722,96
CAMPO	ATO DECLARATÓRIO	DATA DA PUBLICAÇÃO	MEIO DA PUBLICAÇÃO (Diário Oficial, Edital, etc)

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R$ 1,00
17	Os abaixo-assinados declaram que publicaram o relatório cujos dados encontram-se resumidos neste demonstrativo, conforme determina o art. 48 da Lei Compl. nº 101/00, na data e meio indicados a seguir		
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:			
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;			
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II art. 35 da Lei nº 4.320/64.			
Fonte:			
Nota:			

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

WILLIAM GONÇALO DE ARRUDA
Contador Geral
CPF.: 897.975.741-72

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL TRAJETÓRIA DE RETORNO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO										
CNPJ: 03.507.548/0001-10										
Exercício: 2013										
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.										
CVA: 201402051644520010390 2										
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL										
CAMPO	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte		
1	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
2	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO										

CAMPO	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes		
3	.									
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (a)	% DTP (i)
4	.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.										
Fonte:										
Nota:										

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

WILLIAM GONÇALO DE ARRUDA
Contador Geral
CPF.: 897.975.741-72

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO					
CNPJ: 03.507.548/0001-10					
Exercício: 2013					
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.					
CVA: 201402051644520010390 2					
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")					R$ 1,00
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	82.168.440,50	79.320,30	80.954.337,94	135.463.271,40
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	49.561.059,20	79.320,30	36.597.447,17	33.517.746,77
4	Interna	49.561.059,20	79.320,30	36.597.447,17	33.517.746,77
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.560.560,46	0,00	2.560.560,46	27.840.368,84
7	Outras Dívidas	30.046.820,84	0,00	41.796.330,31	74.105.155,79
8	DEDUÇÕES (II)[1] = (9+10-11)	3.690.700,83	8.995.502,08	70.221.744,36	35.250.586,12
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	35.529.857,03	50.313.666,00	110.810.465,46	69.313.671,17
10	Demais Haveres Financeiros	108.051,43	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	31.947.207,63	41.318.163,92	40.588.721,10	34.063.085,05
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I- II)	78.477.739,67	-8.916.181,78	10.732.593,58	100.212.685,28
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	311.144.738,07	318.384.711,56	346.951.145,90	350.452.104,86
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	26,41	0,02	23,33	38,65
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	25,22	-2,80	3,09	28,60
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				420.542.525,83
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - 108%				378.488.273,25
CAMPO	DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
18	DÍVIDA CONTRATUAL (IV) =(V+VI+VII+VIII)	79.607.880,04	0,00	41.796.330,31	0,00
19	DÍVIDA DE PPP = (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
20	PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI) = (21+22+25+26)	79.607.880,04	0,00	41.796.330,31	0,00
21	De Tributos	2.711.163,81	0,00	0,00	0,00
22	De Contribuições Sociais = (23+24)	27.335.657,03	0,00	41.796.330,31	0,00
23	Previdenciárias	5.125.798,25	0,00	37.175.309,92	0,00
24	Demais Contribuições Sociais	22.209.858,78	0,00	4.621.020,39	0,00
25	Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Com Instituição Não Financeira	49.561.059,20	0,00	0,00	0,00
27	DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA = (VII) = (28+29)	0,00	0,00	0,00	0,00
28	Interna.	0,00	0,00	0,00	0,00
29	Externa.	0,00	0,00	0,00	0,00
30	DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS = (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMPO	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
31	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
32	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
33	DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
34	RP PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
35	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO					
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")				R$ 1,00	
36	DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (37+38)	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
38	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
39	DEDUÇÕES (X)[1] = (40+41+42-43)	0,00	0,00	0,00	0,00

40	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
41	Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
42	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
43	(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
44	OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
45	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX-X)	0,00	0,00	0,00	0,00

[1] Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta somada aos os Demais Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da Insuficiência Financeira , das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um " - " (traço) nessa linha.

Fonte:

Nota:

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

WILLIAM GONÇALO DE ARRUDA
Contador Geral
CPF.: 897.975.741-72

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.507.548/0001-10
Exercício: 2013
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013
CVA: 201402051644520010 3902

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

CAMPO	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro quadrimestre seguinte			Segundo quadrimestre seguinte			Terceiro quadrimestre seguinte		
1 .													
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite. (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
2 .		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - SITUAÇÃO ESPECIAL DE BAIXO CRESCIMENTO

CAMPO	.	Quadrimestre/Ano em que o ente excedeu o limite			Primeiro e segundo quadrimestres seguintes			Terceiro e quarto quadrimestres seguintes			Quinto e sexto quadrimestres seguintes		
3 .													
CAMPO	.	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite. (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual. (j) = (i - a)	Limite (k) = (a)	% DCL (l)
4 .		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte:

Nota:

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

WILLIAM GONÇALO DE ARRUDA
Contador Geral
CPF.: 897.975.741-72

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
TRAJETÓRIA DE AJUSTE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.507.548/0001-10
Exercício: 2013
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.
CVA: 201402051644520010 3902

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

CAMPO	Exercício Financeiro	2001			2002		
		3º Quadrimestre			Quadrimestre		
		DCL	Excedente[1]	Redutor	1°	2°	3°

1	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2003			2004		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
3	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2005			2006		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
5	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2007			2008		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
7	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2009			2010		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
9	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2011			2012		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
11	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2013			2014		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
13	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	% Limite de Endividamento			0,00			0,00
CAMPO	Exercício Financeiro	2015			2016		
		Quadrimestre			Quadrimestre		
		1°	2°	3°	1°.	2°.	3°.
15	% da DCL sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	% Limite de Endividamento			0,00			0,00

[1] O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

Fonte:

Nota:

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

WILLIAM GONÇALO DE ARRUDA
Contador Geral
CPF.: 897.975.741-72

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO
CNPJ: 03.507.548/0001-10
Exercício: 2013
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO 2013
CVA: 201402051644520010390 2
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) — R$ 1,00

CAMPO	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	EXTERNAS (I) = (2+3)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Outras Garantias nos Termos da LRF[1]	0,00	0,00	0,00	0,00
4	INTERNAS (II) = (5+6)	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Outras Garantias nos Termos da LRF[1].	0,00	0,00	0,00	0,00
7	TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
8	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	311.144.738,07	318.384.711,56	346.951.145,90	350.452.104,86
9	% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
10	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	68.451.842,38	70.044.636,54	76.329.252,10	77.099.463,07
11	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF) - (19,80%)	61.606.658,14	63.040.172,89	68.696.326,89	69.389.516,76
CAMPO	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
12	EXTERNAS (V) = (13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Aval ou Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00

14	Outras Garantias nos Termos da LRF¹	0,00	0,00	0,00	0,00
15	INTERNAS (VI) = (16+17)	0,00	0,00	0,00	0,00
16	Aval ou Fiança em Operações de Crédito.	0,00	0,00	0,00	0,00
17	Outras Garantias nos Termos da LRF¹.	0,00	0,00	0,00	0,00
18	TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
19	MEDIDAS CORRETIVAS :				
¹ Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.					
Fonte:					
Nota:					

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

WILLIAM GONÇALO DE ARRUDA
Contador Geral
CPF.: 897.975.741-72

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO			
CNPJ: 03.507.548/0001-10			
Exercício: 2013			
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.			
CVA: 201402051644520010390 2			
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I) = (2+5)	0,00	0,00
2	Mobiliária = (3+4)	0,00	0,00
3	Interna	0,00	0,00
4	Externa	0,00	0,00
5	Contratual = (6+16)	0,00	0,00
6	Interna. = (7+8+11+14+15)	0,00	0,00
7	Abertura de Crédito	0,00	0,00
8	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro = (9+10)	0,00	0,00
9	Derivadas de PPP	0,00	0,00
10	Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
11	Antecipação de Receita = (12+13)	0,00	0,00
12	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
13	Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
14	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1°)	0,00	0,00
15	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
16	Externa. = (17+18+19+22+23)	0,00	0,00
17	Abertura de Crédito	0,00	0,00
18	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
19	Antecipação de Receita. = (20+21)	0,00	0,00
20	Pela Venda a Termo de Bens e Serviços.	0,00	0,00
21	Outras Antecipações de Receita	0,00	0,00
22	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
23	Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
24	NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II) = (25+31+32+33)	0,00	0,00
25	Parcelamento de Dívidas = (26+27+30)	0,00	0,00
26	De Tributos	0,00	0,00
27	De Contribuições Sociais = (28+29)	0,00	0,00
28	Previdenciárias	0,00	0,00
29	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
30	Do FGTS	0,00	0,00
31	Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
32	Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
33	Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
34	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	350.452.104,86 -	
35	OPERAÇÕES VEDADAS = (36+37)	0,00	0,00
36	Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
37	De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
38	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia+III)	0,00	0,00

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")			R$ 1,00
39	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	56.072.336,78	16,00
40	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1° do art. 59 da LRF)	50.465.103,10	14,40
41	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
42	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	24.531.647,34	7,00
43	TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00
1 Para fins de contratação de operações de crédito, verificadas pela STN/COPEM segundo o Manual para Instrução de Pleitos, serão consideradas no cálculo do limite as operações que pressupõem ingresso financeiro.			

Fonte:
Nota:

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

WILLIAM GONÇALO DE ARRUDA
Contador Geral
CPF.: 897.975.741-72

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO				
CNPJ: 03.507.548/0001-10				
Exercício: 2013				
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013				
CVA: 201402051644520010390 2				
RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")				R$ 1,00
CAMPO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a-b)
1	RECURSOS VINCULADOS	0,00	0,00	0,00
2	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00
3	RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00
4	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00
6	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	0,00	0,00	0,00
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.				
Fonte:				
Nota:				

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

WILLIAM GONÇALO DE ARRUDA
Contador Geral
CPF.: 897.975.741-72

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO							
CNPJ: 03.507.548/0001-10							
Exercício: 2013							
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO 2013							
CVA: 201402051644520010390 2							
RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "b")							R$ 1,00
CAMPO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores.	Do Exercício.		
1	RECURSOS VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	TOTAL (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nota: [1]A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.							
Fonte:							
Nota:							

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

WILLIAM GONÇALO DE ARRUDA
Contador Geral
CPF.: 897.975.741-72

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO			
CNPJ: 03.507.548/0001-10			
Exercício: 2013			
Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013			
CVA: 201402051644520010390 2			
RGF - ANEXO 7 (LRF, art. 48)			R$ 1,00
CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
1	Despesa Total com Pessoal - DTP	182.137.345,70	51,97
2	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - (54,00%)	189.244.136,62	54,00
3	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (51,30%)	179.781.929,79	51,30
CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
4	Dívida Consolidada Líquida	100.212.685,28	28,60
5	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	420.542.525,83	120,00
CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
6	Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
7	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	77.099.463,07	22,00
CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
8	Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
9	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
10	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	56.072.336,78	16,00
11	Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	24.531.647,34	7,00
CAMPO	RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
12	Valor Total	0,00	0,00
Fonte:			
Nota:			

VARZEA GRANDE, 05/02/2014

WALACE SANTOS GUIMARAES
Prefeito Municipal
CPF.: 761.851.507-78

MAURO SABATINI FILHO
Secretario de Finanças
CPF.: 626.932.471-87

WILLIAM GONÇALO DE ARRUDA
Contador Geral
CPF.: 897.975.741-72

Publicado por:
Letícia Baldini da Costa
Código Identificador:3ACC9149

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

GABINETE DO PREFEITO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRENOVEMBRO-DEZEMBRO.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRENOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 03/02/14

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Dez 2013 (c)	% (c/a)	

A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	31.405.385,00	31.415.885,00	6.614.059,60	21,05	35.910.471,91	114,31	-4.494.586,91
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	31.004.385,00	31.014.885,00	6.244.201,25	20,13	34.874.848,67	112,45	-3.859.963,67
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	3.385.900,00	3.385.900,00	723.172,91	21,36	3.807.431,87	112,45	-421.531,87
1.1.1.0.00.00 - Impostos	3.009.000,00	3.009.000,00	713.935,34	23,73	3.557.422,53	118,23	-548.422,53
1.1.2.0.00.00 - Taxas	366.900,00	366.900,00	9.237,57	2,52	250.009,34	68,14	116.890,66
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	712.000,00	712.000,00	235.926,31	33,14	1.306.075,49	183,44	-594.075,49
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	432.000,00	432.000,00	203.421,40	47,09	1.029.568,61	238,33	-597.568,61
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	280.000,00	280.000,00	32.504,91	11,61	276.506,88	98,75	3.493,12
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	730.000,00	730.000,00	240.316,91	32,92	1.071.490,46	146,78	-341.490,46
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	180.000,00	180.000,00	46.335,48	25,74	214.471,97	119,15	-34.471,97
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	137,76	4,59	2.862,24
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	137,76	4,59	2.862,24
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	359.000,00	359.000,00	71.390,05	19,89	422.845,64	117,78	-63.845,64
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.024.985,00	25.036.485,00	4.919.815,76	19,65	27.747.847,86	110,83	-2.711.362,86
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	24.710.985,00	24.722.485,00	4.873.548,29	19,71	27.559.473,58	111,48	-2.836.988,58
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	314.000,00	314.000,00	46.267,47	14,73	188.374,28	59,99	125.625,72
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	789.500,00	788.500,00	53.579,31	6,80	519.019,59	65,82	269.480,41
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	55.000,00	55.000,00	2.235,76	4,07	21.770,37	39,58	33.229,63
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	31.500,00	30.500,00	7.914,16	25,95	172.671,30	566,14	-142.171,30
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	697.000,00	697.000,00	42.613,03	6,11	317.604,44	45,57	379.395,56
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	6.000,00	6.000,00	816,36	13,61	6.973,48	116,22	-973,48
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	401.000,00	401.000,00	369.858,35	92,23	1.035.623,24	258,26	-634.623,24
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	400.000,00	400.000,00	369.858,35	92,46	1.035.623,24	258,91	-635.623,24
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	200.000,00	200.000,00	369.858,35	184,93	1.035.623,24	517,81	-835.623,24
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	446.000,00	446.000,00	242.427,88	54,36	1.320.617,77	296,10	-874.617,77
SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.851.385,00	31.861.885,00	6.856.487,48	21,52	37.231.089,68	116,85	-5.369.204,68
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	31.851.385,00	31.861.885,00	6.856.487,48	21,52	37.231.089,68	116,85	-5.369.204,68
DÉFICIT(VI)	-	-	--		-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	31.851.385,00	31.861.885,00	6.856.487,48	21,52	37.231.089,68	116,85	-5.369.204,68
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	--		40.554.084,47	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (a)	CRÉDITOS ADICIONAIS (b)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)=(a+b)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (c-g)
				No Bimestre (d)	Jan a Dez (e)	No Bimestre (f)	Jan aDez 2013 (g)	% (g/c)	
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	32.342.685,00	4.084.618,07	36.427.303,07	4.498.379,22	31.262.585,62	6.402.233,89	30.522.636,94	83,79	5.904.666,13
DESPESAS CORRENTES	27.403.485,00	6.140.525,20	33.544.010,20	4.534.738,52	30.126.322,16	6.329.812,39	29.594.784,39	88,23	3.949.225,81
Pessoal e Encargos Sociais	15.570.000,00	4.626.365,66	20.196.365,66	3.109.545,14	18.582.431,73	4.468.857,41	18.591.221,47	92,05	1.605.144,19
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.833.485,00	1.514.159,54	13.347.644,54	1.425.193,38	11.543.890,43	1.860.954,98	11.003.562,92	82,44	2.344.081,62
DESPESAS DE CAPITAL	4.483.000,00	-1.107.788,85	3.375.211,15	-36.359,30	1.136.263,46	72.421,50	927.852,55	27,49	2.447.358,60
Investimentos	4.483.000,00	-1.116.138,85	3.366.861,15	12.120,30	1.281.702,26	120.901,10	1.073.291,35	31,88	2.293.569,80
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	8.350,00	8.350,00	-48.479,60	-145.438,80	-48.479,60	-145.438,80	-1.741,78	153.788,80
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	145.200,00	-456.118,28	-310.918,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-310.918,28
RESERVA DO RPPS	311.000,00	-492.000,00	-181.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-181.000,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	858.700,00	620.139,77	1.478.839,77	213.746,25	1.371.201,20	326.236,86	1.371.201,20	92,72	107.638,57
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	33.201.385,00	4.704.757,84	37.906.142,84	4.712.125,47	32.633.786,82	6.728.470,75	31.893.838,14	84,14	6.012.304,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	50.000,00	0,00	50.000,00	58.175,53	203.614,33	58.175,53	203.614,33	407,23	-153.614,33

Amortização da Dívida Interna	50.000,00	0,00	50.000,00	58.175,53	203.614,33	58.175,53	203.614,33	407,23	-153.614,33
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	50.000,00	0,00	50.000,00	58.175,53	203.614,33	58.175,53	203.614,33	407,23	-153.614,33
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	33.251.385,00	4.704.757,84	37.956.142,84	4.770.301,00	32.837.401,15	6.786.646,28	32.097.452,47	84,56	5.858.690,37
SUPERAVIT(XIII)	-	-	--		--		5.133.637,21	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	33.251.385,00	4.704.757,84	37.956.142,84	4.770.301,00	32.837.401,15	6.786.646,28	37.231.089,68	98,09	725.053,16
FONTE:									

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:31BBBABF

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DECARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL PERIODO DEREFERÊNCIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DECARÁTERCONTINUADO DERIVADAS DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS CONTRATADAS
ORÇAMENTO FISCAL EDA SEGURIDADESOCIAL
PERIODO DEREFERÊNCIA

LRF-Cidadão - 9.31 - 03/02/14											
Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22 e 28 - Anexo XVII											R$ Milhares
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTELÍQUIDA (RCL)	32.514.331,49	33.845.280,06									
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00									

Publicado por:
Ivanilde Tscha
Código Identificador:1B0C5D4B



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LRF RREO 6º BIMESTRE DE 2013 PUBLICAÇÃO - ANEXO 03

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DARECEITA CORRENTELIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)														LRF-Cidadão - 9.31 - 05/02/14
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DARECEITAREALIZADANOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jan/ 13	Fev/ 13	Mar/ 13	Abr/ 13	Mai/ 13	Jun/ 13	Jul/ 13	Ago/ 13	Set/ 13	Out/ 13	Nov/ 13	Dez/ 13		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.787.499,35	2.217.422,37	2.007.409,98	2.038.284,67	1.983.020,44	1.887.947,48	2.100.153,21	2.091.817,97	2.093.372,89	2.203.215,94	2.045.924,68	2.581.680,31	25.037.749,29	22.964.800,00
Receitas Tributária	107.332,35	230.835,67	166.618,73	249.326,42	99.642,21	153.873,87	120.532,85	177.959,18	246.316,51	132.067,89	122.192,63	175.223,30	1.981.921,61	980.000,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	5.665,52	4.004,65	71.394,46	113.661,76	13.160,20	25.524,30	41.624,71	10.942,47	24.394,56	27.269,13	5.778,70	5.879,24	349.299,70	200.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	5.462,41	100.357,07	5.871,67	44.745,02	21.111,51	56.958,23	9.452,36	27.535,65	24.336,73	23.596,43	58.194,15	102.221,06	479.842,29	50.000,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	18.775,86	27.605,24	24.567,72	33.258,53	35.795,88	44.692,71	44.752,46	111.173,93	172.553,79	55.664,74	33.994,10	36.668,78	639.503,74	350.000,00
Outras Receitas Tributárias	77.428,56	98.868,71	64.784,88	57.661,11	29.574,62	26.698,63	24.703,32	28.307,13	25.031,43	25.537,59	24.225,68	30.454,22	513.275,88	380.000,00
Receitas de Contribuições	34.313,73	85.853,29	116.626,52	66.843,12	80.109,75	82.531,35	69.611,73	79.868,84	70.410,90	81.912,58	96.507,20	100.027,08	964.616,09	1.157.000,00
Receita Patrimonial	47.220,43	5.369,15	7.445,96	29.702,18	6.938,96	7.187,15	128.506,85	8.466,86	85.757,41	103.273,37	11.706,76	127.356,64	568.931,72	899.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.559.239,86	1.856.375,94	1.677.995,30	1.657.652,24	1.758.521,98	1.613.037,60	1.752.699,05	1.799.178,01	1.654.225,67	1.846.100,36	1.791.827,32	2.153.023,00	21.119.876,33	19.678.300,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	576.137,04	775.130,75	446.417,75	478.996,17	688.252,40	574.203,87	408.906,43	534.638,64	442.483,61	442.490,42	615.495,18	928.546,85	6.911.699,11	6.600.000,00
Cota Parte do ICMS	482.966,62	418.807,97	396.411,69	444.538,45	418.268,56	389.145,73	534.321,43	475.456,64	390.477,07	544.235,52	438.473,19	462.235,82	5.395.338,69	4.800.000,00
Cota Parte do IPVA	0,00	70.371,25	51.115,40	105.292,78	69.449,42	100.031,57	62.948,07	52.196,61	44.457,18	36.982,78	12.930,66	18.176,18	623.951,90	520.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	234.040,91	364.072,19	435.761,29	351.458,75	367.945,29	311.471,51	363.500,06	352.625,77	295.357,87	379.666,18	348.883,24	362.755,67	4.167.538,73	4.000.000,00
Outras Transferências Correntes	266.095,29	227.993,78	348.289,17	277.366,09	214.606,31	238.184,92	383.023,06	384.260,35	481.449,94	442.725,46	376.045,05	381.308,48	4.021.347,90	3.758.300,00
Outras Receitas Correntes	39.392,98	38.988,32	38.723,46	34.760,71	37.807,54	31.317,51	28.802,73	26.345,08	36.662,40	39.861,74	23.690,77	26.050,29	402.403,54	250.500,00
DEDUÇÕES (II)	218.179,17	305.459,75	280.408,67	261.817,50	291.756,22	269.896,84	257.730,25	267.072,16	237.825,18	298.379,64	318.929,76	312.950,61	3.320.405,75	3.075.000,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	2.657,63	52.325,96	101.318,48	53.772,91	53.592,31	55.439,44	55.245,83	52.778,17	56.285,96	55.577,33	83.155,02	75.761,91	697.910,95	787.000,00
Servidor	2.657,63	52.325,96	101.318,48	53.772,91	53.592,31	55.439,44	55.245,83	52.778,17	56.285,96	55.577,33	83.155,02	75.761,91	697.910,95	787.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	215.521,54	253.133,79	179.090,19	208.044,59	238.163,91	214.457,40	202.484,42	214.293,99	181.539,22	242.802,31	235.774,74	237.188,70	2.622.494,80	2.288.000,00
RECEITACORRENTE LÍQUIDA(III) = (I - II)	1.569.320,18	1.911.962,62	1.727.001,31	1.776.467,17	1.691.264,22	1.618.050,64	1.842.422,96	1.824.745,81	1.855.547,71	1.904.836,30	1.726.994,92	2.268.729,70	21.717.343,54	19.889.800,00
FONTE:														

Publicado por:
Maria Aparecida Knihs
Código Identificador:99F88FB8

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL
ANEXO III RREO 6º BIM_2013

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DARECEITA CORRENTELIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.
LRF-Cidadão - 9.31 - 04/02/14

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)														
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DARECEITAREALIZADANOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jan/ 13	Fev/ 13	Mar/ 13	Abr/ 13	Mai/ 13	Jun/ 13	Jul/ 13	Ago/ 13	Set/ 13	Out/ 13	Nov/ 13	Dez/ 13 (ÚLT. 12 M.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.421.385,31	1.585.421,80	1.531.147,43	1.556.323,02	1.554.146,64	1.512.156,08	1.649.674,32	1.582.848,23	1.445.358,59	1.727.622,72	1.631.166,15	1.914.076,33	19.111.326,62	15.433.746,34
Receitas Tributária	47.628,40	42.827,62	48.505,93	79.204,45	58.014,64	40.856,41	74.064,96	50.779,41	32.484,31	62.866,75	45.870,13	61.325,40	644.428,41	426.205,81
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	896,51	0,00	298,84	34.901,54	13.751,43	8.438,32	10.106,50	2.776,10	3.038,60	8.440,60	5.442,07	5.001,12	93.091,63	64.395,67
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	4.468,29	6.647,41	5.284,68	5.764,13	2.576,85	0,00	6.800,14	1.959,54	538,57	5.507,18	5.390,71	5.801,42	50.738,92	45.911,97
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	14.236,97	10.508,05	14.028,00	19.128,39	16.393,35	17.482,37	27.365,11	21.664,81	16.626,40	19.625,27	14.090,60	22.671,82	213.821,14	78.706,23
Outras Receitas Tributárias	28.026,63	25.672,16	28.894,41	19.410,39	25.293,01	14.935,72	29.793,21	24.378,96	12.280,74	29.293,70	20.946,75	27.851,04	286.776,72	237.191,94
Receitas de Contribuições	34.572,07	37.442,36	37.844,39	39.952,05	0,00	38.771,40	38.985,57	38.810,81	40.831,56	39.682,47	43.398,41	66.210,18	456.501,27	398.589,13
Receita Patrimonial	25.855,25	5.095,07	8.267,40	16.246,25	6.317,24	6.833,40	7.342,27	8.806,33	9.281,54	9.126,81	9.195,79	11.869,45	124.236,80	209.110,37
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	4.618,04	5.006,00	4.074,00	4.894,00	4.746,00	6.709,06	9.059,92	6.815,50	7.560,09	7.065,95	6.968,88	5.519,66	73.037,10	45.911,97
Transferências Correntes	1.297.732,23	1.490.035,28	1.422.792,30	1.410.213,14	1.476.746,54	1.410.298,22	1.510.455,39	1.469.173,52	1.341.579,62	1.587.304,42	1.510.656,50	1.758.564,19	17.685.551,35	14.250.179,95
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	432.102,78	581.348,06	334.813,31	359.247,15	516.189,30	430.652,90	306.679,83	400.978,97	331.862,72	331.867,80	461.621,39	696.410,14	5.183.774,35	3.816.059,52
Cota Parte do ICMS	553.144,69	482.016,00	456.239,57	511.442,54	481.395,19	447.877,04	614.963,19	547.214,31	449.409,29	626.373,55	504.649,16	531.998,13	6.206.722,66	3.257.743,18
Cota Parte do IPVA	0,00	39.780,82	20.191,22	43.258,07	28.948,52	32.857,80	17.724,14	18.716,14	15.686,22	10.679,49	4.675,70	4.258,72	236.776,84	90.631,41
Transferências de Recursos do FUNDEB	153.761,28	241.996,71	289.648,07	233.505,44	244.571,14	207.033,40	241.616,43	234.424,24	196.309,59	259.923,75	224.312,76	241.108,55	2.768.211,36	3.672.957,29
Outras Transferências Correntes	158.723,48	144.893,69	321.900,13	262.759,94	205.642,39	291.877,08	329.471,80	267.839,86	348.311,80	358.459,83	315.397,49	284.788,65	3.290.066,14	3.412.788,55
Outras Receitas Correntes	10.979,32	5.015,47	9.663,41	5.813,13	8.322,22	8.687,59	9.766,21	8.462,66	13.621,47	21.576,32	15.076,44	10.587,45	127.571,69	103.749,11
DEDUÇÕES (II)	231.602,26	258.153,62	200.250,03	225.563,99	206.072,82	221.895,99	227.985,98	233.034,57	204.440,88	243.439,65	239.401,72	270.026,53	2.761.868,04	1.820.147,03
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	34.572,07	37.442,36	37.844,39	39.952,05	0,00	38.771,40	38.985,57	38.810,81	40.831,56	39.682,47	43.398,41	66.210,18	456.501,27	398.589,13
Servidor	34.572,07	37.442,36	37.844,39	39.952,05	0,00	38.771,40	38.985,57	38.810,81	40.831,56	39.682,47	43.398,41	66.210,18	456.501,27	398.589,13
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	197.030,19	220.711,26	162.405,64	185.611,94	206.072,82	183.124,59	189.000,41	194.223,76	163.609,32	203.757,18	196.003,31	203.816,35	2.305.366,77	1.421.557,90
RECEITACORRENTE LÍQUIDA(III) = (I - II)	1.189.783,05	1.327.268,18	1.330.897,40	1.330.759,03	1.348.073,82	1.290.260,09	1.421.688,34	1.349.813,66	1.240.917,71	1.484.183,07	1.391.764,43	1.644.049,80	16.349.458,58	13.613.599,31
FONTE:														

Publicado por:
Luciana da Silva Betarelo
Código Identificador:2FEEB149

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ANEXO III - LRF CIDADÃO 6º BIMESTRE

RELATÓRIO RESUMIDO DAEXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTELIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DASEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO ADEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)											LRF-Cidadão - 9.31 - 07/02/14			
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DARECEITAREALIZADANOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jan/ 13	Fev/ 13	Mar/ 13	Abr/ 13	Mai/ 13	Jun/ 13	Jul/ 13	Ago/ 13	Set/ 13	Out/ 13	Nov/ 13	Dez/ 13		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.513.884,95	3.531.087,11	3.581.593,39	3.699.272,05	3.774.772,55	3.600.111,46	6.192.487,14	3.363.373,79	3.293.363,86	4.603.536,02	3.991.150,53	4.363.600,45	47.508.233,30	39.821.560,00
Receitas Tributária	372.483,90	209.013,71	503.796,54	565.932,43	625.926,15	613.170,11	2.813.065,35	262.973,07	294.121,19	573.345,46	508.251,31	553.090,51	7.895.169,73	2.986.680,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	-250,03	-1.815,25	116.324,13	6.684,55	108.779,11	89.019,46	13.556,05	7.376,31	3.179,65	9.079,55	875,83	673,25	353.482,61	502.210,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	212.703,22	6.146,00	144.320,00	176.285,24	224.740,14	192.413,15	2.548.112,53	17.075,42	44.336,94	72.451,31	169.948,61	285.235,20	4.093.767,76	604.510,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	127.284,97	129.882,96	176.294,35	323.096,29	188.100,93	232.499,23	152.512,58	145.005,78	151.668,55	397.168,01	252.922,00	147.948,58	2.424.384,23	1.010.940,00
Outras Receitas Tributárias	32.745,74	74.800,00	66.858,06	59.866,35	104.305,97	99.238,27	98.884,19	93.515,56	94.936,05	94.646,59	84.504,87	119.233,48	1.023.535,13	869.020,00
Receitas de Contribuições	171.275,32	149.866,36	72.471,66	116.072,38	42.129,66	102.019,04	273.576,06	129.758,03	67.102,39	189.085,90	44.068,79	135.870,01	1.493.295,60	1.136.450,00
Receita Patrimonial	66.534,64	15.308,50	22.125,05	87.182,91	17.453,07	28.449,67	140.884,90	35.714,42	110.508,62	81.219,37	45.632,72	89.646,07	740.659,94	472.580,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.780,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita de Serviços	143.429,04	135.866,41	150.311,57	147.318,99	148.472,87	145.377,09	151.700,55	168.999,78	161.625,49	170.368,88	160.402,25	166.182,43	1.850.055,35	1.320.050,00
Transferências Correntes	2.738.958,28	2.945.015,75	2.789.852,13	2.760.137,54	2.898.053,52	2.671.375,09	2.777.469,95	2.724.093,39	2.602.948,10	3.561.114,45	3.118.038,80	3.403.066,28	34.990.123,28	32.265.937,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	864.205,55	1.162.696,14	669.626,62	718.494,27	1.032.378,61	861.305,78	613.359,63	801.957,95	663.725,43	420.583,01	923.242,76	1.392.820,28	10.124.396,03	9.026.090,00
Cota Parte do ICMS	973.359,70	819.940,31	776.092,93	872.450,23	818.884,26	761.867,72	1.046.092,03	930.846,82	764.474,20	1.065.501,77	858.440,77	904.963,11	10.592.913,85	10.230.650,00
Cota Parte do IPVA	0,00	136.707,57	104.280,22	152.826,73	117.487,28	120.487,20	65.953,83	55.242,84	58.845,07	45.724,86	20.977,24	29.818,79	908.351,63	516.080,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	320.535,14	503.351,14	602.465,54	484.853,51	510.045,05	444.474,01	505.313,99	489.996,44	410.292,13	543.334,06	468.857,59	503.984,19	5.787.502,79	4.104.764,00
Outras Transferências Correntes	580.857,89	322.320,59	637.386,82	531.512,80	419.258,32	483.240,38	546.750,47	446.049,34	705.611,27	1.485.970,75	846.520,44	571.479,91	7.576.958,98	8.388.353,00
Outras Receitas Correntes	21.203,77	76.016,38	43.036,44	22.627,80	42.737,28	39.720,46	35.790,33	41.835,10	57.058,07	28.401,96	114.756,66	15.745,15	538.929,40	1.632.083,00
DEDUÇÕES (II)	555.425,16	514.794,59	354.368,94	440.024,41	407.304,70	434.494,04	588.811,40	454.986,34	347.129,35	676.590,56	406.237,80	498.853,54	5.679.020,83	4.520.746,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	165.901,87	89.275,06	41.679,89	84.675,96	7.333,81	81.023,29	240.285,12	92.785,49	32.726,32	152.572,36	6.984,96	103.238,42	1.098.482,55	651.420,00
Servidor	165.901,87	89.275,06	41.679,89	84.675,96	7.333,81	81.023,29	240.285,12	92.785,49	32.726,32	152.572,36	6.984,96	103.238,42	1.098.482,55	651.420,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	389.523,29	425.519,53	312.689,05	355.348,45	399.970,89	353.470,75	348.526,28	362.200,85	314.403,03	524.018,20	399.252,84	395.615,12	4.580.538,28	3.869.326,00
RECEITACORRENTE LÍQUIDA(III) = (I - II)	2.958.459,79	3.016.292,52	3.227.224,45	3.259.247,64	3.367.467,85	3.165.617,42	5.603.675,74	2.908.387,45	2.946.234,51	3.926.945,46	3.584.912,73	3.864.746,91	41.829.212,47	35.300.814,00
FONTE:														

Publicado por:
Balthazar Borges Barbosa
Código Identificador:AC136B1F

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RREO 6º BIM 2013 - ANEXO III

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2013/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO.

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)												LRF-Cidadão - 9.31 - 30/01/14		
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jan/ 13	Fev/ 13	Mar/ 13	Abr/ 13	Mai/ 13	Jun/ 13	Jul/ 13	Ago/ 13	Set/ 13	Out/ 13	Nov/ 13	Dez/ 13		
RECEITAS CORRENTES (I)	677.673,07	1.286.459,65	838.265,39	918.964,86	1.040.109,62	988.016,39	1.005.240,12	944.338,96	1.017.993,20	1.123.089,57	1.067.969,30	1.327.795,46	12.235.915,59	10.822.431,15
Receitas Tributária	24.299,43	12.589,64	19.759,28	25.697,96	78.669,87	33.117,29	30.602,27	45.377,97	127.303,99	27.804,45	83.747,55	34.012,52	542.982,22	335.898,66
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	0,00	0,00	340,90	59,83	895,63	1.360,65	1.261,37	734,42	723,18	1.306,75	1.339,11	2.020,54	10.042,38	8.543,01
Imposto Sobre Transmissão Inter Viv os de Bens	13.852,52	200,00	2.344,00	6.299,92	58.892,00	4.024,00	800,00	15.942,67	99.520,00	200,00	56.484,68	0,00	258.559,79	61.778,41
Imposto Sobre Serv iços de Qualquer Natureza	1.368,97	2.260,86	2.704,93	4.334,02	3.950,81	3.652,97	3.869,54	3.048,69	2.917,20	2.952,57	2.590,57	5.710,85	39.361,98	72.755,23
Outras Receitas Tributárias	9.077,94	10.128,78	14.369,45	15.004,19	14.931,43	24.079,67	24.671,36	25.652,19	24.143,61	23.345,13	23.333,19	26.281,13	235.018,07	192.822,01
Receitas de Contribuições	11.203,73	33.463,89	55.032,36	30.599,52	33.847,44	26.260,19	29.867,47	24.566,20	41.698,63	35.604,65	26.351,44	43.266,93	391.762,45	271.099,67
Receita Patrimonial	22.347,60	667,55	747,95	74.968,64	1.028,55	1.113,89	53.189,95	1.171,43	13.184,34	37.328,60	2.565,82	54.023,44	262.337,76	89.947,94
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serv iços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.371,14
Transf erências Correntes	617.832,55	1.211.751,93	760.146,53	784.733,34	925.339,76	919.151,78	884.256,61	870.278,66	828.999,83	1.018.342,30	949.784,75	1.192.590,68	10.963.208,72	10.059.505,22
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	199.923,29	813.527,55	334.813,31	359.247,15	516.189,30	430.652,90	306.679,83	400.978,97	331.862,72	331.867,80	461.621,39	696.410,14	5.183.774,35	4.943.326,11
Cota Parte do ICMS	268.507,85	233.838,89	221.334,07	248.125,69	233.537,73	217.277,16	306.252,63	266.825,08	218.020,50	303.870,61	255.066,78	261.063,39	3.033.720,38	2.584.464,96
Cota Parte do IPVA	0,00	10.684,41	5.194,35	4.988,54	5.711,64	5.190,19	4.149,01	3.512,41	4.003,43	1.052,87	3.220,97	1.163,98	48.871,80	52.102,72
Transf erências de Recursos do FUNDEB	61.875,45	98.882,41	118.353,28	95.356,15	99.953,92	84.798,09	98.767,24	95.792,95	80.186,56	106.190,55	91.633,58	98.499,34	1.130.289,52	1.022.190,42
Outras Transf erências Correntes	87.525,96	54.818,67	80.451,52	77.015,81	69.947,17	181.233,44	168.407,90	103.169,25	194.926,62	275.360,47	138.242,03	135.453,83	1.566.552,67	1.457.421,01
Outras Receitas Correntes	1.989,76	27.986,64	2.579,27	2.965,40	1.224,00	8.373,24	7.323,82	2.944,70	6.806,41	4.009,57	5.519,74	3.901,89	75.624,44	64.608,52
DEDUÇÕES (II)	96.556,57	235.512,42	157.596,53	147.301,58	177.671,00	154.951,94	144.647,17	145.476,13	151.901,17	159.081,84	168.050,94	172.536,91	1.911.284,20	1.690.432,23
Contribuição Plano Seg. Social do Serv idor	2.291,96	23.842,36	45.279,78	23.520,79	26.280,98	23.993,17	22.496,76	11.175,25	40.667,68	27.540,82	25.372,19	24.488,46	296.950,20	187.000,00

Serv idor	2.291,96	23.842,36	45.279,78	23.520,79	26.280,98	23.993,17	22.496,76	11.175,25	40.667,68	27.540,82	25.372,19	24.488,46	296.950,20	187.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Prev idenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	94.264,61	211.670,06	112.316,75	123.780,79	151.390,02	130.958,77	122.150,41	134.300,88	111.233,49	131.541,02	142.678,75	148.048,45	1.614.334,00	1.503.432,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	581.116,50	1.050.947,23	680.668,86	771.663,28	862.438,62	833.064,45	860.592,95	798.862,83	866.092,03	964.007,73	899.918,36	1.155.258,55	10.324.631,39	9.131.998,92
FONTE:														

Publicado por:
Valdinei N. Correa de Souza
Código Identificador:3C507354

COMUNICADO

Vox Soluções Tecnológicas, empresa responsável pela manutenção, diagramação e certificação digital das edições do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso comunica que por problemas operacionais no Sistema Gerenciador de Publicações Legais - SIGPub as matérias publicadas no dia 10/02/14 foram indevidamente identificadas como pertencentes à Edição de número 1909 quando, em verdade, trata-se da Edição de número 1908.

Em razão disto, geramos um novo arquivo eletrônico no dia 11/02/14, com o mesmo teor, corrigindo tão somente o número da edição, visando a eliminar quaisquer dúvidas neste sentido. O arquivo gerado não prejudica a validade jurídica e a integridade da referida edição, que pode ser acessada, para fins de conferência no link: http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

Suporte Técnico
Vox Soluções Tecnológicas

